UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

MARIANA DE MORAES SILVEIRA

**Desloca(liza)r o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas
(Argentina e Brasil, 1917-1943)**

Versão Corrigida

São Paulo
2018

MARIANA DE MORAES SILVEIRA

**Desloca(liza)r o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas
(Argentina e Brasil, 1917-1943)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Doutora.

Área de concentração: História Social

Orientadora: Profa. Dra. Gabriela Pellegrino Soares

Versão Corrigida

São Paulo

2018

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

S587d Silveira, Mariana de Moraes Desloca(liza)r o
 direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações
 públicas de juristas / Mariana de Moraes Silveira ;
 orientadora Gabriela Pellegrino Soares. - São Paulo,
 2018.
 551 f.

 Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras
 e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
 Departamento de História. Área de concentração:
 História Social.

 1. direito. 2. intelectuais. 3. profissões. 4.
 Argentina. 5. Brasil. I. Soares, Gabriela
 Pellegrino, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Nome do (a) aluno (a): Mariana de Moraes Silveira

Data da defesa: 30/11/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Gabriela Pellegrino Soares

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/01/2019

(Assinatura do (a) orientador (a))

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desloca(liza)r o direito*: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas (Argentina e Brasil, 1917-1943). Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Doutora em História Social.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof.(a) Dr.(a) _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

*Para o Davi,
que me ensinou a ler,
a entender a importância
dos pronomes e dos artigos,
entre tantas outras coisas.*

Agradecimentos

*There are no cities, no cities to love
It's not the weather, it's the nothing we love
It's not the weather, it's the people we love*

Le goût de l'archive est polyglotte

Quando estava prestes a terminar minha dissertação de mestrado, num momento que hoje parece pertencer a outra era, um primo geógrafo me disse casualmente: “você deveria pensar não apenas o tempo, mas também o espaço”. Demorei muito tempo e transitei por muitos espaços antes de me dar conta disso, mas a pesquisa que aqui abandono (pois elas são infinitas por definição, como há muito me ensinou um antigo colega de orientação, e depois um ou outro teórico da história) foi, de alguma maneira, um esforço para enfrentar as dimensões espaciais da história, para percebê-la em trânsitos através de fronteiras, para reconstituir dinâmicas que não se limitavam às unidades geográficas tradicionalmente traçadas. Os deslocamentos não são um mero floreio do título, talvez um pouco truncado, desta tese: eles foram parte central da construção do objeto, constituíram eixos cruciais das interpretações propostas e conduziram a constantes reformulações da pesquisa. Este percurso se deu, assim, em muitos espaços, em que tive a oportunidade de partilhar uma série de diálogos e, felizmente, também de afetos, de tempos consumidos em conjunto.

Em São Paulo, contei com a acolhida generosa, a compreensão e os comentários sempre precisos e preciosos da professora Gabriela Pellegrino Soares. Seria supérfluo e insuficiente dizer que muitas das qualidades que este trabalho puder ter se devem a ela e a suas leituras rigorosas e perspicazes. No Laboratório de Estudos em História das Américas, encontrei um ambiente estimulante de debates, fundamental para a minha tardia “conversão” em latino-americanista. Agradeço às e aos colegas do LEHA, em especial às professoras Maria Helena Capelato (a quem também devo valiosas sugestões durante o exame de qualificação), Mary Anne Junqueira, Maria Lígia Prado, Stella Maris Scatena Franco e Mariana Villaça. Acompanhar o curso de alguém com tanto domínio sobre a narrativa de aula quanto o professor Júlio Pimentel Pinto, justamente quando eu dava meus primeiros passos na docência, foi um privilégio raro. Ao professor Marcos Napolitano, agradeço a gentileza e a competência com que sempre me auxiliou a solucionar questões burocráticas. O professor Samuel Rodrigues Barbosa constituiu um interlocutor sempre generoso entre aqueles que pensam a história dentro das faculdades de direito. Também com José Reinaldo de Lima Lopes e Rafael Mafei, travei importantes diálogos no Largo de São Francisco. A professora

Marisa Midori Deacto foi fundamental para renovar o meu contato com os estudos de história dos livros e das edições, além de ter gentilmente propiciado uma oportunidade de publicar algumas reflexões.

São Paulo também me presenteou com o diálogo constante e sempre muito estimulante com o grupo de orientandos da professora Gabriela, cujas leituras de versões preliminares de trechos desta tese foram fundamentais para seu aprimoramento. Devo um agradecimento especial a Elisabet Prudent, que há tempos se tornou bem mais que uma colega. Foi uma verdadeira (e em alguns casos literal) companheira de rota, além de me ter ajudado, em inúmeras ocasiões, com a escrita em espanhol. Aura Hurtado desempenhou a mesma tarefa em outros momentos, além de ter aberto tantas vezes as portas de sua casa providencialmente situada a dois passos da Cidade Universitária. O agradecimento a Laís Olivato se estende a Caio Pedrosa, com a felicidade de constatar que os deslocamentos de ambos por Minas Gerais se têm, cada vez mais, cruzado com os meus. Tânia Gomes Mendonça, Giovanna Pezzuol Mazza, Affonso Pereira, Rafael Scarelli e Caio Romero trouxeram, cada um à sua maneira, contribuições fundamentais para os meus modos de pensar a América Latina. Partilhei com Camila Grejo o interesse pela tão repulsiva quanto fascinante figura de Estanislao Zeballos, e também a agradeço pela disponibilidade em me auxiliar com percalços burocráticos de última hora. Camilla Fontes deterá eternamente o título de “primeira pessoa que foi legal comigo em São Paulo”, e me fascina sempre com a sua paixão pela docência. À Marina Galvanese, pela oportunidade de sermos, enfim, “alter-egas uspiانو-uspianas”, pela amizade de quase uma década (!), por me ceder uma mesa de trabalho em plenos sábado e domingo de carnaval (!!!) e pelo apoio em tantos dos momentos de crise. Emilio Alapanian Colmán acompanhou de muito perto etapas cruciais da elaboração deste trabalho, fez generosas leituras de algumas de suas páginas e, mais tarde, tornou-se um interlocutor fundamental para enfrentar os desafios da docência.

Ao Davi Collares, devo tantas coisas que não caberiam nestas linhas (inclusive três décadas de *bullying* incessante), que me limito a registrar as manhãs de faxina no apartamento da Paulista ao som de sua *playlist* surrealista e o fato de, mais tarde, ter-me abrigado em quase todas as passagens por Paris. Aos demais ocupantes, permanentes ou passageiros, daquele lar barulhento, mas tão acolhedor: Mariana Armond Dias Paes, Letticia Marcon, Aiko Ikemura Amaral, Daniela Paoliello, Marcelo Alves e Jeferson Mariano Silva. Em dois momentos cruciais da escrita desta tese, tive a oportunidade de ocupar o quarto vazio do apartamento de Julia Codo, o que me possibilitou fazer de uma conhecida por quem nutria bastante simpatia a melhor companheira para lutar contra dias e noites “xaroposos”, e também contra ameaças

mais sérias. Aos amigos que importunei nas sempre necessárias visitas a São Paulo quando não morava por aqui: Rafael Bruno Lopes Salgado, Ivan Ucella, Luan Auiá Vasconcelos. À senhora Antonia Maria, pela hospitalidade impecável com que me acolheu durante um mês de escrita muito intensa, em especial pelas muitas e muitas xícaras de café que me esperavam a cada manhã. Daniel Veloso me emprestou um computador, gentileza extrema sem a qual eu não poderia ter terminado meu exame de qualificação. Com Carolina Amaral, Ignacio del Valle Dávila, Fernanda Sucupira, Julián Fuks, Lia Novaes Serra, Eduardo Socha e Andréa Socha, troquei impressões e angústias sobre a vida acadêmica, e também partilhei um ou outro momento de diversão. Natália “Barudinha” Batista e Carlos Frankiw foram companheiros na condição de “uspianos forasteiros”, e também no sentimento de divisão entre duas ou mais cidades. Osvaldo Cabaluz Gomez se ocupou da trilha sonora de algumas das melhores noites paulistanas, além de ter participado de muitas outras horas felizes. Natália Silva e Aloizio Nascimento sempre me receberam com um abraço carinhoso na minha segunda (e muito mais divertida, mas agora saudosa) casa, em que momentos cruciais deste percurso foram comemorados.

Embora a permeabilidade das fronteiras e o compromisso com a construção de laços que as transbordem – fundamental em tempos em que se erguem tantos muros (sejam eles literais ou metafóricos) – tenham estado a todo tempo no horizonte deste trabalho, não posso deixar de reconhecer que ele partiu de um lugar: o de uma brasileira que, até o início desta pesquisa, mal havia colocado os pés em um país hispano-americano e falava o que poderia ser classificado, com uma boa dose de generosidade, como umportunhol risível. Às e aos colegas argentinas e argentinos, deixo o desejo de não ter submetido a grandes violências histórias que são suas, mas que a escrita deste trabalho acabou por fazer um pouco minhas. Ao professor Eduardo Zimmermann, agradeço pela interlocução generosa, pela solicitude com que sempre atendeu aos meus pedidos e por uma infinidade de indicações bibliográficas valiosas. Além de me ter auxiliado decisivamente nos primeiros passos da pesquisa em território argentino, Ezequiel Abásolo me propiciou múltiplos diálogos sobre o difícil esforço de mapear os caminhos de pessoas e escritos entre as duas margens do Prata. Quando este projeto ainda tinha feições muito diversas, Maria Rosa Pugliese teve a gentileza de compartilhar comigo seu profundo conhecimento das revistas jurídicas argentinas. Devo a Gerardo Lo Prete e Fernando R. Frávega a possibilidade de acessar o acervo do Colegio de Abogados de Buenos Aires. A Leticia Vita e Victor Tau Anzoátegui, agradeço a oportunidade de discutir algumas das ideias deste trabalho no Instituto de Investigaciones Jurídicas y Sociales “Ambrosio L. Gioja” da UBA e no Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, respectivamente.

Rosario Polotto, Eugenia Molina e Juan Pablo Scarfi fizeram *comentarios de ponencia* que terminaram por transformar substancialmente os rumos desta pesquisa. Florencia Castells e Teresita Rodríguez me acolheram em La Plata e também em seus projetos acadêmicos. Às e aos demais colegas que me auxiliaram a desbravar o universo da história do direito na Argentina: Agustín Casagrande, Pedro Berardi, Claudia Freidenraij, Carolina Piazzzi, Gabriela García Garino, Esteban González, Jorge Nuñez, Luis González Alvo.

Em Buenos Aires, Ivanna Margarucci me propiciou muito mais que um teto: foi a base de minha família portenha adotiva e companheira de diversões de naturezas muito variadas (desde a classificação “da esquerda para a direita” dos panfletos do movimento estudantil da UBA, até murais de Siqueiros, passando por uma miríade de cervejas artesanais). Este agradecimento se estende, naturalmente, a Andrea Ezquerro, Martín Barba e Guillermo Margarucci. O amigo mineiro Thiago Prates e os amigos paulistanos Graziela Rodrigues e Fernando Seliprandy me acolheram em outras ocasiões e compartilharam comigo a experiência do desterro. Romina Leone aceitou abrir mão de parte de seu conforto doméstico para que eu pudesse contar com o privilégio de dormir a dois quartos da Biblioteca Nacional e aproveitar ao máximo seus horários noturnos. Cecilia Trigo e Ezequiel Barrionuevo me salvaram, com uma hospitalidade e uma amabilidade impecáveis, de uma emergência em plena Patagônia.

Agradeço ao Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte e, em especial, ao professor Thomas Duve pela concessão da bolsa que me permitiu trabalhar nesta pesquisa em Frankfurt durante três meses. Os diálogos travados no âmbito do instituto, sobretudo com aquelas e aqueles que compunham o grupo de história do direito ibero-americano, foram fundamentais para o amadurecimento de muitas das análises aqui propostas. Devo um agradecimento especial a Fabio Giovani Locatelli, com quem partilhei muito mais que *la cocina del cuarto piso* da *Gästeturm*. Reencontrar a gentileza e o entusiasmo de Pamela Caciavillani foi uma das grandes recompensas da estadia frankfurtiana, ampliada pela possibilidade do convívio também com Pedro Henrique Ribeiro. Lena Foljanty me acolheu no grupo de discussões sobre *translation* e esteve sempre disposta a discutir os rumos do meu trabalho. Elisabetta Fiocchi também demonstrou grande interesse pela minha pesquisa e me fez indicações extremamente úteis. A estadia no instituto me possibilitou, ainda, o contato a distância com Elizabeth Martínez, com quem troquei ideias e informações sobre juristas viajantes. Anna Heym solucionou com prontidão e gentileza todas as questões burocráticas da estadia em Frankfurt. Flavia Marques não apenas me auxiliou na resolução de problemas migratórios, como rendeu algumas das melhores histórias daqueles noventa dias, além de me

ter ajudado inúmeras vezes com a escrita em inglês. Patrícia Becker me levou até Dresden para um fim de semana memorável, além de me ter orientado em relação a uma série de questões práticas da vida germânica. Miha Lenardič deixou alguns dos momentos finais da temporada alemã mais divertidos, cosmopolitas e políglotas, e me acompanhou por outras (e, não raro, extravagantes) aventuras desde então.

Uma inesperada oportunidade de voltar a Belo Horizonte transformou decisivamente os rumos deste trabalho e me confrontou com uma série de formas de voltar para casa. Os professores Ana Paula Sampaio Caldeira, Douglas Attila Marcelino e Tarcísio Botelho, quando confiaram em mim para assumir o posto de professora substituta na UFMG, acabaram por propiciar a descoberta de uma paixão que eu havia, até então, deixado latente. À Ana, agradeço, também, pela receptividade e pelo entusiasmo com que acolheu os convites que lhe dirigi ao longo dos últimos dois anos. Ao Douglas, pela gentileza e pela constante preocupação em saber como andavam os meus cursos. Estar em Belo Horizonte me permitiu renovar o contato com a professora Eliana de Freitas Dutra, antiga orientadora e interlocutora sempre querida, para muito além dos assuntos estritamente acadêmicos. Agradeço à professora Kátia Gerab Baggio pelos diálogos sobre a história das Américas e as viagens de intelectuais lusófonos e *hispanohablaantes*, e sobretudo pelo auxílio bibliográfico fundamental que me prestou quando este trabalho ainda não era nem mesmo um projeto. Miriam Hermeto me recebeu sempre com um sorriso aberto e foi um porto seguro em um momento particularmente delicado. José Newton Meneses foi o mais gentil “chefe” que eu poderia desejar, providenciando sempre todo o apoio institucional necessário e sendo compreensivo com as minhas necessidades de pesquisa, enquanto Igor Monção se ocupou com maestria das questões logísticas. Rodrigo Patto Sá Motta, Regina Horta Duarte, Luiz Carlos Villalta e Luiz Arnaut foram antigos mestres que tive enorme prazer em reencontrar pelos corredores da FAFICH. Ao professor Ricardo Sontag e a todas e todos colegas do Studium Iuris, agradeço pela receptividade e pelo entusiasmo com que me integraram às suas atividades.

À minha mãe, Angelina Mara de Moraes Moreira, pelo carinho transbordante de sempre, e também pelo comentário de que me lembrarei sempre, sobre “não fazer barrocadas nos textos”. Ao meu pai, José Carlos da Silveira, pelo apoio, pela coragem em embarcar (às vezes literalmente) nos meus devaneios transfronteiriços e por ter, uma vez mais, aceitado ver seu apartamento tomado por livros, cópias xerográficas, anotações – e, desta vez, também diários de classe e listas de presença. Ana Tereza Landolfi Toledo talvez tenha sido a mais constante companheira do retorno a Belo Horizonte, estando comigo desde as agruras da escrita até as risadas na varanda. Breno Mendes foi não apenas um interlocutor fundamental

no âmbito da teoria da história, mas também um companheiro de estudos e leitor arguto e atento de uma das muitas versões da introdução deste trabalho. Thiago Lenine, Cléber Cabral e Hugo Rocha foram companheiros das inquietações sobre os intelectuais. Aos demais amigos da FAFICH, em especial Natália Ribeiro, Átila Guerra, Ana Luisa Murta, Lidia Generoso, Maria Visconti, Isabela Dornelas, Raul Lanari (autor da máxima evocada no primeiro parágrafo destes agradecimentos), Henrique Brener Vertchenko, Marina Helena Meira Carvalho, Ana Marília Carneiro, Juliana Ventura, Warley Alves Gomes. Débora Moreira, Cícero Catão e Uiara Azevedo, pela amizade de sempre.

Muita insistência e certa obstinação me levaram aos Estados Unidos, onde contei com a acolhida e a instigante interlocução da professora Amy Chazkel, que felizmente se pôde desdobrar por e-mail nos meses seguintes. A minha “gêmea de tese” Marianne González Le Saux, a quem devo sobretudo valiosos diálogos sobre nossas pequenas obsessões compartilhadas, funcionou como uma verdadeira agente de relações públicas da minha estadia em Nova York, embora se encontrasse em Santiago. Agradeço ao professor Pablo Piccato e à professora Nara Milanich pela disponibilidade em me encontrar para falarmos sobre minha pesquisa. Ao primeiro deles, também por ter possibilitado o acesso às monumentais bibliotecas da Columbia University. Rachel Grace Newman, Daniel Gunnar Kresler e Fabíola Enríquez fizeram com que eu me sentisse plenamente acolhida no grupo de jovens latino-americanistas da Columbia, além de me terem concedido uma excelente oportunidade de apresentar resultados parciais desta pesquisa. Silvia Sampaio foi o meu apoio menos acadêmico, mas nem por isso menos importante. Na biblioteca da Catholic University of America, em Washington, contei com o auxílio e a compreensão de Joan Stahl, que fez tudo o que estava ao seu alcance para que eu pudesse trabalhar com um precioso acervo oficialmente fechado para consultas. Na Filadélfia, Leslie O’Neill atendeu com presteza aos meus pedidos de caixas e mais caixas dos arquivos do American Law Institute.

Uma série de outras viagens mais fugazes compuseram as tramas dos deslocamentos desta tese. No Rio de Janeiro, agradeço, na pessoa da bibliotecária Angela Moreira Ribeiro, à Biblioteca Daniel Aarão Reis, do Instituto dos Advogados Brasileiros. Não apenas fui muito bem recebida nesse espaço, como também fui socorrida com eficiência e atenção exemplares quando por pouco não vi se desfazer no ar o esforço de uma semana inteira de trabalho. Deivison Amaral me hospedou durante parte dessa temporada de pesquisa e me acompanhou por alguns dos deslocamentos cariocas. Em Paris, agradeço aos professores Fatiha Cherfouh, Carlos Miguel Herrera e Frédéric Audren pela disponibilidade em me encontrar para que falássemos sobre a minha pesquisa. Com Martyn Lyons e Susan Pickford, partilhei o desafio

de tentar encontrar uma *lingua franca* para os estudos dos livros e das edições, experiência que me ajudou a vislumbrar novos ângulos para refletir sobre as revistas, e também sobre as dinâmicas de tradução. Daniel Leão, sempre em trânsito por alguma terra distante, soube estar presente em momentos cruciais, ainda que não suficientemente duradouros. Azucena Citlali Jaso não apenas foi parte de excelentes momentos paulistanos, não apenas me hospedou em Foz do Iguaçu, como também rendeu um dos mais belos e marcantes desvios laterais destes anos de escrita em movimento: o dia da mulher das zapatistas na Cidade do México. Em território mexicano, também contei com a companhia e a hospitalidade de Giselle Torres Pabón e Juan David Murillo Sandoval.

Dedico este trabalho, por fim, mas certamente com a maior importância, a todas aquelas e todos aqueles que se empenharam, empenham e, quero acreditar, seguirão se empenhando a favor da educação pública, gratuita e de qualidade no Brasil. Em tempos de tantos golpes e tantas privações de direitos, parece-me fundamental enfatizar que (quase) toda a minha trajetória acadêmica se fez em instituições públicas de inegável qualidade, cujo porvir se vê hoje ameaçado. Esta tese, é fundamental ressaltar, só se viabilizou pela concessão de uma bolsa de doutorado pelo CNPq, bem como de auxílios esporádicos das verbas CAPES-PROEX, que possibilitaram a participação em alguns eventos.

Nesse sentido, gostaria de registrar um último e especial agradecimento a todas as alunas e todos os alunos das sete turmas das disciplinas Historiografia Contemporânea e Teoria e Metodologia da História pelas quais tive o prazer de passar ao longo dos dois anos finais deste doutorado. Vocês me fizeram acreditar na história e na universidade de forma muito mais profunda e significativa que as muitas páginas desta tese – o que, pelo menos para mim, é maior e mais relevante que qualquer ensinamento que eu lhes possa ter passado. E agora é hora de, recorrendo ao maior dos meus “clássicos”, colocar *una pietra sopra*, para que venham mais e mais turmas.

Pode ser que tudo exista simultaneamente e que tenhamos do tempo não uma ideia correta ou verdadeira, e sim uma que preserve a nossa integridade. Temos de crer que somos um ponto, não um traço reto ou sinuoso; apreendemos as coisas, não a soma de seus deslocamentos.

Osman Lins, Avalovara

Resumo

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desloca(liza)r o direito: intercâmbios, projetos partilhados e ações públicas de juristas (Argentina e Brasil, 1917-1943)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018 (Tese de Doutorado em História Social).

Ao longo das primeiras décadas do século XX, os juristas argentinos e brasileiros se empenharam em estreitar os seus laços, enquanto repensavam o papel que deveriam cumprir na sociedade e reconstruíam certos pressupostos do seu saber. Mobilizaram, ao longo desse processo, mecanismos que iam da realização de conferências à publicação de livros comemorativos, passando pelo rádio. Mesmo que de forma descontínua e enfrentando tensões de distintas naturezas, esses intercâmbios se sustentaram no tempo e contaram com ressonâncias para além do universo jurídico. Adotando uma perspectiva transnacional e procurando inserir tais diálogos em cenários mais ampliados tanto do ponto de vista geográfico quanto do temporal, esta tese argumenta que as interações entre bacharéis em direito dos dois países desempenharam um papel fundamental em meio a sua busca por intervir na vida pública, em especial quando se tratava de legitimar projetos de reformas legislativas. Para tanto, dois âmbitos de análise foram privilegiados: a circulação de impressos e as ações de organizações profissionais, em especial o Instituto dos Advogados Brasileiros e o Colegio de Abogados de Buenos Aires. As duas dimensões estiveram diretamente articuladas, uma vez que tais associações mantiveram periódicos e bibliotecas, ao mesmo tempo em que diversas atividades que promoveram foram, posteriormente, consolidadas em publicações. Ao explorar os múltiplos sentidos dos dois verbos que se escondem em seu título, “deslocar” e “deslocalizar”, o trabalho lança um olhar crítico para a recorrente narrativa de que brasileiros e hispano-americanos se ignoram, bem como interpela os usos da “técnica” como discurso de legitimação.

Palavras-chave: direito; intelectuais; profissões; Argentina; Brasil

Abstract

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Displacing law: exchanges, shared projects and public actions of lawyers (Argentina and Brazil, 1917-1943)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018 (PhD dissertation in Social History).

During the first decades of the twentieth century, Argentinian and Brazilian lawyers attempted to strengthen their bonds, simultaneously reconceiving their role in society and rebuilding certain presuppositions of their field of expertise. Throughout that process, they mobilized mechanisms that spanned from conferences to commemorative books to the radio. Even though they were discontinuous and faced tensions of different natures, those exchanges were sustained over time and had resonances that went beyond the legal realm. Adopting a transnational perspective and seeking to place those dialogues in broader geographic and temporal perspectives, this dissertation argues that the interactions between law graduates in both countries played a key role in their interventions in public life, especially when it came to advancing projects for legal reforms. Two separate scopes of analysis were considered: the circulation of printed matter and the actions of professional associations, especially the Instituto dos Advogados Brasileiros and the Colegio de Abogados de Buenos Aires. The two dimensions were closely linked, since those associations published journals and sponsored libraries, and concomitantly several activities they promoted were later consolidated in print. By exploiting the multiple meanings of the verb “to displace”, this work proposes a critical approach to the recurring narrative according to which Brazilians and Hispanic Americans ignore one another, simultaneously questioning the uses of “technics” as a legitimizing discourse.

Keywords: law; intellectuals; professions; Argentina; Brazil

Resumen

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Desplazar el derecho*: intercambios, proyectos compartidos y acciones públicas de juristas (Argentina y Brasil, 1917-1943). São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018 (Tesis de Doctorado en Historia Social).

A lo largo de las primeras décadas del siglo XX, los juristas argentinos y brasileños se empeñaron en estrechar sus lazos, mientras repensaban el rol que debían cumplir en la sociedad y reconstruían ciertos presupuestos de su saber. Ellos establecieron, durante dicho proceso, mecanismos que iban desde la realización de conferencias hasta la publicación de libros conmemorativos, pasando por el uso de la radio. Aunque de manera discontinua y enfrentando tensiones de distinta naturaleza, estos intercambios se mantuvieron en el tiempo y tuvieron resonancia más allá del universo jurídico. Adoptando una perspectiva transnacional que busca insertar tales diálogos en escenarios más amplios desde el punto de vista geográfico y temporal, esta tesis plantea que las interacciones entre los graduados en derecho de los dos países cumplieron un rol fundamental en su búsqueda por intervenir en la vida pública, particularmente cuando se trataba de legitimar proyectos de reformas legislativas. Con este propósito, dos ámbitos de análisis fueron privilegiados: la circulación de impresos y las acciones de organizaciones profesionales, en especial del Instituto dos Advogados Brasileiros y del Colegio de Abogados de Buenos Aires. Dichas dimensiones estuvieron estrechamente articuladas, toda vez que tales asociaciones mantuvieron periódicos y bibliotecas, al mismo tiempo que diversas actividades promocionadas derivaron posteriormente en publicaciones. Explorando los múltiples sentidos del verbo “desplazar”, el trabajo dirige una mirada crítica a la recurrente narrativa según la cual brasileños e hispanoamericanos se ignoran, interpelando al mismo tiempo, los usos de la “técnica” como discurso de legitimación.

Palabras clave: derecho; intelectuales; profesiones; Argentina; Brasil

Lista de abreviaturas e siglas

AAPSS – American Association for the Promotion of Social Science
ABA – American Bar Association
ABL – Academia Brasileira de Letras
AIDP – Associação Internacional de Direito Penal
AAIL – American Institute of International Law
AIPSS – Association Internationale pour le Progrès des Sciences Sociales
ALI – American Law Institute
CABA – Colegio de Abogados de Buenos Aires
CEIP – Carnegie Endowment for International Peace
CICI – Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (Liga das Nações)
CUA – Catholic University of America
DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda
FACA – Federación Argentina de Colegios de Abogados
FIA – Federação Interamericana de Advogados
IAB – Instituto dos Advogados Brasileiros
IADI – Instituto Argentino de Derecho Internacional
IAEL – Instituto Argentino de Estudios Legislativos
IASP – Instituto dos Advogados de São Paulo
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDI – Institut de Droit International
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IICE – Instituto Internacional do Cinema Educativo (Liga das Nações)
IICI – Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (Liga das Nações)
IIDP – Institut International de Droit Public
ILA – International Law Association
INL – Instituto Nacional do Livro
IPC – Instituto Popular de Conferencias
MSA – Museo Social Argentino
NAPSS – National Association for the Promotion of Social Science
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
OCI – Organização de Cooperação Intelectual (Liga das Nações)
OIT – Organização Internacional do Trabalho

SBDI – Sociedade Brasileira de Direito Internacional
SCA – Sociedad Científica Argentina
SEL – Société d’Études Législatives
SLC – Société de Législation Comparée
SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
STF – Supremo Tribunal Federal
UBA – Universidad de Buenos Aires
UCR – Unión Cívica Radical
UIA – Union Internationale des Avocats
UIDP – União Internacional de Direito Penal
UJI – Union Juridique Internationale
UNIDROIT – Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado
UNLP – Universidad Nacional de La Plata
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	31
Trânsitos intelectuais entre Brasil e Argentina: perspectivas históricas e historiográficas	35
Juristas e vida pública: notas sobre uma persistente proximidade	43
História intelectual do direito, debates transfronteiriços: horizontes teóricos e metodológicos	51
No encalço de juristas viajantes: percursos de uma pesquisa	62
 Preâmbulo – Itinerários do direito na passagem do século XIX ao XX	 71
Consolidar o direito internacional, construir a “ciência do direito comparado”: congressos, instituições e projetos em tempos de Exposições Universais.....	73
Questões continentais, projetos americanistas, instituições nacionais	84
O IAB nos festejos cívicos de uma República em construção	94
A Argentina entre dois centenários, novas instituições e um mundo em guerra.....	108
 PARTE I – CAMINHOS	 123
Capítulo 1 – Em busca do “intercâmbio jurídico-cultural”: instituições, viagens, congressos.....	125
Seguindo os passos de diplomatas e políticos: esforços iniciais de aproximação entre o CABA e o IAB.....	127
Novos (inter)nacionalismos: os primeiros anos da FACA, o centenário da Independência brasileira e a expansão das ações de juristas na cena pública	148
A caminho da “cooperação intelectual”: instituições internacionais, esforços para sistematizar intercâmbios e viagens de delegações	173
Diálogos intermitentes em tempos de turbulência política: intercâmbios postos à prova, esforços oficiais de aproximação, a organização profissional em questão.....	200
“Advogados das Américas, despertem!”: a criação da FIA e seus primeiros congressos	222
Capítulo 2 – Diálogos impressos, impressões em diálogo	239
Publicar eventos: congressos, conferências, viagens e usos dos impressos	242
Celebrar publicações, editar (para) o conhecimento mútuo: exposições, traduções, coleções	275
Acervos transnacionais: correspondências, bibliotecas, permutas	302
O país vizinho em resenha: registros bibliográficos e circulações de periódicos	335
 PARTE II – MISSÕES	 359
Capítulo 3 – “Técnicos da legalidade”: a “socialização do direito” e a escrita das leis .	361
Projetos globais	366
“Socializar” não apenas a mensagem, mas também o meio: o uso do rádio	391
Novos juristas para um novo direito: a emergência do “técnico da legalidade”	401
“Um gabinete elaborador da lei”: o Instituto Argentino de Estudios Legislativos	416

“Refundar o direito nacional”: as reformas das leis no Brasil pós-1930	429
Sobre os limites da “técnica” e da “socialização do direito”: reflexões sobre o fracasso partilhado em reformar o direito civil	439
Projetos convergentes, resultados distintos: um balanço	465
Conclusão.....	475
“A política por outros meios”: revisitando o lugar da “técnica”	480
Sobre os limites do intercâmbio entre Argentina e Brasil e a persistente narrativa da ignorância mútua: um esforço final de avaliação	482
Caminhos de uma história intelectual transfronteiriça	486
Epílogo – Algo restou de todo esse “intercâmbio jurídico-cultural”?.....	489
Referências.....	499
1. Fontes	499
a) Acervos documentais e bibliográficos.....	499
b) Periódicos	499
c) Livros, folhetos, anais de congressos e outros.....	501
2. Bibliografia.....	513
Anexos	539
Anexo I – Monografias reunidas no Livro dos Centenários dos Cursos Jurídicos (1927)	539
Anexo II – Obras da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano (1937-1949)	540
Anexo III – Obras da Coleção Brasileira de Autores Argentinos (1938-1952).....	541
Anexo IV – Texto de divulgação da biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires (1925)	542
Anexo V – Obras doadas pela delegação do Instituto dos Advogados Brasileiros à biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires em novembro de 1935	544
Anexo VI – “Características atuais do Direito Positivo Brasileiro” – Série de conferências pelo rádio, promovida pelo IAB em 1930	547
Anexo VII – Publicações do Instituto Argentino de Estudios Legislativos (1938-1958).....	548
Anexo VIII – Subcomissões legislativas e seus membros (1930-1932).....	549

Introdução

Em agosto de 1917, o então já veterano político e diplomata Afrânio de Melo Franco foi enviado à Bolívia como representante do Brasil nas solenidades de posse do novo presidente daquele país. A grande relevância atribuída a essa missão pode ser comprovada pela transformação da viagem até La Paz em um verdadeiro périplo sul-americano. Ao longo dos trajetos de ida e de volta, o brasileiro foi recebido por autoridades e discursou na Argentina, no Chile e no Uruguai.¹ Entre as atividades da viagem de regresso, esteve uma conferência no Colegio de Abogados de Buenos Aires (CABA).²

Publicada sob o significativo título “Correlação do direito brasileiro e argentino”, a fala trazia repetidos apelos à “confraternidade americana”. Franco enfatizou o fato de que, em 1915, enquanto a Europa estava envolta em um conflito que levava ao “dilaceramento das leis escritas”, o Brasil dava os toques finais a seu código civil. Em seu argumento, isso constituía prova de que a paz e a ordem reinavam nas Américas, permitindo que o direito florescesse mesmo naquela conflituosa conjuntura. Mais à frente, afirmou que a “interpenetração de ideias” era um fator crucial para o estabelecimento de uma “solidariedade crescente”. Buscou demonstrar essa assertiva a partir do amplo conhecimento de obras de juristas³ argentinos por seus colegas brasileiros, e vice-versa.⁴

Ainda que Franco invoque um impressionante rol de bacharéis em direito que (pessoalmente ou por meio da palavra impressa) cruzaram as fronteiras do Brasil e da Argentina, sua fala pode ser vista mais como uma afirmação do desejo de aprimorar os contatos intelectuais entre esses países que como uma demonstração de sua vitalidade. Isso se torna claro quando atentamos para o que ocorreria nos anos seguintes. Em função de certas circunstâncias políticas, mas também de debates específicos do pensamento jurídico, como o desenvolvimento dos estudos de direito comparado e a difusão de teorias reformistas que buscavam superar as concepções jurídicas que haviam prevalecido no século XIX, os intercâmbios entre bacharéis das Américas cresceram em intensidade e em projeção pública.

¹ Informações sobre a missão e a viagem se encontram em: FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República*: Afrânio de Melo Franco e seu tempo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v. 2, p. 888.

² Fundado em 1913, esse órgão carrega hoje o nome de Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires. Optamos, entretanto, por utilizar sempre a denominação mais comum nas fontes mobilizadas.

³ Ao longo deste trabalho, e com o intuito de evitar excessivas repetições na escrita, utilizaremos de maneira intercambiável termos como “jurista”, “bacharel em direito”, “graduado em direito”, para nos referirmos genericamente àqueles que atuavam no âmbito jurídico. Expressões mais específicas (“advogado”, “juiz”, “professor universitário de direito” etc.) serão empregadas quando for conveniente particularizar as ações profissionais do indivíduo em questão.

⁴ FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant, 1917, p. 5-7.

Após uma ampla mobilização de juristas de diversas nacionalidades e contando com o respaldo da União Pan-Americana, foi fundada em 1940 uma Federação Interamericana de Advogados (FIA). O órgão, que buscava congregar instituições representativas da advocacia de todo o continente e fomentar o intercâmbio entre elas, promoveu já no ano seguinte o seu primeiro congresso, em Havana.

A II Conferência Interamericana de Advogados teve como palco o Rio de Janeiro. Realizado em agosto de 1943, o evento coincidiu com as comemorações do centenário da fundação do Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB).⁵ J. Honório Silgueira, o presidente da delegação argentina, havia realizado diversas viagens ao Brasil desde 1926, quando foi eleito sócio honorário do IAB e passou a estabelecer laços com alguns dos juristas mais consagrados do país. “Como nasceu e se desenvolveu o intercâmbio jurídico-cultural entre os advogados brasileiros e argentinos” foi o título da palestra de despedida que proferiu na sede do IAB. A fala de Silgueira foi, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda, transmitida pelo rádio tanto no Brasil quanto na Argentina.

O representante da advocacia argentina exaltou o desenvolvimento dos contatos entre os dois países, a ponto de afirmar que um “novo arco luminoso de compreensão argentino-brasileira ficou estendido entre a Guanabara e o Prata, entre os juristas de ambos os países, e aberta a larga estrada de uma promissora confraternidade”.⁶ Ainda que haja exageros retóricos e um marcado tom de autopromoção na argumentação de Silgueira, ela encontra respaldo em uma série de iniciativas que ele próprio relata. Viagens de delegações de advogados, conferências internacionais, doações de livros, resenhas em periódicos especializados apontam para trocas mais consistentes que as delineadas alguns anos antes por Melo Franco. A radiodifusão patrocinada pelo DIP sugere, além disso, que esses debates ultrapassaram, com frequência, os muros dos ambientes jurídicos, articulando-se ao universo da política.

Compreender como se consolidaram espaços de diálogo entre bacharéis em direito e analisar os significados que foram atribuídos a tais debates constituem alguns dos objetivos centrais deste trabalho. Mais precisamente, esta tese se dedica às iniciativas de intercâmbio entre juristas argentinos e brasileiros ao longo das primeiras décadas do século XX, buscando demonstrar que esses pouco conhecidos e frequentemente negligenciados contatos

⁵ Fundada em 1843, a organização foi rebatizada como Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros por uma revisão estatutária de 1880. Após a criação da Ordem dos Advogados Brasileiros (OAB), no começo da década de 1930, o IAB voltaria a adotar o nome original. Por conveniência de redação, utilizaremos neste trabalho somente o nome original e sua forma abreviada. Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3-O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 19, nota 1.

⁶ SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-211.

desempenharam um papel fundamental nos projetos intelectuais e políticos em que tais homens se engajaram. A atuação pública dos egressos das faculdades de direito, pensada tanto em sua continuidade histórica quanto nas profundas transformações vividas no período, constitui o eixo condutor de toda a argumentação. Transitando por uma conjuntura em que Brasil e Argentina enfrentavam questionamentos semelhantes quanto aos rumos da nação, ao mesmo tempo em que disputavam a hegemonia regional e refletiam sobre o seu lugar em um mundo convulsionado, avaliamos as estratégias empregadas para transcender as fronteiras, a forma como os juristas se posicionavam publicamente e construía legitimidades específicas para suas ações, seus sucessos e fracassos em consagrar posicionamentos na letra da lei.

Para tanto, consideramos dois âmbitos principais de análise: a circulação de impressos, em especial das revistas jurídicas; e as ações de instâncias de representação profissional, com ênfase no IAB e no CABA, órgãos de maior projeção em seus respectivos territórios nos anos aqui contemplados.⁷ As duas dimensões estiveram intimamente relacionadas, na medida em que tais institutos publicaram boletins, revistas, livros e folhetos, além de muitas das conferências que promoveram terem sido reproduzidas em periódicos especializados em direito ou mesmo na imprensa diária. Aliar uma análise de publicações à de atividades institucionais é fundamental, ainda, porque os impressos podem atingir um público mais amplo e ajudar a garantir ressonância e durabilidade aos efêmeros encontros presenciais, ao mesmo tempo em que constituem, por si sós, importantes mecanismos de intercâmbio.

Os marcos inicial e final da pesquisa coincidem, respectivamente, com a conferência de Afrânio de Melo Franco e com o discurso de J. Honório Silgueira. 1917 é o momento da entrada em vigor do primeiro código civil brasileiro, que despertou forte interesse entre os juristas argentinos. Foi, também, o ano de publicação oficial do projeto posteriormente sancionado como o código penal argentino de 1921, que teve circulação significativa no Brasil. Em 1943, por sua vez, a II Conferência Interamericana de Advogados e a atuação da delegação argentina em seu âmbito sinalizam para um intercâmbio consolidado, mas que já começa a assumir colorações diversas. Nos anos seguintes, as preocupações com a reconstrução do mundo pós-guerra passam a predominar, direcionando os debates jurídicos que transcendiam as fronteiras para áreas e objetivos distintos, em especial o estabelecimento

⁷ Embora formalmente se voltassem apenas à advocacia, essas associações acabavam por congregiar representantes de outros setores das profissões jurídicas. Uma boa expressão desse fato pode ser encontrada no local onde o Colegio de Abogados se estabeleceu em seus primeiros anos: o prédio da Corte Suprema de Justicia de la Nación. As escolhas feitas se justificam, ainda, pelo funcionamento do CABA e do IAB como âmbitos de sociabilidade das elites de Buenos Aires e do Rio de Janeiro, bem como pela projeção com que suas atividades contavam em jornais de grande circulação. São, ainda, os únicos órgãos de representação profissional que existiram durante todo o recorte temporal adotado.

de uma nova ordem internacional. 1943 é, ainda, o momento em que se percebem as primeiras manifestações articuladas de bacharéis em direito brasileiros contra o Estado Novo. A Argentina, por sua vez, sofre uma importante ruptura institucional.

Entre essas duas balizas, ocorre uma inegável – embora não isenta de tensões ou descontinuidades – intensificação dos olhares recíprocos e das trocas entre juristas brasileiros e argentinos, tendo como pano de fundo uma busca comum por fazer do direito um instrumento de reforma social e de progresso nacional. Nesse sentido, uma série de processos compõe a especificidade do período aqui contemplado e o torna um momento instigante para a análise proposta. As inquietudes em torno da nação, potencializadas pelo choque causado pelo conflito mundial iniciado em 1914, trazem novos significados para os contatos entre Argentina e Brasil, ao mesmo tempo em que a ascensão dos Estados Unidos como uma potência hegemônica impacta os debates sobre os diversos americanismos. O fortalecimento das lutas operárias, as ondas migratórias e a acelerada urbanização fazem da busca por solucionar a chamada “questão social” uma obsessão das elites brasileiras e argentinas. No âmbito do direito, essas inquietudes se cristalizariam em um projeto de reformulação das próprias bases da disciplina, procurando aproximá-la das circunstâncias sociais a partir de uma crítica aos pressupostos liberais, individualistas e formalistas⁸ que haviam prevalecido no século anterior.

Em consonância com esses intuitos de promover uma “socialização do direito”, o desenvolvimento de novos meios de comunicação, sobretudo do rádio, e a consolidação de uma cultura de massas fazem com que os graduados em direito busquem penetrar em distintas camadas da sociedade e renovar suas formas de atuação. Nesse quadro, o “bacharel-político” pluripotente do século XIX é cada vez mais visto como um anacronismo, a ser suplantado pela figura moderna do “técnico”. Procuravam-se afastar, assim, as bases retóricas, idealistas, ilustradas e livrescas identificadas em gerações anteriores, em um movimento de rejeição que se espalhava dentro como fora dos círculos jurídicos. Longe de se manterem inertes diante das censuras que sofriam em meio à crescente especialização acadêmica, à valorização da ciência na condução da política e à consolidação de novos saberes sobre a sociedade, os juristas se empenharam em demarcar um lugar de relevo na vida pública em termos distintos. Reivindicando o papel de portadores de um conhecimento pretensamente científico e objetivo, almejavam fazer do direito uma espécie de engenharia social.

⁸ “Formalismo” designa a concepção do direito que não leva em conta reflexões de natureza política, social ou econômica, preocupando-se tão somente com a adequação a requisitos formais, estabelecidos pelo próprio direito. Nessa perspectiva, a ordem jurídica é vista como algo que legitima a si mesma. Cf. HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 422.

A conjunção entre a busca por “socializar o direito” e o intuito de substituir os polígrafos e retrógrafos “bacharéis” pelos especializados e modernos “técnicos” serviu de fundamento para uma série de intervenções na vida pública, sobretudo na escrita das leis. Não por acaso, esboços de reformas legislativas foram alguns dos principais artefatos intelectuais ligados ao direito que atravessaram as margens do Prata. Ainda que os resultados concretos dessas iniciativas tenham sido bastante variáveis, elas deixam entrever como os juristas não mais se contentaram em assessorar os poderes de Estado: procuraram, com frequência, colocar-se *acima* deles, ou mesmo *substituí-los*. Respaldavam-se, para tanto, já não em sua condição de estadistas por excelência, mas no conhecimento especializado de que se consideravam detentores. Atividades promovidas por organismos associativos e publicações de textos de registros os mais diversos foram os mecanismos privilegiados para consolidar tais projetos e garantir sua repercussão junto às instâncias estatais.

Pensar a atuação pública dos juristas argentinos e brasileiros ao longo da primeira metade do século XX a partir de seus intercâmbios significa percorrer três grandes eixos, que se entrecruzam e compõem a complexidade do objeto desta tese. Primeiramente, é preciso levar em conta as relações culturais entre o Brasil e a Argentina, de modo a compreender a inserção do direito em debates mais amplos. Em seguida, deveremos avaliar a histórica proximidade dos juristas com a vida pública nesses territórios, bem como as mudanças vividas em uma conjuntura em que os bacharéis sofreram severos ataques e promoveram, eles próprios, revisões sobre seus modos de agir. Por fim, será necessário atentar para as dinâmicas de circulação de ideias, buscando trazer à tona suas especificidades no meio jurídico e os resultados particulares a que puderam levar.

Trânsitos intelectuais entre Brasil e Argentina: perspectivas históricas e historiográficas

De diferentes maneiras, os temas da formação de redes transnacionais e dos intercâmbios entre intelectuais provenientes de países diversos têm ganhado força na historiografia. Os trabalhos reunidos por Christophe Charle, Jürgen Schriewer e Peter Wagner⁹ e por Ricardo Salvatore,¹⁰ embora se voltem para períodos e espaços um tanto distintos, compartilham a inquietação com a complexa tensão entre o enraizamento local dos saberes e os fluxos internacionais de ideias. Essa problemática também esteve no cerne da coletânea publicada sob o título *Les Savoirs-Mondes*, composta por trabalhos que dão ênfase

⁹ CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*. Frankfurt am Main: Campus, 2004.

¹⁰ SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007.

às circulações e às mediações culturais.¹¹ Os artigos compilados em *Shaping the transnational sphere*, por sua vez, enfatizaram o papel das redes de especialistas na consolidação de projetos de reforma social e na elaboração de políticas públicas na Europa a partir de meados do século XIX.¹² Outros estudos se têm voltado à análise de mecanismos de intercâmbio intelectual, como as “visitas culturais”,¹³ os congressos acadêmicos,¹⁴ as redes de circulação de livros e seu papel na “diplomacia cultural”.¹⁵

O direito é um tema pouco contemplado nessa produção historiográfica, muito embora seja uma área do conhecimento que, ao menos desde meados do século XIX, experimentou importantes processos de difusão pelo globo.¹⁶ No caso dos países latino-americanos, quando debates jurídicos são estudados além do marco da nação, normalmente se enfatizam as relações com a Europa ou com os Estados Unidos, e não os laços entre as antigas colônias ibéricas. É o que ocorre em quatro coletâneas recentes voltadas à circulação de ideias jurídicas,¹⁷ bem como nos estudos de Eduardo Zimmermann sobre as relações entre “questão social” e pensamento jurídico e sobre o direito administrativo na Argentina das décadas de

¹¹ GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar; HILAIRE-PERÉZ, Liliane (dirs.). *Les Savoirs-Mondes*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

¹² RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere*. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s. New York: Berghahn, 2015.

¹³ BRUNO, Paula (coord.). *Visitas culturales en la Argentina* (1898-1936). Buenos Aires: Biblos, 2014.

¹⁴ KUHLMANN JR., Moisés. Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 179-195; GALVÃO, Laila Maia. Espaços de construção da interpretação constitucional: análise dos congressos jurídicos da Primeira República. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 19, n. 118, jun-set. 2017, p. 377-401; BIANCO, Giuseppe. Le long et monotone chapelet de l'Esprit universel. Courte histoire des premiers congrès de philosophie. *Revue de métaphysique et de morale*. Paris, n. 84, 2014/4, p. 483-497.

¹⁵ HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde, 2011.

¹⁶ Duncan Kennedy sustenta haverem existido três grandes “globalizações” do direito, parcialmente superpostas no tempo. A primeira delas, qualificada pelo autor como “pensamento jurídico clássico”, teve maior força entre 1850 e 1914. Estava ligada à defesa dos direitos individuais e a uma concepção formalista do direito. Entre 1900 e 1968, o que se difundiu por diversos países foi um pensamento jurídico voltado para “o social”. Finalmente, entre 1945 e 2000, ganhou força uma preocupação com a análise de políticas públicas e com um “neoformalismo”, buscando um equilíbrio pragmático na administração das situações conflituosas contempladas pelo sistema jurídico. Ver: KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development*. A critical Appraisal. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 19-73.

¹⁷ ABÁSULO, Ezequiel (dir.). *La cultura jurídica latinoamericana y la circulación de ideas durante la primera mitad del siglo XX*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2014; POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015; MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo (eds.). *Derecho en movimiento*. Personas, derechos y derecho en la dinámica global. Madrid: Dykinson, 2015; MECCARELLI, Massimo; SOLLA SASTRE, María Julia (eds.). *Spatial and Temporal Dimensions for Legal History: Research Experiences and Itineraries*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2016.

1880 a 1930,¹⁸ na análise de Carlos Miguel Herrera a respeito da viagem a Buenos Aires realizada em 1911 pelo francês Léon Duguit¹⁹ e na correlação traçada por Lucia Barbosa del Picchia entre autores franceses e os debates em torno do constitucionalismo social no Brasil dos anos 1930.²⁰

Uma das raras exceções pode ser encontrada nos trabalhos de Ezequiel Abásolo, que vêm trazendo à tona questões como a presença de textos sobre o Brasil na revista *La Ley*, a repercussão do código civil brasileiro de 1916 na Argentina, comentários recíprocos em obras jurídicas, alusões ao país vizinho nas primeiras constituintes republicanas brasileiras.²¹ A perspectiva desta pesquisa difere levemente da de tal autor, na medida em que ele enfatiza as citações recíprocas e a circulação de ideias, enquanto aqui se privilegiam os mecanismos institucionais de intercâmbio entre os dois países e os projetos partilhados aos quais esses fluxos se articularam. Para avançarmos na compreensão de tais projetos, o diálogo com os estudos que, a partir de outros pontos de vista, ocuparam-se das relações políticas e culturais entre esses países nos parece fundamental.

Os contatos entre o Brasil e a América Hispânica foram, com frequência, tensos e ambíguos.²² Ao longo do século XIX, o enorme país monarquista, escravista e centralizador foi visto com forte desconfiança pelas repúblicas vizinhas, sendo tomado como uma

¹⁸ ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 81-106; ZIMMERMANN, Eduardo. Circulation des savoirs juridiques: le droit administratif et l'état en Argentine. In: GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar; HILAIRE-PERÉZ, Liliane (dirs.). *Les Savoirs-Mondes*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 421-438.

¹⁹ HERRERA, Carlos Miguel. Jean Jaurès y Léon Duguit en Buenos Aires: el político, el científico, lo social. In: BRUNO, Paula. *Visitas culturales en la Argentina* (1898-1936). Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 97-119.

²⁰ PICCHIA, Lucia Barbosa del. *Estado, democracia e direitos na crise do constitucionalismo liberal: uma comparação entre o pensamento jurídico francês e o brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012 (Tese de Doutorado em Direito).

²¹ ABÁSULO, Ezequiel. Interés argentino en la cultura jurídica brasileña a mediados del siglo XX: el caso de la revista *La Ley* durante el quinquenio 1941-1945. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 172, n. 452, jul.-set. 2011, p. 415-427; ABÁSULO, Ezequiel. Los Comentarios a la Constitución de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos y la repercusión de la cultura jurídica argentina en Brasil durante la primera mitad del siglo XX. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 47, jan.-jun. 2014, p. 1-12; ABÁSULO, Ezequiel. Rui Barbosa y la cultura jurídica argentina: su percepción sobre los productos normativos y las reflexiones doctrinarias nacionales, y su papel en la construcción del prestigio asignado al derecho argentino en el Brasil. *Escritos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, 2014, p. 183-197; ABÁSULO, Ezequiel. O direito argentino nos debates constitucionais brasileiros de 1946. *Direito & Praxis*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2015, p. 254-271; ABÁSULO, Ezequiel. La Argentina y lo argentino en los primeros debates constituyentes del Brasil republicano (1891-1946). *Em tempo*. Marília, v. 14, mar. 2016, p. 332-341; ABÁSULO, Ezequiel. El pensamiento de Clóvis Beviláqua y su impacto en los debates jurídicos argentinos de la primera mitad del siglo XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 178, n. 473, jan.-mar. 2017, p. 425-442.

²² Ver, entre outros: BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, 2009, p. 289-321; CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): A grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, p. 285-316; PRADO, Maria Lígia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo, n. 145, 2001, p. 127-149.

“anomalia” ou mesmo como uma “ameaça”, dado o caráter expansionista identificado, sobretudo, em suas políticas na região platina. Em contrapartida, difundiram-se entre os brasileiros diversas representações nada simpáticas das antigas colônias espanholas, que eram vistas como locais da “desordem”, do “caos social”, do “caudilhismo”, da fragmentação e da violência política.²³

A proclamação da República no Brasil e os consequentes desafios suscitados pelo novo regime político levaram a uma busca por aproximação e a um olhar mais atento para a Hispano-América. Apesar de tal abertura, esses países seguiram sendo representados, em regra, como uma “outra” América, distinta do Brasil e vista preponderantemente em sinal negativo.²⁴ Além disso, no caso da Argentina, interesses concorrentes de hegemonia regional contribuíram para que tensões se desenvolvessem em diversos momentos. Os anos 1930 e 1940 foram, porém, um momento de aproximação, em que a América Hispânica assumiu papel de destaque na política externa brasileira, em movimento não dissociado de uma busca pela liderança na região.²⁵

Essa história conturbada, pontilhada por uma série de distanciamentos, não deve, assim, obscurecer toda uma outra trajetória de aproximações e, em especial, de trocas intelectuais. Esses contatos culturais se fortaleceram ao longo da primeira metade do século XX. Como sugeriu Gabriela Pellegrino Soares, representações mais positivas sobre a experiência e a realidade dos países latino-americanos possibilitaram a difusão da ideia de que essas nações podiam “buscar inspiração e referência umas nas outras, e não apenas no Velho Mundo, cujo modelo foi por muito tempo tomado como única possibilidade de superação da ‘barbárie’ local”. Aguçou-se, assim, “o desejo de conhecimento mútuo”.²⁶ Em sentido semelhante, Kátia Baggio vem enfatizando como os contatos intelectuais e as iniciativas para promover o intercâmbio entre as antigas colônias ibéricas foram, a partir das primeiras décadas do século XX, mais intensos que comumente se supõe.²⁷ Analisando exposições de livros que envolveram o Brasil, a Argentina e o Uruguai nos anos 1930 e 1940, Eliana Dutra

²³ PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo, n. 145, 2001, p. 127-149.

²⁴ BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998 (Tese de doutorado em história social), p. 209-211.

²⁵ CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta. A experiência brasileira (1500-2000): A grande transação*. São Paulo: Senac, 2000, p. 298-304.

²⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino. Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 32, jun. 2006, p. 243.

²⁷ BAGGIO, Kátia Gerab. Brasil e Hispano-América: representações e trocas intelectuais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 167-183.

mostrou como havia uma busca simultânea pela aproximação e pela afirmação de posições continentais, processos em que se atribuiu à cultura papel estratégico.²⁸

A “fórmula Mérou”,²⁹ expressão empregada por Gustavo Sorá para designar um lugar-comum que postula um desconhecimento da Argentina em relação ao Brasil, vem, assim, recebendo uma revisão crítica em ambos os lados da fronteira. Sorá demonstrou como, a despeito da suposta ignorância recíproca, as traduções de autores brasileiros na Argentina levaram à acumulação de um significativo fundo de publicações. Sua análise colocou igualmente em relevo, contudo, como esses dois países tendem a negar suas relações culturais e a privilegiar o reconhecimento nos locais tidos como “centrais”.³⁰ Esse fato conduz a uma importante ambiguidade: embora a necessidade de estreitar os laços entre esses países vizinhos seja afirmada à exaustão, os principais referenciais e os signos de distinção mais almejados permaneceram, com grande frequência, situados na Europa ou nos Estados Unidos.

Atentos a todas essas questões, diversos estudos têm procurado aprofundar a compreensão das relações intelectuais entre a Argentina e o Brasil, seja a partir de perspectivas comparadas, seja colocando em destaque dinâmicas transnacionais. Proximidades, paralelos e distanciamentos foram explicitados em torno de temas como a formação de uma nova direita, nacionalista e autoritária,³¹ ou as políticas de difusão da leitura.³² A cooperação cultural entre os dois países foi analisada dos pontos de vista das relações diplomáticas,³³ da escrita da história,³⁴ de trocas intelectuais e viagens de distintas naturezas³⁵ ou ainda da circulação de saberes, práticas e pessoas entre as polícias do Rio de

²⁸ DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: *Actas del I Coloquio Argentino de Estudios Sobre el Libro y la Edición*. La Plata: Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 8. Disponível em: <http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>. Acesso em 13/01/2016.

²⁹ Referência ao autor argentino que publicou, em 1900, uma alentada obra dedicada aos pensadores do país vizinho: GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual*. Impresiones y notas literarias. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1900.

³⁰ SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 21-24 e 78-86.

³¹ BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

³² SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

³³ SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954)*. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

³⁴ SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

³⁵ A bibliografia sobre os intercâmbios intelectuais e as viagens entre Argentina e Brasil vem crescendo, embora tenda a se concentrar em períodos anteriores ao aqui contemplado. Ver, entre outros: BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História Revista*. Goiânia, v. 13, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 425-445; BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima.

Janeiro e de Buenos Aires.³⁶ Outros estudos trouxeram à tona o papel dos impressos em projetos americanistas,³⁷ nos esforços do Estado Novo para se aproximar dos países hispano-americanos,³⁸ assim como em engajamentos antifascistas.³⁹ Em toda essa produção historiográfica, embora apareçam com frequência personagens com formação em direito (até mesmo por certa indefinição dos campos de saber ainda prevalecente no início do século XX), pouco se interroga sobre a atuação mais propriamente jurídica desses homens. Explorar suas trajetórias também dentro de sua disciplina de origem poderá, porém, ser esclarecedor.

Em primeiro lugar, porque se observa uma forte presença de temas jurídicos em iniciativas diplomáticas, como as Conferências Pan-Americanas, iniciadas em Washington em 1889. No trabalho de Tereza Maria Spyer Dulci dedicado às seis edições desses encontros realizadas até 1928, são mencionadas, em diversas passagens, discussões ligadas ao direito. Tais debates são quase sempre classificados pela autora como aspectos “menores” dessas Conferências.⁴⁰ Acreditamos, ao contrário, que muitos desses resultados são significativos, como o atesta o fato de o código de direito internacional privado, aprovado durante a Conferência de Havana de 1928, permanecer em vigor em muitos países. Como já sugerimos, a União Pan-Americana⁴¹ esteve envolvida também na fundação da Federação Interamericana de Advogados, que foi determinada durante o VIII Congresso Científico Americano, realizado em Washington em 1940. O saber jurídico desempenhou, por outro lado, papel crucial na consolidação de uma ordem interamericana, a partir de debates articulados em redes de

Impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). *Pensar al outro / pensar la nación*. Intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 96-138; PREUSS, Ori. *Bridging the Island*. Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1865-1912. Frankfurt: Madrid: Iberoamericana-Verveurt, 2011; PREUSS, Ori. *Transnational South America: experiences, ideas, and identities, 1860s-1900s*. New York: Routledge, 2015; RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, set.-dez. 2017, p. 537-562.

³⁶ GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes*. Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

³⁷ CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012; CASTRO, Fernando Vale. América em Revista: uma análise da *Revista de Derecho Historia y Letras*. In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de (orgs.). *Outras histórias*. Ensaios em História Social. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 73-92.

³⁸ NEVES, Livia Lopes. *Pensamento da América: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado (1941-1945)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).

³⁹ OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas*. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939). São Paulo: Alameda, 2016.

⁴⁰ DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.

⁴¹ Esse era o nome dado, desde a Conferência de Buenos Aires (1910), ao secretariado da União de Repúblicas Americanas. O órgão ganhou, a partir desse momento, estrutura mais sólida e atribuições ampliadas – entre elas, a de estimular estudos sobre o continente americano. Ver DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, p. 16-17 e 60.

especialistas em direito internacional, que frequentemente buscavam sublinhar as especificidades continentais.⁴²

Em segundo lugar, porque teve forte expressão em meio aos juristas a verdadeira “missão” que os intelectuais reivindicaram para si próprios ao longo das primeiras décadas do século XX. Fortalece-se, nesse período, a presença dos “homens de pensamento” como “atores do debate público”, em estreito vínculo com as representações que construíam a respeito de si mesmos como um “ser cívico – ‘consciência’ de seu tempo, intérprete da nação ou voz do seu povo” e com sua definição como “grupo ético”.⁴³ Enxergavam-se, assim, como os “eleitos”, por excelência, para o desempenho da tarefa de “salvar a nação”, termo-síntese onipresente nos inúmeros diagnósticos sobre as relações entre nacionalismo, crise e modernidade que ganham força em diversos países da América do Sul por volta dos anos 1920.⁴⁴

Tal sentimento de “crise” ganhou força discursiva, sobretudo, após a vivência da Primeira Guerra Mundial, que abalou profundamente o “grande paradigma modernizador do século XIX, que opunha civilização europeia e barbárie latino-americana”.⁴⁵ Além de propiciar olhares para dentro da própria América na busca por formas de alcançar o “progresso”, essa ideia de “crise” favoreceu representações elitistas da vida social. A partir da depressão econômica iniciada em 1929, tais representações ganharam um novo impulso. Elas assumiram um tom de censura ao parlamentarismo e ao sufrágio universal, pintando um quadro desolador de fracasso da política e reforçando um lugar de protagonismo para os intelectuais.⁴⁶

O viés de crítica à democracia liberal que pautava muitos desses diagnósticos foi, por vezes, mobilizado na formulação de ideologias de direita e na montagem de regimes

⁴² Consultar a análise do impacto das ações do jurista estadunidense James Brown Scott sobre a América Latina entre inícios do século XX e fins da década de 1930 proposta em: SCARFI, Juan Pablo. *El imperio de la ley. James Brown Scott y la construcción de un orden jurídico interamericano*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014. Ver, também, o estudo do mesmo autor sobre as redes de juristas internacionalistas e a criação do American Institute of International Law (1912), que se deu a partir do encontro entre Scott e o chileno Alejandro Alvarez (conhecido por sua defesa da existência de um “direito internacional americano”): SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas. Empire and legal networks*. New York: Oxford University Press, 2017.

⁴³ ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al volumen II – Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 9.

⁴⁴ FUNES, Patricia. *Salvar la nación. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006, p. 22.

⁴⁵ COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa. A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014, p. 238.

⁴⁶ TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina. In: TERÁN, Oscar (org.). *Ideas en el siglo. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano*. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008, p. 39-40.

autoritários⁴⁷ – movimentos de ideias com que alguns juristas flertaram. Em outros casos, os bacharéis em direito se mantiveram próximos daqueles a quem Eduardo Zimmermann chamou “liberais reformistas”, que se propuseram a solucionar a “questão social” a partir da busca por um “caminho intermediário entre o *laissez faire* ortodoxo e o socialismo de Estado”. Pautados por uma rígida oposição à mudança social “revolucionário-radical” e tendo as profissões jurídicas como uma de suas principais bases sociais, esses grupos se apegaram ao legalismo e ao cientificismo para legitimar suas ações no espaço público.⁴⁸

Dentro desse complexo quadro, as décadas de 1920, 1930 e 1940 constituem um momento de especial interesse para a análise de projetos intelectuais desenvolvidos no âmbito jurídico. Em função da busca por um conhecimento tido como objetivo acerca da sociedade e da concorrência das novas formações universitárias que se tornavam disponíveis, os juristas sofreram constantes críticas e questionamentos.⁴⁹ Os intelectuais ligados ao direito não se furtaram, entretanto, a formular respostas às censuras que os atingiam. Os decênios iniciais do novecentos permitem observar, tanto no Brasil quanto na Argentina, bacharéis em busca de novos rumos para a disciplina jurídica, procurando afastá-la da tradição retórica e abstrata para fazer dela uma “ciência do social”.⁵⁰

Mais significativamente, essas críticas não foram capazes de fazer com que os juristas deixassem de contar com acesso ao aparelho de Estado ou de desempenhar papel crucial em sua direção. Não se pode perder de vista que, em toda a América Latina, os bacharéis em

⁴⁷ BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999, p. 69-101; DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 1930. Belo Horizonte: UFMG, 2012, p. 140-142.

⁴⁸ ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995, p. 15.

⁴⁹ É importante mencionar, no caso brasileiro, o conhecido tema das críticas ao bacharelismo, algumas das quais foram inventariadas em: COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999, p. 272-275; VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 271-296. Para uma análise da polêmica entre os partidários de uma educação jurídica humanista e os que defendiam um ensino mais profissional e “técnico” na Argentina do final do século XIX, ver ZIMMERMANN, Eduardo. The education of Lawyers and Judges in Argentina’s *Organización Nacional* (1860-1880). In: ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999, p. 104-123.

⁵⁰ ABÁSULO, Ezequiel. Caracterización de los juristas argentinos de la primera mitad del siglo XX – La obra de Carlos Risso Domínguez y la validación de un modelo de análisis. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 36, 2008, p. 455-465; LEIVA, Alberto David. La enseñanza del derecho y la formación de los juristas en la primera mitad del siglo XX. *Academia: Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires*. Buenos Aires, n. 10, 2007, p. 101-115; POLOTTO, María Rosario. Hacia una nueva experiencia del derecho. El debate en torno a la enseñanza práctica del derecho en la Universidad de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 34, 2006, p. 213-239; TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Los juristas argentinos de la generación de 1910. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 2, 1974, p. 225-283; VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 221-269 e 303-342; SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil nos anos 1930 e 1940. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai.-ago. 2016, p. 441-460.

direito atuaram, desde muito cedo, não apenas na instauração de uma estrutura administrativa, mas também de uma ordenação da realidade no âmbito da cultura e das representações de mundo.⁵¹ Por outro lado, a feitura de códigos legais estruturados e unificados foi um importante mecanismo empregado no processo de construção de identidades nacionais, bem como na formalização da emancipação das metrópoles, o que conferiu aos juristas papel decisivo no desenho institucional dos Estados independentes da região.⁵² Convém, dessa forma, que nos detenhamos sobre o tema da atuação pública dos juristas, buscando inseri-lo na longa duração e, ao mesmo tempo, delinear as particularidades do período aqui contemplado.

Juristas e vida pública: notas sobre uma persistente proximidade

Em 9 de abril de 2017, os juristas Modesto Carvalhosa, Flávio Bierrenbach e José Carlos Dias assinaram um “Manifesto à nação”, veiculado pelo jornal *O Estado de São Paulo* e clamando pela convocação de uma Assembleia Constituinte. Longe das conquistas democráticas pelas quais o texto sancionado em 1988 costuma ser lembrado, afirmavam-se sua “obsolescência” e o fato de se tratar de “uma Constituição discriminatória, de *privilégios para casta política e administrativa* [...], que criou não uma democracia representativa, mas, sim, uma democracia corporativista”. Tomando a inserção profissional dos autores como signo de legitimidade, o “Manifesto” aliava uma série de propostas voltadas a uma suposta moralização da vida pública a medidas que resultariam em uma restrição da atuação estatal, como a necessidade de referendo para o aumento ou a criação de impostos e a “eliminação da estabilidade no exercício de cargo público, com exceção do Poder Judiciário, do Ministério Público e das Forças Armadas, devendo os servidores públicos se submeter às mesmas regras do contrato trabalhista do setor privado”. Na perspectiva dos autores, as “reformas estruturais políticas e administrativas indispensáveis” somente poderiam ser levadas a cabo por “membros da sociedade civil que não ocupem cargos políticos”.⁵³

⁵¹ RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

⁵² ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9; PÉREZ PERDOMO, Rogelio. *Latin American Lawyers*. A historical introduction. Stanford: Stanford University Press, 2006; PÉREZ PERDOMO, Rogelio. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 173; ZIMMERMANN, Eduardo. Law, Justice and State-Building in Nineteenth-Century Latin America. In: ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999, p. ???.

⁵³ CARVALHOSA, Modesto; BIERRENBACH, Flávio; DIAS, José Carlos. Manifesto à nação. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 de abril de 2017. Disponível em: <http://opiniao.estadao.com.br/noticias/geral,manifesto-a-nacao,70001732061>. Acesso em 30/08/17. Grifos nossos.

Sob essa retórica da neutralidade, do interesse público e da inevitabilidade, Carvalhosa, Bierrenbach e Dias buscaram desqualificar o universo da política, afirmar o papel de atores vindos de outros âmbitos (como eles próprios?) e legitimar um projeto de redução dos poderes estatais, sem deixarem de sugerir estranhas concessões para cargos próximos ao meio em que atuam. Em outras intervenções na imprensa ao longo dos meses seguintes, um dos autores do apelo chegou a se apresentar como possível candidato em uma eventual eleição indireta. Caso o presidente ilegítimo Michel Temer sofresse *impeachment*, Modesto Carvalhosa representaria, em suas próprias palavras, “uma candidatura civil, autônoma, independente de partidos”, uma solução supostamente apolítica para a crise política.⁵⁴

Para além das implicações desse “Manifesto” e da “anticandidatura” de Carvalhosa em uma conjuntura em que o Judiciário se envolve em espetáculos midiáticos e rupturas institucionais se legitimam por meio de argumentos jurídicos, ambos podem ser lidos como sintomáticas expressões de uma longa e recorrente tradição de mobilização dos juristas em prol de determinados interesses e de reivindicação de um lugar privilegiado para si próprios. Na contramão de interpretações segundo as quais, já por volta da década de 1930, os graduados em direito teriam perdido seu lugar de destaque na condução da vida pública, cedendo espaço sobretudo para os economistas,⁵⁵ esta tese procura argumentar que existe uma transformação em seu papel, articulada a um agir concebido em outros termos, sem necessariamente implicar uma perda de relevância ou ressonância. O fato de que estes primeiros anos do século XXI nos venham dando tristes provas de uma persistente (e não raro antidemocrática) preeminência pública dos juristas somente deverá servir como motivação adicional para as páginas que seguem.

Apesar do longo e politicamente complexo papel que os juristas desempenham, o interesse em tomar o universo jurídico como objeto específico de pesquisa é relativamente recente no Brasil. Ele se desenvolveu mais cedo entre cientistas sociais que entre historiadores e se ligou, inicialmente, à busca por compreender a burocracia estatal e a elite imperial.⁵⁶ Os

⁵⁴ Ver, por exemplo: BÄCHTOLD, Felipe. Saída para crise deve vir de fora da política, diz Modesto Carvalhosa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902330-saida-para-crise-deve-vir-de-fora-da-politica-diz-modesto-carvalhosa.shtml>. Acesso em 30/08/17.

⁵⁵ Sobre o caso do Brasil, ver: LESSA, Carlos. A preeminência profissional e o Estado brasileiro: dos juristas aos economistas. In: PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do Paraíso*. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 303-352. Quanto à história recente da Argentina, uma análise do papel cada vez mais central que os economistas vão assumindo entre meados da década de 1970 e a crise econômica de 2001, constituindo o que a autora qualificou de “mais recente utopia tecnocrática”, pode ser encontrada em: HEREDIA, Mariana. *Cuando los economistas alcanzaron el poder*. (o cómo se gestó la confianza en los expertos). Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

⁵⁶ SCHETTINI, Cristiana. Hacia la historia social de los abogados: una visión del caso brasileño. *Anuario IEHS*.

clássicos trabalhos de José Murilo de Carvalho, Sergio Adorno e Alberto Venancio Filho mostraram como, desde a sua fundação, em 1827, os cursos jurídicos se voltaram para a formação de elites dirigentes.⁵⁷ Quanto à Argentina, Zimmermann enfatizou como os estudos sobre bacharéis em direito referem-se a sua predominância em meio aos grupos governantes desde o processo de construção do Estado nacional, de modo que tais homens poderiam ser considerados *a* elite estatal por definição.⁵⁸ Também em outros países, demonstrou-se que os juristas ocuparam cargos políticos com grande frequência e tiveram forte influência na vida pública.⁵⁹

Nas últimas décadas, sobretudo em meio aos estudos de sociologia das profissões, vem-se desenvolvendo uma preocupação com dimensões do agir político dos homens com formação em direito não estritamente relacionadas à ocupação de cargos eletivos ou burocráticos. Procurando encontrar saídas para as limitações identificadas em abordagens anteriores, notadamente naquelas que buscavam explicar a organização profissional por meio de interesses econômicos no controle do mercado ou de projetos coletivos de ascensão social, a atenção se voltou para os sentidos políticos da atuação dos juristas e para seus contatos com o Estado.⁶⁰

Ainda que não tenham sido pensados sob esse viés, a relevância da política na constituição das profissões jurídicas se torna especialmente clara nos trabalhos sobre órgãos representativos da advocacia. Esses estudos são praticamente unânimes na constatação de que tais agremiações não se limitaram às reivindicações profissionais e corporativas (não desprovidas, é claro, de conteúdo político), mas se pautaram por uma constante busca por

Tandil, v. 21, 2006, p. 345-358.

⁵⁷ CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo. 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004. Para uma perspectiva um pouco mais recente e centrada na formação de uma identidade estudantil voltada à atuação como parte da elite política, ver KIRKENDALL, Andrew J.. *Class mates. Male student culture and the making of a political class in Nineteenth-Century Brazil*. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

⁵⁸ ZIMMERMANN, Eduardo. Elites técnicas estatales: abogados y juristas. *Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política*. Buenos Aires, n. 6, 2010, p. 10. Ver, também: ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916*. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995, p. 25-35.

⁵⁹ Ver, por exemplo, sobre o caso francês: BÉGUEC, Gilles Le. *La République des Avocats*. Paris: Armand Colin, 2003; HAKIM, Nader; MALHERBE, Marc (eds.). *Thémis dans la Cité. Contribution à l'histoire contemporaine des facultés de droit et des juristes*. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2010; SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914)*. Paris: Presses de Sciences-Po, 2011.

⁶⁰ BONELLI, Maria da Gloria. O instituto da Ordem dos Advogados e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, nº 39, fev. 1999, p. 61-81; HALLIDAY, Terence C.. The politics of lawyers: an emerging agenda. *Law and social inquiry*. V. 24, 1999, p. 1007-1011; SCHEINGOLD, Stuart A.. Taking Weber seriously: lawyers, politics, and the Liberal State. *Law and social inquiry*. V. 24, 1999, p. 1061-1081.

intervir em questões públicas as mais diversas. Essas instituições foram, assim, tomadas como interlocutoras privilegiadas do Estado em relação a uma série de temas, sobretudo em meio a iniciativas de mudanças nas leis.⁶¹

Os mesmos estudos apontam, contudo, para uma frequente tensão entre o engajamento em questões políticas e a busca por resguardar uma autonomia profissional, respaldada por um saber especializado ou mesmo visto como “técnico”. Não se pode perder de vista, de toda maneira, que não se trata propriamente de uma antinomia. Como sugere o recente “Manifesto à nação”, o argumento da “técnica” foi usado, nos mais variados momentos e com distintos objetivos, como forma de legitimar a atuação pública dos juristas.

Nesse sentido, a dicotomia entre a “política” e a “técnica”, com clara valorização da segunda, que teve ampla difusão na Argentina e no Brasil a partir dos anos 1910 e resultados concretos principalmente nos anos 1930,⁶² será aqui tomada como objeto de uma análise crítica, nunca como um dado nem como um discurso neutro. Partindo da convicção de que a reivindicação da “técnica” tem, por mais que o procure negar, implicações políticas,

⁶¹ No caso brasileiro, existe uma produção significativa tanto sobre o IAB, quanto sobre a OAB. Ver, entre outros: BASTOS, Aurélio Wander. *A Ordem dos Advogados e o Estado democrático no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2007 (Tese de doutorado em Ciência Política); BONELLI, Maria da Glória. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. As relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos: EdUFSCar: Sumaré, 2002, p. 29-81; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 4 – Criação, primeiros percursos e desafios. Brasília: OAB, 2003; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica*. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. São Paulo: Alameda, 2013; PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial*. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Unicamp, 2001; VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 79-131. Sobre o Colegio de Abogados de Buenos Aires, o único trabalho que conseguimos localizar foi o livro de Leiva, muito mais próximo a uma memória institucional que a uma análise acadêmica. Embora, em consonância com os discursos de legitimação repetidos à exaustão pelo Colegio, o autor se preocupe em afirmar um afastamento da política e um compromisso unicamente com os “ideais elevados do direito”, muitos episódios relatados e a própria orientação ideológica do livro (há referências à última ditadura militar argentina como “guerra contra o terrorismo”, por exemplo) confirmam que essa narrativa está muito longe de corresponder à realidade. Ver: LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005. A pesquisa de doutorado de Marianne González Le Saux, recentemente defendida na Columbia University, apresenta perspectivas muito próximas às aqui propostas para estudar as associações profissionais chilenas. Ver GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. *The rule of lawyers: the politics of the legal profession and legal aid in Chile, 1915 to 1964*. New York: Columbia University, 2018 (Tese de doutorado em História). Consultar, também, os resultados parciais publicados em: GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. Legal aid, social workers and the redefinition of the legal profession in Chile, 1925-1960. *Law & Social Inquiry*. v. 42, n. 2, spring 2017, p. 347-397.

⁶² GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-12; PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción. Saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 9-28.

procuraremos avaliar as transformações do papel desempenhado pelos juristas e de suas formas de inserção no espaço público. Para tanto, atentaremos para como se buscou substituir o “bacharel polígrafo pluripotente” do século XIX pela figura, tida como mais moderna, do “técnico da legalidade”. Nenhum desses tipos logrou sobrepor-se por completo ao outro, e o embate entre eles tem gerado diferentes correlações de força que seria interessante explorar também em outros espaços e temporalidades. Até mesmo dentro dos marcos desta pesquisa, observam-se flutuações: da afirmação de um direito concebido em termos “técnicos”, crescente desde os anos 1910, passa-se, no confronto com regimes autoritários e à luz da experiência dramática de uma segunda conflagração mundial, a certa retomada de um direito de corte humanista.

Aliadas às preocupações com a “questão nacional” e à percepção de que a democracia liberal enfrentava uma grave “crise”,⁶³ essas transformações nas representações do papel dos juristas e nas ações em que eles se empenharam se articularam a um projeto teórico: a busca por promover aquilo que se chamou de “socialização” da disciplina. Nos mais variados países e sob motivações políticas distintas, difundiu-se uma “preocupação em repensar o direito como uma atividade dotada de um propósito específico,⁶⁴ como um mecanismo regulatório que poderia e deveria facilitar a evolução da vida social de acordo com uma percepção cada vez maior de interdependência social em todos os níveis”.⁶⁵

As concepções jurídicas que haviam prevalecido no século XIX sofreram críticas severas, sendo percebidas como excessivamente individualistas, abstratas, formalistas e centradas nos textos legais.⁶⁶ Eram, dessa maneira, representadas como uma forma de conhecimento que não se adequava aos padrões da ciência moderna e que não mais atendia às necessidades da vida social. Em substituição, seria necessário partir do estudo sistemático de cada sociedade para apontar soluções “adequadas”, evitando que os crescentes conflitos sociais levassem à “desordem”. A “concepção social do direito” esteve na origem de amplas

⁶³ A ideia de que se vivia uma “crise” do direito era recorrente nas reflexões jurídicas do período. Ver, a esse respeito: PUGLIESE, Maria Rosa. La denominada “crisis del derecho” desde la perspectiva argentina durante el período de entre guerras mundiales (1920-1940); ARAGONESES, Alfons. Crisis del derecho privado y legislación especial en Francia y en Argentina; ambos em: POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015, p. 83-118 e 119-151, respectivamente.

⁶⁴ No original, “a purposive activity”.

⁶⁵ KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 22.

⁶⁶ Uma boa síntese das diversas vertentes dessas críticas pode ser encontrada em HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milénio*. Coimbra: Almedina, 2012, p. 452-487.

propostas de reformas legislativas na Argentina e no Brasil,⁶⁷ que foram debatidas reciprocamente nos dois lados da fronteira. Essas propostas foram muito além dos temas que poderiam ser mais evidentemente associados a uma intenção “socializante”, como normas voltadas à proteção de menores e a legislação do trabalho. Elas alcançaram até mesmo especialidades “clássicas”, como o direito penal e o direito civil.

Em meio a esse complexo quadro, traçar uma oposição dicotômica entre as identidades de “intelectual” e de “especialista” ou “técnico” pode constituir uma armadilha teórica, levando à reprodução em termos analíticos de argumentos mobilizados no interior dos debates do período estudado, com sentidos e objetivos específicos. Em lugar de visões normativas sobre o papel dos intelectuais e da autonomia na produção do conhecimento, acreditamos ser mais produtivo investir na análise das complexas interações entre os “homens do pensamento”, a sociedade em que estão inseridos e os poderes constituídos – o que, no caso aqui estudado, também pode auxiliar a compreender o emprego do direito como um dos “saberes de Estado” por excelência.⁶⁸ Pode ser especialmente interessante, assim, trabalhar com uma definição ampla de intelectual, capaz de abarcar todos aqueles envolvidos na “produção ou reprodução de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social”.⁶⁹

Em sentido semelhante, Ricardo González-Leandri propôs uma “confluência teórica dos termos *intelectual* e *profissional*”, que ajudaria a colocar em relevo as relações historicamente estabelecidas com o Estado.⁷⁰ Enfatizou, também, a importância de desenvolver estudos comparativos e transnacionais voltados às profissões. Seria possível,

⁶⁷ Zimmermann traçou um panorama dos debates que correlacionavam direito e “questão social” na Argentina entre 1890 e 1930, trazendo apontamentos bastante próximos aos aqui delineados, sobretudo no que tange ao uso de tais ideias para propor reformas legislativas. Ver: ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, em especial, p. 95-98. Quanto ao Brasil, realizamos uma extensa discussão desse tema em nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 137-233.

⁶⁸ Inspiramo-nos, aqui, nas reflexões realizadas nos textos introdutórios de duas coletâneas voltadas às relações entre produção de conhecimento social e ação estatal: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina*. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 15-30; PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción. Saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 9-28.

⁶⁹ GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

⁷⁰ GONZÁLEZ-LEANDRI, Ricardo. Campos e imaginarios profesionales en América Latina. Renovación y estudios de caso. *Anuario IEHS*. Tandil, v. 21, 2006, p. 336-337. Grifos do autor.

dessa maneira, compreender como “a produção de saberes em qualquer sociedade nacional não está isolada dos processos de circulação internacional de teorias, indivíduos e modelos de ação política”. É fundamental, ao mesmo tempo, levar em conta os usos, “no plano doméstico”, dos vínculos com o exterior “como um princípio de hierarquização, dando maior legitimidade a alguns indivíduos que a outros”.⁷¹ Embora a atenção aos contatos entre o Brasil e a Argentina tenha produzido resultados relevantes a respeito de áreas como a economia⁷² e a sociologia,⁷³ trabalhos que se ocupem dessa dimensão ainda são raros no caso do direito e do período aqui contemplado. A análise de Yves Dezalay e Bryant Garth sobre o papel da competição internacional nos processos de construção social do direito e do Estado na Argentina, no Brasil, no Chile e no México, por exemplo, somente lida com o pós-Segunda Guerra Mundial e tem como foco questões distintas, notadamente a consolidação da hegemonia norte-americana.⁷⁴

Ainda que uma análise minuciosa da estratificação social das profissões jurídicas fuja ao escopo deste trabalho,⁷⁵ é importante esclarecer que os juristas cujos passos procuramos reconstituir faziam, em regra, parte de uma reduzida elite, influente politicamente, com amplo acesso a bens culturais, recursos disponíveis para empreender viagens e meios para assegurar que suas opiniões seriam ouvidas. Nesse sentido, aproximavam-se daqueles que Frederico Normanha Ribeiro de Almeida, em seu estudo sobre os debates em torno da reforma do Judiciário concretizada no Brasil do início dos anos 2000, chamou de “nobreza togada”: um pequeno grupo que historicamente consolidou sua ascendência sobre o restante dos graduados em direito, dotando-se de poder para pressionar por mudanças na vida pública e ditar os rumos das alterações efetivamente realizadas.⁷⁶

⁷¹ Cf. NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina*. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 25.

⁷² PLOTKIN, Mariano Ben. *Notas para un análisis comparativo de la constitución del campo de los economistas en Argentina y Brasil*. *Anuario IEHS*. Tandil, v. 21, 2006, p. 467-494.

⁷³ JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no Espelho*. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Editora 34, 2014.

⁷⁴ DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *The internationalization of Palace Wars. Lawyers, Economists and the Contest to Transform Latin American States*. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

⁷⁵ No caso brasileiro, perspectivas históricas sobre o tema podem ser encontradas em: BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. São Carlos: EdUFSCar: Sumaré, 2002; COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Rio de Janeiro: Record, 1999; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964*. São Paulo: Alameda, 2013. Desconhecemos trabalhos semelhantes a respeito da Argentina.

⁷⁶ ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (Tese de doutorado em Ciência Política). Não endossamos, porém, a orientação teórica bourdiana desse trabalho, como discutiremos mais à frente.

Nem sempre, contudo, os promotores dos diálogos entre Argentina e Brasil estavam entre aqueles que reconheceríamos retrospectivamente como “grandes juristas”. Para nos atermos aos exemplos com que abrimos este texto: Afrânio de Melo Franco é correntemente identificado como um importante estadista e autor de contribuições de relevo nas áreas de direito internacional e constitucional, mas J. Honório Silgueira é praticamente ignorado nos meios jurídicos argentinos. Esse fato aponta, por um lado, para a necessidade de atentar para a historicidade dos cânones do pensamento, rompendo com concepções da “genialidade individual” para reconhecer as dimensões sociais da formulação do conhecimento e o caráter contingente dos mecanismos de consagração. Por outro, sugere a importância de problematizar hierarquias que postulam uma superioridade dos “originais” e “eruditos” produtores de bens culturais em relação aos “reles” mediadores, divulgadores, vulgarizadores.⁷⁷ A multiplicidade e a complexidade das ações voltadas à construção de redes que conectavam diferentes pontos da bacia do Prata poderão, dessa maneira, ser melhor compreendidas a partir dos mecanismos concretos de circulação que perseguindo autores ou textos canônicos.

O olhar para os juristas brasileiros e argentinos e seus intercâmbios aqui desenvolvido busca, enfim, enfatizar o papel não apenas cultural, mas, sobretudo, político dessas trocas. Procuramos, para tanto, pensar os debates travados como importantes instâncias de consolidação de saberes, jamais dissociados da *ação* desses intelectuais. Ainda que não se deva negar a dimensão performativa de qualquer construção teórica, é preciso atentar para como a dependência mútua entre discurso e prática (ou entre saber e poder, se quisermos colocar a questão em termos foucaultianos) se acentua no universo jurídico. As formulações dos juristas são empregadas na escrita de leis que exercerão efeitos sobre sociedades inteiras, em decisões judiciais que afetarão o curso de vidas, em desenhos institucionais que ditarão rumos de governos. Como propôs Yan Thomas, as formas jurídicas são “menos conceitos que instrumentos”: elas não servem para conhecer, mas sim para avaliar, para solucionar disputas.⁷⁸ Em última análise, essa eficácia decisória do direito pode ser lida como parte do que garante àqueles que atuam na área um recorrente lugar de destaque em meio às instâncias de poder. Lugar este que se transforma, passa por oscilações, sofre questionamentos, dialoga com disciplinas concorrentes, mas que em momento algum se desfaz – e é justamente por isso

⁷⁷ Inspiramo-nos nas reflexões propostas em GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, em especial p. 11-14.

⁷⁸ THOMAS, Yan. Présentation. *Annales*. Paris, n. 6, nov.-déc. 2002, p. 1426.

que qualquer tentativa de apartar por completo o direito do mundo da política terá sempre algo de enganador.

História intelectual do direito, debates transfronteiriços: horizontes teóricos e metodológicos

Percorrer os projetos em que os juristas argentinos e brasileiros se engajaram demanda refletir sobre as dinâmicas de circulação de ideias – o que nos remete à história intelectual e às distintas propostas para pensar a história além do enquadramento nacional. Em relação ao primeiro desses aspectos, inspiramo-nos no intuito de Carlos Altamirano de promover um diálogo entre “a história política, a história das elites culturais e a análise histórica da ‘literatura de ideias’”.⁷⁹ A conjugação dessas três dimensões nos possibilita levar em conta aspectos de teor sociológico, como a construção de redes, as trajetórias (individuais ou coletivas) e o papel de instâncias institucionais, sem para isso abrir mão da análise da produção intelectual propriamente dita, inclusive no que diz respeito a suas dimensões formais, linguísticas e performativas:⁸⁰ importa pensar não apenas *o que* se diz, mas também *como*, *com que intenções* e *em conexão com quais ações* se diz.⁸¹

Procuramos, além disso, ter sempre em mente que trânsitos de ideias não acontecem de forma abstrata, natural ou neutra, e sim a partir de relações sociais específicas, situadas no tempo e no espaço.⁸² Na análise desses fluxos, a noção de rede, entendida como um conjunto de interconexões e estruturas adaptáveis, pode ser especialmente útil. Ela permite pensar como cada uma dessa série de relações contribui para a amplificação e a disseminação de

⁷⁹ ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005, p. 14. O termo “literatura de ideias” é reivindicado pelo autor por seu caráter mais abrangente e maleável em relação a nomenclaturas como “ensaio”, bem como para chamar a atenção para a importância de analisar também a forma dos textos e as intenções políticas com que eles são produzidos.

⁸⁰ É, justamente, esse o traço distintivo que alguns autores vêm identificando entre uma história *dos* intelectuais e uma história propriamente *intelectual*. É importante esclarecer, também, que a terminologia “história dos intelectuais” teve maior difusão na historiografia francófona, enquanto “história intelectual” se consolidou sobretudo nos países de língua inglesa. Cf. DOSSE, François. *Histoire intellectuelle*. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). *Historiographies*, Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, v. 1, p. 378-390. Propostas para a história dos intelectuais podem ser consultadas em: SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996, p. 231-262; TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (dir.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelas: Complexe, 1998. Para um balanço recente da história intelectual no mundo anglófono, ver MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel (ed.). *Rethinking modern European intellectual history*. New York: Oxford University Press, 2014.

⁸¹ Embora não tenhamos qualquer pretensão de adotar sistematicamente a perspectiva do chamado “contextualismo linguístico”, valemo-nos, neste ponto, de algumas das considerações teórico-metodológicas feitas em: SKINNER, Quentin. *Meaning and understanding in the history of ideas*. In: *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, v. I, p. 57-89.

⁸² CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter. Editors’ preface. In: CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks*. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities. Frankfurt am Main: Campus, 2004, p. 13.

ideias, em uma dimensão que não poderia ser alcançada por indivíduos ou instituições isoladamente. As redes conferem, ao mesmo tempo, legitimidade e autoridade a seus membros. Análises de suas configurações e de suas propriedades podem contribuir, assim, para a avaliação dos motivos das vinculações transfronteiriças, bem como dos resultados delas esperados.⁸³ Os impressos adquirem, por outro lado, um lugar de destaque nesses esforços, na medida em que constituem importantes suportes para a produção e a difusão de ideias, especialmente aptos a cruzar fronteiras, podendo ser mobilizados como uma espécie de “base material” para a história intelectual.⁸⁴

Especificamente quanto ao universo jurídico, Frédéric Audren sugeriu que o estudo das “práticas intelectuais a partir das quais o direito é produzido, mobilizado ou ainda aplicado” pode constituir uma via frutífera para colocar em diálogo a “história jurídica” e a “sócio-história”⁸⁵ – ou seja, tal estudo propiciaria trânsitos produtivos entre preocupações próprias aos juristas interessados pelo passado e a historiografia em geral. A atenção a mecanismos como escrita de textos, realização de congressos, organização de instituições representativas permite compreender como o direito se legitima e atua socialmente, sem reduzi-lo a mero reflexo de relações de outra natureza, nem o analisar puramente em sua lógica interna ou respaldar discursos ideologizados sobre sua autonomia e sua neutralidade. Pode-se compreender melhor, dessa maneira, a dinâmica interação do direito com a sociedade a partir da qual é produzido, mas sobre a qual também exerce efeitos significativos, principalmente por meio das leis e de suas reiteradas aplicações.

A impossibilidade de se chegar a uma compreensão adequada do direito seja o considerando mero resultado de correlações de força que operam em outras instâncias (perspectivas “externalistas”), seja o tomando puramente por sua “lógica interna” (visões “internalistas”) foi apontada de maneira convincente por Pierre Bourdieu. A partir de sua teoria dos campos, o sociólogo francês pensou o direito como um “universo social relativamente independente em relação às pressões externas, no interior do qual se produz e se exerce a autoridade jurídica, forma por excelência da violência simbólica legítima”. Ao teorizar sobre essa independência relativa, entretanto, Bourdieu acaba por tomar o

⁸³ RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob. Introduction. In: RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere*. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s. New York: Berghahn, 2015, p. 13.

⁸⁴ GRAFTON, Anthony. The history of ideas: precept and practice, 1950-2000. *Journal for the History of Ideas*. Philadelphia, v. 76, n. 1, jan. 2006, p. 27-30. Ver, também: SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una practica. *Américas – Cahiers du CRICCAL*. Paris, nº 9-10, 1992, p. 9-15.

⁸⁵ AUDREN, Frédéric. Introduction: l’histoire intellectuelle du droit ou la fin du “Grand Partage”. *Clio@Thémis. Révue Électronique d’Histoire du Droit*. n. IX, dez. 2015, p. 1-4. Disponível em: <http://www.cliothemis.com/Introduction-l-histoire>, 112. Acesso em 10/02/2016.

funcionamento do “campo jurídico” como um mero jogo de estratégias, como simples instrumento da “ideologia da independência do direito e do corpo judicial”. Ele ignora, com isso, elementos que podem ser mobilizados em sentido crítico, ao mesmo tempo em que tende a minimizar a multiplicidade das motivações, a historicidade dos esforços por autonomização e o caráter contingente dos resultados das lutas *no e pelo* direito.⁸⁶

Dentro da historiografia marxista, E. P. Thompson já vinha esboçando um olhar renovado para o universo jurídico. Embora Bourdieu teça críticas a Thompson, qualificando sua perspectiva de “externalista”, a recusa do autor britânico em encarar o direito como simples instrumento de dominação de uma classe e sua atenção ao papel de contenção do arbítrio estatal que os mecanismos jurídicos desempenham podem ajudar a superar algumas das limitações da perspectiva do sociólogo francês. Publicado originalmente em 1975, *Whigs and hunters* reconstitui todo um universo de disputas em torno da formulação e da aplicação da chamada “Lei Negra”, editada na Inglaterra em 1723 e responsável por uma grande extensão das hipóteses de condenação à pena de morte. Ao fim do trabalho, Thompson empreende, sob o expressivo título “The rule of law”,⁸⁷ um esforço de teorização, em diálogo polêmico com o marxismo predominante em sua época, sobretudo o de viés estruturalista.

O historiador procura mostrar que mesmo o trabalho com normas tão abertamente repressoras e comprometidas com a consolidação da propriedade privada como aquelas a que se dedicou não poderá prescindir da sensibilidade às formas específicas do direito, à sua lógica própria, à sua história peculiar. Mais do que isso, a conceito de “*rule of law*” não pode ser desprezado como uma rele máscara da dominação de classe. Ele precisa ser lido como algo mais que uma retórica vazia – até mesmo porque, na leitura aqui proposta, discursos sempre se articulam a práticas, a linguagem opera *no e sobre* o mundo, não se sustentando uma cisão rígida entre o universo do agir e aquele do dizer. Para Thompson, a defesa de um

⁸⁶ BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 209-254. Uma crítica semelhante aos limites de abordagens inspiradas em Bourdieu para o estudo dos intelectuais foi feita em DOSSE, François. Histoire intellectuelle. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). *Historiographies, I. Concepts et débats*. Paris: Gallimard, 2010, p. 378-379.

⁸⁷ Thompson explora os significados de um conceito polissêmico, envolto em uma série de disputas e de difícil tradução. No Brasil, ele é, em algumas ocasiões, vertido como “Estado de direito”; em outras, como “império da lei”. Desenvolvida sobretudo no mundo anglo-saxão, *rule of law* é uma das noções centrais da teoria jurídica moderna. Seu traço central é uma defesa intransigente do respeito às instituições jurídicas em um sistema de governo. Em muitas interpretações, *rule of law* é considerado um ideal de moralidade política, abarcando princípios de caráter procedimental (a maneira com que uma comunidade é governada) e formais (traços como generalidade, clareza, publicidade e estabilidade das normas). Cf. WALDRON, Jeremy. The Rule of Law. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/rule-of-law/>. Acesso em 23/11/17. Para os propósitos de Thompson, é especialmente relevante o corolário de que também os governantes estão submetidos às leis que elaboram, como discutiremos logo a seguir.

governo pautado pelo direito e em que os próprios governantes se submetam às leis constitui “um bem humano incondicional”,⁸⁸ na medida em que o direito somente pode cumprir suas funções ideológicas de dominação “se apresentar uma independência de manipulações grosseiras” e “parecer ser justo”. Para tanto, ele deve ocasionalmente resultar em inibições ao poder e proteções àqueles dele desprovidos – em alguns casos, *ser* efetivamente justo. Qualquer assimilação direta entre a dominação por meio do direito e a dominação arbitrária pela força é reducionista, em última análise, porque a abertura de um espaço para apropriações por distintos setores da sociedade é uma condição essencial para que o sistema jurídico seja percebido como legítimo.⁸⁹

Lida de forma próxima à história intelectual – ainda que as intenções do autor se inserissem em perspectivas mais atadas ao social e às lutas em torno da aplicação das leis –, a teorização de Thompson pode servir como um convite para refletirmos sobre a construção de legitimidades *no* e *para* o direito, sem para isso perder de vista as relações de dominação e as assimetrias de poder. Suas reflexões poderão ser úteis, em especial, para percebermos como *também entre os dominantes* o direito se constrói em torno de permanentes disputas, de forma que, seja na letra da lei, seja no debate acadêmico, nada há de natural ou inevitável na prevalência de uma alternativa sobre outra.⁹⁰ Nesse sentido, e embora ele não tematize propriamente aspectos linguísticos, a insistência de Thompson em que o caráter inegavelmente retórico do direito não faz dele necessariamente uma farsa nos instiga a investir em leituras densas e multidimensionais das fontes.

Justamente por sua forte vinculação a usos intencionais e performativos da linguagem, e mesmo por encontrar na produção de um léxico peculiar uma de suas condições de possibilidade, o universo jurídico constitui um laboratório profícuo para enfrentar o desafio de levar a sério as dimensões retóricas da escrita da história,⁹¹ sem recair em posturas que tudo

⁸⁸ No original, “an unqualified human good”.

⁸⁹ THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990, p. 258-269. Embora o livro conte com uma edição brasileira, optamos por citar a partir do original em função de uma série de falhas da tradução para o Português. Certamente aquela que mais compromete a compreensão do argumento de Thompson é o recorrente uso de “lei” para traduzir “*law*” em contextos em que o adequado seria “direito”. A seção “The rule of law”, por exemplo, recebe o título “O domínio da lei”, dissolvendo boa parte da carga semântica do conceito mobilizado pelo autor. A própria opção por “senhores” como equivalente de “*Whigs*” no título da obra pode ser questionada. Ver THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁹⁰ Aproximamo-nos, neste ponto, da leitura de Simona Cerutti de que a “história vista de baixo” (“*from below*”) indica em Thompson não necessariamente uma história das classes populares, mas sim uma abordagem relacional, sensível às “vias que não foram percorridas e que perderam a batalha por sua legitimidade”. CERUTTI, Simona. *Who is below?* E. P. Thompson, historien des sociétés modernes: une relecture. *Annales*. Paris, out.-dez. 2015, n. 4, p. 950-951.

⁹¹ Pensamos, aqui, na proposta de superar os limites do que o autor caracteriza como um “modelo documental de conhecimento”, baseado em um uso das fontes como meros repositórios de informações, feita em: LACAPRA,

dissolvem em discurso ou postular a equivalência de todas as narrativas. Para além das interfaces entre direito e história que vêm sendo trazidas à tona em torno de questões como lutas por direitos, políticas de memória, julgamentos de crimes contra a humanidade, participação de historiadores em processos judiciais, mecanismos de justiça de transição, comissões da verdade, semelhanças entre os procedimentos forense e historiográfico,⁹² é possível vislumbrar um potencial propriamente teórico do diálogo entre as duas disciplinas.

A análise histórica de temas ligados ao direito e, em especial, da articulação de projetos de intervenção na vida pública por meio de teorias jurídicas poderá ser tomada como um chamado a um exercício hermenêutico reflexivo, por duas razões principais. Em primeiro lugar, interrogar a construção de argumentos jurídicos nos colocará diante de uma multiplicidade de interpretações possíveis, até mesmo de um dever profissional de encontrar a leitura mais favorável a determinados interesses, mas ao mesmo tempo de um raciocínio profundamente formalizado, de maneira alguma livre. Em segundo lugar, porque no âmbito do direito as formulações intelectuais operam de forma mais dramática e plena de consequências que em outras instâncias da vida social – como nos lembra Thompson, é o direito que define o que será propriedade e o que será crime.⁹³ Cabe nunca esquecer que as próprias fronteiras do jurídico – da norma e daquilo que a viola, do justo e do injusto, do que necessita e do que não é digno de ser regulado – são objetos e resultados de disputas localizadas no tempo e no espaço. Não teriam questionamentos desse tipo algo a contribuir para os atuais debates sobre o papel das construções discursivas na história ou sobre as dimensões éticas e políticas da historiografia?⁹⁴

Dominick. Rhetoric and history. In: *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 15-44. Sobre a relação entre retórica e história intelectual, com ênfase no caso brasileiro e empregando exemplos retirados da atuação dos juristas, consultar: CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan.-dez. 2000, p. 123-152.

⁹² Ver, entre outros: BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado*. História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017; DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador*. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017; GINZBURG, Carlo. *Le juge et l'historien*. Considérations en marge du procès Sofri. Lagrasse: Verdier, 2007 (parcialmente publicado em português: GINZBURG, Carlo. Controlando a Evidência: O Juiz e o Historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova História em Perspectiva*. v. 1 – Propostas e Desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 341-358); HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013, em especial p. 74-107; HARTOG, François; BARUCH, Marc Olivier; THOMAS, Yan; GAUDARD, Pierre-Yves; AZÉMA, Jean-Pierre; KIEJMAN, Georges. Dossier: Vérité Judiciaire, vérité historique. *Le Débat*, n. 102, nov-déc. 1998, p. 3-51; JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002; NERHOT, Patrick. No princípio era o direito... In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, p. 91-103.

⁹³ THOMPSON, E. P.. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990, p. 259.

⁹⁴ Considerações conjuntas sobre as duas temáticas podem ser encontradas em: RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdeci Lopes de. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abr. 2015, p. 318-332. Ver, também: AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista*

As propostas do jurista Yan Thomas permitem avançar na reflexão sobre as implicações de fazer do direito um objeto historiográfico. Partindo da preocupação com o que chama de “operações do direito”, as múltiplas maneiras em que as formas jurídicas agem no interior da sociedade, Thomas afirma que o historiador interessado em temas jurídicos não deveria “negar que o direito se relaciona a referentes concretos, o que seria absurdo”, mas sim propor interrogações sobre “o trabalho pelo qual o direito age, em retorno, sobre esses referentes para os transformar, à maneira pela qual *toda técnica social transforma a sociedade à qual ela se remete, mas sobre a qual, ao mesmo tempo, ela opera*”. Thomas faz, mais à frente, o alerta de que, em cada contexto histórico, o direito foi “uma organização formal que servia para produzir o mundo bem mais que para o descrever”. Atentar para esta última questão é essencial para que se compreenda a *natureza* dos documentos com que se lida, uma vez que, segundo Thomas, o direito não traz “fontes imediatamente disponíveis para uma história das práticas sociais, para uma história institucional e política, para uma história das ideias”. Como já sugerimos, os textos jurídicos têm, para o autor francês, um “alcance imediatamente operatório (e indiretamente cognitivo)”.⁹⁵

O estudo crítico do que os juristas (sintomaticamente) costumam chamar de “doutrina”, ou seja, dos escritos teóricos da área, vem sendo tomado como uma via para realizar a mediação entre as “operações do direito” e distintas abordagens historiográficas, sobretudo aquelas interessadas nos fluxos de ideias.⁹⁶ No que diz respeito à escolha das fontes, trilhamos um caminho correlato, porém distinto daquele que tende a prevalecer nas pesquisas em história do direito, sobretudo aquelas produzidas por juristas de formação. O centro de nossa atenção se colocou não nos grandes tratados ou nas mais elaboradas teorias, mas sim em expressões concretas e imediatas das discussões – o que, com grande frequência, significou transitar por produções efêmeras. Ao privilegiarmos folhetos, conferências, artigos de revista, intervenções em congressos, podemos apreender os debates jurídicos em movimento, de modo a trazer à tona a densidade da tessitura histórica de um ambiente de trocas, ao mesmo tempo em que avaliamos seus sentidos políticos e resultados concretos.

O caráter evanescente da produção aqui enfatizada, se útil para o estudo das dinâmicas de circulação de ideias e de articulação de projetos de intervenção na vida pública, impõe certo risco, na medida em que nos coloca diante de uma tensão temporal. A temporalidade à

Maracanan. Rio de Janeiro, n. 18, jan.-jun. 2018, p. 35-49.

⁹⁵ THOMAS, Yan. Présentation. *Annales*. Paris, n° 6, nov.-dez. 2002, p. 1425-1428. Grifos nossos.

⁹⁶ Consultar, por exemplo: HERRERA, Carlos Miguel. Doctrine juridique et politique: à la recherche du regard interne. In: DOAT, Mathieu; LE GOFF, Jacques; PÉDROT, Philippe (org.). *Droit et complexité*. Pour une nouvelle intelligence du droit vivant. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 83-92.

qual o direito se articula (ou, ao menos, aspira articular-se) é aquela que se prolonga: uma boa norma deverá assegurar uma aplicação repetida e durável, trazendo estabilidade às relações sociais⁹⁷ – ou, no jargão da área, trabalhando a favor da “segurança jurídica”. A tensão entre diferentes dimensões do tempo é, em verdade, incontornável no interior do direito. Ela se tornou mais premente ao longo do século XX, em função da “operação político-jurídica” que permitiu a construção da imprescritibilidade dos crimes contra a humanidade, criando uma espécie de atemporalidade ficta da administração da justiça, por força da qual o criminoso permanece eternamente “contemporâneo de seu crime”.⁹⁸ Por outro lado, ocorre na atividade legislativa, inevitavelmente, uma fratura entre o momento de elaboração da lei (e as disputas específicas que a marcaram) e suas sucessivas aplicações posteriores. Essa dimensão não escapou àquele que foi um dos principais artífices de mudanças legislativas no Brasil dos anos 1930 e 1940. Discursando no Congresso Nacional de Direito Judiciário, realizado no Rio de Janeiro em 1936 com o intuito de discutir projetos de reformas aos códigos de processo, Francisco Campos afirmou: “É uma iniludível contingência, a cujo império não podemos fugir, a de que o direito do presente é sempre formulado pelo passado, na crença, tantas vezes desmentida, de que as coisas de amanhã continuarão a ser as de ontem e como as de ontem”.⁹⁹

O trabalho aqui proposto se inscreve em uma dupla dimensão aporética,¹⁰⁰ na medida em que procura manejar essas temporalidades paradoxais do direito e, ao mesmo tempo, desempenhar uma tarefa aparentemente impossível: apreender a soma de uma infinidade de deslocamentos. Se, parafraseando a visão literária do tempo de Osman Lins que tomamos como epígrafe, somente nos for facultado apreender as “coisas”, vestígios na forma de pontos fixos, tentaremos ao menos mapear caminhos desses deslocamentos, identificar as intenções que os presidiram e refletir sobre alguns de seus rastros. Interpretações que eventualmente emergjam dessas aporias não poderão ser conhecidas de antemão, tão somente construídas e repensadas com cautela ao longo do percurso. O triplo sentido do jogo de palavras que dá título a esta tese se inscreve nesse esforço. O direito, como aqui concebido, está a todo tempo

⁹⁷ KOSELLECK, Reinhart. *Histoire, droit et justice*. In: *L'expérience de l'histoire*. Paris: Seuil, Gallimard, 1997, p. 180; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 89-90.

⁹⁸ THOMAS, Yan. La vérité, le temps, le juge et l'historien. *Le Débat*. Paris, n. 102, nov-dez 1998, p. 17-36; HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013, p. 78-80.

⁹⁹ CAMPOS, Francisco. Congresso Nacional de Direito Judiciário – Discurso do Dr. Francisco Campos. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXVII, n. 398, ago. 1936, p. 810.

¹⁰⁰ Ao teorizar sobre as relações entre história e ficção, Luiz Costa Lima definiu a “verdade do que ocorreu” como uma aporia inerente à escrita da história, na medida em que os acontecimentos verídicos seriam o ponto de partida necessário, mas nunca definitivamente esclarecido, do discurso historiográfico. Explorando os sentidos sugeridos pela literalidade do termo, o autor propõe que a melhor forma de trabalhar a partir dessa aporia seria tratá-la de modo flexível, fazer dela um “uso poroso”, fugindo à “ausência de poros”, à impermeabilidade imposta por problemas cuja solução parece inexistir. LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 21-22, 60-62, 143-148.

a se “desloca(liza)r” porque se move de um ponto a outro, porque se transforma em função de ações deliberadas e, talvez mais decisivamente, porque suas feições nunca podem ser atribuídas a um único espaço, nem mesmo a uma só escala geográfica.

Não se deve perder de vista que, embora o direito moderno seja, em regra, organizado em termos nacionais, o conhecimento jurídico há muito vem transcendendo as fronteiras. Para além do sistema de direito internacional – em cuja conformação juristas de países considerados periféricos desempenharam um papel muito mais relevante que se costuma supor¹⁰¹ –, a circulação de saberes da área foi intensa desde, ao menos, meados do século XIX.¹⁰² A referência a produções estrangeiras é especialmente comum no momento de escrita de novas leis, em que a legislação de outras terras pode desempenhar um papel não apenas de informação ou inspiração, mas também de legitimação das decisões tomadas. À luz desse fato, este estudo transitará pragmaticamente por diferentes propostas que vêm buscando libertar a história de seus laços estreitos com o Estado-nação,¹⁰³ a partir da convicção de que as escalas não são dados estáticos, mas sim construções analíticas que deverão ser submetidas a um incessante juízo crítico.¹⁰⁴

¹⁰¹ A esse respeito, ver: BECKER LORCA, Arnulfo. *Mestizo International Law*. A Global Intellectual History, 1842–1933. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

¹⁰² KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development*. A critical Appraisal. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 19-73; DUVE, Thomas. Global legal history – A methodological approach. *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series No. 2016-04*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2781104>. Acesso em 13/05/17; PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history. Are we all comparatists now? *Seqüência*. Florianópolis, n. 70, jun. 2015, p. 57-75.

¹⁰³ É importante ressaltar que o emprego de diferentes terminologias voltadas ao questionamento dos vínculos entre história e nação nem sempre é acompanhado de um esforço para precisar seus sentidos. Além disso, certas discrepâncias se fundam antes em distintas tradições historiográficas que em projetos efetivamente divergentes. Em meio à vasta e crescente bibliografia sobre as possibilidades de pensar a história além do enquadramento nacional, destacamos: BAYLY, C. A. *et al.*. AHR Conversation: On transnational history. *American Historical Review*. v. 111, n. 5, dez. 2006, p. 1440-1464; BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015; DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique?. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. 2007/5, n° 54-4bis, p. 7-21; GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 56e année, n. 1, jan-fév. 2001, p. 85-117; KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. *Esboços*. Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286; LYONS, Martyn; MOLLIER, Jean-Yves. L'histoire du livre dans une perspective transnationale. *Histoire et civilisation du livre*. Genebra, v. 8, 2012, p. 9-20; MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abr. 2015, p. 30-49; SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor. *Beyond Binary Histories*. Re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p. 289-316; WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. São Paulo, n.14, jan-jun. 2013, p. 13-29. Ver, ainda, o v. 30, n. 60 da revista *Estudos Históricos*, inteiramente dedicado às “perspectivas globais e transnacionais” (<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/issue/view/3114>) e o dossiê “Latinoamerica y los enfoques globales”, publicado pela revista *Nuevo Mundo, Mundos Nuevos* em 2014 (<http://nuevomundo.revues.org/66175>). Todas as páginas da internet citadas nesta nota foram acessadas em 22/11/2017.

¹⁰⁴ Inspiramo-nos, aqui, na concepção da história cruzada como um exercício de constante diálogo entre a

Embora propostas como a história transnacional, a história global e as histórias conectadas se tenham desenvolvido, em muitos pontos, como críticas à história comparada, acreditamos que pode ser produtivo tomar essas perspectivas como complementares, e não excludentes.¹⁰⁵ Essa possibilidade já estava sugerida, de certa forma, no clássico texto em que Marc Bloch defendeu o desenvolvimento de uma “história comparada das sociedades europeias”, na medida em que ele sustentou ser necessário haver semelhanças nos processos desenvolvidos em diferentes meios para que fosse aplicado o método comparativo. Defendeu, também, que tal método poderia ser especialmente frutífero em sociedades próximas, submetidas a condições semelhantes e que se influenciam reciprocamente¹⁰⁶ – o que é, claramente, o caso de Brasil e Argentina.

Ainda que prefiramos colocar essas alternativas em diálogo a optar definitivamente por qualquer uma delas, tenderemos a privilegiar o termo “transnacional”, por acreditarmos que ele contempla melhor o caráter de projeto partilhado, sustentado no tempo, que marcou os intercâmbios entre juristas argentinos e brasileiros, sem deixar de lado os aspectos dinâmicos desses contatos. Entendida não como uma metodologia específica, mas como uma perspectiva que “ênfatiza a importância da interação e da circulação de ideias, pessoas, instituições ou tecnologias através de fronteiras estatais ou nacionais e, por consequência, o emaranhamento¹⁰⁷ e a influência mútua de Estados, sociedades e culturas”, a história transnacional pode trazer novos significados para a reflexão sobre as escalas de análise. O olhar transfronteiriço poderá ser particularmente produtivo se tomado como um chamado para pensar as dinâmicas espaciais, as interações entre diferentes escalas e, assim, empreender análises policêntricas. Dentro desse quadro, longe de perder sua relevância (sobretudo no estudo dos séculos XIX e XX), a nação se torna *uma* das escalas possíveis, nunca

empíria e um olhar crítico, levando o pesquisador a repensar seus próprios pressupostos de investigação conforme persegue diferentes cruzamentos sugeridos pelas fontes, proposta em: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. *Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité*. In: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (orgs.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004, p. 15-49. Ainda que se voltem à micro-história e não aos esforços por transcender o enquadramento nacional, também temos em mente as reflexões sobre as escalas de análise feitas em: REVEL, Jacques. *Microanálise e construção do social*. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas. A experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

¹⁰⁵ Sobre a possível complementariedade entre distintas perspectivas não nacionais para a história, bem como a impossibilidade de prescindir completamente da referência à nação, consultar: PRADO, Maria Lígia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*. São Paulo, n. 153, 2005, p. 26-30; COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (eds.). *Comparison and History. Europe in cross-national perspective*. New York: Routledge, 2004; SÁBATO, Hilda. Historia latinoamericana, historia de América Latina, Latinoamérica en la historia. *Prismas*. Revista de historia intelectual. Buenos Aires, nº 19, 2015, p. 135-145.

¹⁰⁶ BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*. Paris, n. 46, 1928, p. 16-20.

¹⁰⁷ No original, “entanglement”. Note-se que a expressão “entangled history” é frequentemente utilizada em Inglês para traduzir o Francês “histoire croisée”.

autossuficiente ou hermeticamente encerrada em si mesma.¹⁰⁸ A história transnacional se preocupa, em resumo, em “ver conexões através das fronteiras”, “levando a sério tanto as conexões quanto as fronteiras”.¹⁰⁹ Nesse sentido, o esforço de “desloca(liza)r” o direito não poderá prescindir do cuidado em o “(re)localizar”, da atenção às especificidades de cada espaço, a tudo aquilo que resiste às travessias e tensiona os trânsitos através das fronteiras.

Em paralelo à intensificação nos fluxos de pessoas, ideias e mercadorias ocasionada pelos mais recentes passos da globalização econômica, por movimentos migratórios de diversas naturezas, pelo advento da internet e pela redução nos custos das viagens aéreas internacionais, a escala global vem sendo particularmente privilegiada na historiografia, não sem suscitar polêmicas e dúvidas quanto à sua operacionalidade.¹¹⁰ Procurando avaliar os possíveis caminhos para uma história intelectual global, Samuel Moyn e Andrew Sartori distinguiram três formas de conceber o global como nível analítico: uma categoria artificialmente construída pelo historiador para permitir determinadas comparações; uma escala substantiva do processo histórico, ou seja, uma propriedade inerente ao objeto de análise; uma categoria subjetiva empregada pelos agentes históricos.¹¹¹

Embora consideremos abordagens dos dois primeiros tipos pouco adequadas aos problemas formulados neste trabalho, parece-nos fundamental ter em conta a última dessas concepções. A documentação mobilizada traz amplas provas do fortalecimento de certa “consciência da globalidade”, seja no interesse pela produção acadêmica de territórios tão distantes quanto a Rússia, a China, a Turquia ou a Iugoslávia, seja nos debates sobre organismos e associações contemplando diferentes Estados, seja em expressões do desejo de contribuir para o aprimoramento jurídico da humanidade como um todo. É crucial, assim, atentar para a relação de reforço mútuo que se estabelece entre as vinculações internacionais e as elaborações discursivas a seu respeito.¹¹² Foi essa uma das motivações para tomarmos os contatos entre juristas brasileiros e argentinos como fios condutores de toda a análise. Mais

¹⁰⁸ STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: Space and Scale in Transnational History. *The International History Review*. v. 33, n. 4, 2011, p. 573-584 (citação textual na p. 574).

¹⁰⁹ PUTNAM, Lara. The transnational and the text-searchable: digitized sources and the shadows they cast. *American Historical Review*. v. 121, n. 2, abr. 2016, p. 384.

¹¹⁰ Avaliações circunstanciadas da história global e do impacto da globalização sobre a escrita da história podem ser encontradas em: HUNT, Lynn. *Writing History in the global era*. New York: W. W. Norton & Company, 2014; MAUREL, Chloé. *Manuel d'histoire globale*. Comprendre le « global turn » des sciences humaines. Paris: Armand Colin, 2014. Para um balanço particularmente cético quanto às possibilidades da história global em um momento em que a extrema-direita nacionalista ganha força em distintas latitudes, consultar: ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*. 2 mar. 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em 27/03/18.

¹¹¹ MOYN, Samuel; SARTORI, Andrew. Approaches to global intellectual history. In: MOYN, Samuel; SARTORI, Andrew (eds.). *Global intellectual history*. New York: Columbia University Press, 2013, p. 4-30.

¹¹² Em sentido semelhante, no que diz respeito a projetos internacionalistas, ver: SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 3-14.

que seguir um percurso prévia e rigidamente traçado, este trabalho se construiu a partir de constantes “correções de rota”, sugeridas pelas conexões de que as fontes nos traziam indícios – cujo desvendamento levava, invariavelmente, a novos pontos de contato, novas trilhas, novos deslocamentos.¹¹³

No cruzamento da história intelectual e do emprego de escalas não restritas ao Estado-nação, o estudo de elites intelectuais (como são indubitavelmente os juristas) tem permitido reavaliar o antigo “modelo difusionista”, segundo o qual ideias se “originavam” nos países centrais e eram recebidas de forma “passiva” nas regiões periféricas. Busca-se, em substituição, um entendimento mais sofisticado de como as circulações levam a transformações substanciais, a apropriações seletivas e criativas, bem como a respeito das hibridações anteriores existentes no próprio “modelo”.¹¹⁴ Compreender os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos significará, portanto, trazer à tona dinâmicas que se constroem na permeabilidade das fronteiras e comparar resultados que se inscrevem em lógicas próprias a cada um desses países, buscando a todo tempo não perder de vista os contextos mais amplos por que esses sujeitos transitavam, nem as ambiguidades dos diálogos que travaram. Essa sensibilidade nos permitirá desvendar uma série de conexões intelectuais pouco conhecidas ou mesmo deliberadamente silenciadas, sem para isso ignorar outras escalas que informavam tais debates e impactavam seus rumos – sem negligenciar, no limite, as razões dos silenciamentos historicamente construídos e perpetuados.

¹¹³ Seguimos, neste ponto, as sugestões mais propriamente metodológicas presentes em: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l’histoire croisée: entre empirie et réflexivité. In: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (orgs.). *De la comparaison à l’histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004, p. 15-49.

¹¹⁴ ZIMMERMANN, Eduardo. Intellectual elites. In: IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Ives (eds.). *The Palgrave Dictionary of Transnational History*. London: Palgrave/Macmillan, 2009, p. 547-551. Diversos estudos com preocupações teóricas próximas às aqui esboçadas têm recorrido à noção de “transferências culturais”, cunhada por Michel Espagne. Esse autor desenvolve todo um programa voltado à necessidade de colocar em causa não apenas a “exportação” e a “importação” de ideias e de práticas culturais, mas, sobretudo, os caminhos que as tornam possíveis; as formas de recepção, tomadas não a partir de sua aproximação ou de seu distanciamento do “original”, mas sim em sua eficácia própria e a partir de suas reelaborações em outro contexto; as instâncias e os agentes de mediação, que permitem traduções, translações, transformações semânticas. Ver, entre outros: ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. *Genèses*. n. 17, 1994, p. 112-121; ESPAGNE, Michel. Transferts culturels et histoire du livre. *Histoire et Civilisation du Livre – Revue internationale*. Genebra, v. 5, 2009, p. 201-218. Embora essas reflexões se tenham mostrado frutíferas para muitas análises, optamos por não recorrer a tal conceito. Primeiramente, por acreditarmos que o termo “transferência” é problemático, pois segue trazendo implícita certa ideia de um polo “originário” e outro “receptor”, que contradiz ao menos em alguma medida a proposta por trás dessa perspectiva. Em segundo lugar, em função de uma censura eminentemente política que pode ser feita ao conceito cunhado por Espagne. A noção de “transferência cultural” tende a obscurecer as assimetrias, questões envolvendo o poder e relações de dominação. Desenvolvemos esse argumento de forma mais extensa na resenha: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Transferências Culturais. Livro*. São Paulo, v. 4, 2014, p. 371-377.

No encalço de juristas viajantes: percursos de uma pesquisa

Ao refletir sobre as potencialidades e os limites de uma série de estudos que buscaram transcender o enquadramento nacional, Barbara Weinstein sugeriu que uma abordagem próxima à pesquisa de arquivo, preocupada em levantar fontes em espaços geográficos variados, poderia ser esclarecedora, na medida em que colocaria o historiador diante de dilemas semelhantes aos enfrentados pelos sujeitos sobre os quais se debruçava.¹¹⁵ De fato, barreiras linguísticas, entraves institucionais, planos para viagens, sentimentos de desterro constituíram desafios constantes à execução deste trabalho. Diante deles, não pudemos deixar de refletir sobre como questões análogas se apresentavam aos juristas cujos deslocamentos buscávamos apreender. Nessas sobreposições entre sujeito e objeto de pesquisa, quando passado e presente se mesclavam pela casualidade de ocuparmos os ambientes onde um dia atuaram os bacharéis em direito que se esforçavam em estreitar os laços entre a Argentina e o Brasil, caminhos e circulações por vezes surpreendentes se foram descortinando.

Uma primeira trilha havia sido aberta ainda em nossa pesquisa de mestrado, quando nos chamou a atenção a enorme quantidade de referências a periódicos editados na América Hispânica em revistas jurídicas brasileiras dos anos 1930 e 1940.¹¹⁶ A partir da curiosidade em relação a tal fato, este projeto se iniciou como um esforço para compreender o papel da imprensa especializada em direito na circulação de ideias entre o Brasil e a Argentina. As fontes privilegiadas, nesse primeiro momento, foram as revistas *Forense* e *Jurisprudencia Argentina*. Ambas viveram um período de grande vitalidade nos anos aqui contemplados, consolidando-se entre os principais títulos da imprensa jurídica dos dois países, além de terem publicado quantidade significativa de textos que permitiriam explorar as questões propostas.

A consciência de que uma parcela significativa do material veiculado nas revistas provinha de atividades promovidas por órgãos representativos da advocacia nos levou a percorrer seus acervos institucionais. Neste caso, a atenção se centrou no Instituto dos Advogados Brasileiros e no Colegio de Abogados de Buenos Aires, responsáveis pela realização de boa parte dos eventos em que se deram contatos diretos entre juristas dos dois países. São, ainda, as únicas associações profissionais que existiram durante todo o recorte temporal adotado, e cujos membros se envolveram no estabelecimento da Federação Interamericana de Advogados. Reunimos uma gama variada de impressos publicados sob seus

¹¹⁵ WEINSTEIN, Barbara. The world is your archive? The challenges of World History as a field of research. In: NORTHROP, Douglas (ed.). *A companion to World History*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 70.

¹¹⁶ Nas resenhas bibliográficas de 17 periódicos publicados entre 1936 e 1943, encontramos 138 registros de revistas estrangeiras, entre as quais apenas 27 eram editadas na Europa ou nos Estados Unidos. Todas as demais provinham de antigas colônias espanholas nas mais variadas latitudes, sendo 40 delas da Argentina.

auspícios: revistas, boletins, relatórios anuais, folhetos diversos. Ainda que com limites,¹¹⁷ pudemos acessar as atas manuscritas das reuniões de seus conselhos diretivos.

No caso argentino, a documentação do CABA é importante para explorar não apenas a sua atuação, mas também aquela de órgãos fundados no decorrer do período contemplado nesta pesquisa e que funcionaram, em seus momentos iniciais, em estreita dependência dessa instituição, como a Federación Argentina de Colegios de Abogados (FACA) e o Instituto Argentino de Estudios Legislativos (IAEL), criados em 1921 e em 1935, respectivamente. O Colegio de Abogados também contava com uma das principais bibliotecas jurídicas da Buenos Aires das primeiras décadas do século XX. Embora as fontes disponíveis sugiram um caráter mais modesto e menor abertura ao público, o Instituto dos Advogados Brasileiros mantinha igualmente uma biblioteca no Rio de Janeiro. Em seus primeiros passos, no início dos anos 1930, a Ordem dos Advogados do Brasil atuou de forma próxima ao IAB.

Ainda no âmbito das circulações sul-americanas, perseguimos outros impressos, sugeridos tanto pela análise das seções de resenhas bibliográficas das revistas, quanto por algumas das questões específicas que propusemos. Procuramos acessar anais de congressos, discursos publicados na forma de folhetos e livros jurídicos em que existissem menções a viagens entre os dois países. Um levantamento que foi impossível realizar de forma sistemática, porém crucial para reconstruir atividades não contempladas satisfatoriamente em outras fontes, notadamente as viagens de delegações de bacharéis em direito entre Brasil e Argentina, foi o da imprensa diária. Para tanto, privilegiamos o *Jornal do Comércio* (Rio de Janeiro) e *La Prensa* (Buenos Aires), órgãos em que se observa uma maior presença de temas jurídicos. Tais diários foram, também, alguns dos que mais circularam entre os dois países, além de terem promovido viagens de correspondentes.¹¹⁸ Não podendo percorrer integralmente esses jornais por quase três décadas, selecionamos datas em que tínhamos indicações da ocorrência de eventos importantes.

Procurando aprofundar o entendimento a respeito da construção de laços intelectuais e da circulação transnacional de impressos, consultamos o arquivo e a biblioteca pessoais de Ricardo Levene, conservados pela Biblioteca Nacional de Maestros, em Buenos Aires. Embora essa dimensão da pesquisa tampouco tenha sido conduzida de maneira completa ou metódica, ela cumpriu um papel relevante no refinamento de algumas análises, já que Levene

¹¹⁷ No caso do IAB, levantamos as atas para todo o recorte temporal, mas há, sobretudo em seus primeiros anos, muitas oscilações no formato e no grau de detalhamento, além de algumas falhas. Quanto ao CABA, somente foi possível consultar a documentação posterior a dezembro de 1932.

¹¹⁸ RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, set-dez 2017, p. 542.

visitou o Brasil em distintas ocasiões e estabeleceu fortes laços com seus intelectuais, sobretudo historiadores.¹¹⁹ Trata-se, além disso, de um dos poucos acervos disponíveis para consulta cujos titulares eram bacharéis em direito que viajaram entre a Argentina e o Brasil no período contemplado neste trabalho.

As primeiras leituras das fontes prontamente nos colocaram diante de redes intrincadas que se estendiam para muito além do Cone Sul. Mesmo em tempos de um enunciado desencanto com referenciais estrangeiros, não foram poucos os juristas argentinos e brasileiros que viajaram à Europa ou aos Estados Unidos e incorporaram a produção acadêmica desses países a seus próprios trabalhos. Bacharéis em direito europeus e norte-americanos também visitaram a América do Sul, foram nomeados membros honorários de suas associações profissionais e proferiram conferências em suas faculdades. As preocupações em compreender certo ambiente de valorização dos fluxos internacionais, em analisar a ambiguidade de se seguir tomando o reconhecimento nos países tidos como centrais como objetivo último e signo maior de distinção, a despeito de discursos em favor do estreitamento dos laços com os vizinhos mais próximos, e em mensurar os pesos relativos de diferentes espaços geográficos nos encorajaram a alçar voos mais ousados. No caso da Europa, a pesquisa seguiu duas direções: a consulta aos arquivos do serviço jurídico do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI)¹²⁰ e a análise das obras de alguns dos autores que se envolveram nos debates sobre a “concepção social do direito”.¹²¹

Os resultados dessas incursões por acervos europeus somente reforçaram a impressão de que era necessário trazer os Estados Unidos à discussão, já que tal país ascendia como potência hegemônica no entreguerras e parecia ter desempenhado um papel particularmente complexo nos intercâmbios entre bacharéis em direito argentinos e brasileiros. Em alguns momentos, os juristas norte-americanos surgiam como um ponto de referência preferível à Europa. Em outros, eram considerados por seus colegas latino-americanos como fontes de ideias igualmente “inadequadas”. Os debates jurídicos constituem, além disso, um aspecto central da história das relações interamericanas, que a maioria dos estudos tende a negligenciar, ou a considerar apenas do ponto de vista do direito internacional, não como um problema intelectual mais profundo.

¹¹⁹ Ver SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011. Originalmente apresentado como uma tese de doutorado, esse trabalho se valeu amplamente do acervo de Levene.

¹²⁰ Fundado em 1926, esse órgão cumpria na Liga das Nações uma função análoga à que a UNESCO (em cuja sede, em Paris, estão depositados seus arquivos) desempenharia na Organização das Nações Unidas.

¹²¹ Pesquisa realizada principalmente na biblioteca do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt am Main, Alemanha).

Nesse sentido, um primeiro esforço de pesquisa em solo estadunidense se voltou à Federação Interamericana de Advogados.¹²² Foram levantados seus documentos constitutivos, estatutos, minutas de algumas reuniões e publicações, que permitiram compreender as razões pelas quais, embora fosse cogitada por juristas de diferentes nacionalidades desde ao menos os anos 1920, essa agremiação de advogados somente se constituiu em 1940, ao que tudo indica sob estrito controle dos Estados Unidos. Também consultamos os arquivos do American Law Institute (ALI), fundado em 1923 com o intuito de promover o aprimoramento do direito norte-americano, cujas atividades tiveram significativa ressonância tanto no Brasil quanto na Argentina. Nesse levantamento, privilegiamos as cartas trocadas com bacharéis argentinos e brasileiros e com outras instituições contempladas nesta pesquisa, em especial a FIA, com quem o ALI desenvolveu alguns projetos conjuntos. Na Biblioteca Oliveira Lima, pudemos acessar parte de sua correspondência e uma série de publicações de autores argentinos, muitas delas com dedicatórias ao titular do acervo. As coleções de diversas bibliotecas permitiram avaliar a circulação nos Estados Unidos de trabalhos de acadêmicos ligados ao direito atuantes no sul do continente.¹²³

Esta investigação se construiu, por fim, a partir de uma série de deslocamentos que, embora não de natureza física, transformaram substancialmente os procedimentos de pesquisa e a feição do trabalho final. Em especial quando se fez necessário reconstituir momentos anteriores ao recorte temporal adotado ou transitar por espaços que não foi possível visitar diretamente, valemo-nos de documentos e publicações disponíveis em diferentes plataformas na internet. Sobretudo no caso de fontes digitalizadas que permitem buscas de texto em seu interior, essas pesquisas propiciaram achados inesperados e reveladores. Ainda que nos tenham exposto ao risco de realizar uma contextualização insuficiente do material mobilizado, as inúmeras viagens por terras distantes empreendidas diariamente sem deixar a mesa de trabalho permitiram explicitar conexões que, de outra maneira, possivelmente teriam permanecido ocultas. Elas nos confrontaram, ao mesmo tempo, com questionamentos até então não vislumbrados. Em certos momentos, os percursos virtuais ajudaram a demonstrar que os debates aqui analisados estiveram muito longe de se restringir aos muros das faculdades de direito ou às sedes das associações profissionais.¹²⁴

¹²² A despeito das grandes esperanças depositadas nessa Federação e do fato de sua segunda conferência ter tido como palco o Rio de Janeiro, localizamos pouquíssimas fontes a seu respeito em acervos brasileiros e argentinos.

¹²³ Mais precisamente, nas seguintes instituições: Library of Congress, New York Public Library, Arthur W. Diamond Law Library (Columbia University).

¹²⁴ Um esclarecedor e ponderado panorama das potencialidades e dos riscos do uso de fontes digitalizadas nas pesquisas históricas, bem como a respeito da articulação estreita entre o desenvolvimento da história transnacional e a digitalização massiva de documentos históricos, pode ser encontrado em: PUTNAM, Lara. The

Em função da amplitude do *corpus* documental mobilizado e da aposta teórico-metodológica no valor heurístico da alternância das escalas de análise, a escrita deste trabalho se pautou por escolhas temáticas, narrativas e de fontes que seguiram critérios também variáveis. Diante da evidente impossibilidade de discutir em detalhes todo o material levantado, alguns trechos privilegiaram dinâmicas próprias à Argentina, outros tiveram como foco o Brasil, outros ainda se situaram em perspectivas continentais ou mesmo transatlânticas. Sempre que possível, as interações entre argentinos e brasileiros foram postas no centro da análise, mas a interpretação desses contatos procurou nunca perder de vista cenários mais amplos em que eles se inseriam. Espera-se que a combinação desses distintos marcos e recortes componha um panorama certamente incompleto, mas capaz de evocar a vitalidade, a trajetória e as consequências dos intercâmbios que, ainda que de forma descontínua e enfrentando entraves de distintas naturezas, os bacharéis em direito estabeleceram. Também por uma escolha consciente, alguns episódios e certos textos foram retomados em diferentes etapas da argumentação, procurando colocar em relevo tanto as continuidades que os próprios atores procuraram construir (por vezes de forma artificial e/ou artificiosa), quanto as conexões entre os diferentes ângulos de abordagem adotados.

Duas hipóteses guiaram a pesquisa. Primeiramente, trabalhamos com a ideia de que o fortalecimento dos diálogos e dos esforços de aproximação entre juristas brasileiros e argentinos estaria ligado, de maneira à primeira vista paradoxal, aos debates sobre a nacionalidade em curso em ambos os países, bem como aos projetos de intervenção sobre a sociedade que deles derivaram. Esses debates estiveram intimamente associados a um clima de insatisfação com as ideias vindas da Europa e, por vezes, dos Estados Unidos, cada vez mais tidas como “inadequadas” à “realidade” desses países. Os olhares cruzados entre Brasil e Argentina teriam sido pensados, assim, como um meio para o desenvolvimento de “alternativas autóctones” para o direito, a partir da ideia de que esses países partilhariam uma experiência histórica próxima, podendo, por isso, contribuir de forma mais esclarecedora para pensar os rumos de cada um desses territórios nacionais.

Nossa segunda hipótese é a de que os esforços de aproximação entre juristas brasileiros e argentinos teriam sido pensados como meios voltados à consecução de certo protagonismo desses homens no espaço público, como mecanismos que auxiliariam a garantir seu reconhecimento como interlocutores privilegiados na formulação de políticas e, em especial, na escrita de novas leis. Nesse sentido, tais intercâmbios intelectuais seriam

pensados não apenas como uma maneira de iluminar os debates que se desenvolviam dentro das fronteiras nacionais, mas também como uma forma de, a partir da chancela dos colegas estrangeiros, buscar maior projeção para as reivindicações dos juristas e legitimar posicionamentos.

Tendo em vista tais hipóteses, esta tese se estrutura em duas partes, a primeira delas composta por dois capítulos, a segunda apenas por um. O intuito de situar os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos em cenários mais ampliados, tanto do ponto de vista temporal quanto do geográfico, levou-nos, contudo, a preceder os capítulos de um “Preâmbulo”. Sob essa designação, tomada de empréstimo à teoria jurídica e à técnica legislativa (em seu duplo sentido de algo que se apresenta previamente, constituindo um discurso preliminar, mas que também introduz, explica, auxilia a interpretar),¹²⁵ retornaremos às últimas décadas do século XIX para perscrutar a consolidação de projetos internacionalistas no âmbito do direito e o surgimento das principais instituições sobre as quais nos debruçaremos. Nos temas contemplados e na articulação preponderantemente factual da narrativa, essa seção se aproxima do primeiro capítulo, mas foi dele destacada por uma série de razões. O “Preâmbulo” traz confundidas algumas das questões que, dentro do recorte temporal privilegiado durante a pesquisa, serão desdobradas em capítulos particulares. Ele procura, também, situar este trabalho em relação a um tema que ele deliberadamente não enfrentará a fundo: o dos debates em torno dos distintos americanismos. Mais que os processos de construção de identidades, interessam-nos as ações empreendidas por juristas – ainda que, e até mesmo em função do cuidado com as dimensões performativas dos discursos que marca nosso trato com as fontes, seja inegável que as identidades frequentemente deram sustento às ações, e que só é possível construir identidades duráveis e com ressonância na vida pública por meio de ações. De forma correlata, as questões do direito internacional constituem um foco de análise importante nessa primeira parada do percurso, enquanto o restante da tese se concentrará, sobretudo, nas dinâmicas transnacionais que impactam projetos públicos com projeção preponderantemente nacional.

A Parte I, “Caminhos”, procura mapear os mecanismos concretos de diálogo entre juristas brasileiros e argentinos. No capítulo 1, “Em busca do ‘intercâmbio jurídico-cultural’: instituições, viagens, congressos”, apresenta-se uma reconstituição cronológica das principais atividades promovidas pelos órgãos representativos das profissões jurídicas na busca por aprimorar os diálogos intelectuais e fortalecer os projetos em que os bacharéis em direito se

¹²⁵ Cf. SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2006, p. 1072-1073.

engajavam. Escrito de maneira próxima às fontes e ressaltando algumas trajetórias individuais, tal capítulo compõe um relato polifônico dos intercâmbios, atento às tensões e às descontinuidades, mas igualmente à consolidação de determinados rituais e ao estabelecimento de um repertório de momentos-chave de interação, que poderiam ser recuperados para a legitimação de iniciativas posteriores. O capítulo 2, “Diálogos impressos, impressões em diálogo”, volta-se à circulação de publicações entre a Argentina e o Brasil e aos usos políticos das edições. Atentando para volumes decorrentes de congressos, conferências e viagens, exposições internacionais de livros, políticas de intercâmbio entre bibliotecas, seções de resenha bibliográfica, esforços de manutenção de periódicos institucionais, essa etapa da argumentação demonstrará que os impressos foram mobilizados de modo a fortalecer as ações públicas dos juristas e a permitir sua ressonância em meio a um público mais amplo que aquele que poderia estar fisicamente presente em conferências e congressos.

Na Parte II, intitulada “Missões”, o papel que os juristas buscaram desempenhar e as tarefas que atribuíram a si próprios constituem o centro da atenção. Discute-se, em especial, como os bacharéis em direito se projetaram na cena pública e tentaram, frequentemente com sucesso, construir um tipo peculiar de legitimidade para suas ações. O terceiro e último capítulo, “‘Técnicos da legalidade’: a ‘socialização do direito’ e a escrita das leis”, explicitará as conexões entre novas orientações teóricas da disciplina, a busca por reconfigurar a figura do jurista e os esforços dos bacharéis em direito para se constituírem em interlocutores privilegiados do Estado. Procuraremos mostrar, assim, como a amplamente aceita ideia de que as diretrizes liberais, individualistas e formalistas que prevaleceram no século XIX não poderiam mais ditar os rumos de sociedades em processos acelerados de modernização, urbanização e industrialização ajudou a fortalecer concepções do direito como um instrumento de reforma social, em um constante diálogo com as inquietações em torno da chamada “questão social”. Os juristas sustentavam, ao mesmo tempo, que os parlamentos se haviam degenerado em espaços de produção legislativa desinformada, de péssima qualidade. Sob esse argumento, reivindicavam a condição de atores-chave (ou mesmo exclusivos) da escrita de projetos de lei. Sob o discurso salvacionista de uma “técnica” desinteressada, supostamente capaz de suplantar os “males” da política, os bacharéis em direito lograram produzir efeitos que em muito ultrapassaram os anos aqui estudados. Ou – o aterrador presente nos incita a conjecturar – eles talvez tenham conjurado poderosos e duradouros

espectros que, de tempos em tempos (e não raro disfarçados sob novas roupagens), voltam a assombrar¹²⁶ a vida pública, nesta e naquela margem do Prata.

Todas as traduções de citações em língua estrangeira são de nossa autoria. Quando sentimos a necessidade de precisar alguma escolha de tradução, incluímos uma nota de rodapé indicando a expressão original. Intervenções sobre os trechos citados foram assinaladas com colchetes. Nas transcrições de fontes, atualizamos a ortografia e, em regra, mantivemos a pontuação original. Alteramos levemente a pontuação e a ordem das palavras em alguns dos trechos traduzidos, sobretudo em fontes cujo original estava em espanhol, quando consideramos que isso favoreceria a legibilidade do texto. Preferimos não traduzir nomes de associações nem títulos de livros, revistas, artigos ou conferências, mesmo quando mencionados no corpo do trabalho. Foram traduzidos, contudo, os nomes de congressos, já que o caráter plurinacional de boa parte desses eventos dificultava a opção por um idioma. De maneira semelhante, quando tratamos de organizações internacionais, optamos, sempre que possível, pela denominação oficial em português. Quando utilizamos artigos de periódicos como fontes, incluímos a referência completa em nota de rodapé, mas nos limitamos, nas referências finais, a registrar o título e o período pesquisados. Adotando tal procedimento, procuramos evitar uma listagem desnecessariamente extensa e assinalar que a pesquisa abrangeu a publicação de forma ampla, não se restringindo aos textos diretamente citados.

¹²⁶ Uma provocativa proposta para pensar o passado como algo que nos “assombra”, no sentido de que está irremediavelmente ausente, mas segue interpelando os sujeitos, ao retornar de formas imprevisíveis e frequentemente incômodas, foi recentemente desenvolvida em: KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Palo Alto: Stanford University Press, 2017.

Preâmbulo

Itinerários do direito na passagem do século XIX ao XX

Em 1869, a *Revue de Droit International et de Législation Comparée* se lançava ao público com um texto programático redigido pelo jurista e diplomata belga Gustave Rolin-Jaequemyns. Ao exaltar os progressos das artes e da indústria propiciados pelas Exposições Universais, o autor sublinhou que efeitos ainda mais relevantes deveriam ser esperados das “reuniões ou congressos, não mais de produtos, mas de homens e de ideias”. Encontros desse tipo deixariam traços profundos nos espíritos, na medida em que nada ativaria o uso da razão como a comparação, propiciada pelo contato com estrangeiros. Nesse sentido, a legislação comparada estabeleceria “entre todas as nações civilizadas uma espécie de concurso generoso”, em que a cada momento os participantes poderiam fornecer exemplos ou se valer da experiência uns dos outros. Essa área de estudos, prosseguiu o jurista belga, concederia “ao próprio patriotismo um caráter mais sério e mais elevado, fazendo-o consistir não no desprezo ou na ignorância do que se passa no exterior, mas na paixão de dotar sua pátria de tudo aquilo que há de excelente nas instituições dos outros povos”. Após comentar o papel das comparações no estabelecimento das reformas legislativas mais importantes do século XIX e sublinhar como o recurso à legislação estrangeira se havia transformado em uma potente arma de combate nos parlamentos, concluiu afirmando que os estudos comparativos das leis fortaleceriam o compromisso com os “princípios da justiça universal” e contribuiriam para forjar o “espírito de internacionalidade”.¹

Rolin-Jaequemyns esteve longe de ser uma voz isolada nessa defesa de um internacionalismo jurídico construído a partir de iniciativas coletivas, encontros periódicos e estudos comparativos sistemáticos, tendo como fim último promover reformas sociais. A legislação comparada e o direito internacional, invocados no título da revista, tampouco foram os únicos núcleos agregadores dos esforços para promover debates jurídicos que transcendiam as fronteiras. Desde a década anterior, partidários de mudanças legislativas voltadas à implementação do ideário liberal vinham buscando fundamentar suas intervenções em conhecimentos sistemáticos sobre as sociedades. Para tanto, reuniam-se em espaços inicialmente não restritos ao direito, mas em que se debatiam diversos temas jurídicos, como a britânica National Association for the Promotion of Social Science (NAPSS), fundada em 1857, e a Association Internationale pour le Progrès des Sciences Sociales (AIPSS), que

¹ ROLIN-JAEQUEMYNS, Gustave. De l'étude de la législation comparée et du droit international. *Revue de Droit International et de Législation Comparée*. Ghent, t. 1, n. 1, 1869, p. 1-17.

realizou seu primeiro congresso em Bruxelas em 1862.² Do outro lado do Atlântico, a American Association for the Promotion of Social Science (AAPSS) se estabeleceu em Boston em 1865, expressando entre seus objetivos os de “auxiliar o desenvolvimento da ciência social, e guiar a mente pública para os melhores meios práticos de promover a reforma de leis, o avanço da educação, a prevenção e repressão do crime, a reforma dos criminosos, e o progresso da moralidade pública”.³

A *Revue de Droit International et de Législation Comparée* foi uma iniciativa próxima a esses círculos. Os primeiros números da revista foram marcados pela defesa de medidas como a abolição da escravidão e da pena de morte, o estabelecimento da liberdade de iniciativa e a criação normas sobre trabalho infantil, educação e assistência pública. Essas escolhas deixam entrever certo compromisso com a busca por “uma *via media* entre individualismo e coletivismo”, em uma inclinação “democrática mas temerosa das massas, reformista mas burguesa”.⁴ Como o texto programático de Rolin-Jaequemyns sugere, o periódico também se ligou à celebração de novas tecnologias como os caminhos de ferro e os telégrafos, que garantiam comunicações mais eficientes e possibilitavam o fortalecimento da cooperação acadêmica internacional, sobretudo em torno de conferências e associações.⁵

Esses exemplos nos sugerem que, desde meados do século XIX, iniciativas coletivas e esforços institucionais voltados à promoção do conhecimento mútuo entre diferentes sistemas jurídicos se vinham articulando em centros como Bruxelas, Paris, Londres, Washington – mas também Buenos Aires, Montevideú, Rio de Janeiro, Santiago do Chile. Quando os bacharéis em direito argentinos e brasileiros se empenharam, nas primeiras décadas do século XX, em promover a aproximação entre seus órgãos profissionais e intensificar seus intercâmbios intelectuais, eles se puderam valer de todo um repertório de antecedentes, mecanismos e rituais. Pareceu-nos pertinente, portanto, transitar por outras terras, para situar as ações e os

² KOSKENNIEMI, Martti. *The gentle civilizer of nations. The rise and fall of International Law 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 11-14. Ver, também: MÜLLER, Christian. The politics of expertise. The Association Internationale pour le Progrès des Sciences Sociales, democratic peace movements and international law networks in Europe, 1850-1875. In: RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s*. New York: Berghahn, 2015, p. 131-151. Para uma análise mais ampla da importância das conexões transatlânticas na conformação de políticas sociais progressistas nos Estados Unidos entre fins do século XIX e a Segunda Guerra Mundial, consultar: RODGERS, Daniel. *Atlantic Crossings. Social politics in a progressive age*. Cambridge: Belknap Press, 1998.

³ AMERICAN Social Science Association. *Constitution, address and list of members of the American Association for the Promotion of Social Science*. Boston: Wright & Potter, 1866, p. 3.

⁴ KOSKENNIEMI, Martti. *The gentle civilizer of nations. The rise and fall of International Law 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 13-27 (citação textual na p. 18).

⁵ Um panorama sucinto e esclarecedor sobre a internacionalização da ciência e a multiplicação de congressos acadêmicos internacionais na segunda metade do século XIX pode ser encontrado em: RASMUSSEN, Anne. L'arène internationale de la science (1860-1914). In: CHARLE, Christophe; JEANPIERRE, Laurent (dirs.). *La vie intellectuelle en France*. Paris: Seuil, 2017, v. 1, p. 599-604.

debates que constituem o foco central de nossa atenção em temporalidades prolongadas, em um cenário mais vasto, em meio a projetos intelectuais e políticos que se deslocavam de formas complexas e imprevisíveis.

Para tanto, recuperaremos, em primeiro lugar, iniciativas para promover a internacionalização do direito – como conhecimento e como prática social – que ganharam força na segunda metade do século XIX, muitas delas associadas às Exposições Universais. Desenvolveremos, em seguida, uma análise da presença de questões jurídicas em meio aos projetos americanistas que ganharam força na passagem do século XIX ao XX. Por fim, uma seção centrada na reconfiguração da atuação do Instituto dos Advogados Brasileiros após a proclamação da República e outra que terá como norte a presença dos juristas nas comemorações do centenário da Independência argentina procurarão explicitar a inserção dos bacharéis em direito na vida pública nos dois países centralmente contemplados neste trabalho. Em toda esta etapa de nossa argumentação, as fontes privilegiadas serão anais de congressos, mas também mobilizaremos documentos institucionais, sobretudo estatutos de organizações de juristas, e transcrições de conferências feitas em ocasiões diversas.

Consolidar o direito internacional, construir a “ciência do direito comparado”: congressos, instituições e projetos em tempos de Exposições Universais

Um dos principais efeitos jurídicos da intensificação nos fluxos de mercadorias, pessoas e ideias vivenciado ao longo do século XIX foi uma atenção renovada para o direito internacional, que se consolidava em tratados cuja validade era crescentemente reivindicada, ao mesmo tempo em que se buscava legitimar juridicamente a expansão imperial europeia. Esforços associativos especializados ganhariam impulso com os questionamentos à capacidade da ciência e do desenvolvimento industrial em manter a paz que se seguiram à eclosão da Guerra Franco-Prussiana em 1870 e, sobretudo, diante da consciência de que os dois lados haviam violado a convenção regulando o tratamento humanitário nos conflitos armados estabelecida em Genebra em 1864. Compartilhando o entendimento de que o estudo do ramo jurídico que se ocupa dos laços entre distintas nações demandava uma instituição permanente, Rolin-Jaequemyns e o suíço Gustave Moynier lideraram a criação do Institut de Droit International (IDI). Entre os membros fundadores, estavam o argentino Carlos Calvo⁶ e

⁶ Radicado durante boa parte de sua vida em Paris, Calvo (1824-1906) era um nome conhecido e respeitado na América do Sul assim como na Europa. Uma análise de sua trajetória, marcada por tensões entre a crença na universalidade do conhecimento jurídico e a defesa dos interesses argentinos, pode ser encontrada em BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, em especial p. 98-107.

o norte-americano David Dudley Field. Os estatutos aprovados na primeira reunião do IDI, realizada em Ghent em setembro de 1873, declaravam o objetivo de “favorecer o progresso do direito internacional, esforçando-se para se tornar o órgão da *consciência jurídica do mundo civilizado*”.⁷

Um intercâmbio de propostas entre juristas norte-americanos e europeus levaria à criação de outro órgão com fins semelhantes, porém mais explicitamente voltado à interferência na elaboração de normas. Também em 1873, a Association for the Reform and Codification of the Law of Nations realizou em Bruxelas seu primeiro congresso. Refletindo sobre a trajetória da instituição em um relatório preparado para o terceiro de seus encontros, reunido em Haia em 1875, o secretário-geral James B. Miles exaltou o seu papel como “corporificação e expressão de uma convicção por muito tempo acalentada por publicistas e estadistas de diferentes países”, voltada à crença na importância do direito internacional como um meio de encontrar soluções pacíficas para os conflitos entre as nações, “e assim assegurar a justiça internacional”. Mais à frente, Miles chegou a caracterizar a associação como uma espécie de “senado”, que se deveria reunir para “comparar os resultados de seu estudo e reflexão, e discutir, elaborar, e até onde praticável unir-se em uma declaração dos princípios centrais do direito internacional”. Esperava-se, prossegue ele, que o trabalho desse grupo fosse bem recebido nos círculos letrados e entre “as pessoas inteligentes de diferentes países”, sendo, por fim, “aceito e adotado por diferentes governos”.⁸ Renomeada como International Law Association (ILA) em 1895, essa agremiação segue realizando encontros bianuais, que quase sempre resultam na aprovação de resoluções com marcado sentido propositivo. A 18ª dessas reuniões (Buffalo, 1899) foi a primeira a ter como cenário o continente americano.⁹

O estabelecimento do IDI e da ILA pode ser lido como parte de um movimento de profissionalização dos advogados internacionalistas, que procuraram atuar de forma progressivamente autônoma em relação à diplomacia e aos interesses dos Estados. Do ponto de vista político, essa transformação se associou a um projeto cosmopolita liberal, marcado pela crença em uma comunidade internacional governada pelo direito. Internalizado e apropriado estrategicamente por atores não hegemônicos, esse discurso logrou ser

⁷ KOSKENNIEMI, Martti. *The gentle civilizer of nations. The rise and fall of International Law 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 36-41. Grifos nossos. O IDI, que existe ainda hoje, foi agraciado em 1904 com o Prêmio Nobel da Paz por suas ações a favor da arbitragem internacional. Ver <http://www.idi-iil.org/>

⁸ MILES, James B.. *Association for the Reform Codification of the Law of Nations. A brief sketch of its formation*. Paris: E. Brière, 1875, p. 3-6.

⁹ Ver http://www.ila-hq.org/images/ILA/docs/ILA_Conferences_1873-2016.pdf.

reconhecido como universal, ao mesmo tempo em que possibilitou vitórias parciais de países com menor poder no cenário mundial.¹⁰

As Conferências da Paz reunidas em Haia em 1899 e 1907, frequentemente consideradas um ponto de partida para o cultivo de uma sociabilidade internacional e para o fortalecimento de uma opinião pública de orientação internacionalista, atestam essa confiança crescente no direito internacional e na organização de instituições como meios para garantir a convivência pacífica entre as nações.¹¹ O segundo desses encontros foi uma das primeiras reuniões diplomáticas em solo europeu para as quais os países da América do Sul foram oficialmente convidados. O brasileiro Rui Barbosa ficaria conhecido por sua oposição ao projeto de uma corte internacional de justiça apresentado pelo norte-americano James Brown Scott,¹² que propunha o emprego da população e do poder econômico dos países como critérios para a escolha dos juízes que comporiam o tribunal. O argumento de Barbosa, segundo o qual esse procedimento violava o princípio da igualdade soberana entre os Estados, foi respaldado por delegações como as do México, da Romênia e da Grécia. A proposta de Scott terminou derrotada, mesmo após sucessivas reformulações.¹³

A busca por aperfeiçoar o direito por meio de contatos entre especialistas de origens variadas se faria notar também em âmbitos que, em princípio, nada tinham a ver com as relações internacionais. Questões associadas às inquietudes das elites perante sociedades vistas como crescentemente conflituosas foram especialmente mobilizadoras nesse sentido. Foi o caso das doze edições dos Congressos Penitenciários Internacionais, iniciadas em Londres em 1872.¹⁴ Reunindo agentes estatais, especialistas em direito criminal e

¹⁰ BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 1-8.

¹¹ SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 19-24.

¹² Scott (1866-1943) foi uma figura central da articulação de projetos pan-americanistas, tendo atuado no âmbito do Carnegie Endowment for International Peace e sido um dos criadores do American Institute of International Law (1912), que será discutido mais à frente. Sobre sua trajetória, consultar: SCARFI, Juan Pablo. *El imperio de la ley. James Brown Scott y la construcción de un orden jurídico interamericano*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014; SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017.

¹³ BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 158-168. Estamos de acordo com a preocupação desse trabalho em mostrar que, longe do caráter excepcional que as narrativas que o exaltam como o “águia de Haia” lhe procuram atribuir, o posicionamento de Barbosa se inseriu em certa tradição de apropriação estratégica dos princípios do direito internacional pelos países que o autor chama de “semi-periféricos”.

¹⁴ As edições seguintes foram: Estocolmo (1878), Roma (1885), São Petersburgo (1890), Paris (1895), Bruxelas (1900), Budapeste (1905), Washington (1910), Londres (1925), Praga (1930), Berlim (1935) e Haia (1950). Alguns autores incluem na série encontros anteriores realizados em Frankfurt (1846 e 1857) e Bruxelas (1847), mas que não contaram com a padronização dos anais, uma organização central ou uma preocupação em manter uma periodicidade regular. Ver LEONARDS, Chris. *Visitors to the International Penitentiary Congress. A transnational platform dealing with penitentiary care. Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften*.

reformadores sociais (papéis que, frequentemente, confundiam-se nos mesmos sujeitos), esses encontros procuraram estabelecer parâmetros para melhorias nas prisões a partir da experiência de distintas localidades, tarefa para a qual até mesmo um código penal universal chegou a ser cogitado. No âmbito dessas conferências penitenciárias, o intuito de construir conhecimentos objetivos, fundamentados em estatísticas confiáveis, esteve intimamente associado aos fluxos internacionais, na medida em que a comparação entre distintos países era vista como um meio para assegurar ganhos em cientificidade. A oitava edição foi a primeira a cruzar o Atlântico, reunindo-se em Washington em 1910, mas sul-americanos e europeus haviam participado de congressos nos Estados Unidos antes que uma arena declaradamente internacional se estabelecesse.¹⁵

Pouco depois que circulou a primeira edição da revista belga que associava tal campo de estudos ao direito internacional, a legislação comparada serviria de mote para a criação de mais uma sociedade especializada, desta vez em Paris. Abrindo a primeira sessão da *Société de Législation Comparée* (SLC), realizada em fevereiro de 1869, Édouard Laboulaye¹⁶ justificou a iniciativa pela “necessidade de conhecer a legislação e a maneira de viver de seus vizinhos”, algo que se teria tornado “natural” a partir do momento em que “o comércio e a indústria reuniram os povos, que os caminhos de ferro os aproximaram, que as *exposições os ensinaram a se conhecer*, misturaram seus interesses e suas ideias”. Encaminhando-se para o fim dessa apresentação inicial, afirmou que os membros da nova associação estavam “todos animados por um mesmo espírito: fazer uma sociedade essencialmente científica, ou, melhor dizendo, prática”.¹⁷

Após ser aclamado como primeiro presidente do órgão, Laboulaye voltou a discursar, desta vez adotando um tom programático. A partir de uma extensa evocação das atividades da AAPSS, o professor francês sustentou que uma “ciência que tenha por objeto o bem-estar da sociedade necessita mais que qualquer outra da associação dos esforços individuais”. Segundo ele, e em contraste com a dificuldade de os acadêmicos se fazerem ouvir isoladamente, até “a

Viena, v. 26, n. 3, 2015, p. 98-99; NUÑEZ, Jorge Alberto. *Fernando Cadalso y la reforma penitenciaria en España*. Madrid: Universidad Carlos III, 2014, p. 187-190.

¹⁵ SHAFIR, Nir. The international congress as scientific and diplomatic technology: global intellectual exchange in the International Prison Congress, 1860-90. *Journal of Global History*. v. 9, n. 1, mar. 2014, p. 72-93.

¹⁶ Professor do Collège de France, Laboulaye (1811-1883) se dedicou sobretudo ao estudo do direito e da história dos Estados Unidos, tendo expressado grande admiração pelas instituições norte-americanas. De convicções liberais, foi um dos idealizadores da Estátua da Liberdade. Sobre sua trajetória, consultar HALPÉRIN, Jean-Louis. Laboulaye, historien du droit et/ou comparatiste. *Revue internationale de droit comparé*. Paris, v. 63, n. 3, 2011, p. 517-525.

¹⁷ Séance du 16 février 1869. *Bulletin de la Société de Législation Comparée*. Paris, n. 1, mar. 1869, p. 1-2. Grifos nossos. A sociedade existe ainda hoje. Ver: <http://www.legiscompare.fr>.

voz mais fraca encontra um eco” nesses espaços coletivos.¹⁸ Os estatutos da SLC declaravam como seu objeto “o estudo das leis de diferentes países e a pesquisa de meios práticos para melhorar os diversos ramos da legislação”, tarefa para a qual seria fundamental nomear correspondentes estrangeiros.¹⁹

É crucial perceber, por outro lado, que nada há de fortuito na referência feita por Laboulaye às Exposições Universais como eventos que “ensinaram os povos a se conhecer”. Mencionadas também no texto programático de Rolin-Jaequemyns, as grandes feiras iniciadas em Londres em 1851 não funcionaram apenas como espetáculos do progresso e cenários da competição entre as nações que se pretendiam “civilizadas”, mas também como espaços de intercâmbio acadêmico e sociabilidade intelectual.²⁰ Uma miríade de eventos ligados a distintas áreas do conhecimento se organizou ao redor das exposições, por vezes como parte da programação oficial, por vezes de forma apenas concomitante a elas, casos em que os organizadores se valiam da grande afluência de pessoas a determinada cidade para aumentar a projeção das reuniões acadêmicas. Essas iniciativas faziam parte de um movimento mais amplo: se em 1850 se reuniam, em média, dois congressos internacionais por ano, em 1910 a cifra chegava a 345;²¹ estima-se que 50 congressos tenham sido realizados entre 1840 e 1860, enquanto ocorreram 2095 deles entre 1901 e 1914.²²

Na Exposição Universal realizada em Paris em 1878, a organização de congressos se institucionalizou como um objetivo específico.²³ Já nessa edição, o direito se incorporaria à programação científica: entre seus temas, estava “economia política, ciências econômicas, direito administrativo, industrial e internacional”. Dez anos mais tarde, durante a feira de Barcelona, realizou-se um Congresso Jurídico, mas a participação foi restrita a espanhóis.²⁴ Na exposição realizada na capital francesa em meio às comemorações do centenário da Revolução, temas jurídicos apareceriam em conexão com reflexões sobre a intervenção do

¹⁸ Séance du 16 février 1869. *Bulletin de la Société de Législation Comparée*. Paris, n. 1, mar. 1869, p. 5.

¹⁹ Statuts. *Bulletin de la Société de Législation Comparée*. Paris, n. 1, mar. 1869, p. 11.

²⁰ A produção bibliográfica sobre as Exposições Universais é vasta e multiforme. Um balanço historiográfico preocupado em sublinhar certo deslizamento da interpretação desses eventos como “vitruínes do progresso” para o reconhecimento de sua importância na consolidação de relações científicas e na estruturação de diferentes campos do conhecimento pode ser encontrado em: ALMEIDA, Marta de. Congressos e exposições científicas: tema e fontes para a história. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 197-208.

²¹ RASMUSSEN, Anne. L'arène internationale de la science (1860-1914). In: CHARLE, Christophe; JEANPIERRE, Laurent (dirs.). *La vie intellectuelle en France*. Paris: Seuil, 2017, v. 1, p. 601-602.

²² SUPPO, Hugo Rogélio. Ciência e relações internacionais. O congresso de 1905. *Revista da SBHC*. São Paulo, v. 1, n. 1, 2003, p. 6.

²³ Os dados factuais sobre a organização de congressos concomitantes às Exposições foram extraídos de: SCHROEDER-GUDEHAUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne. *Les fastes du progrès*. Le guide des Expositions universelles 1851-1992. Paris: Flammarion, 1992, p. 96-151.

²⁴ Ver COMISIÓN Organizadora. *Actas del Congreso Jurídico de Barcelona*. Septiembre de 1888. Barcelona: Imprenta de Jaime Jepús y Roviralta, 1889.

Estado sobre problemas sociais, como acidentes do trabalho, contratos laborais, emigração e imigração, preços de produtos de primeira necessidade – uma tendência que prosseguiria nos eventos subsequentes.

Convocado pela SLC e parte da programação oficial da Exposição Universal de 1900, o Congresso Internacional de Direito Comparado apresentou-se com o objetivo de aproximar jurisconsultos de “todos os pontos do mundo” para “fornecer à ciência do direito comparado uma fórmula precisa e uma direção segura”. “O sucesso da obra”, prosseguia a circular distribuída a potenciais participantes, “somente pode ser assegurado se a maior parte das nações nas quais a ciência do direito teve um grande desenvolvimento se encontrarem amplamente representadas”. Além de reuniões plenárias sobre teoria geral e método, o encontro contou com grupos de trabalho sobre direito internacional privado,²⁵ direito comercial, direito civil, direito público e criminologia.²⁶

A ausência do ramo jurídico responsável pela regulação dos laços entre as nações nesse rol de temáticas sugere que a internacionalização do saber jurídico passava por vias cada vez mais diversificadas, tornando-se, pouco a pouco, menos dependente dos círculos do direito internacional e da diplomacia. O encontro realizado em Paris atesta, por outro lado, um intuito de superar o mero conhecimento da legislação de distintos países para constituir uma efetiva ciência comparativa. O relatório “sobre a utilidade, o fim e o programa” do congresso apresentado à comissão organizadora pelo então já consagrado jurista Raymond Saleilles²⁷ dá uma boa medida das esperanças depositadas nessa área de estudos. Logo de início, Saleilles ressaltou a relevância das “consultas internacionais” para uma ciência “em via de formação”, como era o direito comparado. Prosseguiu sublinhando as potencialidades das análises comparativas para o ensino, a interpretação e a aplicação do direito, atribuindo ao estudo de normas de distintos países um papel especial na promoção de melhorias no direito nacional.²⁸

²⁵ Ramo do direito que se dedica ao conflito de leis no espaço, ou seja, à determinação da norma aplicável a casos envolvendo diferentes territórios, o direito internacional privado tende a se tornar um tema premente em momentos de fortalecimento da imigração e dos fluxos comerciais.

²⁶ CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905 (citações textuais nas p. 7-8).

²⁷ Professor na Faculté de Droit de l'Université de Paris e católico militante, Saleilles (1855-1912) se dedicou à história do direito, ao direito penal, ao direito constitucional e ao direito civil, antes de se firmar como um comparatista. Cf. o verbete a ele dedicado no projeto prosopográfico SIPROJURIS, disponível em <http://siprojuris.symogih.org/siprojuris/enseignant/56912>. Acesso em 29/11/2017. A bibliografia sobre Saleilles é extensa. Destacamos, pela ênfase concedida tanto ao congresso de 1900 quanto ao papel de Saleilles na consolidação do direito comparado como disciplina: ARAGONESES, Alfons. *Un jurista del Modernismo*. Raymond Saleilles y los orígenes del derecho comparado. Madrid: Dykinson, 2009, em especial p. 11-19; 37-43.

²⁸ SALEILLES, Raymond. Rapport présenté à la commission d'organisation sur l'utilité, le but et le programme du congrès. In: CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905, p. 9-11.

Saleilles preocupou-se em distinguir, então, três manifestações das relações entre diferentes sistemas jurídicos. A primeira e “mais simples” seria realizada “no domínio legislativo, pela via de empréstimos voluntários e refletidos, e de imitações discutidas, fundamentadas e aceitas da lei”. Nesse plano, o professor da Université de Paris realizou uma advertência sobre a necessidade de que o legislador, para “fazer obra útil”, adaptasse os institutos “às tradições dos países, aos costumes sobretudo, às condições de raças e de meios”, tarefa para a qual ele se poderia “esclarecer pela história”. Ao lado desse procedimento, estaria “um outro, mais inconsciente, mais imponderável talvez, mas de uma aplicação mais universal ainda”: as importações de costumes e doutrinas, que seriam anteriores às leis e, ao mesmo tempo, forçariam sua modificação à medida que se transformavam. Por fim, e ao que parece como uma etapa superior, a influência do direito estrangeiro se poderia associar aos “acordos²⁹ internacionais, tácitos ou expressos”. Saleilles lança, nesse ponto, um questionamento que soa como a expressão de um desejo, para a concretização do qual o congresso de 1900 parecia querer contribuir:

não se pode pressentir a esse respeito um movimento mais geral, que, em certas matérias que são o objeto de relações universais dos povos e dos indivíduos, e se referindo mais particularmente aos *intercâmbios internacionais*, levará imperceptivelmente as legislações ou os costumes a se unificarem, ao menos parcialmente, de maneira a *formar, para além das diversidades nacionais, uma espécie de direito comum da humanidade civilizada?*³⁰

Logo em seguida, ele atenta para a necessidade de agir estrategicamente, propondo a criação de “instrumentos de intercâmbios científicos, tendo em vista pesquisas recíprocas e internacionais por fazer no domínio do direito”. Esse esforço poderia resultar não apenas em um “movimento de ideias”, mas também em “toda uma série de medidas de uma aplicação prática e imediata, cuja necessidade começa a se fazer universalmente sentir”. O intuito de ampliar o escopo dos estudos, incluindo a jurisprudência e aspectos sociais como forma de superar comparações que se limitassem a simples “aproximações” ou “justaposições de instituições”,³¹ encontrou, contudo, dificuldades para se traduzir nas resoluções do congresso. As decisões formalizadas seguiram centradas na busca por impulsionar o conhecimento da produção legislativa de diferentes nações. Acordos puderam ser mais facilmente alcançados

²⁹ No original, “ententes”.

³⁰ SALLEILES, Raymond. Rapport présenté à la commission d’organisation sur l’utilité, le but et le programme du congrès. In: CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905, p. 11-13. Grifos nossos.

³¹ SALLEILES, Raymond. Rapport présenté à la commission d’organisation sur l’utilité, le but et le programme du congrès. In: CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905, p. 13-14.

em torno de temas como a “crise do parlamentarismo”, a unificação do regime dos títulos de crédito e a individualização judicial da pena.³²

Na prática, a extensão geográfica do encontro esteve aquém daquela esboçada em seu programa. Ainda que houvesse vice-presidentes honorários representando o Japão, o México, a Pérsia e o Brasil, os franceses constituíram a grande maioria dos participantes. Entre os autores dos relatórios e trabalhos reunidos nos anais, os únicos não europeus eram dois canadenses, um haitiano e um estadunidense.³³ Mesmo com esses limites, o encontro sinaliza o fortalecimento de uma área especializada na reflexão sobre o direito para além das fronteiras nacionais, impressão que se fortalece no contato com suas frequentes recuperações na memória disciplinar do direito comparado.³⁴

Quatro anos mais tarde, o Congresso Universal de Advogados e Juristas seria realizado durante a exposição de Saint Louis. Os quase 500 delegados que efetivamente compareceram³⁵ representavam 19 países. Num sinal de que, mesmo naqueles tempos de percebida aceleração das conexões entre diferentes terras, entraves aos fluxos internacionais persistiam, o convite para que o Instituto dos Advogados Brasileiros participasse do congresso somente chegou ao Rio de Janeiro quando já não havia tempo hábil para enviar representantes.³⁶ Entre os vice-presidentes honorários, encontravam-se um argentino, um chinês e um mexicano. As resoluções precisavam ser aprovadas por um “comitê das nações”, eleito na sessão inaugural. Os debates se organizaram a partir de questões previamente propostas, como a resolução de conflitos na aplicação de leis de distintos países, a validade de sentenças de tribunais estrangeiros e a proteção da propriedade privada em alto-mar em tempos de guerra. Houve abertura para pontos não previstos no programa, mas alguns deles não foram levados a votação, pois foram considerados “econômicos”, “políticos”, de alçada nacional – e, por isso, inadequados para um congresso de juristas daquela natureza. Isso

³² PETIT, Carlos. Lambert en la Tour Eiffel, o el derecho comparado de la Belle Époque. In: PADOA-SCHIOPPA, Antonio (ed.). *La comparazione giuridica tra Otto e Novecento*. Milão: Instituto Lombardo di Scienze e Lettere, 2001, p. 92.

³³ CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905.

³⁴ Ver, por exemplo, o seguinte artigo, publicado quando se completou o centenário do congresso em uma revista lançada em 1949 pela Société de Législation Comparée: JAMIN, Christophe. Le vieux rêve de Saleilles et Lambert revisité. À propos du centenaire du Congrès international de droit comparé de Paris. *Revue internationale de droit comparé*. v. 52, n. 4, oct.-déc. 2000, p. 733-751.

³⁵ É importante esclarecer que, sobretudo nos grandes congressos, era comum que se nomeassem previamente membros e delegados de maneira simbólica, sem compromisso de comparecimento. As listagens nem sempre são, portanto, confiáveis para atestar a presença efetiva de determinado indivíduo em um evento. No caso do Congresso Universal de Advogados e Juristas, por exemplo, os nomes enumerados somam aproximadamente o dobro das pessoas que estiveram em Saint Louis.

³⁶ VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Relatório dos trabalhos e ocorrências do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros nos anos de 1904 e 1905*. Rio de Janeiro: Tipografia Hildebrandt, 1906, p. 9.

ocorreu com as sugestões do argentino José V. Fernandez sobre “*trusts*, socialismo, liberdade na elaboração de testamentos, direitos e obrigações entre pais e filhos, divórcio”.³⁷

A fala solene da sessão de abertura ficou a cargo de David J. Brewer, juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, que não se furtou a descrições grandiloquentes de seu país como um “império” que se transferira “de uma nação a outra”, “não como resultado de uma conquista, não ao fim de uma guerra, mas por contrato voluntário e compra”. “O advogado e não o soldado”, prosseguiu ele, “fez a transferência”, e isso constituiria “um dos louros” de sua profissão. Brewer ressaltou, em seguida, como a exposição albergava “o esplendor material da nossa civilização; o mundo em miniatura está diante de nós; seu trabalho é feito em nossa presença”. Afirmando que a exposição permitia “ver e sentir o glamour deslumbrante da civilização do século XX”, ponderou: “Mas não vemos o trabalho do advogado”. Partiu da anedota de que uma senhora teria, alguns dias antes, adentrado no mesmo salão durante uma reunião da American Bar Association (ABA)³⁸ e se decepcionado com a informação de que nada havia para ver ali para sustentar que, embora não fosse visível como “as coisas poderosas que Westinghouse e Bell e outros descobridores e inventores colocaram diante de nós”, o trabalho do jurista tinha mais valor para a humanidade, já que promoveria de forma durável a justiça universal. Apenas o direito, sustentou Brewer, poderia propiciar o “fio dourado” que mantém forte e bem cosido “o tecido da nossa civilização”.³⁹

Em meio aos debates desenvolvidos em Saint Louis, uma proposta voltada ao estímulo do intercâmbio de publicações jurídicas foi considerada de extrema importância, dando origem, sem resistências, a uma resolução determinando que as nações estabelecessem acordos de permuta de suas leis e decisões das Cortes Supremas. Mais significativamente, discutiu-se a possibilidade de que se formasse uma associação internacional de advogados e juristas. O relatório do comitê das nações sobre o tema expressava a convicção de que uma instituição desse tipo poderia, promovendo encontros regulares, chegar a resultados importantes, como o estabelecimento de “fortes vínculos entre diferentes países” a partir do conhecimento entre seus juristas, uma maior facilidade no “intercâmbio de opiniões” e o exercício de “uma forte influência em favor de leis uniformes em muitos assuntos”, o que “aceleraria a adoção de reformas”. Embora tenha havido uma relativamente extensa e

³⁷ PORTER, V. Mott (ed.). *Official report of the Universal Congress of Lawyers and Jurists*. St. Louis: [n.ed.], 1905. A recusa em votar as proposições de Fernandez está registrada nas p. 62-63 e p. 182-183.

³⁸ Fundada em 1878 e consolidada em uma sede própria em Chicago em 1927, a ABA é o principal órgão de representação das profissões jurídicas nos Estados Unidos. Ver AMERICAN Bar Association. History of the American Bar Association. Disponível em: https://www.americanbar.org/about_the_aba/history.html. Acesso em 06/12/2017.

³⁹ PORTER, V. Mott (ed.). *Official report of the Universal Congress of Lawyers and Jurists*. St. Louis: [n.ed.], 1905, p. 5-6.

acalorada controvérsia quanto a uma possível coincidência de funções com a ILA, o congresso aprovou unanimemente a seguinte resolução:

reconhecendo a importância de promover relações amigáveis entre os juristas e advogados de diferentes nações, para o fim de que, por um esforço harmonioso, eles possam trabalhar eficientemente para a melhoria do direito e a manutenção da paz internacional, requer que a American Bar Association tome todas as medidas que sejam necessárias para organizar uma associação permanente de advogados representando os diferentes países do mundo, que se deverá reunir em intervalos regulares para discutir questões jurídicas de interesse público [...].⁴⁰

A atribuição de poderes para a organização da nova instituição à ABA deixa entrever como interesses nacionais se articulavam a projetos internacionalistas, sem que houvesse necessariamente uma contradição entre esses dois polos. O discurso de Walter S. Logan, descrito como delegado do governo dos Estados Unidos, é particularmente expressivo nesse sentido. Ao defender a iniciativa de estabelecimento daquela que nomeia (num revelador paralelismo com seus próprios organismos nacionais) como International Bar Association, sustentou que a nova organização “seria para o mundo o que a American Bar Association foi para os Estados Unidos”. Mais à frente, exaltou o papel da ABA como promotora do patriotismo, pois “amamos melhor nosso país na medida em que conhecemos melhor nossos concidadãos”. Atribuindo um potencial equivalente à futura associação internacional, afirmou que “nada fará mais para promover a paz do mundo” que estimular o contato pessoal entre aqueles que o governam. A aproximação entre bacharéis em direito seria, assim, “um grande trabalho de civilização”, já que os “advogados são os líderes em toda nação, e quanto mais civilizada a nação, mais os advogados lideram”.⁴¹

Ainda que as Exposições Universais não tenham voltado a ser palcos de congressos jurídicos com ambições tão abrangentes quanto as dos eventos realizados em Paris e em Saint Louis, temas ligados ao direito seguiriam motivando encontros internacionais. Seções jurídicas podem ser, inclusive, encontradas em congressos científicos de caráter generalista realizados na virada do século XIX ao XX.⁴² Lidos em uma perspectiva ampliada, os encontros acadêmicos que se multiplicaram a partir da segunda metade do século XIX

⁴⁰ PORTER, V. Mott (ed.). *Official report of the Universal Congress of Lawyers and Jurists*. St. Louis: [n.ed.], 1905, p. 234-237 e 255-265 (citações textuais nas p. 234-235 e 264).

⁴¹ PORTER, V. Mott (ed.). *Official report of the Universal Congress of Lawyers and Jurists*. St. Louis: [n.ed.], 1905, p. 259-260. Ao que podemos apurar, o intuito de criar um organismo internacional de representação dos advogados não frutificou de imediato. O estabelecimento da Union Internationale des Avocats em 1927, que discutiremos adiante, não teve relação explícita com a resolução aprovada no encontro de Saint Louis. Tampouco o órgão estabelecido em 1947 com o nome de International Bar Association e sede em Londres reivindica o congresso de 1904 em sua genealogia. Ver INTERNATIONAL BAR Association. About the IBA. Disponível em: https://www.ibanet.org/About_the_IBA/About_the_IBA.aspx. Acesso em 06/12/2017.

⁴² Foi o caso dos Congressos Científicos Latino-Americanos, discutidos na seção seguinte.

apontam para a consolidação de determinados formatos. Reconhecíveis em variadas latitudes, esses traços que se repetiam contribuíram para a projeção pública de tais iniciativas.

A imprensa diária e as revistas acompanhavam atentamente as etapas prévias: divulgação de chamadas, aprovação de um programa, eleição de delegados, envio de monografias. Na busca por assegurar financiamento, era frequente o recurso a governos e organismos internacionais. A chegada e a partida de congressistas estrangeiros recebiam especial atenção, e comumente se pleiteavam reduções nos custos das viagens junto às empresas de transporte. No decorrer do congresso, a ressonância era amplificada por atividades culturais, recepções oficiais, visitas a locais de interesse para o campo do conhecimento em questão, excursões por pontos turísticos próximos à cidade-sede. A votação de conclusões e recomendações se associava à publicação de anais na busca por perpetuar os resultados dos debates, torná-los acessíveis para aqueles que não estiveram fisicamente presentes durante as sessões e, idealmente, traduzi-los em medidas práticas.

Paralelamente a visitas culturais de outras naturezas, essas etapas instituíram certa ritualização dos congressos,⁴³ inscrevendo-os em lógicas de afirmação da ciência e de legitimação de intervenções públicas por meio do conhecimento especializado, de projetos partilhados e dos vínculos entre intelectuais de origens variadas. Os congressos representavam, assim, uma corporificação dos espaços transnacionais, uma vez que a troca de informações operada em seu âmbito favorecia a consolidação de campos de especialização e de conhecimentos cuja aplicação os participantes procuravam promover no retorno a seus respectivos países.⁴⁴ As diferenças no estilo da condução das reuniões de juristas de Paris em 1900 e de Saint Louis em 1904, os limites na concretização das pretensões universalistas desses encontros e a busca por assegurar a liderança norte-americana na iniciativa de um organismo internacional representando as profissões jurídicas apontam, por outro lado, para a importância de pensar as interações entre as dinâmicas locais e aquelas que ultrapassam fronteiras.

Os exemplos aqui discutidos podem ser interpretados, nesse sentido, como expressões de certo internacionalismo liberal típico da passagem do século XIX ao XX, articulado a uma alfabetização e a uma mobilidade crescentes, deliberadamente oposto a perspectivas revolucionárias e visto como uma decorrência natural de circunstâncias materiais como as

⁴³ Em sentido semelhante, ver BRUNO, Paula. Presentación. Libro de visitas. In: BRUNO, Paula (coord.). *Visitas culturales en la Argentina (1898-1936)*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 9-21.

⁴⁴ RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob. Introduction. In: RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s*. New York: Berghahn, 2015, p. 2.

máquinas a vapor, a eletricidade e o comércio. Ao mesmo tempo em que procurava sustentar concepções políticas de modernidade e de progresso, esse ascendente “espírito de internacionalidade” (para retomarmos a expressão de Rolin-Jaequemyns) enfrentou contradições quanto a ideias de raça e diferença civilizacional semelhantes àquelas que marcavam as narrativas nacionais e legitimavam a expansão imperialista. As reiteradas referências às “nações civilizadas” estão longe de ser anódinas: segundo as normas de direito internacional reconhecidas no período, o chamado “padrão de civilização” era critério indispensável para que se reconhecesse a soberania de um território, e a incapacidade de o cumprir poderia justificar intervenções e mesmo a colonização. Nesse complexo quadro, é fundamental atentar para a relação de reforço mútuo que se estabelece entre discursos favoráveis a iniciativas internacionalistas e manifestações concretas das interconexões entre distintos espaços. Além disso, cabe não negligenciar a importância das dimensões internacionais para entender a história da nação, nem as assimetrias que marcam a construção de projetos internacionalistas.⁴⁵ Partindo dessa tripla preocupação, uma próxima e fundamental etapa de nosso percurso procurará colocar em diálogo as reflexões sobre o lugar da América no mundo, os projetos de integração continental e as ações das instituições representativas da advocacia no Brasil e na Argentina.

Questões continentais, projetos americanistas, instituições nacionais

Em 1898, a Sociedad Científica Argentina (SCA) promoveu em Buenos Aires o Primeiro Congresso Científico Latino-Americano, inicialmente pensado para coincidir com a comemoração do 25º aniversário da instituição, que fora fundada em julho de 1872. A nota enviada ao governo para solicitar apoio ao evento dá uma boa medida de como as aspirações cosmopolitas subjacentes à afirmação da universalidade da ciência eram tensionadas por pretensões nacionais, dinâmicas regionais e assimetrias nos intercâmbios transatlânticos. A iniciativa era justificada pelo fato de os congressos já estarem incorporados aos costumes dos “países mais adiantados”, constituindo fontes de “resultados úteis”, “notáveis progressos”, “transcendentais conquistas”. Os organizadores ponderaram que “nem os mais otimistas” poderiam esperar “de um congresso Latino-Americano resultados absolutos comparáveis aos dos grandes congressos europeus”, mas não deixaram de afirmar a conveniência e a

⁴⁵ A argumentação sobre internacionalismo se baseia em: SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 3-14. Sobre o “critério de civilização” no direito internacional, consultar: KOSKENNIEMI, Martti. *The gentle civilizer of nations. The rise and fall of International Law 1870-1960*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004, p. 98-178; BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 65-75.

potencialidade de sua iniciativa. O fato de, com a exceção do Brasil, os países da região partilharem uma mesma língua facilitaria os debates, e o encontro seria especialmente necessário tendo em vista o isolamento dos “homens de estudo” do subcontinente e a “triste constatação” de que “o movimento intelectual e científico não se desenvolveu paralelamente ao progresso material nesta parte da América”.⁴⁶

A proposta foi bem acolhida entre acadêmicos e poderes públicos, e logo se repetiu em outras capitais do espaço atlântico: Montevideu (1901), Rio de Janeiro (1905). O quarto desses eventos, reunido em Santiago na passagem do ano de 1908 ao de 1909, recebeu o estatuto de I Congresso Científico Pan-Americano, tendo sido a primeira edição para a qual os Estados Unidos foram oficialmente convidados. O encontro seguinte, realizado em Washington entre os últimos dias de 1915 e os primeiros de 1916, sedimentaria a presença norte-americana e a inserção em um projeto identitário que abarcava todo o continente. Durante o III Congresso Científico Pan-Americano, reunido em Lima na virada de 1924 para 1925, decidiu-se estabelecer uma continuidade com as iniciativas que se haviam desenvolvido no sul do continente, em um movimento com implicações simbólicas que provavelmente desagradariam aos idealizadores argentinos.⁴⁷ Sob a nova (e possivelmente vista como mais neutra) denominação de VII Congresso Científico Americano, a Cidade do México sediou o encontro subsequente em setembro de 1935. Em maio de 1940, a reunião de cientistas das Américas retornou à capital estadunidense. Uma nona edição estava programada para Havana, mas não chegou a acontecer.⁴⁸

Embora sejam intelectuais que se costuma associar mais a um saber retórico e especulativo que à pesquisa e ao rigor científico, os bacharéis em direito foram presenças constantes nesses congressos. Praticamente todas as suas edições contaram com grupos de

⁴⁶ SOCIEDAD Científica Argentina. *Primera reunión del Congreso Científico Latino Americano*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898, v. 1, p. 5-6.

⁴⁷ A carta-convite enviada a potenciais participantes do encontro de Buenos Aires insistia na especificidade latino-americana: “A proximidade geográfica, o parentesco de sangue, a identidade de idioma, a semelhança de organização política, a analogia da composição na estrutura do corpo social, a unidade de cultura, a comunidade de interesses, de aspirações e de ideais fazem das Repúblicas Latinas da América um mundo à parte, uma família distinta na comunidade internacional; família cujos membros, por motivos tão fáceis de explicar como dignos de serem lamentados, permaneceram, até o presente, em um estado de isolamento intelectual quase absoluta”. SOCIEDAD Científica Argentina. *Primera reunión del Congreso Científico Latino Americano*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898, v. 1, p. 16. Sobre a postura reticente da Argentina perante projetos pan-americanistas, consultar DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, em especial p. 21-22 e 103-119.

⁴⁸ Dados factuais sobre os congressos foram consultados nas edições do *Bulletin of the Pan American Union* publicadas nos respectivos anos de realização. Ver, também: ATKINS, G. Pope. *Encyclopedia of the Inter-American System*. Westport: Greenwood, 1997, p. 396-397 e 432-433.

trabalho especializados em temas jurídicos.⁴⁹ Esse fato nos instiga a refletir sobre a historicidade das concepções de ciência, bem como sobre o papel dos juristas na circulação do conhecimento e em sua articulação em iniciativas coletivas. No continente americano, e no Brasil e na Argentina em particular, essas ações dos estudiosos do direito se ligaram não apenas à sua frequente presença em cargos políticos e administrativos, inclusive na diplomacia, mas também a determinadas representações de si próprios e a certo papel que procuraram desempenhar.

Desde o século XIX, a consolidação das faculdades de direito como centros formadores de quadros estatais contribuiu para a ressonância dos debates em torno do saber jurídico, ao mesmo tempo em que essas instituições de ensino abrigavam estudos próximos a áreas que mais tarde se emancipariam, como a sociologia, a ciência política e mesmo a história.⁵⁰ Frente à ascendente valorização social da ciência e à crescente especialização do conhecimento que marcaram a virada do século XIX ao XX,⁵¹ os bacharéis em direito buscaram afastar-se do caráter erudito e humanista que era associado a seu domínio de estudos. Procuraram, assim, desenvolver uma atuação fundada em saberes tidos como objetivos, frequentemente a partir de diálogos com as nascentes ciências sociais e reivindicando um caráter “técnico” para seus trabalhos.⁵² Tensionado pela relação do direito

⁴⁹ As únicas exceções foram os congressos realizados em Buenos Aires em 1898 e em Montevideu em 1901. No primeiro deles, porém, aprovaram-se resoluções sobre legislação penal na seção de Ciências Antropológicas e Sociologia, enquanto a seção de Ciências Sociais e Políticas do segundo foi palco de debates sobre temas jurídicos, como a arbitragem internacional, assunto do trabalho submetido pelo representante do IAB. Ver. SOCIEDAD Científica Argentina. *Primera reunión del Congreso Científico Latino Americano*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898, v. 1, p. 94; VIANNA, Manoel Álvaro de Sá. *Arbitragem internacional*. Rio de Janeiro: Aldina, 1901.

⁵⁰ Ver, entre outros: CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011; ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder. O bacharelismo liberal na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo. 150 anos de ensino jurídico no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2004; ZIMMERMANN, Eduardo. Elites técnicas estatales: abogados y juristas. *Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política*. Buenos Aires, n. 6, 2010, p. 10-11; ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999.

⁵¹ Ver, entre outros: SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão. Médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006; TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas de la “cultura científica”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

⁵² Cf. GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-12; TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Introducción – Peculiaridad del pensamiento jurídico argentino. In: TAU ANZOÁTEGUI, Victor (coord.). *Antología del pensamiento jurídico argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2007, t. 1, p. 11-35; PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción. Saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 9-28.

com temporalidades prolongadas,⁵³ esse movimento não representou, porém, um abandono completo de reivindicações da tradição ou de uma retórica próxima ao que se chamou de bacharelismo.⁵⁴

Exemplos esclarecedores tanto desse deslizamento quanto da permanência de formas argumentativas anteriores podem ser encontrados nos esforços que o Instituto dos Advogados Brasileiros empreendeu para reconstruir seu lugar na cena pública, após o abalo que sofreu com a proclamação da República. O IAB havia sido criado em 1843 por um grupo de advogados proeminentes, muitos deles ocupantes de cargos eletivos ou ministeriais. A exemplo de agremiações como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Imperial de Medicina, desenvolveu suas atividades sob os auspícios de Dom Pedro II. O IAB funcionou, assim, como um órgão semioficial, mesmo sem integrar formalmente a estrutura estatal.⁵⁵ Ao longo da segunda metade do século XIX, o Instituto consolidou “uma imagem moralizadora, voluntariosa e, até, cristianizadora da atuação dos advogados e dos legisladores, como verdadeiros ‘soldados’ para a construção da ordem jurídica da nação imperial”.⁵⁶ Ainda que um de seus objetivos centrais, o estabelecimento de uma ordem com poderes de regulação profissional, permanecesse inconcluso por quase um século,⁵⁷ o IAB logrou ser reconhecido como um corpo erudito que deveria ser ouvido na tomada de decisões pelo Estado imperial, sobretudo na escrita das leis.

A mudança de regime em novembro de 1889 fez com que o acesso privilegiado da agremiação de advogados ao aparato estatal não mais estivesse assegurado. Em meio aos impasses da estruturação da ordem republicana, o Instituto ficou praticamente inativo, somente retomando suas atividades de maneira regular a partir de abril de 1892, já sob a vigência da nova constituição. Pouco a pouco, contudo, o IAB reconquistou seu espaço

⁵³ Cf. KOSELLECK, Reinhart. *Histoire, droit et justice*. In: *L'expérience de l'histoire*. Paris: Seuil, Gallimard, 1997, p. 180; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 89-90.

⁵⁴ Para um panorama de como, sobretudo a partir da década de 1910, construiu-se paulatinamente uma visão negativa da retórica e do estilo erudito associado aos bacharéis, inclusive no que diz respeito às reconfigurações que tais censuras auxiliaram a promover dentro da disciplina jurídica, consultar: SONTAG, Ricardo. *Triatoma baccalaureatus*: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. *Espaço Jurídico*. Joaçaba, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 67-78.

⁵⁵ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 15. Ver, também, COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais*. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵⁶ PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial*. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Unicamp, 2001, p. 42. Dados quantitativos sobre o desempenho de cargos eletivos por membros do IAB podem ser encontrados nas p. 39-41.

⁵⁷ Esse objetivo somente seria alcançado no início da década de 1930, e com um órgão distinto, a OAB, cuja criação será discutida mais à frente.

próximo ao poder. De forma análoga ao que aconteceria com o IHGB nos mesmos anos,⁵⁸ a agremiação de advogados precisou se reinventar no início da República. Também de maneira próxima ao que vinha ocorrendo no instituto que, durante o Império, ocupara o posto de guardião da história nacional, a reivindicação de um caráter científico ou técnico para os trabalhos que promovia constituiu parte crucial das ações nesse sentido. Em 1893, os estatutos passaram a enfatizar o papel do IAB na promoção do “estudo do *direito no seu mais amplo desenvolvimento*, nas suas aplicações práticas e *comparação com diversos ramos da legislação estrangeira*”. Previa-se, além disso, “o encaminhamento de representações do Instituto aos poderes públicos a respeito de leis, projetos e regulamentos”. Nesse mesmo ano, deveriam ser realizadas as comemorações do cinquentenário do IAB, que contariam com apoio do governo e compreenderiam uma sessão solene, uma exposição internacional de trabalhos jurídicos e um concurso de monografias. As festividades somente ocorreram, porém, em 1894, em função da eclosão da Revolta da Armada. Já em 1897, o relatório do Ministério da Justiça trazia um elogio às atividades do órgão, destacando a “solicitude” com que o Instituto vinha atendendo às consultas dos governos e afirmando a conveniência de que o Congresso decretasse um auxílio pecuniário que atendesse “à importância dos trabalhos e serviços dessa instituição”.⁵⁹

Se as referências ao estudo amplo do direito e ao contraste com a legislação de outros países remetiam à busca por consolidar uma ciência jurídica comparativa que se difundia internacionalmente desde as décadas anteriores, a intervenção do IAB nas comemorações do quarto centenário da chegada dos portugueses ao futuro território brasileiro se associaria aos projetos continentais. Dando sequência aos esforços para se inserir em novos termos na vida pública, o Instituto realizou em 1900 o Congresso Jurídico Americano. A escolha de tal nome, em um momento em princípio voltado à celebração da nacionalidade, denota uma ambição de promoção internacional do órgão representativo da advocacia brasileira, ao mesmo tempo em que se articula a iniciativas de aproximação entre os países das Américas.

A passagem do século XIX ao XX foi palco de intensas disputas em torno dos distintos americanismos. Desde o imediato pós-independência das antigas colônias ibero-

⁵⁸ Ver GOMES, Angela de Castro. “É a história uma ciência?”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argymentvm, 2009, em especial p. 29-31. Ressalte-se que o exemplo invocado pela autora para discutir as reivindicações pela cientificidade da história no IHGB dos primeiros anos da República é, significativamente, o da admissão do jurista Pedro Lessa.

⁵⁹ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 20-21; 26-27 (citações textuais dos estatutos); 30-31; 37-38 (relatório do Ministério da Justiça), grifos nossos. Esse livro também relata outros mecanismos que o IAB utilizou para reconstruir seu prestígio, como a assistência judiciária gratuita e programas de visitas às casas de detenção do Rio de Janeiro.

americanas, projetos de integração continental haviam sido esboçados. Simón Bolívar liderou, em 1826, o Congresso do Panamá, considerado a primeira conferência oficial das Américas. Fortemente enraizado em questões históricas e identitárias, o programa elaborado por Bolívar privilegiou os Estados hispano-americanos então em formação. Ele previa, entre outros temas, a aproximação a partir de um direito internacional comum, a criação de uma liga para dirimir conflitos, o repúdio a tentativas de recolonização, o fim das discriminações por origem e cor, a abolição do tráfico de escravos e a abertura para o comércio. A essa iniciativa, seguiram-se conferências das Repúblicas americanas em Lima (1847-1848, 1864-1865 e 1877-1880), Santiago (1856) e Caracas (1883). Os tratados internacionais então esboçados não chegaram a ser colocados em prática, e nenhum desses encontros contou com a participação do Brasil ou dos Estados Unidos.⁶⁰

As pretensões de liderança do último desses países sobre o continente haviam ganhado expressão simbólica na mensagem dirigida por seu então presidente James Monroe ao Congresso norte-americano em 2 de dezembro de 1823. Resumido na frase “a América para os americanos”, o programa de não intervenção recíproca entre as Américas e a Europa esboçado pelo governante viria a ser conhecido como Doutrina Monroe e se tornaria alvo de uma série de apropriações e reinterpretações ao longo dos séculos XIX e XX. Originalmente concebida como “uma declaração unilateral que asseverava a separação geográfica, política e cultural das Américas da Europa”, sustentando simultaneamente “a ideia de que qualquer intervenção europeia no continente seria considerada uma ameaça aos interesses nacionais estadunidenses”, a Doutrina Monroe representou uma espécie de momento fundacional da reivindicação da tutela e da hegemonia dos Estados Unidos sobre o continente. Ainda no século XIX, esse entendimento foi mobilizado por políticos como os argentinos Domingo Faustino Sarmiento e Vicente Gregorio Quesada em contraposição a pretensões europeias sobre seus territórios. A guerra entre México e Estados Unidos (1846-1848) potencializou, entretanto, desconfianças quanto às ambições norte-americanas. Projetos identitários concorrentes se difundiram a partir da década de 1850. O colombiano José María Torres Caicedo, por exemplo, reivindicou a herança de Bolívar para propor um latino-americanismo

⁶⁰ Os Estados Unidos chegaram a ser convidados para o Congresso do Panamá, mas terminaram por não participar. O Brasil despertava desconfianças pela adoção da monarquia, bem como pelo fato de seu processo de independência ter sido liderado pelo herdeiro do trono português. Cf. DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, p. 37-41; SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 4-7. Sobre as disputas entre distintos projetos americanistas, consultar, também, o clássico ensaio: ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986, p. 157-171.

humanista e universalista, que serviria de base para uma confederação de Estados contraposta em postura defensiva aos vizinhos anglófonos.⁶¹

No final do século, os intuitos de integração do continente sob a liderança estadunidense ganhariam corpo em um grande evento. Entre outubro de 1889 e abril de 1890, reuniu-se em Washington, por iniciativa do então secretário de Estado norte-americano James G. Blaine, a Primeira Conferência Pan-Americana. Além dos anfitriões, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, Equador, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela enviaram delegações. O programa do encontro, elaborado unilateralmente pelos Estados Unidos, tinha entre seus pontos centrais a formação de uma união aduaneira e o estabelecimento de mecanismos para a arbitragem de conflitos entre as nações participantes. Poucos resultados concretos foram alcançados em torno desses polêmicos temas, mas se acordou a criação de uma união internacional, com um secretariado permanente instalado no Departamento de Estado norte-americano, o Bureau Comercial das Repúblicas Americanas. A delegação argentina desempenhou um papel crucial na resistência às propostas estadunidenses. Manuel Quintana invocou o princípio da igualdade soberana para questionar as bases dos projetos de arbitragem, e Roque Sáenz Peña confrontou a proposta de união aduaneira com uma fórmula que deslocava de maneira contundente a Doutrina Monroe: “a América para a humanidade”.⁶²

Enquanto os Estados Unidos ainda articulavam o primeiro grande evento derivado do ideal pan-americano, Sáenz Peña e Quintana se haviam engajado em uma “reação defensiva e antecipada”,⁶³ propondo um encontro entre os países sul-americanos. Esse projeto se concretizaria não como uma cúpula diplomática generalista, mas sob o signo de finalidades jurídicas pragmáticas. Os governos argentino e uruguaio acordaram em fevereiro de 1888 a convocação de “um Congresso de Jurisconsultos das distintas nações da América do Sul, para uniformizar por meio de um Tratado as diversas matérias que abarca o Direito Internacional Privado”. Foram convidados oficialmente Chile, Brasil, Peru, Bolívia, Paraguai, Equador, Colômbia e Venezuela. Somente os três últimos países não estiveram representados nas

⁶¹ SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 4-7 (citação textual na p. 5).

⁶² BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%84NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 15/01/2018; DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, p. 44-49; SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 7-9.

⁶³ SCARFI, Juan Pablo. La emergencia de un imaginario latinoamericanista y antiestadunidense del orden hemisférico: de la Unión Panamericana a la Unión Latinoamericana (1880-1913). *Revista Complutense de Historia de América*. Madrid, v. 39, 2013, p. 85-88.

reuniões realizadas em Montevideu entre agosto de 1888 e fevereiro de 1889, alegando dificuldades políticas internas para justificar a ausência.⁶⁴ Assim como ocorria em congressos europeus ou norte-americanos do mesmo período, o ramo jurídico que regulamenta a escolha da legislação aplicável às relações privadas envolvendo mais de uma nacionalidade se tornava um assunto premente, tendo em vista o fortalecimento das ondas migratórias e a intensificação dos fluxos comerciais.

A convocação enviada pelo Ministério das Relações Exteriores da Argentina aos países da região expressava “o propósito de preencher uma necessidade há muito sentida”, na medida em que conflitos de legislações prejudicariam o livre desenvolvimento das relações recíprocas entre os Estados. A nota fazia referências a fracassados esforços europeus para empreender uma regulamentação equivalente, incluindo iniciativas do Institut de Droit International. Expressava, porém, a confiança de que as dificuldades para o desenvolvimento desses projetos inexisteriam entre os países sul-americanos, cujas legislações tenderiam quase naturalmente à proximidade, por força de suas tradições e de sua história. As resoluções do congresso poderiam, assim, fazer com que desaparecessem os conflitos de normas, garantindo a estabilidade nas relações privadas.⁶⁵

A sessão de instalação coincidiu com as comemorações da Independência uruguaia, e o discurso inaugural ficou a cargo de Ildefonso García Lagos, ministro das relações exteriores do país-sede e presidente do congresso. O diplomata invocou congressos anteriores em áreas como educação e saneamento para expressar sua crença nos “avanços das ciências jurídicas” como forma de solucionar conflitos na aplicação das leis sem ferir a soberania dos Estados. Afirmou, nesse sentido, que a “frequência das comunicações, as facilidades que se apresentam diariamente para o tráfico internacional e a multiplicidade e importância dos interesses das transações comerciais que ligam nossos países entre si e com o resto do globo” tornavam acordos na área do direito privado especialmente necessários. Em sua visão, nada poderia ser mais produtivo para esse fim que um congresso americano, cujas soluções dariam “forma prática às aspirações solidárias e aos interesses comuns dos povos”.⁶⁶ Nessa fala e em diversos outros momentos dos debates, a abolição da escravidão no Brasil foi exaltada como sinal do progresso das Américas e fonte de esperança no desenvolvimento da região.

⁶⁴ *Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889 (citação textual na p. 7).

⁶⁵ *Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889, p. 9-10. Ficou acordado que Argentina e Uruguai organizariam o congresso conjuntamente, mas enviariam os convites em separado. A versão dos anais que pudemos consultar, organizada pelo governo argentino, não contém a mensagem uruguaia.

⁶⁶ *Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889, p. 23-24.

Resultaram dos trabalhos do congresso propostas de tratados sobre direito civil e comercial no âmbito internacional, propriedade artística e literária, marcas registradas, patentes, direito penal e processual, exercício das profissões liberais.⁶⁷ Na sessão de encerramento, García Lagos voltou a discursar, descrevendo tais esboços como “um verdadeiro Código de Direito Internacional Privado, *o mais completo, sistematizado e prático que registram os anais diplomáticos*”.⁶⁸ Essa espécie de elogio comparativo deixa entrever a complexidade das questões identitárias em debate, bem como interações entre diferentes escalas dos debates internacionais. Embora o congresso se tenha restringido aos países sul-americanos e tenha sido convocado em reação a pretensões hegemônicas estadunidenses, outros espaços impactariam os seus rumos, sobretudo aqueles a que se atribuía um grau superior de progresso e civilização.

Na fala seguinte, o então ministro das relações exteriores da Argentina, Norberto Quirno Costa, exaltou as disposições sobre propriedade literária, cujo reconhecimento considerava essencial “por *Governos que mantêm tão extensas relações com o velho mundo*, que não somente nos envia capitais e braços, mas também as obras científicas e literárias de seus grandes pensadores”. Mais à frente, embora tenha reivindicado a “palavra viril” de Bolívar, o argentino afirmou que a hostilidade frente à Europa que tinha marcado o Congresso do Panamá não mais se sustentaria. “As Nações Sul-Americanas”, acreditava ele, “vivem felizes em meio da paz e do progresso com que se despedirão do século XIX, para ser grandes e poderosas no século XX, que como se disse será o século da América”. A união entre os países da região seria essencial para a construção desse futuro glorioso, sendo cada povo “dono de sua sorte, mas solidário no porvir da América do Sul”. Encaminhando-se para o fim do discurso, Quirno Costa sustentou que o congresso que então se encerrava desempenharia um papel crucial nesse esforço, pois seria lembrado como aquele “em que se ditaram as regras que *evitarão para sempre o conflito das leis de sete Estados soberanos*, realizando o que para muitos era um sonho, e que *foi impossível até hoje para povos que ocupam um nível superior entre as nações*”.⁶⁹

Ao lado de seu voluntarismo triunfalista, que atribuía ao congresso a vocação perpétua de sanar os conflitos de leis, a fala do ministro argentino permite perceber como as relações com a Europa constituíam parte fundamental das reflexões sobre o lugar do continente

⁶⁷ SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 8.

⁶⁸ *Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889, p. 633, grifos nossos.

⁶⁹ *Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado*. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889, p. 635-637, grifos nossos.

americano no mundo. Não por acaso, outro projeto identitário em disputa em fins do século XIX buscava vincular os países independentes da América à Península Ibérica. O quarto centenário da chegada de Colombo às ilhas caribenhas foi o pretexto para que se reunisse em Madrid, sob os auspícios da Coroa espanhola, um Congresso Jurídico Ibero-Americano. O programa do encontro realizado entre o fim de outubro e o começo de novembro de 1892 se centrava nas relações de Espanha e Portugal com suas antigas colônias, procurando estimular o recurso à arbitragem internacional em conflitos pendentes ou emergentes, facilitar as relações contratuais, tornar mais eficazes os meios de prova e as decisões judiciais, lançar bases para uma legislação comum sobre propriedade literária, artística e industrial, e formalizar o auxílio a embarcações de outros países. Além de determinar que comporiam o congresso delegados dos governos, as respectivas corporações profissionais e pessoas convidadas pela comissão organizadora, o regulamento previu que a sessão de encerramento deveria determinar “os meios para estabelecer de modo permanente a correspondência científico-jurídica entre Espanha, Portugal e os Estados ibero-americanos”. Na lista de membros, encontravam-se representantes de Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, Portugal, República Dominicana, Uruguai e Venezuela, além dos países ibéricos.⁷⁰

O discurso de abertura ficou a cargo de Antonio Cánovas del Castillo, presidente do Conselho de Ministros espanhol, da Real Academia de Jurisprudencia y Legislación, associação responsável pela execução do evento, e da comissão organizadora deste. Após enfatizar os possíveis interesses práticos e científicos do congresso, o jurista ponderou alguns obstáculos em alcançar “a unidade ou a universalidade do direito”. Isso não constituía, entretanto, motivo para que a reunião arrefecesse em seus propósitos, já que a

ideia de que dentro do possível o direito humano universal ultrapasse as fronteiras, de que *o homem civilizado seja o mesmo em todas as partes, resguardada sua personalidade nacional*, de que seus direitos e obrigações sejam essencialmente idênticos, e idênticas as facilidades para realizar os comuns fins da vida, sem dúvida é demasiado grandiosa em si, e além disso bastante útil, para que nem se possa nem se deva renunciar a ela, por isso *devemos abrigar todos a esperança de que em medida suficiente ao menos se realize e que sua realização se conte ao fim e ao cabo entre as maravilhas de nossa civilização*.⁷¹

⁷⁰ REAL Academia de Jurisprudencia y Legislación. *Congreso Jurídico Ibero-Americano*. Madrid: [n.ed.], 1893, p. 1-4 (citação textual na p. 4). Note-se que, enquanto o art. 3 descrevia de forma genérica como seriam convocados os estrangeiros, o art. 4 detalhava a participação espanhola (incluindo representantes das possessões coloniais remanescentes), sinalizando um intuito de preponderância nacional na reunião internacional. Ver p. 1-2. A lista de membros foi publicada entre as p. 7-17.

⁷¹ REAL Academia de Jurisprudencia y Legislación. *Congreso Jurídico Ibero-Americano*. Madrid: [n.ed.], 1893, p. 32, grifos nossos.

Esse chamado a construir projetos jurídicos transnacionais, sem para isso desrespeitar a “personalidade nacional”, logo ecoaria em mais um encontro de juristas voltado à comemoração da chegada de europeus às costas americanas, desta vez celebrando a esquadra de Pedro Álvares Cabral.

O IAB nos festejos cívicos de uma República em construção

Em novembro de 1895, Manoel Álvaro de Sousa Sá Vianna, que exerceu por diversos mandatos o cargo de secretário do IAB e havia pouco ganhara destaque como o orador oficial do cinquentenário da instituição,⁷² apresentou uma proposta para que se convocasse, em maio de 1900, um congresso em que tomariam parte “os governos de todas as nações americanas”, bem como “advogados, magistrados, professores, Faculdades de Direito, jurisconsultos, representantes do Ministério Público e institutos jurídicos americanos”.⁷³ A passagem da efeméride vinha suscitando projetos de comemorações junto a outras instâncias da vida intelectual do período, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), o Clube de Engenharia e a Academia Nacional de Medicina. Dificuldades em obter financiamento oficial levaram à criação, em 1898, de uma sociedade civil, a Associação do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. Encarregada de elaborar a programação e de angariar fundos para garantir a execução de uma grande festa que honrasse a pátria, a entidade tinha como presidente Ramiz Galvão, antigo diretor da Biblioteca Nacional e professor do Colégio Pedro II, enquanto Sá Vianna era seu secretário.⁷⁴

Entre as principais realizações da Associação do Quarto Centenário, esteve a publicação um livro jubilar em 4 volumes, composto de “memórias” sobre diferentes aspectos da história nacional, encomendadas a nomes de relevo da intelectualidade brasileira, além de um tomo dedicado à crônica das próprias comemorações. Os estudos monográficos incluíam um trabalho de Julio de Barros Raja Gabaglia sobre as “ciências jurídicas e sociais”, aberto com uma reflexão sobre o processo de especialização do conhecimento. O direito, sustentava

⁷² Ver VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto dos Advogados Brasileiros – Cinquenta anos de existência*. Memória lida na sessão solene comemorativa do 50º aniversário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894. Obra consultada na biblioteca de Ricardo Levene, contando com dedicatória do autor datada de 07/09/1922 – ou seja, muito provavelmente foi entregue ao colega argentino durante a participação deste nas comemorações do centenário da Independência brasileira, que serão discutidas mais à frente.

⁷³ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, vol. 1, p. 59.

⁷⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 39-41. Ver, também: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito*. O historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: Edipucrs, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017, p. 209-211.

ele, havia estado, inicialmente, “amalgamado com outras ciências, depois liberto destas”, e por fim expresso em uma série de “ramificações de estudos”. À consolidação de diferentes especialidades jurídicas, vinham-se juntando, “graças à aplicação dos métodos verdadeiramente científicos”, as ciências sociais. As fronteiras entre estas e o direito ainda seriam, porém, objeto da “mais deplorável das incertezas”.⁷⁵ Essa afirmação pode ser lida como uma outra face da tensão entre a busca por fazer do direito uma ciência e a permanência de uma argumentação marcada pela lógica erudita e humanista do bacharelismo. O congresso realizado em 1900 traria muitos exemplos dos impasses nas formas de conceber o direito – permeados, a todo tempo, por relações com o universo da política que se transformavam.

O parecer da comissão do IAB a quem competia responder à proposta de Sá Vianna ilustra, por outro lado, a complexidade das interações entre dinâmicas locais e aquelas que ultrapassam fronteiras. Aponta nessa direção o próprio fato de se convocar um Congresso Jurídico *Americano* para comemorar os pretensos 400 anos da pátria – esta última reivindicação, por si só, problemática, na medida em que endossa uma narrativa nacional linear e exaltadora da colonização portuguesa. O documento sustentava que, “embora seja o Estado a Forma da mais perfeita organização jurídica” então conhecida, era “forçoso cogitar da existência de uma associação jurídica mais vasta, constitutiva do próprio organismo humanitário”. Ao lado das “Exposições internacionais”, os congressos científicos auxiliariam a concretizar essas pretensões, pois “facilitam e promovem o estudo comparativo” das leis, contribuindo “para a hodierna orientação científica que integra o saber jurídico na evolução naturalista do século atual”. Ainda maior seria esse potencial no caso de encontros concomitantes a grandes celebrações, que trariam “a vantagem de preparar os progressos futuros, com a aproximação dos homens eminentes de diversas nações, sobre cuja consciência jurídica eles influirão mais tarde”. Sob esses argumentos, a comissão aprovou enfaticamente a iniciativa de Sá Vianna, mas resolveu excluir a participação dos governos.⁷⁶

Ao menos quanto ao Brasil, essa preocupação em demarcar um afastamento em relação à política não prevaleceria na prática. Convites oficiais foram enviados à Presidência da República, ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores e ao Ministério das Relações Exteriores. A iniciativa do IAB encontrou boa acolhida em todos esses âmbitos, e também em outros países. Os delegados listados nos anais incluíam, além de representantes de norte a sul

⁷⁵ GABAGLIA, Julio de Barros Raja. Ciências jurídicas e sociais no Brasil (1500-1900). In: ASSOCIAÇÃO do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 3, p. 3-4.

⁷⁶ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 60-62.

do Brasil, uruguaios, portugueses, argentinos, italianos, peruanos, chilenos, bolivianos e estadunidenses. Na sessão solene de abertura, realizada no Gabinete Português de Leitura em 3 de maio de 1900, estiveram presentes o presidente da República, Campos Sales, os ministros da Justiça e das Relações Exteriores, delegados dos governos dos estados brasileiros e de nações americanas e europeias, incluindo o enviado especial de Portugal às comemorações do quarto centenário. Também se fizeram representar o Supremo Tribunal Federal, cortes de Justiça espalhadas pelo Brasil, faculdades de direito e revistas jurídicas. Foram executados os hinos nacionais brasileiro e português.⁷⁷

O ato de convocação, remetido a potenciais participantes durante os preparativos do congresso, aliava celebrações da nacionalidade a defesas de projetos internacionalistas. Redigido em estilo pomposo e pretensamente erudito, o texto recorria amplamente a exemplos da Antiguidade Clássica e exaltava Roma e o cristianismo como as origens do direito. Ele se abria com uma visão pacificadora e ufanista da chegada dos portugueses ao futuro território brasileiro. O primeiro contato com os indígenas, descrito como cordial, teria marcado uma “lei da nossa história”, ao longo da qual se teriam sempre repetido as “manifestações de sociabilidade com os estrangeiros, de respeito ao direito, de amor à paz e de sentimento cristão”. A retórica da harmonia social era insistentemente repisada e distendida no tempo: a Independência não teria significado a ruptura dos “laços de sangue” com Portugal, a separação entre Igreja e Estado não teria feito com que a fé cristã perdesse o lugar de “religião nacional”, a escravidão teria sido abolida “sem lutas intestinas e quase sem oposição da classe agrícola” (chega-se a afirmar que “se a lei da abolição não tivesse precipitado a solução da crise, a libertação se realizaria pelo impulso generoso da nação”), os conflitos partidários da República seriam irrelevantes. Até mesmo as “magnas questões sociais e políticas” que agitavam a cena contemporânea se resolveriam “mais pela força latente do direito que pela sanção repressiva da lei e menos ainda pela crueza das armas”. No âmbito das relações internacionais, tentativas de invasão de Espanha, França, Holanda e Inglaterra teriam sido derrotadas “sem que jamais os corajosos e magnânimos cidadãos dos países invasores se tornassem inimigos de nossa pátria”.⁷⁸

Mais à frente, a comissão organizadora mencionou o congresso celebrado na Espanha em 1892 para afirmar a internacionalização crescente das relações jurídicas. Nesse cenário, e de forma semelhante ao que sustentara Cánovas del Castillo, os congressos constituiriam os

⁷⁷ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 67-69; 41-56; 14-18 (2ª parte).

⁷⁸ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 9-13.

instrumentos ideais para “realizar a aspiração da unidade e universalidade do direito”. Tais encontros seriam, “como muitos outros meios de civilização”, “apenas a fórmula nova de uma coisa antiquíssima”, “uma fórmula de progresso confirmada pela história e experimentada com êxito incontestável por uma prática de muitos séculos”. Ao mesmo tempo em que reivindicava o pertencimento a uma tradição que remontava a Roma, essa defesa do estreitamento dos laços entre diferentes países por meio do direito deixava entrever traços de uma tópica que contrapunha o pacifismo americano ao belicismo europeu. Se a aproximação em nome de um ideal universal era “a tendência do direito na Europa, *onde a paz armada está oprimindo os povos com a ameaça constante de guerra*”, mais razão haveria para o entendimento na América, “quando *a nossa política é sempre de paz e de comércio* e já temos instituído na prática do nosso direito internacional a *bela doutrina romana sobre o compromisso arbitral*”. Por se reunir “na solenidade em que se celebra o nascimento de uma nação americana”, o Congresso Jurídico Americano seria “uma festa de família”, representando a “apoteose do direito”. Seu caráter continental seria especialmente relevante porque “o nosso direito político tem feição especial bem diversa do direito político europeu”. A comissão organizadora se preocupou em sublinhar, contudo, que não tinha “a intenção de opor a América à Europa”, tarefa que afirmou não ter forças nem interesse em realizar, já que “as nossas relações mercantis e financeiras são talvez mais extensas e importantes com a Europa do que com as outras nações americanas”, e a religião e as tradições jurídicas vinculariam inexoravelmente os dois continentes.⁷⁹

A convocação do encontro de juristas também postulava a relevância das ações dos advogados na vida pública. A iniciativa do IAB seria um sinal da “legítima influência do direito e dos que exercem o seu sacerdócio sobre todas as classes sociais”. “O esplendor das inteligências, que vierem tomar parte no Congresso Jurídico”, prosseguia a comissão organizadora, “iluminará com o seu brilho o arco-íris da paz, [...] como um arco triunfal erguido para a solene comemoração dos séculos por tantas gloriosas vitórias alcançadas para a civilização em nome da Justiça e do Direito”. Seguiu-se a essa metáfora iluminista e glorificadora a afirmação da naturalidade da liderança dos advogados, pois eles há muito seriam reconhecidos “como destinados pela sua profissão a reviver as forças da sociedade, protegendo-a pela ação do direito tanto quanto os militares pelas armas”. Os novos meios de debate jurídico que se vinham consolidando desde meados do século XIX trariam grandes contribuições para o desempenho dessa missão pública:

⁷⁹ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 21-23, grifos nossos.

*Os congressos jurídicos, assim como a ciência da legislação comparada, são formas novas da arte jurídica e da evolução da ciência do direito. Representam dois grandes meios de ação para tornar realizável a ideia da unidade e universalidade do direito, que já saiu da região dos sonhos filosóficos para entrar no caminho sólido e seguro das ideias progressivas da civilização neste século.*⁸⁰

Na justificativa do congresso, aliavam-se um ideal de progresso e modernização e o elogio da colonização portuguesa, inclusive em seus aspectos mais violentos. Nesse quadro, os delegados brasileiros deveriam acudir ao apelo do IAB como “um dever patriótico”, já que as festas do centenário deveriam ser “esclarecidas mais pelas luzes da inteligência dos nossos homens eminentes no saber do que pelos lustres aparatosos das lâmpadas elétricas”. Quanto aos participantes estrangeiros, convinha que vissem “que no lugar daquelas bárbaras paragens e das florestas, em que habitaram os silvícolas brancos e ignorantes, surgiu uma nobre nação perfeitamente habilitada a seguir com passo igual às que a precederam no caminho do progresso”. De forma semelhante à praticamente contemporânea convocação do Primeiro Congresso Científico Latino-Americano, a comissão organizadora sustentava a importância de aliar o desenvolvimento material ao conhecimento: “É necessário que o progresso do comércio, da indústria e da agricultura não seja maior que o das ciências e das artes, da paz”.⁸¹

Os preparativos do encontro foram amplamente noticiados pela imprensa, não apenas em distintas cidades brasileiras, como também no Peru, no Chile, na Argentina, em Portugal e na Espanha. O diário portenho *La Prensa*, por exemplo, trouxe em sua edição de 7 de janeiro de 1900 um elogio aos temas escolhidos para debate, afirmando serem as questões “de interesse palpitante para os governos desta parte da América, além do interesse geral que contêm”. O IAB era igualmente alvo de um juízo positivo: “dado o empenho e a competência da distinguida corporação que tomou a iniciativa de uma reunião de jurisconsultos, com fins eminentemente civilizadores e progressistas, é de se esperar que o concurso seja numeroso e seleto e que se alcance o resultado a que aspiram”. A nota se encerrou com um enfático voto de sucesso, que sublinhava a coincidência de visões quanto ao papel público do saber jurídico, ao mesmo tempo em que veiculava sutilmente uma visão de um povo inculto, que deveria ser “esclarecido” pelos intelectuais:

La Prensa, que não poupou trabalho para difundir os benefícios que o povo pode receber de instituições jurídicas inspiradas na defesa da justiça e do

⁸⁰ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 15-16, grifos nossos.

⁸¹ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 24-25.

direito, não pode menos que felicitar-se de um congresso chamado a projetar nova luz sobre ciências tão necessárias ao progresso e à felicidade das nações, e desejar à distinguida comissão seu êxito completo.⁸²

Assim como ocorrera no Congresso Jurídico Ibero-Americano, o regulamento previa que fossem determinados “os meios de estabelecer-se de um modo permanente a correspondência científica jurídica com os países estrangeiros que forem representados”.⁸³ As questões apresentadas para debate se organizavam em torno da clássica distinção da teoria jurídica entre direito público e direito privado,⁸⁴ com 15 temas para cada um desses campos. O texto de convocação se referia ao programa como um conjunto de questões “sobre as quais nos precisamos esclarecer com a opinião dos doutos e a experiência da prática de instituições semelhantes, para reparar os erros ou firmar a jurisprudência conforme a sentença do Congresso Jurídico”. A atribuição desse sentido prático e imperativo ao questionário era reforçada por uma nova referência a Cánovas del Castillo e ao congresso reunido na Espanha em 1892, a partir da qual se afirmava a fé de que os congressistas elaborariam respostas “como homens de ciência e experiência, fazendo resplandecer um espírito positivo, sem se deixarem arrastar pura e exclusivamente pelos postulados da ciência abstrata”.⁸⁵

Efetivamente, uma parte significativa dos problemas propostos se articulava a temas polêmicos da ordem republicana ainda em estruturação, ou a questões suscitadas pela intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e ideias.⁸⁶ Na seção de direito público, discutiam-se a forma federativa, os limites das atribuições de cada um dos poderes e as possibilidades de interferência recíproca entre eles. Colocavam-se em debate a competência estadual para elaborar códigos de processo que a constituição de 1891 havia estabelecido, a natureza do *impeachment* e as consequências da deposição de um presidente quanto a seus

⁸² VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 71-146 (citações textuais na p. 103).

⁸³ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 33.

⁸⁴ Em linhas gerais, o “direito privado” regula as relações entre particulares, enquanto o “direito público” se ocupa das relações de pessoas físicas e jurídicas com o Estado. Seriam, assim, “públicas” as especialidades em que o poder estatal tem maior ascendência, e “privadas” aquelas em que os particulares podem agir mais livremente, sendo as determinações estatais, em regra, subsidiárias. Assim, os direitos civil e comercial, em que, ao menos em sua acepção clássica, há ampla liberdade para fixar normas pela via do contrato, seriam classificados como privados, enquanto o penal, o processual, o administrativo estariam no polo público.

⁸⁵ VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 23-24.

⁸⁶ O questionário completo e as respostas elaboradas se encontram em VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 1, p. 35-40; 269-281. Para uma avaliação mais detalhada de alguns dos debates travados durante o congresso, consultar GALVÃO, Laila Maia. Espaços de construção da interpretação constitucional: análise dos congressos jurídicos da Primeira República. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 19, n. 118, jun-set. 2017, p. 377-401; GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 41-51.

direitos políticos, a compatibilidade entre o princípio da não extradição do próprio súdito e a cooperação judiciária entre as nações. Os temas de direito privado se abriam com uma indagação sobre a proteção dos direitos autorais em obras publicadas em um país estrangeiro, abrangendo também a possibilidade de novo casamento de pessoas divorciadas em outros países e a lei aplicável a contrato celebrado por correspondência entre pessoas em países diferentes. Um dos problemas mais candentes do direito internacional privado, a determinação do critério de escolha da legislação que deveria reger a capacidade e o estado civil dos estrangeiros, integrava igualmente o questionário. Na polêmica que opunha a chamada lei da nacionalidade à lei do domicílio, o congresso se alinharia aos interesses de defesa da soberania dos países que, como Argentina e Brasil, vinham recebendo fortes ondas migratórias,⁸⁷ sustentando que deveriam prevalecer as normas do local de estabelecimento das atividades habituais, e não aquelas do território a que o sujeito se encontrava vinculado pela nacionalidade.

Ainda que a iniciativa do IAB tenha envolvido embates identitários complexos, seu sentido especificamente continental deve ser esclarecido pela conjuntura em que se deu o congresso. A retomada das lutas pela independência cubana em 1895, em que os Estados Unidos se envolveram, entrando em guerra contra a Espanha em 1898, representaram um novo ponto de inflexão nos projetos americanistas. Nesse quadro, e sobretudo a partir da concretização da ingerência norte-americana em Cuba com a Emenda Platt (1901), fortaleceu-se um imaginário hostil aos Estados Unidos. Suas expressões mais célebres podem ser encontradas em escritores modernistas como o herói nacional cubano José Martí e o ensaísta uruguaio José Enrique Rodó. Este último publicou em 1900 *Ariel*, obra polêmica e de inúmeras apropriações posteriores, em que opunha o “espiritualismo” dos latino-americanos ao “materialismo” da América Anglo-Saxã.⁸⁸

⁸⁷ A adoção do critério da nacionalidade implicava, na prática, a aplicação em um país de normas elaboradas por outro – ou seja, contrariava o princípio da territorialidade das leis decorrente e garantidor da soberania dos Estados. Isso era potencialmente nocivo aos países que recebiam grandes levas de imigrantes enquanto ainda consolidavam suas estruturas políticas. Os defensores do princípio do domicílio sustentavam que, além de abrir espaço para a interferência estrangeira, o princípio da nacionalidade poderia prejudicar a assimilação dos imigrantes. Ver ESQUIROL, Jorge L.. Latin America. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (eds.). *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 570-572.

⁸⁸ Sobre a obra de Martí e seu papel nas reflexões latino-americanas, em especial no que diz respeito à modernidade, ver RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina*. Literatura e política no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Em meio à vastíssima produção acadêmica, literária e ensaística sobre e inspirada em Rodó, limitamo-nos a destacar: ACHUGAR, Hugo. Quem é Enjolras? *Ariel* preso entre Vitor Hugo e *Jornada Nas Estrelas*. In: *Planetas sem boca*. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 101-119. Nesse provocador ensaio, o também uruguaio Achugar inventaria algumas das apropriações que *Ariel* sofreu ao longo do século XX, tomando a obra de Rodó como ponto de partida para refletir sobre questões teóricas contemporâneas e sobre o papel social dos intelectuais.

A resistência às pretensões estadunidenses também foi alimentada por um menos conhecido discurso legalista e anti-intervencionista, conectado à busca por consolidar uma regulamentação jurídica estável das relações internacionais. O envolvimento de Roque Sáenz Peña na organização do Congresso Sul-Americano de Direito Internacional Privado e o lema que ele cunhou em oposição ao de Monroe podem ser lidos nessa chave. Mesmo o argentino Manuel Ugarte, considerado um pensador canônico do anti-imperialismo e conhecido por sua longa viagem por países hispano-americanos (1911-1913), que resultou em tentativas de fundar agrupamentos intelectuais para difundir projetos latino-americanistas, sustentava em 1901 argumentos próximos a essa vertente. Defensor da liderança da Argentina ao sul do continente e da aproximação com a Europa como forma de barrar os excessos das pretensões norte-americanas, Ugarte sustentava a utilidade do reforço da comunicação e da cooperação por meio de infraestruturas como os caminhos de ferro e os telégrafos, a organização de congressos, o estabelecimento de tratados comerciais e a formação de tribunais de arbitragem.⁸⁹

Em 1902, o bloqueio imposto por Grã-Bretanha, Alemanha e Itália à Venezuela, em função da suspensão do serviço de sua dívida pública, deu ensejo à transformação de um debate jurídico em uma questão diplomática de relevo. Propondo uma redefinição da Doutrina Monroe, o argentino Luis María Drago expressou, inicialmente em uma nota ao representante de seu país nos Estados Unidos e posteriormente em trabalhos debatidos em foros internacionais, uma oposição à atitude das potências europeias. O princípio de que a intervenção para cobrança de dívidas públicas constituía uma violação inadmissível da autonomia soberana dos Estados ficaria conhecido como Doutrina Drago, tornando-se um marco na resistência a pretensões imperialistas por parte dos Estados com menor poder no cenário internacional. Ao mesmo tempo, o intervencionismo estadunidense ganhava impulso com o chamado Corolário Roosevelt à Doutrina Monroe (1904), que atribuía ao país o poder de polícia sobre o continente e o direito de atuar em defesa da “civilização”.⁹⁰

Enquanto essas interpretações conflitantes sobre o que significava assegurar “a América para os americanos” suscitavam debates em diferentes países, o Brasil reorientava sua política externa para o continente. Após a proclamação da República, e sobretudo durante a gestão do Barão do Rio Branco no Ministério das Relações Exteriores (1902-1912), a

⁸⁹ SCARFI, Juan Pablo. La emergencia de un imaginario latinoamericanista y antiestadunidense del orden hemisférico: de la Unión Panamericana a la Unión Latinoamericana (1880-1913). *Revista Complutense de Historia de América*. Madrid, v. 39, 2013, p. 92; 97.

⁹⁰ BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 145-158; SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 69-74.

diplomacia brasileira procurou assegurar sua liderança regional e se aproximar da Argentina e do Chile em particular. O país estabeleceu, ao mesmo tempo, uma aliança informal com os Estados Unidos – o que incluía a aceitação tácita do Corolário Roosevelt e o repúdio à Doutrina Drago.⁹¹

Em tal cenário, a iniciativa do Instituto dos Advogados de marcar os supostos 400 anos do Brasil com um Congresso Jurídico Americano pode ser lida, a um só tempo, como um sintoma do acirramento das disputas em torno dos projetos continentais e como um aceno adicional aos poderes republicanos, em meio aos quais a organização almejava restabelecer e consolidar seu lugar. O IAB tampouco permaneceria alheio aos esforços modernizadores com que o regime procurava assegurar sua legitimidade. Em meio às reformas urbanas empreendidas pelo prefeito Pereira Passos,⁹² o Instituto ganharia uma nova sede, consolidando seu prestígio público e sua projeção na vida social do Rio de Janeiro. Em consonância com os ideais excludentes de progresso e civilização que presidiam a remodelação da então capital brasileira, construiu-se nas proximidades do Passeio Público o Silogeu Brasileiro. A agremiação de advogados se instalou nesse edifício inteiramente dedicado a instituições intelectuais por volta da passagem do ano de 1905 ao de 1906. O compartilhamento do espaço com a Academia Brasileira de Letras (ABL), o IHGB e a Academia Nacional de Medicina favoreceu o intercâmbio e mesmo o desenvolvimento de projetos comuns, mas também deu ensejo a tensões e disputas.⁹³ Por outro lado, não se deve esquecer que, dados o histórico pertencimento dos bacharéis em direito aos círculos letrados e

⁹¹ SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014, p. 69-77. Ver, também: BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998 (Tese de doutorado em história social), em especial p. 44-52. Para uma interpretação da articulação entre a inflexão operada por Rio Branco nas relações exteriores e projetos de diplomacia cultural, consultar: CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

⁹² Para uma análise crítica das disputas jurídicas que permearam essas reformas, consultar CANTISANO, Pedro Jimenez. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai-ago 2016, p. 401-420.

⁹³ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 53-61. Em 1906, foi apresentado um projeto de trabalho conjunto com a Academia Nacional de Medicina para o estudo dos serviços médico-legais. A iniciativa resultou na participação de Azevedo Sodré, então presidente de tal Academia, em uma sessão do IAB e no convite para que este se fizesse representar na solenidade de aniversário daquela. A ata da sessão realizada em 10 de outubro de 1918 registra, porém, um protesto de Pinto Lima “contra as opiniões ofensivas ao Instituto, emitidas na Academia Nacional de Medicina, relativamente à falta de competência deste Instituto para dizer sobre as questões médico-jurídicas”. Sua proposta de que o IAB nomeasse “uma comissão composta dos seus membros mais conspícuos, para representá-lo no próximo Congresso de Medicina e discutir as teses jurídicas que ali serão levantadas” foi rejeitada após votação. INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 24ª sessão ordinária, realizada em 10 de outubro de 1918. Biblioteca IAB.

a especialização ainda incipiente das humanidades, não eram poucas as interseções dos membros da ABL, do IHGB e do IAB.

Durante a Terceira Conferência Pan-Americana, reunida no Rio de Janeiro em 1906, o Instituto dos Advogados Brasileiros cedeu suas instalações para atos da cúpula diplomática. O IAB elegeu alguns dos delegados estrangeiros como sócios honorários, enquanto outros foram recebidos como membros correspondentes. No primeiro caso, estava o secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, que realizava a primeira visita oficial de um ocupante de tal cargo à América do Sul. Após sua estadia no Brasil, Root empreendeu um périplo por Uruguai, Argentina, Chile e Peru. Em todas essas localidades, procurou disseminar suas concepções sobre o pan-americanismo e os princípios jurídicos que deveriam regular a vida internacional das nações americanas, ao mesmo tempo em que tecia redes favoráveis a projetos hemisféricos liderados pelos Estados Unidos. Suas falas públicas, marcadas por um tom legalista e exaltador das concepções norte-americanas acerca do Estado de direito (*rule of law*), encontraram uma recepção desigual. Elas foram, em média, bem acolhidas por bacharéis em direito inseridos nos meios diplomáticos e políticos, como o brasileiro Rui Barbosa e o argentino Luís María Drago⁹⁴ – num sinal dos limites do anti-imperialismo do segundo deles, que se expressava quando se tratava de defender a Venezuela da intervenção europeia, mas se escondia diante das pretensões de liderança dos Estados Unidos.

Um pouco mais tarde, o IAB recorreria novamente à estratégia de fazer coincidir um encontro acadêmico com grandes comemorações públicas. Em meio à Exposição Nacional com que se celebrou o centésimo aniversário da abertura dos portos, ocorreu o Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro. Curiosamente, durante um evento que celebrava a expansão dos vínculos comerciais com diferentes países, o Instituto adotaria um tom preponderantemente nacional. Isso talvez se explique pelo intuito declarado (mas não concretizado) de fazer da reunião a primeira de uma série periódica, bem como por alguns dos rumos que os debates sobre a nacionalidade começavam a assumir, com uma reivindicação crescente da identidade entre a nação e a República.⁹⁵

Em contraste com o Congresso Jurídico Americano, o encontro de 1908 foi justificado com uma argumentação sóbria, num sinal de que se procurava fortalecer uma concepção do direito próxima à ciência. Na estrutura do congresso, percebia-se o avanço da especialização

⁹⁴ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 61, 75; SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 19-26.

⁹⁵ Ver, a esse respeito: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: UFMG, 2005, em especial p. 215-232.

dos estudos jurídicos, bem como deslocamentos nas temáticas consideradas relevantes. Em lugar da grande distinção entre direito público e privado, oito seções foram propostas: ensino jurídico, direito constitucional, direito civil, direito comercial, direito criminal, direito internacional, direito administrativo e direito processual. O curto texto que abria os anais estava muito distante da grandiloquência da convocação do congresso de 1900, encerrando-se com a hesitante constatação de que o volume publicado “afirmará ou não o êxito do Congresso e mais uma vez demonstrará a proficuidade ou o desvalor dessas assembleias que se constituem no nobilíssimo propósito de, memorando uma data gloriosa, fixar o estado de cultura de um país”.⁹⁶

O regulamento previa um rol de membros quase idêntico ao que fora determinado oito anos antes no Congresso Jurídico Americano, com a exceção dos participantes estrangeiros.⁹⁷ Pela primeira vez em um grande evento organizado pelo IAB, a listagem envolvia *uma* participante: Mirtes Gomes de Campos, que suscitara ainda no final do século XIX inflamados debates sobre a admissão de mulheres no Instituto e fora finalmente recebida como sócia em 1906.⁹⁸ Entre os objetivos enunciados, estava o de contribuir para a sistematização do conhecimento jurídico, com o estabelecimento do “meio de executar a publicação de um anuário de legislação e da jurisprudência brasileiras”. O questionário proposto demonstrava que, a despeito da ênfase nacional, problemas envolvendo as relações entre diferentes territórios seguiam suscitando debates. Indagava-se sobre a possibilidade de estabelecer princípios comuns de direito civil ao menos entre as “nações da mesma origem e do mesmo continente”, “a conveniência de equiparar as pessoas jurídicas nacionais às estrangeiras”, a proteção das marcas de comércio e seu registro no Tribunal Internacional de

⁹⁶ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. V.

⁹⁷ Eram admitidos membros honorários e correspondentes do IAB, o que teoricamente abria a possibilidade de participação de estrangeiros. Na listagem de participantes do congresso, não se encontram, porém, indivíduos cujo centro de atividades identificado se situava em outro país. Em verdade, até mesmo a abrangência nacional do evento pode ser relativizada: embora haja representantes de diferentes partes do país, dos 186 inscritos, 128 eram radicados no Distrito Federal. Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil. 3 – O IOAB na Primeira República*. Brasília: OAB, 2003, p. 71; INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 4; 15-25.

⁹⁸ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, 1º sem. 2009, p. 135-151. A advogada foi responsável pela redação de um relatório da seção de direito civil sobre a igualdade de direitos dos cônjuges. Em tom cauteloso, afirmando não querer “fazer inovações que se possam julgar subversivas” e se apoiando em “preclaros jurisconsultos”, bem como em ideias que expusera e que haviam sido aprovadas durante o III Congresso Científico Latino-Americano (Rio de Janeiro, 1905), conclui que deve ser abolida a incapacidade civil da mulher casada e que poderá haver igualdade de direitos civis e de família entre os cônjuges. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 379-394 (conclusões e citações textuais na p. 394).

Berna, a homologação de sentenças proferidas em outros países. No âmbito do direito penal, era lançado o questionamento sobre se a “extinção das penas perpétuas” correspondia “às exigências da consciência jurídica de nossa época”. As transformações contemporâneas ganhavam ainda mais peso no âmbito das relações mercantis, em que se tomava o “estado atual e desenvolvimento provável, quer dos meios de transportes, quer dos de transmissão do pensamento” como ponto de partida para debater a necessidade de reformas na legislação brasileira.⁹⁹

A sessão solene de abertura foi realizada no Teatro da Exposição Nacional em 11 de agosto de 1908, coincidindo com a data em que se comemorava a fundação dos cursos jurídicos. Compareceram o presidente Afonso Pena, o Barão do Rio Branco, então ministro das Relações Exteriores, o ministro da Justiça, Tavares de Lira, e uma série de outras autoridades brasileiras, além de membros do corpo diplomático representando Portugal, Espanha, Chile e Argentina. Os anais do congresso registram, ainda, que estiveram presentes “representantes de associações científicas e da imprensa, delegados dos estados junto à exposição, distintas famílias de nossa sociedade e grande número de acadêmicos de nossas faculdades superiores”.¹⁰⁰

O discurso inaugural foi feito por Inglês de Sousa, então presidente do IAB. Aberta com a afirmação de que o acontecimento que se celebrava “iniciou a emancipação da Pátria”, a fala trazia uma visão crítica da colonização portuguesa, contrastante com a que havia sido expressa em 1900 durante o Congresso Jurídico Americano. Defendendo a importância do livre-comércio, Inglês de Sousa denunciou os males do regime de exclusivismo comercial e celebrou a “carta de lei de 28 de janeiro de 1808” como “o ponto de partida das nossas relações jurídicas com as nações civilizadas”. Para o presidente do IAB, “não poderia haver melhor oportunidade para se iniciar a obra dos Congressos Jurídicos Periódicos”, que construiriam a “base de uma grande liga dos juristas nacionais, destinada a estreitar os laços de solidariedade brasileira, pelo estudo do direito e melhoramento da legislação”. Para tanto, seria necessário abandonar as bases retóricas e humanistas que haviam prevalecido no curso de direito da Universidade de Coimbra, procurando facilitar “a aquisição dos princípios científicos”, em uma organização de ensino jurídico que levasse em conta a “influência do meio sobre o ensino e o dever do Estado de tutelar a educação”. Para Inglês de Sousa, o “cultivo das letras jurídicas” favoreceria até mesmo a solução de problemas decorrentes da

⁹⁹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 3-13.

¹⁰⁰ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 29.

então jovem forma federativa, já que “para debelar esses inconvenientes do regime, não há como o supremo poder unificador da ciência”.¹⁰¹

Para além desses objetivos de ordem interna, os comentários que o presidente do IAB teceu sobre os questionários propostos deixam entrever articulações entre problemas jurídicos decorrentes das relações entre os povos e o progresso material que se procurava, a um só tempo, constatar e promover. Debatendo a regulação do estatuto pessoal no direito internacional privado, Inglês de Sousa criticou o princípio da nacionalidade, qualificando-o como uma “medida de desconfiança e hostilidade recíprocas dos povos”. Em um país como o Brasil, “em que colônias numerosas e importantes ocupam vasta extensão do território pátrio”, seria “de alta conveniência política como de justa reivindicação de nossos brios de civilizados” defender o princípio do domicílio, de modo a garantir a “sujeição à lei nacional de todos os que nos vêm pedir a larga hospitalidade [...] e colaborar conosco no adiantamento moral e material do Brasil”. A “situação de surto industrial e evidente progresso material e moral” que o Brasil estaria vivendo, e que a Exposição no âmbito da qual se realizava o congresso atestaria, teria suscitado um grande interesse nos temas do “desenvolvimento dos meios de transmissão do pensamento e transporte por terra e por mar e da legislação adequada para favorecê-lo e incrementá-lo”. Elogiando a política de fronteiras desenvolvida pelo Barão do Rio Branco, Inglês de Sousa defendeu o papel do Brasil na “manutenção da paz na América do Sul”, função a cujo desempenho o país estaria “obrigado pela sua situação geográfica, pela sua civilização, pelo seu papel histórico e por ter, primeira nação no mundo, inscrito na sua carta fundamental a proscrição da conquista e o arbitramento internacional”.¹⁰²

O papel dos congressos na formulação de novas leis, no conhecimento recíproco entre os juristas do país, no incentivo à exposição de trabalhos e ao aumento da produção de obras didáticas ou acadêmicas constituiria “uma tarefa de alta relevância prática e de patriotismo”, e “também de progresso científico e moral”. Na fala do presidente do IAB, a inflexão nacionalista não representava o abandono dos laços com outras terras. “Sejamos americanos, mas sejamos principalmente brasileiros”, afirmava Inglês de Sousa, pois só assim se poderia apreciar “devidamente o contingente filosófico e científico que nos fornece o velho mundo”. A reivindicação de um vínculo profundo com a nacionalidade era, porém, posta em primeiro lugar. Ela logo voltaria ao centro das atenções, articulada a um intuito de intervir sobre os rumos da vida pública. Na “remodelação do Direito Nacional”, seria fundamental ter em conta

¹⁰¹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 30-38.

¹⁰² INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 41-44.

“as necessidades mesológicas do nosso vastíssimo território”, “as condições do nosso organismo econômico”, “a formação das camadas de população que a imigração nos traz”, “as convicções, os sentimentos e as crenças do povo”. Retirar “das entranhas da nossa história” um novo direito produzido cientificamente seria uma tarefa “ingente, difícil, colossal, mas patriótica e digna”, “porque o Direito é a própria vida da nação”.¹⁰³

A acolhida ao evento parece ter sido favorável, e os debates em seu âmbito, produtivos e extensos. Inicialmente previstas para durarem até 20 de agosto, as sessões do congresso se estenderam até o dia 19 de setembro. Voltando a discursar na cerimônia de encerramento, Inglês de Sousa elogiou as realizações do encontro de juristas, sustentando que ele “conseguiu despertar a atenção de todos os que se ocupam das letras jurídicas ou sentem a necessidade de ativar o *progresso do direito científico, guia das reformas legislativas* que a prática vai aconselhando”. Esse intuito de conectar estudos jurídicos sistemáticos e alterações nas leis tornaria especialmente pertinente “o balanço das ideias que, nestes quase 19 anos de regime novo, têm lentamente filtrado através da trama do nosso velho direito, traduzindo as aspirações, as dúvidas, as incertezas, as ânsias e as angústias de uma nacionalidade que se remodela”.¹⁰⁴ Em meio a esses “balanços”, já se faziam ouvir vozes favoráveis à reforma da constituição de 1891, que acabaria concretizada em 1926, em meio a opiniões divididas acerca de sua conveniência e de seus contornos.¹⁰⁵

Após ler um relatório das atividades e das conclusões das seções, o presidente do IAB dialogou diretamente com as críticas ao bacharelismo:

Não se suponha, porém, que *a torneio brilhante de palavras se resumisse o Congresso, nem que a eloquência sacrificasse a solução prática e ponderada dos graves problemas sociais e jurídicos que lhe foram propostos*, segundo é vício aventurar em se tratando de uma reunião de bacharéis, que muita gente acredita ocupada somente do lado estético das teses ou de disputar a perder fôlego, sobre questiúnculas de escola ou rabulices de exegese.

Nesse resumido inventário, que aí deixo, quantas grandes ideias, quantas profundas reformas, quantas *soluções a problemas práticos de legislação e de jurisprudência* estudadas com ardor, com carinho mesmo, mas também com *refletido conhecimento das necessidades do país*, correspondendo às exigências do nosso progresso moral e científico!¹⁰⁶

¹⁰³ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 48-50.

¹⁰⁴ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 775.

¹⁰⁵ Uma avaliação mais específica de alguns dos debates de natureza constitucional realizados durante o congresso pode ser encontrada em GALVÃO, Laila Maia. Espaços de construção da interpretação constitucional: análise dos congressos jurídicos da Primeira República. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 19, n. 118, jun-set. 2017, p. 377-401.

¹⁰⁶ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909, p. 775-786, grifos nossos.

Enunciadas por um bacharel polígrafo de longa trajetória – Inglês de Sousa fora um dos fundadores da ABL e era, naquele momento, consagrado como romancista, bancário, parlamentar e professor de direito¹⁰⁷ –, essas palavras dão uma boa medida da ampla difusão das censuras aos modos de agir dos juristas, bem como de sua busca por reconstruir um lugar de proeminência na vida pública a partir de estudos que pretendiam ser sistemáticos.

A Argentina entre dois centenários, novas instituições e um mundo em guerra

Dois anos mais tarde, seria a vez de a Argentina comemorar uma data nacional com grandes eventos. Desde as últimas décadas do século XIX, o país vivenciava um surto modernizador, com forte expansão econômica e acentuado crescimento populacional, bem como amplo investimento em obras de infraestrutura como os caminhos de ferro. Entre 1869 e 1914, em grande medida em função das ondas imigratórias massivas que chegavam principalmente da Europa, a população do país quadruplicou. No mesmo período, a porcentagem de estrangeiros passou de 11,5 para 30%, e a população urbana, de 33 para 58%. A taxa de analfabetismo havia caído de 77,5 para 35,9%, sugerindo o sucesso da lei de 1884 que estabelecera a obrigatoriedade da escola primária e o seu caráter gratuito e laico.¹⁰⁸

O centenário da Revolução de Maio¹⁰⁹ deu ensejo, em 1910, a congressos, conferências e exposições internacionais. A efeméride também suscitou uma ampla reflexão nos meios intelectuais. Os ensaios produzidos no período oscilavam entre um otimismo exaltador do progresso nacional e análises cautelosas, temerosas perante uma conflituosidade social vista como crescente, em função de fatos como a imigração de massa, a urbanização acelerada e o fortalecimento das lutas operárias.¹¹⁰ Buenos Aires sediaria, em meio aos festejos, a Quarta Conferência Pan-Americana, que marcou uma maior institucionalização do projeto continental com a transformação do Bureau Comercial das Repúblicas Americanas em

¹⁰⁷ Sobre sua trajetória, consultar SETEMY, Adrianna. Sousa, Inglês de. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Ingl%C3%AAs%20de.pdf>. Acesso em 05/02/2018.

¹⁰⁸ Dados referentes à população com mais de 14 anos. No Brasil, os censos disponíveis registram, na população com 5 anos ou mais, 82,3% de analfabetos em 1872, 82,6% em 1890 e 71,2% em 1920. Os primeiros dados sobre indivíduos com 15 anos ou mais são de 1920: 64,9% de iletrados. Cf. CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 25-31; FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002, p. 34; SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 31-36.

¹⁰⁹ Rebelião que eclodiu em Buenos Aires 1810, marcando o início da constituição de um governo autônomo, sem representar a independência formal.

¹¹⁰ Ver ROMERO, Luis Alberto. La Argentina entre sus centenarios. *Pilquen*. v. XII, n. 12, p. 2-5.

União Pan-Americana. Entre as atribuições surgidas com essa reformulação, estava a de promover estudos sobre o continente. Um pouco antes da Conferência de Buenos Aires, o órgão ganhara uma nova sede em Washington. Possivelmente em função das históricas reticências da Argentina à liderança norte-americana no continente, foram evitados durante o encontro debates polêmicos sobre temas como a doutrina Monroe, mas alguns avanços foram feitos quanto à regulação sanitária e em questões de direito internacional.¹¹¹

A Comisión del Centenario, órgão ligado ao governo argentino que coordenou os festejos, encarregaria a Sociedad Científica Argentina de promover um Congresso Científico Internacional Americano. O evento não foi apresentado em continuidade com aqueles de que tal associação tivera a iniciativa em 1898, num provável esforço para demarcar a especificidade da comemoração cívica a que ele se associava. Entre os grupos de trabalho inicialmente previstos, o direito aparecia de forma apenas tangencial, em temas como a “psicologia aplicada às ciências jurídicas”. Uma seção de “ciências jurídicas e sociais” foi incorporada posteriormente. Entre os 10 trabalhos apresentados, encontravam-se reflexões sobre o protecionismo e o livre-câmbio, a prostituição e lenocínio, a educação moral argentina, o direito de propriedade literária e a imigração europeia.¹¹² Estanislao Zeballos – tão polêmico quanto consagrado intelectual, diplomata e político argentino, que estivera vinculado à SCA desde seus princípios, fora um dos mentores intelectuais da chamada “conquista do deserto”,¹¹³ havia ocupado o Ministério das Relações Exteriores em três ocasiões (1889-1890, 1891-1892, 1906-1908), liderava a delegação de seu país na Conferência Pan-Americana de Buenos Aires e era tido por muitos como “inimigo” do Brasil em função de sua oposição à política externa de Rio Branco¹¹⁴ – apresentou um trabalho em

¹¹¹ Cf. DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, p. 16-17, 60; BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 06/02/2018.

¹¹² Ver *Anales de La Sociedad Científica Argentina*. Buenos Aires, t. LXIX, jan. 1910, p. 5-60 (“ciências jurídicas e sociais” não figura entre as seções); t. LXX, jul. 1910, p. 5-202 (lista de trabalhos da seção na p. 169).

¹¹³ Campanhas militares empreendidas pelo governo argentino nas décadas de 1870 e 1880, com o intuito de expandir as fronteiras do Estado nacional, sobretudo em direção ao sul, e consolidar seu domínio sobre o território, avançando sobre áreas então controladas por populações indígenas. Revelador de uma visão de superioridade civilizacional já no nome com que ficaria conhecido, esse processo é hoje qualificado por muitos estudiosos como um genocídio. Desde 1874, Zeballos vinha defendendo a necessidade de tais medidas na imprensa e, em 1878, foi encarregado por Julio Argentino Roca, chefe militar de algumas das campanhas e posteriormente presidente da Argentina por dois mandatos (1880-1886; 1898-1904), de elaborar um estudo sobre a Patagônia, com o intuito de legitimar sua ocupação. Ver a reedição precedida de um estudo crítico: ZEBALLOS, Estanislao S.. *La conquista de quince mil leguas*. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878). Buenos Aires: Continente, 2008.

¹¹⁴ Bethell chega a afirmar que o Brasil cogitou não participar da conferência por ter sido Zeballos escolhido como líder argentino. Cf. BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em:

que procurava demarcar a “teoria argentina” para o direito internacional privado. Além desse evento generalista, reuniram-se em paralelo ao centenário argentino os Congressos Internacional de Americanistas e Internacional Americano de Higiene.

As inquietudes perante a necessidade de regular as relações jurídicas entre as nações logo levariam a um novo esforço institucional. O American Institute of International Law (AIIL) foi criado em 1912 como um contraponto ao europeu Institut de Droit International, a partir de intercâmbios entre o estadunidense James Brown Scott e o chileno Alejandro Alvarez. Em fóruns como o congresso científico realizado em Santiago entre os últimos dias de 1908 e os primeiros de 1909, Alvarez vinha expressando o posicionamento de que existiria um direito internacional específico dos países americanos, fundamentalmente distinto do europeu e marcado por princípios pacifistas, republicanos e de solidariedade continental. Scott, por sua vez, havia representado os Estados Unidos na Segunda Conferência de Haia, onde polemizara com Rui Barbosa sobre as tentativas de fundar uma corte internacional de justiça. Era um nome ligado a projetos pan-americanistas e próximo a instituições filantrópicas como o Carnegie Endowment for International Peace (CEIP). Responsável pelo financiamento de boa parte das atividades do novo instituto, o CEIP havia sido criado em 1910 com o intuito de promover a paz por meio da educação e da pesquisa. Intuítos pacifistas também tinham levado a Conferência Pan-Americana de 1906 a determinar que se promovessem estudos para codificar o direito internacional nas Américas, o que resultou, em 1912, na primeira reunião da Comissão de Jurisconsultos do Rio de Janeiro.¹¹⁵

Um dos objetivos do AIIL era impulsionar a fundação de sociedades nacionais de direito internacional, o que aconteceria no Brasil nos últimos dias de 1914.¹¹⁶ Na Argentina, tentativas equivalentes fracassaram, possivelmente em função de tensões entre Alvarez e seus colegas que atuavam do outro lado dos Andes.¹¹⁷ Tais associações deveriam estimular o

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%80NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 06/02/2018. A correspondência entre Zeballos e o brasileiro Oliveira Lima, que será analisada no primeiro capítulo, traz diversas referências a juízos pouco simpáticos ao argentino emitidos no Brasil. A duradoura vinculação entre esses dois intelectuais, ao lado do fato de autores brasileiros terem publicado com frequência na *Revista de Derecho, Historia y Letras*, lançada em 1898 por Zeballos, convidam-nos, entretanto, a matizar essas hostilidades. Sobre tal publicação, sua inserção nos debates do centenário da Revolução de Maio e seu papel na trajetória do argentino, bem como sobre as relações deste com o Brasil, consultar GREJO, Camila Bueno. *Escrita em ação: intelectuais e nação na Revista de Derecho, Historia y Letras* (1898-1916). Assis: Universidade Estadual Paulista, 2016 (Tese de doutorado em História), em especial p. 56-69; 147-157; 170-192.

¹¹⁵ SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, em especial p. 27-50.

¹¹⁶ Ver Sociedade Brasileira de Direito Internacional. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 24 de dezembro de 1914, p. 6.

¹¹⁷ Em carta remetida ao brasileiro Manoel de Oliveira Lima em novembro de 1920, Estanislao Zeballos expressou, em tom confidencial, juízos críticos a Alvarez e, em especial, ao fato de ele se ter instalado em

desenvolvimento desse ramo do direito em seus respectivos países e propiciar a formação de redes de juristas favoráveis à liderança norte-americana. De forma mais geral, o AAIL almejava dar impulso ao estudo e ao desenvolvimento do direito internacional, organizando-o segundo padrões científicos e as exigências da vida moderna, elaborar métodos e projetos para a codificação das normas da área, contribuir para a manutenção da paz.¹¹⁸ Sua primeira reunião formal ocorreu no II Congresso Científico Pan-Americano, realizado em Washington na passagem do ano de 1915 ao de 1916. Esse encontro do AAIL teve como principal resultado a aprovação de uma “declaração de direitos e deveres das nações”. O Brasil contou com diversos representantes, entre eles Rodrigo Otávio, que assumiria, pouco depois, a presidência do IAB e se tornaria um ator central da vinculação de juristas brasileiros com países das Américas.¹¹⁹ Entre os argentinos, menos numerosos, destacava-se Enrique Gil, que se havia graduado em direito na Pennsylvania University e se mostraria um ardoroso defensor do pan-americanismo em distintas ocasiões.¹²⁰

No mesmo ano em que uma nova instituição começava a promover conexões entre juristas dedicados ao direito internacional, a Argentina passaria por uma transformação política crucial. Em 1912, durante a presidência de Roque Sáenz Peña, foi aprovada uma reforma eleitoral, instituindo o sufrágio universal masculino e o voto secreto e obrigatório. A medida foi objeto de interpretações distintas, tanto na historiografia quanto pelos atores envolvidos no processo, sendo vista ora como a realização da democracia (a ponto de alguns se referirem à nova lei como o advento da “república verdadeira”¹²¹), ora como um

Washington com um subsídio da fundação Carnegie e ter deixado de atuar em favor da América do Sul. Alvarez e seu círculo também teriam sido “desatentos” com Zeballos, não dando notícias sobre seus trabalhos nas revistas que editavam. Prosseguia o ex-ministro das Relações Exteriores: “Em consequência, quando vieram a Buenos Aires, por três vezes consecutivas, para fundar a Sociedade de Direito Internacional (entre eles o próprio Dr. Alvarez), eu os fiz o vazio; vi as principais pessoas convidadas, da minha relação, e combinamos de fazer fracassar a iniciativa”. ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 23 de novembro de 1920, Oliveira Lima Library. A estadia de Oliveira Lima na Argentina e as vinculações entre ele e Zeballos serão analisadas nos capítulos seguintes.

¹¹⁸ Ver a constituição reproduzida em: SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 193-196.

¹¹⁹ Rodrigo Otávio Langgaard Meneses era outro bacharel polígrafo, membro-fundador da ABL, sócio do IHGB e representante do Brasil em diversas instâncias diplomáticas, tendo, inclusive, atuado como secretário da Conferência Pan-Americana do Rio de Janeiro (1906). PANTOJA, Sílvia. Otávio, Rodrigo. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20\(2\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20(2).pdf).

Acesso em 06/02/2018. O expediente de uma sessão realizada pelo IAB em abril de 1916 registra um ofício do subsecretário geral do II Congresso Científico Pan-Americano “agradecendo a forma brilhante pela qual o Instituto se desempenhou nas sessões do Congresso”. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 1ª sessão ordinária, realizada em 27 de abril de 1916. Biblioteca IAB.

¹²⁰ Gil chegaria a escrever, alguns anos mais tarde, um livro sobre o pan-americanismo: GIL, Enrique. *Evolución del panamericanismo*. El credo de Wilson y el panamericanismo. Buenos Aires: Jesús Menendez, 1933.

¹²¹ Ver HALPERIN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República Verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

mecanismo de controle social que procurava conter as lutas operárias, ora como uma perigosa abertura para o predomínio das “multidões incultas” e de “extremismos” na política. Cabe lembrar, de toda forma, que permaneciam excluídos do exercício dos direitos políticos as mulheres e os estrangeiros. A mudança nas regras eleitorais permitiu que, em 1916, Hipólito Yrigoyen ascendesse ao poder, eleito pela Unión Cívica Radical (UCR), partido que surgira em 1891 em oposição à ordem conservadora então dominante. A UCR reivindicava em sua propaganda partidária a luta pela ampliação da cidadania e pela plena vigência da Constituição de 1853, mas, no governo, adotou medidas reformistas moderadas. Yrigoyen não se furtou a reprimir movimentos sociais, ainda que se tenha disposto, em um primeiro momento, a dialogar com os sindicatos.¹²²

O ano de 1916 foi marcado, também, por novas comemorações de um centenário, desta vez da formalização da independência. Ainda que sem os faustos das celebrações de 1910, até mesmo pelo contexto econômico perturbado pela guerra em curso na Europa, a efeméride atraiu visitantes estrangeiros e ensejou encontros acadêmicos. Em abril, a capital argentina sediou os trabalhos da Alta Comisión Internacional de Legislación Uniforme, que elaborou sugestões para que os governos aproximassem suas normas em temas como padrão monetário, títulos de crédito, estabelecimentos bancários, propriedade industrial, alfândegas, transportes ferroviários e marítimos, tarifas postais e telegráficas, questões trabalhistas. Entre as recomendações, encontravam-se as de que se realizassem exposições permanentes de produtos estadunidenses nos países da América do Sul, e vice-versa, de que a União Pan-Americana se encarregasse da publicação de uma revista de bibliografia continental, e de que o ensino de Inglês, Espanhol e Português, conforme o caso, fosse tornado obrigatório nas escolas públicas ou financiadas de qualquer maneira por recursos governamentais.¹²³ Mais próximo à efeméride do 9 de julho, realizou-se em Buenos Aires o Primeiro Congresso Internacional Americano de Bibliografia e História, complementado por uma Exposição de Livros Argentinos e Americanos e Documentação Histórica. Em San Miguel de Tucumán, cidade em que se havia assinado o ato de emancipação argentina, reuniu-se um Congresso Americano de Ciências Sociais. Aderiram ao evento Bolívia, Brasil, Colômbia, República

¹²² Cf. CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 18-19; 38-42; 45-53. Para uma avaliação mais profunda das lutas pela cidadania na Argentina da primeira metade do século XX, direcionada a uma leitura crítica da Lei Sáenz Peña e das mitologias que se construíram em torno do exercício democrático no país, ver GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. La construcción de la ciudadanía, 1912-1955. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política*. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 155-174.

¹²³ OLIVER, Francisco J.. Acta final comprensiva de todas las resoluciones adoptadas por la Alta Comisión internacional de Legislación uniforme, reunida en Buenos Aires del 3 al 12 de abril de 1916. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 1, 3ª série, 1916, p. 285-307.

Dominicana, Haiti, Honduras, México, Nicarágua e El Salvador, enquanto Chile, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela consolidaram suas adesões enviando delegados oficiais. Também se fizeram representar distintas províncias argentinas e diferentes agremiações intelectuais.¹²⁴

Entre as 11 seções propostas nas bases do congresso, 4 se referiam expressamente ao direito, por vezes em conexões com campos diversos que revelavam determinada topografia de interesses: “direito político, educação e imprensa”; “direito municipal e governo das cidades”; “direito civil e comercial”; “direito penal e moralidade pública”. Outras divisões envolviam potencialmente questões jurídicas, ainda que não o enunciassem explicitamente, como “administração geral e imigração”, “política internacional”, “trabalho, previdência e assistência social”. Em nota sobre os objetivos e o caráter do congresso, lida na sessão inaugural, os organizadores sublinhavam a “origem comum ou muito semelhante e análogo desenvolvimento” dos povos da América como motivação para que fosse útil, naquele momento, “comparar a situação a que hão chegado; os problemas que ainda permanecem por resolver, e os que surgem das condições particulares de sua vida interna e externa”. Explicitando que o “aspecto social das questões” a serem tratadas constituía a especificidade do congresso, os organizadores constataram que se vivia um momento em que “todas as ciências chegam, em seu progresso, a uma parte em que a técnica desinteressada perde essa qualidade e afeta interesses eminentemente sociais”. De forma próxima às reivindicações de um sentido prático para os debates acadêmicos que vinham aparecendo nos congressos promovidos pelo IAB, a comissão organizadora sustentava que “mais que à *elaboração* das ciências”, o congresso se voltaria “à *aplicação* das mesmas nas funções próprias do governo, em seu amplo conceito, que se traduz em ação legislativa e executiva”.¹²⁵

O Brasil enviou uma delegação especial aos festejos do centenário da declaração de independência da Argentina, liderada por Rui Barbosa. Ainda em 1916, o atuante membro do IAB Sá Vianna também viajaria à Argentina, sendo recebido como um “embaixador não oficial” do mundo universitário brasileiro.¹²⁶ Nome conhecido nos e familiarizado com os

¹²⁴ Uma análise desse congresso, centrada nos debates da seção de história e sociologia, pode ser encontrada em: PAGANO, Nora. Una conmemoración de la declaración de la independencia argentina: el Congreso Americano de Ciencias Sociales (1916). *Pasado Abierto*. Mar del Plata, n°4, jul.-dez. 2016, p. 6-22.

¹²⁵ *Memoria del Congreso Americano de Ciencias Sociales*. Reunido en Tucumán durante los días comprendidos entre el 5 y 10 de julio de 1916 con motivo del primer centenario de la Independencia Argentina. Buenos Aires: José Tragant, 1917, p. 10-14, grifos dos autores.

¹²⁶ Na primeira fala de sua missão de “diplomacia universitária” no Brasil, em 1918, que será analisada no primeiro capítulo, o argentino José León Suárez rememorou conjuntamente as duas visitas, separadas por um mês e de caráter distinto: enquanto Barbosa tinha uma missão de representação diplomática, Sá Vianna teria viajado, a princípio, a descanso, mas acabou realizando conferências no Círculo de Estudios Diplomáticos e na Facultad de Ciencias Económicas da Universidad de Buenos Aires. Ver SUÁREZ, José León. *Diplomacia*

meios intelectuais argentinos,¹²⁷ Barbosa realizou diversas conferências, entre elas uma fala durante a recepção à embaixada brasileira no Senado argentino e outra na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires (UBA), de cuja Academia foi recebido como membro honorário.¹²⁸ Na segunda dessas exposições, que tinha como tema enunciado os “conceitos modernos do direito internacional”, o brasileiro demonstrava por que era um dos alvos centrais das críticas ao bacharelismo em seu país de origem.¹²⁹

Adotando um tom grandiloquente e um estilo rebuscado, exaltou o papel da faculdade que o recebia na formação de quadros para o Estado argentino, relembrou o período que passou exilado em tal país¹³⁰ e rememorou em tons elogiosos seu contato com Sáenz Peña durante a Segunda Conferência de Haia. Dedicou extensas considerações à história da Argentina, em especial a seu processo de independência, ao longo de uma narrativa que celebrava o progresso do país ao mesmo tempo em que condenava a colonização ibérica e expressava uma postura favorável à liderança dos Estados Unidos no continente. Barbosa alinhavava elogios a grandes personagens com comentários sobre a obra de intelectuais argentinos,¹³¹ em um procedimento que se repetiria em muitas ocasiões de intercâmbio: procurava-se realizar um gesto de cortesia que demonstrasse o conhecimento do país vizinho. Algumas circunstâncias da viagem contrastam com a postura cerimoniosa do orador, deixando entrever as tensões políticas e sociais que a Argentina vivia. Durante o desfile militar de 9 de julho, um militante anarquista disparou contra a sacada da Casa Rosada, em que se encontravam Rui Barbosa e o presidente Victorino de la Plaza.¹³²

Universitaria Americana. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 32-35.

¹²⁷ Ver ABÁSULO, Ezequiel. Rui Barbosa y la cultura jurídica argentina: su percepción sobre los productos normativos y las reflexiones doctrinarias nacionales, y su papel en la construcción del prestigio asignado al derecho argentino en el Brasil. *Escritos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, 2014, p. 183-197.

¹²⁸ Barbosa era, naquele momento, o único estrangeiro a receber essa honraria. Ver Nómina del personal directivo y docente de la Facultad de derecho y ciencias sociales. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 3, 3ª série, 1917, p. 858. Nas universidades argentinas da passagem do século XIX ao XX, as academias eram órgãos que reuniam amplas atribuições, tanto administrativas quanto acadêmicas, e seus cargos eram ocupados de forma vitalícia. O combate a esse sistema foi uma das motivações do movimento de Reforma Universitária que eclodiu em 1918, discutido mais adiante. Cf. BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros?* La Reforma Universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 30-36.

¹²⁹ Sobretudo à luz do fracasso da política econômica que ele havia proposto como ministro da Fazenda do governo Deodoro da Fonseca (1889-1891), que ficou conhecida como “encilhamento”, Barbosa foi visto como a personificação da falência do bacharel. Cf. SONTAG, Ricardo. *Triatoma baccalaureatus*: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. *Espaço Jurídico*. Joaçaba, v. 9, n. 1, p. 68-74, jan.-jun. 2008.

¹³⁰ Entre 1893 e 1894, em função de suas atividades de oposição ao governo Floriano Peixoto, no contexto da Revolta da Armada.

¹³¹ BARBOSA, Rui. Conceptos modernos del derecho internacional. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 1, 3ª série, 1916, p. 10-31.

¹³² As informações factuais sobre a viagem foram consultadas em: REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Buenos Aires*. Cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969, em especial p. 10-15 (quadro detalhando cronologicamente as atividades de Barbosa na Argentina).

Discursando no Brasil em 1918, o professor da UBA José León Suárez exaltou a coincidência entre a recepção de Rui Barbosa na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales e as comemorações da queda da Bastilha.¹³³ O 14 de julho não parece, em verdade, ter constituído uma escolha deliberada, já que a conferência fora adiada em função de uma enfermidade do orador. A data conferiu à exposição, de toda forma, uma aura simbólica que reforçava seu conteúdo. Desde 1915, Rui Barbosa integrava a Liga Brasileira Pelos Aliados.¹³⁴ Em consonância com esse engajamento, ele logo condenou a guerra então em curso, sustentando ser ela a negação do direito e atribuindo um papel crucial às ideias em sua gênese. No mundo moderno, sustentou ele, seriam os “professores, os jornalistas, os tribunos” os que “semeiam a paz ou a guerra”. Adotando um tom favorável aos Aliados e especialmente crítico à invasão da Bélgica, Barbosa afirmou que os únicos heroísmos que poderiam decorrer das guerras seriam os que “nascem da consciência jurídica nos que se defendem, ou da abnegação pela solidariedade humana nos que se sacrificam”. O brasileiro recuperou, em diversos momentos, sua experiência em Haia para reivindicar a igualdade entre os Estados e a importância do respeito aos tratados,¹³⁵ ecoando uma busca por consolidar o direito internacional que remontava às últimas décadas do século XIX.

Pode ser lida nessa chave a preocupação de Rui Barbosa em afirmar que suas análises eram estritamente jurídicas, não políticas. Ele dizia discursar não como embaixador, cuja missão estaria concluída, mas como jurista, como juiz da Corte Permanente de Arbitragem que se interrogava pelo “código das leis que pode ser chamado a aplicar”. Essa reivindicação de imparcialidade funcionava, não por acaso, como um preâmbulo para a principal e mais controversa questão de sua fala: a neutralidade. O mundo moderno teria trazido uma nova feição para esse instituto, já que, “com a internacionalização crescente dos interesses nacionais, com a penetração mútua que as nacionalidades realizam entre si, com a interdependência essencial em que vivem umas das outras”, as guerras não mais se restringiriam aos Estados beligerantes, e sim teriam repercussões em povos os mais distantes. Nesse quadro, seria imperativo que a neutralidade recebesse uma nova expressão, menos

¹³³ “A data, aniversário da etapa da liberdade humana, o prestígio do orador e certos rumores faziam esperar uma grande conferência, mas ninguém esperava que o orador abordaria o tema com a liberalidade de critério e a franqueza de opinião com que soube fazê-lo”. SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 33.

¹³⁴ FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em 18/02/2018.

¹³⁵ BARBOSA, Rui. Conceptos modernos del derecho internacional. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 1, 3ª série, 1916, p. 31-40; 49-51 (citações textuais nas p. 35 e 49).

passiva, já que, entre “os que destroem a lei e os que a observam, não há neutralidade admissível”. A “neutralidade inerte e surda-muda” de outrora teria, assim, que ceder passagem a uma “neutralidade vigilante”, “capaz de função judiciária”, “organizada” – “não com a espada, para usar da força, mas sim com a lei, para impor o direito”. Essa imposição também se operaria, “e melhor, com a pressão dos povos”. É essa a justificativa para sua defesa de que a América deveria assumir o papel de “elemento ativo na criação de um mundo internacional melhor organizado”. O continente

não pode encolher-se de ombros com desdém perante o curso dessas questões, ainda quando o teatro, onde elas no presente se agitam, seja o do outro continente. Os oceanos, que nos circundam, não nos isolam, jurídica e politicamente, do resto do globo. [...] Correntes misteriosas, profundas e indestrutíveis, como essas que atravessam continuamente os mares, transportando em suas águas o calor de um a outro hemisfério, mantêm as relações intelectuais, econômicas e políticas dos Estados, a comunhão dos interesses, tendências e sentimentos.¹³⁶

Muito em função desse contundente posicionamento acerca do papel da América na guerra em curso, a conferência despertou grande atenção em órgãos de imprensa de diferentes países, que a reproduziram total ou parcialmente,¹³⁷ e logo foi editada como um folheto autônomo em Espanhol – idioma em que Barbosa a proferira –, Português e Francês.¹³⁸ É ainda José León Suárez quem relata a polêmica recepção que o discurso tinha tido já em meio aos presentes no auditório e depois na imprensa, e afirma que a atitude de Rui “marcou época

¹³⁶ BARBOSA, Rui. Conceptos modernos del derecho internacional. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 1, 3ª série, 1916, p. 60-79 (citações textuais nas p. 61, 64, 66, 69, 76-77 e 79).

¹³⁷ O volume organizado pela Casa de Rui Barbosa para marcar os 50 anos da ida da embaixada a Buenos Aires traz um prefácio de Américo Jacobina Lacombe, então presidente dessa instituição, que comenta, em tom laudatório para Rui Barbosa, algumas das reações da imprensa estrangeira. Reproduz-se em seguida um texto do francês Georges Clemenceau e, ao fim do volume, encontra-se um inventário documental, bibliográfico e hemerográfico sobre a estadia do brasileiro na Argentina, denotando o interesse que a missão despertou em distintos territórios – até mesmo em um jornal de língua francesa editado em Pequim. Ver REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Buenos Aires*. Cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969.

¹³⁸ O texto apareceu em Espanhol como publicação autônoma ainda em 1916, como uma separata dos *Anales* da faculdade em que ocorrera, em uma tiragem de 1000 exemplares. No mesmo ano, foi publicado em Português e novamente em Espanhol, em volumes de pequeno formato cujo local de edição é identificado como Londres. Em 1917, os trechos dedicados à guerra foram publicados em Francês, como parte de uma coleção intitulada “France-Amérique”, com um prefácio de Graça Aranha e um título mais contundente, que evocava o “dever dos neutros”, pelo qual o discurso também passaria a ser conhecido. Ver: BARBOSA, Rui. *Conceptos modernos del derecho internacional*. Buenos Aires: [n.ed.], 1916; BARBOSA, Rui. *Conceptos modernos del derecho internacional*. Londres: Jas. Truscott & Son, 1916; BARBOSA, Rui. *Problemas de Direito Internacional*. Conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos Aires. Londres: Jas. Truscott & Son, 1916; BARBOSA, Rui. *Le Devoir des Neutres*. Paris: Félix Alcan, 1917. Valemo-nos, também, de informações disponíveis em: Memoria correspondiente a 1916. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. 3, 3ª série, 1917, p. 839. Anos mais tarde, a embaixada daria ensejo a um volume nas obras completas de Rui Barbosa: BARBOSA, Rui. *Embaixada a Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1981 (v. XLIII, t. 43 das obras completas).

no movimento aliadista em meu país”.¹³⁹ Não apenas na Argentina, como também no Brasil, na França e nos Estados Unidos, a defesa de Barbosa de que a neutralidade não deveria assumir um caráter passivo teve repercussões de relevo, sobretudo no que diz respeito à consolidação de uma postura favorável aos Aliados – pela qual nem o governo brasileiro, nem o argentino se haviam pronunciado decididamente até aquele momento. Há indícios de que o próprio autor preparara essa ressonância: antes de embarcar para Buenos Aires, deixou uma cópia datilografada da redação original em português do discurso para que fosse reproduzida na imprensa brasileira, e encarregou o diplomata e jornalista uruguaio Manuel Bernárdez, radicado no Rio de Janeiro, de vertê-la ao castelhano para que pudesse falar aos argentinos no idioma local.¹⁴⁰

Menos conhecida, mas talvez mais representativa dos caminhos que os intercâmbios entre Argentina e Brasil assumiriam nas décadas seguintes, foi a fala que Rui Barbosa realizou no Instituto Popular de Conferencias (IPC) de *La Prensa*. Por volta da passagem do século XIX ao XX, em meio ao vertiginoso crescimento da população de Buenos Aires e aos significativos avanços nos índices de alfabetização, esse jornal se consolidou como o principal órgão de imprensa da capital argentina: sua tiragem saltou de 18.000 exemplares em 1887 para 125.000 em 1900. A rede de representantes nas províncias favoreceu sua circulação nacional, e o periódico paulatinamente incorporou correspondentes em cidades estrangeiras, entre elas o Rio de Janeiro. Em 1899, a inauguração de sua nova sede na Avenida de Mayo, eixo monumental do centro de Buenos Aires que passava por um processo de alargamento e de modernização, consolidou sua inserção na vida pública por meios que transcendiam a veiculação de notícias impressas. *La Prensa* foi “o primeiro jornal cujo edifício foi construído pensando em seu uso público”,¹⁴¹ contando com vários espaços de livre acesso e salões para múltiplos usos. Eram oferecidos serviços diversos à população, entre eles uma concorrida biblioteca e consultórios médicos e jurídicos.

¹³⁹ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 34.

¹⁴⁰ Ver a apresentação da edição crítica com que se publicou, no Brasil, uma tradução feita diretamente da versão em Espanhol da conferência: PACHÁ, Sergio. Introdução. In: BARBOSA, Rui. *Os conceitos modernos do direito internacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1982, p. 1.

¹⁴¹ GÓMEZ, Hernán E.. Los diarios como espacios públicos. *La Prensa* en la vida social de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Intersecciones en Antropología*. Tandil, v. 9, 2008, p. 265.

Vista do Salão de festas de *La Prensa*, onde se realizavam as conferências do IPC. In: *Anales del Instituto Popular de Conferencias*. Cuarto Ciclo. Buenos Aires, t. IV, 1924.

Em julho de 1914, o IPC foi fundado, acrescentando uma nova dimensão à inserção pública de *La Prensa*, em um momento “de proliferação de instituições culturais e de difusão das conferências como eventos estruturadores do mundo intelectual”.¹⁴² O Instituto funcionou ininterruptamente por mais de três décadas, com sessões semanais realizadas entre maio e outubro, no luxuoso salão de atos públicos do jornal, que tinha capacidade para cerca de 400 pessoas. A intenção de atingir um público ampliado era potencializada pela veiculação de notícias sobre as conferências ou mesmo sua transcrição integral em *La Prensa* e, a partir dos anos 1920,¹⁴³ pela radiodifusão para toda a Argentina. O objetivo expresso da instituição era “contribuir para o estímulo e a disciplina da mentalidade nacional, cultivando altos ideais populares por meio de conferências públicas”. Os convidados eram nomes “cuja idoneidade e temas sejam aceitos previamente pelo Instituto”, que procederia “severamente, a fim de manter sua cátedra com a maior altura e dignidade”. As conferências se voltariam à “cultura geral, sem excluir algumas especiais destinadas a honrar o espírito e a inteligência da mulher”. Ficariam, porém, excluídas “questões militantes de política e de religião”.

¹⁴² GÓMEZ, Hernán E.. Los diarios como espacios públicos. *La Prensa* en la vida social de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Intersecciones en Antropología*. Tandil, v. 9, 2008, p. 267.

¹⁴³ A primeira emissão de rádio na Argentina se deu em 1920. Em 1922, estima-se que havia 2000 aparelhos receptores em todo país, cifra que, em meados dos anos 1930, havia saltado para cerca de 1,5 milhão. CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 88-89.

Determinava-se, ainda, que o Instituto honrasse “os viajantes eminentes que visitem o país, celebrando atos públicos” em sua homenagem e oferecendo a eles “sua tribuna para que deem conferências”.¹⁴⁴

Após ser saudado por Zeballos, colaborador de longa data de *La Prensa* e presidente do IPC, Rui Barbosa fez um discurso em sua língua materna, transitando por uma série de temas que diziam respeito à vida política dos dois países, à sua produção cultural e às relações que estabeleciam entre si. De maneira semelhante ao que fizera alguns dias mais cedo na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, o brasileiro começou recorrendo a um relato da história argentina, mas desta vez se centrou sobre a cidade de Buenos Aires, sua conturbada fundação e seu desenvolvimento exuberante nos últimos anos. Em diversos momentos, a argumentação de Barbosa deixava perceber como se debruçar sobre a trajetória do país que o acolhia era, ao mesmo tempo, uma forma de refletir sobre os problemas de sua nação de origem. Esse traço transparecia nos seus elogios à maneira com que haviam sido incorporados os imigrantes na Argentina e, sobretudo, em seu juízo acerca da então recente reforma eleitoral. Logo após uma denúncia das falhas no sistema representativo dos “países latino-americanos em geral”, a lei Sáenz Peña foi saudada como uma “lição” da Argentina às “repúblicas irmãs”, incitando-as à “observância da verdade republicana”. Barbosa prosseguiu enaltecendo a impressão que a nova regulamentação do sufrágio lhe havia causado: “Vi o povo argentino investido na posse total de si mesmo. Vi-o ensinando à maioria dos outros povos latino-americanos a ser livres. Vi-o glorificado neste ato de suprema reverência à sua constituição”.¹⁴⁵

A vinculação internacional, o papel da América no conflito mundial e a importância do direito para a manutenção da paz ocupariam, de maneira entrelaçada, a porção final da conferência. Na fala de saudação ao brasileiro, Zeballos havia proposto medidas de aproximação entre Argentina e Brasil. Rui Barbosa se referiu, em diversos momentos, ao discurso do anfitrião – uma seção inteira da publicação feita pela imprensa brasileira é dedicada ao elogio do colega argentino, que serve como ponto de partida para sustentar que não haveria inimizades entre Argentina e Brasil. Barbosa afirmou subscrever o programa de Zeballos, atribuindo à imprensa um papel crucial em sua concretização. Segundo o brasileiro, os jornais deveriam ministrar “aos dois povos, cotidianamente, os meios mais amplos de se

¹⁴⁴ *Fines del Instituto Popular de Conferencias*. Buenos Aires: G. Kraft, 1917, p. 3-6 (livreto enviado por Estanislao Zeballos a Oliveira Lima em fevereiro de 1918, como anexo a uma carta em que articulava uma conferência do segundo no Instituto, Oliveira Lima Library).

¹⁴⁵ Em Buenos Aires – Conferência do Embaixador Rui Barbosa. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1916, p. 3-4, grifos nossos.

conhecerem um ao outro” e utilizar “todas as ocasiões de avivar, de um para o outro, os sentimentos dessa fraternidade, que, traduzida em atos habituais, será, para ambos os Estados, a origem de benefícios incalculáveis”. Concordando com Zeballos, afirmou ser fundamental que se ultrapassasse o “vocabulário de cortesia mútua”, para entrar na “via positiva dos fatos”.¹⁴⁶ Ainda no mesmo dia da conferência, 20 de julho, Zeballos dirigiu uma carta a Barbosa, agradecendo-o por ter aceitado seu convite e afirmando que ele retornava ao Brasil como um “conquistador de almas”, sendo “mais que um filho”, “um benemérito de duas grandes nações, de duas grandes repúblicas federais, de duas colunas da civilização americana: do Brasil e da Argentina”.¹⁴⁷

Encaminhando-se para o fim da exposição no Instituto Popular de Conferencias, Rui Barbosa recorreu à autoridade de Elihu Root para reforçar os argumentos que expressara seis dias mais cedo na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Citando uma carta do ex-secretário de Estado norte-americano ao internacionalista argentino Luís María Drago, de que confessou só ter tomado conhecimento após aquela fala, o brasileiro passou a defender a importância do respeito ao direito internacional, não sem antes explicitar as amplas ambições de que havia investido a conferência anterior. Reivindicando o prestígio de que a instituição de ensino gozava, Barbosa afirmou que, ao se “dirigir da Faculdade de Direito à nação argentina”, tivera “a esperança de que, *pela sonoridade extraordinária da atmosfera na ocasião*, a minha voz pudesse chegar daqui ao resto do continente, e transpor o oceano” – em mais um sinal de que preparara deliberadamente a ressonância de tal discurso. Expressou, no mesmo sentido, a confiança de que, com o fim da guerra, “a lei das nações assomará, de novo, no horizonte como o sol depois de um cataclismo, e a humanidade reconstituirá o edifício da sua tranquilidade *sobre os alicerces de um direito garantido pela justiça internacional*”.¹⁴⁸

Nessa conjuntura em que o horizonte se abria a mudanças políticas, as reflexões sobre o papel social do conhecimento se intensificavam, a guerra em curso suscitava novas inflexões nos debates sobre os americanismos e viagens denotavam o interesse em estreitar os laços entre Argentina e Brasil, os advogados da capital platina se lançaram em um esforço de associação profissional. O Colegio de Abogados de Buenos Aires foi fundado em 1913, sob a liderança de nomes próximos à faculdade de direito sediada na mesma cidade, em cujas

¹⁴⁶ Em Buenos Aires – Conferência do Embaixador Rui Barbosa. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1916, p. 4.

¹⁴⁷ *Apud* REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Buenos Aires*. Cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969, p. 43.

¹⁴⁸ Em Buenos Aires – Conferência do Embaixador Rui Barbosa. *Gazeta de Notícias*. Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1916, p. 4, grifos nossos.

dependências o órgão funcionou inicialmente.¹⁴⁹ Seus primeiros estatutos, aprovados no ano seguinte, traçavam como objeto principal “fomentar e sustentar a retidão e a ilustração no exercício da advocacia e no decoro dos advogados”. O documento logo deixava claro, porém, que a nova agremiação profissional tinha aspirações culturais e políticas muito mais ambiciosas. Ao lado da afirmação de que se buscava, junto aos poderes públicos, garantir a aprovação de leis voltadas à regulamentação da advocacia, os estatutos determinavam que o Colegio estimulasse “a vinculação entre os advogados”, criasse uma biblioteca, promovesse “conferências, assembleias ou congressos científicos sobre questões jurídicas” e, quando requerido, emitisse pareceres “sobre assuntos de interesse público”.¹⁵⁰ Já em 1916, o Colegio enviaria uma delegação ao Congresso Americano de Ciências Sociais.¹⁵¹

O primeiro relatório de atividades, apresentado pelo diretório aos membros do CABA em dezembro de 1914, destacou a realização de “conversas periódicas de caráter jurídico entre os sócios, com regular número de assistentes, que evidenciaram sua conveniência para estreitar vínculos profissionais e orientar juízos sobre temas ou questões legais de atualidade”. Entre os temas cujo debate conjunto era considerado conveniente, estavam não apenas questões atinentes ao exercício profissional e às relações com outros setores da atividade jurídica, mas também “o estudo do progresso do direito, as publicações de jurisprudência e revistas; as conferências”.¹⁵² No relatório seguinte, afirmava-se que essas “conversas” haviam prosseguido, “com resultados satisfatórios”. Nelas, sustentava o documento, haviam sido “elucidadas algumas questões importantes” e preparados “vários projetos de lei”.¹⁵³

A atuação intelectual do CABA ganharia impulso com o estabelecimento de uma sede mais definitiva e prestigiosa. Após ter alugado provisoriamente algumas salas no centro de Buenos Aires, a organização de advogados se instalou em 1916 no prédio da Corte Suprema de Justicia de la Nación.¹⁵⁴ Ao relatar as atividades desenvolvidas entre novembro de 1916 e

¹⁴⁹ Note-se que uma instituição com propósitos semelhantes havia sido fundada em Buenos Aires em 1857, mas foi extinta em 1871. Os debates voltados ao restabelecimento de uma instância de representação da advocacia na capital argentina remontavam aos primeiros anos do século XX. Cf. LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005, p. 17-18; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. 94 años defendiendo la justicia, la ética y la libertad. Disponível em: <http://www.colabogados.org.ar/institucional/historia.php>. Acesso em 18/01/18.

¹⁵⁰ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatutos del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imp. Busnelli, Caldelas y Cia., 1914, p. 3.

¹⁵¹ *Memoria del Congreso Americano de Ciencias Sociales*. Reunido en Tucumán durante los días comprendidos entre el 5 y 10 de julio de 1916 con motivo del primer centenario de la Independencia Argentina. Buenos Aires: José Tragent, 1917, p. 54.

¹⁵² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos presentados por el directorio*. Buenos Aires: [n. ed.], [1914], p. 7, 9.

¹⁵³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos*. Correspondientes al ejercicio 1914-1915. Buenos Aires: Imp. Busnelli, Caldelas y Cia., 1915, p. 4.

¹⁵⁴ O CABA permaneceria nas instalações da Corte durante todo o período contemplado nesta pesquisa, somente

outubro de 1917, a direção do Colegio afirmou ter pensado ser oportuno, “como um ensaio, solicitar de distintos membros de foros estrangeiros que fizessem ouvir sua palavra [...] sobre questões práticas do direito”. O primeiro convidado foi John S. Gittings, advogado originário dos Estados Unidos “especializado no estudo das legislações Sul-Americanas, tendo percorrido várias de suas Repúblicas em missão de estudos”.¹⁵⁵

O segundo seria o brasileiro Afrânio de Melo Franco, elogiado não apenas por sua atuação na diplomacia, mas também por seus vínculos com o Instituto dos Advogados sediado no Rio de Janeiro. As sete décadas que separam a criação do IAB e a do CABA permitem conjecturar que ao menos parte da motivação para o empenho dos advogados argentinos em fortalecer seus contatos com colegas brasileiros teria derivado de uma busca por legitimação junto a um órgão análogo e mais estabelecido. Apesar desse descompasso temporal, uma impressionante semelhança conecta as duas instituições: suas atividades nunca se limitaram a assuntos estritamente profissionais. Seus membros frequentemente procuraram intervir – ou mesmo tomar a liderança – em controvérsias políticas e debates públicos os mais diversos. Nos anos seguintes, as trajetórias das duas associações voltariam a se cruzar em inúmeros momentos, oscilando segundo as circunstâncias, mas sempre marcadas pelo intuito de assegurar e fortalecer o papel dos advogados na vida pública.

se retirando em fins dos anos 1940, em função de conflitos com o governo peronista. O órgão ocupa, desde então, um prédio na Calle Montevideo, a poucos quarteirões da sede anterior. Ver LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005, p. 18-27.

¹⁵⁵ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 6.

PARTE I

CAMINHOS

Capítulo 1

Em busca do “intercâmbio jurídico-cultural”: instituições, viagens, congressos

Em sua edição de agosto de 1940, o boletim com que a União Pan-Americana divulgava suas atividades trouxe uma nota sobre a criação da Federação Interamericana de Advogados. Determinada no VIII Congresso Científico Americano, que se havia reunido em Washington em maio do mesmo ano, essa medida foi celebrada como a concretização de um “desejo antigo de juristas com orientação internacional¹ das nações americanas”. O estabelecimento de tal Federação, ainda segundo a nota, refletia uma busca “pela efetiva cooperação continental no campo do direito”.² Durante o congresso, os documentos constitutivos da agremiação de juristas das Américas permaneceram disponíveis para adesões, em uma versão em inglês e outra em espanhol. Entre os primeiros signatários, estavam o Instituto dos Advogados Brasileiros e a Federación Argentina de Colegios de Abogados.³

Representantes do sul do continente ganhavam destaque nos anos iniciais da Federação: o argentino J. Honorio Silgueira foi seu segundo presidente, e o brasileiro Edmundo de Miranda Jordão, o terceiro. Seria tentador interpretar essas escolhas como meros artifícios simbólicos, voltados à consecução da hegemonia norte-americana, vista como premente em uma conjuntura em que a Europa mergulhava em mais um conflito armado. Essa possibilidade se reforça à luz do fato de que um órgão que congregasse os advogados do continente fora cogitado desde, ao menos, os anos 1920, mas somente se concretizou em um momento estratégico e sob a tutela dos Estados Unidos. Os documentos internos da Federação⁴ sugerem que as presidências se alternavam, mas o poder decisório seguia concentrado em sua sede, estabelecida em solo estadunidense.

A presença de uma associação dedicada à advocacia em meio ao projeto pan-americano aponta, por outro lado, para certa proeminência dessa profissão e para a importância das dimensões internacionais dos debates jurídicos. É igualmente possível, nesse sentido, traçar correlações entre o relevo concedido à Argentina e ao Brasil e atividades que seus bacharéis em direito vinham há muito promovendo. A partir dos primeiros anos do século XX, multiplicaram-se as iniciativas de intercâmbio entre juristas dos dois países. Os graduados em direito se empenharam em intensificar os fluxos entre as duas margens do Prata

¹ No original, “internationally minded lawyers”.

² Inter-American Bar Association. *Bulletin of the Pan-American Union*. Washington, v. LXXIV, aug. 1940, p. 597.

³ INTER-AMERICAN Bar Association. Constitution, May 16, 1940. IABA Library.

⁴ Em especial as atas das reuniões do Comitê Executivo, disponíveis na biblioteca da instituição.

na busca por pensar sociedades que eles percebiam como crescente e perigosamente conflituosas, reconstruir seu lugar de letrados em um ambiente intelectual cada vez mais marcado pela afirmação da ciência e pela especialização, ao mesmo tempo em que procuravam estabelecer, consolidar ou ressignificar instâncias de representação profissional.

Compreender o papel que esses olhares cruzados desempenharam em projetos de intervenção na vida pública demandará um esforço cartográfico. Partindo da convicção de que ideias não circulam em abstrato, mas sempre por meio de relações sociais específicas e frequentemente articuladas a intenções determinadas,⁵ este capítulo busca identificar e reconstituir os principais momentos de contato entre os bacharéis em direito argentinos e brasileiros. Ao longo de tal percurso, argumentaremos que o interesse pelos debates jurídicos desenvolvidos do outro lado da fronteira se ligou, em muitos casos, a uma busca por respostas para os problemas nacionais. De maneira correlata, sustentaremos que os contatos com colegas estrangeiros foram frequentemente mobilizados como mecanismos de legitimação e de fortalecimento dentro do próprio país de origem.

Transitando por congressos, viagens, conferências públicas, esforços associativos, atividades institucionais, interações com as instâncias estatais, proporemos algumas subdivisões cronológicas. Essa perspectiva diacrônica permitirá perceber flutuações conjunturais e situar as ações dos juristas em meio a outros processos então em curso. Atentaremos, em especial, para como o perfil dos atores envolvidos nos intercâmbios entre Brasil e Argentina e os temas por eles privilegiados se transformaram ao longo do tempo. Será preciso levar em conta, ainda, as circunstâncias concretas das circulações, as possibilidades e os entraves que os meios técnicos e financeiros disponíveis impunham aos trânsitos de pessoas e ideias.

Ao longo do capítulo, analisaremos sobretudo os discursos pronunciados em cerimônias públicas que reuniram juristas dos dois países, pois eles permitem avaliar tanto os próprios eventos, quanto as intenções que guiaram sua realização. Essas falas nos auxiliam, ao mesmo tempo, a identificar certos rituais que se repetiam e mesmo a perceber como ocasiões anteriores de intercâmbio se transformavam em fontes de legitimidade para novos encontros. Também atentaremos para fontes institucionais, em especial do IAB, do CABA e da FACA, particularmente úteis para a compreensão do funcionamento dessas associações e para recuperarmos dados factuais sobre suas ações. Procuraremos, assim, avaliar as permanências

⁵ CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter. Editors' preface. In: CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*. Frankfurt am Main: Campus, 2004, p. 13.

e as discontinuidades dos diálogos que os bacharéis em direito estabeleceram, explicitando os projetos a que eles se vincularam, seus resultados efetivos, bem como alguns de seus limites.

Quanto ao último aspecto, será fundamental refletir sobre o peso relativo dos contatos com outros meridianos, mais precisamente com a Europa e os Estados Unidos. O impacto da guerra iniciada em 1914, a obsessão por pensar a nação e a preocupação em conhecer em bases objetivas as sociedades para nelas melhor intervir estimularam olhares para o interior da Ibero-América. Nesse processo, produções intelectuais de terras mais distantes – sobretudo as europeias – foram repetidamente denunciadas por sua suposta “inadequação à realidade nacional”. Essas censuras constituíram parte do impulso para a busca por pontos de referência tidos como geográfica, cultural e historicamente mais próximos. A persistente idealização de referenciais situados ao norte do Equador representou, contudo, uma constante ambiguidade dos contatos entre juristas brasileiros e argentinos. Ainda que tenha sido recorrentemente invocada em nome de projetos americanistas, a própria noção de que o direito deveria ser pensado em marcos não restritos às fronteiras nacionais contava, como vimos, com uma trajetória mais estendida no tempo e no espaço. Mantendo esse olhar abrangente do ponto de vista geográfico, retomemos nosso percurso, interrompido justamente no momento em que o Colegio de Abogados de Buenos Aires convidou o diplomata brasileiro Afrânio de Melo Franco para discursar em sua sede.

Seguindo os passos de diplomatas e políticos: esforços iniciais de aproximação entre o CABA e o IAB

É sintomático que tenha ocorrido em 1917 a primeira sessão pública com que o CABA procurou estreitar seus laços com colegas brasileiros. Os dois países viviam um momento de ebulição social, de fortalecimento e radicalização das lutas operárias, recebiam fortes vagas migratórias, promoviam alterações legislativas de relevo. A brutalidade do conflito em curso na Europa estimulava a emergência de novos sentidos para os olhares para o interior da América, renovando e intensificando a reflexão sobre os projetos americanistas e, ao mesmo tempo, avivando as inquietudes em torno da nação.⁶ As consequências econômicas da guerra também se mostravam cada vez mais dramáticas, inclusive em função de restrições

⁶ Ver COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa*. A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939). Rio de Janeiro: Rocco, 2014; FUNES, Patricia. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006. Para uma perspectiva mais geral sobre o impacto da guerra na América Latina e a participação dos países da região no conflito, consultar: RINKE, Stefan; KRIEGESMANN, Karina. Latin America. In: DANIEL, Ute *et. al.* (eds.). *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Berlim: Freie Universität, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10760>. Acesso em 18/02/2018.

comerciais impostas aos países neutros, condição em que a Argentina se manteria até o fim.⁷ O Brasil, por sua vez, envolveu-se oficialmente no conflito, rompendo relações diplomáticas com a Alemanha em abril, revogando sua neutralidade em junho e reconhecendo o estado de guerra contra o Império Alemão em outubro – o que suscitou uma série de debates no IAB sobre a situação jurídica dos súditos germânicos radicados no país.⁸ As notícias que chegavam do México desde 1910 e que, naquele mesmo ano, começariam a vir da Rússia alimentavam os temores de revoluções sociais. No caso argentino, esses temores se haviam fortalecido com a instauração do sufrágio universal masculino e a ascensão da UCR ao poder. No Brasil, os limites de uma República que se mostrava incapaz de assegurar o efetivo exercício democrático e seguia governada de maneira oligárquica e excludente se tornavam cada vez mais evidentes.

A presença de Franco no CABA constitui, por outro lado, um típico exemplo de como os contatos entre juristas sul-americanos se desenvolveram no final da década de 1910. Eles se articularam principalmente a partir das ações de bacharéis em direito que eram polígrafos por excelência, transitando entre diferentes domínios do conhecimento e ocupando postos políticos ou diplomáticos. Com grande frequência, os intercâmbios derivavam de circunstâncias que pouco tinham a ver, em princípio, com o direito: viagens com propósitos oficiais ou mesmo pessoais, atividades promovidas por sociedades literárias e pela imprensa, o fato de o Rio de Janeiro ser uma parada de rotas navais entre a Argentina e a Europa. Este aspecto prático dos deslocamentos seria objeto de comentários e ironias de juristas que viajaram entre os dois países, como o professor José León Suárez, que expressou em 1918 a satisfação de visitar o Brasil “especialmente e não de passagem para a Europa, como quase sempre fazem meus compatriotas”.⁹

As nomeações de membros honorários e correspondentes dos órgãos representativos da advocacia demonstravam igualmente a proximidade com os círculos diplomáticos e com os debates do direito internacional. Pouco após retornar de sua participação no II Congresso

⁷ Um balanço recente do impacto econômico e social do conflito na Argentina pode ser encontrado em SURIANO, Juan. *La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina. Estudios Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, jan-abr 2017, p. 93-114. Sobre o Brasil, consultar: FAGUNDES, Luciana. *Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial*. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em 18/02/2018.

⁸ Ver, por exemplo: INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 7ª sessão extraordinária, realizada em 31 de outubro de 1917; Ata da 8ª sessão extraordinária, realizada em 12 de novembro de 1917; Ata da 23ª sessão ordinária, realizada em 3 de outubro de 1918. Biblioteca IAB.

⁹ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 12.

Científico Pan-Americano e na primeira reunião formal do AAIL, Rodrigo Otávio foi um dos proponentes de que o IAB concedesse a primeira dessas distinções aos estadunidenses John Bassett Moore e James Brown Scott, bem como aos cubanos António Sánchez de Bustamante e Antonio González Perez. Com a exceção do último deles, todos haviam estado presentes no congresso reunido em Washington na passagem do ano de 1915 ao de 1916.¹⁰ Otávio era tido como um nome simpático à política externa do Barão do Rio Branco e, ao assumir a presidência do IAB em outubro de 1916, intensificaria os esforços de cooperação internacional da agremiação de advogados.¹¹

A visita de Afrânio de Melo Franco ao órgão representativo da advocacia da capital argentina fora articulada ainda em solo boliviano, por meio de uma mensagem telegráfica remetida a Fernando Saguier,¹² representante argentino no ato de posse presidencial que, em meio às indefinições dos posicionamentos dos países sul-americanos perante a Primeira Guerra Mundial, havia sido transformado em uma espécie de cúpula diplomática. Em seu relatório das atividades do exercício 1916-1917, a direção do CABA descreveu Franco como um “distinto advogado e homem público do Brasil”. No espaço do Colegio no Palacio de Justicia, estiveram presentes embaixadores e outros representantes diplomáticos, ministros da Suprema Corte, juízes de diferentes instâncias, professores universitários e membros do CABA, bem como a esposa de Melo Franco e “outras distintas damas da Embaixada e do Corpo diplomático”, que foram recebidas pelas “senhoras de vários membros da nossa Comissão Diretora e por nossa colega senhorita Doutora Celia Tapias”.¹³

A despeito desse tom pomposo e quase festivo, uma leitura atenta das peculiaridades da conferência de Afrânio de Melo Franco na Argentina mostra que ela foi estrategicamente concebida para estimular os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos em geral, e os órgãos representativos da advocacia em particular. Após descrever o ambiente social da fala de Franco, o mesmo relatório passava a enfatizar como o CABA vinha buscando fomentar relações com congêneres “do exterior e do interior do país”. No primeiro caso, destacavam-se

¹⁰ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 4ª sessão ordinária, realizada em 8 de junho de 1916. Biblioteca IAB; SWIGGETT, Glen Levin (ed.). *Proceedings of the Second Pan American Scientific Congress*. Washington: Government Printing Office, 1917, v. VII (Section VI: International Law, Public Law and Jurisprudence).

¹¹ Cf. GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 75

¹² A intervenção de Saguier é mencionada tanto por Franco, quanto pelo bibliotecário do CABA, Oscár Rodríguez Saráchaga, que redigiu uma nota de apresentação do brasileiro nas publicações feitas na Argentina. Ver FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant, 1917, p. 3-4.

¹³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 6-7.

a American Bar Association, o Instituto de Abogados de Santiago de Chile e o Instituto dos Advogados Brasileiros, órgãos com que o CABA mantinha intercâmbio de correspondência, livros e publicações.¹⁴ As atas das sessões do IAB registravam, de fato, comunicações anteriores com a associação de advogados portenhos, e logo consignariam elogios ao convite feito a Franco.¹⁵

Em um dos mais expressivos trechos de sua conferência, Franco procurou avaliar o impacto da “correlação do direito brasileiro e argentino”. Após elencar juristas argentinos que seriam amplamente conhecidos no Brasil, afirmar que a memória do ex-presidente Bartolomé Mitre era “tão venerada na Argentina como no Brasil” e destacar a influência que o brasileiro Augusto Teixeira de Freitas teria exercido sobre Dalmacio Vélez Sarsfield durante a redação do código civil promulgado na Argentina em 1869, ele afirmou:

Se o incomparável jurisconsulto pátrio – Teixeira de Freitas – deixou o seu gênio impresso nas páginas do vosso Código de direito privado, o legislador constituinte brasileiro, a seu turno, se inspirou, em grande parte, em vossa experiência política, em vossa prática constitucional e na lição dos fatos de vossa história, para lançar os fundamentos do nosso sistema e *levantar as colunas do grande edifício federativo, a cuja sombra o Brasil tem visto desenvolver-se o vertiginoso progresso dos últimos 25 anos*.

Entretanto, quer no vosso Código de direito privado, quer em nossa Constituição Federal, *reservamo-nos o cunho peculiar de ambas as nacionalidades, fazendo um trabalho inteligente, que honra as duas Pátrias, e não uma adaptação inconsciente e servil*.¹⁶

Essa passagem deixa claro como, na atuação de Franco, os compromissos com o Estado republicano de quem viajara como representante oficial se entrelaçavam com a defesa de uma vinculação internacional de viés propriamente jurídico. Mais do que isso, o grande mérito das apropriações legislativas recíprocas entre Brasil e Argentina teria sido, em sua visão, o respeito às peculiaridades nacionais, sugerindo uma complementaridade entre dinâmicas locais e aquelas que ultrapassam fronteiras. De forma semelhante ao que, no ano anterior, haviam feito Rui Barbosa e Estanislao Zeballos, Afrânio de Melo Franco defendeu a importância da “interpenetração de ideias nos povos americanos”. Os governantes deveriam estimular o conhecimento recíproco, “sem que lhes seja necessário forçar as condições, pois

¹⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 6-7.

¹⁵ “Usou da palavra o Dr. Nilo de Vasconcelos, propondo que o Instituto se manifestasse por telegrama, agradecendo a gentileza do Colegio dos Advogados [sic] de Buenos Aires, que convidou o Dr. Afranio de Melo Franco, membro correspondente do Instituto, para fazer uma conferência. O Snr. Presidente declara que [...] o Instituto está atualmente em ativa correspondência com o Instituto Argentino [...]”. A proposta foi aprovada unanimemente. INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 10ª sessão ordinária, realizada em 30 de agosto de 1917. Biblioteca IAB.

¹⁶ FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprensa de José Tragant, 1917, p. 8, grifos nossos.

que tais fatores são naturais no meio americano”. Encaminhando-se para o fim de uma fala que recorria reiteradamente à tópica que opunha o pacifismo americano ao belicismo europeu, Franco expressou o desejo de que também resultassem dessas aproximações medidas de unificação legislativa: “sonhemos com a unidade do direito americano, pela organização de Códigos comuns a todas as nações da América”.¹⁷

Alguns meses mais tarde, a Argentina passaria por uma movimentação política e intelectual de grandes proporções, que logo ecoaria por outros territórios e teria impactos nos projetos de vinculação continental. Na esteira de polêmicas que remontavam à década de 1880 e tendo como estopim uma greve convocada por estudantes da Universidad de Córdoba em março de 1918, espalhou-se pelo país um movimento de reformulação do ensino superior que ficaria conhecido como Reforma Universitária. As reivindicações estudantis, crescentemente radicalizadas, centravam-se em temas como a participação nos órgãos de representação universitária, alterações nos planos de estudos, melhorias na qualidade das aulas e o incremento do caráter científico das atividades desenvolvidas. Enrique Martínez Paz, professor da faculdade de direito de Córdoba, estava entre os que já vinham, nos anos anteriores, propondo mudanças nas formas de tomada de decisão no âmbito universitário e buscando estimular a pesquisa. Em abril de 1918, o também jurista José Nicolás Matienzo, professor em Buenos Aires e em La Plata, foi nomeado interventor na Universidad de Córdoba, adotando medidas que atendiam em grau moderado às reivindicações dos estudantes. Após a intervenção, Martínez Paz se tornou o candidato de preferência dos discentes nas eleições para reitor. Sua derrota em um conturbado sufrágio constituiu uma das motivações para que se redigisse o “Manifiesto liminar”, publicado em 21 de junho e considerado um dos documentos fundacionais do movimento de Reforma Universitária. Em setembro, em meio a uma ocupação estudantil das dependências da instituição de ensino superior cordobesa, o ministro da justiça e instrução pública, José S. Salinas, foi nomeado como novo interventor. Sob seu comando, modificaram-se no mês seguinte os estatutos da universidade, que passaram a consagrar a participação estudantil nos órgãos de comando, a autonomia universitária e a possibilidade de admissão de docentes livres.¹⁸

A Reforma Universitária se espalhou por outras instituições argentinas e estrangeiras, desempenhando um papel crucial na articulação de redes latino-americanas. O “Manifiesto liminar” se abria explicitamente ao continente, sendo endereçado aos “homens livres da

¹⁷ In: FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant, 1917, p. 4.

¹⁸ Cf. BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros?* La Reforma Universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, em especial p. 71-112.

América do Sul” e afirmando que “estamos pisando sobre uma revolução, estamos vivendo uma hora americana”.¹⁹ Como bem assinalaram Bergel e Martínez Mezzola, essas referências à América constituíam, ao mesmo tempo, uma descrição e uma prescrição, uma constatação de vinculações já existentes e uma aposta no futuro. Os atores envolvidos na Reforma Universitária ou simpáticos a ela se engajariam, nos anos seguintes, em uma série de práticas que trariam materialidade à ideia de América Latina, conferindo “sustento efetivo à imaginação de um espaço continental”. A edição de revistas de escopo transnacional, a troca de correspondências e o desenvolvimento de uma cultura de viagem latino-americana seriam os principais mecanismos desses esforços.²⁰ O “Manifiesto Liminar” também expressava uma valorização da juventude, endossando uma crença no papel dos jovens na reforma social e na promoção da modernidade que se difundia em meio a diversos projetos políticos, potencializada pela consciência dramática das perdas humanas ocasionadas pela guerra.²¹

Ainda que muitos dos comentários feitos por juristas a respeito da Reforma Universitária tenham sido negativos, não se pode negligenciar o impacto que as transformações no ensino superior argentino tiveram sobre os intercâmbios entre bacharéis em direito, nem a participação destes em formas de sociabilidade análogas às que deram sustento às redes reformistas – mesmo que, frequentemente, os juristas transitassem por campos políticos opostos. Na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires, tradicional centro de formação das elites dirigentes argentinas, o movimento deu ensejo a acalorados debates, que opunham leituras à esquerda e à direita dos intuitos reformistas. Nesse processo, as relações do direito com a sociedade, a atuação que se esperava dos egressos da instituição de ensino superior e a própria natureza do conhecimento jurídico foram postas à prova.²²

Diversas iniciativas para promover conferências de brasileiros em universidades argentinas, e vice-versa, podem ser encontradas no ano de 1918. Não nos parece casual, assim, a coincidência temporal entre as manifestações estudantis em Córdoba, as conferências que o jurista e diplomata brasileiro Hélio Lobo realizou entre junho e julho de 1918 em

¹⁹ BARROS, Enrique F. *et. al.* Manifiesto liminar. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em 17/02/2018.

²⁰ BERGEL, Martín; MARTÍNEZ MAZZOLA, Ricardo. América Latina como practica. Modos de sociabilidad intelectual de los reformistas universitarios (1918-1930). In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 120-121.

²¹ Ver: CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 74-78; RINKE, Stefan; KRIEGESMANN, Karina. Latin America. In: DANIEL, Ute *et. al.* (eds.). *1914-1918-online. International Encyclopedia of the First World War*. Berlim: Freie Universität, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10760>. Acesso em 18/02/2018.

²² Um esclarecedor panorama dessas disputas pode ser encontrado em: BUSTELO, Natalia. Derecho, extensión universitaria y revolución social. La Reforma Universitaria en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (1918-1930). *Revista Conflicto Social*. v. 9, n. 16, jul-dez 2016, p. 60-90.

Montevidéu e Buenos Aires e o título escolhido para sua publicação em livro: *Aos estudantes do Rio da Prata*. As palavras de encerramento do ciclo de quatro palestras que Lobo proferiu entre 15 e 27 de junho na Facultad de Derecho da última dessas universidades continham uma grande exaltação da “mocidade argentina”.²³

Nascido em 1883, Lobo era, ele próprio, um conferencista relativamente jovem, mas já contava com uma trajetória significativa em círculos políticos e diplomáticos, tendo publicado obras sobre a história das relações exteriores nas Américas “de Monroe a Rio Branco”, os antecedentes da guerra contra o Paraguai e os princípios de neutralidade adotados pelo Brasil. Atuou como secretário da reunião da Comissão de Jurisconsultos do Rio de Janeiro em 1912, e ocupava o cargo equivalente na Presidência da República quando viajou à Argentina e ao Uruguai. Foi membro do AILL, fundador da Sociedade Brasileira de Direito Internacional (SBDI) e membro de sua congênere argentina.²⁴ A carta que, embarcado para a missão, enviara a Egberto Penido e que, sob o título “Viajando para o Prata”, foi publicada como um prelúdio às conferências nos permite apreender algumas das principais questões que perpassaram a viagem. Na justificativa da missão de Lobo, o alinhamento aos Estados Unidos e a reverência a seus centros universitários, a aproximação com os países platinos e a afirmação do lugar do Brasil na defesa do direito se entrelaçavam:

E assim, sob a acolhida fidalga da bandeira americana, e levado por um dos seus mais belos vasos de guerra, vou, no meu nada, discorrer do direito aos moços do Uruguai e da Argentina. *Uma coincidência rara une assim os nossos dois países, velhos e poderosos amigos, para facilitar a mim, na capital de dois outros, não menos unidos, uma missão de fraternidade e de paz. Com o mesmo orgulho com que me viu você falar em Harvard e Columbia, discorrerei em Montevidéu e Buenos Aires sobre as tradições do liberalismo do Brasil. Do eclipse em que se esvai surgirá ainda mais formosa a lei das nações.* Não há senão uma coisa que liga fundamentalmente os povos, e esta é o *culto dos direitos próprios com o maior respeito dos alheios*. Nisso tem sido a América incomparável. E com especial desvelo o vem praticando o Brasil, cujos anais são de uma nobreza sem jaça, e para o qual a moral internacional é o maior bem que jamais os homens conheceram.²⁵

Em Montevidéu, Hélio Lobo falou sobre o papel do Uruguai, do Brasil e da América em geral na guerra, enquanto na Argentina ele se voltaria a temas de história, sobretudo diplomática. Discursou sobre os heróis da independência San Martín e Belgrano no Círculo

²³ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 167-170.

²⁴ Lobo, Hélio. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20H%C3%A9lio.pdf>. Acesso em 18/02/2018.

²⁵ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. XI, grifos nossos. Obra consultada na Biblioteca Oliveira Lima, contendo uma carta do autor oferecendo a obra a Lima.

Militar Argentino e sobre diplomatas e cónsules ilustres no Ateneo Hispano-Americano. As quatro conferências aos estudantes de direito da UBA apresentavam um sobrevoo pela história da diplomacia brasileira, dando particular destaque a seus laços com a Argentina. O brasileiro foi saudado por Eduardo L. Bidau, professor da casa, que afirmou logo de partida estar sob a “grata impressão das conferências de Ciro de Azevedo,²⁶ diplomata e homem de letras, na Facultad de Filosofía, quando chega outro distinto escritor brasileiro, bem conhecido em Buenos Aires, pessoalmente e por suas obras”. O assunto do ciclo de palestras de Lobo foi enunciado por Bidau como “a diplomacia de seu país, em suas relações com a Argentina”, o que traria uma “valiosa contribuição, indiretamente, à nossa própria história diplomática”.²⁷ Mais uma vez, percebe-se como olhar para o outro lado da fronteira era, também, uma forma de pensar a nação.

Em uma narrativa consonante com os discursos oficiais do Itamaraty, Lobo sustentou reiteradamente o caráter pacifista e liberal da política externa brasileira, o que seria confirmado pelo compromisso do país com a resolução dos conflitos por meio da arbitragem e com o respeito aos tratados. Ele procurou, a todo tempo, afirmar serem infundadas as desconfianças que marcaram as relações das Repúblicas hispano-americanas com o Brasil ao longo do século XIX e sustentar a aproximação entre Argentina e Brasil. Em meio a esse esforço, Hélio Lobo justificou a recusa do governo imperial em participar das “ligas e confederações de caráter político e defensivo, tão comuns na infância da democracia sul-americana”. Após reivindicar o alinhamento do Brasil à Doutrina Monroe como um motivo de orgulho nacional, refletiu sobre “a unidade da América”, sustentando que ela se deveria fundar em um sentido prático. Afirmou, assim, que “as nações americanas não careciam ceder de suas atribuições de soberania em bem de uma unidade platônica, que jamais existiria”, mas sim “rotear as terras virgens, abri-las para a civilização, acabar com as querelas mesquinhas, as restrições de vizinho para vizinho, num grande ideal de progresso e trabalho”. Em seguida,

²⁶ Então enviado extraordinário e ministro plenipotenciário do Brasil em Montevideu, Azevedo realizou, além do ciclo de conferências referido por Bidau, sobre literatura brasileira, na Facultad de Filosofía, uma palestra sobre temas de direito internacional. Esta ocorreu na véspera de uma das falas de Lobo (24 de junho de 1918), a convite do Centro de Estudiantes de Derecho. Ver AZEVEDO, Ciro de. Ensayo sobre la evolución y la sanción del derecho internacional. *Revista Americana*. Rio de Janeiro, nov. 1918, p. 163-172.

²⁷ In: LOBO, Hélio. Historia diplomática y derecho internacional en el Brasil. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XVIII, 1918, p. 5-6. Citamos as conferências a partir do livro editado no Brasil, e não dessa publicação feita na Argentina, porque o primeiro permite avaliar a missão de Lobo como um todo. Não encontramos diferenças significativas entre o texto em Espanhol e o em Português, exceto pelos títulos de algumas subdivisões. A alteração mais reveladora é a substituição do “Ave Argentina!” que encabeça a última parte da quarta conferência por “Ejemplo para América y motivo de orgullo para la civilización”.

exaltou o papel do Barão do Rio Branco, que teria, “por atos e palavras”, demonstrado “quanto lhe merecia a harmonia deste continente”.²⁸

De forma semelhante ao que fizera Rui Barbosa na mesma faculdade dois anos mais cedo (antecedente que o próprio orador se preocupou em recuperar), Lobo deu grande ênfase às reflexões sobre o lugar da América nas batalhas que se encaminhavam para seu fim nos territórios europeus. Numa interessante manobra argumentativa, o brasileiro associou a condenação da “guerra universal de hoje, com seu cortejo de calamidades e práticas mortais,” a uma interpretação da Guerra da Tríplice Aliança que atribuía inteira responsabilidade pelo conflito ao Paraguai. Afirmou, assim, a proximidade das duas conflagrações, sobretudo pela maneira com que demonstravam “como a mão sinistra de um homem pode dispor de toda uma nação, fadando-a resignada e estoicamente ao aniquilamento. Guilherme II e Solano López, guardadas as proporções, assemelham-se”. Mais à frente, elogiou a opção do Brasil pela arbitragem, procedimento que “substitui a guerra pela sentença, o canhão pelo regime da concórdia entre homens”. “Tivesse prevalecido quando os rumores da peleja ameaçaram na Europa a paz geral”, prosseguiu ele, “e não se esvairia o mundo nessa caudal de sangue que o afoga, entre horrores, há quase quatro anos”.²⁹ Percebe-se, outra vez, como a guerra em curso tornava os temas do direito internacional prementes e fazia da reafirmação dos seus princípios uma preocupação central dos juristas.

Para prosseguir na afirmação do compromisso brasileiro com a vigência do direito internacional, Lobo recorreu a um relatório apresentado ao AILL, em que se listavam os tratados assinados pelo país. Recuperou, em seguida, a experiência da Segunda Conferência Internacional da Paz, reunida em Haia em 1907, onde o Brasil teria agido “de acordo com suas tradições mais caras” ao defender o arbitramento obrigatório e a igualdade política entre as nações. Mais à frente, traçou um quadro de sua própria nacionalidade que em tudo contrastava com a violência desencadeada na Europa: “País livre e pacífico, aberto a todas as iniciativas generosas, com uma cultura jurídica das mais completas, o Brasil não era, na ordem exterior, senão o espelho da interior, isto é, o culto da ordem, da liberdade, do direito e da justiça”. Essa imagem de um país pacífico era reforçada pela afirmação da hospitalidade com que o Brasil teria acolhido os visitantes argentinos. Quase ao fim do ciclo de

²⁸ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 140-143.

²⁹ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 151-157; a referência a Rui Barbosa se encontra na p. 166.

conferências, Lobo arrematava a argumentação exaltando os destinos comuns dos dois países, que fariam deles “irmãos inseparáveis”.³⁰

Ainda em 1918, Hélio Lobo se envolveria na promoção da ida de uma “missão universitária argentina” ao Brasil. Acompanhado de quatro estudantes, José León Suárez, professor de direito internacional da Universidad de Buenos Aires, visitou, entre agosto e outubro, uma série de centros da vida intelectual brasileira. A iniciativa tinha como antecedente a visita de um grupo argentino de estudantes de medicina ao Rio de Janeiro em 1917, que contou com significativa repercussão e, no ano seguinte, resultou em uma viagem de retribuição de médicos brasileiros a Buenos Aires.³¹ O convite a Suárez fora estendido em abril de 1918 por Sá Vianna, na crença de que a viagem constituiria “um meio eficaz para fortalecer a velha e nunca duvidosa amizade entre as duas maiores Repúblicas da América do Sul”. O chamado foi reforçado por uma carta posterior de Lobo.³² Antes de deixar Buenos Aires, Suárez recebeu a incumbência de representar o CABA durante sua passagem pelo Brasil.³³

O docente argentino realizou conferências em faculdades de direito no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Belo Horizonte, no IAB e no IHGB, bem como nos respectivos congêneres dessas duas instituições no estado de São Paulo. Entre suas falas públicas, estava uma série de sete conferências sobre o “general Mitre e as relações diplomáticas sul-americanas”, assim como debates sobre a Doutrina Monroe e questões do direito internacional. Na Sociedade Nacional de Agricultura, no Rio de Janeiro, o argentino discursou sobre indústria agrícola e pecuária e a conveniência da solidariedade econômica entre Argentina e Brasil. Foi recebido em uma sessão solene da SBDI, realizada na Biblioteca Nacional, e em outra da Academia de Comércio do Rio de Janeiro. Em uma parada de seu trajeto de regresso, Suárez resumiu em Montevideú algumas das conferências e realizou novos discursos. O volume organizado ainda em 1918 no intuito de perpetuar e amplificar a divulgação das atividades da viagem registra, também, as recepções de que Suárez foi alvo,

³⁰ LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918, p. 159-167.

³¹ Ver ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. v. 13, n. 3, jul.-set. 2006, p. 746-747; DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle*. Les voies/x de l’Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946). Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História), p. 424-426.

³² SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918 (trecho da carta de Sá Vianna na p. 11).

³³ Sección para el Colegio de Abogados – Algunas gestiones realizadas durante el mes de agosto de 1918. *Revista Argentina de Ciencias Políticas*. Buenos Aires, t. XVII, jul.1918-mar.1919, p. 127.

incluindo uma homenagem patrocinada pelo ministro plenipotenciário brasileiro após a chegada a Buenos Aires.³⁴

A conferência que abria o livro, proferida na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro em 19 de agosto, tratava dos laços entre Brasil e Argentina “em meio à tragédia universal e na aurora de um novo direito internacional”. Ecoando uma inflexão americanista que, no cenário de guerra europeia, difundia-se por círculos de debate os mais diversos, José León Suárez expressou a confiança em que o sacrifício por que a humanidade passava representaria uma possibilidade de renovação, uma aurora cujos raios poderiam “iluminar, para o bem da América e do mundo, a confraternidade inabalável dos povos brasileiro e argentino”. Ele elogiou a “ideia cardinal do Brasil, previsora e precursora, de fundamentar as boas amizades não apenas entre os órgãos oficiais, forçosamente abstratos e convencionais do Estado, que é, por sua natureza, uma abstração jurídica, mas sim pelo cultivo de relações intelectuais e sociais”. Essa vinculação internacional por meio da cultura e do trânsito de pessoas estaria “destinada a resultados mais sólidos e fecundos que os alcançados até agora” pela diplomacia, “porque, à medida que se faz efetiva no mundo a soberania popular, vai-se impondo nas relações internas, ao lado da oficial, a diplomacia dos povos, destinada a inspirar cada vez mais a diplomacia dos governos”.³⁵

Essa passagem mostra como, embora o direito internacional fosse o tema predominante das exposições de Suárez, ele estava preocupado em tornar os intercâmbios menos dependentes de ações oficiais. Esse esforço foi reafirmado em outra chave mais à frente, quando o argentino enfatizou que fora “convidado como *professor*”, tendo como único propósito apoiar a política de aproximação entre Argentina e Brasil. De forma semelhante ao que havia feito Melo Franco no ano anterior, Suárez elencou diplomatas e juristas brasileiros conhecidos e reconhecidos em seu país. O professor argentino comentou, em especial, o impacto que haviam tido na Argentina as então recentes visitas de Rui Barbosa, Sá Vianna, Ciro de Azevedo e Hélio Lobo. Não se furtou, contudo, a aproximações com a diplomacia: teceu elogios à política do então ministro das relações exteriores da nação que o acolhia, Nilo Peçanha, tendo inclusive dedicado a ele a publicação que registrou suas atividades no Brasil. De maneira próxima ao discurso oficial brasileiro, elogiou o caráter pacífico das relações exteriores desse país e a orientação clara de suas políticas na área.³⁶

³⁴ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918.

³⁵ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 9-11.

³⁶ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta

José León Suárez se voltou, então, à guerra, arriscando-se a afirmar que a opinião pública sobre o tema na Argentina era semelhante à que prevalecia no Brasil, favorável aos Aliados. “Se a situação das relações oficiais não é a mesma”, prosseguiu ele, “isso se deve muito mais ao curso das circunstâncias que a um propósito deliberado de governo”. Justificou parcialmente a permanência da neutralidade argentina pelo fato de a presidência de Yrigoyen se ter iniciado “depois de transcorridos mais de dois anos de guerra” e por se tratar de “um governo tão distinto dos anteriores como podem sê-lo [...] dois governos dentro do mesmo regime constitucional de um país”. Em tom elogioso, comentou as transformações operadas com a chegada da UCR ao poder. A Argentina viveria um momento fundamental de “transição política e até de transição social”, de modo que o ambiente não seria propício para grandes mudanças na política exterior. Assim como fizera Rui Barbosa na Argentina dois anos mais cedo, José León Suárez sustentou a existência de “interesses solidários internacionais”, o que tornava “indiretamente partes no conflito os Estados que não são agressores nem agredidos”. Mais à frente, afirmou que a “catástrofe” da guerra não era “uma negação do progresso e da civilização, precisamente porque em nome do progresso e da civilização a condenam e execram todos os espíritos”.³⁷

Em consonância com esse posicionamento, o professor argentino afirmou acreditar que o direito internacional sairia “deste enorme incêndio, como o Fênix mitológico, purificado e renovado em sua compreensão e na maneira de aplicá-lo”. Essa revivescência da regulamentação jurídica dos laços entre as nações permitiria, na concepção de Suárez, que a “ideia da pátria” se humanizasse, fazendo-se “mais digna e elevada, sugerindo, no cidadão, ideias continentais e universais, complementares”. Tal movimento de coexistência entre patriotismo e internacionalismo seria “a meta de um ideal jurídico que, por meios e fins contraditórios ao Marxismo, realizará os maiores desejos de justiça social”.³⁸

Além de revelar inclinações políticas de José León Suárez, a enunciação desse ideal harmônico e favorável à promoção de reformas sociais que não representassem transformações profundas contrastava com certas hostilidades com que sua viagem ao Brasil seria recebida, tanto em seu país de origem,³⁹ quanto naquele que visitava.⁴⁰ A permanência

Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 16-19; 31-35, grifos do autor.

³⁷ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 20-28, grifos do autor.

³⁸ SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 36-37.

³⁹ *La Prensa* publicou, em 25 de agosto de 1918, um artigo em que questionava a legitimidade da “missão universitária”, bem como juízos pouco simpáticos ao Paraguai que teriam sido expressos na fala de Suárez no IAB e nas conferências que, pouco antes, Hélio Lobo fizera em Buenos Aires. Em reação, Suárez denunciou a má-fé do jornal e procurou comprovar o reconhecimento de sua viagem. Ver a transcrição do artigo, os

de Suárez em solo brasileiro teria, de qualquer maneira, repercussões importantes, sendo recuperada como um antecedente da vinculação entre juristas brasileiros e argentinos em diversos momentos. Antes mesmo de chegar ao Brasil, o professor da UBA fora eleito membro correspondente do IAB.⁴¹ Logo após a conferência de Suárez em suas dependências, o IAB elegeu o então presidente do CABA, Pedro Olachea y Alcorta, como seu membro honorário,⁴² muito provavelmente em função da incumbência de representar a agremiação de advogados portenhos que o professor da UBA recebera. O Conde de Afonso Celso, então diretor da Faculdade Livre de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, comunicou à sua congênere em Buenos Aires que a instituição elegera José León Suárez como professor honorário, de modo a manifestar a adesão da faculdade à “política de aproximação intelectual do Brasil e da República Argentina”.⁴³ Uma década mais tarde, Suárez defenderia a importância de integrar o português como um dos idiomas possíveis para os exames de ingresso no curso de direito da Universidad de Buenos Aires.⁴⁴

De natureza um tanto distinta, mas igualmente reveladora da preponderância da diplomacia, da política e do direito internacional nos intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos no final da década de 1910, foi a viagem de Manoel de Oliveira Lima à Argentina. Inicialmente prevista para durar três meses, a estadia no país platino se estendeu por quase sete,⁴⁵ entre meados de 1918 e o início de 1919. Oliveira Lima, naquele momento já um

comentários de Suárez e os documentos coligidos em: SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 432-444.

⁴⁰ Na sessão ordinária realizada pelo IAB em 22 de agosto de 1918, Pinto Lima pediu a palavra para criticar o discurso que Rodrigo Otávio fizera ao recepcionar José León Suárez. As atas não registram, infelizmente, o teor do protesto. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 17ª sessão ordinária, realizada em 22 de agosto de 1918. Biblioteca IAB.

⁴¹ Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 15ª sessão ordinária, realizada em 8 de agosto de 1918. Biblioteca IAB.

⁴² INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 18ª sessão ordinária, realizada em 29 de agosto de 1918. Biblioteca IAB. A mesma ata registra um agradecimento de José León Suárez por sua eleição como membro correspondente do Instituto.

⁴³ Misión universitaria del doctor J. L. Suárez. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 666-667.

⁴⁴ “[...] dever-se-ia também agregar o Português, idioma que é o órgão de expressão de mais de cinquenta milhões de habitantes, a maioria deles vizinhos nossos e destinados a ter cada vez maiores relações importantes de todo gênero conosco. O idioma Português tem uma literatura apreciável, deu ao mundo o mais universal poema e possui uma literatura jurídica muito estimável para nós”. SUÁREZ, José León. Exámenes de ingreso en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales – Nota sobre examen de idiomas. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 2, mar-abr 1929, p. 200.

⁴⁵ Cf. carta que, recém-chegado da Argentina, Oliveira Lima dirigiu ao seu então jovem conterrâneo Gilberto Freyre, citada em: BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima. Impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). *Pensar al otro / pensar la nación*. Intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 132-133. Baseamos igualmente em tal trabalho para algumas das observações gerais sobre a viagem e para informações biográficas sobre Oliveira Lima. É importante destacar que, embora Oliveira Lima fosse formado em letras e não em direito, ele circulou pelos meios jurídicos e teve uma importante atuação em seu âmbito, tendo, inclusive, lecionado direito internacional na CUA. Como se verá logo a seguir, foi com juristas que ele estabeleceu as

veterano político, diplomata, historiador e literato brasileiro, era conhecido por seu gosto pela polêmica, bem como por expressar posicionamentos de maneira contundente, não se constringendo em os alterar ao longo do tempo. Originário de Pernambuco, serviu em postos diplomáticos estratégicos, como Londres, Berlim e Washington. Aposentou-se do Itamaraty em 1913, em meio a conflitos decorrentes dos embates que tivera, ao longo da carreira, com o Barão do Rio Branco. Entre outubro e novembro de 1912, percorrera os Estados Unidos, proferindo uma série de conferências em algumas das mais prestigiosas universidades do país. Foi professor visitante de Harvard de 1915 a 1916 e se mudou definitivamente para a capital estadunidense em 1920. Lecionou na Catholic University of America (CUA) até o seu falecimento, em março de 1928. De Washington, tornou-se colaborador regular do jornal *La Prensa*. Ao retornar da Argentina, publicou um livro com suas impressões do país,⁴⁶ que foi logo traduzido para o Espanhol.⁴⁷

Os preparativos da viagem serviram de pretexto para que se intensificassem os laços de Oliveira Lima com Estanislao Zeballos, com quem ele já se correspondia desde, ao menos, 1912.⁴⁸ O argentino atuou como um verdadeiro mediador da estadia do colega brasileiro em seu país. Desde a época ideal para o início da visita, até a articulação de conferências, passando pelas pessoas da sociedade e da intelectualidade argentina com quem Oliveira Lima se deveria reunir:⁴⁹ tudo era objeto do olhar atento de Zeballos. Pela correspondência entre ambos, também percebemos que a viagem havia sido inicialmente prevista para 1915. Já em setembro de 1913, Zeballos prometia ocupar-se “com a devida antecedência dos pontos de vista que lhe interessam” e assegurava que Oliveira Lima contaria com sua “mais decidida cooperação e que talvez não seja esta tão estéril”.⁵⁰ Em outras missivas, o argentino sugeria a

interações mais significativas durante sua permanência na Argentina.

⁴⁶ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920.

⁴⁷ LIMA, Oliveira. *En la Argentina (Impresiones de 1918-19)*. Montevideu: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920.

⁴⁸ A primeira mensagem de Zeballos a Oliveira Lima disponível no arquivo deste data dos primeiros dias de 1913 e responde a uma carta de dezembro do ano anterior. Ver: ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 8 de janeiro de 1913, Oliveira Lima Library. Infelizmente, não foi possível, no curso desta pesquisa, consultar as cartas enviadas por Oliveira Lima a Zeballos. Tampouco se pode afirmar categoricamente que se trata da primeira comunicação entre ambos, tanto porque cartas anteriores podem ter-se perdido, quanto pelo fato de o arquivo de Oliveira Lima não estar completamente organizado nem catalogado.

⁴⁹ Ver, entre outras, as seguintes correspondências: ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 5 de janeiro de 1918; 13 de fevereiro de 1918; 22 de abril de 1918; 1º de agosto de 1918, Oliveira Lima Library.

⁵⁰ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 26 de setembro de 1913, Oliveira Lima Library. Não encontramos justificativas para o adiamento da viagem, mas é provável que ele tenha ocorrido em função da eclosão da guerra ou de problemas de saúde de Oliveira Lima.

possibilidade de que as falas públicas do diplomata aposentado fossem recompensadas pecuniariamente, de modo a contribuir para o financiamento da estadia.⁵¹

Detalhe de mapa remetido por Estanislao Zeballos a Manoel de Oliveira Lima, anexo a uma carta datada de 6 de agosto de 1918, Oliveira Lima Library. Na descrição contida na carta, Zeballos sugeria um roteiro em três partes: 1) uma viagem de trem passando por Rosário, Córdoba, Tucumán, Santa Fé, Paraná, Concepción del Uruguay (em cujas proximidades destacou o “palácio feudal do General Urquiza”), Posadas e, já no Paraguai, Encarnación e Assunção; 2) da capital paraguaia, Oliveira Lima deveria retornar a Buenos Aires de barco, pelos rios Paraguai e Paraná; 3) por fim, o brasileiro viajaria ao Chile, com uma parada em Mendoza, a que se seguiria a travessia da Cordilheira dos Andes; Zeballos sugeria a visita às cidades chilenas de Santiago e Valdivia e, no regresso a Buenos Aires, ao lago Nahuel Huapi e às cidades de Neuquén e Bahía Blanca.⁵²

Quando, após uma primeira temporada em Buenos Aires, Oliveira Lima decidiu percorrer alguns dos principais centros das províncias argentinas, Zeballos lhe sugeriu um roteiro, que incluía também o Paraguai e o Chile. Ele listou, ainda, intelectuais e políticos com quem o brasileiro se deveria reunir em cada cidade. Ao longo da viagem, Zeballos continuou

⁵¹ ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 13 de outubro de 1913; 20 de maio de 1918, Oliveira Lima Library. Não foi possível averiguar se tal remuneração efetivamente ocorreu.

⁵² Não foi possível estabelecer ao certo se Oliveira Lima efetivamente cumpriu todo o roteiro. Seu relato da viagem não discute a visita a países além da Argentina, mas está repleto de referências a passagens pelo interior do país, em especial por Rosário, Córdoba e Tucumán. É possível que o trajeto tenha sido alterado em função de greves, comentadas em: ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 4 de setembro de 1918, Oliveira Lima Library.

atuando para garantir uma boa acolhida ao visitante, entrando em contato com as elites locais e remetendo a Oliveira Lima recortes de jornal que registravam sua passagem pelo interior da Argentina. Ele se comprometeu, igualmente, a enviar a cobertura da imprensa ao Rio de Janeiro. Uma das notas selecionadas informava que os planos para a “excursão” de Oliveira Lima haviam sido oficialmente transmitidos ao presidente Yrigoyen, durante a audiência em que este recebera o viajante brasileiro.⁵³ As cartas e os telegramas trocados por Oliveira Lima e Zeballos durante o período em que o primeiro se ausentou da capital argentina atestam a relação de afeto que se formara entre ambos. Esse vínculo incluía também a esposa do brasileiro, Flora Cavalcanti de Albuquerque Oliveira Lima. Herdeira das oligarquias pernambucanas, poliglota e bibliófila, ela costumava atuar como secretária do marido e o acompanhou durante toda a viagem pela região do Prata.⁵⁴ O tom amistoso permaneceria em uma abundante correspondência nos anos seguintes, até o falecimento de Zeballos, em 1923. A partir de 1920, o argentino atuou como intermediário das colaborações de Oliveira Lima para *La Prensa*, ocupando-se dos contatos com o diretor do jornal, dos pagamentos pelos artigos e dos temas a tratar, bem como noticiando a repercussão dos escritos do brasileiro.⁵⁵

Ainda que tenha afirmado, em entrevista a um jornal de Rosário, que não viajara com o propósito de dar conferências, mas sim animado por um “desejo de conhecer as nações da América Latina” e de completar “os estudos e observações que [vinha] fazendo desde que atuou na diplomacia”, Oliveira Lima discursou em uma série de ocasiões, sobretudo em Buenos Aires.⁵⁶ Essas falas públicas permitem reconstituir certa cartografia do mundo intelectual portenho do período. Assim como acontecera com Rui Barbosa, e muito provavelmente como parte de uma mesma ação deliberada de Zeballos para dissipar a imagem

⁵³ Ver, em especial, a carta de 6 de setembro de 1918, enviada a Oliveira Lima em um envelope inicialmente endereçado a Tucumán, mas finalmente remetido a Córdoba, que trazia anexos uma carta de Antonio Sagarna contendo planos para a visita de Oliveira Lima à cidade de Paraná e recortes de jornais de Buenos Aires, Rosário e Tucumán sobre a viagem do brasileiro. A informação sobre a audiência com Yrigoyen se encontra em um pequeno recorte da edição de 3 de setembro do jornal *El Orden*, publicado em Tucumán. ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 6 de setembro de 1918, Oliveira Lima Library.

⁵⁴ Durante a viagem dos Oliveira Lima pelo interior da Argentina, Zeballos chegou a endereçar uma carta diretamente a Flora, dizendo estar com saudades do casal e que nem mesmo na viagem eles se conseguiriam ver livres do “diabo [sic] do Zeballos”: ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Flora Cavalcanti de Oliveira Lima, 14 de setembro de 1918, Oliveira Lima Library.

⁵⁵ Ver, por exemplo: ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 10 de novembro de 1920; 15 de fevereiro de 1921; 19 de abril de 1921; 31 de maio de 1921; 1º de julho de 1921; 15 de julho de 1921; 27 de julho de 1921; 22 de outubro de 1921; 7 de novembro de 1921; 4 de janeiro de 1922, Oliveira Lima Library.

⁵⁶ Há indícios de que Oliveira Lima realizou conferências também no interior da Argentina, embora ele só tenha reproduzido em seu livro aquelas que aconteceram em Buenos Aires. A correspondência e os recortes de jornal remetidos por Zeballos atestam que ele discursou em Rosário em 4 de setembro de 1918 e foi oficialmente convidado a proferir uma conferência em Paraná. O resumo publicado pelo jornal *La Capital*, de Rosário, sugere que a fala realizada nessa cidade repetiu a que ocorrera na Facultad de Filosofía y Letras da UBA em 10 de agosto. O comentário sobre a entrevista se baseia no mesmo artigo do periódico. Ver ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 6 de setembro de 1918, Oliveira Lima Library.

negativa que dele tinham muitos colegas brasileiros,⁵⁷ Oliveira Lima foi convidado para uma sessão do Instituto Popular de Conferencias. No salão de *La Prensa*, discorreu em 26 de julho de 1918 sobre “Os elementos de paz no Novo Mundo”, sendo apresentado por Zeballos. A boa impressão que tal instituto causou sobre o brasileiro é atestada pelas diversas referências que, ao longo de seu livro sobre a estadia na Argentina, fez a outras falas realizadas em seu âmbito.⁵⁸ Em 6 de agosto, Oliveira Lima se apresentou na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA, onde tratou da “sociedade das nações americanas” e do “direito das gentes”. Quatro dias mais tarde, discorreu sobre “A diplomacia secreta e a diplomacia mundana” na Facultad de Filosofía y Letras da mesma universidade, enquanto a Biblioteca del Consejo Nacional de Mujeres acolheu-o no dia 14 para que expressasse suas “recordações diplomáticas”. O conjunto de conferências se completou com uma análise de seu “professorado em Harvard” para o público da Universidad Nacional de La Plata, em 22 de agosto. No começo do mesmo mês, Oliveira Lima fora homenageado pela colônia colombiana durante uma “festa de confraternidade americana” e recepcionado pela Junta de Historia.⁵⁹

A programação de teor público e oficial parece ter-se concentrado nos primeiros momentos da presença de Oliveira Lima em solo argentino, o que não significou que o restante de sua estadia tenha sido pouco profícuo em atividades intelectuais. Além de visitar uma série de localidades por que tinha interesses acadêmicos, desde o museu de La Plata até estações de tratamento de água, passando por distintas bibliotecas, por portos e por fábricas, o brasileiro manteve uma intensa sociabilidade com seus colegas portenhos. Sob o expressivo título “Algumas personalidades representativas da cultura nacional”, Oliveira Lima apresentou no último capítulo de *Na Argentina* perfis de homens públicos que mais impressão lhe causaram. Todos eles eram formados em direito, mas atuavam em diversas áreas. Embora Oliveira Lima não faça qualquer menção à instituição e aparentemente não a tenha visitado, os contemplados estiveram, sem exceções, vinculados de alguma maneira ao CABA. Foram seus sócios, doaram livros para sua biblioteca ou mesmo presidiram a associação.

⁵⁷ Em cartas a Oliveira Lima anteriores à viagem, Zeballos comentou os bons juízos que Rui Barbosa havia expressado a respeito do colega brasileiro, afirmou que se aproveitara da presença de Barbosa na Argentina para apresentar publicamente suas simpatias em relação ao Brasil e explicou as contingências das relações do Instituto Popular de Conferencias com a legação diplomática brasileira. ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 4 de março de 1917; 15 de fevereiro de 1918, Oliveira Lima Library.

⁵⁸ Ver, por exemplo: LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 25, 27, 160. Na última dessas páginas, encontra-se um elogio à atuação de Zeballos como presidente do Instituto.

⁵⁹ As informações sobre as conferências foram consultadas em: LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 189-262.

Deixando claro, logo de início, que convivera com “intérpretes” da cultura argentina “que honrariam qualquer das mais adiantadas culturas do mundo”, Oliveira Lima dedicou, de forma pouco surpreendente, o primeiro e mais laudatório perfil a Estanislao Zeballos. Num elogio sutil dos então muito atacados polígrafos, entre os quais ele próprio se inscrevia, Oliveira Lima disse sobre o argentino: “É um homem enciclopédico, *numa época em que cada vez os há menos* e sem que haja deixado de especializar-se também”. Mais à frente, exaltou sua atuação como presidente do Instituto Popular de Conferencias, a partir da qual Zeballos lograria “que sua ação educadora atinja o público”, “de forma mais sugestiva talvez ainda do que a do artigo de jornal”. Em diversas passagens, contudo, o brasileiro procurou demonstrar que a “modalidade por excelência da mentalidade do Dr. Zeballos” era “a jurídica”. Um atestado disso seria o fato de o argentino ser “um dos poucos jurisconsultos ibero-americanos conhecidos e respeitados nos meios mais reputados da Europa e dos Estados Unidos”. Endossando uma visão da superioridade do direito em relação à política – que já se esboçava, por exemplo, nos congressos realizados pelo IAB no início do século –, Oliveira Lima sustentou que, para Zeballos, “o direito foi sempre o grande alicerce social”. Essa convicção contribuiria “*poderosamente para que, em oposição ao seu temperamento, ele não seja um político de partido*”. O caráter ponderado do argentino encontraria provas adicionais em sua defesa da neutralidade e no ideal de “união das três maiores potências da América Latina – o Brasil, a Argentina e o Chile”.⁶⁰

Voltando-se, em seguida, a Ernesto Quesada, Oliveira Lima enfatizou ser ele “outro polígrafo dos mais notáveis e que também desmente a asserção corrente de que um polígrafo, pela razão mesma da sua dispersão intelectual, tende a ser um escritor superficial”. Ao comentar a vasta produção de Quesada, o primeiro campo que destacou foi o direito. Elogiou, ainda, o “íntimo conhecimento dos meios universitários e políticos do mundo” que o argentino detinha.⁶¹ Quesada foi outro intelectual com quem Oliveira Lima teceu vínculos de

⁶⁰ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 159-166, grifos nossos. As análises da história diplomática mostram, porém, que os períodos em que Zeballos esteve à frente da chancelaria argentina foram alguns dos momentos mais tensos para as relações com o Brasil. Ver, por exemplo: SAIANI, Renato Cesar Santejo; GREJO, Camila Bueno. O despertar da rivalidade: Os debates entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos por meio da imprensa (1904-1908). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. n. 22, jan.-jun. 2017, p. 182-201. Baggio sugeriu diversos possíveis motivos para a aproximação entre Oliveira Lima e Zeballos, como a admiração recíproca e certas afinidades intelectuais, a defesa da neutralidade na Guerra Mundial, as reservas em relação aos Estados Unidos e as divergências de ambos com o Barão do Rio Branco. BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima. Impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). *Pensar al otro / pensar la nación*. Intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 126-127.

⁶¹ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 169-170. Educado na Alemanha, Quesada é considerado um dos precursores da sociologia na Argentina. Sobre

amizade, tendo-se correspondido com o colega ainda em solo argentino. Em carta remetida em 24 de julho de 1918, Quesada afirmou que ele próprio se encontrava ligado ao mundo intelectual do Brasil como membro do IHGB e do IAB, saudou a erudição e a inserção social de Oliveira Lima e expressou o desejo de “ouvi-lo e aplaudi-lo no Instituto de *La Prensa*”. Com um amistoso “P.S.”, ofereceu-se para recepcionar o visitante brasileiro nas sextas à noite.⁶²

Ao tratar de Norberto Piñero, primeiro presidente do CABA, além de antigo ministro da Fazenda e responsável por saudá-lo na Facultad de Filosofía y Letras da UBA, Oliveira Lima comentou a “paixão” pela causa dos aliados, o fascínio pela ciência e o fato de ele dirigir uma escola de educação industrial. Quanto a Rodolfo Rivarola, que o recebera na condição de presidente da Universidad Nacional de La Plata (UNLP), elogiou, como fizera com Zeballos, seu suposto afastamento da política. Ressaltou, igualmente, a atuação dos filhos do argentino, Mario e Horacio, respectivamente “advogado e escritor jurídico distinto” e “esperançoso professor e sociólogo”. Destacando que estes acompanhavam o pai nas lides forenses, passou a comentar a atuação mais propriamente jurídica de Rivarola, sublinhando sua “participação no preparo de reformas legislativas e na redação de códigos”. Mais à frente, afirmou que Rivarola era “sobretudo um pacifista”, mas “também um homem do direito e até um criminalista, pelo que no seu espírito se fundem o abstrato e o concreto”. A galeria de argentinos ilustres se encerrava com as impressões sobre Ramon Cárcano, que Oliveira Lima qualificou como “um erudito que não é somente um estudioso de gabinete: às suas predileções históricas junta o senso das realidades da política”. Cárcano era, naquele momento, governador da província de Córdoba e já reconhecido como historiador e diplomata. Segundo o brasileiro, seus escritos demonstrariam “sua gentileza para com nosso país, a qual é aliás comum entre os escritores argentinos de responsabilidade, pelo menos os do tempo presente”.⁶³

Encaminhando-se para a conclusão de seu panorama profundamente elogioso do país vizinho, Oliveira Lima comentou que seu leitor era, muito possivelmente, “pouco familiarizado com a intelectualidade argentina, como o são quase todos os brasileiros, em cujo número me incluo até minha viagem ao Prata”.⁶⁴ A sua estadia na região fez dele um

sua trajetória, consultar: BUCHBINDER, Pablo. *Los Quesada*. Letras, ciencias y política en la Argentina, 1850-1934. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

⁶² QUESADA, Ernesto. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 24 de julho de 1918, Oliveira Lima Library.

⁶³ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 172-180.

⁶⁴ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 183.

entusiasta da aproximação entre o Brasil e a Argentina, atitude que encontrava respaldo no especial fascínio pelo progresso e pela pujança do meio intelectual argentino que expressou em repetidas ocasiões. A viagem e o seu relato serviram, ao mesmo tempo, de mote para pensar sua nação de origem.⁶⁵ Este traço é especialmente claro na passagem que encerra o livro, na qual, após elogiar ao longo de todo o percurso as reformas empreendidas pela UCR, Oliveira Lima exaltou o “voto secreto, arma que um eminente homem de Estado argentino me apontava como mais formidável do que a espada ou o fuzil”.⁶⁶ As regras do sufrágio introduzidas pela Lei Sáenz Peña teriam garantido à democracia argentina uma “posição entre as mais adiantadas e as mais sólidas”. Mais cedo, a Reforma Universitária fora igualmente objeto de um juízo laudatório, que constituiu um pretexto para endossar sutilmente as críticas ao bacharelismo que ganhavam força no Brasil. Após celebrar a “iniciativa dos estudantes de harmonia com o espírito geral do momento histórico”, Oliveira Lima lamentou o uso da “carta de bacharel como meio de colocação social”. Suas críticas se voltaram, então, à situação das universidades antes do movimento reformista, censurando “o dogmatismo dos planos, a pobreza dos programas, a insuficiência da aplicação intelectual”. Exaltando a escolha de Zeballos como interventor na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA, citou um discurso do argentino para afirmar a importância de a universidade se aproximar da sociedade.⁶⁷

As relações entre Zeballos e Oliveira Lima são particularmente ilustrativas das trajetórias de homens que, atuando na diplomacia e se especializando em temas do direito internacional, desenvolveram uma sociabilidade internacional crescentemente relevante tanto do ponto de vista intelectual quanto do político, bem como responsável pela concretização de

⁶⁵ Cf. BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima. Impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). *Pensar al otro / pensar la nación*. Intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 108.

⁶⁶ Embora Oliveira Lima deliberadamente não nomeie o autor, trata-se de Zeballos, que usou exatamente a mesma expressão para qualificar o voto secreto em carta enviada ao brasileiro pouco após a estadia deste na Argentina. A carta trazia sugestões explícitas para o manuscrito sobre a viagem que Oliveira Lima então preparava e continha outros juízos incorporados a *Na Argentina*, como a qualificação do governo de Yrigoyen como “uma revolução maximalista pacífica”. Ver LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 185-186; ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 22 de abril de 1919, Oliveira Lima Library.

⁶⁷ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 114-116. Zeballos desenvolveria, contudo, profundos conflitos com os estudantes reformistas, que não hesitou em ironizar em sua correspondência com Oliveira Lima. Esses confrontos motivariam sua renúncia ao cargo de decano da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA. Ver: ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 23 de novembro de 1919, 15 de janeiro de 1920 (equivocadamente datada como 15 de janeiro de 1919), 24 de março de 1920, Oliveira Lima Library; BUSTELO, Natalia. Derecho, extensión universitaria y revolución social. La Reforma Universitaria en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (1918-1930). *Revista Conflicto Social*. v. 9, n. 16, jul-dez 2016, p. 75-76.

projetos ligados ao direito.⁶⁸ A despeito dessa vigorosa vinculação, Zeballos não deixaria de lamentar os entraves à comunicação entre o Brasil e a Argentina, além de denunciar a censura às correspondências praticada pelo primeiro desses países.⁶⁹ No curto período em que Oliveira Lima permaneceu em Pernambuco entre o retorno da Argentina e a partida para Washington, Zeballos chegou a afirmar que a dificuldade de entrar em contato com seu amigo brasileiro constituía uma prova do fracasso do pan-americanismo.⁷⁰ Por outro lado, Oliveira Lima tivera a oportunidade de acompanhar do país platino o desenrolar de alguns processos de grande relevância, seja no âmbito nacional, seja no internacional. Ele se encontrava na Argentina quando se assinou o armistício que pôs fim aos combates da Primeira Guerra Mundial e quando os conflitos da chamada “Semana Trágica” marcaram uma inflexão violenta e repressora na postura do governo de Yrigoyen perante as lutas operárias.⁷¹

Ao longo de 1919, juristas brasileiros que se envolveram nos intercâmbios com a Argentina estariam presentes em arenas internacionais mais amplas. O Brasil participaria da Conferência de Paz de Versalhes, tendo Rodrigo Otávio como um de seus representantes. No imediato pós-guerra, Otávio auxiliaria a estabelecer a Union Juridique Internationale (UJI), órgão criado em Paris com o intuito de “contribuir para a elaboração doutrinária do direito internacional e preparar o espírito público para as reformas nesse terreno”.⁷² Ainda no mesmo ano, a UJI debateria um projeto para estabelecer na capital francesa uma escola de direito internacional e direito comparado, com o intuito de educar jornalistas em tais temas e, assim, auxiliar na consolidação dos “princípios de solidariedade e de justiça internacional estabelecidos pelos Tratados de Paz e pelo Pacto da Sociedade das Nações”.⁷³ Em outubro,

⁶⁸ BECKER LORCA, Arnulf. *Mestizo international law. A Global Intellectual History 1842-1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014, p. 128-140.

⁶⁹ Ver, por exemplo: ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 4 de março de 1917; 15 de fevereiro de 1918; 12 de março de 1919; 8 de abril de 1919; 22 de setembro de 1919, Oliveira Lima Library.

⁷⁰ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 21 de junho de 1920, Oliveira Lima Library.

⁷¹ Série de confrontos entre o movimento operário e a polícia, apoiada por setores nacionalistas, que fez um número incerto (mas estimado em diversas centenas) de vítimas em Buenos Aires em janeiro de 1919. Esses episódios marcaram um recrudescimento na postura da UCR perante os movimentos sociais e o afastamento da disposição inicial em dialogar com os sindicatos. A brutalidade da repressão estimulou igualmente o fortalecimento de movimentos grevistas e de reivindicações trabalhistas. CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina – 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, p. 100-103. Oliveira Lima comentou em tom crítico tais episódios: LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 78-81.

⁷² OTÁVIO, Rodrigo. *A renovação do direito internacional*. Duas conferências realizadas em junho de 1928. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1928, p. 29. Logo antes do trecho citado, Otávio exaltou o IDI como uma “notável associação constituída pela fina flor dos internacionalistas do mundo todo”, mas ponderou que seria difícil, no imediato pós-guerra, “o prosseguimento da sua vida normal, com a colaboração dos inimigos da véspera”, o que teria motivado a criação da UJI.

⁷³ FAUCHILLE, Paul; ALVAREZ, Alejandro; LAPRADELLE, Albert de. Note sur la création à Paris d’une École de droit international et de droit comparé. In: UNION Juridique Internationale. *Séances et travaux de l’Union Juridique Internationale – Session de juin 1920 (3e session)*. Paris: [n.e.], 1920, p. 201.

Afrânio de Melo Franco representaria o Brasil na I Conferência Internacional do Trabalho, reunida em Washington.⁷⁴ Ao lado dos debates sobre o estabelecimento da Liga das Nações, esses movimentos atestam a paulatina consolidação de novos projetos internacionalistas no imediato pós-Primeira Guerra, articulados a posicionamentos políticos diversificados⁷⁵ – no caso dos juristas, ainda preponderantemente liberais, mesmo que essa orientação fosse crescentemente desafiada por conflitos sociais vistos como cada vez mais ameaçadores. Nesse cenário de reorganização mundial, as vinculações entre juristas brasileiros e argentinos se transformariam. Pouco a pouco, elas se tornariam menos dependentes dos círculos diplomáticos e dos temas de direito internacional, ainda que a proximidade com as elites políticas persistisse.

Novos (inter)nacionalismos: os primeiros anos da FACA, o centenário da Independência brasileira e a expansão das ações de juristas na cena pública

“E o doutor Oliveira Lima?” – sob tal indagação, Rodolfo Rivarola abria a penúltima seção do relato que publicou acerca da viagem que fez ao Brasil em 1920. “Essa pergunta me poderia fazer qualquer leitor que tenha tido curiosidade suficiente para ler estas páginas”, prosseguiu ele, pois todos aqueles que tiveram contato com o brasileiro “durante sua permanência em Buenos Aires não puderam esquecer sua refinada cultura, sua bondade, o interesse sincero por conhecer o fundo de nossa própria sociabilidade, a serenidade e retidão de seus juízos e não esqueceram sua fina e inteligente esposa”. Rivarola lamentou a impossibilidade de se encontrar com Oliveira Lima durante sua estadia no país vizinho. Afirmou que lhe dirigira sua “primeira saudação na terra do Brasil”, com um telegrama remetido de São Paulo a Pernambuco, para o qual não obteve resposta – possivelmente em função dos preparativos de Oliveira Lima para se instalar em Washington. Ao concluir as quase 40 páginas em que reuniu suas “ideias recolhidas ao passar” pelo Brasil, Rivarola recorreu ao prefácio de *Na Argentina* para afirmar que, caso se tivesse que desculpar pelo

⁷⁴ Cf. BRANDI, Paulo. Franco, Afrânio de Melo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-afranio-de-melo>. Acesso em 08/03/2018.

⁷⁵ Nos últimos anos, uma crescente historiografia sobre os internacionalismos que se desenvolveram nos séculos XIX e XX vem mostrando como eles se ligaram a estímulos diversos, bem como a orientações políticas variadas, e não apenas às iniciativas marxistas e revolucionárias a que são mais comumente associados. Em uma coletânea publicada em 2017, são identificados quatro grandes eixos de difusão e consolidação de projetos internacionalistas: as religiões, os socialismos, os feminismos e os mercados. Ver SLUGA, Glenda; CLAVIN, Patricia (eds.). *Internationalisms. A Twentieth-Century History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017, em especial p. 17-109. Perspectivas semelhantes podem ser encontradas nos trabalhos reunidos em: ANCEAU, Éric; BOUDON, Jacques-Olivier; DARD, Olivier (dir.). *Histoire des internationales*. Europe, XIXe -XXe siècles. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2017.

“pecado” de publicar tais notas, “repetiria com meu amigo Oliveira Lima que ‘não convém deixar desfolharem-se as primeiras impressões, que são em suma as mais diretas e espontâneas, as que se podem apresentar com mais naturalidade e portanto com maior frescor’”.⁷⁶

Por razões que vão além dessa reivindicação do vínculo com Oliveira Lima, a visita de Rivarola ao Rio de Janeiro e a São Paulo sugere que os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos permaneciam próximos à diplomacia e aos temas do direito internacional. Tendo Sá Vianna como seu guia, Rivarola foi recepcionado na casa de Rui Barbosa. Segundo seu relato, uma das primeiras atitudes que tomou ao ingressar na residência foi enunciar a forte impressão que Barbosa lhe havia causado, desde que tivera “a honra de escutar seu monumental discurso no Instituto Popular de Conferencias”. Um dos temas centrais da conversa foram as razões de Rui Barbosa para não integrar a delegação brasileira na Conferência de Paz de Versalhes. Rivarola comentou extensamente a atuação dos delegados brasileiros durante tal cúpula diplomática, entre eles Rodrigo Otávio, com quem também teria a oportunidade de se reunir. Além de o elogiar por sua atividade intelectual multiforme, dando especial destaque ao fato de que Otávio tivera a oportunidade, em função de suas frequentes viagens à Europa, de ministrar um curso em francês na Université de Paris, o argentino relatou que o brasileiro explicitara sua estima pelo país platino lhe mostrando um álbum de retratos dos “vários argentinos conhecidos nas belas letras e nos trabalhos jurídicos”. Rivarola afirmou que Otávio somente merecia uma censura, a de nunca ter visitado a Argentina, deficiência que o brasileiro teria prometido sanar assim que o permitissem suas “graves ocupações públicas”. O jurista argentino não poupou, por outro lado, censuras ao descaso em que havia caído a legação de seu país no Rio de Janeiro, mostrando-se decepcionado com o fato de não ter sido realizada uma festa para marcar as comemorações do 9 de julho.⁷⁷

Outras circunstâncias da viagem permitem perceber, porém, deslocamentos significativos. Embora integrasse as elites acadêmicas e políticas, Rivarola não era um diplomata, estava vinculado a uma universidade considerada inovadora e pautada por ideais científicos (a de La Plata), além de ser, como ressaltara Oliveira Lima ao traçar seu perfil,

⁷⁶ RIVAROLA, Rodolfo. En el Brasil (Ideas recogidas al pasar). *Revista Argentina de Ciencias Políticas*. Buenos Aires, t. XX, abr-jun. 1920, p. 189-190. Note-se que Rivarola não cita textualmente, mas adapta o trecho de Oliveira Lima, resumindo-o segundo seus próprios propósitos. No prefácio original, lê-se: “Pareceu-me que não convinha deixar desfolharem-se aquelas primeiras impressões, em suma as mais diretas e espontâneas, sem as apresentar reunidas e sistematizadas, ficando para mais tarde a tentativa de outro ensaio mais refletido e aprofundado, ao qual faltará contudo a naturalidade e portanto o frescor do primeiro”. LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 3.

⁷⁷ RIVAROLA, Rodolfo. En el Brasil (Ideas recogidas al pasar). *Revista Argentina de Ciencias Políticas*. Buenos Aires, t. XX, abr-jun. 1920, p. 81; 89-92; 182-183.

conhecido por sua atuação no âmbito do direito penal. Em São Paulo, Rivarola foi recepcionado por Herculano de Freitas, então diretor da Faculdade de Direito dessa cidade. Em meio a comentários sobre a vida universitária brasileira, Rivarola relatou um diálogo com o professor paulistano que deixa entrever censuras à Reforma Universitária. Freitas lhe teria dito que, da faculdade que percorriam, haviam saído “muitos homens que tiveram um grande influxo nos destinos do Brasil”, o que buscou confirmar destacando que se cumpririam em breve 50 anos da graduação de Rui Barbosa. Em resposta à pergunta do argentino sobre se os estudantes eram disciplinados, respeitosos com os professores e se o Brasil conhecia as greves estudantis, o professor teria asseverado que os alunos eram “completamente disciplinados; têm consciência e sentimento da ordem”, de forma que jamais teriam “adotado os procedimentos operários”. Os alunos teriam até mesmo ajudado a suprir o serviço de bondes durante uma paralisação. À indagação de Rivarola sobre como se explicaria “que não se os haja subido à cabeça o *vapor dos ‘novos tempos’ e outras coisas sem sentido, de que falam jovens de outros países*”, Freitas teria respondido que isso se deveria ao “grande sentimento nacionalista” existente no Brasil.⁷⁸

Quando retornou ao Rio de Janeiro no ano seguinte, Rodolfo Rivarola se preocupou em seguir conhecendo instituições jurídicas brasileiras. Essa atitude deixava entrever um intuito de estimular reformas em seu país de origem. Em um texto originalmente publicado pelo jornal *La Nación*, comentou uma sessão do Supremo Tribunal Federal (STF) a que assistira. O argentino dedicou enfáticos elogios ao sistema processual adotado por tal corte, que privilegiava a oralidade e a publicidade, em detrimento do uso de documentação escrita e de formalismos rígidos. Esse sistema seria não apenas superior ao argentino, como também favoreceria o desempenho de uma função de esclarecimento da opinião pública por meio das causas judiciais. “Quanta diferença com nossos [juízes] que trabalham no mistério da porta fechada temerosos de toda filtração ao exterior! Que diferente força educativa entre a justiça à luz do dia e a nossa à luz artificial!” – exclamou Rivarola. A adoção do processo oral também teria “consequências morais”, na medida em que levaria a uma completa cordialidade entre advogados e juízes. O STF seria, nas palavras do argentino, expressão de “muita luz, muito ar, muita ciência, muita consciência, muita segurança de retidão, muita confiança na justiça”.⁷⁹ Meia década mais tarde, Rodrigo Otávio usaria o fascínio de Rivarola com o julgamento

⁷⁸ RIVAROLA, Rodolfo. En el Brasil (Ideas recogidas al pasar). *Revista Argentina de Ciencias Políticas*. Buenos Aires, t. XX, abr-jun. 1920, p. 75-82, grifos nossos.

⁷⁹ RIVAROLA, Rodolfo. Una sesión del Supremo Tribunal del Brasil – Justicia a la luz del día. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 1, nov. 1921, p. 10-12.

público nos tribunais brasileiros para justificar sua oposição a uma reforma judiciária então em debate.⁸⁰

Na passagem da década de 1910 à de 1920, encontram-se igualmente sinais de que as “correlações entre o direito brasileiro e argentino” começavam a interessar não apenas a esses dois países, mas também a outros territórios e a círculos propriamente acadêmicos. No semestre letivo iniciado nos primeiros meses de 1921, o argentino Enrique Gil, que já havia representado seu país no primeiro encontro do AILL, estudara em universidades norte-americanas e era um nome próximo a Leo S. Rowe, que assumiu em 1920 o cargo de diretor da União Pan-Americana,⁸¹ foi convidado pela Columbia University para lecionar direito hispano-americano. Na aula inaugural, afirmou que a iniciativa do curso não era “o resultado de uma noção extravagante, nem de um capricho”, já que a expansão econômica dos Estados Unidos “para mercados estrangeiros, sobretudo aqueles das outras Repúblicas da América, trouxe consigo uma sequência de conflitos de caráter jurídico, demandando para sua resolução a intervenção de advogados versados nos princípios do direito civil e comercial” dos países da região. Recorreu à “opinião esclarecida” de John Bassett Moore, professor de direito internacional da própria Columbia Law School e membro honorário do IAB, para afirmar que o “conhecimento de certos princípios do direito público de países como Argentina, Brasil, Chile, México, etc.” poderia ser útil à melhor “proteção dos interesses americanos”. A disciplina que começava a ministrar, acrescentou Gil, não seria uma mera derivação das consequências da Primeira Guerra Mundial e da ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica, mas se justificaria “por antecedentes e tradições”.⁸²

O argentino se preocupou, em seguida, em justificar o recorte adotado. Gil mostrou como, apesar de o curso “ter sido anunciado sob a denominação de Direito Civil Hispano-Americano”, o trabalho seria “limitado quase exclusivamente à análise da legislação civil da Argentina e do Brasil”. Haveria, segundo ele, “duas boas razões para essa mudança no escopo”. Primeiramente, a “ancestralidade comum” das normas civis das antigas colônias

⁸⁰ OTÁVIO, Rodrigo. Discurso de posse. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 5, 1927, p. 5-6.

⁸¹ Diretor da União Pan-Americana entre 1920 e 1946, fortemente envolvido na promoção da cooperação intelectual entre as Américas e na difusão de ideais alinhadas ao imperialismo estadunidense, Rowe realizou, entre 1906 e 1919, diversas viagens à América do Sul, participando de congressos e tecendo laços com a intelectualidade local. Em 1910, Gil completara um mestrado na Wharton School, em que Rowe atuava como professor. Em 1928, Gil ajudaria a fundar o Instituto Cultural Argentino Norteamericano (ICANA) e, ao longo da década de 1930, estaria fortemente empenhado na defesa do pan-americanismo. Ver: SALVATORE, Ricardo. Saber hemisférico y disonancias locales. Leo S. Rowe en Argentina, 1906-1919. In: SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007, em especial p. 356-358.

⁸² GIL, Enrique. *Importance of the study of Argentine and Brazilian Civil Law*. New York: Columbia University, 1921, p. 1-3.

espanholas faria com que contemplar muitos países consumisse “um tempo considerável em um estudo comparativo tedioso”. A opção pela Argentina se justificaria pelo fato de o país ter “um código progressista, avançado”. Em segundo lugar, incorporar o Brasil seria conveniente porque seu “código civil é em mais de um aspecto muito superior àqueles de outros países americanos”.⁸³ É provável que tais escolhas não tenham sido tomadas livremente pelo argentino, mas sim que se tenham articulado a interesses da universidade que o recebia como docente visitante – o que amplifica o significado da ênfase nos dois países vizinhos. Elas demonstram, de qualquer maneira, um juízo acadêmico favorável sobre a qualidade das codificações civis do Brasil e da Argentina, particularmente expressivo por se dar em um país estrangeiro, a que se atribuía correntemente um grau superior de civilização.

No mesmo ano em que Enrique Gil defendia nos Estados Unidos a importância do estudo conjunto das normas argentinas e brasileiras, a fundação de um novo órgão começaria a fortalecer as ações públicas dos bacharéis em direito em seu país de origem, impulsionando, igualmente, sua projeção internacional. A Federación Argentina de Colegios de Abogados (FACA) se organizou em julho de 1921. Os primeiros estatutos, aprovados ainda naquele mês, enunciavam a vinculação entre as agremiações de advogados de distintas partes do país como a “função” primordial da FACA. Ela deveria manter uma “constante comunicação e intercâmbio de ideias em tudo o que se refira ao exercício profissional, à administração da justiça e à defesa do direito”. O objetivo de estimular o surgimento de órgãos representativos da advocacia em cidades onde estes ainda não existissem denota um intuito de expandir – territorial, simbólica e institucionalmente – a presença dos advogados na vida pública. Deve-se notar, porém, que Buenos Aires exercia uma ascendência considerável sobre a federação, não apenas por constituir sua sede, mas também pelas frequentes escolhas de delegados do CABA como ocupantes de seus postos diretivos e pelo emprego das dependências da associação portenha para a realização de atividades da FACA. Ao lado de medidas ligadas à prática profissional, como a aprovação de regras de ética e a busca por atuar em favor da melhoria da administração da justiça, a FACA almejava “enaltecer o conceito público da advocacia”. O novo órgão se propunha, ainda, a “celebrar conferências anuais” sobre os temas ligados a seus objetivos, de modo a estimular “o debate de *todas aquellas cuestiones que se vinculen com as reformas sociales ou jurídicas na República*”.⁸⁴

⁸³ GIL, Enrique. *Importance of the study of Argentine and Brazilian Civil Law*. New York: Columbia University, 1921, p. 4.

⁸⁴ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Memoria Correspondiente al Primer Ejercicio*. Buenos Aires: [s.ed.], 1923, p. 9-10, grifos nossos.

Apesar dessas contundentes expressões da crença no debate acadêmico como forma de intervenção política, as conferências previstas não se concretizariam por alguns anos. O próximo encontro de juristas em solo argentino que teve grande repercussão se desenrolou em proximidade com os círculos do direito internacional. Entre 23 e 30 de agosto de 1922, tendo as dependências do CABA no Palacio de Justicia como sua sede principal,⁸⁵ a International Law Association promoveu seu primeiro congresso na América do Sul. A organização do evento esteve a cargo de Estanislao Zeballos, que já se havia ocupado da estruturação de uma filial argentina da ILA. A incumbência de realizar o congresso foi vista por Oliveira Lima como um atestado do prestígio com que Zeballos contava na Europa.⁸⁶

Enquanto preparava o evento, o argentino dirigiu insistentes convites para que o colega brasileiro, então já instalado em definitivo em Washington, viajasse até Buenos Aires. Zeballos pediu a Oliveira Lima que contatasse formalmente potenciais participantes radicados nos Estados Unidos em nome da organização e que mediasse a cooperação que Leo S. Rowe, diretor-geral da União Pan-Americana, oferecera para o congresso. O argentino asseverou que a ILA contribuiria para cobrir os gastos da viagem e chegou a sugerir que Oliveira Lima constituísse um dos presidentes de honra da reunião, o que teria sido acatado por unanimidade pelo conselho diretivo sediado em Londres.⁸⁷ Em carta remetida em março de 1922, Zeballos expressou sua confiança no sucesso do encontro, afirmando, ao mesmo tempo, suas reservas em relação à França e seu empenho em promover políticas favoráveis às Américas:

Estão muito adiantados os trabalhos da Conferência Internacional. Vinte Repúblicas americanas aderiram e da Europa vem muita gente de importância; mas poucos da França, porque lá resolveram reunir o Instituto de Direito Internacional em Grenoble no mesmo mês de agosto. Hoje, esse Instituto *caiu sob a influência francesa* e, por conseguinte, *faz uma política que não pode ser científica, nem imparcial*; nos tirará alguma participação aliadófila, mas esperamos superá-la com o que venha de outros países. Da Holanda virá Jitta, que é o primeiro publicista de Internacional Privado da época. Da Alemanha vêm vários sábios, entre eles o ex-ministro de Relações Exteriores Simonns. Desejo muito que as iniciativas que tomei para sua vinda nos deem esse resultado, pois *combinando suas influências com a minha e com a de alguns escritores americanos, poderíamos iniciar alguma política eficaz para o Novo Mundo na Conferência*.⁸⁸

⁸⁵ Já em sua primeira edição, publicada em novembro de 1921, a revista editada pelo CABA registrava a disposição do órgão em ceder suas dependências para o evento. Ver: Congreso Internacional de 1922. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 1, nov. 1921, p. 124.

⁸⁶ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 164-165.

⁸⁷ ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 22 de outubro de 1921; 10 de novembro de 1921; 23 de novembro de 1921; 1º de dezembro de 1921; 15 de dezembro de 1921; 4 de janeiro de 1922; 26 de janeiro de 1922; 9 de fevereiro de 1922; 27 de março de 1922; 11 de abril de 1922; 24 de abril de 1922, Oliveira Lima Library.

⁸⁸ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 18 de março de 1922, Oliveira Lima Library. Grifos nossos.

A despeito do empenho do anfitrião e amigo para contar com sua presença, acionando, inclusive, contatos no Brasil na tentativa de aumentar a retribuição pecuniária pela viagem, Oliveira Lima não compareceu à conferência.⁸⁹ A participação brasileira ficaria a cargo de outro internacionalista que vinha acenando para os contatos com a Argentina e que, com a viagem, corrigia uma deficiência que lhe rendera a censura de Rodolfo Rivarola. Em carta remetida do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1922, Rodrigo Otávio informou Oliveira Lima de que estava de partida para a reunião portenha da ILA. Então presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, Otávio fora escolhido por tal órgão para o representar, em resposta a um convite formal para o congresso enviado por Zeballos. Uma nota sobre a reunião da SBDI em que se tomou tal decisão justificou a escolha de Buenos Aires como sede do evento a partir do interesse da associação inglesa em realizar um congresso “na América do Sul e em um país neutro”.⁹⁰ Ao seu compatriota estabelecido em Washington, Otávio explicou que o governo brasileiro havia delegado a Pedro de Toledo, veterano político e então ministro plenipotenciário do Brasil em Buenos Aires, os poderes para representar o país no evento. A administração brasileira teria negado “auxílio para a ida de outro representante”, de forma que Otávio viajava às suas próprias custas. Contrastando com a narrativa de Zeballos, o jurista brasileiro expressou certo ceticismo quanto à reunião, afirmando acreditar que ela não seria “muito concorrida” e que o evento não parecia haver “despertado na América Latina o interesse que merecia”. Elogiou, contudo, o extenso programa proposto, afirmando que as solenidades seriam “magníficas com as inúmeras delegações e embaixadas” que chegariam à capital argentina.⁹¹

⁸⁹ Esse fato possivelmente causou constrangimentos a Zeballos, já que a direção da ILA havia rechaçado outras indicações de presidentes honorários em função da impossibilidade de viajar a Buenos Aires. Zeballos tentou, sem sucesso, obter financiamento adicional do governo brasileiro por meio de um contato pessoal com Carneiro Leão. Na cópia do programa em Inglês que remeteu juntamente com uma carta a Oliveira Lima em 12 de julho de 1922, o nome do brasileiro não constava do rol de presidentes honorários, mas Zeballos assegurou que isso ocorreria por um mero erro de cópia. Nesse momento, o comparecimento de Oliveira Lima parecia ainda permanecer incerto. Não encontramos elementos para afirmar categoricamente as razões para que ele tenha desistido da viagem, mas a recusa de Oliveira Lima parece ter sido motivada por compromissos que havia assumido de proferir conferências nos Estados Unidos. Ver ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 30 de maio de 1922; 5 de junho de 1922 (contendo cópia de carta enviada na mesma data a Carneiro Leão); 24 de junho de 1922; 12 de julho de 1922, Oliveira Lima Library.

⁹⁰ PINHEIRO, Nuno. Notas e informações – Sociedade Brasileira de Direito Internacional. *Revista de Direito Público e de Administração Federal, Estadual e Municipal*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 1, jul-ago 1922, p. 182.

⁹¹ OTÁVIO, Rodrigo. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 13 de agosto de 1922, Oliveira Lima Library.

Vista de sessão do Conselho Executivo da ILA realizada nas dependências do CABA no Palacio de Justicia em 22 de agosto de 1922. In: *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires, t. LXXIII, out. 1922, p. 176.

Em sua condição de anfitrião, Zeballos foi encarregado do discurso de abertura da conferência. Dirigindo-se a colegas que, em suas próprias palavras, representavam 39 países do “Novo Mundo”, europeus e do “Extremo Oriente”, o argentino começou recuperando a fundação e a trajetória da ILA, sublinhando o fato de que as regras propostas pela associação eram “maduramente discutidas” e frequentemente adotadas, fazendo com que o órgão desempenhasse um papel ativo no “governo jurídico do mundo”. Procurando, a todo tempo, demonstrar o caráter culto e o alto grau de progresso de seu país, o orador afirmou que, em função da imigração e da forma como havia decidido regular os direitos dos estrangeiros, a Argentina vinha há um século funcionando como “o teatro de experimentação mais extraordinário”, trazendo conquistas sem paralelos nos “anais humanos”. Um trecho próximo ao fim da fala de Zeballos deixou as articulações entre diferentes escalas espaciais e simbólicas ainda mais explícitas: “Não copiamos o direito estrangeiro. Estudamo-lo e o modificamos, para *assimilar seus melhores avanços, harmonizando-o com nossas instituições fundamentais*; e com a eficácia de sua contínua e leal aplicação, *contribuímos para o avanço institucional da Humanidade*”.⁹²

Uma outra vez, percebe-se como, longe de se excluírem, as dinâmicas nacionais e aquelas que ultrapassavam fronteiras interagiam de maneiras complexas. Garantir a aplicação de leis de qualidade na Argentina era, ao mesmo tempo, uma maneira de contribuir para o

⁹² ZEBALLOS, Estanislao. International Law Association. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 6, sep. 1922, p. 642-654, grifos nossos.

progresso global, sem que para isso se deixasse de lado a reivindicação de originalidade. A conferência da ILA em Buenos Aires foi aquela que, até então, mais resultou em resoluções, talvez em função do valor simbólico que o país “sul-americano e neutro” agregava ao evento. O programa era, de fato, amplo e diversificado, abarcando desde propostas de reformas ao pacto da Liga das Nações até medidas para coibir o uso de armas químicas em guerras, passando pelo direito marítimo e por regras de navegação aérea. Os temas do direito internacional privado foram alguns dos que suscitaram mais debates. Ao introduzir seu trabalho sobre os sistemas do domicílio e da nacionalidade, o delegado argentino Alcides Calandrelli aludiu à intensificação dos fluxos de pessoas através das fronteiras. Ele explicitou que suas proposições “tinham por objetivo encontrar o modo de atenuar, quanto seja possível, as dificuldades que a vida jurídica do homem produz na ordem internacional”.⁹³

Poucos dias mais tarde, o centenário da Independência do Brasil seria marcado por grandes festividades, que contaram com ampla mobilização da população em geral e de intelectuais, sobretudo no Rio de Janeiro e em São Paulo.⁹⁴ Acompanhadas por uma exposição internacional, as comemorações tiveram, igualmente, uma expressiva participação de estrangeiros. Encarregado de representar o México, José Vasconcelos encontrou na estadia no Brasil uma das inspirações para escrever seu célebre ensaio *La Raza Cósmica*, publicado em 1925.⁹⁵ A conferência da ILA em Buenos Aires, inicialmente prevista para se encerrar no dia 5 de setembro, fora antecipada para permitir que delegados comparecessem ao evento e, logo em seguida, dirigissem-se para os festejos do primeiro século de vida independente do Brasil.⁹⁶ A efeméride também foi celebrada em outros países, inclusive em Buenos Aires. O CABA aderiu formalmente a estas comemorações, encarregando Oscar Rodríguez Saráchaga,

⁹³ O resumo das principais resoluções se baseia em: Conferencia de Derecho Internacional – Proyectos y resoluciones. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 6, sep. 1922, p. 701-725 (citação textual na p. 719). Um extenso e abrangente registro dos debates do congresso, bem como da programação social e acadêmica que o circundou, pode ser encontrado em: 31ª Conferencia de la International Law Association. *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Buenos Aires, t. LXXIII, out. 1922, p. 149-483. Note-se que tal revista fora fundada e era dirigida por Zeballos. São escassas, nessas páginas, menções a Rodrigo Otávio ou a Pedro de Toledo, levando-nos a inferir que a delegação brasileira teve uma atuação pouco destacada durante a conferência. Ver, também, o quadro sinótico dos encontros da ILA e de suas principais resoluções: http://www.ila-hq.org/images/ILA/docs/ILA_Conferences_1873-2016.pdf. Acesso em 17/03/2018.

⁹⁴ MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992, p. 3-4.

⁹⁵ Ver CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003, p. 187-208.

⁹⁶ International Law Association – Conferencia de Buenos Aires – El Centenario del Brasil. *La Prensa*. Buenos Aires, 15 de dezembro de 1921 (Consultado em um recorte disponível em meio a cartas enviadas por Estanislao Zeballos a Manoel de Oliveira Lima, Oliveira Lima Library).

Mario A. Rivarola, J. Honorio Silgueira, José León Suárez e Eusebio Gómez de o representarem nos atos e de transmitirem uma “mensagem especial do Colegio” ao IAB.⁹⁷

No final de setembro, uma nota do jornal *La Prensa* registrava a nomeação de uma série de membros correspondentes estrangeiros pelo instituto sediado no Rio de Janeiro, entre eles os argentinos Enrique Ruiz Guiñazú, José Salgado, Mariano de Vedia y Mitre, Enrique Jorge, Alfredo L. Palacios, Ricardo Levene, Juan Carlos Rébora e Mario Sáenz.⁹⁸ O último deles era membro da delegação que a Universidad de Buenos Aires enviou à então capital brasileira, na condição de decano de sua Facultad de Derecho, enquanto Ruiz Guiñazú, Levene e Rébora haviam viajado para participar do Primeiro Congresso de História da América.⁹⁹ Em conjunto, os quatro representaram os cursos jurídicos da UBA no centenário da Independência brasileira. Sáenz, que reivindicava os ideais da Reforma Universitária e adotava uma postura progressista em sua instituição de origem,¹⁰⁰ foi o responsável pelo discurso de agradecimento no banquete oferecido aos visitantes pela Universidade do Rio de Janeiro. Após um protocolar elogio à hospitalidade brasileira, o professor sustentou que a vinculação internacional era de especial interesse para aqueles que haviam consagrado suas vidas “à pesquisa científica e ao ensino universitário”, uma vez que “nada pode aproximar

⁹⁷ Colegio de Abogados – Información. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 5, jul 1922, p. 629; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio de 1922. Buenos Aires: J. Bodner, 1922, p. 13. Inferimos que tais nomeações se referiam aos atos realizados na própria capital argentina por não termos encontrado registros da presença de qualquer desses juristas em território brasileiro. Silgueira certamente não viajou ao Rio de Janeiro em 1922, já que, ao rememorar em 1943 seus contatos com o Brasil, afirmou ter visitado o país pela primeira vez em novembro de 1925. Ver SILGUEIRA, J. Honorio. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-210. De qualquer forma, é significativo que o CABA se tenha empenhado em participar das homenagens e que tenha nomeado indivíduos que já vinham tecendo laços com o Brasil, como Suárez.

⁹⁸ Instituto de la Orden de Abogados – Designación de miembros correspondientes. *La Prensa*. Buenos Aires, 24 de setembro de 1922, p. 17. Palacios fora, em 1904, o primeiro deputado eleito pelo Partido Socialista Argentino e constitui, à primeira vista, um elemento curioso nesse rol. Mais à frente, voltaremos a tratar de sua trajetória, bem como das relações que estabeleceu com juristas que não necessariamente partilhavam de seus posicionamentos políticos.

⁹⁹ Sobre esse congresso e, em especial, sobre os diálogos de Ricardo Levene com historiadores brasileiros e com o IHGB, consultar: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 69-111. Oliveira Lima e o argentino Lucas Ayarragaray integraram o comitê executivo do congresso. Ver RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, set.-dez. 2017, p. 543-544.

¹⁰⁰ Em junho de 1921, a eleição de Mario Sáenz para decano representou uma vitória dos setores esquerdistas do movimento estudantil e um aceno à concretização de projetos dos reformistas, como um serviço de assistência jurídica gratuita e ciclos de conferências para operários. Sáenz também recebeu o apoio de nomes mais próximos ao liberalismo, como Rafael Bielsa, Juan Carlos Rébora e Ricardo Levene, bem como de Alfredo Palacios. Ele não logrou, contudo, implementar as mudanças almejadas, e terminou por renunciar ao cargo em março de 1923, em meio a intensos conflitos no âmbito da faculdade. Ver BUSTELO, Natalia. Derecho, extensión universitaria y revolución social. La Reforma Universitaria en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (1918-1930). *Revista Conflicto Social*. v. 9, n. 16, jul-dez 2016, em especial p. 76-84.

mais os homens que o cultivo superior das ciências e das artes”. O grupo aspirava, assim, a conhecer o mundo universitário brasileiro para “consolidar o intercâmbio de professores e de alunos já iniciado em outras oportunidades”. Essas iniciativas teriam sido recentemente reavivadas no congresso da ILA. O professor se preocupou, ainda, em afirmar que a legislação brasileira era conhecida na Argentina. Expressou, assim, seu prazer em “declarar que Vélez, o autor do nosso Código Civil, teve por modelo e seguiu em muitos pontos, extensamente, a obra do grande Freitas, em meu juízo um dos maiores jurisconsultos da América”.¹⁰¹

Esse vínculo entre os dois juristas do século XIX, que já fora exaltado por Afrânio de Melo Franco na conferência que realizou em 1917 no CABA, foi reiteradamente reivindicado durante as comemorações do centenário da Independência. O grupo que viajou até a capital brasileira foi o portador de uma placa de bronze honrando a memória de Freitas, contendo uma inscrição em Latim, especialmente preparada por Ricardo Cranwell, professor de direito romano da UBA. Numa contundente expressão do culto à tradição em meio aos juristas, Cranwell esclareceu minuciosamente suas escolhas lexicais e o uso do “estilo epigráfico latino”, adaptado de “um édito do imperador Cláudio do ano 52 de nossa era”. O presente, originalmente destinado à Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, terminou sendo instalado no IAB, a partir de uma sugestão de Sá Vianna.¹⁰²

Discursando na inauguração da placa, Sáenz afirmou que, por terem sido “teorias e doutrinas suas” incorporadas ao código civil, Freitas estaria “diariamente em contato” com os argentinos. Na mesma solenidade, Juan Carlos Rébora sustentou que a oferta tinha “ao mesmo tempo por objetivo honrar a memória de um grande homem e assinalar um laço vivo” entre os países fronteiriços. Dos “atos de adesão argentina ao Centenário do Brasil”, afirmou ele, aquele era “o mais argentino de todos”, porque era “o mais universal – Freitas, fora do orgulho de lhe haver visto nascer, pertence-nos tanto quando a vós, senhores brasileiros”. Sá Vianna, que Rébora afirmou ser “amado pela juventude argentina”, foi o responsável por cumprimentar os visitantes. Após exaltar a oferta da placa como sinal do culto ao direito na Argentina, o brasileiro sustentou que, em meio aos “laços que nos prendem a essa bela e amicíssima República e dela não nos permitem separar jamais”, o fato de se empregarem cotidianamente conceitos formulados por Teixeira de Freitas, em função de sua presença na

¹⁰¹ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 46-48.

¹⁰² FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 52-54.

codificação de Vélez Sarsfield, constituía “um dos mais poderosos motivos” para tal vinculação. Colocavam-se, assim, “na maior evidência esses dois gigantescos vultos”.¹⁰³

Reprodução fac-similar da placa em homenagem a Teixeira de Freitas remetida pela UBA ao Brasil durante as comemorações do centenário da Independência. In: FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, encartado entre p. 52 e p. 53.¹⁰⁴

A confecção da placa fora determinada por uma resolução de autoria do próprio Mario Sáenz, que também previu uma sessão em homenagem ao Brasil na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, “em consideração ao estreito intercâmbio intelectual que mantiveram sempre os homens de leis de ambos os países”. O empenho de Sáenz em celebrar o país vizinho possivelmente se associou a sua proximidade aos ideais da Reforma Universitária, em especial no que diz respeito a seus desdobramentos latino-americanistas e anti-imperialistas.

¹⁰³ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 55-63.

¹⁰⁴ Tradução do texto: “A Augusto Teixeira de Freitas, esclarecidíssimo varão de profunda sabedoria e ao jurisconsulto mais saliente, nascido não apenas para glória brasileira, mas também de toda a América. No centésimo ano da independência do seu povo, a Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires resolveu que se deveria colocar, neste sagrado lugar, esta placa de bronze por seus méritos”. Cf. FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 54.

No ato, discursaram o vice-decano em exercício, Vicente C. Gallo, o professor de direito civil, Pablo Catalayud, o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Pedro de Toledo, e o aluno Armando Levene. Gallo começou sua fala invocando a constituição brasileira de 1891 e a transformação do país em uma “República representativa e federal, triunfante” como fatos que permitiram a intensificação da “comunidade espiritual dos povos brasileiros e argentino”. Mais à frente, comentou a acolhida na faculdade de Rui Barbosa, Hélio Lobo, Ciro de Azevedo, Oliveira Lima e Abelardo Lobo. Fez uma extensa citação da conferência do primeiro deles na instituição de ensino para afirmar a atuação das faculdades de direito no “progresso intelectual” da “pátria”.¹⁰⁵

A fala principal, a cargo de Calatayud, exaltou Teixeira de Freitas como “glória de seu país, glória americana”. De forma semelhante ao que fizera Melo Franco, Calatayud recusou que Vélez tenha sido um “vulgar copista” dos textos de Freitas e vinculou o código civil argentino ao desenvolvimento da vida nacional. Respondendo a tais discursos, Toledo sustentou, num tom condizente com a função diplomática que desempenhava, que as homenagens ao centenário do Brasil na Argentina tinham sido tão amplas e carinhosas, que ele tinha a ilusão de estar em seu próprio país. Mais significativamente, fez uma alusão à guerra, lamentando que “o direito da força” viesse prevalecendo sobre a “força do direito”. Esta última fórmula continuaria “sendo um princípio teórico, bom para a época de paz, para as discussões das conferências e para encher os livros dos tratadistas”. Voltou, então, seu chamado às “novas gerações”, afirmando a importância de a juventude argentina cooperar com a brasileira. O “intercâmbio intelectual, tanto de alunos como de professores”, seria fundamental para o desempenho dessa tarefa, a ser posteriormente completada por “convenções e tratados”. Dirigindo-se expressamente aos estudantes, clamou para que tomassem as ferramentas e iniciassem “o quanto antes vossa obra de reconstrução do direito e da organização da paz”.¹⁰⁶

Em sentido semelhante, o representante discente Armando Levene elogiou a “espontaneidade” das homenagens ao Brasil, que constituiriam “um consolo para os que cremos na fraternidade dos povos americanos”. Afirmou, assim, que a vinculação entre os povos deveria surgir de fontes profundas, não poderia ser forçada pelos governantes, sob o risco de ser artificiosa e efêmera. A instauração da República no Brasil foi celebrada como

¹⁰⁵ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 5-24.

¹⁰⁶ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 25-38.

uma projeção sobre a nação da juventude eterna. Em uma provável referência à obra de Rodó, afirmou que a mudança do regime político representava a ascensão de Ariel “em um raio de luz, assegurando-lhe, junto ao pão que nutre, o pensamento que imortaliza”. Censurando a “Europa ensanguentada”, Levene encerrou o seu discurso com uma conclamação política que contrastava com o tom cerimonioso das outras falas. Ecoando tanto a Reforma Universitária quanto lutas da esquerda, ele bradou, parafraseando o Manifesto do Partido Comunista: “Juventude, força pujante e desinteressada, impulso fraternal, para realizar o grande e fecundo consórcio do braço e do pensamento. *Trabajadores manuales e intelectuais do mundo: uní-vos!*”¹⁰⁷

Esse chamado à união entre operários e homens do pensamento não poderia estar mais distante da medida que completou as homenagens da Facultad de Derecho da UBA ao Brasil. A instituição de ensino decidiu conceder doutorados *honoris causa* para Eptácio Pessoa, Clóvis Beviláqua, Manuel Álvaro de Souza Sá Vianna e Abelardo Lobo, “em mérito de seus trabalhos de aproximação intelectual e pelos serviços prestados à casa”. Os respectivos diplomas foram entregues em uma cerimônia realizada no Rio de Janeiro em meio aos festejos do centenário da Independência. Abelardo Lobo discursou em nome dos homenageados, adotando um tom tradicionalista, exaltador da herança colonial, reivindicando uma conexão com Roma e marcado por notas religiosas. A “gentileza” do gesto dos argentinos encontraria um antecedente em José León Suárez, cuja palavra teria bastado “para que se fundissem os elos da cadeia dos nossos sentimentos recíprocos, da mesma forma por que DEUS fundiu nas nossas artérias o sangue generoso dos nossos gloriosos antepassados, nascidos sob o céu luminoso da Península Ibérica”. Argentinos e brasileiros proviriam, assim, “da mesma estirpe ancestral” e teriam sido “nutridos, ontem e ainda hoje, pela LOBA FECUNDA que organizou definitivamente em bases científicas o Estado, a Igreja e o Direito”. A partir da “evolução histórica hispano-lusitana”, os dois países se teriam tornado “enérgicos propulsores da civilização romana” e “assentado definitivamente” no “solo da prodigiosa FILHA DE COLOMBO os fundamentos que deve tomar a vida universal”. As “virtudes da nossa RAÇA” e os valores cristãos deveriam ser postos a serviço da “obra gigantesca da reconstrução social”. Lobo encerrou o discurso conclamando todos a se porem de pé “em homenagem à aristocracia do saber” ali reunida.¹⁰⁸

¹⁰⁷ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 39-43, grifos nossos.

¹⁰⁸ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié,

Assim como ocorrera com as celebrações do centenário em geral,¹⁰⁹ a intervenção do Instituto dos Advogados Brasileiros nos festejos fora preparada com ampla antecedência. A realização de um congresso jurídico comemorativo da Independência foi minuciosamente debatida e planejada pelo órgão representativo da advocacia desde, ao menos, 1917.¹¹⁰ Embora Rodrigo Otávio Filho tenha inicialmente sugerido que se convidassem “Portugal e as nações americanas”,¹¹¹ o IAB logo optou por realizar um congresso “exclusivamente nacional”.¹¹² Essa escolha pode ser associada a movimentações intelectuais e políticas mais amplas em curso no Brasil. De forma análoga ao que acontecera na década anterior na Argentina, o centenário da emancipação política constituiu um momento de profunda reflexão sobre os rumos do país e de inflexão nos debates sobre a nacionalidade. O ano de 1922 é considerado pela historiografia um momento de cristalização dos sentimentos de decepção com a República e de fortalecimento de reivindicações pela modernização do Brasil. A Semana de Arte Moderna, a fundação do Partido Comunista, a eclosão da primeira revolta tenentista podem ser vistas como expressões desse fato.¹¹³

Em sintonia com tais debates, o jurista Pontes de Miranda, atuante membro do IAB, indagava e propunha, em uma publicação ligada à exposição de 1922: “que momento poderia ser mais adequado do que este em que festejamos o centenário da nossa independência política? Precisamos demarcar as fronteiras do espírito nacional como já se fixaram as do território”.¹¹⁴ Em seu discurso de posse como presidente do Instituto, em novembro de 1920, Alfredo Bernardes havia afirmado que a agremiação não poderia “conservar-se indiferente” perante o “centenário da nossa emancipação política”, uma vez que “desde o seu início vem concorrendo com os seus trabalhos e resoluções para a feitura de importantes leis”. Prometeu, assim, empenhar “todos os esforços para que se torne uma realidade o Congresso Jurídico em 1922”. Reivindicando os antecedentes da Bélgica e da Inglaterra, propôs que um dos objetivos do evento fosse “a criação da Federação dos Advogados Brasileiros”. Em um movimento que

1923, p. 66-68, maiúsculas no original.

¹⁰⁹ Ver MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992, em especial p. 16-18.

¹¹⁰ A proposta inicial foi apresentada por Teodoro Magalhães e João Luiz Alves em 4 de outubro de 1917. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 13ª sessão ordinária, realizada em 4 de outubro de 1917. Biblioteca IAB.

¹¹¹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 14ª sessão ordinária, realizada em 11 de outubro de 1917. Biblioteca IAB.

¹¹² INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 8ª sessão ordinária, realizada em 13 de junho de 1918. Biblioteca IAB.

¹¹³ Para uma discussão mais extensa dessas questões, ver MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992; OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

¹¹⁴ *Apud* GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 92.

pode ser aproximado dos intuitos que guiariam o estabelecimento da FACA em julho de 1921, Bernardes defendeu que a nova federação conformasse “um grande espírito de fraternidade e de solidariedade entre os membros da advocacia de todos os Estados da União Brasileira, cultuando, como verdadeiro [sic] sacerdotes do Direito, o ideal da justiça e da paz”.¹¹⁵ Antes do congresso, porém, o IAB viveu uma séria crise, que acabou levando à renúncia do presidente e dos demais ocupantes dos cargos da diretoria.¹¹⁶

Possivelmente em função dessa perturbação interna, o Congresso Jurídico Comemorativo da Independência,¹¹⁷ inicialmente previsto para as primeiras semanas de agosto, reuniu-se no Rio de Janeiro entre 16 de outubro e 1º de novembro de 1922. Reavivou-se, assim, o intuito de promover encontros regulares de bacharéis em direito que ficara frustrado após o evento realizado em paralelo ao centenário da abertura dos portos em 1908. Na sessão do IAB de 24 de junho de 1920, Levi Carneiro, um jurista que vinha ganhando espaço dentro do Instituto, detalhou as tentativas de realização de novos congressos e os motivos de seu fracasso. Afirmando a todo tempo que se valera dos arquivos do órgão representativo da advocacia para compor suas explicações, Carneiro relatou que a segunda reunião do Congresso Jurídico Brasileiro fora prevista para ocorrer em São Paulo no ano de 1911, tendo uma comissão chegado a ser nomeada para sua organização. Valendo-se de uma data cívica, o encontro deveria ser aberto em 15 de novembro, o que não ocorreu “por motivos que não se acham bem determinados”. No ano seguinte, o então presidente Alfredo Pinto “empenhou vivos esforços no sentido de realizar o Congresso, tendo ido a São Paulo para esse fim”. Após sucessivos adiamentos, resolveu-se em julho de 1915 incumbir o Instituto dos Advogados de Minas Gerais de realizar o evento em Belo Horizonte. Mendes Pimentel, professor da Faculdade de Direito de Minas Gerais e fundador de uma das principais publicações jurídicas brasileiras, a *Revista Forense*, chegou a obter junto aos poderes estaduais uma dotação orçamentária para a iniciativa, que terminou por caducar sem que o congresso se efetivasse. Entre as dificuldades alegadas, estavam as consequências da

¹¹⁵ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 26ª sessão ordinária, realizada em 11 de novembro de 1920. Biblioteca IAB.

¹¹⁶ A crise foi desencadeada por uma indicação de Mário Gomes Carneiro envolvendo um processo contra um oficial da Marinha, apresentada no começo de junho. O tema suscitou controvérsia sobre se o pedido implicava um posicionamento sobre tema político, vedado pelos estatutos. Os ânimos se acirraram ainda mais com a rebelião no Forte de Copacabana no início de julho. Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 103-105.

¹¹⁷ Há, nas fontes, uma oscilação na maneira de nomear tal congresso. Optamos, por isso, por empregar de forma intercambiável as diferentes designações encontradas.

guerra e a perda de oportunidade de muitas das teses originalmente formuladas.¹¹⁸ Esse tortuoso percurso sugere que, ao contrário do que ocorrera durante o período imperial, o lugar do IAB na vida pública não estava assegurado – o que reforça o caráter estratégico das escolhas de fazer coincidir os congressos com grandes celebrações públicas.

O rol de membros previsto para o encontro finalmente realizado em 1922 reproduzia com mínimas alterações o do de 1908,¹¹⁹ abarcando delegados dos poderes públicos, membros do Legislativo, profissionais da área jurídica, lentes das faculdades, redatores de revistas especializadas. As nove seções propostas traziam pequenas, porém significativas, mudanças em relação aos grupos de trabalho do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro. Foram suprimidos os debates sobre ensino jurídico, a rubrica “direito constitucional” ganhou o adendo “e político”, a seção de direito internacional foi desdobrada em “público e “privado”, incluiu-se o tema “direito industrial e legislação social”, os debates sobre direito administrativo foram nomeados como “ciência da administração”. O intuito de conferir aos trabalhos uma natureza científica foi expresso de diversas outras maneiras, como no dispositivo do regimento que detalhava como deveriam ser preparados os relatórios em resposta ao questionário proposto: “uma pequena exposição de doutrina que encerre conclusões, ou, apenas, as simples proposições que sirvam de base aos debates e deliberações do Congresso”.¹²⁰

Em sua edição de 2 de novembro de 1922, o *Jornal do Comércio* afirmou, na seção especial dedicada ao centenário, que os congressos realizados em função da efeméride continuavam “a trabalhar com proveito para o país”. O diário carioca expressou, assim, a confiança em que, “desse magnífico balanço que se vai fazendo das nossas coisas e possibilidades, grande parte ficará integralizada à nossa cultura”. Um pouco adiante, na mesma página, o jornal noticiava o banquete de despedida do Congresso Jurídico do Centenário, realizado na tarde anterior no Jockey Clube. Transcreveu-se o discurso realizado por Levi Carneiro. Logo de início, Carneiro evocou o fato de o congresso se ter reunido “em hora que se tem dito simbólica da vida nacional; [...] em meio de muitos outros congressos científicos e de tantas e tantas festas; nos dias inquietos que se estão seguindo à guerra, subversora de tantas instituições e de tantas teorias”. Numa muito provável resposta a críticas

¹¹⁸ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 9ª sessão ordinária, realizada em 24 de junho de 1920. Biblioteca IAB.

¹¹⁹ GALVÃO, Laila Maia. Espaços de construção da interpretação constitucional: análise dos congressos jurídicos da Primeira República. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 19, n. 118, jun-set. 2017, p. 389.

¹²⁰ Congresso Jurídico. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXIX, jul-dez 1922, p. 181-182. As teses propostas para debate estão disponíveis em: Congresso Jurídico. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXVII, jul-dez 1921, p. 477-482; Congresso Jurídico. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXVIII, jan-jun 1922, p. 397-398.

que o evento recebera, rebateu à ideia de que não “se teriam enunciado problemas suficientemente solenes, ante a gravidade do momento”. Afirmou, em contraponto, que os congressos fariam uma “obra coletiva”, que “não pode ser de realizações milagrosas, e sim, de preparação, de difusão, de intercomunicação de ideias, de troca de sugestões, de aproximação de colaboradores distantes e ignorados”.¹²¹

Após glorificar a profissão de advogado, Carneiro expôs uma tensão entre o “êxito forense” e o desenvolvimento da “cultura jurídica”, tensão esta que se poderia atenuar pelo conhecimento recíproco dos praticantes de diferentes áreas do direito e “tratando juntos as questões doutrinárias e práticas”. De maneira próxima ao juízo que o *Jornal do Comércio* expressara sobre os congressos em geral, o orador sustentou que as reuniões frequentes poderiam ajudar a elevar o “nível médio da cultura jurídica do país”. O “sentimento coletivo do direito” seria fundamental para o desempenho dessa tarefa. Expressando uma profunda crença no direito como instrumento de transformação social, afirmou que “talvez em nenhum país do mundo, de condição política análoga à nossa, haja a realizar tão vasta obra, puramente jurídica, e tantos problemas sociais possam ter solução [...] mediante providências de ordem estritamente legislativa”. Para tanto, o IAB e outras instâncias das profissões jurídicas deveriam estimular um estudo rigoroso e aberto a outras áreas do conhecimento, bem como investir em iniciativas partilhadas:

Remodelemos o ensino jurídico, estimulemos a cultura jurídica, *inspirando-a nos fatos sociais e políticos e especialmente nos fatos econômicos*. Podemos rever e completar a legislação, confiando em nossa *capacidade de realizar, de adaptar, de assimilar*. O congresso jurídico do centenário vale por um *depoimento coletivo*, uma iniciativa promissora no sentido das ponderações em que me tenho alongado.¹²²

A nota do *Jornal do Comércio* também contemplava as resoluções tomadas na reunião de encerramento da cúpula de juristas. Uma moção determinava que, diante “dos excelentes resultados do Congresso Jurídico do Centenário, de todas as esperanças que ele trouxe ao país no progresso e remodelação de muitos pontos de sua legislação, honrando de maneira imponente a cultura jurídica brasileira”, uma nova reunião ocorresse cinco anos mais tarde, “a fim de que toda a classe, e o país, possam solenemente verificar os seus resultados práticos na evolução de nossas leis”. Aprovou-se, ainda, um voto de louvor à imprensa, reconhecendo a contribuição dos jornais para a realização do encontro.¹²³ Aliada à coincidência entre o encontro acadêmico e as festas cívicas dos cem anos da Independência, esta resolução

¹²¹ O centenário. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1922, p. 3.

¹²² O centenário. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1922, p. 3, grifos nossos.

¹²³ O centenário. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 2 de novembro de 1922, p. 3.

sinalizava para a forte ressonância pública das atividades patrocinadas pelos juristas. Ela também pode ser associada a esforços dos próprios juristas para assegurar seu lugar de proeminência política. Longe de ser estável ou dado de antemão, esse lugar precisava ser constantemente reconstruído, sobretudo em um momento em que cresciam os questionamentos ao poder dos bacharéis.

No ano de 1923, a circunstância imponderável da morte retirou de cena dois polígrafos inseridos nos círculos políticos e diplomáticos que se haviam empenhado em estreitar os laços entre a Argentina e o Brasil. Rui Barbosa faleceu em março, suscitando homenagens no CABA.¹²⁴ Estanislao Zeballos, por sua vez, morreria em outubro, enquanto estava em Liverpool em função de compromissos ligados à ILA. Seu intuito de se reencontrar com o amigo Oliveira Lima, em uma passagem pelos Estados Unidos a caminho da Inglaterra, parece ter sido frustrado, pois o brasileiro havia decidido estender uma temporada em Lisboa.¹²⁵ A acreditar no relato que seu filho homônimo fez em resposta às condolências enviadas por Oliveira Lima, os funerais de Estanislao Zeballos causaram grande comoção em Buenos Aires.¹²⁶ Numa das últimas cartas que remeteu a Oliveira Lima, Zeballos havia afirmado, enquanto tal cúpula diplomática ainda estava em curso, o fracasso da V Conferência Pan-Americana.¹²⁷

Reunida em Santiago entre março e maio de 1923, essa conferência foi objeto de censuras generalizadas, sobretudo em função da impossibilidade de se chegar a um acordo sobre a redução dos armamentos. Num provável esforço para amenizar os confrontos que tivera com os representantes argentinos, o chefe da delegação brasileira, Afrânio de Melo Franco, concedeu uma longa entrevista ao jornal portenho *La Nación* durante seu retorno ao Rio de Janeiro. Franco procurou matizar o “exagerado pessimismo” com que a conferência vinha sendo avaliada. Destacou a importância das reestruturações na União Pan-Americana – supostamente voltadas a uma diminuição da ascendência dos Estados Unidos e à garantia de uma maior independência perante as instâncias diplomáticas –, bem como do chamado Pacto

¹²⁴ O CABA publicou em sua revista um necrológio de Barbosa, encerrado com uma evocação profundamente elogiosa do discurso que o brasileiro fizera na Facultad de Derecho da UBA. Ver ALCORTA, Carlos Alberto. Rui Barbosa. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. III, n. 2, abr.-mai. 1923, p. 259-263.

¹²⁵ ZEBALLOS, Estanislao. Cartas a Manoel de Oliveira Lima: 24 de maio de 1923; 4 de junho de 1923, Oliveira Lima Library.

¹²⁶ Ao remeter a Washington jornais contendo o relato do enterro de seu pai, Estanislao Zeballos Hijo afirmou: “O povo – que papai não buscou de forma alguma – o acompanhou em massa a sua última morada. Foram mais de cem mil pessoas – e segundo as crônicas de pessoas muito sérias, nunca se viu em Buenos Aires nada mais grandioso desde a repatriação dos restos do General San Martín!”. ZEBALLOS HIJO, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 26 de setembro de 1923, Oliveira Lima Library.

¹²⁷ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 9 de abril de 1923, Oliveira Lima Library.

Gondra. Nomeado em homenagem ao representante paraguaio que foi seu proponente inicial, esse acordo determinava a investigação prévia por uma comissão internacional de questões suscitadas entre os países americanos e foi considerado um dos poucos resultados concretos da conferência de Santiago. Após afirmar que a questão dos armamentos, por consistir em “um problema técnico, que deve ser resolvido tecnicamente”, demandava uma reunião específica em que se debatesse com “serenidade” e “elevação”, Franco se preocupou em rebater a suspeita de belicosidade que pesara sobre o Brasil ao longo da conferência. Para tanto, afirmou enfaticamente a proximidade e a amizade entre o Brasil e a Argentina: “Além dos sentimentos antigos e indestrutíveis que unem o Brasil e a Argentina numa larga e comum história de civilização democrática, de ideias de progresso, de liberdade e de justiça, deve reconhecer-se que ambos são países que não têm rivalidades de espécie alguma”.¹²⁸

A FACA finalmente promoveria sua Primeira Conferência Nacional de Advogados em Buenos Aires em novembro de 1924. Na sessão que realizou em abril de 1923, a Junta de Gobierno da federação havia proposto que se organizasse um congresso para discutir a unificação das leis processuais de toda a República¹²⁹ – um tema que já vinha motivando mobilizações no IAB nos anos anteriores.¹³⁰ O programa definitivo contemplava, além desse ponto, o debate sobre a conveniência de se proceder de maneira análoga em relação à organização judicial. Assim como o encontro da ILA dois anos mais cedo, o congresso realizou suas sessões na sede do CABA. Além de delegados dos Colegios de Abogados de diferentes partes do país, seriam membros da conferência representantes dos governos nacional e provinciais, de universidades, componentes do congresso e de tribunais de justiça, além de “tratadistas, escritores, autores nacionais em matéria processual e constitucional”. Para a comissão de honra, foram nomeados o presidente da República, Marcelo T. de Alvear, o ministro da Justiça e dos Negócios Interiores, Antonio Sagarna, e o presidente da Corte Suprema, Antonio Bermejo, além dos sócios honorários do CABA David de Tezanos Pinto,

¹²⁸ FRANCO, Afrânio de Melo. *Pela fraternidade continental americana*. (Discursos e entrevista a “La Nación”, de BUENOS AIRES). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924, p. 71-81. Os comentários gerais sobre a conferência e a atuação de Franco em seu âmbito se baseiam em: BRANDI, Paulo. Franco, Afrânio de Melo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-afranio-de-melo>. Acesso em 31/03/2018; DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013, p. 60-65.

¹²⁹ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Memoria Correspondiente al Primer Ejercicio*. Buenos Aires: [s.ed.], 1923, p. 5.

¹³⁰ Essa questão apareceu de forma proeminente, por exemplo, nos congressos realizados em 1900, 1908 e 1922. No último deles, a unificação das leis de processo foi explicitamente associada à unidade nacional. A primeira tese da seção de direito judiciário indagava: “A uniformização do Direito Processual pode ser considerado [sic] como elemento de conservação da Unidade Nacional? Urge que a União e os Estados se concentrem para realizá-la? Como se poderá conseguir esse resultado, e mantê-lo dentro da Constituição da República?”. Congresso Jurídico. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXVIII, jan-jun 1922, p. 397.

Norberto Piñero, Pedro Olaechea y Alcorta e de Ramón J. Cárcano. O último deles, destacado por Oliveira Lima como um grande representante da intelectualidade argentina, foi descrito como ex-governador da província de Córdoba e autor, em 1913, de um projeto para uma conferência interprovincial de unificação processual que foi tomado como antecedente do encontro. No decreto em que o governo nacional nomeou seus delegados para o congresso, foi afirmado o “alto interesse nacional” dos debates que a FACA propunha.¹³¹

Na sessão inaugural, que contou com a presença do presidente Alvear, o ministro Sagarna destacou o fato de se terem, naquele ano, reunido em Buenos Aires “vários Congressos e Conferências de associações, instituições e grêmios para o estudo de interessantes problemas científicos, docentes, jurídicos, econômicos e sociais”. Esse fato demonstraria não apenas “uma crescente preocupação com o intercâmbio de ideias, projetos e dados da observação” como forma de “melhor resolver questões que a complexa vida contemporânea postula”, mas também “a sugestiva e nobre atração que exerce esta grande metrópole, centro de uma intensa e multiforme atividade intelectual”. Elogiando o “trabalho desinteressado” da FACA em relação a “assuntos do mais vivo interesse jurídico”, o ministro assegurou que o encontro contaria com o apoio do Executivo. Sustentou serem os temas propostos “de verdadeira importância e alguns de palpitante atualidade” e afirmou a “urgente necessidade” de promover a organização legal dos órgãos representativos da advocacia. Afirmou, por fim, que a “maior harmonia entre as leis orgânicas e processuais de todo o país” era “uma séria preocupação e uma esperança”, mas que seria fundamental não ignorar as particularidades regionais, a diversidade dos meios em que tais leis se deveriam aplicar.¹³²

Discursando logo em seguida, o presidente da conferência e da FACA, Manuel B. Gonnet, ressaltou o ineditismo do encontro de advogados que se inaugurava. Gonnet expressou estranheza diante do fato de que, “enquanto os espíritos de cultura científica, em outra ordem das atividades humanas, buscam-se e animam suas conversas contribuindo com a cota de seu saber e de sua inteligência”, os advogados, “tão loquazes”, ainda não se tinham valido desse “campo de ação tão propício a recolher as investigações que a experiência oferece para modificar ou canalizar¹³³ a legislação”. De forma próxima ao que sustentara Levi Carneiro no almoço de encerramento do Congresso Jurídico do Centenário, cogitou que uma

¹³¹ FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 7-8; 17.

¹³² FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 57-58.

¹³³ No original, “encauzar”.

possível explicação se encontraria na inclinação dos bacharéis em direito de todo o mundo para a política. Essa inclinação os afastaria com frequência do foro e dificultaria debates acadêmicos coletivos e ponderados. Dirigindo-se aos delegados, Gonnet afirmou que sua colaboração havia sido buscada em uma obra para a qual o saber que detinham estava perfeitamente capacitado. Após censurar a dispersão das leis processuais argentinas e as contradições entre as disposições de distintas localidades, afirmou que os obstáculos para chegar à unidade seriam muitos, motivo pelo qual os participantes do congresso deveriam ter “espírito prático e científico ao mesmo tempo”. A conferência se deveria transformar, assim, em “um verdadeiro seminário”, possibilitando que cada um trouxesse a experiência do que havia “visto e aprendido” para assinalar defeitos na legislação e maneiras de os sanar. A obra resultante deveria ser entregue “aos jurisconsultos para que a codifiquem”, numa contribuição que resultaria de “muitos anos de vigílias e de estudos sobre a matéria”.¹³⁴

Ao fim desse processo, sustentou Gonnet, a “república terá ganhado, ao menos, nosso conselho, sincero e experiente”, o que constituiria uma retribuição por tudo o que a pátria havia feito pelos advogados. De forma semelhante ao que fizera Rivarola ao relatar suas impressões do STF brasileiro, defendeu a adoção do procedimento oral como uma maneira de “penetrar na vida e em suas demais orientações, com uma bagagem bem nutrida de espontaneidade e de eloquência”. Reivindicando a importância de assegurar a plena defesa, afirmou que, embora não fosse formalmente contratado pelo Estado, o advogado era “um funcionário público da justiça”. A realização de uma conferência com delegados “vindos de todas as regiões da República, representando as aspirações de todas as Províncias, para chegar à unidade de uma legislação processual”, constituiria “a prova mais evidente de como penetrou no sentimento público o espírito da nacionalidade”. A partir dessa vinculação estreita entre direito e nação, afirmou que as inimizades do processo de construção nacional haviam cedido espaço para a ação conjunta, o que procurou demonstrar pela presença na vida pública de personagens que haviam assumido lados opostos nas disputas do século XIX:

quando vemos em nossas praças, em nossas escolas, em nossos lares, tributar-se por igual a homenagem de admiração e de respeito à memória de Urquiza e de Mitre, de Sarmiento e de Avellaneda, lembramo-nos de que foram eles os que mais intensamente levaram em sua alma o sentimento mais profundo da nacionalidade para ensiná-lo e para difundi-lo e que, em sua passagem pelo governo [...] aplacavam-se os rancores, suavizavam-se as asperezas e se iluminavam as instituições.¹³⁵

¹³⁴ FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 58-60.

¹³⁵ FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la

No relatório das atividades do CABA durante o exercício que se encerrou em outubro de 1924, afirmou-se que ainda não se haviam “calado os ecos da Primeira Conferência Nacional de Advogados”. Sublinhando o fato de suas dependências terem sediado o encontro, o texto assinado pelo então presidente do Colegio, Mario A. Rivarola (o filho advogado de Rodolfo que recebera, meia década mais cedo, elogios de Oliveira Lima), justificava a necessidade de “anotar duas consequências que estavam fora do concretíssimo programa da Conferência”. Primeiramente, elogiou o fato de magistrados terem comparecido ao evento, o que estimularia o “mútuo respeito” entre diferentes setores das profissões jurídicas. A conferência também teria servido a um propósito de socialização, engendrando ou reavivando vínculos entre advogados. De forma mais profunda, Rivarola argumentou que ela permitia vislumbrar a “força social [...] que constituiria a união dos advogados em prol do progresso jurídico e da realização do direito, que é talvez, depois da família, e ainda antes se se quiser, o vínculo mais forte para manter a coesão social”. Mostrou-se espantado com o suposto fato de que, na Argentina, tivesse sido esquecida “toda a influência que os advogados exerceram em sua história, e a proporção em que estiveram dentre os homens que deram primeiro liberdade e mais tarde unidade a nossa pátria”. “Apenas a aproximação e a união”, prosseguiu ele, “podem despertar de novo e dar vida outra vez a essa força social adormecida”. Preocupou-se em ponderar que não pretendia formar uma “aristocracia dos advogados”, afirmando que eles eram “tão operários como o mais humilde”. Rivarola sustentou que insistia na “força social” daqueles profissionais, insuficientemente explorada por haver pouca união entre eles, porque “essa força conduz ineludivelmente ao governo social pelo direito mesmo, que não é monopólio de partido ou seita alguma, mas que é a única barreira que pode conter os *avances ilegítimos e dissolventes...*”¹³⁶

Ainda que essa defesa do desinteresse e da neutralidade política contivesse a contradição de aludir veladamente a censuras às lutas da esquerda, é preciso perceber como a reivindicação da cientificidade era, naquele momento, muito mais profunda e plena de significados. Ela constituía uma arma de combate cada vez mais central para os projetos políticos dos órgãos representativos da advocacia, tanto na Argentina quanto no Brasil. O mesmo relatório comentava esforços do CABA para organizar “sua face científica ou jurídica, mediante a criação de seções científicas”, a partir das inscrições de seus membros em seções

Penitenciaria Nacional, 1925, p. 60-62.

¹³⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 18-20, grifos nossos.

de debates especializados.¹³⁷ Por meio de resoluções tomadas por seu diretório em setembro de 1922 e em abril de 1925, o Colegio determinou a criação de um Instituto de Conferencias de Cultura Jurídica, como forma de melhor realizar seus propósitos estatutários de contribuir para a “retidão e a ilustração no exercício da advocacia” e intervir sobre assuntos de interesse público. Possivelmente inspirado no IPC, o novo órgão deveria “organizar conferências de caráter científico e de popularização sobre temas jurídicos”, e também “sobre questões de atualidade para o foro e a magistratura judicial”. O “plano orgânico de temas” para as conferências deveria ser formulado no início de cada ano, havendo flexibilidade para promover falas “fora do programa, quando assim o aconselhem as circunstâncias ao se debater algum assunto de atualidade ou quando se apresente a oportunidade de oferecer a tribuna do Instituto a uma personalidade de prestígio científico reconhecido”.¹³⁸

Também em meados de 1925, o IAB aprovou um parecer sobre a formação de uma Conferência Permanente de Juristas Brasileiros. A medida respondia a intuítos de formar uma Federação dos Advogados que remontavam, ao menos, ao início dos anos 1920. O IAB procurava, assim, construir “meios de uma mais efetiva aproximação entre os juristas brasileiros ou os vários Institutos de Advogados, atualmente existentes”. Recorrendo ao “pleno êxito” dos congressos de 1900, 1908 e 1922, sublinharam-se “os benefícios que para a evolução do direito, esclarecimento de controvérsias jurídicas e realização de reformas aconselháveis” haviam resultado “daquelas importantes assembleias de especialistas”. O parecer enfatizava “as evidentes vantagens de reuniões que facilitem as discussões em comum entre os juristas para a consecução de tão elevados fins; a necessidade mesmo de um maior contato entre eles”. Sustentava, porém, ser pouco conveniente “tentar desde já a organização da Federação dos Advogados Brasileiros”, o que demandaria “um entendimento prévio e um maior contato” com os institutos estaduais. Reivindicando a inspiração nos bons resultados que vinham obtendo “certas organizações técnicas, promovidas pela Liga das Nações, como órgãos auxiliares de sua atividade”, o parecer afirmou a relevância da conferência permanente, “criada com a elasticidade e as seções necessárias para comportar a discussão de todas as questões doutrinárias e práticas interessantes, o estudo de reforma [sic] aconselháveis na legislação e até do problema da assistência aos juristas e da organização da advocacia entre nós”. Além de normas quanto à sua composição, muito semelhantes às dos congressos dos

¹³⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 17.

¹³⁸ Instituto de Conferencias de Cultura Jurídica del Colegio de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IV, n. 5, jul. 1925, p. 110.

anos anteriores, aprovou-se a formação de uma comissão de dez membros do IAB para organizar conferências periódicas.¹³⁹

Entre os nomeados para tal comissão, estava Rodrigo Otávio. Em setembro de 1926, sua trajetória se cruzaria novamente com a de Rodolfo Rivarola, embora não de forma física. Otávio foi encarregado de realizar um discurso em homenagem ao argentino quando se inaugurou um retrato deste na Escola Sarmiento, no Rio de Janeiro. Abaixo da imagem, fora inscrita uma frase de Rivarola que clamava pela aproximação entre o Brasil e a Argentina: “Tudo quanto em qualquer dos dois países se faça ou se diga que pareça censura, estimule desconfiança ou suscite um receio, está fora da realidade, deve ser posto de lado, como se põe de lado um erro”. Segundo Otávio, tal juízo justificava o acerto da decisão de expor um retrato de Rivarola na instituição de ensino, já que essa atitude permitiria “a apresentação à admiração e ao carinho das gerações de futuros cidadãos e de futuras mães, que passarão por esses bancos, do nome do preclaro professor, jurisconsulto e sociólogo argentino”. Otávio comentou as estadias de Rivarola no Brasil no início dos anos 1920 para afirmar que o envolvimento do argentino “em nossa vida social e na das nossas casas de ensino e associações de caráter jurídico” lhe teria permitido “sentir as pulsações despreocupadas e sinceras de nosso coração e consolidar sua convicção de que o Brasil é uma nação generosa e boa, sem preocupações de hegemonias”. Rivarola se teria tornado, “pela observação real dos fatos, um devotado amigo nosso”. Encaminhando-se para o fim de sua fala, Otávio qualificou Rivarola como um “apóstolo” da confiança recíproca entre os povos e concluiu: “Consagrando seu nome e impondo a significação dele à consciência de nossa mocidade, vós colaborais, sr. diretor, nessa grande obra de apaziguamento e de harmonia”.¹⁴⁰

Para além do interesse nas vinculações entre juristas em círculos não restritos ao direito que esse ato solene denota, Rodrigo Otávio e Rodolfo Rivarola podem ser vistos como expressões de certa transição no perfil dos juristas envolvidos nos intercâmbios entre Brasil e Argentina. Ainda que a presença de internacionalistas e diplomatas como o primeiro deles permanecesse significativa, ganhavam espaço homens cuja atuação principal se dava na academia e em outras áreas do direito, como o segundo. Os temas e os termos dos diálogos também se transformavam, impactados tanto por questões específicas de cada um desses países, quanto por movimentações do cenário global. Em 1926, enquanto na Argentina se formava uma comissão para elaborar um novo código civil, o mundo jurídico brasileiro era

¹³⁹ A criação de uma Conferência Permanente de Juristas Brasileiros. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. I, n. 3, mai-dez 1925, p. 323-325.

¹⁴⁰ OTÁVIO, Rodrigo. *Brasil y Argentina*. Alejandro de Guzmán en la historia colonial. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926, p. 8-10; 22-26.

sacudido por acalorados debates sobre a reforma da Constituição de 1891. Ao mesmo tempo, a crença no fortalecimento das relações culturais entre os povos como meio de garantir a paz ganhava concretude em instituições vinculadas à Liga das Nações – como a própria alusão no parecer sobre a Conferência Permanente de Juristas Brasileiros sugeria – e a América Latina ganhava espaço no cenário internacional.¹⁴¹ O entusiasmo com que muitos dos países da região procuraram se inserir no novo concerto das nações logo se articulava a projetos de cooperação cultural, movimento a que os bacharéis em direito não se mantiveram alheios. Dois meses antes do discurso de Otávio em homenagem a Rivarola, o então presidente da FACA havia proposto no Rio de Janeiro um plano de aproximação entre os juristas argentinos e brasileiros – um projeto que foi rapidamente respaldado pelo IAB.

A caminho da “cooperação intelectual”: instituições internacionais, esforços para sistematizar intercâmbios e viagens de delegações

As motivações iniciais da viagem que J. Honório Silgueira realizou ao Brasil em 1926 foram um tanto mundanas. Ele viajou ao Rio de Janeiro como um dos representantes do Jockey Club de Buenos Aires na inauguração das novas instalações do seu homólogo no bairro da Gávea. Se acreditarmos no relato posterior de Silgueira, uma conversa casual com um jornalista correspondente de *La Nación* foi o ponto de partida para o seu contato com os juristas brasileiros, ao lado do diálogo com um interlocutor que logo se mostrou ser Félix Pacheco, ministro das relações exteriores do Brasil. Num movimento revelador das sociabilidades dos bacharéis em direito, o IAB promoveu um almoço em homenagem a Silgueira, também no hipódromo da Gávea. Poucos dias depois, o Instituto nomeou o argentino como seu membro honorário, em uma cerimônia à qual compareceram Pacheco, o embaixador argentino e outros representantes de países americanos.¹⁴²

Antes dessas solenidades, Silgueira concedeu uma entrevista ao *Jornal do Comércio*, em que descreveu as atividades e os objetivos da Federación Argentina de Colegios de Abogados. O repórter do diário carioca exaltou a presença do jurista argentino no Brasil como um sinal do clima de cordialidade entre os dois países e enfatizou que as diferentes agremiações que formavam a FACA eram equivalentes aos Institutos de Advogados existentes no Brasil. O artigo também mencionou o presidente anterior da Federação, Manuel B. Gonnet,

¹⁴¹ Uma extensa análise desses dois aspectos pode ser encontrada em: DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle. Les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946)*. Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História).

¹⁴² SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-210.

e seu estatuto de membro correspondente do IAB. Na parte final da entrevista, Silgueira propôs um “plano para a aproximação jurídica e cultural” entre os dois países. Após exaltar o IAB como o “decano da América”, ele expressou a certeza de que

pode ser, que tem de ser útil ao estreitamento de vínculos de amigos, vizinhos e fatores eficientes do progresso jurídico da América, pôr em contato, num frequente intercâmbio, os advogados do Brasil com os da Argentina, a fim de que, conhecendo-se, propaguem sua cultura, examinem ou estudem juntos os problemas que dizem respeito à legislação em geral, à organização política e às questões de direito internacional privado e público, que mais interessem a ambos os povos.¹⁴³

Um mecanismo útil para atingir tal objetivo, argumentou Silgueira, seria estabelecer visitas anuais de juristas brasileiros a Buenos Aires e de seus colegas argentinos ao Rio de Janeiro. Em sua visão, essas expedições ensejariam o conhecimento recíproco, em benefício de ambos os países, na medida em que permitiriam “empreender um estudo seguro do Direito Comparado”, promovendo a informação sobre a “legislação, sua marcha e orientação no ponto de vista social, político, econômico e do trabalho”. As viagens possibilitariam que os bacharéis em direito se inteirassem “da produção jurídica passada e presente do Brasil e da Argentina, da vida e da obra de seus advogados e juristas eminentes”, o que beneficiaria a ambos os países. De maneira próxima aos juízos que homens como Rui Barbosa e José León Suárez haviam expressado uma década mais cedo, Silgueira sustentou que as “grandes embaixadas, as que penetram com seu influxo, mais fundo no coração e no afeto dos que as enviam ou dos que as recebem” seriam não “as oficiais ou protocolares, mas as sociais e, particularmente, intelectuais”. Ao contrário daqueles que o precederam, porém, o presidente da FACA não enfatizou o direito internacional como foco de tais diálogos. Silgueira expressou interesse pela revisão constitucional brasileira, pelas práticas parlamentares, pela organização judiciária, pelas normas processuais, pelo instituto do *habeas-corpus*, por questões de direito administrativo.¹⁴⁴

Logo após o retorno de seu autor à Argentina, a iniciativa foi formalmente aprovada pela junta de governo da FACA. Em setembro de 1926, o CABA ofereceu uma recepção a José de Paula Rodrigues Alves, então embaixador brasileiro em Buenos Aires, em um primeiro esforço para dar concretude à aproximação entre os dois países por meio de seus órgãos representativos da advocacia. No dia 7 do mesmo mês, aproveitando-se das festividades pátrias brasileiras, Silgueira publicou um artigo em *La Nación*, em que reiterava o plano exposto ao repórter do *Jornal do Comércio*. A coincidência de, em outubro, o então

¹⁴³ Argentina-Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1926, p. 3.

¹⁴⁴ Argentina-Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1926, p. 3.

deputado pelo Rio Grande do Sul Lindolfo Collor ter sido convidado para falar no Instituto Popular de Conferencias sobre “gênese e desenvolvimento da solidariedade entre os povos da América do Sul” foi posteriormente qualificada por Silgueira como um sinal da emergência de um “terreno propício para a compenetração intelectual brasileira-argentina”.¹⁴⁵

A proposta do presidente da FACA ressoou rapidamente no IAB. No mesmo mês em que Collor discursou nos salões de *La Prensa*, Rodrigo Otávio se referiu à recente recepção de Silgueira como membro honorário. Em seu discurso de posse para um terceiro mandato à frente da agremiação de advogados, Otávio sustentou a necessidade de transpor “as fronteiras pátrias, fronteiras que em nossa América democrática e irmã não devem senão corresponder a uma expressão verbal”. Segundo o presidente do IAB, o argentino teria apresentado “traços de um roteiro luminoso e fecundo” de vinculação internacional, que poderia contribuir para a “realização integral e benemérita de uma alta missão de civilização e cultura”.¹⁴⁶

No discurso feito na recepção de Silgueira como sócio honorário por Pinto Lima, orador oficial do IAB, o entrelaçamento de propósitos entre associações de advogados do Brasil e da Argentina fora reivindicado de forma ainda mais contundente. Afirmando logo de partida a responsabilidade de ser o “intérprete” do Instituto “diante do eminente embaixador da intelectualidade jurídica da próspera e adiantada república Platina”, o brasileiro elogiou a atuação de Silgueira. O argentino teria desenvolvido uma “propaganda intensa, inteligente e incansável de aproximação intelectual e jurídica dos povos da América do Sul”. Expressou, também, o desejo de que sua presença favorecesse a concretização da ideia de formar uma Federação dos Advogados Brasileiros, análoga ao órgão que Silgueira presidia em seu país. Pinto Lima expôs, mais à frente, as finalidades expressas nos estatutos da FACA, destacando os intuitos do órgão de “enaltecer o conceito público da advocacia” e de obter o controle sobre seu exercício. O orador afirmou a coincidência entre as “necessidades do meio forense” da Argentina e do Brasil para reivindicar tanto a inserção em uma longuíssima tradição, quanto a necessidade de intervir sobre o presente:

Aqui, também, os advogados, que se interessam pelo brilho da profissão, que foi *a grandeza de Atenas e de Roma*, e que tornou imortais muitas das páginas da história, sentem a urgência de reformas, que mais exaltem, no conceito público, a advocacia, e que enaltecendo os advogados, os coloquem sob a égide da Ordem, sendo esta, a um tempo, a balança onde se pesem as virtudes e os zelos dos *êmulos de Cícero* e dos distribuidores da justiça dos tribunais.¹⁴⁷

¹⁴⁵ SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-210.

¹⁴⁶ OTÁVIO, Rodrigo. Discurso de posse. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 5, 1927, p. 8.

¹⁴⁷ LIMA, Pinto. Recepção do Dr. Honório Silgueiras [sic] – Discurso do orador oficial. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 6, 1927, p. 18-20, grifos nossos. A rápida e favorável ressonância desse ato na Argentina pode

A “obra de aproximação, de solidariedade, de cultura e de paz” proposta por Silgueira favoreceria a concretização de “um comum futuro, realizado pelo direito, que é o ideal e o orgulho da vida do advogado”. Pinto Lima encerrou sua fala afirmando a importância de que o direito prevalecesse sobre a força, aludindo ao ainda recente trauma da guerra e enfatizando a preferência do Brasil pelo arbitramento como um “padrão do adiantamento jurídico social da Constituição republicana”.¹⁴⁸ Embora não seja possível estabelecer uma causalidade linear ou direta entre esses processos, tais referências ao belicismo nos instigam a situar a iniciativa do então presidente da FACA e sua acolhida no IAB em movimentações mais amplas do cenário internacional.

A reordenação que se seguiu ao armistício e ao Tratado de Versalhes vinha dando impulso a novos projetos internacionalistas¹⁴⁹ e favorecendo a retomada dos estudos de direito comparado. Em 1921, Édouard Lambert fundara em Lyon o Institut de Droit Comparé (IDC). Com essa medida, o professor francês finalmente conseguiu institucionalizar esforços para fazer uma ciência jurídica comparativa que ultrapassasse o mero cotejo entre diferentes legislações, que remontavam a suas intervenções no congresso realizado em Paris em paralelo à Exposição Universal de 1900.¹⁵⁰ Em princípios de 1914, a criação da Académie Internationale de Droit International (AIDI), com sede em Haia, havia sido determinada. Sua instalação ficou, porém, suspensa até junho de 1923, em consequência da eclosão da Primeira Guerra Mundial. Quando finalmente iniciou suas atividades, contou com o financiamento da CEIP e foi presidida pelo reconhecido internacionalista francês Charles Lyon-Caen. Já em 1925, a Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA elogiava o funcionamento de tal academia, que teria respondido “imediatamente às esperanças fundadas nessa instituição de ensino superior internacional”.¹⁵¹ Em 1926, o Instituto Internacional para a Unificação do Direito Privado (UNIDROIT) foi estabelecido em Roma, sob os auspícios da Liga das

ser atestada por: Acercamiento jurídico cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IV, n. 3-4, mai-ago 1926, p. 270-271. Além de exaltar o acolhimento dispensado a Silgueira, a nota reproduz um telegrama do então presidente do IAB, Milcíades Mário de Sá Freire, comunicando a eleição do membro honorário e endossando a importância de promover “uma maior aproximação e intercâmbio intelectual entre os dois países irmãos”.

¹⁴⁸ LIMA, Pinto. Recepção do Dr. Honorio Silgueiras [sic] – Discurso do orador oficial. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 6, 1927, p. 22-23.

¹⁴⁹ Para um panorama acessível e sucinto dos internacionalismos do entreguerras, consultar: SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013, p. 45-78.

¹⁵⁰ Ver PETIT, Carlos. Lambert en la Tour Eiffel, o el derecho comparado de la Belle Époque. In: PADOA-SCHIOPPA, Antonio (ed.). *La comparazione giuridica tra Otto e Novecento*. In ricordo di Mario Rotondi. Milão: Instituto Lombardo di Scienze e Lettere, 2001, em especial p. 66-74.

¹⁵¹ La Academia de Derecho internacional de la Haya. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. IV, 1925, p. 853. Essa academia segue existindo e promovendo atividades de ensino na capital holandesa. Ver <https://www.hagueacademy.nl/>.

Nações, com o intuito de promover a aproximação entre as normas de diferentes países e, com isso, facilitar o comércio e os fluxos de pessoas.¹⁵²

No mesmo ano, a inauguração do Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI), com sede em Paris, buscou consolidar as políticas de aproximação entre diferentes países por meio da cultura. A Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI), pensada em caráter consultivo e provisório, havia sido estabelecida pela Liga das Nações em 1921. O IICI foi proposto pela França em 1924, buscando garantir sua influência no cenário mundial e propiciar um desenvolvimento mais estável das atividades de cooperação intelectual no âmbito da Liga. Em 1931, o organismo internacional sediado em Genebra estabeleceu a Organização de Cooperação Intelectual (OCI), que compreenderia a CICI, o IICI e o Instituto Internacional do Cinema Educativo (IICE), idealizado pelo governo italiano em 1928. Na assembleia da Liga das Nações de 1931, foi proposta uma definição de cooperação intelectual: “a colaboração internacional a fim de assegurar o progresso da civilização geral e dos conhecimentos humanos, notadamente do desenvolvimento e da difusão das ciências, das letras e das artes”. Ela auxiliaria, assim, na criação de “um estado de espírito favorável à solução pacífica dos problemas internacionais”.¹⁵³ Colocado à disposição da Liga das Nações, mas contando com autonomia, o IICI logo estabeleceu um serviço jurídico. A cargo, em seus primeiros anos, de Raymond Weiss, filho de um renomado internacionalista atuante na virada do século XIX ao XX,¹⁵⁴ a seção dedicada ao direito desenvolveu suas atividades em diálogo com organismos profissionais e instâncias acadêmicas, tendo auxiliado na articulação de congressos e outros eventos.

¹⁵² Com a extinção da Liga, o UNIDROIT foi reestabelecido em 1940 a partir de um acordo multilateral, e segue promovendo estudos sobre a necessidade de tornar mais semelhantes as leis de diferentes países e os métodos mais adequados para fazê-lo. Ver: <https://www.unidroit.org/about-unidroit/overview>.

¹⁵³ Esta breve descrição dos mecanismos de cooperação intelectual da Liga das Nações se baseia em: DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle. Les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili* (1919-1946). Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História), de onde extraímos a citação sobre a definição de cooperação intelectual (p. 40); DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil*. Paris: IHEAL, 2008; RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée. La Société des Nations et la coopération intellectuelle* (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

¹⁵⁴ André Weiss (1858-1928), originário de uma família alsaciana que optou pela nacionalidade francesa após 1870, foi professor titular de direito civil e, posteriormente, de direito internacional público e privado na Faculté de Droit de Paris. Em 1924, solicitou precocemente sua aposentadoria, por causa de sua atuação como juiz da Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia. Ver o verbete a ele dedicado na base de dados: <http://siprojuris.symogih.org/siprojuris/enseignant/57401>. Não conseguimos encontrar maiores informações biográficas sobre Raymond Weiss, exceto dados sobre o seu nascimento, ocorrido em Paris em 1888. É provável que o prestígio do pai tenha pesado em sua escolha para o serviço jurídico do IICI, mas é importante destacar que os temas pelos quais Raymond se interessava convergiam com certas ações da Liga das Nações. Sua tese de doutorado, por exemplo, tratava da história do direito internacional do trabalho: WEISS, Raymond. *Un précurseur de la législation internationale du travail: Daniel Le Grand (1783-1859), son œuvre sociale et internationale*. Paris: M. Rivière, 1926.

Durante o entreguerras, diversos mecanismos da vida intelectual forjaram redes e fortaleceram um sentimento latino-americano que ia muito além das relações diplomáticas e comerciais – e que, como vimos, já se vinha construindo nas décadas anteriores. Esse processo ganhou novos impulsos com a atuação tanto do IICI quanto dos organismos internacionais do continente americano. Universalismo e regionalismo coabitavam, à medida que tais países procuravam agir ao mesmo tempo no cenário da Liga das Nações e no do pan-americanismo, em um ambiente em que a cultura era concebida como um mecanismo da política exterior.¹⁵⁵ Não se deve esquecer, contudo, que essas atividades estiveram igualmente conectadas a dinâmicas regionais específicas, frequentemente hostis tanto à Europa quanto aos Estados Unidos, sobretudo em meio àqueles que reivindicavam a herança da Reforma Universitária iniciada na Argentina em 1918 em uma chave anti-imperialista. É necessário levar em conta, ainda, as tensões dentro da própria região. Em 1926, os países hispano-americanos rejeitaram unanimemente as pretensões brasileiras de ocupar um assento permanente na Liga das Nações. Com o afastamento da Europa assinalado pela subsequente retirada do Brasil do órgão sediado em Genebra, o país se concentrou em romper as resistências com que era recebido em meio a seus vizinhos.

As políticas culturais rapidamente adquiririam um protagonismo nesse esforço. O médico Xavier de Oliveira publicou em 1926 uma série de artigos no *Jornal do Brasil*, em que conclamava à criação de um organismo para fortalecer a cooperação intelectual americana. Oliveira prosseguiu empenhado nessa tarefa ao longo de 1927, possivelmente tendo em vista a Conferência Pan-Americana que se reuniria em Havana no ano seguinte. Seus esforços contaram com repercussão e boa acolhida na Hispano-América – ainda que, em alguns momentos, o brasileiro tenha tomado como favoráveis à sua iniciativa reações que demonstravam afastamentos importantes, sobretudo em relação ao papel dos Estados Unidos. O projeto de um Instituto Americano de Cooperação Intelectual foi submetido duas vezes à Câmara dos Deputados brasileira, sem que fosse transformado em lei. O órgão se concretizou durante a conferência de Havana, porém sem grande protagonismo da delegação brasileira: por iniciativa de um delegado uruguaio e com relatoria de argentinos. Seu funcionamento e seus estatutos seriam definidos na Conferência de Reitores, Decanos e Educadores, reunida igualmente na capital cubana em 1930. O órgão jamais chegou, entretanto, a desenvolver

¹⁵⁵ DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle*. Les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946). Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História), p. 19-20; 34-37.

atividades significativas, possivelmente porque uma outra divisão dedicada à cooperação intelectual já vinha atuando no âmbito da União Pan-Americana.¹⁵⁶

Enquanto Xavier de Oliveira se empenhava em defender seu projeto, um de seus principais interlocutores foi J. Honório Silgueira. Na conferência de agosto de 1943 em que construiu uma narrativa retrospectiva sobre “como nasceu e se desenvolveu o intercâmbio jurídico-cultural entre os advogados brasileiros e argentinos”, Silgueira falou de seu contato com Oliveira como “uma feliz concomitância” e destacou o fato de que o nome de ambos fora, juntamente com o do também médico Antônio Austregésilo, objeto de um “voto de agradecimento e louvor” na Conferência de Havana. No mesmo discurso, o argentino deixou claro que seu contato com os planos do médico brasileiro não fora casual, mas sim resultado de uma visita que este lhe fizera em seu hotel durante uma viagem ao Rio de Janeiro, levando “os folhetos e jornais nos quais explanava e se aplaudiam seus esforços”.¹⁵⁷

Silgueira havia proposto, contudo, alterações importantes ao projeto de Oliveira. Em carta dirigida ao brasileiro em 19 de agosto de 1927, considerou sua ideia excelente, mas “um tanto incompleta, como unilateral é o projeto apresentado à Câmara dos Deputados”. Afirmou a necessidade de “fazer obra de intercâmbio cultural, não só entre professores e estudantes de medicina, senão em todos os ramos da atividade: ciências, direito, letras, artes”. O argentino se insurgiu, também, contra a ideia de “alta cultura” presente no projeto. Sustentou, em contraponto, ser conveniente que o Instituto Pan-Americano fosse de “cultura geral”, porque “é necessário que todas as classes sociais de nossos países, particularmente as menos capacitadas, participem da aproximação e do intercâmbio cultural”. Para romper as “indiferenças, desconfianças, prejuízos” que a ignorância recíproca ocasionava, seria crucial ir além do âmbito universitário e de congressos ou conferências para o público letrado, abarcando também esferas como o jornalismo¹⁵⁸ – uma postura condizente com sua escolha de expor o “plano de aproximação” com colegas brasileiros e promover as atividades da FACA por meio do *Jornal do Comércio*.

¹⁵⁶ DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle*. Les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946). Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História), p. 481-500. Encontra-se, nas mesmas páginas, uma descrição mais detalhada do projeto e de sua tramitação.

¹⁵⁷ SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 213-214. O encontro entre Oliveira e Silgueira se deu durante a estadia do segundo deles no Rio de Janeiro em meio às comemorações do centenário dos cursos jurídicos brasileiros, viagem que será analisada mais à frente.

¹⁵⁸ OLIVEIRA, Xavier de. *Intercâmbio intelectual americano: contribuição brasileira à criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 87-94.

Oliveira comentou tais censuras em um tom conciliador, afirmando que as ideias de Silgueira caberiam perfeitamente em seu projeto. Ao publicar outra carta do jurista, remetida pouco mais de um mês após a anterior, o médico brasileiro afirmou que o argentino era um “sincero pan-americanista” e elogiou o fato de que ele havia reunido “em um banquete os diplomatas americanos acreditados no Prata”, para pregar “as ideias que, já hoje, não são só brasileiras ou argentinas, porque pertencem à América toda, que as apoia e aplaude, e as propaga e adota”. Encaminhando, mediante combinado prévio com Oliveira, um trabalho circunstanciado sobre a iniciativa de criar um organismo dedicado à cooperação intelectual, Silgueira afirmou sua convicção acerca da utilidade da aproximação entre os países das Américas. Propondo que o novo organismo se chamasse “Instituto Pan-Americano de Cultura Geral”, sustentou que seria fácil obter a adesão das “classes ilustradas, superiores ou diretivas” e das “gentes de uma superior preparação”. A contribuição desses setores seria necessária, “já que têm que ser espíritos máximos os encarregados de organizar e dirigir o movimento”, mas não suficiente. Seria igualmente crucial “interessar vivamente às classes sociais menos capacitadas [...], já que elas têm profundo enraizamento na alma coletiva e constituem propriamente a massa, a estrutura popular”. Reivindicando a necessidade de ir além dos círculos dos letrados de forma ainda mais explícita que na mensagem anterior, Silgueira propôs que os ensinamentos trazidos pelo conhecimento recíproco entre as nações estivessem presentes na instrução primária e secundária, “para que as crianças e os adolescentes se abram à curiosidade pelos demais”.¹⁵⁹

Silgueira traçou, então, um plano para a execução dessa tarefa de despertar desde os primeiros anos de vida uma consciência cosmopolita. Começou afirmando que se deveria constituir uma junta central, com sede em uma capital sul-americana e comitês em cada país. As atividades se fomentariam paulatinamente pelas adesões, sobretudo pelo esforço privado, mas com o “apoio moral dos governos”. Além da promoção de “um intercâmbio frequente, sistematizado, entre os homens de ciência, de letras, professores, artistas, profissionais, maestros, estudantes, comerciantes, industriais, produtores, jornalistas, associações”, o instituto deveria atuar de modo a aumentar e baratear os transportes. Seria igualmente necessário fomentar o turismo. Profissionais, artistas, filmes, cidades, monumentos, propagandas na imprensa, ensino de idiomas: os mais variados aspectos eram contemplados. Um lugar de destaque foi dado à “comemoração e biografia dos grandes homens de cada país nos diversos ramos de atividade”. Também se deveria estimular a celebração das datas pátrias

¹⁵⁹ OLIVEIRA, Xavier de. *Intercâmbio intelectual americano: contribuição brasileira à criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 94-97.

dos países vizinhos, formando um “calendário da América”. Advogando, de certa maneira, em causa própria, Silgueira propôs que o Instituto admitisse como membras as “diversas agrupações culturais existentes”, como “a Federación de Colegios de Abogados desta república, ou a Associação Internacional de Advogados, que se projeta organizar, ou o Ateneo Ibero-Americano”. Mais à frente, afirmou que a FACA já tomara a vanguarda desse movimento, pois vinha realizando “fecunda tarefa de confraternidade, aspirando a chegar em quanto seja possível à Associação Internacional dos colegas do novo mundo”. Por fim, expressou a confiança em que a associação proposta, se concretizada, conduziria o mundo ao “desarmamento moral”.¹⁶⁰ Essa sugestiva expressão foi empregada reiteradamente nas defesas da cooperação intelectual durante o período entre guerras, o que as conectava, a um só tempo, aos debates do direito internacional e à promoção da aproximação cultural.

Um pouco antes do diálogo entre Silgueira e Oliveira, o primeiro deles tivera uma importante atuação em seu âmbito doméstico. Como presidente da FACA, Silgueira liderou a realização da Segunda Conferência Nacional de Advogados, reunida em Córdoba entre 26 e 29 de outubro de 1926. Nesta edição, os propósitos de interferir sobre os rumos legislativos da Argentina eram ainda mais claros, uma vez que o programa previa debates sobre as aproximações entre os direitos civil e comercial, bem como sobre as lacunas da legislação comercial em vigor, com especial atenção aos temas dos transportes marítimos e fluviais e o deslocamento pelas ferrovias do gado e dos cereais, suportes da economia argentina do período. Mais significativamente, cogitava-se a criação de uma comissão permanente de estudos legislativos, projeto que deixa entrever um intuito de fortalecer e renovar as formas de atuação dos advogados na vida pública. O rol de membros que seriam admitidos na conferência era bastante semelhante ao do encontro realizado em Buenos Aires em 1924, denotando a persistência do envolvimento dos poderes públicos. O acréscimo dos “delegados das associações ou corporações as quais a Comissão Organizadora tiver estimado conveniente convidar” sinalizava uma abertura para outros âmbitos da sociedade argentina e mesmo para a presença de colegas estrangeiros. A segunda possibilidade não se concretizou, mas, no primeiro caso, incorporaram-se, além da Academia Nacional de Ciencias Económicas, distintas instâncias representativas do mundo industrial e agrário, ligadas aos temas propostos para análise.¹⁶¹

¹⁶⁰ OLIVEIRA, Xavier de. *Intercâmbio intelectual americano: contribuição brasileira à criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 97-99.

¹⁶¹ Mais precisamente, a Bolsa de Cereales de Buenos Aires, a Camara Sindical de Aseguradores Marítimos, o Centro de Cabotaje Argentino, a Federación Agraria Argentina, a Junta de Representantes y Gerentes de los Ferrocarriles, a Sociedad Rural Argentina e a Unión Industrial Argentina. FEDERACIÓN de Colegios de

Discursando na sessão de abertura da conferência, Silgueira destacou, entre os feitos que glorificariam os primeiros anos de atuação da FACA, o “intercâmbio jurídico com instituições similares do estrangeiro, especialmente com as do Brasil”.¹⁶² Alguns meses mais tarde, o “plano de aproximação jurídico-cultural” que o mesmo jurista propusera daria seu primeiro fruto concreto, com a viagem de uma delegação do IAB à Argentina. A presença dos brasileiros no Prata foi precedida de uma cuidadosa preparação e ganhou as páginas da imprensa de grande circulação. O diário portenho *La Prensa*, por exemplo, trouxe em sua edição de 9 de março de 1927 uma nota informando ser esperada, no dia seguinte, a chegada do grupo de representantes do IAB. Mencionava-se, também, a decisão de Silgueira de ir saudar a delegação em Montevideu, onde a embarcação em que viajavam os brasileiros realizaria uma parada.¹⁶³ Liderado por Rodrigo Otávio, o grupo contava também com Eduardo Theiler, então tesoureiro do IAB, e Haroldo Valladão, um jovem professor de direito internacional privado que seguiria empenhado no estreitamento dos laços entre juristas americanos nos anos seguintes. A estadia na Argentina incluiu passagens não apenas por Buenos Aires, mas também por Rosário e Córdoba. Ao lado de uma intensa programação de recepções solenes e banquetes, os representantes do IAB proferiram um conjunto de conferências – cujas temáticas coincidiam, em grande medida, com aquelas que haviam sido destacadas por Silgueira em sua entrevista ao *Jornal do Comércio*.¹⁶⁴

Em Buenos Aires, a principal atividade foi uma sessão especial do CABA, em que Otávio foi nomeado membro honorário da instituição, enquanto Theiler e Valladão receberam o título de membros correspondentes. Essa distinção nas homenagens permite perceber certa hierarquia entre os componentes do grupo. A imagem do ato publicada pela revista *Caras y Caretas*, então a principal publicação ilustrada de Buenos Aires, sugere que as instalações do CABA no Palacio de Justicia eram bastante modestas, a despeito do papel de liderança que a instituição reivindicava e do espaço que vinha, efetivamente, conseguindo galgar na cena pública.

Abogados de la República Argentina. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Córdoba, octubre 26-29 de 1926. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 5-10.

¹⁶² FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Córdoba, octubre 26-29 de 1926. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 42.

¹⁶³ Intercambio jurídico e intelectual entre la Argentina y el Brasil. *La Prensa*. Buenos Aires, 9 de março de 1922, p. 12.

¹⁶⁴ As informações factuais sobre a viagem se baseiam, principalmente, no registro veiculado pela publicação institucional do CABA. Ver: Visita de la Delegación del Instituto de la Orden de Abogados Brasileños. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 1-2, jan-abr 1927, p. 92-100.

Recepción en el Colegio de Abogados

Solemne recepción a los jurisconsultos brasileños, en la que les fué entregado el título de socio honorario del Colegio de Abogados al doctor Rodrigo Octavio y de socios correspondientes a los doctores Theiller y Valladao.

Registro da recepção solene do CABA em homenagem aos juristas brasileiros. In: *Caras y Caretas*. Buenos Aires, 26 de março de 1927, p. 78.

No discurso de saudação aos colegas brasileiros feito pelo então presidente do Colegio, Mario A. Rivarola, a defesa de um papel preeminente para os advogados aparecia associada às reflexões sobre o lugar da América no mundo e à valorização dos intercâmbios intelectuais. Após evocar como precedentes da vinculação com o Brasil as ações do então recentemente falecido primeiro presidente da FACA, Manuel B. Gonnet, e de Silgueira, Rivarola sustentou um ideal elevado da profissão, fonte da legitimidade de sua intervenção na vida política:

Os defensores do direito são os defensores da razão. E se esta América do Sul, que deu o exemplo já faz tempo, há de ser o berço de novos sentimentos verdadeiramente humanitários, os advogados, – a quem nos está vedado o uso de outra arma além da razão e da ideia de justiça, – devemos vigorar e apressar essa corrente de aproximação, que permite nos conhecermos reciprocamente e mutuamente [...].

Os advogados brasileiros o compreenderam perfeitamente. Sua delegação vale para nós antes de tudo porque representa um digníssimo foro. Mas vale também, em si mesma, porque vem constituída por digníssimos profissionais. Se tivéramos que falar em idioma de finanças, diríamos que o foro brasileiro nos envia moeda sã, de alto valor representativo e de altíssimo valor intrínseco.¹⁶⁵

¹⁶⁵ Visita de la Delegación del Instituto de la Orden de Abogados Brasileños. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 1-2, ene-abr 1927, p. 93.

Seguiu-se um discurso de Mariano Molla Villanueva, membro do diretório do CABA, que retomou a participação argentina nas comemorações do centenário da Independência brasileira e o fato de Otávio ter comparecido à conferência da ILA em Buenos Aires para afirmar que a solenidade em homenagem à delegação do IAB não era “o fruto de improvisação ocasional e de mera cortesia”. Ela demonstrava, isso sim, a consolidação de sentimentos de admiração recíproca. Tais sentimentos seriam de “todo o povo argentino”, porém especialmente fortes no Colegio de Abogados, “que tantos motivos [tinha] para admirar as instituições jurídicas, políticas e sociais brasileiras”. Mais à frente, reafirmou a importância de que as “indelévels relações intelectuais e econômicas” se somassem às “contingentes relações políticas dos Estados”, para que se constituísse um “laço de união, de ajuda mútua, de simpatia, de cooperação e de melhoramento social”. As ações em favor dessa aproximação cumpririam “nobres propósitos de solidariedade internacional e de compenetração profissional”, que teriam como frutos o “melhor e mais completo estudo das instituições forenses”. Esse estudo permitiria uma familiaridade com a legislação estrangeira e auxiliaria a “resolver os conflitos jurídicos com eficácia e cordialidade, alargando, assim, o horizonte e rompendo os recintos herméticos, os orbes reduzidos, excessivamente carregados de nacionalidade e exclusividade”. Respondendo ao discurso em nome da delegação brasileira, Valladão afirmou uma coincidência de intuítos entre os advogados argentinos e os de seu próprio país em torno da regulamentação profissional. Sobre os projetos para organizar uma Ordem dos Advogados no Brasil, disse ele: “Queremos que ela seja um núcleo solidário e que não possa exercer a profissão quem dela não faça parte, e queremos que quem faça parte dela tenha todas as qualidades morais que deve ter o advogado”.¹⁶⁶

Rodrigo Otávio proferiu, em seguida, uma “erudita conferência” sobre a recente reforma constitucional brasileira e as alterações que ela havia promovido na regulamentação do *habeas corpus*. Acompanhada por um amplo e renomado grupo de juristas argentinos, entre eles J. Honório Silgueira, Mario A. Rivarola e o professor da UNLP Juan Carlos Rébora, a delegação do IAB percorreu o interior do país nos dias subsequentes. Em Rosário, os brasileiros foram homenageados com um almoço no Jóquei Clube, com presença de membros da magistratura. Realizaram, também, um passeio pelo porto da cidade e foram recebidos na casa do cônsul brasileiro. Eduardo Theiler discursou sobre “Alguns aspectos da ética profissional”. Em Córdoba, por sua vez, o grupo foi recebido pelo governador, pelo reitor da Universidade e pelo Colegio de Abogados local. O último realizou um almoço em

¹⁶⁶ Visita de la Delegación del Instituto de la Orden de Abogados Brasileños. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 1-2, ene-abr 1927, p. 95-97.

homenagem aos juristas brasileiros. A delegação depositou coroas de flores nos túmulos de Vélez Sarsfield e de Manuel B. Gonnet. Os brasileiros embarcaram, também, em uma “excursão em automóvel” pelas serras, que os levou até a casa de Silgueira, onde se realizou mais uma recepção. O retorno a Buenos Aires incluiu visitas aos principais edifícios públicos, teatros e avenidas, mas também a estabelecimentos industriais, atividades a partir das quais os anfitriões procuraram expressar o “grau de desenvolvimento” de seu país. Ao fim da viagem, Rodrigo Otávio ofereceu um almoço no Jockey Club da capital argentina em agradecimento à acolhida pelos colegas, que contou com a presença do Ministro de Relações Exteriores e Culto, Angel Gallardo, de membros do serviço diplomático do Brasil e de representantes das associações profissionais argentinas.¹⁶⁷

A conferência feita por Haroldo Valladão na Universidad de Córdoba merece especial destaque, por se relacionar com temas que já vinham marcando os intercâmbios entre juristas dos dois países e por demonstrar conhecimento das mobilizações públicas dos advogados na Argentina. Ao dissertar sobre “aspectos do moderno direito processual brasileiro”, Valladão se felicitou pela conclusão da Segunda Conferência Nacional de Advogados, há pouco realizada na mesma cidade, em favor do emprego do sistema oral no processo – sistema cuja adoção no Supremo Tribunal Federal brasileiro fora elogiada por Rodolfo Rivarola mais de meia década mais cedo. Ao fim de sua dissertação, Valladão recorreu a uma sugestiva metáfora geográfica para defender que as reformas no sistema processual propiciariam ganhos em racionalidade, modernidade e eficiência. Recuperando uma frase que afirmou ter ouvido na Argentina, segundo a qual “o Rio da Prata, em seu leito, era um perfil submerso de todos os rios que o formam”, e que por isso estava “cheio de pequenos canais com diferentes profundidades”, ele propôs uma analogia entre as medidas para facilitar a sua navegação e reformas no sistema processual. Sustentou, dessa maneira, que,

assim como os argentinos tiveram, para fazer fácil e rápida a navegação, que cortar e atravessar todos aqueles canais e obstáculos, fazendo um grande único canal onde cruzam navios de todo porte [...], também com o processo civil escrito, que em seu leito ainda traz atualmente todas as complicações, todas as exceções, todas as inúteis formalidades de anos e anos de prática que o formaram, será necessário cortar completamente essa rede intrincada de pequenos canais e fazer uma nova via de comunicação rápida, fácil e direta para a justiça, o que se obterá com o processo oral.¹⁶⁸

¹⁶⁷ Visita de la Delegación del Instituto de la Orden de Abogados Brasileños. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 1-2, ene-abr 1927, p. 98-100.

¹⁶⁸ Essa conferência suscitou diversos comentários, inclusive na grande imprensa do Rio de Janeiro e de Buenos Aires. Não conseguimos, entretanto, localizar publicações integrais de seu texto. Citamos a partir da nota publicada pelo jornal *O Globo*, que é a que registra de forma mais substancial a fala. Ver: Discorrendo sobre os aspectos do moderno processo civil no Brasil – Interessante conferência do Dr. Haroldo Valladão na Universidade de Córdoba. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1927, 2ª edição, p. 2; Conferencia de un

A atuação de Otávio, por sua vez, permite entrever tanto aspectos concretos da articulação da viagem, quanto tensões que as narrativas preponderantes a seu respeito procuravam dissimular. Logo em seguida a seu périplo argentino, Otávio participaria em Montevideu de uma das reuniões preparatórias do segundo encontro da Comissão de Jurisconsultos do Rio de Janeiro. Realizada em abril de 1927 na então capital brasileira, essa cúpula teve o intuito de discutir o projeto de código de direito internacional privado, posteriormente promulgado como tratado internacional na Conferência Pan-Americana de Havana, em 1928. É provável que a FACA e o IAB se tenham aproveitado da ocasião para que a viagem se tornasse viável ou menos dispendiosa. O relato que Otávio faria em conferência realizada em Paris alguns anos mais tarde sugere, por outro lado, não somente que estabelecer alguns entendimentos prévios quanto a temas polêmicos do projeto de código era uma intenção não declarada de sua estadia na Argentina, como também que tais diálogos foram pouco frutíferos.¹⁶⁹ A crônica da passagem do grupo de juristas brasileiros por Córdoba deixa ainda mais explícita a tensão ocasionada. Encarregado da saudação de seus colegas estrangeiros, Víctor Romero del Prado ocupou boa parte de sua fala com a afirmação da “oposta e irreduzível posição” de brasileiros e argentinos nos debates do direito internacional privado. A crônica informa, ainda, que “ter que dizer breves palavras de réplica” a Romero del Prado foi um dos motivos para que fosse cancelada a conferência de Otávio inicialmente prevista.¹⁷⁰

A despeito desse momento de tensão, os órgãos representativos da advocacia argentina insistiram em retribuir rapidamente a visita. A escolha da data parece ter partido do IAB, que sugeriu que os colegas do país vizinho visitassem o Brasil em agosto de 1927, para que pudessem participar das comemorações do centenário da fundação das faculdades de direito.¹⁷¹ J. Honório Silgueira presidiu a delegação, que também contava com Carlos A.

jurista brasileiro. *La Prensa*. Buenos Aires, 19 de março de 1927, p. 19; Aspectos do moderno processo civil no Brasil. *Revista de Crítica Judiciária*. Rio de Janeiro, v. V, n. 5, mai. 1927, p. 441-442; Conferencia del Dr. Valladao. *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba, t. XIV, n. 1-2, mar-abr. 1927, p. 199-200; VALLADÃO, Haroldo. *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940, p. 221-222.

¹⁶⁹ Referindo-se ao debate sobre a adoção da lei do domicílio ou da lei da nacionalidade para a resolução de conflitos de normas no espaço, ele afirmou: “A impressão que trouxe de minhas conversas com os mais distinguidos juristas argentinos e uruguaios era quase de fazer descer da possibilidade de um entendimento. Compreendi a inutilidade de qualquer esforço no sentido de buscar um dispositivo, ainda que de transação, que pudesse estabelecer um certo equilíbrio na aplicação recíproca dos dois sistemas, aqui como alhures. Os juristas argentinos se mostravam irreduzíveis na defesa integral de seu sistema”. OTÁVIO, Rodrigo. *L'Amérique et la codification du droit international privé*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1930, p. 30-31.

¹⁷⁰ Visita de los juristas brasileños. *Revista de la Universidad Nacional de Córdoba*. Córdoba, t. XIV, n. 1-2, mar-abr. 1927, p. 196-200.

¹⁷¹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 3ª sessão ordinária, realizada em 12 de maio de 1927.

Berghmans Doncel, secretário da FACA, Víctor N. Romero del Prado, Domingo A. Derisi e Ricardo A. Lagos. Os três últimos representavam, respectivamente, os Colegios de Abogados de Córdoba, San Nicolás e Rosario.¹⁷² A escolha dos membros sugere uma intenção de fazer representar diferentes partes do país nos eventos que ocorreriam do outro lado da fronteira, ao mesmo tempo em que deixa entrever um forte caráter institucional. Assim como ocorrera com os brasileiros na Argentina alguns meses mais cedo, os advogados estrangeiros participaram de diversas cerimônias públicas no Rio de Janeiro e em São Paulo. Proferiram, também, uma série de conferências, cuja ressonância foi, neste caso, amplificada pela data comemorativa.

O centésimo aniversário das faculdades de direito brasileiras foi marcado por um Congresso de Ensino Superior, de que os juristas argentinos participaram como convidados de honra. A justificativa do encontro, que ocorreu no Rio de Janeiro entre 11 e 20 de agosto de 1927, deixa entrever o alto valor atribuído ao direito como instrumento de expressão da nacionalidade e de reforma social, além de remeter ao impacto da Primeira Guerra Mundial:

A passagem, a 11 de agosto próximo, do primeiro centenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil, *tem despertado o mais vivo entusiasmo patriótico*, esforçando-se as Faculdades de Direito por solenizar com brilhantismo o *auspiciosíssimo acontecimento que tão profundamente influiu na vida da nacionalidade, no progresso do país*.

Nenhuma oportunidade mais propícia poderia apresentar-se à Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro para promover a realização de um grande Congresso de Ensino, visando com a direta colaboração dos membros do magistério superior, oficial ou oficializado, e de todos os que se têm dedicado ao estudo das questões de ensino superior, o encaminhamento da acertada solução de um duplo problema de incontestável magnitude e de considerável alcance prático – o da reorganização da nossa Universidade [...] e o da remodelação do nosso ensino jurídico, *urgentemente precisado de adaptar-se às imperiosas exigências da vida prática moderna e de acompanhar o movimento mundial que se estabeleceu logo depois de terminada a grande guerra* na maioria dos países considerados pioneiros da civilização.¹⁷³

Nesse quadro de atribuição de importantes sentidos simbólicos ao centenário dos cursos jurídicos, os jornais diários noticiavam abundantemente os passos da delegação argentina, tomando sua presença como um motivo de orgulho para a nação e de engrandecimento da efeméride. O caráter solene conferido à viagem começou a se fazer notar

Biblioteca IAB. Essa ata também contém uma sugestão de Rodrigo Otávio de que os presidentes de todos os Colegios de Abogados associados à FACA fossem nomeados como membros honorários do IAB, como uma “retribuição das imensas gentilezas recebidas pelos advogados brasileiros que, não há muito, visitaram a República Argentina”.

¹⁷² Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 309.

¹⁷³ FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. II – Trabalhos do Congresso de Ensino Superior, realizado de 11 a 20 de Agosto de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929, p. 3-4, grifos nossos.

já na primeira parada em porto brasileiro. De forma análoga ao que fizera Silgueira alguns meses mais cedo, Rodrigo Otávio visitou o grupo ainda a bordo do navio, em Santos, acompanhando-o pelo restante do trajeto. Na chegada ao Rio de Janeiro, em 8 de agosto, os juristas argentinos foram recebidos por um comitê do IAB, do qual fazia parte Eduardo Theiler, outro dos viajantes de março de 1927. Em seguida, Domingo A. Derisi fez um discurso em homenagem a Teixeira de Freitas, e a delegação depositou uma coroa de flores aos pés da estátua do jurisconsulto do século XIX. Ainda no primeiro dia, os argentinos assistiram a uma sessão especial do Supremo Tribunal Federal, que foi, talvez sob o impacto do relato anterior de Rivarola, exaltada como uma oportunidade de presenciar um processo oral. Por fim, realizaram uma visita ao ministro da Justiça e foram a um chá dançante em sua homenagem, a um jantar com membros do IAB e a uma apresentação teatral.¹⁷⁴

O Dr. Rodrigo Octavio recebe em sua residência a delegação de advogados argentinos.

A delegação de advogados argentinos durante a visita que fizeram ao Supremo Tribunal.

Registros de atividades da delegação de juristas argentinos no Rio de Janeiro. In: *O Malho*. Rio de Janeiro, 20 de agosto de 1927, p. 30-31.

Além de passear pelo Rio de Janeiro e “admirar as belezas indescritíveis” da cidade, os argentinos compareceram em 9 de agosto a um banquete oferecido pelo Instituto dos Advogados no Jôquei Clube, saudaram autoridades, foram recepcionados por Rodrigo Octávio em sua residência particular e participaram de uma sessão solene no IAB. No dia seguinte, sempre acompanhados por membros do Instituto, os bacharéis argentinos continuaram percorrendo pontos turísticos da cidade e compareceram a uma nova reunião da agremiação de advogados. Após uma visita ao Palácio da Justiça, foram a uma sessão do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em que o veterano Afonso Celso se encarregou de saudá-los. Na mesma ocasião, Haroldo Valladão realizou uma conferência sobre a criação dos

¹⁷⁴ Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 309-310.

cursos jurídicos. Ainda no dia 10, os viajantes argentinos foram recebidos pelo embaixador de seu país de origem, Antonio Mora y Araujo, evento a que se seguiu um jantar dançante.¹⁷⁵

No dia 11, data efetiva da efeméride que se comemorava, fizeram um passeio até o Pão de Açúcar e estiveram presentes, como já mencionamos, na abertura do Congresso de Ensino Superior. Visitaram, em seguida, os Palácios do Itamaraty e do Catete, sendo, em ambas as ocasiões, recebidos pessoalmente pelos mandatários dos respectivos cargos. Por fim, participaram da colação de grau das faculdades de direito do Rio de Janeiro e de Niterói, bem como do baile oferecido pelos estudantes.¹⁷⁶ O último dia na então capital brasileira, 12 de agosto, contou com um almoço oferecido pela direção da *Revista de Crítica Judiciária*, um então jovem, porém pujante órgão da imprensa especializada em direito do Rio de Janeiro. O discurso de saudação do almoço ficou a cargo do desembargador Vieira Ferreira.

Vangloriando-se da presença de colaboradores argentinos na revista, Ferreira sustentou que a “história e a geografia prendem a Argentina e o Brasil por laços indissolúveis, não sendo possível conceber os dois países senão como partes de um só todo, como órgãos que se integram no mesmo organismo”. Após repisar extensamente a proximidade entre esses países, realizou um verdadeiro chamado à ação, afirmando a importância de procurar conjuntamente a “solução humana dos formidáveis problemas da atualidade”. A fala foi encerrada em tons grandiloquentes, a partir de uma exaltada metáfora geográfica, reforçada pelo recurso à célebre fórmula de um antigo presidente argentino:

Se a nossa América do Sul, com as dobras e forros da sua geologia, fosse uma bandeira que se desfraldasse para o nascente, presa aos Andes como a sua haste, as cores dos nossos países alargar-se-iam paralelamente, indo as da Argentina um pouco além do Trópico de Capricórnio e as do Brasil um pouco além do Equador. Entre ambos o Paraguai se desenharia como um escudo heráldico bordado a ouro guarani pelos admiráveis artífices da Companhia de Jesus, *ad majorem Dei gloriam*.

Penetremos no futuro com esse pavilhão, inscrevendo nele como um lema excelso as memoráveis palavras do saudoso Sanz [sic] Peña: “Tudo nos une, nada nos separa”.¹⁷⁷

As atividades dos advogados argentinos no Rio de Janeiro incluíram, ainda, uma conferência sobre a “Evolução da família e da propriedade no Brasil na centúria de 1827 a 1927”, proferida por Clóvis Beviláqua em homenagem à delegação. Beviláqua já era, então, amplamente conhecido na Argentina como o autor do projeto do código civil promulgado em

¹⁷⁵ Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 310-311.

¹⁷⁶ Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 311.

¹⁷⁷ FERREIRA, Vieira. Centenário dos cursos jurídicos. *Revista de Crítica Judiciária*. Rio de Janeiro. v. 6, n. 3, set. 1927, p. 218-220.

1916.¹⁷⁸ Ele e sua família promoveram uma recepção aos colegas estrangeiros. Os juristas visitantes retribuíram as atenções com um concorrido banquete de despedida, que contou com as presenças do vice-presidente da República, dos ministros das Relações Exteriores e da Justiça, do presidente do STF, do prefeito da então capital brasileira e de membros dos corpos diplomáticos argentino e peruano. Os três primeiros ainda fariam uma visita de despedida aos argentinos no tradicional Hotel Glória, onde estes estavam hospedados. Por fim, os advogados visitaram a exposição nacional de Belas Artes e o Corcovado.¹⁷⁹

O forte prestígio prosseguiu na viagem a São Paulo, para a qual os juristas argentinos partiram em trem oficial e onde foram declarados hóspedes do Estado. Além de terem sido acompanhados por um grupo de membros do IAB, os bacharéis foram recepcionados por uma delegação do Instituto de Advogados de São Paulo (IASP). Ainda na manhã de 13 de agosto, os juristas argentinos visitaram a penitenciária do Estado. O Club Germânia lhes ofereceu um almoço, em que Waldemar Ferreira, catedrático de direito comercial da Faculdade de Direito de São Paulo, foi o responsável pelo discurso principal. A tarde foi dedicada à visita de locais de interesse científico e histórico: o centro de pesquisas biomédicas do Butantã, a região do Ipiranga, o parque Trianon e o Teatro Municipal. Completou a programação um chá dançante no Club Paulistano. À noite, após um banquete, o IASP realizou a sua sessão solene de comemoração do centenário da fundação dos cursos jurídicos. Solicitou-se que um dos advogados da delegação argentina realizasse uma conferência no ato. Víctor N. Romero del Prado foi o encarregado da tarefa, tendo discursado sobre “La unidad sucesoria en el Código Civil argentino”. A agitada rotina da viagem se encerrou no dia seguinte, com uma recepção na Faculdade de Direito e uma visita ao governador, antes da partida final para o porto de Santos, rumo a Buenos Aires.¹⁸⁰

Como era de se esperar, Silgueira foi responsável por algumas das principais falas da delegação. “Somos mensageiros da confraternidade americana”,¹⁸¹ disse ele ao iniciar a saudação aos colegas brasileiros na sessão comemorativa do centenário dos cursos jurídicos promovida pelo IAB. No dia seguinte, ao encerrar uma conferência a respeito das “novas

¹⁷⁸ Ver ABÁSOLO, Ezequiel. El pensamiento de Clóvis Beviláqua y su impacto en los debates jurídicos argentinos de la primera mitad del siglo XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 178, n. 473, jan.-mar. 2017, p. 425-442.

¹⁷⁹ Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 311-312.

¹⁸⁰ Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 312-313.

¹⁸¹ Discurso proferido pelo Dr. Honorio Silgueira, na sessão solene a 9 de agosto de 1927, comemorativa do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 5, v. III, 1927, p. 68.

orientações do Ministério Público”, ele conclamou os ouvintes ao exercício de um “outro ministério”, de que os representantes da FACA seriam portadores:

tenho o prazer de acentuar, neste ato, que tanto vós como nós *desempenhamos um precioso ministério, o da confraternização brasileiro-argentina*, o da fraternidade continental daquela de que tanto podem esperar e usufruir os nossos dois povos, as nossas duas pátrias. Exerçamo-lo *persistente e fervorosamente, ministério social, espiritual, cultural, para o bem de uns e de outros, para o bem de todos, para o bem da América*, senhores!¹⁸²

Percebe-se, nesse trecho, como a defesa de um papel de destaque para os juristas na condução dos rumos dos dois países se entrelaçava com projetos continentais. Essa perspectiva foi reforçada sob um viés propriamente institucional em outra conferência, em que Carlos A. Berghmans Doncel expôs em detalhes uma proposta para unir os advogados de diferentes nações. Após traçar um laudatório histórico da FACA, ele descreveu a visita anterior da delegação brasileira à Argentina como um “capítulo de maior destaque” da trajetória da instituição que ele representava, não apenas “pela índole da missão que cumpriam”, pelas “destacadas figuras que compunham a delegação”, lideradas “pela ilustre personalidade de Rodrigo Otávio, que se é antes de tudo brasileira, é sobretudo americana”, mas particularmente porque significaria “o ponto de partida para a obra magna que a Federação se propôs a realizar e que se poderá chamar: Federação Internacional de Advogados”.¹⁸³

Mais cedo no discurso, Berghmans Doncel já havia aludido ao fato de, em maio de 1926, a FACA ter designado representantes para um congresso de advogados reunido na cidade francesa de Nantes. Nessa ocasião, os argentinos haviam proposto a criação de um organismo internacional de advogados. O rascunho de um projeto para estabelecer tal órgão foi integralmente lido por Berghmans Doncel, com o intuito de arregimentar apoio de seus colegas brasileiros. Entre os objetivos projetados para a federação, estavam os de “estimular o estabelecimento de uma ordem jurídica internacional”, “enaltecer o conceito público da função do advogado”, “estimular a formação de instituições que tenham a representação geral dos advogados do país, naqueles em que não existam”, “propiciar e aumentar vinculações entre as instituições que a formam e contribuir para o prestígio das mesmas”. Na visão do representante da FACA, três países sul-americanos (Chile, Peru e Argentina) estariam em

¹⁸² SILGUEIRA, J. Honório. Orientações modernas do Ministério Público. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. L, n. 295-300, jan-jun 1928, p. 255.

¹⁸³ BERGHMANS DONCEL, Carlos A.. La Federación de Colegios de Abogados de La República y la Federación Internacional de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 315-324.

condições de realizar um acordo a esse respeito, pois já contavam com órgãos representativos da advocacia de caráter nacional.¹⁸⁴

Demonstrando conhecimento dos debates então em curso sobre as possibilidades de fundar no Brasil uma Federação e uma Ordem de Advogados, Berghmans Doncel asseverou que seria fácil chegar a uma representação que abrangesse todo o país. Esse seria um passo fundamental para que se organizasse uma seção sul-americana de uma federação internacional, que seria “a precursora do grande organismo intercontinental, que os europeus idearam, mas não lograram concretizar até hoje”. Quando isso viesse a ocorrer, o “mundo civilizado” poderia “ser orientado por seus juristas mais notáveis”, fazendo com que “a lei [primasse] sobre a força, a razão [dominasse] o interesse”. Sua fala se encerrou com a afirmação de que o balanço positivo das ações da FACA necessitava ser completado por uma atuação internacional. Nessa tarefa, a colaboração dos brasileiros seria especialmente relevante, e traria benefícios para toda a região:

Podemos estar satisfeitos com os resultados obtidos até aqui na ordem nacional, desejamos agora *ser úteis além de nossas fronteiras* e para isso contamos com o indispensável e valioso concurso de nossos ilustres colegas deste belo país que é o primeiro a que chegamos trazendo tal rogativa, como melhor demonstração da calorosa simpatia que lhe professamos e como resultado da poderosa atração que nos une. *Trabalhar juntos pelo engrandecimento das associações de advogados de nossas pátrias e das de toda a América do Sul é nosso convite.* [...] Continuemos assim completando a aliança definitivamente selada dos corações e dos intelectos brasileiro-argentinos e formemos *o crisol onde haverão de fundir-se os mais puros sentimentos de irmandade de todos os povos pelo império da mais elevada concepção humana, da qual somos operários: o direito.*¹⁸⁵

Quase ao mesmo tempo em que Berghmans Doncel denunciava a dificuldade em criar uma congregação de advogados de distintos países e propunha uma iniciativa sul-americana para o desempenho dessa tarefa, as articulações para que tal projeto se realizasse eram retomadas na Europa. A constituição da Union Internationale des Avocats (UIA) foi determinada no congresso que a Fédération des Avocats Belges realizou em julho de 1927. A UIA declarou, em seu ato de fundação, que tinha como objetivos “contribuir para o estabelecimento de uma ordem jurídica internacional, notadamente pelo estudo comum das legislações e jurisprudências de diversos países e pela pesquisa dos meios próprios à sua adaptação às necessidades da vida internacional”, promover entre os membros da advocacia

¹⁸⁴ BERGHMANS DONCEL, Carlos A.. La Federación de Colegios de Abogados de La República y la Federación Internacional de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 321-326.

¹⁸⁵ BERGHMANS DONCEL, Carlos A.. La Federación de Colegios de Abogados de La República y la Federación Internacional de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 327-328, grifos nossos.

“relações e intercâmbios permanentes, de modo a favorecer o desenvolvimento do espírito de justiça e da noção do Direito”, “fazer conhecer, no domínio do direito, os trabalhos da Liga das Nações e se associar à sua obra de intercompreensão e de desarmamento dos espíritos”. Em contraste com o organismo ideado pela FACA, a nova associação parecia ter contornos mais internacionalistas e menos propriamente profissionais, o que se compreende até mesmo por sua inserção institucional.¹⁸⁶ Após certa controvérsia, ficou determinado que a UIA teria sua sede social no Palais de Justice de Bruxelas, enquanto sua administração seria abrigada pelo Instituto Internacional de Cooperação Intelectual. Um conselho provisório exclusivamente europeu, ainda que englobando algumas das nações do continente que detinham menor poder no cenário internacional,¹⁸⁷ decidiu em reunião realizada em Paris em maio de 1928 que o principal meio para a realização dos objetivos da Union seria a “organização periódica de Congressos internacionais”.¹⁸⁸

Em julho do mesmo ano, o francês Louis Sarran, que atuava como secretário-geral da UIA, solicitava ao IICI ajuda para entrar em contato com os órgãos representativos da advocacia que ainda não haviam ingressado na associação – entre eles, os de “todos os países da América Latina”. O pedido foi acolhido com simpatia, já que foi visto como coincidente com desejos de internacionalização que animavam o Instituto. Em setembro de 1928, Sarran escreveria ao senador brasileiro Adolfo Gordo para remeter documentação que deveria ser encaminhada aos Institutos dos Advogados sediados no Rio de Janeiro e em São Paulo. Além dos atos constitutivos da UIA, enviava-se um convite oficial para o primeiro congresso, que se reuniria em Bruxelas em novembro. Sarran ressaltava que, nos termos do convite, seria possível que o Brasil participasse do evento mesmo sem ser ainda membro da UIA, se enviasse em tempo hábil à secretaria do órgão documentos que informassem sobre a organização profissional no país e indicações estatísticas sobre o exercício da advocacia. Numa possível manobra de barganha, o francês prosseguia afirmando que, “por falta de informações suficientes”, ainda não se havia podido incorporar oficialmente países da

¹⁸⁶ Sobre a inserção da UIA em um movimento mais geral de formação de organizações internacionais ligadas ao mundo intelectual, frequentemente sob a esfera de influência do IICI, consultar: SAPIRO, Gisèle. *L'internationalisation des champs intellectuels dans l'entre-deux-guerres: facteurs professionnels et politiques*. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'espace intellectuel en Europe*. De la formation des États-nations à la mondialisation – XXI^e-XXI^e siècle. Paris: La Découverte, 2009, em especial p. 112-129.

¹⁸⁷ Além de França, Bélgica e Luxemburgo, responsáveis pela iniciativa, já se haviam integrado Bulgária, Checoslováquia, Hungria, Iugoslávia, Polônia e Romênia. A Suíça participou da reunião com uma adesão *ad referendum*, enquanto Inglaterra, Áustria e Holanda enviaram observadores.

¹⁸⁸ As informações sobre a UIA se baseiam na documentação do serviço jurídico do IICI. Ver: Dossiers de correspondance de l'IICI, E.I.8 – Union Juridique Internationale, Archives de l'IICI (UNESCO). Não há catalogação individual desses documentos, eles se encontram simplesmente armazenados em ordem cronológica inversa, motivo por que nos limitaremos a identificar a pasta em questão quando utilizarmos fontes de tal acervo.

América do Sul, o que tornava provável que, caso o Brasil aderisse, fosse-lhe concedido um lugar no Conselho. Ele aventou, ainda, a possibilidade de que o Brasil, não podendo cumprir o pedido a tempo, enviasse um observador ao evento.¹⁸⁹

A FACA foi representada por um delegado no primeiro congresso da UIA, tendo sido admitida como membra.¹⁹⁰ Em contraste, o IAB afirmaria que o convite de Sarran não lhe chegara a tempo de possibilitar o comparecimento a Bruxelas. Em dezembro de 1928, uma comissão especial do Instituto emitiu um parecer sobre as perspectivas de se integrar à Union. Recuperando uma conferência que o belga Léon Hennebicq fizera no IAB no ano anterior, o parecer relatava os passos que haviam levado à criação do órgão internacional e afirmava que o convite merecia a atenção do Instituto “pela magnitude do empreendimento e evidente vantagem de uma aproximação cada vez maior entre os juristas do mundo inteiro”. Os impasses quanto ao ingresso na UIA tornavam, ao mesmo tempo, “cada vez mais inadiável uma organização verdadeiramente nacional dos Advogados brasileiros, *como já existe em alguns países da América*”. A nota sinalizava para a possibilidade de estabelecer uma representação de todo o país a partir da confederação dos “vários Institutos de Advogados já existentes e fomentando a criação de outros, *como se fez na República Argentina*”. Resolveu-se que, enquanto uma “associação nacional dos advogados brasileiros” não fosse criada, o IAB acompanharia os trabalhos da UIA como observador. No Congresso Judiciário projetado para 1929, em mais uma revivescência frustrada do sonho de promover encontros regulares expresso no evento que coincidira com o centenário da abertura dos portos em 1908, uma seção se destinaria a “deliberar sobre a criação de uma associação ou federação nacional de advogados brasileiros”. Uma comissão especial se deveria encarregar, desde então, do tema.¹⁹¹

¹⁸⁹ Dossiers de correspondance de l’IICI, E.I.8 – Union Juridique Internationale, Archives de l’IICI (UNESCO). A carta a Gordo foi consultada a partir de uma cópia remetida ao serviço jurídico do IICI e conservada em tal pasta. Sarran afirma que escrevia a Gordo dando sequência a um encontro pessoal na mesma manhã, o que provavelmente ocorreu por ocasião da participação de Gordo como representante do Brasil na Conferência Interparlamentar do Comércio. Ver LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Gordo, Adolfo. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em 20/05/2018.

¹⁹⁰ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información – Sesión semestral de la junta de gobierno. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 3, mai-jun 1929, p. 321.

¹⁹¹ ALMEIDA, Cândido Mendes de; FONSECA, Arnaldo Medeiros da; LOBO, Abelardo Saraiva da Cunha. Parecer da Comissão Especial sobre a União Internacional dos Advogados e a criação da Federação dos Advogados Brasileiros. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 98-99, grifos nossos. Ao que podemos apurar, o mencionado congresso não foi realizado, ao menos não em 1929 (o IAB promoveria um Congresso de Direito Judiciário somente em 1936, em conjuntura um tanto distinta).

O olhar para a Argentina em busca por exemplos era, naquele momento, difundido no âmbito do IAB para muito além dessa referência à organização profissional. Parece-nos razoável conjecturar que esse interesse se articulou às viagens de delegações do ano anterior, mas ele também esteve ligado a desdobramentos posteriores. Em agosto de 1928, as comemorações do centenário do tratado de paz entre o Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, que reconheceu a independência do Uruguai, motivaram o envio de um telegrama de saudações da FACA ao IAB, de cuja resposta Rodrigo Otávio se ocupou.¹⁹² O CABA, por sua vez, participou formalmente, a convite do Ministro das Relações Exteriores argentino, da organização dos festejos realizados para marcar a data.¹⁹³

Em uma sessão ordinária do mês de outubro do mesmo ano, Haroldo Valladão relatou uma conferência que fizera no Instituto dos Advogados do Paraná defendendo a “federação tão almejada”. Essa fala provocou uma manifestação de Arnaldo de Medeiros, que pediu “a nomeação de uma comissão para fazer conferências pelos Estados, *em propaganda dessa Federação tão necessária e urgente no continente Sul-Americano, onde a Argentina já realizou esse ideal e nos espera também*”. O então presidente Otávio afirmou que vinha empreendendo esforços nesse sentido, mas encontrara dificuldades econômicas para concretizar a nova organização.¹⁹⁴

A chegada de Levi Carneiro à presidência, ainda em outubro de 1928, demonstrava um intuito de fortalecer as vinculações internacionais. Em seu discurso de posse, após discorrer sobre a situação jurídica e os novos problemas que fenômenos como a guerra e a industrialização vinham suscitando para o direito, Carneiro exaltou a Liga das Nações como uma “criação quase utópica”, animada por “um universitário e jurista”, Woodrow Wilson, que apenas por acaso ocupava a presidência dos Estados Unidos. Voltou-se, em seguida, para “os estudos internacionais do direito”. O novo presidente do IAB se preocupou em enfatizar que a interpenetração de diferentes sistemas jurídicos ia muito além dos ramos “que envolvem necessariamente e interessam simultaneamente vários países”, como o direito internacional e o direito marítimo. Tampouco se restringia aos “estudos de Direito Comparado e de Legislação Comparada, na Sociedade de Paris ou na Academia Internacional de Haia”, ou às convenções de direito privado como o código aprovado no mesmo ano durante a Conferência Pan-Americana de Havana. Quanto a esse código, exaltou o fato de seu principal artífice ter

¹⁹² INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 17ª sessão ordinária, realizada em 30 de agosto de 1928. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 42.

¹⁹³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, p. 10.

¹⁹⁴ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 21ª sessão ordinária, realizada em 18 de outubro de 1928. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 52, grifos nossos.

sido o sócio correspondente Sánchez de Bustamante, bem como de terem nele colaborado “notavelmente dois outros conspícuos membros desta casa”, Rodrigo Otávio e Eduardo Espinola.¹⁹⁵

Recorrendo a conferências feitas pelo francês René Demogue em Buenos Aires, Levi Carneiro sustentou que se vivia uma conjuntura de generalizada busca por aproximação entre as leis de diferentes países, movimento potencializado pela “remodelação do mapa político da Europa”, que “acarretou a coexistência de legislações civis diversas no mesmo território nacional”. Destacou, em sentido semelhante, a recente criação do Institut International de Droit Public (IIDP), sob a direção de Gaston Jèze e reunindo “os mais eminentes publicistas de todos os países”, bem como os planos para organizar o UNIDROIT. Todos esses seriam sinais de que, sem “perder as suas peculiaridades nacionais, a sua influência nacionalista, o Direito assume, cada vez mais, acentuada feição internacional”. Mais à frente em seu discurso, voltou-se para a “efetividade do regime representativo”. De forma aproximável ao que fizera Oliveira Lima uma década mais cedo, Carneiro evocou os países platinos como um exemplo: “Não nos livraremos desse problema, que *a Argentina e o Uruguai souberam resolver com o voto secreto, proporcional e obrigatório*”.¹⁹⁶ Paralelamente, o IAB realizava no mesmo ano de 1928 uma reforma estatutária, a partir da qual reivindicou o objetivo de atuar em favor da “difusão da cultura jurídica no país”. Inicialmente pensado como um meio para promover melhorias na formação jurídica, esse novo objetivo seria utilizado para fundamentar uma série de intervenções na cena pública.¹⁹⁷

A despeito de seu início promissor, da coincidência com movimentações do cenário internacional e da abertura de Carneiro às vinculações transfronteiriças, o desejo de Silgueira de fazer das viagens bilaterais de delegações um programa anual não se perpetuaria. O custeio dos deslocamentos e das estadias no exterior constituiu, muito provavelmente, um fator impeditivo. Outras possíveis explicações se encontram na falta de apoio por parte dos poderes públicos (ou, ao menos, na concessão de um suporte que se restringia às dimensões simbólicas), nas perturbações ocasionadas pela crise econômica em que o mundo mergulhou a partir de 1929 e na instabilidade institucional que resultou da renúncia de Silgueira à presidência da FACA.¹⁹⁸ Viagens esparsas seguiriam, de toda forma, ensejando recepções e

¹⁹⁵ CARNEIRO, Levi. Discurso de posse do novo presidente. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 69-70.

¹⁹⁶ CARNEIRO, Levi. Discurso de posse do novo presidente. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 70-71, grifos nossos.

¹⁹⁷ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. História da Ordem dos Advogados do Brasil. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 122-127.

¹⁹⁸ Por razões que as fontes que pudemos consultar não esclareceram totalmente, mas aparentemente despertando

discursos que exaltavam a aproximação entre os dois países, em um tom bastante próximo às propostas que o argentino confiara à imprensa do Rio de Janeiro.

Em junho de 1929, por exemplo, a Federación e o CABA realizaram uma sessão conjunta em homenagem a Manoel Francisco Pinto Pereira, professor suplente de direito internacional privado da Faculdade de Direito de São Paulo. Discursando como presidente interino da FACA, Mario A. Rivarola lamentou que não fosse Silgueira, “que tanto empenho pôs em prol de um ideal são e franco, como é o da confederação americana de advogados”, aquele que saudava o brasileiro. Afirmando que certa rivalidade entre Brasil e Argentina era inevitável, Rivarola sublinhou, novamente de forma próxima ao que haviam feito Rui Barbosa, José León Suárez e o próprio J. Honorio Silgueira, que a obra de aproximação que se dava era “muito maior, porque é mais íntima, que a que sob formas protocolares se escreve nos tratados”. Encerrou projetando para o futuro próximo a institucionalização do desejado órgão que congregaria os advogados do continente. Enquanto isso não se concretizasse, prosseguiu Rivarola,

a forma com que nossos advogados foram recebidos no Brasil e o prazer com que recebemos aqui aos advogados brasileiros nos diz que já está tudo feito, menos os documentos. *Ao contrário desses tratados de paz e amizade que começam pelo papel para não chegar muitas vezes à realidade, nós começamos pela realidade para chegar tarde ou cedo aos papéis.* Não nos aflige que estes faltem quando aquela existe.¹⁹⁹

Os laços prévios, atestados pela ainda relativamente recente visita da delegação do IAB, também foram destacados por Mariano Molla Villanueva, presidente do CABA. Entregando o diploma de sócio correspondente ao brasileiro, Molla Villanueva lhe passou a palavra, para que dissertasse, em espanhol, sobre as “vinculações jurídico-culturais argentino-brasileiras”. Partindo dessa sugestiva associação entre direito e cultura, que se tornara recorrente desde, ao menos, a entrevista de Silgueira ao *Jornal do Comércio*, Pereira começou afirmando que se dirigira à Argentina no desejo de “adquirir um conhecimento objetivo de suas energias”, para complementar aquele que já vinha constituindo a partir das obras jurídicas editadas no país platino, de seus autores e de seus grandes jornais. Os bacharéis em direito teriam, em sua visão, um papel preponderante na construção das respectivas pátrias e da América, pois o conhecimento e a prática em que se engajavam constituiriam “o sistema

tensões junto a seus colegas, Silgueira solicitou sua renúncia da presidência FACA em abril de 1929. Apesar do voto unânime dos delegados dos colégios federados no sentido de recusar seu afastamento, ele se manteve irredutível na decisão. Ver FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Sesión semestral de la Junta de Gobierno. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 3, mai.-jun. 1929, p. 319.

¹⁹⁹ Vinculación jurídico-cultural con Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 4, jul.-ago. 1929, p. 476-478, grifos nossos.

nervoso do progresso humano”. O “esforço mútuo dos juristas” seria um caminho particularmente seguro para garantir “solidariedade e cooperação” entre “povos cuja origem é idêntica, que vivem no mesmo continente”. Logo se preocupou em inserir Brasil e Argentina nessa categoria, destacando sua “identidade de sentimentos e semelhança de cultura”. Em tal quadro, o intercâmbio entre “advogados, professores, juízes e escritores, economistas e sociólogos da América Latina” seria nada menos que uma “indefectível obrigação”, porque havia chegado “o grande momento psicológico da América na história”. O “ponto de partida desse intercâmbio” seria, justamente, o “conhecimento recíproco”.²⁰⁰

Encaminhando-se para o fim de seu discurso, o professor sustentou que a obra jurídica argentina era conhecida e amada no Brasil “como se houvera sido produzida lá”, sendo acompanhada “com o mesmo entusiasmo e a mesma admiração” que eram dedicados aos progressos das ciências sociais, da literatura e do jornalismo do país vizinho. Seguiu relatando as boas impressões que sua curta estadia em Buenos Aires lhe havia causado e afirmou que, em todos os âmbitos do direito, os juristas de outros países teriam muito a aprender com a Argentina. Evocando a obra de Zeballos, declarou-se “particularmente encantado” com o grande desenvolvimento do direito internacional privado, que teria nos “vastos centros cosmopolitas da América, Nova York, Buenos Aires, São Paulo, etc.” seus “magnos laboratórios”. A sabedoria dos estudiosos da área permitiria, assim, vincular “súditos de países diversos” e solucionar adequadamente conflitos delicados. Para concluir, assegurou que guardaria sempre a recordação “da energia, da cultura e do progresso desta terra radiante que caminha pela trilha da história carregando o nome vitorioso de República Argentina”.²⁰¹

Apesar desse tom triunfalista, tempos conturbados logo se insinuariam no horizonte, afetando o curso dos diálogos entre juristas dos países vizinhos. Em 1930, tanto a Argentina quanto o Brasil sofreriam, em um intervalo de menos de dois meses, golpes de Estado. As ascensões do General José Félix Uriburu e de Getúlio Vargas ao poder engendraram governos de características bastante distintas. Ainda que os anos 1930 venham sendo profundamente revisitados pela historiografia dos dois países – no caso argentino, buscando romper com o epíteto de “década infame”, cujo emprego condena os governos da chamada “fraude patriótica” ao mesmo tempo em que idealiza como a “república verdadeira” o período aberto

²⁰⁰ Vinculación jurídico-cultural con Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 4, jul.-ago. 1929, p. 478-479. Note-se que a publicação feita pelo órgão institucional do CABA não transcreve textualmente os comentários que Pereira fez, no início de sua fala, sobre os Estados Unidos, limitando-se a mencionar sua ocorrência e logo se concentrando na reflexão sobre a América Latina – esta sim reproduzida na forma de citação direta.

²⁰¹ Vinculación jurídico-cultural con Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VII, n. 4, jul.-ago. 1929, p. 479-480.

com a Lei Sáenz Peña,²⁰² no brasileiro, problematizando a ilusão retrospectiva de que “tudo começa com Vargas”, sintetizada na ainda hoje muito vigente designação “República Velha”, não por acaso contraposta pelo próprio varguismo ao “Estado Novo”²⁰³ –, esse contraste permanece e precisa ser levado em conta.

Enquanto o Brasil teria, ao custo de um crescente autoritarismo, um único governante por uma década e meia, abriu-se na Argentina um período de grande instabilidade: somente Agustín P. Justo, que assumiu o comando do país após o restabelecimento do sufrágio em 1932, concluiria regularmente seu mandato. Mais decisivamente, a movimentação que levou Uriburu ao poder marcou um caminho sem volta (e de conhecidas consequências nefastas no desenrolar do século XX) de intervenção dos militares na vida política. As medidas mais propriamente autoritárias que tal general almejava implantar acabaram cedendo lugar a uma democracia ao menos formal, mas o golpe argentino de setembro de 1930, apoiado por uma vasta coalizão de setores insatisfeitos com os governos da UCR, representou uma descontinuidade em relação às medidas reformistas moderadas que vinham sendo colocadas em prática desde 1916. A “revolução maximalista pacífica” que Oliveira Lima descrevera, não sem certo exagero e tomando de empréstimo uma expressão de Zeballos, foi substituída por aquilo que muitos interpretariam como uma “restauração” da ordem conservadora e oligárquica vigente no período anterior à primeira eleição de Hipólito Yrigoyen. Os radicais, embora oficialmente proscritos até 1935, seguiriam contando com forte apoio popular. Sobretudo após o chamado Pacto Roca-Runciman, assinado com a Grã-Bretanha em 1933 na

²⁰² Um esclarecedor balanço sobre os anos 1930 na Argentina, contemplando, inclusive, uma breve genealogia da designação “década infame” e de seus usos políticos e historiográficos, pode ser encontrado em: PRIVITELLIO, Luciano de; LÓPEZ, Ignacio. La década del treinta. *Dossiers por historiapolítica.com*. Buenos Aires, n. 53, jul 2015. Disponível em: <http://historiapolitica.com/dossiers/dossier-la-decada-del-treinta/>. Acesso em 24/08/18. Ver, igualmente, os textos reunidos no dossiê que tal texto apresenta, e a avaliação do impacto do movimento de 1930 sobre a construção da ordem na cidade de Buenos Aires feita em: CAIMARI, Lila. *Mientras la ciudad duerme*. Pistoleritos, policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012, p. 91-114. Agradecemos a Pedro Berardi por essas indicações bibliográficas e por diálogos sobre o lugar dos anos 1930 na história e na historiografia argentinas.

²⁰³ Em meio à extensa e crescente bibliografia sobre o tema, destacamos, por se dirigirem aos intelectuais e demonstrarem que muitos dos projetos endossados pelo varguismo se vinham construindo nos anos anteriores, os seguintes trabalhos: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005; BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007. Ver, também, os balanços propostos em: CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 107-143; GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 35-70.

busca por preservar as exportações de carne congelada, muitos acusariam os dirigentes argentinos de submissão ao capital e aos interesses estrangeiros.²⁰⁴

No Brasil, ao contrário, os sucessivos governos de Getúlio Vargas procuraram fomentar a unidade nacional, desenvolver a economia do país e expandir a atuação estatal para esferas como a cultura e a organização do trabalho – ainda seja necessário reconhecer suas inúmeras contradições, bem como o fato de que muitas dessas “novidades” encontravam raízes nos anos anteriores.²⁰⁵ Em um mundo onde parecia haver cada vez menos espaço para a democracia, a ascensão de movimentos nacionalistas e a difusão de críticas mais e mais combativas ao liberalismo uniam os dois países,²⁰⁶ mas o papel atribuído ao Estado e suas ações divergiram significativamente. As rupturas institucionais de 1930 terminariam, porém, por fomentar outras conexões. Em meio a iniciativas oficiais, inquietudes suscitadas por conflitos entre países vizinhos, intenções de liderança continental, transformações nas relações interamericanas, os sentidos dos laços entre juristas brasileiros e argentinos se renovaram.

Diálogos intermitentes em tempos de turbulência política: intercâmbios postos à prova, esforços oficiais de aproximação, a organização profissional em questão

No relatório das atividades que desenvolvera entre os anos de 1930 e 1931, a Federación Argentina de Colegios de Abogados afirmava que sua maior prioridade deveria ser a regulamentação do exercício da advocacia. Nessa tarefa, movimentações recentes do outro lado da fronteira eram evocadas como fonte de inspiração, numa referência que se reforçava pela quase concomitância das rupturas institucionais argentina e brasileira:

É hoje interessante para nós saber que *no Brasil, não obstante o período de reconstituição política por que passa também esse país, reconheceu-se como instituição oficial [...] a Ordem dos Advogados Brasileiros*, que se regerá por seus próprios estatutos votados pelo Instituto com a colaboração dos Institutos dos Estados e com aprovação do governo. Há longos anos que os

²⁰⁴ Nas considerações sobre a Argentina, baseamo-nos, sobretudo, nas sínteses propostas em: CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 115-177; CAVAROZZI, Marcelo. Sufragio universal y poder militar. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). *Historia mínima de Argentina*. Madrid: Turner; Cidade do México: El Colegio de México, 2014, p. 233-271. Ver, também, HALPERIN DONGHI, Tulio. *La Argentina y la tormenta del mundo*. Ideas e ideologías entre 1930 y 1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013, em especial o prólogo (p. 11-21).

²⁰⁵ Uma das demonstrações mais contundentes desses laços com movimentações anteriores ainda se encontra no questionamento sobre o que a autora chama de “ideologia da outorga” das leis trabalhistas feita em: GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005, em especial p. 226-233.

²⁰⁶ Para uma análise comparativa dos dois casos, consultar: BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

advogados argentinos acariciamos esse ideal e não poucas iniciativas foram estudadas pelas Comissões respectivas do Congresso.²⁰⁷

Imediatamente após afirmar a necessidade de “perseverar” para obter uma legislação análoga à brasileira, o relatório ressaltava a importância de a federação prosseguir na “obra de aproximação entre os advogados dos distintos países da América”. Para tanto, seria necessário, primeiramente, incentivar o estabelecimento, em cada uma dessas nações, de “entidades similares” à FACA, “com as quais podemos então constituir a Federação interamericana, e dar fim assim à iniciativa do ex-presidente doutor J. Honório Silgueira”. Num argumento dotado de certo caráter circular, afirmava-se que o “reconhecimento oficial” constituiria “um ponto de apoio efficacíssimo” para alcançar essa organização internacional. Ainda no âmbito transfronteiriço, o relatório destacava a incorporação definitiva da FACA à Union Internationale des Avocats e enfatizava a conveniência de “manter uma representação ativa naquela instituição”.²⁰⁸

Embora não seja possível estabelecer uma relação direta com os repetidos chamados dos colegas argentinos, o Instituto dos Advogados Brasileiros reavivava, quase ao mesmo tempo, seus debates sobre a possibilidade de estabelecer uma instância análoga à FACA. Em agosto de 1930, o IAB promoveu no Rio de Janeiro uma conferência com o intuito de formar uma Federação dos Advogados Brasileiros, qualificada na nota de convocação como “uma aspiração de todos os nossos colegas”. O chamado logo se tornava mais incisivo, qualificando tal associação como uma “necessidade”, já que, “por falta dela”, o IAB ficava “em *situación de inferioridade em relação a todos os países* que já participam” da UIA. O empenho do Instituto em fazer dessa federação uma realidade pode ser atestado pelo fato de ele se ter comprometido a arcar com os gastos da estadia na capital brasileira dos representantes dos organismos estaduais. Representantes de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais estiveram presentes, e os advogados do Amazonas, de Pernambuco e do Paraná enviaram sugestões por escrito.²⁰⁹

Resultou das reuniões um conjunto de “bases [...] para a aproximação dos Institutos de advogados existentes no Brasil”. Procurava-se “acentuar a feição nacional” do IAB a partir da admissão dos institutos estaduais como sócios. Estes últimos deveriam, em contrapartida,

²⁰⁷ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Memoria correspondiente al ejercicio 1930-1931. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 6, nov-dez 1931, p. 730-731, grifos nossos no trecho destacado, do original em “Ordem dos Advogados Brasileiros”.

²⁰⁸ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Memoria correspondiente al ejercicio 1930-1931. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 6, nov-dez 1931, p. 731.

²⁰⁹ Federação dos Advogados Brasileiros – Conferência dos representantes de Institutos de Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1-2, ago-set. 1930, p. 54-68.

remeter cópias das atas das sessões e dos principais trabalhos, exemplares de cada uma de suas publicações e informações sobre a legislação, a administração de justiça e as novas edições jurídicas no respectivo estado. Os sócios dos institutos federados teriam todos os privilégios concedidos àqueles do IAB, mas só poderiam votar em questões de doutrina ou interesse geral. Criava-se, ao mesmo tempo, um novo cargo de vice-presidente, que deveria ser ocupado por um membro de algum dos institutos filiados. Um secretário geral se encarregaria da correspondência com todo o país, enquanto o conselho da nova federação deveria “prover à representação do [IAB] no estrangeiro, cooperar para a criação de organismos internacionais, resolver sobre a adesão do [IAB] a institutos estrangeiros similares”.²¹⁰

Dando corpo e projeção nacional ao objetivo de favorecer a “difusão da cultura jurídica”, que o IAB inscrevera em seus estatutos em 1928, o conselho da federação deveria “promover a realização, tão frequente quanto possível, de *conferências* de representantes dos Institutos, ou de advogados em geral, *sempre em cidades diversas*”.²¹¹ A proximidade com as Conferências Nacionais de Advogados que a FACA vinha promovendo desde 1924, inclusive no que diz respeito à busca pela difusão territorial, é evidente. Essa conexão parece ter sido buscada pelas próprias instituições: o IAB não apenas notificou prontamente a federação argentina sobre seu novo empreendimento, como também recebeu enfáticos cumprimentos pela medida. A ata de uma reunião da mesa diretiva da FACA realizada em abril de 1931 registrava um “telegrama das autoridades da Federação de Institutos dos Advogados do Brasil” comunicando sua criação. A FACA retribuiu com “votos pelo êxito da importante obra de cooperação que tem que desenvolver aquela, aos fins de maior aproximação entre as instituições representativas dos foros sul-americanos”.²¹² A medida ajudaria a conferir à atuação do IAB feições mais propriamente nacionais, ainda que os rumos da federação tenham sido afetados pelo golpe de outubro de 1930 e, mais precisamente, por suas consequências na ordenação das profissões jurídicas.²¹³

²¹⁰ Federação dos Advogados Brasileiros – Conferência dos representantes de Institutos de Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1-2, ago-set. 1930, p. 68-69.

²¹¹ Federação dos Advogados Brasileiros – Conferência dos representantes de Institutos de Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 1-2, ago-set. 1930, p. 69, grifos nossos.

²¹² FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información – Mesa Directiva – Reunión del 17 de abril. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 2, mar-abr 1931, p. 189.

²¹³ O Conselho Federal da OAB, cuja criação discutiremos logo a seguir, parece ter, com o tempo, suplantado boa parte das funções que seriam atribuídas a essa federação. Deve-se registrar, contudo, que as atas das sessões do IAB demonstram que os debates sobre a constituição de ambos os órgãos prosseguiram em paralelo. As fontes do Instituto também sinalizam, ao menos na primeira metade da década de 1930, para um fortalecimento da articulação com os equivalentes estaduais, bem como para a preocupação em divulgar suas ações. O relatório das atividades do ano de 1932 é emblemático nesse sentido: FONSECA, Arnaldo Medeiros da. Relatório geral

Em ambos os países, os órgãos representativos da advocacia logo procuraram demarcar seu lugar na nova ordem que se delineava, deixando entrever a complexidade de sua relação com a vida política. Três dias após o golpe argentino, uma nota foi enviada pela mesa diretora da FACA ao Ministro da Justiça do governo provisório. O documento expressava o interesse dos advogados em participarem da nova situação do país. Afirmava-se que, após deliberação, o órgão “considerou que é dever patriótico de todos o de contribuir à realização dos *elevados propósitos que se fizeram públicos*, e pensa que nos momentos que atravessamos o aporte de cada um se deve somar no esforço comum”. Mais à frente, porém, a nota se preocupou em atribuir um sentido e uma natureza específicos a essa participação:

A Federación Argentina de Colegios de Abogados [...] responde ao *fin primordial de promover a melhoria da legislação e da justiça* [...]. A Mesa Directiva está disposta a prestar, se se o estimar útil, seu concurso à obra de V. E. e a fazer-lhe chegar a expressão das necessidades, as aspirações e as iniciativas dos foros da República, *sem outro interesse que o da justiça mesma*.²¹⁴

Esse suposto interesse exclusivamente na justiça também marcaria a atitude inicial do IAB perante o governo de Getúlio Vargas, em cujo estabelecimento a agremiação parece ter enxergado a oportunidade de concretizar muitas das medidas reformistas que vinha reivindicando nos anos anteriores. Como o comentário no relatório das atividades de 1930 e 1931 da FACA destacava, o novo regime concedeu aos advogados brasileiros, já em seus momentos iniciais, uma reivindicação antiga: a regulamentação profissional. O decreto 19.408, de 18 de novembro de 1930, que reorganizou a Justiça do Distrito Federal, determinou a criação de uma instituição inicialmente denominada Ordem dos Advogados Brasileiros. A norma concedia ao IAB e a seus correlatos estaduais o poder de elaborar seus estatutos. A primeira regulamentação foi aprovada em 1931, após intensos debates entre juristas, mas o Conselho Federal, órgão central de administração, somente se concretizaria em 1933. Seu primeiro presidente foi igualmente escolhido entre os quadros do IAB: o mesmo Levi Carneiro que, à frente do Instituto, vinha procurando expandir e aprofundar sua atuação cultural. Ele também atuaria como consultor-geral da República (1930-1932) e deputado classista das profissões liberais na Assembleia Constituinte de 1933-1934. Em consonância com os ideais corporativos que se tornariam cada vez mais evidentes conforme uma outra ordem política se consolidava, a nova associação profissional ocupava um estatuto ambíguo,

dos trabalhos do Conselho Diretor do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e Institutos filiados no ano de 1932. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. X, n. 2, abr 1933, p. 115-194.

²¹⁴ TEXTO de la nota elevada a la Junta Provisional del Gobierno de la República por la Mesa Directiva de la Federación. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VIII, n. 5, sep-oct 1930, p. 549, grifos nossos.

entre os interesses profissionais privados e o Estado – ou melhor, a OAB nascia sob o signo da busca por atribuir um sentido público ao exercício da advocacia. Talvez no caso dos advogados mais que em qualquer outro, a regulamentação profissional segundo princípios corporativistas, muito longe de se dever à “cooptação” por parte do governo Vargas, resultou de antigas reivindicações desses próprios homens.²¹⁵

Os membros do IAB reivindicariam o vínculo entre a criação da OAB e suas mobilizações anteriores ainda nos momentos iniciais do governo provisório. Na sessão do Instituto de 13 de novembro, uma das primeiras após a eclosão do movimento de 1930, Astolfo Rezende propôs uma indicação, aprovada unanimemente, aplaudindo o decreto de mesma data que abolira o julgamento secreto na Corte de Apelação, enquanto Ribas Carneiro e Jaime de Vasconcelos expressaram seu entusiasmo “pela nova situação política da Nação em consequência ao movimento revolucionário”.²¹⁶ Na sessão seguinte, Levi Carneiro chamou a atenção para como, antes mesmo que um ofício do Instituto solicitando o estabelecimento de um órgão de regulação profissional dos advogados chegasse às mãos do Ministro da Justiça, “já o Governo o atendia fazendo a criação da referida Ordem, *confiando, além disso, ao Instituto, em colaboração com os dos Estados, a confecção do respectivo Regulamento*”. Carneiro interpretou a medida como uma “alta prova de consideração e confiança ao Instituto, *satisfazendo a realização de uma aspiração de mais de oitenta anos, que é a própria razão de ser do Instituto*”. Ainda que o sócio Murgel de Rezende tenha ressalvado “o seu ponto de vista pessoal contra a criação da Ordem, sendo até partidário de plena liberdade profissional”, o

²¹⁵ Realizamos um breve panorama da criação da OAB em nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 118-122. Assim como fizemos naquele trabalho, privilegiamos, nesta pesquisa, a trajetória do IAB, realizando apenas alusões breves à OAB, porque este órgão tendeu a se concentrar nos temas relativos à regulação profissional. As questões culturais e os debates intelectuais, foco de nossa atenção, permaneciam, em regra, sob a égide do Instituto. Devemos registrar, de toda forma, que a criação da Ordem motivou extensos e por vezes acalorados debates no IAB ao longo da primeira metade da década de 1930, o que pode ser atestado pelas atas das reuniões deste. Perspectivas gerais sobre os primeiros momentos da Ordem podem ser encontradas em: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 4 – Criação, primeiros percursos e desafios (1930-1945). Brasília: OAB, 2003; MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964*. São Paulo: Alameda, 2013, em especial p. 34-44; VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 79-131. A formulação clássica da tese da “cooptação” dos intelectuais pelo governo Vargas se encontra em: MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 69-291.

²¹⁶ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 29ª sessão ordinária, realizada em 13 de novembro de 1930. Biblioteca IAB.

clima era de celebração. Por fim, resolveu-se levantar a sessão antecipadamente, como sinal de reverência pela determinação de que se estabelecesse a OAB.²¹⁷

De forma próxima ao que propunha o relatório da FACA para os anos de 1930 e 1931, os debates sobre a reordenação profissional também se articulariam à busca pela inserção em associações e redes internacionais. Na sessão do IAB de 26 de dezembro de 1930, enquanto se discutia o projeto da criação do Conselho da Ordem, Cândido Mendes de Almeida interveio afirmando ter trazido da Europa “documentos necessários à filiação do Instituto” à UIA. O motivo principal de sua viagem havia sido a participação em um encontro sobre direito penal realizado em Praga. Em meio às atividades que desenvolveu após o congresso, esteve uma “cerimônia do estágio, a que assistiu em Paris com os ‘battonniers’²¹⁸ de vários países da Europa e da América, e na qual tomou parte como representante dos Advogados do Brasil”. Almeida elogiou o fato de ser exigido, nos países europeus, um período de aprendizado prático para o exercício da profissão, recomendando a adoção no Brasil dessa medida “selecionadora da honorabilidade da classe”. O brasileiro relatou, ainda, as conferências sobre direito penal e penitenciário que proferira em Praga e em Viena, ressaltando o fato de elas terem sido “ilustradas com as passagens de um soberbo filme da Penitenciária de São Paulo”. Percebe-se, com esse relato, como as inovações midiáticas e tecnológicas eram recebidas com entusiasmo, sendo empregadas para adensar os contatos com colegas de outros países e exibir os progressos da nação além de suas fronteiras. Por fim, Cândido Mendes comentou as duas conferências que fizera em Paris, “uma sobre o regime de separação da Igreja e outra na sociedade das Prisões, demonstrando o interesse despertado pelo Brasil”. Levi Carneiro, ainda presidente da agremiação de advogados, agradeceu “os altos serviços prestados ao Brasil e ao Instituto, no estrangeiro”.²¹⁹

Na sessão que inaugurou os trabalhos do IAB no ano seguinte, a adesão à UIA foi exaltada como uma das primeiras consequências da instalação do Conselho Diretor da Federação dos Advogados. Uma polêmica no mesmo encontro de 16 de abril de 1931 mostrou como as relações do IAB com o governo Vargas nem eram unívocas, nem estavam imunes a conflitos. Edmundo de Miranda Jordão realizou um “um vibrante comunicado” em repúdio às intervenções de Vargas sobre o Judiciário, arrematando-o com um “apelo no sentido da convocação do eleitorado para a assembleia constituinte, a fim de que esta promovesse a

²¹⁷ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 30ª sessão ordinária, realizada em 20 de novembro de 1930. Biblioteca IAB, grifos nossos.

²¹⁸ Termo empregado em francês no original, transcrito como consta da ata, mas cuja grafia correta seria *batonniers*. Designa, nos países francófonos, os chefes das instituições de regulação profissional da advocacia.

²¹⁹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 35ª sessão ordinária, realizada em 26 de dezembro de 1930. Biblioteca IAB, grifos nossos.

reorganização constitucional do país”. O então recentemente eleito orador do Instituto, Eurico de Sá Pereira, uniu-se a essa mobilização. Após traçar um “histórico do papel do advogado na vida dos povos”, pediu igualmente que o Instituto se posicionasse pela volta do regime constitucional. Em seguida, Ribas Carneiro acusou o orador de “falta de isenção de ânimo para a crítica que fizera aos atos do Governo”. O então presidente do IAB, Carvalho Mourão, procurou apaziguar os ânimos recorrendo implicitamente à disposição estatutária que proibia posicionamentos sobre temas políticos – disposição esta que cumpria uma função simbólica crucial, ajudando a compor a aura de uma agremiação elevada e comprometida com a coisa pública. Afirmou que os juízos de Sá Pereira “só podiam ser recebidos como ponto de vista individual do orador, não do Instituto”, sendo apoiado por diversos membros, entre eles seu antecessor Levi Carneiro.²²⁰

Com a persistência do governo que se dizia provisório e, sobretudo, com a eclosão da revolta armada em São Paulo, o IAB se inclinou mais firmemente para a reivindicação de que se convocasse uma assembleia constituinte. O relatório das atividades do ano de 1932 elaborado pelo secretário Arnaldo Medeiros da Fonseca mencionava os debates e as moções sobre o tema que o IAB votara. Fonseca também destacou as mobilizações nos institutos estaduais, dedicando especial atenção ao de São Paulo. Embora tenha dito que não ia “entrar em apreciações partidárias em torno desse movimento”, afirmou, em tom de simpatia, que ele “empolgou a população de S. Paulo, a mocidade das escolas e todas as associações de classe que vinham colaborando com aquele Instituto na propaganda constitucionalista”. O secretário do IAB se via, assim, obrigado a “reconhecer que a atitude da corporação de advogados do glorioso Estado, em tal emergência, foi elevada, nobre, e coerente com o seu brilhante passado”. Expressou a esperança de que já se caminhasse para a “breve reconstitucionalização”, destacando que Astolfo Rezende, que então presidia o IAB, chegara a participar dos trabalhos nesse sentido.²²¹ Em abril de 1933, o IAB promoveu a Primeira Conferência Nacional de Juristas, com o intuito de “debater temas de Direito Constitucional e Político”.²²²

²²⁰ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 1ª sessão ordinária, realizada em 16 de abril de 1931. Biblioteca IAB, grifos nossos. No estatuto então vigente, a proibição se encontrava no art. 36, que determinava que o Instituto só emitiria juízos “como corporação” em homenagem por falecimento de seus membros ou de juristas nacionais ou estrangeiros. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Estatutos e Regimentos*. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1931, p. 19.

²²¹ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. Relatório geral dos trabalhos do Conselho Diretor do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e Institutos filiados no ano de 1932. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. X, n. 2, abr 1933, p. 122-123.

²²² Primeira Conferência Nacional de Juristas. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. X, n. 2, abr 1933, p. 109-114. A imprensa diária dedicou ampla atenção a tais debates. Ver, por exemplo: I Conferência Nacional de Juristas. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 17-18 de abril de 1933, p. 3.

Do outro lado da fronteira, o início da década de 1930 foi marcado não apenas pela busca por um lugar em meio à nova ordem política, mas também pelo décimo aniversário da fundação da FACA. Realizou-se, em julho de 1931, um almoço comemorativo em um hotel de Buenos Aires. O então presidente da instituição, Mario A. Rivarola, além de discursar na solenidade, dirigiu uma nota aos membros dos Colegios federados, em que buscava reconhecer o que já havia sido feito pela instituição e, ao mesmo tempo, chamar ao fortalecimento de suas ações. Remetendo às Conferências Nacionais de Advogados, destacou o fato de a Federación já ter, duas vezes – e estar se mobilizando para o fazer uma terceira – reunido “os homens que pensam no valor social do direito e a justiça, e discutem pelo bem comum de nossa pátria, sobre os meios para o melhoramento institucional e legislativo do país”. Defendeu enfaticamente a necessidade de fazer uma obra coletiva, condizente com o caráter de representação profissional do órgão. Expressou, ao mesmo tempo, uma visão elitista da sociedade, que servia de fundamento para que os advogados tivessem uma atuação de destaque, para que funcionassem como uma verdadeira “força moral”:

as pessoas que por nossa profissão passamos por uma instrução superior à normal e média de nosso povo, estamos no dever de nos colocarmos na realidade, de pensar de acordo com essa realidade, e de dissipar com a palavra e o exemplo tais erros evidentes, que inclinam um povo à indolência, que o conduzem ao não fazer, ao não pensar, e ao esperar tudo de um só ou de uns poucos que pensem e façam [...].²²³

Um pouco mais tarde, as inquietudes das agremiações de advogados argentinas e brasileiras convergiram em torno da Guerra do Chaco. Logo após a eclosão do conflito armado entre o Paraguai e a Bolívia, em 1932, a FACA aprovou um projeto de resolução que marcava o seu posicionamento sobre a conflagração. Afirmando a união com ambos os países envolvidos, “por tradição histórica”, “deveres de fraternidade, comuns simpatias”, a Federación alegou ser uma “obrigação moral favorecer por todos os meios a solução pacífica de seus interesses em litígio, conforme procedimentos já consagrados pelo direito internacional americano”. Agir nesse sentido faria parte da “função profissional do advogado”, o que concedia à FACA a iniciativa de se dirigir aos órgãos similares dos países em confronto, para que atuassem junto a seus governos para garantir a solução pacífica do conflito, de modo que “a razão do direito prime sobre a da força”.²²⁴

²²³ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información – Décimo aniversario de la Federación. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 4, jul-ago 1931, p. 467-471.

²²⁴ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información – Sesión extraordinaria del 3 de septiembre. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. X, n. 1, sep-oct 1932, p. 413.

No relatório de suas atividades no ano de 1934, o IAB registrava o espanto de seus sócios perante a continuidade das disputas em torno do território do Chaco. Assim como fizera a FACA, o Instituto se indagou sobre as medidas que estariam ao alcance do Brasil para ajudar a “terminar a luta sangrenta”. Reconhecendo que o instituto não poderia “ir além dos limites do apelo amistoso e da manifestação de seus anseios pela pacificação do continente”, o IAB afirmou “seus votos de fraternidade para com aquelas duas nações em luta e os seus votos pela confraternização de todo o continente americano”. Nomeado presidente de uma comissão encarregada de coordenar as iniciativas do IAB em prol da paz no Chaco, Afrânio de Melo Franco chamou a atenção para a importância de que tal iniciativa fosse feita “por intermédio da ação dos Institutos dos Advogados dos países Americanos”, devendo estender-se por universidades e institutos de cultura.²²⁵

As lutas nos países vizinhos talvez auxiliem a compreender como iniciativas oficiais procuraram, ao longo da primeira metade dos anos 1930, intensificar os laços entre as nações sul-americanas. Em outubro de 1933, o então presidente argentino Agustín P. Justo viajou ao Brasil, o que lhe rendeu uma homenagem do IAB. O Instituto lhe remeteu, “por intermédio de comissão especial, uma mensagem de congratulações pela auspiciosa visita ao nosso País”.²²⁶ Um dos objetivos da missão era acordar com Vargas políticas conjuntas para a Conferência Pan-Americana de Montevideú, realizada poucas semanas mais tarde.²²⁷ Essas movimentações se associaram a um novo momento das relações continentais, mais propício à construção de um sistema de cooperação. Nessa conjuntura, os Estados Unidos se comprometeram com o princípio da não-intervenção, anunciaram a Política da Boa Vizinhança e revogaram a Emenda Platt. A Conferência de Montevideú pode ser considerada um marco na consolidação de “uma demanda por princípios interamericanos institucionais e mutuamente recíprocos e normas de caráter multilateral que fossem obrigatórias para todos os Estados das Américas”.²²⁸

²²⁵ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório do Primeiro Secretário Dr. João Pedro dos Santos*. Administração de 1934. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1935, p. 14-17. É interessante destacar que, logo antes da seção sobre a Guerra do Chaco, o relatório registrava um voto de júbilo pela solução pacífica do conflito de Letícia, que havia motivado uma recepção especial dos delegados peruanos e colombianos que se encontravam no Rio de Janeiro para a assinatura do tratado que pôs fim às disputas. O ato contou com a presença de Afrânio de Melo Franco, que atuara como presidente de honra da conferência de paz.

²²⁶ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório do Primeiro Secretário Dr. João Pedro dos Santos*. Administração de 1933. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1934, p. 10-11. O mesmo relatório registrava uma moção de congratulações pelas comemorações do jubileu de Rodolfo Rivarola, justificada por Pedro Calmon.

²²⁷ SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho*. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954). Rio de Janeiro: Multifoco, 2012, p. 173.

²²⁸ SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 147-167 (citação textual na p. 165).

Entre os desdobramentos da visita de Justo ao Brasil, esteve a assinatura de um convênio de intercâmbio intelectual entre os dois países. Justificado pelo desejo “de que seus respectivos povos possam beneficiar dos adiantamentos logrados por brasileiros e argentinos no campo da ciência” e partindo da convicção “das vantagens que advirão para os intelectuais e estudiosos de cada um de seus países em frequentarem os centros que se dediquem a matérias de sua especialização”, o acordo determinava, em seu primeiro artigo, que as instituições científicas, literárias e artísticas deveriam “fomentar por todos os meios o intercâmbio intelectual entre brasileiros e argentinos”. Para tanto, seria fundamental propiciar viagens dos membros de tais organizações e das universidades, “a fim de professarem cursos de suas especialidades ou dizerem conferências a respeito de coisas brasileiras e argentinas”. Os dispositivos seguintes previam, entre outras medidas, estímulos às viagens de estudos, inclusive por meio de caravanas universitárias “em que estejam representadas todas as regiões do Brasil ou da Argentina”. A disposição final se abria à possibilidade de que outros Estados americanos aderissem ao convênio.²²⁹

Como se vê, os termos do acordo guardavam certa proximidade com propostas que juristas como J. Honório Silveira vinham desenvolvendo desde, ao menos, meados dos anos 1920. Do ponto de vista dos sujeitos envolvidos, pode-se identificar igualmente uma coincidência com as atividades dos órgãos representativos da advocacia: o representante do Brasil na assinatura do tratado, e também na conferência de Montevideu, era Afrânio de Melo Franco, que então ocupava o cargo de ministro das relações exteriores. O convênio de cooperação cultural fez parte de um grupo mais amplo de atos internacionais, que logo despertariam interesse do outro lado do Atlântico. Em carta enviada a Raymond Weiss em 7 de dezembro de 1933, o então diretor da biblioteca da Liga das Nações, T. P. Sevesna, relatou ter recebido pedidos de traduções para o francês ou o inglês dos textos das quatro convenções assinadas entre Brasil e Argentina durante a permanência de Justo no Rio de Janeiro. A convenção geral sobre intercâmbios intelectuais se completava com acordos sobre medidas semelhantes no âmbito artístico e na permuta de publicações, bem como com uma convenção que determinava a revisão dos textos dos manuais de história e de geografia, para delas retirar quaisquer menções que pudessem suscitar inimizades entre os dois países. Sevesna justificava o recurso a Weiss porque “se trata de convenções sobre assuntos de que se ocupa especialmente vosso instituto”. Outros intercâmbios epistolares demonstram que o diretor do

²²⁹ BRASIL. *Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=446663&id=14406354&idBinario=15616672&mime=application/rtf>. Acesso em 21/05/2018.

serviço jurídico do IICI se esforçou para atender o pedido, e cópias em francês dos tratados terminariam conservadas nos arquivos da divisão que ele comandava.²³⁰

Lidas em conjunto, essas movimentações apontam para transformações importantes na forma e nos objetivos das vinculações internacionais. Se no início do século a diplomacia tinha um papel crucial na articulação das relações culturais, nos anos 1930 a cultura passava a ser um objetivo diplomático por conta própria. É nesse sentido que se costuma falar do florescimento de uma “diplomacia cultural” no período entreguerras, em especial na América Latina. A busca por fazer da cultura um instrumento eficaz tanto de pacificação quanto de progresso assumiu, assim, o caráter de uma verdadeira política de Estado, a partir de estímulos locais (como as ações do governo Vargas ligadas ao mundo intelectual), regionais (os sentidos revigorados dos americanismos) e mesmo pretensões globais (as ações do IICI e da Liga das Nações de forma mais geral). Ao mesmo tempo, esses movimentos dependiam decisivamente de redes, iniciativas e discursos forjados nas décadas anteriores.²³¹ Argentina e Brasil propiciam ilustrações contundentes desse fato. No início de 1934, fundou-se em Buenos Aires o Instituto Argentino Brasileiro de Cultura. Seu homólogo em território brasileiro logo se concretizaria, sob os auspícios do Itamaraty.²³² Rodolfo Rivarola e J. Honório Silgueira presidiriam o primeiro deles, e Rodrigo Otávio, o segundo – o que sugere que os laços tecidos em proximidade com os institutos de advocacia ganhavam, no início dos anos 1930, projeção em outras instâncias.

Vargas retribuiria a visita de Justo em maio de 1935, ao participar da Conferência Pan-Americana de Comércio. Para cuidar dos preparativos da viagem, foi nomeada uma comissão de recepção, presidida pelo almirante Manuel Domecq García – veterano da Guerra da

²³⁰ Dossiers de correspondance de l’IICI, E.I.34 – Questions Juridiques, Archives de l’IICI (UNESCO). Uma análise do convênio para revisão dos livros de história e geografia e alguns comentários sobre as visitas recíprocas de Justo e Vargas podem ser encontrados em: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 266-302. Note-se que Ricardo Levene e Pedro Calmon, juristas de formação e atuantes nos intercâmbios entre Argentina e Brasil, envolveram-se centralmente no esforço de revisão dos livros de história.

²³¹ Para um balanço sobre o debate em torno das distinções entre diplomacia cultural e relações culturais internacionais, consultar: DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle. Les voies/x de l’Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946)*. Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História), p. 22-27; 37-46. Convergimos, particularmente, com a preocupação da autora em demarcar a especificidade do período entreguerras, inclusive no que diz respeito à institucionalização das relações culturais internacionais por meio do IICI, sem para isso endossar as narrativas que, sobretudo no caso brasileiro, interpretam 1930 como uma ruptura radical.

²³² SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropología de la circulación internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 125-131. Esse tipo de iniciativa não se restringiu à Argentina e ao Brasil. Sobre os laços entre o segundo desses países e o Uruguai, consultar: NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. *A missão cultural brasileira no Uruguai: a construção de um modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de Doutorado em Integração da América Latina), em especial p. 155-231, que se ocupam do Instituto Cultural Uruguaio-Brasileiro.

Tríplice Aliança, paraguaio de nascimento e naturalizado argentino, presidente provisório da Liga Patriótica Argentina em seus primeiros momentos²³³ – e complementada por representantes dos círculos de sociabilidade das elites portenhas, como o Jockey Club. A estadia foi marcada por uma infinidade de ações e eventos, que procuraram invariavelmente exaltar a “amizade” entre Brasil e Argentina: desde conferências das mais variadas naturezas e em distintos cenários, até atividades de turismo, passando por filmagens, selos postais, programas de rádio e até mesmo a inauguração do alargamento da Avenida Corrientes, importante via do centro de Buenos Aires. Mais convênios internacionais foram assinados, a Universidad de Buenos Aires outorgou a Vargas o título de doutor *honoris causa*, a Junta de Historia y Numismática lhe agraciou com uma medalha comemorativa. O governo brasileiro, em contrapartida, concedeu condecorações da Ordem Nacional do Cruzeiro a uma série de argentinos. Entre eles, estavam J. Honório Silgueira, contemplado em sua condição de presidente da FACA com o grau de Grande Oficial. Vicente C. Gallo, reitor da UBA, Rodolfo Rivarola e Ricardo Levene receberam a honraria menos elevada de comendadores.²³⁴ A distinção concedida a Silgueira motivou um ato em sua homenagem, realizado pela federação que ele presidia.²³⁵ Abelardo Vergueiro César, deputado federal pelo estado de São Paulo que havia viajado à Argentina como delegado da Conferência Pan-Americana de Comércio, foi eleito sócio correspondente do CABA e recepcionado em uma sessão especial.²³⁶

Em outra manifestação da presença dos juristas em meio à visita do presidente brasileiro, sua filha, Alzira Vargas, visitou, “sem prévio anúncio”, a Facultad de Derecho da UBA. Embora o relato posterior se tenha empenhado em afirmar a casualidade do ato, tudo aponta para uma bem concertada iniciativa. A “estudante de direito na Universidade do Rio de Janeiro” teria manifestado “o desejo de assistir à aula de direito político” do professor Enrique Loncán, “que versava, precisamente, sobre a última reforma constitucional do Brasil”. Acompanhada de Álvaro Bittencourt Berford, docente da Faculdade de Direito de Niterói, que deveria proferir, ainda no mesmo dia, um conferência justamente sobre a Constituição de

²³³ A Liga Patriótica Argentina foi uma organização paramilitar de extrema-direita, que surgiu na esteira da Semana Trágica, com o intuito de consolidar e tornar permanentes os grupos de repressão ao movimento operário que atuaram durante tais episódios. Ver HALPERIN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República Verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 158-170.

²³⁴ Todos os dados factuais foram colhidos em: COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935. A lista dos contemplados com as condecorações do governo brasileiro se encontra nas p. 244-246.

²³⁵ Demostración al señor presidente de la Federación, Dr. J. Honório Silgueira, el día 6 de julio. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 4, jul-aug. 1935, p. 337-340.

²³⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. Socios correspondientes. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 4, jul-aug. 1935, p. 343-345.

1934, Alzira Vargas foi recebida pelo docente argentino com um elogio a sua curiosidade “por saber como se ensina e como se aprende nas universidades argentinas”, bem como a sua avidez “por comprovar até que ponto é certo que a identidade de nossas instituições republicanas é a razão profunda, latente e definitiva de nossa harmonia internacional”. O professor logo adotou, contudo, um tom condescendente, que deixava entrever certos traços da construção social dos papéis de gênero, afirmando que a saudação não poderia “de qualquer modo ser uma homenagem – esta menina é demasiado jovem e não pode ainda suscitar homenagens intelectuais que por acaso mereça mais tarde se seguir as pegadas de seu preclaro progenitor”. Alzira foi, de toda forma, saudada “como embaixadora estudantil de uma das universidades que mais honram o pensamento e cultura da América do Sul”. Antes de encerrar sua fala, Loncán aludiu à delicadeza do momento político que se vivia, constituindo uma “má época” para aqueles que, como o pai da visitante, “devem governar os povos em meio ao caos ideológico mais confuso de todos os tempos”.²³⁷

Durante a estadia do presidente brasileiro na Argentina, a Universidad de Córdoba realizou uma sessão solene em sua homenagem, em que Enrique Martínez Paz proferiu uma conferência sobre “o processo das ideias jurídicas do Brasil” e os principais jurisconsultos do país. Em uma narrativa evolucionista e teleológica, que culminava com a codificação civil, ele destacou três perfis, compondo uma espécie de panteão progressivo dos bacharéis em direito do país vizinho: Teixeira de Freitas, Tobias Barreto e Clóvis Beviláqua. Atribuiu a cada um, respectivamente, as qualificações de “sistemático genial”, “filósofo e mestre inspirado”, “jurista universal e codificador exímio”. Em consonância com exaltações aos vínculos entre o primeiro deles e Vélez Sarsfield que há muito vinham marcando os atos de aproximação entre bacharéis em direito brasileiros e argentinos, Martínez Paz qualificou a consolidação das leis civis do Brasil como “o trabalho de sistemática e de doutrina jurídica mais importante que se haja produzido no solo americano”. Já sobre Beviláqua, exaltou a sanção do código civil como fato que o consagrara como “o primeiro jurista de sua geração e da América”. Encaminhando-se para o fim de sua fala, evocou alguns outros autores contemporâneos para afirmar que o “Brasil jurídico moderno vive na perene renovação desse tronco que deita suas raízes no profundo da tradição nacional”. Encerrou sustentando que o pensamento jurídico do país

se move já no plano das mais altas especulações da mente, sua atividade criou o modelo humano perdurável, ascendemos por fim às supremas regiões

²³⁷ COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935, p. 216-219.

do espírito, onde a alma atormentada pelos egoísmos pode encontrar a paz terrena e a sonhada irmandade entre os homens. Não sei se isso é uma realidade ou uma vã ilusão irrealizável, mas, *como disse Rodó*, há duas vozes no engano tentador, a que nos insinua ao ouvido, tudo é fácil, e a contraposta que nos diz tudo é vão; e eu prefiro a loucura da esperança à dúvida mortal, porque quando a esperança se torna louca, a força costuma ser a obra no milagre e no prodígio.²³⁸

A busca por estabelecer vínculos com nomes do panteão do pensamento ibero-americano também se faria notar em outros momentos da permanência de Vargas em território argentino. O bibliotecário do CABA, Oscar Rodríguez Saráchaga, tomou a iniciativa de doar ao presidente brasileiro um busto de Domingo Faustino Sarmiento, “no desejo de testemunhar sua simpatia ao Brasil e de corresponder, ao mesmo tempo, à admiração que em várias oportunidades havia expressado o Dr. Vargas” pelo “prócer” argentino. Vinda de um líder de biblioteca, essa escolha tinha importantes implicações simbólicas, já que Sarmiento passou à posteridade como um promotor da instrução pública, da alfabetização e das bibliotecas populares,²³⁹ o que se fortalecia pela expressão do desejo de que a escultura do antigo presidente argentino fosse instalada em “algum dos estabelecimentos públicos do Rio de Janeiro”. Também foi entregue ao líder brasileiro uma réplica da estátua de José María Moreno situada em frente à Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, “para ser doada à Ordem dos Advogados do Brasil ou à Faculdade de Direito do Rio ou outro instituto análogo”. O bibliotecário solicitou, em retribuição, que Vargas doasse à biblioteca um retrato seu, uma cópia de sua tese doutoral e uma bandeira do Brasil.²⁴⁰ O ato de Rodríguez Saráchaga rendeu uma curiosa discussão no diretório do Colegio de Abogados, cuidadosamente omitida das versões resumidas de suas atas publicadas pela revista da instituição. Embora os membros do diretório afirmassem sua aprovação a “toda manifestação de simpatia e homenagem ao país irmão”, o bibliotecário foi repreendido por se ter considerado que somente o órgão colegiado era competente para alienar bens da instituição.²⁴¹

²³⁸ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El proceso de las ideas jurídicas del Brasil a través de sus jurisprudencias*. Córdoba: Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1935, p. 7-9; 18-19. Na referência a Rodó, uma nota esclarece que a obra em questão é *Motivos de Proteo*.

²³⁹ Um breve e esclarecedor comentário sobre a exaltação da atuação de Sarmiento em relação às bibliotecas se encontra em: PLANAS, Javier. *Libros, lectores y sociabilidades de lectura*. Una historia de los orígenes de las bibliotecas populares en la Argentina. Buenos Aires: Ampersand, 2017, p. 19, nota 2. Para uma perspectiva mais geral de sua atuação no âmbito educacional, consultar SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 36-43.

²⁴⁰ COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935, p. 241.

²⁴¹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Actas del Directorio*. 2 – 1934-1938 (Manuscrito), p. 27-28 e 31. As versões publicadas das mesmas atas se encontram em: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. Directorio –

A despeito dessa controvérsia, a forte presença de juristas nos atos públicos em torno da viagem de Vargas é um exemplo importante de como os intelectuais ligados ao direito foram capazes de encontrar caminhos alternativos para fortalecer seus diálogos transfronteiriços, mesmo quando perturbações econômicas, políticas e institucionais impediram que os planos de estabelecer expedições anuais e bilaterais se perpetuassem. Significativamente, grupos mais articulados voltariam a viajar nas proximidades das visitas recíprocas de Justo e Vargas, ainda que o protagonismo não tenha sido exclusivo dos órgãos representativos da advocacia. Talvez não seja negligenciável, ao mesmo tempo, o fato de J. Honório Silgueira ter retornado à presidência da FACA em maio de 1932, após a renúncia de Mario A. Rivarola. Seja como for, parece haver razão ao menos parcial na leitura retrospectiva que glorificava aquele momento, feita por Silgueira quase uma década mais tarde. Em sua despedida do Rio de Janeiro em 1943, ele sustentou que, “por razões de Estado ou não, nos anos de 1933, 1934 e 1935, produziram-se fatos que marcaram uma nova etapa no concerto cultural americano”. Além das visitas presidenciais e da inauguração de institutos culturais em distintas capitais, Silgueira elencou como sinais desse fato a designação de Ramon J. Cárcano como embaixador no Rio de Janeiro, a atuação de seu equivalente em Buenos Aires, José Bonifácio de Andrada e Silva, o estabelecimento de cátedras de português na Argentina e a criação da “Semana do Brasil” no mesmo país, “o conhecimento recíproco e pessoal dos homens”, favorecido pelas “aproximações familiares e sociais”, e a “correção de erros históricos”. O jurista argentino deu especial destaque à “troca de delegações culturais em diversas atividades, *encabeçadas as de advogados pelos dois luminares da fraternidade argentino-brasileira, os Drs. Rodolfo Rivarola e Rodrigo Otávio*”.²⁴²

No primeiro caso, o presidente da FACA se referia a uma expedição de que ele próprio participara. Em julho de 1934, um grupo de representantes do Instituto Argentino Brasileño de Cultura visitou o Rio de Janeiro, sob a liderança de Rivarola. Antes de partir para o Brasil, Silgueira fora autorizado a representar a Federación perante o IAB e a OAB, ainda que viajassem a serviço de outra instituição.²⁴³ As atividades no Rio de Janeiro e, mais particularmente, a conferência sobre ética profissional que Silgueira pronunciou na agremiação de advogados, foram saudadas pela FACA como uma retomada das “gestões de

Sesión del 31 mayo. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 3, mai-jun 1935, p. 230; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. Directorio – Sesión del 21 de junio. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 4, jul-ago 1935, p. 345-346.

²⁴² SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 214.

²⁴³ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Primera sesión semestral de la junta de gobierno. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XII, n. 3, mai-jun 1934, p. 199.

intercâmbio jurídico-cultural com esse Instituto, que, iniciadas e tornadas efetivas em 1926 e 1927, haviam permanecido provisoriamente em suspenso, por motivos e acontecimentos de índole diversa em ambos países”. A nota afirmava, ainda, que o tema escolhido para a conferência de Silgueira era de “palpitante atualidade” no Brasil, porque “havia anos que se vinha elaborando e discutindo um projeto de Código de Ética no histórico Instituto, que foi elevado ao Conselho Federal da ‘Ordem dos Advogados do Brasil’, de recente criação e de ‘serviço público federal’”. Destacou que a OAB era “uma instituição oficial, como o ‘barreau’ francês e belga”, dotada de poderes de regulação profissional. Mais significativamente, o comentário sobre a estadia dos argentinos na capital brasileira enfatizava que, dois dias antes da sessão em que o presidente da FACA realizou sua conferência, esse código de ética fora votado, na presença de Silgueira e de César Viale, também membro da delegação argentina.²⁴⁴

No mesmo dia dessa votação, Silgueira proferira, na Academia Brasileira de Letras, uma conferência intitulada “Intercambio intelectual en América”. A mesa responsável por conduzir os trabalhos foi inteiramente composta por nomes que já se haviam empenhado nos contatos entre bacharéis em direito dos dois países: Rodrigo Otávio, como presidente do Instituto Argentino-Brasileiro de Cultura do Rio de Janeiro; Ramon J. Cárcano, embaixador da Argentina; Afrânio de Melo Franco, que deixara no final do ano anterior o Ministério das Relações exteriores; e Levi Carneiro, presidente da OAB. Sobressai da conferência no IAB, primeiramente, uma concepção ampla da ética profissional. Em consonância com os contornos que a Ordem vinha assumindo no Brasil, a advocacia ultrapassava o caráter de um trabalho para se tornar um dever público. Ao lado de valores classicamente associados a esse ofício, como “probidade ou correção”, “desinteresse” ou “moderação”, Silgueira reivindicava para os advogados o exercício de uma “missão social” e de tarefas ligadas à “cultura”. “É possível”, prosseguia ele,

que se me objete que não se devem confundir as condições de preparação ou capacidade do advogado, a missão social do mesmo, com seus imperativos profissionais, mas me apresso em responder que, dentro do conceito amplo da ética, tal como eu a concebo, *uns e outros formam um só todo moral, dignificador da natureza humana e do exercício da advocacia*.²⁴⁵

Nesse sentido, seria imperativo para o advogado contribuir para “o progresso da legislação e do direito”. Tal perspectiva era reforçada quase ao fim da fala, quando Silgueira se propôs a resumir “em dez preceitos substanciais”, que chamaria, “um pouco

²⁴⁴ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Intercambio jurídico-cultural con el Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XII, n. 4, jul-ago 1934, p. 301.

²⁴⁵ SILGUEIRA, J. Honorio. *Conferencias en Río de Janeiro*. Julio de 1934. Buenos Aires: [n. ed.], [1934], p. 5 (composição da mesa na conferência na ABL); 22-23, grifos nossos.

presunçosamente, o *Decálogo do Advogado*, tanto para a Argentina como para o Brasil”. Os três últimos pontos voltavam-se a questões de índole cultural, convidando o advogado a estudar e consultar sempre e não subscrever “escritos indevidos”. O derradeiro “mandamento” do advogado merece ser transcrito na íntegra, pela amplitude da missão a que conclamava: “*Não seja unicamente profissional. Estude, impulse sempre, dentro de seu ofício e em sua medida, a obra de nossa evolução sociológica e o progresso das instituições jurídicas. Não esqueça o preceito bíblico; não apenas de pão vive o homem*”. Um pouco antes, o argentino já havia exaltado o caráter comparativamente “mais afortunado” do foro brasileiro, tendo em vista a recente criação da Ordem. Para encerrar, destacou a honra que sentia em ocupar novamente a “prestigiosa tribuna” do “Instituto, de tradições jurídicas e sociais bem arraigadas na história cultural do Brasil”. Afirmou, ainda, “a satisfação de retomar [...] as gestões de nosso intercâmbio jurídico-cultural, que, *iniciadas por mim*, nesta cidade, têm que seguir aproximando-nos, estreitando-nos o desejo comum de trabalhar pela grandeza da América”. Sublinhou, assim, que a “amizade tem também sua ética”.²⁴⁶

Na *Memoria* em que informou seus sócios sobre as atividades do exercício 1934-1935, a FACA dedicou extensas considerações ao “terreno do intercâmbio jurídico-cultural com os países vizinhos”. Significativamente, a um vago comentário sobre a decisão de se desfiliar da Union Internationale des Avocats, seguiu-se a afirmação de que a Mesa Diretiva estava convencida de que “a obra primordial a se realizar nesta matéria se deve circunscrever por agora aos países americanos”. A FACA não teria “poupado esforços para ampliar e dar maior conteúdo real aos vínculos já existentes, como no caso do Brasil, e promover novos contatos que hão de ser não menos frutíferos para a cultura jurídica americana”. O Peru era um exemplo do último caso, mas a centralidade estava claramente colocada no Brasil. Em junho de 1935, o embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva foi designado como o primeiro sócio honorário da Federación. Entre os discursos pronunciados na recepção, estava uma fala de Silgueira que, além de exaltar os “ecos triunfais, sedutores e emocionantes da visita do Presidente Vargas”, representou um primeiro esforço para historiar o “intercâmbio jurídico-cultural” entre argentinos e brasileiros – preocupação que ele retomaria no Rio de Janeiro alguns anos depois. O relatório da FACA também elogiava os resultados dos atos de que seu presidente há pouco participara na capital brasileira, sobretudo o fato de ter “ficado acordada

²⁴⁶ SILGUEIRA, J. Honorio. *Conferencias en Río de Janeiro*. Julio de 1934. Buenos Aires: [n. ed.], [1934], p. 22; 25; 29-30 grifos nossos.

a visita de una qualificada delegação” do IAB, que seria presidida por Edmundo de Miranda Jordão.²⁴⁷

Miranda Jordão efetivamente viajou à Argentina, mas como parte de uma mais ampla “embaixada intelectual brasileira”, que chegou a Buenos Aires em novembro de 1935. Mais uma vez liderada por Rodrigo Otávio, a delegação era frequentemente descrita na imprensa como “o grupo de advogados brasileiros”, ainda que suas atividades não se tenham limitado ao âmbito jurídico. Note-se que, desde sua nomeação para o Supremo Tribunal Federal, em 1929, Otávio se afastara formalmente do IAB, mas continuava próximo à instituição, sendo, inclusive, frequentemente exaltado como um de seus grandes ex-presidentes. Ao mesmo tempo, acrescentava legitimidade simbólica ao grupo o fato de viajar sob a liderança de um jurista que se aposentara no ano anterior como ministro do mais alto tribunal brasileiro, além de ser há muito conhecido por sua atuação no âmbito do direito internacional. Além de Otávio e Jordão, representavam a agremiação de advogados Lineu de Albuquerque Melo, Mario Bulhões Pedreira, Pedro Calmon, Raul Gomes de Matos e Orlando Ribeiro de Castro.²⁴⁸

Realizou-se nas dependências do CABA um ato em homenagem aos brasileiros, contando com a participação de autoridades como o presidente da Corte Suprema de Justicia argentina, Roberto Repetto, e o embaixador José Bonifácio de Andrada e Silva. A cerimônia do dia 12 de novembro tivera, segundo o relato feito pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*, um significado todo especial, pois em seu curso se desvelou um busto de Teixeira de Freitas, doado ao CABA pelo IAB. Mariano G. Calvento, então presidente do Colegio, ficou encarregado do cumprimento ao grupo e da entrega dos diplomas de sócios correspondentes. Logo no início de sua fala, ele exaltou o papel conjunto da OAB, do IAB e do CABA no “progresso da ciência jurídica” e na “reta administração da justiça”. Depois de se declarar um entusiasta de “qualquer iniciativa que nas relações internacionais tenda a impor o predomínio do direito sobre a força, na solução dos conflitos entre as nações”, recorreu à “bela trilogia em parte escrita em vossa bandeira nacional: Ordem, Progresso Paz” para afirmar a comunidade de ideais entre Argentina e Brasil. O maior conhecimento e o “trato frequente que os centros culturais procuram estabelecer” permitiriam que esses ideais se tornassem mais “solidários”. Calvento demonstrou particular satisfação com o fato de que os

²⁴⁷ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Memoria correspondiente al ejercicio 1934-1935. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 5, set-out 1935, p. 424-425; Acto de confraternidad argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 4, jul-ago 1935, p. 331-336.

²⁴⁸ Embajada intelectual brasileña. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 6, nov-dez 1935, p. 501. O comentário sobre a imprensa se baseia em notas publicadas por *La Prensa*, e também em referência feita na própria crônica da revista, à maneira como os detalhes dos atos em homenagem à delegação brasileira haviam sido amplamente noticiados pelos jornais de Buenos Aires.

“homens de ciência, juristas, escritores, poetas e artistas” brasileiros fossem mais familiares aos argentinos que os de outros países americanos. Afirmou, por fim, que a recíproca também seria verdadeira.²⁴⁹

Respondendo em nome dos visitantes, Lineu de Albuquerque Melo, orador oficial do IAB, recorreu à célebre conferência de Rui Barbosa sobre a neutralidade, “pronunciada no ambiente intelectual propício da cidade de Buenos Aires”, para sustentar que “a universalização do direito deve constituir o maior propósito social desta hora”. Nessa tarefa, as instituições culturais teriam um papel preponderante, tendo em vista a sua “fecunda obra de aproximação”. Numa provável alusão depreciativa a propostas marxistas ou revolucionárias, Melo sustentou que haviam sido os princípios jurídicos os responsáveis pela resistência às “modificações rápidas e por isso perigosas na América do Sul”. O sentimento americano e a obra de unificação sob a tutela de um direito comum incumbiriam a organizações como as instâncias de representação da advocacia. Arrematou expressando o desejo de que “os ideais jurídicos e sociais de países como o Brasil e a Argentina *se irmanem como a impetuosidade magnífica e o canto de cristal das cataratas que borbulham nos limites de ambas as pátrias*”. Ainda discursaram Edmundo de Miranda Jordão, que acrescentou uma bandeira brasileira à doação do busto e de livros, e Julio O. Ojea, que recuperou em nome da FACA uma certa genealogia dos contatos entre os dois países.²⁵⁰

Em julho de 1936, alguns bacharéis argentinos, inclusive nomes que já haviam visitado o país anteriormente, como Ricardo Levene e Juan Carlos Rébora, estiveram no Rio de Janeiro e foram recepcionados no IAB. Um importante periódico jurídico brasileiro, ao registrar a viagem, afirmou que os juristas argentinos “impressionaram vivamente os nossos meios intelectuais pela profundidade de sua cultura e pela fidalguia de seu trato”.²⁵¹ Na mesma ocasião, Jorge Eduardo Coll, especialista em direito criminal que logo seria encarregado, juntamente com Eusebio Gómez, de elaborar um projeto de código penal para a Argentina, participou como membro honorário do Congresso Nacional de Direito Judiciário, organizado pelo IAB com a intenção de discutir reformas aos códigos de processo. Em entrevista ao jornal *A Noite*, Coll defendeu a necessidade de ampliar a cooperação jurídica entre argentinos e brasileiros. Recorrendo aos convênios assinados entre Justo e Vargas, declarou seu

²⁴⁹ Embajada intelectual brasileña. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 6, nov-dez 1935, p. 501-502.

²⁵⁰ Embajada intelectual brasileña. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 6, nov-dez 1935, p. 502-506, grifos nossos. Note-se que, nos casos de Melo e Jordão, não são publicadas transcrições das falas, mas sim notas tomadas pela redação sobre seu conteúdo.

²⁵¹ Juristas argentinos. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXVII, n. 398, ago. 1936, p. 813.

compromisso com o estreitamento dos laços entre os dois países, um movimento que seria particularmente conveniente em função da proximidade cultural entre ambos:

Quando voltar para a Argentina, *levarei a mais viva das impressões sobre a vida jurídica brasileira*, sobretudo no que se refere às leis de amparo à infância desvalida. *E hei de procurar divulgar o que aqui vi e apreciei*. O que farei neste particular, outros farão, mas isto apenas não bastará. Sou um ardente partidário de um incremento maior e mais largo do intercâmbio argentino-brasileiro. Acho mesmo que *cumpra aos governos dos dois países, que assinaram tratados com esta mesma finalidade, providenciar para que os professores, que não dispõem de meios particulares de fortuna, possam visitar os dois países*, pois *estou convencido de que, da intensificação do intercâmbio intelectual entre a Argentina e o Brasil só poderão resultar muito bons frutos*, pois *são ambos países latinos-americanos [sic]*, dominados por uma *mentalidade comum, larga, humanista e liberal*. Este intercâmbio não se deve limitar aos professores, mas abarcar os estudantes, podendo mesmo as viagens constituir prêmios para os alunos que mais se venham a distinguir em seus estudos.²⁵²

Nos anos aqui contemplados, grupos organizados não voltariam a transitar entre o Brasil e a Argentina, ao menos não contando com as designações formais de “embaixadas” ou “delegações”. Juristas seguiriam, entretanto, viajando entre os dois países, e também para o hemisfério norte. Ao longo da segunda metade dos anos 1930, Haroldo Valladão esteve na Europa e nos Estados Unidos por longos períodos, chegando a ministrar cursos em algumas universidades.²⁵³ Em 1941, ele seria responsável por saudar no IAB o chanceler argentino Ruiz Guiñazú.²⁵⁴ Em 1938, Filadelfo Azevedo, nome que ganhava cada vez mais destaque no âmbito do instituto sediado no Rio de Janeiro, viajou à Argentina.²⁵⁵ No ano seguinte, Silgueira foi integrado como membro honorário também ao IHGB, tendo discursado tanto nessa instituição, quanto no Itamaraty e no IAB.²⁵⁶ A Union Internationale des Avocats, por sua vez, retomaria a tradição de fazer com que congressos coincidissem com as Exposições Universais realizando um encontro na conturbada feira de 1937,²⁵⁷ em que as simbologias soviética e nazista se enfrentavam física e frontalmente aos pés da Torre Eiffel.

²⁵² Prof. Jorge Eduardo Coll. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXVII, n. 398, ago. 1936, p. 812-813.

²⁵³ Essas estadias foram relatadas em detalhes em: VALLADÃO, Haroldo. *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

²⁵⁴ Instituto de la Orden de los Abogados Brasileños – Recepción del canceller argentino – Discurso del orador oficial, Doctor Haroldo Valladão. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIX, n. 4, jul-ago 1941, p. 165-169.

²⁵⁵ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Visita de colegas brasileños. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XVI, n. 6, nov-dez 1938, p. 603-604.

²⁵⁶ SILGUEIRA, J. Honorio. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 215.

²⁵⁷ Dado mencionado em FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 128-129.

O golpe do Estado Novo parece ter suscitado resistências do outro lado da fronteira, contribuindo para certa descontinuidade dos diálogos, ao menos se tomarmos um texto publicado pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* como representativo dos posicionamentos dos juristas do país. Essa possibilidade se reforça pelo fato de o autor ter sido o diretor do periódico – um intelectual que, uma década e meia mais cedo, havia demonstrado interesse pelo direito brasileiro enquanto ministrava um curso nos Estados Unidos. O artigo de Enrique Gil se abria com a afirmação que o “recente *coup d’état*” fizera do “processo constitucional” do Brasil um assunto de atualidade. Gil realizou uma série de comentários mordazes sobre o novo regime e o presidente Vargas, acusando-o, por exemplo, de ter agido de forma precipitada, “urgido pelos acontecimentos políticos”. Ao mesmo tempo, ele se aproveitou dos comentários sobre a nova lei fundamental brasileira para expressar apreciações sobre a vida política de seu próprio país e sustentar posicionamentos pan-americanistas:

O preâmbulo carece de importância ou transcendência para o direito constitucional. *É somente uma justificação política*, ad usum Delphini, *deste golpe de Estado*.

O artigo primeiro contém *certa concessão a um sentimento essencialmente americano de que o Brasil participa de maneira crescente, não obstante os últimos acontecimentos pareçam indicar o contrário*. Diz o artigo: “O poder político emana do povo”. Esta concessão ou paliativo *pode tornar-se no futuro uma fonte de dificuldades para o doutor Vargas como o foi para o general Uriburu e seus amigos, o juramento de respeitar a Constituição argentina* que formularam solenemente na Plaza de Mayo.²⁵⁸

O encerramento do texto, feito em tom poetizado e especialmente irônico, traz ao leitor a informação, omitida ao longo de toda a argumentação, de que Enrique Gil chegara ao Brasil, mais especificamente a Santos, em rota para Nova York, poucos dias após o golpe, em 15 de novembro de 1937. Relatando sua experiência, Gil se empenhou em pôr em questão a ideia de “novo” que se alardeava já na denominação do regime. Afirmou que, exceto pela necessidade de os turistas se munirem previamente de salvos-condutos para transitarem pelo país, em toda parte “reinava a ordem, não havia ostentação de forças, e a vida, ao menos na superfície, seguia o ritmo de costume”. Até mesmo os jornais fariam pouco caso da mudança institucional, somente dando importância ao suicídio de um milionário nos Bálcãs. A indagação com que encerra o texto é incisiva: “Perguntei-me, ao deixar Rio a Magnífica, se

²⁵⁸ GIL, Enrique. La nueva constitución del Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XVI, n. 1, jan-fev. 1938, p. 27-31.

esta Constituição inaugura um ‘novo regime’, ou apenas prorroga a presidência do ‘gaúcho’, como popular e afetuosamente se designa o doutor Vargas”.²⁵⁹

O regime ditatorial instaurado em novembro de 1937 também impactaria as atividades do IAB. Algumas vozes logo se elevaram em suas sessões em defesa da democracia e das liberdades individuais, ainda que de formas sutis e tensionadas pela disposição estatutária que restringia o posicionamento sobre temas políticos.²⁶⁰ De toda maneira, é fundamental problematizar o “mito da resistência generalizada”²⁶¹ ao varguismo que tanto o Instituto quanto a Ordem construíram em suas memórias institucionais. Essa leitura não encontra respaldo nas fontes, ao menos não antes do início da década de 1940. Desde o princípio, uma série de interesses confluentes, como o estabelecimento da Ordem dos Advogados, reivindicações por reformas legislativas e o temor ao comunismo, fez com que esses laços fossem mais densos e complexos que muitas narrativas posteriores procurariam sustentar. Um exemplo revelador pode ser encontrado no extenso debate que a possibilidade de eleger o então presidente como membro honorário do IAB suscitou no órgão. A justificativa de que a medida constituiria um justo reconhecimento pela criação da OAB, medida que atendia a uma reivindicação que remontava à criação do Instituto, terminou por prevalecer, e Vargas passou, no final dos anos 1930, a figurar entre os homenageados pela quase centenária agremiação.²⁶²

Paralelamente, prosseguiram na Argentina as Conferências Nacionais de Advogados, que foram, pouco a pouco, ganhando um caráter de ambiente de interlocução com colegas estrangeiros. Após sucessivos adiamentos motivados por questões orçamentárias (e, presumivelmente, também pelas perturbações políticas que a Argentina enfrentou entre o final dos anos 1920 e o começo dos anos 1930), a terceira edição, inicialmente projetada para

²⁵⁹ GIL, Enrique. La nueva constitución del Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XVI, n. 1, jan-fev. 1938, p. 41-42.

²⁶⁰ Em uma das primeiras reuniões realizadas após a instauração do Estado Novo, por exemplo, debateu-se uma proposta de Eduardo Theiler e Domingos Louzada “para o estudo da nova constituição e sugestão de emendas a seu texto”. O então presidente Filadelfo Azevedo considerou a medida inoportuna, porque “a apreciação genérica sobre a Constituição de dez de Novembro passaria naturalmente ao terreno político, em detrimento dos fins básicos da instituição”. Para Azevedo, o fato de a “carta política” ainda dever “ser submetida em bloco ao referendun [sic] popular” fazia com que sugestões de emenda fossem prematuras, mas o Instituto “continuará a prestar nobre e desinteressada colaboração em prol do aperfeiçoamento da ordem jurídica”. Em uma votação com muitos posicionamentos distintos, o IAB terminou por endossar a visão de seu presidente. INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 32ª sessão ordinária, realizada em 17 de novembro de 1937. Biblioteca IAB.

²⁶¹ A expressão é de MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica*. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. São Paulo: Alameda, 2013, p. 65.

²⁶² Em uma votação que suscitou muitas controvérsias formais e de fundo, a escolha de Vargas como membro honorário do Instituto não se pôde estabelecer por aclamação, já que se apuraram 26 votos a favor e 25 contra. Passando à votação regular, a nomeação foi aprovada 30 votos favoráveis e 22 contrários. Muitos daqueles que se opuseram à medida requereram que as razões de sua negativa fossem anexadas à ata. Uma das declarações mais combativas foi a de Heráclito Sobral Pinto, que afirmou, por exemplo, que Getúlio Vargas “tem do Direito uma concepção que é, segundo meu ponto de vista, a negação mesmo do próprio direito”. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 10ª sessão ordinária, realizada em 7 de julho de 1938. Biblioteca IAB.

Rosário, ocorreu em Mendoza em 1933. Os anais registram uma saudação ao encontro enviada por João Neves da Fontoura em nome da OAB.²⁶³ A partir da conferência subsequente, representantes de outros países seriam oficialmente admitidos. Reunida em Tucumán em 1936, a Quarta Conferência Nacional de Advogados contou com a participação de José Bonifácio de Andrada e Silva, embaixador brasileiro em Buenos Aires e membro honorário da FACA. Uma mensagem de saudação do IAB foi lida na sessão de abertura.²⁶⁴ A cidade de Santa Fé seria, em 1940, o palco do quinto encontro dos advogados argentinos. Evocando o antecedente de que brasileiros e chilenos haviam participado do encontro anterior, uma nota preliminar de convocação, redigida por Silgueira, enfatizava que, além desses dois países, haviam sido convidados representantes de Bolívia, Paraguai, Peru e Uruguai.²⁶⁵

No mesmo ano, os intercâmbios entre juristas ganhariam um impulso institucional significativo: o antigo desejo de fundar um órgão que congregasse os advogados de todo o continente finalmente se concretizaria, com uma ressonância e uma inserção pública que ultrapassavam os círculos estritamente jurídicos. A Federação Interamericana de Advogados nasceu, todavia, com contornos um tanto distintos daqueles que argentinos e brasileiros vinham delineando desde a segunda metade dos anos 1920. A iniciativa e a ascendência sobre os rumos da instituição se situaram ao norte, e não ao sul das Américas. A eclosão de um novo conflito na Europa tornava os interesses dos Estados Unidos nas antigas colônias ibéricas mais prementes, ao mesmo tempo em que impulsionava reivindicações renovadas sobre a atuação dos bacharéis em direito e o seu lugar em um mundo convulsionado.

“Advogados das Américas, despertem!”: a criação da FIA e seus primeiros congressos

“Cabelereiros e agentes funerários, banqueiros e médicos e apicultores têm suas associações internacionais, mas – acredite ou não – os advogados não têm nenhuma”. Essas palavras de impacto abriam um artigo publicado por John H. Wigmore, descrito como decano emérito da faculdade de direito da Northwestern University, em uma revista editada pela seção norte-americana da Rotary International. “É quase inacreditável”, prosseguia ele no

²⁶³ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Tercera Conferencia Nacional de Abogados*. Mendoza 6-11 de noviembre de 1933. Programa, reglamento, versión taquigráfica y resoluciones. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1935, p. 34.

²⁶⁴ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Cuarta Conferencia Nacional de Abogados*. Tucumán Julio 13-18 de 1936. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1937, p. 22.

²⁶⁵ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Quinta Conferencia Nacional de Abogados*. Santa Fe Septiembre 1-8 de 1940. Antecedentes, programa, reglamento, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1941, p. 13.

texto veiculado em agosto de 1941, “que a profissão que tem mais a ver com a construção e a administração dos Governos que qualquer outra não tenha a mais forte, mais abrangente organização internacional da Terra”. Com o auxílio do projeto gráfico, de uma linguagem acessível e do próprio título do texto, que conclamava os advogados das Américas a “despertarem”, o artigo de Wigmore procurava apresentar para um público potencialmente leigo a então jovem Federação Interamericana de Advogados. O texto exaltava a importância da nova associação, sobretudo por suas possíveis implicações para questões práticas do comércio e das finanças, como a uniformização das regras sobre cheques, a proteção de patentes e marcas registradas, os direitos autorais, a dupla taxação internacional de heranças. Ela também era vista como um mecanismo que possibilitaria alcançar resultados mais contundentes que aqueles que a UIA vinha construindo até então.²⁶⁶

Lawyers of the Americas,

By John H. Wigmore

Dean Emeritus, Northwestern University School of Law

HAIRDRESSERS and morticians, bankers and doctors and beekeepers, have their international associations, but—believe it or not—lawyers have none. It is almost incredible that the profession which has more to do with making and administering Governments than any other does not have the strongest, most extensive international organization on earth.

the handling of commercial paper, there are two great systems in the world: the Anglo-American, and the Continental-Latin American, which dates back to the Code of Napoleon. They differ at numerous points, and in ways to create friction and confusion. In English-speaking countries you

some Latin-American countries anybody can register any sort of a trademark—just so he gets there first. It makes no difference who developed it or has the moral right to it. It is obvious that a manufacturer who markets a useful product in one country and is protected there, and seeks to ex-

Detalhe da primeira página do artigo. In: *The Rotarian*. Chicago, v. LIX, n. 2, aug. 1941, p. 11.

O teor do artigo de Wigmore, as circunstâncias em que a Federação foi criada e a referência feita a ela como um “desejo antigo dos advogados com orientação internacional” do continente no boletim da União Pan-Americana²⁶⁷ sinalizam para a ascendência dos

²⁶⁶ WIGMORE, John H.. Lawyers of the Americas, wake up!. *The Rotarian*. Chicago, v. LIX, n. 2, aug. 1941, p. 11-13. Lançada em 1911 e publicada mensalmente, *The Rotarian* é o órgão oficial da Rotary International, ainda hoje editado e concebido para circular em diversos países (ver <https://my.rotary.org/en/news-media/magazines/rotarian>). Na mesma edição que veiculou o artigo de Wigmore, há uma chamada a possíveis anunciantes (p. 1) que exalta a circulação da revista em pequenas cidades dos Estados Unidos, o fato de ela ser lida por “homens que influenciam pessoas” e a existência da *Revista Rotaria*, uma versão em Espanhol, “escrita especificamente para a Ibero-América – editada por um ibero-americano”, que se teria tornado “leitura obrigatória” para quase 15 mil executivos latino-americanos “em 20 países do México à Argentina – um mercado que nenhum anunciante de exportação pode se dar ao luxo de negligenciar”.

²⁶⁷ Ver, novamente: Inter-American Bar Association. *Bulletin of the Pan-American Union*. Washington, v. LXXIV, aug. 1940, p. 597.

Estados Unidos sobre a nova associação profissional. O estabelecimento da FIA também precisa ser entendido, contudo, no interior de uma trajetória mais ampla de mobilização dos juristas, que passava decisivamente por outros meridianos intelectuais, como Buenos Aires e Rio de Janeiro. Nesse sentido, ela funcionou como um organismo que se valia de redes anteriores tanto quanto procurava forjar novas conexões e sustentar projetos propriamente continentais. Manuel Fernández Supervielle, o advogado cubano que serviu como o primeiro presidente da FIA, evocaria o brasileiro Edmundo de Miranda Jordão e os argentinos J. Honorio Silgueira e Enrique Gil entre os homens cujos esforços haviam sido, nas duas décadas precedentes, cruciais para a emergência de um órgão voltado à aproximação dos advogados do continente.²⁶⁸ Deve-se registrar, porém, que não houve representantes do Brasil ou da Argentina na sessão de organização da FIA, realizada em Washington logo após a votação de uma resolução favorável à criação do novo órgão pelo VIII Congresso Científico Americano.²⁶⁹

De toda maneira, os atos constitutivos da Federação Interamericana, disponibilizados durante o mesmo congresso para todos aqueles que se interessassem em aderir, enunciavam propósitos bastante próximos às bases que a FACA havia delineado uma década e meia mais cedo:

Estabelecer e manter relações entre associações e organizações de juristas, nacionais e locais, nos vários países das Américas, prover um fórum para o intercâmbio de visões.

Fazer avançar a ciência da jurisprudência em todas as suas fases e particularmente o estudo do direito comparado; promover a uniformidade da legislação comercial; aprofundar a difusão do conhecimento das leis dos vários países através das Américas.

Sustentar a honra da profissão do direito; e encorajar relações cordiais entre os advogados do Hemisfério Ocidental.

Reunir-se em Conferências de tempos em tempos para discussão e para os propósitos da Associação.²⁷⁰

A lista sugere que o intercâmbio acadêmico era o ponto nodal do programa, e que conferências periódicas seriam o mecanismo de preferência para executá-lo. Mais significativamente, acreditava-se que o fortalecimento dos laços entre especialistas em direito das Américas cumpriria o propósito de suprimir entraves ao comércio entre essas nações, ao mesmo tempo em que favoreceria a proeminência dos advogados na cena pública.

²⁶⁸ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 64.

²⁶⁹ Dos 15 participantes da reunião realizada em 17 de maio de 1940, 5 eram estadunidenses, 3 colombianos e 2 cubanos. Panamá, Costa Rica, Haiti, República Dominicana e Venezuela tinham um participante cada. Ver FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 5-7.

²⁷⁰ INTER-AMERICAN Bar Association. Constitution, May 16 1940. IABA Library.

A constituição afirmava que poderiam ser admitidos como membros órgãos representativos da advocacia nacionais, estaduais e locais, bem como associações profissionais dedicadas a ramos específicos do direito, mas a representação no conselho da FIA seria concedida apenas para a instituição mais relevante do respectivo território nacional.²⁷¹ A associação teria uma presidência rotativa, assim como um vice-presidente representando cada país. Em termos práticos, as posições na presidência parecem ter sido mais honorárias que efetivas. Ao longo das primeiras décadas de existência da FIA, a liderança se parece ter concentrado em William Roy Vallance, membro da American Bar Association e parte do serviço jurídico do Department of State norte-americano, que trabalhou como secretário-geral na sede da Federação em Washington até o seu falecimento, em 1967. Além disso, os Estados Unidos estavam amplamente sobre-representados entre os primeiros membros, uma vez que diversas de suas instituições estaduais e especializadas, incluindo órgãos representativos de mulheres advogadas, filiaram-se à FIA, enquanto a maioria dos demais países aparecia na lista com uma única instituição.²⁷²

O plano inicial para a primeira conferência da FIA era que ela se reunisse na altamente simbólica Cidade do Panamá, cujo canal ligando os oceanos Atlântico e Pacífico providenciaria um cenário metafórico adequado para os desejos de união americana. Por razões que permanecem incertas (possivelmente devido à escolha de Fernández Supervielle como seu primeiro presidente provisório), ela terminou acontecendo em Havana. Entre os dias 24 e 28 de março de 1941, advogados de todas as partes do continente se reuniram na capital cubana, onde foram saudados calorosamente pelas autoridades locais. A Câmara dos Deputados da ilha caribenha foi a sede do encontro, e o vice-presidente coordenou a sessão de abertura. A Union Internationale des Avocats compareceu como observadora por meio de seu vice-presidente, o espanhol Manuel Figueroa Rojas, que expressou o desejo de que a FIA se integrasse à associação que representava assim que se reestabelecessem “o direito e a liberdade”.²⁷³

José Manuel Cortina, então ministro das Relações Exteriores de Cuba, proferiu um discurso contundente em uma das sessões plenárias. Ele se referiu ao contexto de guerra para justificar tanto uma posição pública de destaque para os advogados quanto um papel renovado

²⁷¹ INTER-AMERICAN Bar Association. Constitution, May 16 1940. IABA Library.

²⁷² Dos 68 membros listados nos anais da conferência de Havana, 45 eram sediados nos Estados Unidos. Os únicos outros países representados com mais de uma associação eram Cuba (5) e Canadá (2). FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 27-28.

²⁷³ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 53-58 (informações sobre a sessão de abertura); 128-132 (discurso de Figueroa Rojas).

para as Américas no cenário global. “Os jurisconsultos”, afirmou ele, “atuando como estadistas, são os que, por meio da técnica que dominam, assumem a tarefa difícil de unir os povos com tratados de paz, de amizade ou de comércio”. As palavras finais de Cortina foram uma firme defesa do Pan-Americanismo. Ele afirmou que a América deveria funcionar como “um laboratório do melhoramento humano”, tarefa para a qual os advogados seriam atores imprescindíveis, já que eram “os que mais sabem da coordenação dos homens e das leis que os regem”. Teriam, por isso, “mais deveres e responsabilidades na manutenção e defesa destas forças espirituais, que são a chave e o germe divino de toda superação humana”.²⁷⁴

“Una opinión sobre solidaridad americana”, o primeiro trabalho propriamente dito apresentado na conferência, seguiu um caminho semelhante, mas com uma clara defesa da liderança dos Estados Unidos no continente. O argentino Enrique Gil, que havia estudado em uma universidade norte-americana, era próximo ao diretor da União Pan-Americana, Leo S. Rowe, e já demonstrara sua simpatia pelo país ao ministrar um curso de direito civil argentino e brasileiro na Columbia University, justificou tal posicionamento sustentando que os Estados Unidos eram o único país com poder militar suficiente para defender as Américas caso necessário. Próximo ao fim de sua exposição, Gil sugeriu uma série de resoluções. A maioria delas dizia respeito ao ensino da ética profissional e à sua defesa – incluindo a adoção do código da ABA em outros países, proposta que não foi contemplada nas resoluções finais. Sua primeira sugestão, plenamente endossada pelos membros da conferência, tratava da fundação de bibliotecas pelas agremiações de advogados ou, na falta delas, autoridades judiciais, para que servissem como ferramentas profissionais para os envolvidos na administração da justiça. Ele encerrou sua fala requerendo que todos os delegados evitassem usar a palavra “estrangeiro” ao se referirem a qualquer um de seus colegas, a seus países de origem ou a suas leis e instituições. Pediu, ainda, que o termo não fosse empregado nos anais.²⁷⁵

Se a Argentina desempenhou um papel de destaque nos primeiros momentos da conferência, o Brasil adquiriria centralidade em seu fim, pois Edmundo de Miranda Jordão foi responsável pelo discurso de encerramento. O representante do IAB fez um sobrevoo pela história brasileira que buscava demonstrar o comprometimento de seu país com as causas

²⁷⁴ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 53-58.

²⁷⁵ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 75; 80-81. Para as resoluções, consultar a p. 168. Ainda no mesmo ano, a fala seria editada em um livreto bilíngue, contendo a tradução para o inglês. A conferência de Gil também foi publicada, com o título ligeiramente alterado, na revista editada pelo CABA, que ele então dirigia. Ver: GIL, Enrique. *Una opinión sobre solidaridad americana*. (Con versión inglesa). Buenos Aires: [n. ed.], 1941; GIL, Enrique. Una opinión sobre solidaridad continental. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIX, n. 2-3, mar-jun 1941, p. 39-51.

americanas. Ao declarar a independência “contra a vontade de seu próprio pai”, D. Pedro I teria dado provas de um “espírito de liberdade” típico das Américas. A adoção do regime republicano no Brasil teria sido “uma demonstração prática e positiva de seu espírito de confraternidade com as demais Nações deste Hemisfério continental”. A defesa da igualdade entre as nações soberanas feita por Rui Barbosa em Haia e a entrada em guerra em 1917 seriam igualmente sinais do empenho brasileiro em promover a solidariedade americana. Até mesmo a bandeira brasileira era evocada, em um deslocamento de seus sentidos nacionalistas. Miranda Jordão sustentou que as vinte e uma estrelas que então tinha gravadas “podem representar, simbolicamente, a União fraternal das vinte e uma Repúblicas da América”. Na conclusão de sua fala, afirmou que o novo conflito mundial fazia o papel dos advogados ainda mais indispensável, atribuindo à profissão ideais de nobreza e honra. Na defesa de tais valores, as nações, o continente e a humanidade se complementavam, mas não se confundiam:

E nós, os advogados de toda América, *com o mesmo espírito corajoso dos cavaleiros medievais*, que impávidos e sem temor algum lutavam contra destacamentos de tropas aguerridas e numerosas, obtendo muitas vezes *vitórias espetaculares*, defenderemos com nosso *ardor de patriotas e americanistas*, *armados com a força inquebrantável do Direito*, os princípios de soberania das nações livres da América e o ideal democrático que deve existir em todos os povos livres da terra.

Deste modo, os *advogados poderão exercer sua função em defesa das Américas, nobre e dignamente, contribuindo para conservar seu posto de defensores insubstituíveis nesta grande causa de solidariedade das Nações soberanas da América* para fazer valer os princípios de liberdade e da independência política de todas e cada uma delas, pela força do Direito e da Justiça para bem dos princípios da Democracia Americana.²⁷⁶

J. Honório Silgueira, exaltado como o pioneiro dos planos para uma associação que unisse os advogados das Américas em diversos momentos da conferência, foi o escolhido para ocupar a próxima presidência da Federação, num provável aceno dos Estados Unidos em direção a uma Argentina que se mostrava reticente a sua liderança sobre o continente. Nessa condição, Silgueira ficaria responsável pela organização do segundo encontro da FIA. O empenho dos norte-americanos em fazer dos juristas mecanismos úteis ao esforço de trazer a Argentina para sua esfera de influência seria atestado também em seu território nacional.

Praticamente ao mesmo tempo em que ocorria a conferência de Havana, Enrique Martínez Paz realizou, na União Pan-Americana, uma conferência a respeito da “influência dos Estados Unidos sobre as instituições argentinas”. Qualificado pelo boletim do órgão internacional sediado em Washington como diretor do Instituto de Estudios Americanistas da

²⁷⁶ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 142-145, grifos nossos.

Universidad de Córdoba, professor da mesma casa, presidente da seção cordobesa da Academia Nacional de la História e juiz da Suprema Corte provincial, Martínez Paz viajara aos Estados Unidos a convite do Departamento de Estado. Logo de partida, o jurista afirmou que não se ocuparia dos “aspectos técnicos da influência da Constituição dos Estados Unidos sobre a Constituição da Argentina”, uma vez que esse assunto já teria sido “brilantemente tratado e elucidado” por autores como o norte-americano Noel T. Dowling, professor da Columbia University, que submetera um trabalho sobre o tema à conferência da FIA, e o porto-riquenho Santos Primo Amadeo, em um “livro abrangente, detalhado e excelente”. Embora a “influência dos Estados Unidos sobre a Constituição Argentina [fosse] um fato patente e provado”, prosseguia Martínez Paz, com certas notas nacionalistas, ele pretendia sugerir que “permanecem por explorar alguns campos em que, *para a honra de nosso país*, juristas argentinos *anteciparam as soluções para certas questões legais ou constitucionais que chegaram mais tarde nos Estados Unidos*”.²⁷⁷

O ângulo que Martínez Paz escolheu foi o do clássico debate sobre centralismo e federalismo na formação das instituições argentinas.²⁷⁸ Depois de narrar os primeiros momentos de vida independente de seu país, sublinhando o papel de homens como Juan Bautista Alberdi no processo constituinte, o cordobês se voltou para Domingo Faustino Sarmiento e suas ações educacionais, em que identificou igualmente o influxo estadunidense. Logo em seguida, afirmou: “A influência que eu desejo enfatizar não parou aí, porém. Na questão da legislação, nada era mais importante que a formulação de um novo código civil para substituir as desgastadas leis espanholas”. Ao contrário do que fizera em seu discurso na homenagem a Getúlio Vargas em Córdoba, e também do que há várias décadas vinham afirmando juristas de ambas as nacionalidades que procuraram exaltar os laços entre Brasil e Argentina, Martínez Paz não invocou o papel de Teixeira de Freitas na obra de Vélez

²⁷⁷ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. The Influence of the United States on Argentine Institutions. *Bulletin of the Pan-American Union*. Washington, v. LXXV, jun. 1941, p. 337, grifos nossos. Uma nota na primeira página esclarece que a fala fora feita em espanhol e traduzida para o inglês especialmente para o boletim. A data que o *Bulletin of the Pan-American Union* traz como a da realização da conferência é 25 de março, mas o fato de Martínez Paz mencionar uma fala feita no encontro da FIA em Havana, aberto na véspera, faz-nos aventar três possibilidades, não necessariamente excludentes entre si: os trabalhos do congresso na capital cubana foram divulgados com antecedência, suas sessões contaram com transmissão pelo rádio ou houve um erro de datação por parte do periódico da União Pan-Americana. A primeira delas nos parece mais factível, tendo em vista que Dowling não viajou até Havana. Seu trabalho foi lido, na seção de direito constitucional comparado, pelo também norte-americano Phanor J. Eder, que demonstrava especial interesse pelos países latino-americanos. Ver: DOWLING, Noel T.. Paralelos entre la Argentina y los Estados Unidos. In: FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 174-178.

²⁷⁸ Para uma perspectiva historiográfica sobre a importância desse debate na consolidação do Estado nacional argentino, consultar CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFRGS*. Porto Alegre, v. XII, n. 1, 2017, p. 73-114.

Sarsfield. Sua ênfase esteve no influxo do Código Napoleão e de autores norte-americanos na codificação argentina.²⁷⁹ Percebe-se, assim, como os discursos sobre a “amizade” e a “solidariedade” entre nações, longe de serem unívocos ou inocentes, eram modulados de acordo com o público e os objetivos em mente.

O conselho diretor da FIA logo começou a se movimentar para viabilizar seu segundo encontro, que deveria ocorrer em Buenos Aires. Em reuniões sempre realizadas em território norte-americano, debatiam-se os mecanismos para recepção dos trabalhos, bem como possíveis datas – que precisariam ser escolhidas com cuidado de modo a evitar conflitos com os encontros anuais da ABA e da Canadian Bar Association. Enrique Gil foi o responsável por representar Silgueira em um encontro em Indianápolis em setembro de 1941, que parece ter tido como propósito central dar prosseguimento à formação de comissões especiais a partir das resoluções aprovadas em Havana. Entre as medidas em debate, estavam a busca por fomentar desenvolvimento de relações entre estudantes de direito das Repúblicas americanas e a criação da Academia Interamericana de Direito Comparado e Internacional. Diante de impasses sobre a conferência e de questionamentos sobre se ela seria mantida caso os Estados Unidos entrassem na guerra, Gil afirmou que o governo argentino investiria uma grande soma na conferência, e que seria indesejável que essa mobilização não resultasse em um evento. Haveria, assim, um consenso em Buenos Aires de que o segundo encontro da FIA se deveria realizar independente das circunstâncias. O secretário-geral Vallance concordou, afirmando que a “solidariedade hemisférica” seria ainda mais necessária em caso de guerra.²⁸⁰

Mesmo com essa postura assertiva e com medidas que denotavam envolvimento governamental, como uma resolução que autorizava o pedido de verbas ao Coordinator of Inter-American Affairs, o consenso sobre a organização da cúpula na Argentina parecia inatingível. Após sucessivas mudanças de data, muitas incertezas sobre a quantidade e a projeção dos juristas dispostos a comparecer, e uma comunicação truncada com aquele que, ao menos no papel, presidia a FIA, a conferência de Buenos Aires terminou cancelada. Aos poucos, o Rio de Janeiro começou a ser aventado como um cenário alternativo. Na reunião de 18 de agosto de 1942, a despeito da recepção de telegramas de Silgueira reafirmando seu compromisso em colaborar com “a vida e a ação militante da Associação”, sua crença na importância de realizar a conferência ainda no ano em curso e o “firme propósito de colaborar para o fortalecimento da amizade americana e dos intercâmbios jurídicos”, o comitê executivo

²⁷⁹ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. The Influence of the United States on Argentine Institutions. *Bulletin of the Pan-American Union*. Washington, v. LXXV, jun. 1941, p. 337-342.

²⁸⁰ INTER-AMERICAN Bar Association. Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Indianapolis, September 30, 1941. Manuscrito, IABA Library.

decidiu formalmente que o congresso de Buenos Aires não se realizaria. Em substituição, o Conselho da FIA se reuniria em Washington em novembro de 1942.²⁸¹

Embora as fontes internas da Federação façam suspeitar de outras motivações e de tensões mais profundas, a nota sobre a cúpula na capital norte-americana publicada pelo boletim da União Pan-Americana justificava a medida pelas “condições de guerra”, com “as consequentes dificuldades de transporte”. A nota afirmava que se tratou de uma reunião de “emergência ou caráter especial, tendo como objeto desempenhar os propósitos da Associação durante as presentes condições”. Ainda segundo o noticiário da União Pan-Americana, a reunião foi, na opinião dos presentes, um sucesso, tendo “contribuído de uma forma muito material para fazer avançarem os objetivos da Associação”. Juristas destacados teriam comparecido e realizado “importantes discursos”.²⁸²

Entre eles, estava o juiz da Suprema Corte estadunidense, Robert H. Jackson, que proferiu uma conferência posteriormente publicada numa tradução ao espanhol por intermédio do Office of the Coordinator of Inter-American Affairs – em mais um sinal do empenho oficial dos Estados Unidos em promover a FIA. Sob o sugestivo título “El derecho por encima de las naciones”, Jackson afirmou, logo de início, que se vivia “uma época em que a discórdia e a ilegalidade reinam na maior parte do mundo”. Por sorte, prosseguia ele, “nós, os membros do foro nas Américas, estamos unidos em uma comunidade de interesses tendo em vista o desenvolvimento dos sistemas jurídicos de nossos respectivos países”. Os juristas de distintas partes se irmanariam, assim, pela aspiração a “desfrutar da liberdade ao amparo da lei”, e teriam como tarefa conjunta “adaptar ao hemisfério Americano e aos problemas de nosso tempo as doutrinas jurídicas que têm sua origem em lugares e épocas remotas”. Encaminhando-se para o fim de sua fala, Jackson fez uma firme defesa da necessidade de encarar de forma ampla a aproximação entre os bacharéis em direito do continente: “As relações profissionais dos advogados das Américas não se devem reduzir meramente às que possa criar o comércio. Devemos nos reunir no campo da investigação e do estudo desinteressado e franco dos problemas jurídicos”.²⁸³

Imediatamente após essa espécie de “solução de emergência”, os detalhes para a conferência do Rio de Janeiro, projetada para 1943, começaram a ser discutidos. Desde equipamentos de tradução, até o melhor hotel a tomar como cenário, passando pela

²⁸¹ INTER-AMERICAN Bar Association. Minutes of a Formal Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at 337 Southern Building, Washington, DC, August 18, 1942. Manuscrito, IABA Library.

²⁸² Pan American News – Council Meeting, Inter-American Bar Association. *Bulletin of the Pan-American Union*. Washington, v. LXXVII, mar. 1943, p. 177-178.

²⁸³ JACKSON, Robert H.. *El derecho por encima de las naciones*. Washington: [1942], p. 3-9.

conveniência de recrutar os delegados entre aqueles que viviam próximo ao Rio de Janeiro, para assegurar sua presença na conferência: os mais variados aspectos eram submetidos ao olhar criterioso do comitê executivo. Expressando um cuidado em se fazer entender no país-sede, Dantas de Brito, que vinha representando Edmundo de Miranda Jordão nas reuniões em Washington, comprometeu-se a traduzir a constituição e os estatutos da FIA para o português. Já em junho, um programa amplamente dominado pelas preocupações com a guerra ficou estabelecido. Nesta ordem, foram aprovados como temas do encontro no Rio de Janeiro: “A punição de criminosos de guerra por tribunais militares”; “O direito do governo militar de território ocupado”; “Princípios de direito internacional e direito constitucional que devem ser incorporados em uma constituição das Nações Unidas”, “Uma declaração de direitos das Nações Unidas para indivíduos”, “Um sistema judicial pós-guerra de cortes com jurisdição obrigatória adequado”, “Métodos para impor os julgamentos das cortes internacionais”; “Uma força de polícia das Nações Unidas deve ser organizada?”.²⁸⁴

Embora nada nas fontes seja explícito nesse sentido, a possibilidade de que a situação política e os posicionamentos ambíguos da Argentina em relação à conflagração mundial tenham sido um fator que contribuiu para o cancelamento da conferência prevista para Buenos Aires confere um peso adicional à escolha do Brasil para a realização do encontro no ano seguinte. O país entrara há pouco na Segunda Guerra ao lado dos Aliados, marcando um alinhamento aos Estados Unidos e inflexões na política nacional. Mesmo se, em agosto de 1943, as relações entre o presidente Getúlio Vargas e os juristas brasileiros mostrassem claros sinais de desgaste – ou talvez por causa disso – a propaganda governamental investiu fortemente no evento. Além da já mencionada iniciativa de transmitir, por intermédio do DIP, o discurso de despedida de Silgueira, o evento teve uma repercussão notável na então censurada imprensa. Vargas foi nomeado presidente de honra do encontro, e parece ter colocado seus órgãos de propaganda em marcha para fazer do congresso uma ocasião de promoção de seu governo.²⁸⁵

O jornal *A Manhã*, um dos principais veículos do discurso oficial do Estado Novo, dedicou inúmeras notas e alguns editoriais à conferência. “A América e o culto do direito”,

²⁸⁴ INTER-AMERICAN Bar Association. Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association convened at Headquarters Office, June 7, 1943. IABA Library.

²⁸⁵ Sinais significativos desse empenho podem ser encontrados nas inúmeras menções à conferência e à FIA de forma mais geral encontradas em meio às pautas de serviço remetidas pela Agência Nacional ao Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda de São Paulo. O órgão oficial chegou a preparar, no dia 10 de agosto de 1943, um texto sobre “origens e princípios” da Federação, em que a iniciativa de aproximação com a Argentina capitaneada por Silgueira em 1926 era mencionada como um antecedente. Ver Acervo DEIP, E6709 – Pautas de serviço da agência nacional, 10 a 17 de agosto de 1943, Arquivo Público do Estado de São Paulo. Agradeço a Marina Helena Meira Carvalho pela indicação dessas fontes.

texto da redação publicado em 8 de agosto, no dia seguinte à abertura do evento, defendia que os países do continente, por serem “inteiramente estranhos às rixas europeias”, tiveram que, no conflito então em curso, “assumir uma posição para defender o direito e assegurar a justiça”. Após elogiar o início da conferência, “de cujas luzes muito devemos esperar, porque trarão seguramente contribuições valiosas à obra de reconstrução do mundo”, o órgão de imprensa afirmava que os homens do direito haviam sido reunidos com a incumbência “de encontrar os elementos normativos, que poderão evitar os transbordamentos e excessos e manter uma harmonia capaz de assegurar a estabilidade mundial ou, pelo menos, um ambiente em que seja possível, dentro de formas jurídicas, estimar e selecionar os valores”. Justificava-se, assim, a escolha da FIA de dar centralidade ao debate dos “problemas de após-guerra”. Também seriam contemplados, contudo, “numerosos assuntos de interesse fundamental às relações jurídicas interamericanas”, que ajudariam a “dar à fraternidade continental uma grandeza crescente”.²⁸⁶

Uma panóplia de atividades sociais e culturais em honra dos delegados aconteceria, incluindo uma recepção oficial no palácio presidencial. A conferência também se revestia de um caráter simbólico no âmbito especificamente jurídico, uma vez que coincidia com a celebração do centenário do IAB. A sessão magna realizada em 7 de agosto no Palácio Tiradentes, antiga sede da Câmara dos Deputados que então abrigava o Departamento de Imprensa e Propaganda, para marcar a efeméride foi conjuntamente o ato inaugural do segundo encontro interamericano de advogados. O ministro das relações exteriores, Osvaldo Aranha, representou Vargas e saudou os participantes, sendo seguido por Edmundo de Miranda Jordão e George Maurice Morris, presidente da American Bar Association. Na porção destinada à comemoração do centésimo aniversário da agremiação de advogados, Haroldo Valladão discursou como orador oficial do IAB, tendo J. Honorio Silgueira falado em nome das delegações visitantes.²⁸⁷

²⁸⁶ A América e o culto do direito. *A Manhã*. Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1943, p. 4.

²⁸⁷ FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da segunda conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 1, p. 51-53.

No Catete os membros da II Conferência Interamericana de Advogados

Foram recebidos, ontem, no Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, em audiência especial, os membros da II Conferência Interamericana de Advogados que será instalada, hoje, solenemente, às 17 horas, no Palácio Tiradentes. O chefe do governo que se fazia acompanhar de membros de seus gabinetes Civil e Militar recebeu os juristas no Salão Nobre, tendo o ministro J. R. Macedo Soares dirigido o cerimonial. Uma a uma as delegações cumprimentaram o presidente Getúlio Vargas, tendo o sr. Edmundo de Miranda Jordão, Levi Carneiro e Edmundo da Luz Pinto feito as apresentações. A primeira representação a saudar s. excia. foi a dos Estados Unidos, cujo chefe é o sr. George Maurice Morris e da qual faz parte o sr. William Roy Wallace, secretário do sr. Cordell Hull. Seguiram-se as delegações da Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Haiti, Uruguai, Venezuela, Costa Rica, chefiadas, respectivamente, pelos srs. J. Honorio Silgueira, Manoel Carrasco, Oscar Davila Izquierdo, Juan R. Chaves, Alberto Ullón, Sánchez Lustrino, José Trureta Goyena, Carlos Eduardo Spolk e Manoel Francisco Ximenes Ortiz. Por último os membros da delegação brasileira, da qual fazem parte os elementos de mais destaque nos nossos meios jurídicos, apresentaram suas saudações a s. excia. Com cada delegado o presidente Getúlio Vargas entretinha momentos de palestra, vendo-se, entre eles, vários juristas, que eram conhecidos do chefe do governo. Por último o presidente Getúlio Vargas, que foi alvo de várias homenagens, foi solicitado a posar para os fotógrafos e cinematografistas entre os delegados estrangeiros e nacionais a esse importante Congresso de Advogados. Na gravura, flagrante feito quando o delegado argentino, sr. J. Honorio Silgueira cumprimentava o chefe do governo.

Nota sobre a recepção aos delegados da Segunda Conferência Interamericana de Advogados no Palácio do Catete. Na foto, J. Honorio Silgueira cumprimenta Getúlio Vargas. In: *A Manhã*. Rio de Janeiro, 7 de agosto de 1943, p. 1.²⁸⁸

Aranha exaltou a reunião como “um momento histórico, porque temos todos a fortuna de assistir à comemoração de um século de devoção ao Direito”. A conjuntura de guerra servia para que o brasileiro afirmasse tanto a preponderância da América, quanto a importância de uma atuação enérgica dos juristas:

²⁸⁸ Imagem reproduzida a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Acesso em 18/09/18.

Diferentes do velho mundo nas condições de riqueza, de vida, de pensamento, e, sobretudo, de aspirações porque não participamos do fatalismo de seus problemas, nem de suas crises periódicas, *pudemos, na América, desenvolver o culto da solidariedade, que gera o altruísmo internacional e as mais belas formas de intercâmbio, de cooperação, de interdependência e a confiança integral no respeito e na prática do Direito*, que pacifica os egoísmos, concilia os interesses, resolve os conflitos e faz com que a justiça e a cordialidade imperem no seio harmonizado dos povos. Essa convicção e essa confiança no Direito, não só deram aos povos americanos a energia para criar a estrutura jurídica continental, como força bastante para defendê-la contra as ameaças da *barbárie* e as agressões daqueles que pretenderam, pela surpresa pela morte, pela ruína e pela guerra substituir as conquistas da liberdade, da justiça, e da paz, pelas imposições de hegemonias raciais e políticas.

[...] Não vos reúne, hoje, outro propósito que o de vossos povos e outra ambição do que a de *ver restabelecidos no mundo o império da lei, a santidade dos tratados e os benefícios insuperáveis do culto e da prática do Direito*.²⁸⁹

O discurso de Valladolid, a princípio de forma consonante com o de Aranha, marcou, já de início, o fato de que, por seu intermédio, o Instituto falava “ao Brasil e às Américas, de seus sublimes ideais jurídicos”. O IAB teria sido, ao longo de toda a sua trajetória, “catedral do direito, da liberdade e da justiça, lar de brasilidade, sede não oficial do pan-americanismo”. Entre os mecanismos que utilizou para reivindicar o americanismo do Instituto, esteve a qualificação de Teixeira de Freitas como “jurista das Américas”. Essa inclinação americanista se teria reforçado pela atuação de Sá Vianna, “um internacionalista das Américas,” durante o cinquentenário, e ainda mais com o Congresso Jurídico Americano de 1900. Em outros momentos, contudo, Valladolid deixava entrever certo teor oposicionista, sinalizando para um afastamento crescente entre juristas e Estado Novo. Afirmando *ad nauseum* a vocação democrática do IAB, seu orador enfatizou que, naquele momento, “infelizmente não poucos intelectuais e juristas teriam de dizer o *mea culpa*, – abandonaram as suas obrigações de cidadão, abdicaram de seus direitos, descreram do debate, duvidaram da razão, fugiram da vida pública, se desinteressaram da direção do país, fecharam os olhos e taparam os ouvidos”. Em um evento que tinha Getúlio Vargas como seu presidente de honra, tratava-se de uma denúncia eloquente, ainda que não explícita. De toda forma, o discurso da Valladolid se encerrou em um tom conciliador, sustentando que a comemoração do centenário do IAB e a instalação da II Conferência Interamericana de Advogados tornavam possível proclamar, “nesta hora suprema de apoteose do direito no continente”, “que sempre passou por esta Casa,

²⁸⁹ FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da segunda conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. 1, p. 54-55, grifos nossos.

ligando o Instituto, o Brasil e as Américas, o meridiano da Justiça, que será agora o meridiano da Vitória!”.²⁹⁰

Mesmo em um contexto tão conturbado, tanto do ponto de vista internacional quanto nas questões domésticas do Brasil, a crença na difusão do conhecimento jurídico como um meio de assegurar o progresso e a paz persistiu. Entre as 20 comissões em torno das quais os trabalhos da conferência se organizaram, “Problemas de após-guerra” coexistia com a preocupação em estabelecer “centros nacionais para documentação jurídica e índices bibliográficos de direito”, que se acreditava serem cruciais para assegurar uma melhor comunicação e compreensão entre os juristas de diferentes nacionalidades.²⁹¹

Ainda que suas intenções declaradas tenham sido monumentais, ao se despedir do Rio de Janeiro e de seus colegas do IAB com uma narrativa sobre “como nasceu e se desenvolveu o intercâmbio jurídico-cultural”, J. Honório Silgueira deixava aberta a possibilidade de ler seu discurso como a confissão sutil de que não se tratava mais de algo verdadeiramente vigente, de que os diálogos (ao menos em alguns de seus formatos, questões e rituais) passavam a pertencer à história. Se um “novo arco luminoso de compreensão argentino-brasileira” estava mesmo “estendido entre a Guanabara e o Prata”, se “a larga estrada de uma promissora confraternidade”²⁹² estava aberta, por que repisar a trajetória percorrida até então? Seria um esforço para defender a “obra de aproximação” em um momento de perigo?

Um pouco antes ou um pouco depois da Segunda Conferência Interamericana de Advogados, as mortes de alguns dos juristas que se haviam empenhado no estreitamento dos laços entre Argentina e Brasil pareceram prenunciar o encerramento de certo ciclo. Rodolfo Rivarola faleceu em 1942; Afrânio de Melo Franco, no início de 1943; Rodrigo Otávio, em fevereiro de 1944. Um certo modelo de bacharel polígrafo e pluripotente enfrentava um eclipse ao menos parcial e temporário. As figuras que permaneciam tendiam a ter uma atuação mais restrita ao direito. Homens como J. Honório Silgueira, Julio O. Ojea, Haroldo Valladão ou Levi Carneiro – ainda que escrevessem esporadicamente sobre temas históricos ou literários e se inserissem em instâncias como a Academia Brasileira de Letras, a Academia Nacional de la Historia ou os institutos de cooperação intelectual que se multiplicam ao longo

²⁹⁰ VALLADÃO, Haroldo. *Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Discurso, como orador oficial do Instituto, na Sessão Magna realizada no Palácio Tiradentes, a 7 de Agosto de 1943. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943, p. 3-23.

²⁹¹ Ver FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da segunda conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948-1951, 6v; INTER-AMERICAN Bar Association. *Resoluções da II conferência. Resolutions of the II conference. Resoluciones de la II conferencia. Résolutions de la II conférence*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

²⁹² SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-211.

dos anos 1930 – vinham empregando suas penas sobretudo nos debates jurídicos ou concentrando seus esforços na organização profissional.

Essa transição também pode ser percebida de um ponto de vista institucional. É possível aventar a leitura de que há algo mais que uma coincidência no fato de que o encerramento das atividades do American Institute of International Law foi contemporâneo da criação da FIA. O “projeto missionário imperial e civilizador” que animara a instituição arquitetada por James Brown Scott com o respaldo do CEIP parecia um anacronismo diante de um novo momento nas relações continentais, paulatinamente consolidado lexicalmente na crescente preferência pelo termo “interamericano”, em detrimento de “pan-americano”.²⁹³ Nesse quadro, a ascensão da FIA, lida em contraste com o declínio do AIIL, mostra-se como um sinal de um duplo deslocamento: dos círculos do direito internacional em direção a um emaranhamento jurídico muito mais amplo e complexo; dos eruditos ligados à diplomacia em direção à especialização e à profissionalização. Ao mesmo tempo, uma continuidade importante pode ser observada no intuito, expresso tanto pelo AIIL quanto pela FIA, de formar uma academia de direito internacional e comparado, em ambos os casos com sede em Havana.

Às vésperas do segundo encontro de advogados das Américas, a Argentina foi sacudida por outro golpe de Estado, que a colocaria sob o signo do nacionalismo e da repressão política, em rota divergente da luta contra o nazi-fascismo que, sob a liderança dos Estados Unidos, tomava o continente.²⁹⁴ A ascensão de Perón ao comando do país, primeiramente como secretário de trabalho e previdência e depois como presidente, marcaria uma forte descontinuidade nas ações dos organismos representativos da advocacia. Em função de conflitos com o governo, o CABA teve que deixar suas dependências no Palacio de Justicia, e a FACA suspendeu suas Conferências Nacionais de Advogados, somente voltando

²⁹³ Sobre o declínio e o posterior abandono do projeto do AIIL, ver SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, em especial p. 168-174.

²⁹⁴ Liderado por uma facção militar inicialmente secreta denominada Grupo de Oficiales Unificados (GOU), o golpe desferido em 4 de junho de 1943 abriu um período de forte instabilidade política, com uma série de presidências de curta duração. O GOU não tinha um posicionamento ideológico unificado, mas tendia ao autoritarismo e ao corporativismo, encampando temas religiosos e nacionalistas ao mesmo tempo em que condenava os partidos políticos, o liberalismo e as “ideologias estrangeiras”. Entre os líderes do movimento, estava o então coronel Juan Domingo Perón, que terminaria eleito presidente em 1946, após uma manifestação popular massiva contrária à sua prisão, que tomou as ruas de Buenos Aires em 17 de outubro de 1945, e seria retomada como momento fundacional do peronismo nos anos subsequentes. Boas sínteses sobre o golpe de 1943, as articulações políticas que se seguiram a ele e a ascensão do peronismo podem ser encontradas em: CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 181-202; ZANATTA, Loris. El peronismo. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). *Historia mínima de Argentina*. Madrid: Turner; Cidade do México: El Colegio de México, 2014, p. 273-279.

a realizá-las uma última vez, em 1959.²⁹⁵ No curso do congresso reunido no Rio de Janeiro, os juristas brasileiros marcariam de forma até então inédita o seu descontentamento com o governo Vargas. Essas mobilizações estariam diretamente ligadas à gênese do Manifesto dos Mineiros, considerado por muitos a “certidão de nascimento” da oposição liberal ao Estado Novo.²⁹⁶ A forte ênfase nos “problemas de após-guerra” durante a segunda reunião da FIA sugeria que os temas que pautavam os diálogos entre os juristas das Américas se transformavam substancialmente. Os debates sobre a possibilidade de se fundar uma Organização das Nações Unidas deixavam entrever que as vinculações jurídicas transfronteiriças passavam a ter outras prioridades, colocavam-se em termos distintos.

Ao menos no período que vai da conferência de Afrânio de Melo Franco no CABA à sentimental despedida de J. Honório Silveira no IAB, não restam dúvidas de que um forte investimento simbólico circundou os atos de vinculação entre juristas brasileiros e argentinos. Também há amplos indícios da recepção favorável com que essas iniciativas contaram junto às instâncias estatais, de sua repercussão na imprensa diária, de que – ainda que de forma descontínua – elas se sustentaram no tempo, de que nelas se envolveram atores mais diversificados que aqueles que reconheceríamos, em retrospecto, como “grandes juristas”. Essas atividades estiveram, de toda maneira, restritas a um reduzido círculo de elite, predominantemente instalado em Buenos Aires e no Rio de Janeiro, o que se verifica até mesmo pelo fato de uma boa parte das atividades se ter dado sob a égide do IAB e do CABA. Ainda que a FACA, de maneira condizente com seu caráter federativo, tenha-se empenhado em representar distintas partes do território argentino nas delegações que enviou ao país vizinho e em percorrer algumas de suas províncias com os visitantes estrangeiros, a ascendência das capitais terminou por prevalecer.

Todavia, e como o artigo de Wigmore sobre a criação da FIA veiculado pela revista *The Rotarian* sugere, aqueles que se empenharam na intensificação dos diálogos transfronteiriços não se resignariam a tal circunscrição. Valendo-se de políticas editoriais, intercâmbios de publicações, resenhas recíprocas, os bacharéis em direito apostaram na perpetuação de seus efêmeros encontros presenciais e na abertura (mesmo que tão somente metafórica) dos salões em que se desenrolavam suas recepções e conferências a públicos mais

²⁹⁵ Ver LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005, p. 18-23; 74-90.

²⁹⁶ Discutimos essa questão no artigo: SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil dos anos 1930 e 1940. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai-ago 2016, em especial p. 454-456. Ver, também: MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica*. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. São Paulo: Alameda, 2013, p. 45-51.

amplos. Na conjunção dessas duas dimensões, estava a esperança de que os impressos jurídicos e os eventos públicos atuassem a favor da glória da Argentina e do Brasil, do engrandecimento da América, do aprimoramento das instituições jurídicas e, sobretudo, de um esclarecimento a partir do alto, por meio do direito, de populações vistas como incultas, necessitadas ou mesmo desejosas da mão condutora dos intelectuais.

Capítulo 2

Diálogos impressos, impressões em diálogo

O jornal *La Prensa* publicou, em 3 de agosto de 1927, um editorial intitulado “El intercambio jurídico e intelectual”. O texto, não assinado, consistia em um elogio à iniciativa da Federación Argentina de Colegios de Abogados de enviar ao Brasil uma delegação de juristas, em meio às comemorações do centenário do estabelecimento dos cursos de direito no país vizinho. *La Prensa* vinha noticiando atentamente os preparativos para tal viagem, e a publicação do editorial coincidia com a partida do grupo de advogados para o Rio de Janeiro. Mais que saudar a iniciativa, o periódico portenho preocupou-se em demarcar um caráter efetivo, pragmático, de que se deveria revestir o intercâmbio entre os dois países. Após elogiar o fato de a delegação levar ao Brasil “obras de direito, de autores argentinos”, que seriam doadas à biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, os redatores de *La Prensa* afirmaram:

É digna de todo aplauso a forma com que se encara por nossos colégios de advogados a obra que se pretende realizar. Recorre-se a *procedimientos de utilidad evidente*, como é a *entrega de obras jurídicas*, para estabelecer um verdadeiro intercâmbio. *As frases de confraternidade já perderam todo crédito, enquanto não se traduzem em ações*. As afirmações pomposas¹ de mútua compreensão, de simpatia profunda, caíram no mais amplo desfavor, em consequência de *uma oratória desprovida de qualquer visão exata da realidade*. As relações entre as diversas sociedades humanas se devem postular no terreno das ações. Indo ao que motiva estas linhas, mal se pode falar de aproximação entre os colégios de advogados argentinos e brasileiros, se uns e outros desconhecem o labor intelectual que em cada país se realiza. *Se se vive na mais completa ignorância a respeito dos avanços ou deficiências das respectivas legislações*, se elas não são tomadas em conta para nada, pouco “intercâmbio” pode haver entre pessoas ou entidades que se tratam cortesmente, mas que não se conhecem.²

O editorial permite entrever como as intenções atribuídas à viagem e os discursos elaborados a seu respeito estiveram diretamente articulados a questões centrais dos debates intelectuais da primeira metade do século XX nos dois países. A crença no poder instrumental do livro, as preocupações em construir um conhecimento voltado à ação, a busca por alcançar uma “visão exata da realidade” eram temas que em muito ultrapassavam os muros disciplinares do direito. O título escolhido para o texto de *La Prensa* retoma, além disso, uma expressão que, como vimos no capítulo anterior, tornara-se frequente entre os juristas que procuravam aproximar as nações vizinhas. A referência ao “intercâmbio jurídico e cultural”

¹ No original, “ampulosas”.

² El intercambio jurídico e intelectual. *La Prensa*. Buenos Aires, 3 de agosto de 1927, p. 15, grifos nossos.

parece ressaltar, assim, o fato de que a ida dos bacharéis argentinos ao Brasil não foi uma iniciativa isolada, ao mesmo tempo em que reivindica para tais atos uma relevância ampla, inserida no universo da cultura como um todo. É significativo, por outro lado, que o jornal portenho seja contundente na defesa do intercâmbio de publicações, descrevendo-o como um “procedimento de utilidade evidente” para que as ocasiões de contato presencial se desdobrassem em resultados efetivos.

Juízos muito semelhantes seriam formulados por um dos principais idealizadores da viagem, logo após seu retorno à Argentina. J. Honório Silgueira foi encarregado de discursar em um ato comemorativo da data da Independência brasileira, realizado em Buenos Aires pelo Ateneo Ibero-Americano. Em conferência publicada pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* com o título “Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño”, Silgueira expressou seu contentamento com a “oportunidade de coroar [...] em nosso ambiente, na terra argentina, em dia memorável para os fastos americanos, a simpática gestão recomeçada em duas grandes cidades brasileiras, Rio de Janeiro e São Paulo”. Mais à frente, ele traçou um resumo das atividades desenvolvidas até então, projetando, ao mesmo tempo, esperanças em seus desdobramentos futuros:

O caminho está traçado, o sulco aberto e a semente há de frutificar muito em breve. Conferências sobre organização constitucional e judiciária, sobre direito civil e processual, ética profissional, e outros temas, foram pronunciadas nos dois países, perante auditórios numerosos, povoados de juristas, juízes e estudantes. Visita de institutos, exercício da profissão, *intercâmbio de livros, revistas e retratos dos grandes jurisconsultos, conhecimento e homenagens aos mesmos* têm sido por agora os meios ou instrumentos desta *recíproca penetração espiritual* que tem, que deve chegar mais longe, desde que lhe sirvamos desinteressadamente certas *forças vivas da opinião pública* e se conte com o *apoio moral dos poderes oficiais e a amável acolhida dos grandes órgãos de publicidade*.³

As publicações adquiririam um lugar igualmente central no esforço que Silgueira empreendeu, quase duas décadas mais tarde, para rememorar os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos. Na conferência que fez ao se despedir do IAB e do Rio de Janeiro em agosto de 1943, o argentino ressaltou que trouxera “centenas de livros de direito em 1927 e 1934 para o vosso Instituto, *conforme o lema sustentado com nossos amigos chilenos de ‘acercar os povos através das pessoas e dos livros’*”. Essa atividade de difusão livresca, ou

³ SILGUEIRA, J. Honório. Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, mai-ago 1927, p. 373; 378-379, grifos nossos. Note-se que a conferência ocorreu em data posterior à oficialmente registrada como de publicação da revista, sugerindo atrasos em seu processo de editoração. Essa escolha parece ter desempenhado, ao mesmo tempo, uma função simbólica, já que a fala de Silgueira saía publicada logo após um circunstanciado relato das atividades da delegação da FACA no Brasil, que ocupa as p. 309 a 372 do mesmo fascículo do periódico.

melhor, essa aproximação em que ações de indivíduos e palavra impressa se interpenetravam e complementavam não se restringia ao direito. Silgueira se vangloriou, logo em seguida, de ter sido “portador como Conselheiro Escolar, de vários presentes, entre eles, centenas de livros de ensino primário, enviados pelos professores do meu distrito escolar, à ‘Escola República Argentina’ desta Capital”. Mencionou, ainda, os artigos que escrevera em jornais argentinos e brasileiros.⁴

Este capítulo procura avaliar em que medida e de que maneira a circulação de impressos constituiu um “procedimento de utilidade evidente” para a “recíproca penetração espiritual” entre juristas brasileiros e argentinos, para nos apropriarmos do editorial de *La Prensa* e da fala de Silgueira no Ateneo Ibero-Americano. Mais especificamente, ele se debruça sobre o lugar que livros, revistas, jornais, folhetos – aos quais se juntaria, mais tarde, o rádio – ocuparam nos projetos de intervenção na vida pública desenvolvidos pelos bacharéis em direito. Ao mesmo tempo, ele se detém sobre a mobilização de políticas editoriais em meio aos intercâmbios entre os dois países. De maneira diversa da estratégia preponderantemente linear e narrativa adotada no capítulo anterior, a argumentação se construirá, em cada seção, a partir de exemplos selecionados e de fontes específicas, cuja análise detalhada procurará iluminar alguns dos complexos caminhos dos impressos e certos usos a que eles se prestaram. Dito de outra maneira: se privilegiamos, até este ponto, uma perspectiva diacrônica, a abordagem será, nas próximas etapas, preponderantemente sincrônica, operando por meio de recortes temáticos mais que procurando contemplar integralmente o período desta pesquisa.

Partindo da convicção de que a escolha de trazer elaborações intelectuais a público pode dizer muito sobre as ações políticas de uma gama variada de atores,⁵ analisaremos, em primeiro lugar, os esforços para perpetuar eventos efêmeros como congressos, conferências e viagens internacionais. Em um complemento necessário dos episódios reconstituídos no capítulo anterior, demonstraremos que transformar tais falas, debates e trajetos em anais,

⁴ SILGUEIRA, J. Honorio. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 215, grifos nossos.

⁵ Adotamos, aqui, perspectiva próxima à desenvolvida em DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 39-41. Apropriamo-nos, igualmente, das reflexões sobre as possíveis articulações entre história intelectual e história dos livros, da leitura e das edições feitas em GRAFTON, Anthony. The history of ideas: precept and practice, 1950-2000. *Journal for the History of Ideas*. Philadelphia, v. 76, n. 1, jan 2006, p. 27-29. Uma perspectiva de estudo dos projetos intelectuais desenvolvidos na e por meio da imprensa, com particular interesse pelas atividades de mediação cultural, foi recentemente proposta em: GOMES, Angela de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Apresentação: Imprensa e mediadores culturais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, set-dez. 2018, p. 593-600. Ver, ainda, os trabalhos que se voltam à análise do papel político dos impressos reunidos em: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

livros, folhetos, artigos de revistas, colunas de jornais era uma maneira de se dirigir a um público mais ampliado que aquele que poderia estar fisicamente presente nos eventos. As políticas de edição funcionavam, assim, como estratégias para inscrever esses efêmeros atos na ordem do tempo, permitir sua recuperação posterior, amplificar sua ressonância, ou mesmo monumentalizar os sujeitos (individuais ou coletivos) que neles se envolviam. Nos anos aqui contemplados, proliferaram igualmente ocasiões em que as próprias publicações foram celebradas com eventos públicos.

Nosso olhar estará particularmente atento a aspectos institucionais da circulação, da produção e da apropriação de impressos. Publicar, difundir edições e administrar bibliotecas eram atividades centrais à atuação de organismos como o IAB, o CABA, a FACA, a OAB, a FIA e, para além do âmbito do direito, a União Pan-Americana, a Liga das Nações e o IICI. Os projetos editoriais eram frequentemente pensados como corporificações do conhecimento mútuo entre diferentes países e como instrumentos privilegiados do “desarmamento moral” que se pensava ser capaz de evitar uma nova conflagração mundial. Os impressos que cruzavam fronteiras eram, ao mesmo tempo, empregados como mecanismos de exaltação da nacionalidade. Sua análise permitirá, assim, avaliar tanto a presença do direito em debates mais ampliados, quanto a solidez dos laços intelectuais transfronteiriços.

Publicar eventos: congressos, conferências, viagens e usos dos impressos

No relatório de suas atividades no exercício 1916-1917, a direção do Colegio de Abogados de Buenos Aires destacou que Afrânio de Melo Franco tivera, no retorno de sua missão na Bolívia, a “requintada gentileza” de “nos falar sobre ‘Rápidas impressões de viagem e antecedentes do atual Código Civil Brasileiro’”.⁶ Pouco após a sessão em homenagem ao visitante, o CABA fez com que uma transcrição de seu discurso fosse publicada tanto na prestigiosa *Revista Argentina de Ciencias Políticas*, que havia sido fundada por Rodolfo Rivarola em 1910,⁷ quanto como uma separata. O título despretensioso que a fala parece ter tido originalmente cedeu lugar ao mais contundente “Correlação do direito brasileiro e argentino”. A construção de protocolos de leitura se complementava com o subtítulo: “Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil”. Essas decisões

⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 6-7.

⁷ Publicada entre 1910 e 1928, essa revista veiculava projetos de teor liberal reformista, a partir de artigos com forte tom de intervenção política. A inserção profissional dos autores, preponderantemente juristas, dava respaldo a essas reivindicações. Para uma avaliação dos debates desenvolvidos em seu âmbito, consultar: ROLDÁN, Darío (comp.) *Crear la democracia. La Revista Argentina de Ciencias Políticas y el debate en torno de la República Verdadera*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. Como veremos mais à frente, a revista se encarregou de publicações oficiais do CABA em momentos em que este não dispunha de um periódico próprio.

editoriais deixam entrever como se buscou atribuir à visita de Melo Franco um papel de destaque na maior vinculação entre os dois países, ao mesmo tempo em que sugerem o interesse que o código promulgado no Brasil em 1916 rapidamente despertou na Argentina.

Em parte por ação deliberada do CABA,⁸ a conferência logo se difundiria no Brasil. Significativamente, a fala de Melo Franco chamaria atenção em seu país de origem não pelo ramo jurídico destacado no subtítulo com que circulou na Argentina, mas sim por suas considerações a respeito do direito constitucional. Seus conterrâneos se interessaram, mais especificamente, pelos comentários acerca da regulamentação da intervenção federal sobre os estados. O tema destacado pela *Revista Forense*⁹ ao republicar parcialmente a conferência, já em janeiro de 1918, somente ocupava, nas edições argentinas, cerca de 3 das 22 páginas do texto, enquanto a elaboração do código civil era discutida de maneira central em mais da metade da fala.¹⁰ Essa seleção se revestia de forte teor político, uma vez que a intervenção federal constituía um dos principais temas de disputa entre as esferas de poder da República em consolidação, suscitando igualmente polêmicas em âmbitos de debate como o Congresso Jurídico Brasileiro de 1908.¹¹

Os caminhos da transformação da fala pública de Afrânio de Melo Franco em artefatos editoriais e as inflexões que pautaram sua recepção no Brasil constituem sugestivas ilustrações da complexidade das dinâmicas de circulação de impressos, das metamorfoses que os discursos sofrem ao se deslocarem de um ponto a outro, bem como da indissociabilidade entre ideias e sua expressão material. Ao longo desta seção, realizaremos uma breve retomada de alguns dos episódios que reconstituímos no primeiro capítulo, acrescentando-lhes camadas de sentido a partir da atenção às políticas de edição a que esses eventos deram ensejo. Como se pode comprovar nas notas de rodapé das páginas anteriores, o interesse de distintos sujeitos em publicar, celebrar e difundir conferências, congressos e viagens constituiu uma verdadeira

⁸ No início do ano seguinte, as atas do IAB registravam a chegada de um ofício do CABA remetendo exemplares da conferência de Franco. Ver INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 1ª sessão ordinária, realizada em 18 de abril de 1918. Biblioteca IAB.

⁹ A *Forense* foi lançada em Belo Horizonte em 1904, por dois professores da faculdade de direito da capital mineira. Sua trajetória será discutida de forma mais detalhada ainda neste capítulo, quando nos detivermos sobre as resenhas e notas bibliográficas presentes em revistas jurídicas. Realizamos uma análise geral de tal periódico em nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 80-104.

¹⁰ FRANCO, Afrânio de Mello. Correlação do direito brasileiro e argentino. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXIX, n. 169, jan. 1918, p. 11-13. A pequena nota que antecede o texto explicita que ele foi reproduzido a partir da *Revista Argentina de Ciencias Políticas*.

¹¹ GALVÃO, Laila Maia. *História constitucional brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro de 1923*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado em Direito), p. 24-32.

condição de possibilidade desta pesquisa.¹² Nesse sentido, devemos atentar para como editar algo efêmero e restrito – uma dissertação a um grupo de advogados, por exemplo – representa, sobretudo, uma aposta (nem sempre bem-sucedida) na perenidade e na ressonância. É fundamental ressaltar, ao mesmo tempo, a multiplicidade de formatos editoriais que foram empregados em tais esforços. Dois deles receberão, aqui, uma atenção especial: o livro jubilar e o folheto. Quase opostos – um com seu caráter cerimonial e cerimonioso, consolidado em grossos volumes editados com esmero; o outro com suas poucas páginas e frágeis capas em papel cartonado –, esses formatos trabalharam em conjunto a favor do adensamento dos laços intelectuais entre a Argentina e o Brasil e, simultaneamente, do fortalecimento das atribuições de relevo que os juristas reivindicavam para si próprios.

Como já sugerimos, a “missão universitária” que, em 1918, levou José León Suárez ao Brasil e também ao Uruguai foi rapidamente consolidada em um alentado volume. Embora não se articulasse a uma efeméride ou a uma homenagem a um indivíduo, como era mais comum no gênero, ele tinha inúmeros traços de um livro jubilar, a começar por seu sugestivo título: *Diplomacia universitaria americana*. A organização da transcrição das falas de Suárez não seguiu uma ordem cronológica. A distribuição dos temas e os comentários que o autor elaborou sobre algumas das conferências permitem perceber os pesos relativos que ele procurou atribuir a cada uma de suas falas e, por extensão, aos espaços em que foram proferidas. Ao mesmo tempo, acrescentou-se ao livro um variado material, extraído sobretudo da imprensa, em uma provável tentativa de atestar a repercussão dos atos realizados nos países vizinhos. Significativamente, a obra se encerrava com a reprodução fac-similar de uma carta de Rui Barbosa a Suárez, num possível esforço para comprovar materialmente a proximidade com um dos intelectuais brasileiros então mais conhecidos na Argentina.¹³ Apesar de todo esse caráter solene, a obra do professor argentino deixava entrever tensões sociais que seu país então vivenciava. Uma nota tipográfica ao final do volume explica que ele fora inteiramente composto e parcialmente impresso no fim de dezembro de 1918, quando o trabalho editorial teve que ser suspenso em função da escassez de papel ocasionada por uma

¹² Uma condição de possibilidade e, ao mesmo tempo, uma de suas maiores limitações. Temos a consciência de que muitas dimensões de falas públicas se perdem em sua transposição para o papel, e também que esse processo as torna vulneráveis a transformações de variadas naturezas e operadas por distintos atores. As formas impressas ou, mais raramente, manuscritas constituem, contudo, a única maneira (ainda que inevitavelmente parcial) de acessarmos tais eventos.

¹³ O brasileiro agradecia Suárez por lhe ter enviado uma obra sobre embaixadas, remetendo em retorno um discurso acadêmico sobre o escritor francês Anatole France e um retrato seu, em lembrança pela visita do argentino. *Apud* SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 601-604.

greve portuária. A impressão somente pôde ser concluída em maio de 1919, e empregando uma variedade distinta de matéria-prima.

Detalhe da reprodução fac-similar de carta de Rui Barbosa. In: SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana. Argentina en el Brasil*. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 601.

De forma condizente com a natureza da obra, o autor se empenhou em garantir sua difusão no Brasil. A Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP conserva 2 exemplares do volume, um dedicado ao professor João Braz de Oliveira Arruda, com um agradecimento por sua participação nas atividades de Suárez em São Paulo e uma expressão de “apreço a seu talento”, e outro endereçado à própria biblioteca.¹⁴ Entre as páginas do primeiro deles, encontra-se um cartão solicitando que se acusasse o recebimento do livro, o que reforça a impressão de que o argentino tinha um especial interesse em sua repercussão em território brasileiro. Já o segundo traz algumas marcas de leitura, sobretudo em trechos que diziam respeito à neutralidade na conferência escolhida para abrir o volume, “La confraternidad Argentino-Brasileña en medio de la tragedia universal y en la aurora de un nuevo Derecho Internacional”. A hierarquização dos temas tratados parece, assim, ter sido ao menos parcialmente partilhada pelos leitores brasileiros de Suárez. Ao mesmo tempo, esse

¹⁴ A dedicatória a Arruda não está datada. Aquela dirigida à biblioteca traz como data julho de 1920.

fato aponta, uma vez mais, para a profunda inflexão que a Primeira Guerra Mundial representou nos debates jurídicos.

A instituição em que Suárez lecionava também mostraria seu comprometimento com a recepção da obra. A resenha publicada ainda em 1919 nos *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales* esclarecia, logo de início, que o livro do “colega” reunia “sua atuação de professor argentino no país irmão”.¹⁵ A mensagem se amplificava pelo fato de, na mesma seção de bibliografia, terem sido publicadas análises de dois dos volumes de comentários ao código civil brasileiro de autoria de Clóvis Beviláqua, que também redigira o projeto dessa lei e era um nome bastante conhecido na Argentina,¹⁶ bem como da compilação bibliográfica *Guide to the law and legal literature of Argentina, Brazil and Chile*, editada pela Library of Congress de Washington.¹⁷ Lidos em conjunto, esses registros de movimento bibliográfico produzidos no âmbito da escola de direito da UBA sugerem uma intensificação no interesse em organizar e dar a conhecer a produção jurídica do continente, interesse esse que passava por meridianos como a própria capital argentina, o Rio de Janeiro, Santiago e Washington.

O sucesso da missão de Suárez no Brasil e no Uruguai, dizia a nota bibliográfica, seria atestado pelas “distinções de que foi objeto nessas terras amigas” e pelas próprias conferências, “que quase chegam a uma dúzia e meia” e contemplavam temas “tão variados quanto fecundamente práticos”. O redator dos *Anales* afirmava que a publicação do livro se justificava por “seu próprio conteúdo” e também “sua origem e fim”. A porção final da apreciação de *Diplomacia universitaria americana* adotava uma postura mais crítica, afirmando que a “confraternidade não se declama nem grita: é um fato, bem antes que uma palavra”. Os “embaixadores universitários” vinham tendo uma atuação falha, porque “vão aos países amigos, mais que para serem professores e ditarem cursos, para serem diplomatas e tecerem oratórias melosas”. Encaminhando-se para a conclusão, o resenhista afirmou que haveria “mais aproximação em um curso universitário que em qualquer diplomacia”, já que faltariam a esta o caráter “desinteressado e superior”, a “sinceridade” e a “verdade” daquele.

¹⁵ *Diplomacia universitaria americana. La Argentina en el Brasil*, por el doctor José León Suárez. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 781. O texto foi assinado com as iniciais “A. C.”, possivelmente de Alfredo Colmo, professor da casa que também tinha vínculos com juristas brasileiros, como veremos mais à frente.

¹⁶ Ver ABÁSOLO, Ezequiel. El pensamiento de Clóvis Beviláqua y su impacto en los debates jurídicos argentinos de la primera mitad del siglo XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 178, n. 473, jan.-mar. 2017, p. 425-442.

¹⁷ *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, comentado por Clóvis Beviláqua, volumen V; *Código civil dos Estados Unidos do Brasil*, comentado por Clóvis Beviláqua, volumen VI; *Guide to the law and legal literature of Argentina, Brazil and Chile*, por Edwind L. Borchard, todos em *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, respectivamente p. 775-776; 776-777; 777-778. As três notas bibliográficas são assinadas com as iniciais “A. C.”.

“Ao fim e ao cabo”, prosseguia a nota, “a cultura é todo um título de crédito”, enquanto a diplomacia seria um “mero êxito”.¹⁸ A escolha de uma metáfora que alude ao direito comercial, às transações financeiras, sublinha a preocupação em revestir os contatos culturais de um caráter pragmático, presente em muitos dos discursos sobre as relações entre diferentes países – como o editorial de *La Prensa* sobre a viagem da FACA ao Brasil.

A reflexão sobre a pertinência de editar conferências também apareceria no relato de Oliveira Lima sobre sua permanência no país platino, ainda que com uma visão comparativamente positiva sobre formas de sociabilidade intelectual mais tradicionais e próximas à diplomacia. O intelectual brasileiro sentiu a necessidade de justificar a inclusão de versões integrais de suas falas em Buenos Aires como um apêndice a *Na Argentina*. Afirmou, de partida, que tomara essa decisão porque suas dissertações “traduzem nos seus variados assuntos uma só aspiração [...] pela solidariedade americana e muito particularmente por uma aproximação intelectual, moral e política entre o Brasil e a República Argentina, a bem da paz universal ou pelo menos continental”. “Para justificar, se preciso fosse”, afirmava ele com certa ironia mais adiante, “a publicação das conferências que se seguem, existe a circunstância de terem sido amplamente divulgadas em espanhol (como foram pronunciadas com exceção da primeira, que o foi em português)”, mas não em seu idioma natal. Somente a conferência feita no IPC havia sido, até então, editada no Brasil, em uma tradução do *Diário de Pernambuco*. Já na Argentina, seus discursos haviam aparecido nos “jornais mais importantes de Buenos Aires – *La Prensa*, *La Nación* e *La Razón*”, e também em “algumas revistas especiais como *La Revista de Derecho*, *Historia y Letras*, que as inseriu todas, os *Anales de la Facultad de Derecho* e o *Boletín de la Universidad de La Plata*”. Note-se que a revista de Zeballos, com a qual Oliveira Lima já contribuía anteriormente, constituiu uma de suas principais plataformas de difusão no país platino. Encaminhando-se para a fim da nota, o brasileiro justificou a inclusão das saudações que recebera, afirmando que os cumprimentos de “eminentes argentinos formam corpo com as conferências e foram pautados pelas mesmas regras de solidariedade americana”. Concluiu afirmando que transparecia no conjunto de falas “o espírito das nações que no Novo Mundo geraram uma cultura que tem de ser mais pacífica e por isso mais progressiva do que a tradição que tinham trazido do Velho Mundo”.¹⁹

¹⁸ *Diplomacia universitaria americana. La Argentina en el Brasil*, por el doctor José León Suárez. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 781-783.

¹⁹ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 189-190, grifos nossos. A conferência que Oliveira Lima esclarece ter sido feita em português é a do IPC, mas ela teve que ser traduzida para publicação no Brasil porque o jornal pernambucano tomou como base a edição de *La Prensa* que a transcreveu.

Antes mesmo que uma cópia de *Na Argentina* chegasse a suas mãos, Estanislao Zeballos comentava o relato de viagem em sua correspondência com Oliveira Lima. Em uma carta em que afirmava que Sá Vianna lhe parecia “um homem superficial” – acrescentando, de próprio punho: “como nosso [José León] Suárez, ambos laboriosos” – e agradecia o brasileiro por ter intermediado seu contato com Clóvis Beviláqua, Zeballos afirmou que os jornais argentinos vinham repercutindo o livro, comentando, em especial, o rol de expoentes da intelectualidade elaborado por Oliveira Lima. Apesar de se mostrar honrado por integrar a lista, Zeballos repreendeu o amigo por seus juízos positivos sobre Ramon Cárcano. Tomando o cuidado de asseverar que deixara, por um “dever de amizade”, que Oliveira Lima formasse suas próprias opiniões sobre o mundo intelectual argentino, ele expressou uma “observação confidencial”: “Creio ser um erro considerar o doutor Cárcano como um dos representantes da cultura nacional”. Sustentou que seria mais apropriado destacar as figuras do “doutor José Nicolás Matienzo, antigo Decano de faculdades, professor durante 30 anos, publicista, Procurador Geral da Nação, agora, autor de nossos melhores livros científicos sobre o espírito da constituição argentina”, ou de “[Ángel] Gallardo, presidente do Consejo Nacional de Educación”, que teria feito “uma obra muito mais profunda, séria e sistemática”.²⁰

Percebe-se, nessas censuras e sugestões, como os contatos com colegas estrangeiros eram frequentemente pensados – e sobretudo quando se revestiam da durabilidade dos livros – como mecanismos para a formação de um “panteão da intelectualidade nacional”, que deveria ser dado a conhecer em outros países, em benefício próprio. O fato de Oliveira Lima não ter cedido ao pedido do amigo é igualmente significativo, e possivelmente se motivou por interesses diplomáticos. As simpatias do brasileiro talvez se devessem, também, ao envolvimento de Cárcano na Reforma Universitária.²¹ Ao menos no âmbito dos órgãos representativos da advocacia, os juízos de Zeballos não prevaleceriam. Duas décadas e meia mais tarde, J. Honório Silgueira evocava a escolha de Cárcano como embaixador da Argentina no Rio de Janeiro como um dos sinais de “uma nova etapa no concerto cultural americano”.²² Em 1937, o IAB havia realizado uma homenagem ao representante diplomático na sede da embaixada que ele comandava. Na ocasião, foram entregues a Cárcano o título de membro

²⁰ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 27 de maio de 1919, Oliveira Lima Library.

²¹ A polêmica suscitada pela tese que Cárcano apresentou em 1884 para a conclusão de seu curso de direito em Córdoba, que tinha como tema a igualdade de direitos civis dos “filhos naturais, adulterinos e sacrílegos” e despertou a fúria de setores conservadores e particularmente da Igreja, é considerada um importante antecedente da Reforma. Ver BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros?* La Reforma Universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008, p. 11-21. Recordemos, ainda, que Zeballos entrou em conflito com os estudantes da UBA em meio à Reforma Universitária.

²² SILGUEIRA, J. Honório. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 214.

honorário e um “álbum autografado dos membros do Instituto”. As breves palavras introdutórias de Filadelfo Azevedo, então presidente do IAB, destacaram conjuntamente os trabalhos jurídicos de Cárcano e a “obra extraordinária de aproximação entre a Argentina e o Brasil”. Discursou em seguida Edmundo de Miranda Jordão, antigo presidente do IAB e descrito como um amigo de longa data de Cárcano. Jordão recuperou o fato de, poucos dias antes, ter sido inaugurado um busto em bronze do embaixador, para afirmar: “hoje é o Direito, a Justiça e a Lei que consagram a vossa obra imortal, Senhor Embaixador Cárcano”. Essa trilogia, prosseguia Miranda Jordão, era representada pelo IAB. Em sua resposta, Cárcano qualificou os autógrafos no álbum que recebia, provenientes “dos homens mais ilustres do Brasil”, como “verdadeiros diamantes”. Esse álbum e o pomposo juízo do embaixador a seu respeito apontam para o valor simbólico que as ofertas de volumes frequentemente assumem. Cárcano afirmou, ainda, que seu primeiro contato com a cultura brasileira “fora com o Instituto dos Advogados levado pela mão amiga de Rodrigo Otávio”.²³

Duas décadas mais tarde, Zeballos seria invocado em meio a outra iniciativa que mobilizava relatos de viagens em prol de determinados interesses políticos e acadêmicos. Em 1940, Haroldo Valladão publicou *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*, que dava sequência à militância do autor em favor de tal disciplina, iniciada após a reforma do ensino superior de 1931, que excluiu tal curso do bacharelado e o deslocou para o doutorado em direito. O conjunto de reflexões foi veiculado originalmente no *Jornal do Comércio*, de forma seriada, entre dezembro de 1937 e junho de 1940. A partir de setembro de 1938, foi reproduzido na *Revista dos Tribunais*, lançada em 1912 e então já consolidada como um dos principais periódicos jurídicos brasileiros, além de detentora de um dos parques gráficos mais modernos do país. Em suas análises, Valladão mesclava elementos dos relatos de viagem, de resenhas bibliográficas e da militância em favor de uma disciplina, tarefa para a qual o recurso à biografia dos “grandes mestres” era frequente.²⁴

Após um prefácio marcado pelo lamento da guerra em curso na Europa, Valladão abriu as preliminares dirigidas ao leitor destacando que um esforço intelectual semelhante ao que

²³ Homenagem do Instituto dos Advogados ao Embaixador Ramon Cárcano. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. XIV, 1937, p. 611-614.

²⁴ Baseamo-nos, neste parágrafo, em uma análise mais extensa dessa obra e da trajetória de Valladão que realizamos no artigo: SILVEIRA, Mariana de Moraes. Um jurista em tempos de guerras: a atuação intelectual de Haroldo Valladão nos anos 1930 e 1940, entre o “Velho” e o “Novo Mundo”. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago-dez 2012, p. 278-298. Sobre a *Revista dos Tribunais*, consultar nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 83-87; 94-100.

propunha já havia sido feito “quase trinta e cinco anos” antes pelo “ilustre internacionalista argentino” Estanislao S. Zeballos. No *Bulletin Argentin de Droit International Privé*, que publicara em francês no início do século XX, com o intuito de incluir o seu país em um almejado movimento de progresso dessa especialidade jurídica, Zeballos veiculara “uma série de artigos sobre o Ensino do Direito Internacional Privado na Europa e na América, onde dava, ao lado das impressões pessoais colhidas em visitas a vários centros universitários europeus”, informações que obtivera junto a “autoridades didáticas e professores”. Recorrendo a sua própria experiência docente, Valladão afirmou que vinha procurando, “através de observações pessoais, de correspondência com professores e escritores, e de pesquisas nas bibliotecas e arquivos, acompanhar o seu ensino e estudo no Velho e Novo Mundo”. Esclareceu, também, que o trabalho partia de três viagens: a primeira, para passeio e tratamento de saúde, à Europa em 1935; a segunda, também ao “Velho Mundo”, como convidado do Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, em 1936; a última, aos Estados Unidos, em 1937, “como primeiro enviado do Instituto Brasil Estados Unidos”. Significativamente, Valladão não estabelece grandes distinções entre os textos elaborados pela observação direta e aqueles baseados em outros autores. Isso sugere que, em sua concepção, a visita a bibliotecas e a leitura de tratados jurídicos eram também formas de viajar: “Vão ser lidas *impressões de visitas às grandes Universidades e Bibliotecas do Mundo e de passeio em nossa própria livraria*, modesta, mas produto de mais de um decênio de dedicação ao ensino e ao estudo do direito”.²⁵

Comentários sobre a Argentina foram incluídos na obra, mesmo que a viagem ao país platino, como parte da delegação do IAB convidada pela FACA, tenha ocorrido cerca de uma década mais cedo que aquelas que compunham o cerne do volume. Explicitando que estivera “na grande República irmã em 1927”, durante uma “visita de confraternização profissional”, Valladão afirmou ter “recordações inesquecíveis” do “acolhimento dos caros colegas argentinos, tendo à frente, este verdadeiro cidadão da América do Sul, que é o dr. J. Honório Silgueira”. A descrição da estadia era marcada por notas de apelo emocional, tendo o autor a

²⁵ VALLADÃO, Haroldo. *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940, p. VI-IX; 5-6, grifos nossos. Note-se que se repetem trechos entre o prefácio “Aos leitores” e as “Preliminares” do trabalho propriamente dito, inclusive o trecho que equipara a visita a instituições estrangeiras ao passeio por sua própria biblioteca. Na publicação do *Jornal do Comércio*, o exato trecho que citamos funcionava como uma epígrafe para a série, a partir do segundo texto. Nas p. 223-225 do livro, Valladão voltou a exaltar Zeballos, qualificando-o de grande responsável pelo “período áureo do direito internacional privado” na Argentina e detalhando sua atuação em meio às associações internacionais, sobretudo na realização do congresso da ILA, em 1922. O brasileiro também comentou a presença de Zeballos no livro póstumo de memórias de Oliveira Lima, que respaldava a narrativa do argentino de que atuara para obstar o estabelecimento de uma sucursal do AILL em seu país.

comparado à “passagem, de uma encantadora fita cinematográfica”. A despeito desse retrato simpático da Argentina, a obra deixava claro que as preferências de Valladão se concentravam ao norte do Equador. Já no dado material de que a viagem aos Estados Unidos era a única cujo relato vinha ilustrado com fotografias, denotava-se o fascínio por esse país, reiteradamente representado como *locus* privilegiado da modernidade e do progresso. Ao encerrar a nota sobre a nova-iorquina Columbia University, por exemplo, Haroldo Valladão a considerou “mais cosmopolita do que suas rivais, Harvard ou Yale e mesmo, mais moderna nos seus docentes e métodos de ensino”. Arrematou dizendo se tratar de “um mundo novo”. Em outra passagem, seu elogio às práticas acadêmicas estadunidenses vinha acompanhado de uma crítica à América do Sul. O professor brasileiro afirmou que o “meio universitário norte-americano” detestava, e com razão, “as massudas conferências e calhamaços, com longas citações, muitas palavras e poucas ideias, lidas com ênfase, profundamente monótonas, esse gênero, século XIX, que ainda consegue produzir efeitos em alguns países sul-americanos”. Afirmou, logo em seguida, que a “Europa de hoje também não as suporta”.²⁶

Para além dos seus vínculos com as críticas ao bacharelismo e com a busca por um novo modelo de jurista, é interessante notar que as assimetrias nas relações intelectuais que esses comentários deixam entrever também seriam empregadas para censurar o próprio Haroldo Valladão. Em carta remetida em março de 1936 a Plínio Barreto – jurista e jornalista ligado a *O Estado de São Paulo* e à primeira fase da *Revista do Brasil*, que fundara, em 1912, a mesma *Revista dos Tribunais*²⁷ cujo parque gráfico imprimiria a obra de Valladão –, o intelectual brasileiro radicado em Paris José Feliciano de Oliveira expressou um juízo ferino a respeito da performance de Valladão como professor visitante na capital francesa. Além de expressar um desejo de honrar primeiramente o seu país, e em menor medida a humanidade como um todo, Oliveira condenou o limitado domínio da língua francesa e a superficialidade das aulas do colega brasileiro, que constituíam, em sua visão, um motivo para que o Brasil se envergonhasse:

Fui assistir ao curso de 2 lições, pelo dr. H. Valladão (na Faculdade de Direito). “Situação dos estrangeiros no Brasil” era assunto que me atraía,

²⁶ VALLADÃO, Haroldo. *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940, p. 174; 204; 221.

²⁷ Uma análise mais extensa da trajetória de Plínio Barreto e de suas ações à frente da *Revista dos Tribunais*, de que já se encontrava afastado desde meados dos anos 1920, pode ser encontrada em nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 58-62. Ver, também, a análise de sua correspondência feita em: CABRAL, André Costa. *Escritores brasileiros na correspondência passiva do Crítico Literário Plínio Barreto*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009 (Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira).

para completar noções de direito que necessito aqui. Decepção! Desenvolvimento de banca de advogados e língua... de trapos.

[...] Esta nota, não mui caridosa, visa a justificar o que para aí propus sempre, em artigos e cartas ao governo: – *Não deixar sair daí, isto é, não enviar a fazer curso aqui um professor que não sabe a língua e que não é profundo em seu assunto.*

[...] Não! Atravessar custosamente os mares para isso! Fiquei tão, tão triste que não lhe quis ser apresentado. [...] Tendo avisado para aí, e *constando-me que a escolha se fazia por um concurso (com exame de francês, suponho eu), tinha esperança de poder aplaudir meu patrício ilustre!* Que sina, para gente franca!²⁸

Os laços entre impressos, relações pessoais, projetos intelectuais e vida política apareceriam em um outro viés na publicação do discurso que Rodrigo Otávio fez durante a inauguração do retrato de Rodolfo Rivarola na Escola Sarmiento do Rio de Janeiro. O folheto bilíngue, cujo conteúdo fora extraído de *O Jornal*, foi impresso pela Editorial Argentina de Ciencias Políticas, vinculada à revista de mesmo nome, fundada pelo próprio Rivarola uma década e meia mais cedo. A edição foi precedida de uma nota do homenageado, datada de novembro de 1926 – cerca de dois meses após o ato realizado no Rio de Janeiro, o que aponta para a rapidez com que esses pequenos impressos podiam ser produzidos e colocados em circulação, bem como para a atenção recíproca entre os órgãos de imprensa das capitais do Brasil e da Argentina. Rivarola justificava a decisão de “publicar este folheto para ser distribuído entre amigos argentinos e brasileiros” não por “ vaidade”, mas sim por um “interesse público” em afirmar a “*perfeita comunidade de interesses e uma máxima cordialidade espiritual*” entre duas “grandes nações da América do Sul”.²⁹

Depois de relatar as tensões que, por meio da imprensa, instauraram-se entre os governos brasileiro e argentino durante os preparativos para a Conferência Pan-Americana de Santiago, Rivarola as contrapôs às “demonstrações de sentimento afetuoso” que o Brasil vinha expressando em relação à Argentina. Elencou como exemplos a existência de Escolas Sarmiento e Mitre no Rio de Janeiro, bem como de uma Avenida Sáenz Peña e de uma Praça Julio A. Roca. Contradizendo a protocolar afirmação de modéstia com que abrira o texto, Rivarola destacou o fato de a Universidade do Rio de Janeiro o ter contemplado com o grau de doutor *honoris causa* – ao que lhe constava, “o primeiro concedido a um sul-americano”. Relatou, também, a honra com que fora recebido na capital brasileira quando estava, em 1923, a caminho da Europa, ocasião em que fora homenageado com um almoço pelo ministro Félix

²⁸ OLIVEIRA, José Feliciano de. Carta a Plínio Barreto, 18 de março de 1936. Arquivo Plínio Barreto, PB-C-CP-1005, Instituto de Estudos Brasileiros-USP, grifos nossos, sublinhado no original.

²⁹ RIVAROLA, Rodolfo. El porqué de esta publicación. In: OTÁVIO, Rodrigo. *Brasil y Argentina*. Alejandro de Guzmán en la historia colonial. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926, p. 3, grifos no original.

Pacheco e recebido pelo presidente Artur Bernardes. “Não bastou tudo isso”, prosseguiu ele. Evocando a decisão de inaugurar seu próprio retrato “na Escola que leva o nome de nosso herói da educação do povo”, qualificou a publicação do discurso de Otávio, pronunciado em um ato a que teriam assistido “o Embaixador Argentino, seletos públicos e numerosas crianças e professores”, como um imperativo:

Minha gratidão por essa distinção me impõe o fazê-la conhecer dos argentinos que por sua vez a agradecerão como eu a agradeço; e não descuidarão de corresponder a ela com a honra devida na ocasião a um brasileiro.

[...] Os que se não habituado já a buscar nos meses de inverno, no Rio, túbio sol equatorial e vivo calor de simpática cortesia, compreenderão esta minha atitude de publicar estas páginas, se digo que com ela me proponho que sejam cada vez melhor apreciados os sentimentos de nossos bons amigos e vizinhos.³⁰

Por seu forte valor simbólico, talvez sejam os livros jubilares aqueles que melhor demonstram a associação entre práticas editoriais e o intuito de inscrever eventos efêmeros na duração. Ao mesmo tempo, eles são particularmente úteis para desvelar estratégias e usos políticos dos impressos. O jornal *La Nación* publicou, em formato e papel de jornal, uma edição de mais de 300 páginas, com data de 7 de setembro de 1922, comemorando o centenário da Independência brasileira. Abundantemente ilustrado com fotografias de figuras públicas de destaque e aspectos arquitetônicos, reproduções de obras de arte e desenhos evocando a natureza e cenas da vida urbana (em ambos os casos com uma forte preferência pelo Rio de Janeiro), o volume procurava apresentar ao público argentino um panorama da vida política, econômica e cultural do país vizinho, ao mesmo tempo em que defendia a aproximação com o Brasil. Praticamente todos os textos eram assinados por autores brasileiros, e parecem ter sido especialmente encomendados para a ocasião. Uma das poucas exceções era o artigo de abertura, assinado por Jorge A. Mitre em nome do jornal, justificando a edição comemorativa. Ele exaltou a iniciativa como “uma realização interamericana”, superior ao “monroísmo” e ao “pan-americanismo”, porque, ao contrário destes, não se circunscrevia ao âmbito oficial. Mais à frente, o argentino apresentou uma proposta com certa proximidade em relação às que J. Honório Silveira e Xavier de Oliveira debateriam um pouco mais tarde, e também com aquelas a que o IICI daria impulso. Ele formulou o desejo de

³⁰ RIVAROLA, Rodolfo. El porqué de esta publicación. In: OTÁVIO, Rodrigo. *Brasil y Argentina*. Alejandro de Guzmán en la historia colonial. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926, p. 3, grifos no original.

que “se criasse um comitê em cada grande centro”, voltado à intensificação do “intercâmbio intelectual e material”, a partir de medidas como “visitas de mestres e alunos”.³¹

Em ao menos dois momentos, a publicação patrocinada por *La Nación* traria sinais da projeção pública dos juristas em geral e de suas associações profissionais em particular – mais especificamente, em duas das pequenas biografias de que o jornal fez acompanhar os artigos escritos por brasileiros. O texto de apresentação de Herbert Moses, responsável por uma descrição detalhada da Exposição do Centenário que encerrava o conteúdo propriamente dito do livro, destacava o fato de o autor não ser “um comerciante, nem um industrial”, como seria de se esperar em função da temática de que tratou. Ele era, isso sim, “um advogado em quem as *especulações da ciência jurídica* não impediram de se aprofundar [...] nas mais árduas questões comerciais e mercantis”. A nota afirmava, ainda, que o colaborador se havia destacado por seu preparo e por “sua cultura geral”. “Poliglota de mérito”, Moses teria alcançado grande prestígio entre os estrangeiros residentes no Rio de Janeiro e podido “realizar, nos idiomas originais, *interesantes estudos de legislação comparada*”. A nota destacava, ainda, sua participação na delegação brasileira na 3ª Conferência Pan-Americana e em cargos de direção do IAB. Afrânio de Melo Franco, por sua vez, redigiu um trabalho sobre Minas Gerais, em uma seção que apresentava dados geográficos e econômicos de cada estado brasileiro. Os editores de *La Nación* ressaltaram que, no retorno de uma missão na Bolívia, Franco “pronunciou uma conferência no Colegio de Abogados, tratando como tema o ‘Código Civil Brasileiro’, obra de que foi o relator geral durante a última fase de sua elaboração legislativa”.³² Lidos em conjunto, os comentários sobre as trajetórias de Moses e Franco permitem perceber como a preocupação em transformar o perfil do jurista, afastando-o de um saber retórico e “bacharelesco”, a valorização dos estudos comparativos e o interesse recíproco pelas inovações legislativas brasileiras e argentinas tinham ressonâncias para além dos ambientes estritamente jurídicos.

A Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires também procurou consolidar sua “homenagem ao Brasil” em um volume. De dimensões mais modestas, mas marcado pelos mesmos intuitos de celebrar o Brasil e expressar a simpatia da Argentina em relação ao país, o livreto trazia transcrições dos discursos pronunciados em

³¹ LA NACIÓN. *Un Homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario*. 1822 – 7 de Septiembre – 1922. Buenos Aires: La Nación, 1922, citações textuais na p. 65. O exemplar que consultamos, pertencente à Biblioteca Central da Escola Politécnica da USP, registra que a entrada no acervo se deu em 28 de outubro de 1922, sugerindo um esforço para rápida difusão do impresso em instituições que *La Nación* parece ter considerado como principais ambientes da vida intelectual brasileira. Cerca de metade das páginas era ocupada por anúncios, muitos deles produzidos especialmente para a ocasião.

³² LA NACIÓN. *Un Homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario*. 1822 – 7 de Septiembre – 1922. Buenos Aires: La Nación, 1922, p. 162, 241, grifos nossos.

Buenos Aires e no Rio de Janeiro, os atos oficiais das autoridades universitárias que planejaram os passos da delegação na capital brasileira e a realização de uma sessão solene na faculdade, uma reprodução fac-similar da placa em bronze em homenagem a Teixeira de Freitas, além de artigo publicado por Afonso Celso no *Jornal do Brasil* que exaltava a placa e destacava o fato de que ela vinha sendo admirada em um dos salões do Hotel Glória. Celso elogiava, ainda, a minuciosa evocação da Antiguidade feita no presente dos argentinos, em especial o emprego criterioso do estilo epigráfico latino.³³

Também no âmbito interno, questões jurídicas se articularam às políticas editoriais a que a efeméride deu ensejo. Sob o título *A cultura jurídica no Brasil*, Plínio Barreto procurou traçar um panorama da trajetória do direito no país desde a Independência. Editado em pequeno formato e como o segundo volume de uma “biblioteca” patrocinada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, o livro era redigido em linguagem simples e acessível, tendo sido claramente concebido para um público não especializado. Sua mensagem estava, porém, preponderantemente direcionada a certas elites letradas. O livro endossava, em particular, um projeto nacional específico, em que o povo era representado como inculto e os intelectuais deveriam assumir um lugar de liderança. O texto se abria com a contundente afirmação de que, “quando se emancipou definitivamente da soberania portuguesa, era o Brasil uma terra sem cultura jurídica”. O direito, as “demaís ciências” e as “artes elevadas”, argumentava o fundador da *Revista dos Tribunais*, não haviam, até então “interessado ao analfabetismo integral da massa”, uma vez que faltavam “escolas que o ensinassem”, “imprensa que o divulgasse” e “agremiações que o estudassem”. O diagnóstico dessa espécie de deserto intelectual era acompanhado de censuras ao ensino jurídico coimbrão, “acanhado e rude”, privilégio de um “punhado de homens abastados”.³⁴

Barreto narrou, em seguida, os debates constituintes e o estabelecimento dos cursos de direito no país. Identificou nesses processos sinais de um “movimento ascensional” de aperfeiçoamento, que se desenvolveria de forma natural e inevitável, já que “o amor do direito

³³ FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923. A reprodução do artigo de Afonso Celso se encontra entre nas p. 68-72.

³⁴ BARRETO, Plínio. *A cultura jurídica no Brasil (1822-1922)*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922, citações textuais nas p. 5-6. É interessante notar que Barreto publicava, nas edições de domingo de *O Estado de São Paulo*, uma coluna de crônicas sobre temas jurídicos. Algumas delas foram consolidadas em livro no mesmo ano: BARRETO, Plínio. *Vida Forense*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922. A argumentação do pequeno livro dedicado ao centenário da Independência também deve ser associada aos projetos de conhecer a “realidade nacional” para nela melhor intervir, propondo saídas para seu “atraso”. Esses debates tiveram na *Revista do Brasil*, dirigida por Barreto em sua primeira fase, um importante *locus* de expressão. Ver LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999, em especial p. 41-45; LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011, p. 14 e seguintes.

é um sentimento nativo brasileiro”. Seguiam-se curtos capítulos que traçavam panoramas de alguns dos grandes ramos do direito e uma conclusão simbolicamente nomeada “Ao anoitecer da Independência”. Ela trazia um balanço final que veiculava um diagnóstico glorificador da nação, exaltando o progresso do direito em seu primeiro século de vida autônoma, ao mesmo tempo em que afirmava uma crescente difusão dos saberes jurídicos pela sociedade:

Da cabeça dos raros que o cultivavam no alvorecer da nacionalidade, desceu hoje, o direito, difundido por professores, pelos parlamentares, pelos advogados, pelos juízes e pela imprensa, ao espírito da multidão. *Dedicam-lhe agora os grandes jornais uma coluna especial* como dedicam ao teatro, à crítica, à política, ao câmbio e ao movimento comercial... É que *ele se tornou alimento cotidiano da coletividade. É que as multidões já aprenderam a assimilá-lo e se habituaram a saboreá-lo.*

[...] O sol que, em 1822, se levantou sobre um país pobre onde a vontade de um homem é que fazia a Lei, raia agora, um século depois, sobre uma *nação forte, onde é a Lei quem rege a vontade dos homens*.³⁵

O centenário dos cursos de direito no Brasil, embora não se equiparasse aos festejos de 1922 em implicações cívicas nem no fausto das comemorações, contou com forte projeção pública e foi acompanhado com interesse pelos círculos ilustrados. Os jornais diários, em especial a grande imprensa dos principais centros urbanos, pareceram confirmar o diagnóstico de Plínio Barreto acerca do interesse público pelo direito. Foram noticiados amplamente tanto os preparativos para os festejos da efeméride, quanto as sessões solenes que se concentraram nas proximidades do 11 de agosto – data da lei imperial que determinou a criação das faculdades de direito. Textos de caráter ensaístico ou memorialístico, que buscaram exaltar as trajetórias das faculdades de São Paulo, Olinda e Recife,³⁶ foram igualmente abundantes.

Um exemplo ilustrativo pode ser encontrado no mesmo *O Jornal* de que Rivarola extraíra a conferência de Otávio em sua homenagem. “Brasileiros e argentinos” foi o título de um editorial que o diário veiculou em 4 de agosto de 1927. A “vinda de uma luzida plêiade de juristas argentinos, para tomar parte na celebração do centenário dos cursos jurídicos em nosso país”, era elencada como um dos sinais de uma salutar aproximação entre as duas nações. Essa união, justificada pela história, deveria encontrar fontes de fortalecimento em “uma incessante troca de visitas” e, sobretudo, na “inteligência”.³⁷ Os passos da delegação argentina seriam contemplados em diversas das notas publicadas nos dias subsequentes.

³⁵ BARRETO, Plínio. *A cultura jurídica no Brasil (1822-1922)*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922, citações textuais nas p. 61-62; 193-194, grifos nossos. Os ramos jurídicos contemplados são: direito penal, direito privado, direito público e administrativo, direito internacional.

³⁶ Pela lei de 11 de agosto de 1827, foram criadas duas faculdades, a de São Paulo e a de Olinda. Esta última foi, porém, transferida para Recife em 1854. Ver VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

³⁷ Brasileiros e Argentinos. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1927, p. 4.

Em sua edição de 11 do mesmo mês, o periódico trouxe um suplemento inteiramente dedicado à efeméride. Ao longo de oito páginas, diversos nomes consolidados, como Evaristo de Moraes, Lins e Silva, Odilon Nestor e Milcíades de Sá Freire, que deixara a presidência do IAB no ano anterior, debruçaram-se sobre o histórico das faculdades de direito brasileiras. Os textos, alguns complementados com retratos de juristas de destaque ou com imagens dos prédios em que funcionavam os cursos jurídicos, buscavam, notadamente, glorificar o papel dessas instituições de ensino na vida pública do país. A contribuição de Carlos Xavier, presidente do Instituto Histórico do Espírito Santo, é particularmente expressiva em relação a tal intuito. Após sustentar a necessidade de equiparar os “feitos jurídicos” da nação a seus sucessos marciais, celebrando-os com igual “empenho cívico”, Xavier afirmou: “A fundação dos cursos jurídicos no Brasil despertou a consciência do país para o trabalho e para a ciência”.³⁸

O Malho,³⁹ por sua vez, publicou um editorial especialmente dedicado ao tema, além de um encarte ilustrado que retratava as recepções no Rio de Janeiro e a missa realizada na Faculdade de Direito de São Paulo. No editorial, o periódico exaltava a criação dos cursos jurídicos como “a vitória de uma das mais nobres aspirações da raça brasileira”, pois ela havia permitido a independência dos estudos superiores em relação às escolas de Portugal. O 11 de agosto de 1827 foi descrito, assim, como o momento em que “eram abertas as portas por onde haviam de passar as maiores figuras de brasileiros ilustres; foi o ‘fiat lux!’ da moderna geração do Brasil”.⁴⁰

Embora não seja possível afirmar que se tratou de uma escolha deliberada, é interessante notar que a capa de tal número da revista aludia aos laços entre Argentina e Brasil, o que conferia significados adicionais ao fato de a delegação da FACA ter participado dos festejos e aparecer em algumas das imagens reproduzidas. A figura dominante da charge era uma mulher emplumada e de braços abertos, que evocava tanto a pomba da paz (convenientemente pousada em um de seus ombros) quanto alegorias da justiça. Em suas asas,

³⁸ O último trecho foi destacado como uma espécie de subtítulo do texto de Xavier, numa escolha editorial que reforça os significados políticos atribuídos ao centenário dos cursos jurídicos. XAVIER, Carlos. 11 de agosto de 1927. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1927, Segunda seção, p. 4.

³⁹ Revista ilustrada de sátira política, editada semanalmente no Rio de Janeiro, que circulou entre 1902 e 1954. Sobre sua trajetória, consultar: Malho, O. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALHO,%20O.pdf>. Acesso em 15/09/2018.

⁴⁰ AZEVEDO, Aroldo de. O centenário dos cursos jurídicos. *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 1301, 20 de agosto de 1927, p. 7.

liam-se os termos “Montecaseros” e “Tuiuti”.⁴¹ Logo abaixo, encontravam-se dois medalhões, em que eram retratados os então presidentes brasileiro e argentino, Washington Luís e Marcelo Alvear, bem como reproduzidas as bandeiras nacionais. Em primeiro plano, estava um homem de chapéu-coco, coberto de armas de fogo, com trajes cujas cores aludiam à bandeira dos Estados Unidos. A legenda dizia: “Sentido! O Armamentista: – Tudo os une, mas eu ainda arranjo um meio de separá-los...”. A ilustração sugere que o interesse pelos vínculos entre os países vizinhos se propagava, na segunda metade dos anos 1920, não apenas em ambientes acadêmicos, como também em um órgão satírico destinado a um público mais diversificado. Ao mesmo tempo, a imagem parece sugerir que a aproximação entre Argentina e Brasil poderia ser uma maneira de resistir às pretensões imperiais dos vizinhos do norte.

Capas do suplemento de *O Jornal* dedicado ao centenário dos cursos jurídicos e da edição de *O Malho* que tratou do mesmo tema. *O Jornal*. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1927, Segunda seção, p. 1; *O Malho*. Rio de Janeiro, ano XXVI, n. 1301, 20 de agosto de 1927.⁴²

Mais significativamente, as comemorações deram ensejo a obras que, já em seu aspecto material, denotavam intenções monumentais. A Faculdade de Direito da Universidade

⁴¹ Referências, respectivamente, a uma batalha da Guerra do Prata (1851-1852), em que tropas brasileiras combateram ao lado das províncias argentinas contra o governador de Buenos Aires, Juan Manuel de Rosas, e a uma das principais batalhas da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870)

⁴² Ambas as imagens foram reproduzidas a partir da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional (<http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>). Acesso em 18/09/18.

do Rio de Janeiro se empenhou em publicar um *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos*. Os originais foram produzidos nos ateliês da Imprensa Nacional, o que sinaliza para uma receptividade da iniciativa junto aos poderes públicos. A esmerada edição se abria com um curto prefácio, que esclarecia que seus dois volumes e suas mais de mil páginas consolidavam os grandes atos com que a instituição de ensino procurou marcar a efeméride: “um Livro Jubilar e a reunião de um Congresso de Ensino Superior”. “Para o livro jubilar”, prosseguia o prefácio, “solicitou a Faculdade a colaboração de ilustres juristas, que em esclarecidas monografias traçaram a evolução do nosso direito durante a centúria decorrida, de acordo com o plano estabelecido”. Já o congresso havia permitido discutir “importantes teses atinentes à organização universitária e ao aperfeiçoamento dos métodos de ensino jurídico e à maior eficiência da sua aplicação no Brasil”. Publicar os dois tomos, afirmava a nota, concretizava o compromisso de “comemorar condignamente a grande data nacional de 11 de agosto de 1827”.⁴³ A relevância atribuída à obra se confirma pelo empenho em difundi-la em outros países, inclusive na Argentina.⁴⁴

O subtítulo atribuído ao primeiro volume do *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos* apontava para uma narrativa progressista e glorificadora da nacionalidade: “Evolução histórica do Direito brasileiro”. Há um relato evolutivo não somente no interior de cada uma das monografias, mas também na ordenação dos temas, que denota determinada leitura sobre a história das instituições e dos saberes jurídicos.⁴⁵ Os trabalhos dedicados aos códigos, por exemplo, procuravam dar conta de sua elaboração e de suas sucessivas modificações. Mesmo quando traçavam críticas ao direito vigente, preocupavam-se em exaltar as normas, sobretudo as de caráter sistemático, como motivos de orgulho para o Brasil. As temáticas contempladas compõem igualmente um arco evolutivo do direito nacional, que começa com as primeiras leis de organização da vida política independente e se fecha com temas sociais, remetendo a transformações que procuraram legitimar expansões no âmbito de incidência do direito e na atuação estatal. Entre os autores escolhidos, estavam diversos nomes conhecidos para além de sua atuação jurídica, como Pedro Calmon, que tratou da organização judiciária, Rodrigo Otávio, encarregado do direito internacional privado, Afrânio Peixoto, redator do trabalho sobre legislação social, e Alcântara Machado, que se ocupou do estudo da medicina pública.

⁴³ FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. III-IV.

⁴⁴ Pudemos encontrar exemplares do *Livro do Centenário* na Biblioteca Nacional Argentina e na coleção particular de Ricardo Levene, que viajou ao Brasil como parte da delegação da UBA no centenário da Independência. A importância de Levene na vinculação entre os dois países será discutida mais adiante.

⁴⁵ Ver o Anexo I, em que listamos os títulos das 15 monografias que compõem o livro jubilar, bem como as informações fornecidas sobre seus autores.

As duas últimas monografias se deslocavam dos ramos do direito para a exaltação das instituições responsáveis, na visão dos compiladores, pelo desenvolvimento dos debates jurídicos no Brasil: o IAB e as faculdades de direito de São Paulo e Olinda. A segunda dessas homenagens é, até certo ponto, evidente dada a ocasião. A cargo de A. Tavares Lira, a nota histórica sobre as instituições de ensino se encerrava com uma lista de seus docentes, preocupação que pode ser associada a uma concepção de história pautada pela exaltação dos “grandes homens”. A primeira dessas monografias merece uma análise mais detida, já que a inclusão do IAB aponta para o amplo prestígio com que a instituição contara durante o Império e que fora capaz de reconstruir nas primeiras décadas da República⁴⁶ – impressão que se reforça quando se percebe que o trabalho sobre o Instituto era o mais extenso de todos os reunidos no volume. Numa narrativa que alternava critérios cronológicos e recortes temáticos, garantindo especial destaque aos presidentes do IAB, Armando Vidal procurava, a todo tempo, exaltar a proximidade em relação aos círculos do poder e a participação da agremiação de advogados na vida pública, em especial na escrita de códigos. Para compor seu histórico do Instituto, o autor recorria frequentemente à memória que Sá Vianna havia elaborado para marcar seu cinquentenário.⁴⁷

Vidal se preocupou em afirmar, logo de início, que o IAB agira sempre segundo os “princípios que inspiraram sua criação: o estudo do direito, o exame das leis e cooperação para sua reforma, a criação da Ordem dos Advogados, e um largo e generoso espírito liberal, sem nunca se esquecer de evitar a política partidária”. Seu lamento em relação ao insucesso em cumprir o objetivo de organizar a profissão convivia com notas mais otimistas, que destacavam a importância das ações públicas do Instituto. A seção intitulada “Três Congressos jurídicos” historiava os eventos organizados em 1900, 1908 e 1922, coincidindo com efemérides da vida nacional. O primeiro desses encontros foi descrito como “um grande serviço ao desenvolvimento do direito no Brasil”. Em seu curso, os maiores juristas brasileiros teriam apresentado “teses que constituem os *três valiosos volumes do Congresso*,

⁴⁶ A monografia era explícita em relação à descontinuidade que a mudança no regime impusera ao IAB. Numa curta seção intitulada “A proclamação da República e o Instituto”, lê-se: “Com o advento da República quase desaparece o Instituto. Saldanha Marinho, membro da comissão redatora da Constituição e Constituinte, absorvido em tais afazeres, Silva Costa ausente. Faltava um centro de coesão, e as lutas políticas do primeiro momento deviam dificultar o trabalho harmônico de uma instituição, onde o regime decaído sempre fora respeitado. Assim, dispersos e alheios, vimos passar todo o importante período de reformas de 1889 a 1892”. A seção seguinte foi batizada com o triunfalista título de “O ressurgir”. FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 393-394.

⁴⁷ Ver VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto dos Advogados Brasileiros – Cinquenta anos de existência*. Memória lida na sessão solene comemorativa do 50º aniversário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

que tanta repercussão teve no país”. A associação entre o êxito dos congressos e suas expressões editoriais também apareceria nos comentários sobre o evento que marcou o centenário da abertura dos portos. Na leitura de Vidal, o congresso de 1908 fora “o acontecimento máximo do ano, nos meios jurídicos brasileiros”, o que se reforçaria pelo fato de seus trabalhos constarem “de um *volume de 902 páginas*”. O encontro realizado em 1922, por sua vez, foi descrito como parte do “rol de serviços à casa do Direito no Brasil”. Vidal também destacou o empenho do Instituto em organizar “um *livro do centenário*, cabendo a direção ao Dr. Levi Carneiro, trabalho que reuniu numerosas teses e que se acha em vias e publicação”.⁴⁸ A apreciação geral sobre os resultados desses eventos era profundamente laudatória: “Raras instituições poderão contar na lista de seus trabalhos a reunião de três congressos com a generalidade, importância e repercussão dos Congressos de 1900, 1908 e 1922, cujos relatórios e conclusões são frequentemente invocados”. Ressaltou, ainda, que o IAB vinha enviando representantes a diversos outros eventos, cujas temáticas não se restringiam ao direito.⁴⁹

Entre os mecanismos com que o Instituto vinha buscando concorrer “para o estudo e progresso do direito e da legislação”, Vidal destacou a realização de conferências, entre as quais listou uma fala do “insigne Prof. Rodolfo Rivarola” sobre “a forma federativa do governo e a organização da justiça”, realizada em setembro de 1921. Os laços com a Argentina seriam invocados de forma mais contundente na seção que tratou do estabelecimento Federação dos Advogados Brasileiros. Aberta com a afirmação de que iniciativas nesse sentido vinham ganhando força desde 1922, a divisão destacava o “exemplo das Repúblicas Argentina, Chile e Paraguai”. O fator principal seria, porém, “a aproximação dos advogados brasileiros e argentinos, iniciada em 1926, pelo Dr. Honorio Silgueiras [sic], Presidente da Federação dos Colégios de Advogados da República Argentina, e o Dr. Sá Freire, e continuada pelo Dr. Rodrigo Otávio”. Silgueira viria, na apreciação de Vidal, “realizando, com grande tato e rápido sucesso, a obra de mútuo conhecimento das pessoas,

⁴⁸ Ao que pudemos apurar, essa obra terminou por nunca ser publicada, apesar de ter sido recorrentemente mencionada em fontes do IAB, como discutiremos mais à frente.

⁴⁹ FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 380-424, grifos nossos. Quando menciona os congressos a que o IAB enviara representantes, Vidal elenca em nota uma lista de eventos que merece ser reproduzida na íntegra, pelo que revela da inserção do Instituto em ambientes de debate acadêmico diversos: “Ao acaso citaremos 2º e 3º Congressos Científicos Latino-Americano [sic], 1901 e 1905; 20º Congresso de Americanistas, no Rio, em 1918; 1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância e 1º Congresso Brasileiro de Geografia (Belo Horizonte), em 1920; 3º Congresso Científico Pan-Americano (em Lima), em 1924; 3º Centenário de Gutemberg, em 1923, pelo Dr. Otávio Bastos; 4º Congresso Pan-Americano da Criança, em 1924, em Santiago, sendo representante o Dr. Zeferino de Faria; ainda em 1924, a Conferência de Lima, pelo Prof. Abelardo Lobo” (p. 402).

coisas, ideias e livros dos dois países, que interessam a advogados”. Como comprovação desse fato, mencionou as visitas recíprocas de delegações, concluindo com uma expressão de esperança na “obra internacional de tanta utilidade, que será coroada pela Confederação Geral dos Advogados Americanos”.⁵⁰

Os estudantes procurariam igualmente marcar sua inserção na efeméride por meio de um livro comemorativo. O Centro Acadêmico XI de Agosto, instância de representação discente do curso jurídico de São Paulo, organizou uma obra ainda mais luxuosa, e também mais arrojada esteticamente, que a patrocinada pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. Fartamente ilustrado e trazendo títulos e sinais tipográficos com ares modernistas, o “livro de ouro” descrevia, cidade a cidade, as atividades que uma “caravana acadêmica” desenvolvera em um périplo pelo interior do estado de São Paulo. Em cada município, os estudantes realizavam uma apresentação em cinco partes. Os espetáculos se abriam com a execução dos hinos nacional e acadêmico, cantados por todo o grupo, à qual se seguia uma conferência, tarefa em que os estudantes se revezavam. Os temas escolhidos alternavam questões estudantis, a exaltação da produção intelectual da faculdade, debates patrióticos ou mesmo assumiam um tom satírico.⁵¹ A terceira parte consistia em uma apresentação teatral cômica. Seguiam-se exposições artísticas amadoras, que variavam a cada noite, incluindo concertos musicais, declamação de poemas, “bailados russos”, monólogos. O programa se encerrava com todos os estudantes cantando em coro. Além da recepção nas cidades do interior, que envolveu os círculos intelectuais, comerciais e políticos de cada município, a caravana contou com alguns favores dos poderes públicos estaduais. O chefe de polícia, a quem o livro foi dedicado, concedeu passes para a viagem, enquanto o secretário da fazenda garantiu a isenção de impostos para os espetáculos, permitindo a plena reversão dos fundos angariados para os propósitos de comemoração da efeméride.

⁵⁰ FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 410-414; 429, grifos nossos.

⁵¹ A nota explicativa intitulada “Caravana Acadêmica do Centenário – Sua formação – O programa dos espetáculos – A Partida”, que antecede o registro das atividades na primeira cidade (Campinas) lista os temas e os autores das conferências: “Campinas – ‘O que dizem as garrafas’, por Julio Tinton; Casa Branca – ‘O magno problema’, por Luiz Gonzaga Leite Chaves; Ribeirão Preto – ‘Estudantes de ontem e de hoje’, por Pedro Fraga; Bebedouro – ‘O trote na Faculdade’, por Luiz Bicudo Júnior; Barretos – ‘A Faculdade de outrora e a de hoje’, por José Gonçalves de Andrade Figueira; Jaboticabal – ‘O espírito do álcool’, por Julio Tinton; São Carlos – ‘Barnabé Vicent, o bicho crônico’, por Cândido Malta Campos; Jaú – ‘A Faculdade, o Bacharel, o Poeta’, por Paulo Paulista; Araraquara – ‘Vida acadêmica de Rui Barbosa’, por Antonio Viggiani; Rio Preto – ‘Castro Alves, o acadêmico’, por Sebastião de Moura Bittencourt; Catanduva – ‘Um século em vinte minutos’, por José Gonçalves de Andrade Figueira; Rio Claro – ‘Tudo pela Pátria’, por Carlos Ferraz Alvim; e Limeira – ‘A Saudade’, por José de Toledo”. CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928. As páginas do álbum não estão numeradas, razão pela qual nos limitaremos a mencionar a referência da obra e, quando possível, o título do texto em questão.

Capa da obra comemorativa. In: CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928.

Segundo a nota que abria o conteúdo propriamente dito do volume, a empreitada tivera um duplo objetivo: promover “a mais ruidosa propaganda da data ‘11 de Agosto de 1827’, cujo centenário memorável transcorreu este ano, entre pomposas festividades dos acadêmicos de Direito e demais estudantes do Brasil”, e arrecadar fundos para a construção de um monumento comemorativo do centésimo aniversário da faculdade sediada em São Paulo. O tesoureiro da caravana, Pedro Fraga, sustentou em seu relatório que o resultado da “iniciativa única no gênero que já se realizou no Brasil” não era simplesmente material. “Ao lado do êxito econômico”, afirmou ele, “obtivemos também o da propaganda da data gloriosa de 11 de Agosto, e tivemos, além do mais, a oportunidade de conhecer [...] a vida das principais zonas do Interior do nosso Estado”. Os estudantes teriam assim, dado uma tríplice lição a si mesmos, ao mesmo tempo em que fizeram “uma campanha de civismo espalhando aos quatro ventos, a legenda de ouro, de abnegação, de sonho e de patriotismo, que a Faculdade de Direito de São Paulo escreveu a golpes de talento e idealismo, nas páginas da história brasileira”. Essa reivindicação de um papel histórico para a casa de ensino que representavam logo se associava à preocupação em conhecer o território nacional que se fortalecia naqueles anos. Foi ainda Fraga quem afirmou a satisfação por ter observado “de perto o progresso

formidável do nosso Estado, e as possibilidades ainda maiores com que contamos para fazermos da nossa terra, o Brasil, uma nação forte e generosa”. O tesoureiro da caravana concluía com um verdadeiro chamado à ação, dirigido à juventude brasileira, mas demonstrando uma forte preocupação com os vínculos com outros territórios:

A mocidade do Brasil de hoje quer muito. *Quer ver a sua pátria rica e próspera e considerada no concerto das nações civilizadas. Que outras Caravanas surjam e se espalhem pelo nosso Estado, e transponham as suas fronteiras indo abraçar os irmãos do norte e do sul; que outras seguindo os rumos destas, quebrem as lindes das fronteiras pátrias e se espalhem pelo coração quente e generoso da Terra Americana. O que se faz mister é que abandonemos o campo único das ideias e dos idealismos ociosos, e realizemos. Realizar! Eis o programa e a nossa bandeira de lutas.*⁵²

Imagens ilustrativas da peça de teatro encenada pela caravana. In: CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928.

Essa invocação da América e a preocupação em ultrapassar as fronteiras estaduais permitem inserir o périplo dos estudantes pelo estado de São Paulo em uma conjuntura em que se fortaleceram as viagens de proselitismo, particularmente aquelas voltadas à construção de projetos continentais, na esteira de eventos como a Revolução Mexicana⁵³ ou a Reforma

⁵² "Caravana Acadêmica do Centenário" Da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. In: CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928.

⁵³ Ver YANKELEVICH, Pablo. En la retaguardia de la revolución mexicana. Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina. 1914-1920. *Boletín americanista*, nº 49, 1999, p. 245-278.

Universitária argentina.⁵⁴ As amplas ambições da caravana eram atestadas não apenas por esse intuito de projeção nacional e continental, mas também por sua consolidação em livro. Se acreditarmos em uma nota datada de maio de 1928, redigida por Paulo Paulista, que presidiu o grupo de estudantes, a obra não apenas contou com uma edição luxuosa, como também teve grande êxito editorial, motivando rapidamente uma segunda edição:

O acolhimento com que foi recebida e completamente esgotada a primeira edição desta obra, nos deu ânimo para pôr no prelo esta segunda [...].

Mesmo quando estávamos preparando a primeira edição, já tínhamos conosco mais de dois mil pedidos de reservas de exemplares. E a tiragem se esgotou em pouco menos de seis meses.

Fácil será explicar o êxito nada vulgar da aceitação deste álbum: não somente pedidos de particulares, em número considerável, como quase todas as Municipalidades, por onde a “Caravana” deixara o rastilho de sua passagem, nos pediam vinte, cinquenta e mesmo cem exemplares. Compreenderam bem a elevada significação deste relicário de fotografias e impressões de viagem, e a propaganda espontânea, sincera, de tudo o que vimos e aprendemos.⁵⁵

Detalhe do relato da passagem por Campinas, a primeira cidade visitada. In: CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928.

Os usos cerimoniosos – e, neste caso, particularmente interessados do ponto de vista político – dos impressos também podem ser percebidos em torno das visitas presidenciais recíprocas de meados dos anos 1930. Cerca de um mês após a passagem de Getúlio Vargas

⁵⁴ Ver BERGEL, Martín; MARTÍNEZ MAZZOLA, Ricardo. América Latina como práctica. Modos de sociabilidad intelectual de los reformistas universitarios (1918-1930). In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, em especial p. 125-127; 136-141; BUSTELO, Natalia. *La Reforma Universitaria desde sus grupos y revistas: una reconstrucción de los proyectos y las disputas del movimiento estudiantil porteño de las primeras décadas del siglo XX (1914-1928)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015 (Tese de doutorado em História), p. 114-115.

⁵⁵ CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928. O texto não tem título e foi publicado no verso da folha de rosto.

pela Argentina, a Universidad Nacional de Córdoba fez publicar, em sua imprensa própria, um livreto com a homenagem que tributara ao Brasil, realizada em 28 de maio de 1935. Além da já mencionada fala de Enrique Martínez Paz sobre os mais destacados “jurisconsultos” do país, editada também como folheto autônomo, o livreto continha uma conferência intitulada “La classe médica del Brasil en la obra de sus maestros, higienistas e investigadores”, a cargo de Gregorio N. Martínez, professor de clínica médica na universidade. As escolhas dos oradores foram justificadas pelo título de doutor *honoris causa* que o primeiro recebera da Universidade do Rio de Janeiro e pelo pertencimento do segundo à Academia de Medicina da então capital brasileira. Completavam o volume o decreto da reitoria que determinara a realização do evento, comunicações com a embaixada brasileira e com Rodolfo Rivarola, na condição de presidente do Instituto de Cultura Brasileña, e uma breve crônica da cerimônia. A presença dos juristas foi marcante não apenas na conferência de Martínez Paz, mas já no ato formal que previra a sessão. A “extraordinária cultura jurídica do Brasil, exteriorizada no projeto de Freitas para o Império, que serviu de ilustrado guia ao Código de Vélez, no Código em vigor de Beviláqua, e em outras obras de seus juristas”, aparecia como a primeira justificativa para a decisão de prestar uma “homenagem intelectual” ao país vizinho e a “seus visitantes, embaixadores de paz, de concórdia americana e expressão de afãs e ideais de cultura”.⁵⁶

Se um ato a que nem Vargas nem o embaixador brasileiro puderam comparecer motivava uma publicação especial, não surpreende que a comissão designada para tratar da visita presidencial tenha procurado eternizar os passos do presidente em território argentino por meio de um artefato editorial. Descrito, em seu subtítulo, como uma “resenha dos atos realizados e compilação de documentos”, o livro jubilar sugeria o intuito de aproximação entre os dois países já em sua capa e em sua folha de rosto, ilustradas com uma imagem que unia os brasões nacionais argentino e brasileiro. A ordenação do material, que se espalhava por duas centenas e meia de páginas, era condizente com o caráter oficial da ocasião que se celebrava. A obra se abria com um relatório do presidente da comissão de recepção, almirante Manuel Domecq García, ao então ministro das relações exteriores e culto, Carlos Saavedra Lamas, destacada do restante dos conteúdos em itálico. Essa escolha editorial buscava, muito

⁵⁶ UNIVERSIDAD Nacional de Cordoba. *Homenaje de la Universidad Nacional de Córdoba a los Estados Unidos del Brasil*. Mayo 28 de 1935. Córdoba: Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1935, citações textuais retiradas das páginas não numeradas que antecedem as transcrições das conferências. O folheto contendo a fala de Martínez Paz consta do acervo da Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP. Embora não haja dedicatórias, há um registro de que a obra foi doada pelo autor. Ver MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El proceso de las ideas jurídicas del Brasil a través de sus jurisconsultos*. Córdoba: Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1935.

provavelmente, justificar a conveniência da publicação, embora a mensagem ao ministro não se referisse explicitamente a ela. O militar afirmava que a presença de Vargas em território argentino não fora uma reles retribuição à visita de Justo ao Brasil, mas sim a continuidade de uma “obra de aproximação fecunda”, razão pela qual a comissão procurou garantir aos atos “o maior concurso e entusiasmo populares”, bem como “a adesão das forças vivas e espirituais do país e associar às homenagens públicas tudo o que a Nação conta de representativo na indústria, na produção, no comércio, na ciência, nas letras, nas artes e nos esportes”.⁵⁷

Capa e folha de rosto do livro jubilar dedicado à visita de Vargas. In: COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935.

Na organização do livro, seguiam-se os atos que determinaram a formação da comissão de recepção e uma seção intitulada “Principais gestões”, que congregava as atitudes que haviam sido tomadas antes da chegada de Vargas à Argentina. Sob a designação “Difusão espiritual”, registravam-se os mecanismos que procuraram assegurar a máxima ressonância da presença do presidente brasileiro: rádio, cartazes afixados no transporte público, inserções em casas de comércio, jornais, teatros e cinemas. O desenvolvimento do programa oficial

⁵⁷ COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935, p. 5-6. Obra consultada na biblioteca de Ricardo Levene, com dedicatória de Domecq García, datada de agosto de 1935.

constituía o passo seguinte, juntamente com os atos militares e navais. Por fim, registravam-se as recepções a jornalistas e turistas e outros atos. A publicação do livro comemorativo não seria, contudo, o único uso dos impressos em que a comissão de recepção se empenhou. O grupo também presenteou Getúlio Vargas com uma “edição de luxo de ‘Martín Fierro’, numerada, com xilografias originais do artista Bellocq e encadernado em couro”.⁵⁸

Em meio às articulações para publicar anais de congressos, os impressos se prestaram a usos de viés mais acadêmico, particularmente associados às intenções de estimular debates e de traduzir as resoluções votadas em seu âmbito em medidas concretas. As Conferências Nacionais de Advogados realizadas na Argentina constituem um exemplo ilustrativo da centralidade que frequentemente se atribuiu à tarefa editorial. Além de edições efêmeras e de pequeno formato, contendo o programa, regulamentos, resoluções ou trabalhos avulsos, esses eventos deram ensejo a volumes que seguiram, com pequenas variações, padrões de diagramação e conteúdo. Pouco após sua realização, cada um dos cinco encontros que ocorreram entre 1924 e 1940 foi consolidado em uma publicação. Versões taquigráficas dos debates eram editadas juntamente com os “antecedentes” da conferência em questão. Os anais da Terceira Conferência foram os únicos que contaram com imagens. Uma delas retratava a homenagem feita ao herói da independência argentina San Martín e ao exército com que realizara a célebre travessia dos Andes. Essa escolha parecia reforçar os intuitos de integração nacional que o caráter federativo do órgão promotor das conferências endossava e que a variação das sedes do encontro procurava concretizar.⁵⁹

⁵⁸ COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935, citação textual na p. 24.

⁵⁹ As observações se baseiam na análise conjunta dos cinco volumes: FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925; FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Córdoba, octubre 26-29 de 1926. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927; FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Tercera Conferencia Nacional de Abogados*. Mendoza 6-11 de noviembre de 1933. Programa, reglamento, versión taquigráfica y resoluciones. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1935; FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Cuarta Conferencia Nacional de Abogados*. Tucumán Julio 13-18 de 1936. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1937; FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Quinta Conferencia Nacional de Abogados*. Santa Fe Septiembre 1-8 de 1940. Antecedentes, programa, reglamento, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1941.

Imagem da homenagem a San Martín e ao Exército dos Andes durante a Terceira Conferência Nacional de Advogados (Mendoza, 1933). In: FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Tercera Conferencia Nacional de Abogados*. Mendoza 6-11 de noviembre de 1933. Programa, reglamento, versión taquigráfica y resoluciones. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1935.

A difusão para além das fronteiras nacionais fazia igualmente parte do projeto intelectual a que essas empreitadas editoriais se associavam. Possivelmente como resultado de ações da FACA, exemplares dos anais e de outras publicações a que as conferências deram ensejo são conservados em bibliotecas brasileiras⁶⁰ e norte-americanas.⁶¹ Durante as atividades da delegação de advogados argentinos que visitou o Brasil em agosto de 1927, Berghmans Doncel havia, na conferência em que apresentou as bases para uma organização

⁶⁰ Além das doações ao IAB, que serão comentadas logo a seguir, um exemplar dos anais da quarta edição e dois dos trabalhos apresentados no mesmo evento se encontram no acervo da Faculdade de Direito da USP.

⁶¹ Na Arthur W. Diamond Law Library, da Columbia University, consultamos exemplares dos anais da primeira e da segunda conferências. Ambas traziam marcas de leitura, sobretudo em textos que tinham os Estados Unidos como tema – o que sugere um interesse acadêmico que, embora profundamente assimétrico, estava longe de ser unidirecional. A Library of Congress, por sua vez, conserva exemplares dos folhetos das resoluções ou dos anais de todas as Conferências Nacionais de Advogados que se reuniram durante o período desta pesquisa.

profissional que abarcasse o continente, chamado a atenção para os “antecedentes e versão taquigráfica” dos trabalhos da Primeira Conferência Nacional de Advogados que a FACA fizera publicar. A qualidade da edição dos anais era reivindicada como sinal da importância do evento. O argentino enfatizou, também, que alguns exemplares haviam “merecido a honra de integrar a biblioteca do Ilustre” IAB. Os anais atestariam, em especial, os frutos práticos do congresso, entre eles um projeto de código de processo civil e comercial, do qual alguns exemplares eram igualmente doados ao Instituto sediado no Rio de Janeiro.⁶²

A estabilidade do formato dos anais dos encontros promovidos pela FACA contrastava com os percalços em que algumas das políticas editoriais do IAB esbarrariam. Ao contrário do que ocorrera com os eventos com que a organização havia marcado o quarto centenário da chegada da esquadra de Cabral e o centésimo aniversário da abertura dos portos, as atas do Congresso Jurídico Comemorativo da Independência não foram editadas de imediato. A despeito da afirmação de Armando Vidal no *Livro do centenário dos cursos jurídicos* de que o volume organizado por Levi Carneiro estava praticamente concluído, a obra, ao menos ao que pudemos apurar, nunca foi publicada. A edição suscitava debates ainda no início da década seguinte. Na sessão extraordinária do IAB realizada em 9 de dezembro de 1930, em meio aos impasses da reordenação política do país, Arnaldo de Medeiros, que fora o secretário do congresso de 1922, “apresentou oficialmente o relatório” do evento, “acompanhado das atas e discursos *apelando para o Presidente, a fim de que obtenha sua publicação, que é da maior utilidade e grande relevo*”.⁶³ O panorama das atividades de 1930 composto pelo então secretário Filadelfo Azevedo afirmava o empenho da administração em encontrar uma “solução satisfatória”, mas ressaltava que o momento parecia “de todo inoportuno para a publicação sem ônus para o Instituto”.⁶⁴

Essa dificuldade nos remete à complexa tensão temporal com que frequentemente deparavam aqueles que procuravam perpetuar os efêmeros eventos por meio da estabilidade do papel. Uma intervenção eficaz na vida pública a partir dos impressos dependia, quase sempre, de um célere processo de editoração. Por razões que iam dos recursos financeiros aos meios técnicos disponíveis, passando por tensões políticas e disputas internas das instituições, isso nem sempre era possível, levando a impasses de difícil solução. O congresso inaugural da

⁶² BERGHMANS DONCEL, Carlos A.. La Federación de Colegios de Abogados de La República y la Federación Internacional de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, 1927, p. 320-321.

⁶³ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 1ª sessão extraordinária, realizada em 9 de dezembro de 1930. Biblioteca IAB, grifos nossos.

⁶⁴ AZEVEDO, Filadelfo. Relatório dos trabalhos de 1930. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 5, dez. 1930, p. 356.

Federação Interamericana de Advogados tentaria contornar esses problemas recorrendo ao governo norte-americano. A reunião de Havana rapidamente deu ensejo a publicações autônomas que procuraram destacar alguns de seus acontecimentos, como um livreto organizado por William Roy Vallance com o sugestivo título *Some outstanding events at the first conference of the Inter-American Bar Association*, ou uma pequena obra de formato semelhante organizada pelo cubano Natalio Chediak a partir da crença de que os trabalhos poderiam ser úteis aos colegas do continente e também procurando glorificar a atuação dos órgãos representativos da advocacia da ilha caribenha.⁶⁵

O comitê diretivo da FIA votou em setembro de 1941 uma moção recomendando que se entrasse em contato com o Coordinator of Inter-American Affairs para obter um auxílio para a publicação dos anais da conferência de Havana. Em janeiro do ano seguinte, Vallance relatava que as mobilizações haviam resultado numa verba de 5 mil dólares, soma que permitiria editar uma versão em inglês e outra em espanhol. Aguardava-se, somente, a recepção dos materiais necessários, que seriam enviados da capital cubana e deveriam levar em conta a “impossibilidade de imprimir o texto completo de todos os trabalhos que foram apresentados”. O secretário-geral e o tesoureiro foram autorizados a contatar editoras e tradutores. Ficou decidido, ainda, que, na edição em espanhol, não seriam traduzidas as apresentações feitas em português ou em francês. Em julho de 1942, Vallance mencionou orçamentos que solicitara a uma editora de Baltimore e outra de Richmond, Virgínia. Talvez por seu caráter bilíngue, talvez pela sofisticação da edição que se escolheu produzir, talvez pela complexidade da tarefa de reunir o material, o livro demoraria a ser editado. Às vésperas de sua segunda conferência no Rio de Janeiro, a FIA ainda debatia os trabalhos desenvolvidos em Havana. Em maio de 1943, membros de seu conselho diretor informavam que todo o conteúdo da edição em inglês já se encontrava em poder dos impressores, faltando apenas o índice e o sumário.⁶⁶

Mesmo com esses atrasos, a conferência de Havana logrou ser perpetuada em uma edição luxuosa, encadernada em capa dura e com descrição de seu conteúdo em letras

⁶⁵ VALLANCE, William Roy. *Some outstanding events at the first conference of the Inter-American Bar Association*. March 24-28, 1941, Havana, Cuba. [Washington], [n. ed.], [1941] (separata do *Journal of the Bar Association of the District of Columbia*); CHEDIK, Natalio. *En la Primera Conferencia Interamericana de Abogados*. Havana, [n. ed.], 1941. Ambos os impressos foram consultados na Library of Congress.

⁶⁶ INTER-AMERICAN Bar Association. Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Indianapolis, September 30, 1941; Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Washington, DC, January 31, 1942; Minutes of a Meeting of the Members of the Executive Committee and the Proxy holders available in Washington upon the occasion of the visit of Dr. Manuel Fernández Supervielle of Cuba, Honorary President, convened at the Cosmos Club, July 9, 1942; Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Washington, DC, May 21, 1943, Manuscritos, IABA Library.

douradas na lombada, empregando papel de boa qualidade e trazendo imagens de algumas de suas autoridades, bem como vistas das sessões. É interessante notar que o volume não se limitou ao encontro na capital cubana, mas dedicou toda uma primeira parte aos trabalhos de organização da FIA, o que favorecia propósitos de fortalecimento institucional.⁶⁷ Talvez pelo fato de a América estar profundamente mergulhada no conflito global quando os advogados do continente se reuniram no Rio de Janeiro, os anais da segunda conferência teriam um destino ainda mais tortuoso. Os seis volumes, cuja composição ficou a cargo da Imprensa Nacional do Rio de Janeiro, apareceriam somente entre 1948 e 1951, fora da ordem prevista e com um aspecto material irregular.⁶⁸ Buscando não perder de vista a sua intervenção sobre o presente, particularmente premente naquele contexto de guerra, a Federação logo se preocupou, contudo, em divulgar ao menos parte dos resultados de seus trabalhos. Um livro de grande formato e pouco mais de cem páginas consolidou, em português, inglês, espanhol e francês – nesta ordem – as resoluções aprovadas.⁶⁹

As tensões entre o regime do Estado Novo e os juristas brasileiros, que se tornaram explícitas justamente em torno da Segunda Conferência Interamericana de Advogados, talvez tenham tido um papel na dificuldade em editar os trabalhos do encontro. Essas rugas também podem ser percebidas em outro projeto editorial capitaneado por advogados em 1943. O livro comemorativo com que o IAB procurou marcar o seu centenário tinha uma estrutura formal parcialmente análoga à adotada no primeiro volume com que a Faculdade de Direito do Rio de Janeiro celebrara os cem anos dos cursos jurídicos brasileiros. Suas pretensões eram, porém, comparativamente modestas. O volume era aberto com uma singela explicação: “Neste livro se encontram as páginas jurídicas de jurisconsultos, professores, magistrados e advogados que desejaram prestar uma especial homenagem ao [IAB] por ocasião da passagem do seu centenário”, seguida por um quadro das autoridades do Instituto. O conjunto de contribuições era marcado por uma forte heterogeneidade, e parece ter sido pautado mais pelo intuito de reunir expoentes do direito de distintas partes do país que por um projeto intelectual coerente. Os textos eram, em regra, curtos e com teor pouco acadêmico. Mais que

⁶⁷ Ver FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-]; INTER-AMERICAN Bar Association. *Organization of the Association and proceedings of the First Conference*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-]. Não encontramos diferenças significativas entre as edições nos dois idiomas. Os volumes não foram datados, o que nos impede de afirmar o momento exato em que foram publicados.

⁶⁸ FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da segunda conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948-1951, 6v.

⁶⁹ INTER-AMERICAN Bar Association. *Resoluções da II conferência. Resolutions of the II conference. Resoluciones de la II conferencia. Résolutions de la II conférence*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943. Obra consultada na Library of Congress, o que denota um sucesso ao menos relativo no intuito de difusão continental.

historiar a trajetória da agremiação de advogados, o volume procurava celebrá-la e, sobretudo, intervir em temas do presente.⁷⁰

Capa e folha de rosto do livreto que reuniu, em edição quadrilíngue, as resoluções da Segunda Conferência Interamericana de Advogados. INTER-AMERICAN Bar Association. Resoluções da II conferência. Resolutions of the II conference. Resoluciones de la II conferencia. Résolutions de la II conférence. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

A contribuição de Eros de Moura, por exemplo, trazia já em seu título uma indagação provocativa: “Como agir?”. O autor, descrito como membro do IAB e da Liga de Defesa Nacional, além de delegado do Brasil na Segunda Conferência Interamericana de Advogados, abria a sua contribuição com uma dramática referência à conjuntura: “Nesse instante em que o mundo é sacudido, em toda a sua estrutura, pelo estourar das bombas e o ronco selvagem dos canhões nazistas, o jurista curva-se em seu gabinete e medita”. O autor se empenhou em atribuir ao direito um papel central na vida das nações e nas relações entre elas. Ao lado da condenação dos regimes ditatoriais, em especial do alemão, Moura defendia a importância de

⁷⁰ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Livro do Centenário*. Páginas jurídicas de juristas, professores, magistrados e advogados. 1843-1943. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943. O exemplar que consultamos consta do acervo da Library of Congress, em Washington. É interessante notar que foi difícil localizar cópias da obra no Brasil (a única que pudemos consultar pertencia ao acervo do próprio IAB), talvez pelo teor de oposição a Vargas de algumas das contribuições.

estabelecer normas jurídicas capazes de evitar novas conflagrações, tarefa para a qual a aproximação entre os países das Américas teria muito a contribuir. Sua conclusão enunciava dois princípios: o da prevalência da democracia e o da intolerância com que deveriam ser encarados “nas Américas os regimes de força, as ditaduras, ou quaisquer regimes políticos, tenham a designação que tenham, uma vez, de direito e de fato, neles o poder seja apenas exercido por um só homem”. Um verdadeiro chamado à admissão de responsabilidade que Moura fizera a seus colegas mais cedo reforça a suspeita de que, ao menos em parte, os alvos de sua argumentação se encontravam no próprio território brasileiro:

Fugíamos à guerra e pensávamos em novas guerras. Éramos nós juristas pela paz e, contra todos os contrassensos da história, alguns *defendiam e justificavam* às vezes – precisamos ter coragem para dizê-lo nesta hora de responsabilidades – ordens jurídicas que eram o império da violência, a negação do direito, a deificação dos regimes fortes, fonte de onde sempre emanaram as guerras, e os poucos daqueles que não capitulavam, a avalanche que vinha rolando, a cada momento mais vigoroso, colhia-os brutalmente e os afogava no volume de suas águas turvas e criminosas.

Já se tem dito [...] que um governo não pode assentar-se sobre baionetas, e é um fato. Mas, não nos esqueçamos de que, quando essas baionetas são acolchoadas por normas jurídicas, que procuram envolvê-las, então o assento torna-se macio e os ditadores nele se perpetuam comodamente.

É como se explica a durabilidade dos regimes fortes. São os maus juristas que, desservindo ao direito, dão legalidade à ordem da força que, por isso, se torna ordem jurídica.⁷¹

Esse artigo de Eros de Moura e, mais decisivamente, o fato de ele figurar em um livro comemorativo do centenário do IAB, editado em um momento tão convulsionado, parecem-nos esclarecedores exemplos finais da complexidade dos usos dos impressos e da multiplicidade de artefatos editoriais a que congressos, conferências, efemérides deram ensejo. Nada houve de casual nesses reiterados esforços para perpetuar eventos efêmeros, inscrever laços transfronteiriços na duração e levar uma vasta gama de atividades ao conhecimento de um público ampliado. Essas políticas editoriais constituíram, a um só tempo, mecanismos de difusão e de construção de projetos intelectuais, tendo como pano de fundo uma acentuada crença no poder instrumental do livro e concepções dos “homens do pensamento” como um seleto grupo de “eleitos”, a quem incumbiria guiar populações incultas. Os esforços para publicar eventos estariam longe de ser a única maneira em que estratégias editoriais e ações políticas se articularam. Talvez nada ilustre de forma mais contundente a centralidade crescente que os impressos adquiriram que o fato de eles se terem tornado, por si sós, e frequentemente sob o patrocínio de governos, objetos de celebrações

⁷¹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Livro do Centenário*. Páginas jurídicas de jurisconsultos, professores, magistrados e advogados. 1843-1943. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943, p. 33-39, grifos no original.

públicas. Ao mesmo tempo, coleções e políticas de intercâmbio de publicações floresceram, com recorrente respaldo de poderes nacionais e organizações internacionais. Em todo esse movimento, o direito, saber que opera por meio de uma “produção industrial de textos”,⁷² reivindicaria um lugar específico – ou melhor, os juristas se empenhariam habilmente em construir e reconstruir o seu espaço nos debates públicos, munindo-se recorrentemente de livros, folhetos, revistas.

Celebrar publicações, editar (para) o conhecimento mútuo: exposições, traduções, coleções

Durante a Exposição do Livro Argentino realizada na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro em agosto de 1940, Levi Carneiro pronunciou uma conferência sobre “O livro jurídico argentino”. A suas ações à frente do IAB, na organização da OAB, como consultor jurídico dos primeiros anos do governo provisório de Getúlio Vargas e como representante das profissões liberais na Constituinte de 1933-1934, Carneiro acrescentara, em 1936, o estatuto de “imortal” da Academia Brasileira de Letras.⁷³ Discursava, portanto, respaldado por sua dupla condição de letrado e de bacharel em direito, ainda que, naqueles anos, essas facetas tendessem a se afastar em função da crescente especialização do trabalho acadêmico. Sua fala se abriu com uma expressão de fascínio pela vida intelectual do país vizinho:

A primeira impressão do visitante deste mostruário é, necessariamente, a da *amplitude e do alto merecimento da obra intelectual argentina*. No entanto, o milheiro de livros aqui reunidos *não abrange, sequer, todos os de maior realce em cada setor do pensamento*. Basta considerar que mais de mil obras originais, e outras tantas traduções e reedições, se publicaram na Argentina, durante o ano passado. Não admira, portanto, que, particularmente na seção das obras jurídicas, se possa sentir a ausência, ou a representação deficiente de alguns dos mais eminentes autores. *Olhando esses livros, recordamos outros, que se não encontram aqui. Afinal, assim, é como se todos estivessem ante nossos olhos.*⁷⁴

⁷² A expressão é de António Manuel Hespanha, em um importante artigo que propõe uma aproximação entre a história do direito e bibliografia material: HESPANHA, António Manuel. Form and content in early modern legal books. Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. *Rechtsgeschichte*. Frankfurt am Main, n. 12, 2008, p. 38. Ver, também, o dossiê da revista *Histoire et civilisation du livre* dedicado às edições jurídicas, em especial o texto de apresentação: MELLOTT, Jean-Dominique. Avant-propos. *Histoire et civilisation du livre*. Genebra, nº 1, 2005, p. 5-10.

⁷³ A escolha de Carneiro para a ABL suscitou polêmicas, sob a alegação de que ele não havia publicado uma só obra literária. O discurso de recepção, a cargo do também jurista Alcântara Machado, empenhou-se em justificar a pertinência de incorporar um bacharel em direito à agremiação. Ver SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 121-128.

⁷⁴ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 502, grifos nossos. A revista registra incorretamente julho como a data da conferência e da exposição, mas ambas ocorreram no mês seguinte, como se pode atestar pela publicação feita pelo *Jornal do Comércio*: CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 25 de agosto de 1940, p. 3.

Na visão de Carneiro, a exposição valia não apenas pelos volumes ali reunidos fisicamente, mas pela biblioteca ideal que eles ajudavam a evocar. A vitalidade do mercado editorial argentino era celebrada para além da quantidade de títulos e exemplares que eram ali postos em circulação. Os pujantes negócios livreiros eram vistos como sinais da estima e do valor atribuídos ao livro – tema sobre o qual, como lembrou o orador, o também membro da ABL Afrânio Peixoto discursara alguns dias mais cedo. Para Levi Carneiro, a Argentina começava a demonstrar seu apreço pela palavra impressa já “pelo apurado bom gosto e pelo luxo de tantas e tantas edições”. Mais significativas que as qualidades materiais dos livros argentinos seriam a “opulência e multiplicidade de suas bibliotecas”, em especial aquelas de caráter popular espalhadas pelo território, cuja quantidade o brasileiro estimou em mais de 1500. Além de destacar que esses espaços de leitura derivavam da ação de Sarmiento, Carneiro enfatizou a importância equiparável das bibliotecas das Universidades e daquela mantida pelo “grande jornal, que é *La Prensa*”. Elogiou, ainda, a Biblioteca del Congreso, destacando o boletim que editava. Para o brasileiro, a qualidade dessa publicação não era excedida por nenhuma “congênere, dos países de regime parlamentar”, de modo que ela constituía um “repositório preciosíssimo de estudos e informações sobre Direito Público e sobre a legislação nacional, provincial e estrangeira”.⁷⁵

Ao expressar esses juízos, o jurista parece deixar subentendido que o lugar central concedido à promoção da leitura no desenvolvimento nacional argentino, a qualidade de suas edições e a difusão territorial de suas bibliotecas deveriam fazer dessa antiga colônia espanhola um exemplo para o Brasil. Essa visão não era despropositada: para além dos significativos avanços nos índices de alfabetização que vinha conquistando desde o último quarto do século XIX, a Argentina tivera, ainda que não sem percalços ou descontinuidades, sucesso em sua política de promoção de bibliotecas populares.⁷⁶ No entreguerras, proliferaram edições de baixo custo, que se articularam a múltiplos projetos intelectuais e ajudaram a forjar uma cultura letrada em meio aos setores populares, sobretudo nos bairros operários de Buenos Aires.⁷⁷ A partir de meados dos anos 1930, a chegada de editores exilados em função da Guerra Civil Espanhola constituiu um estímulo adicional ao desenvolvimento do mercado

⁷⁵ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 502-503.

⁷⁶ Um estudo aprofundado a respeito de tais bibliotecas pode ser encontrado em: PLANAS, Javier. *Libros, lectores y sociabilidades de lectura*. Una historia de los orígenes de las bibliotecas populares en la Argentina. Buenos Aires: Ampersand, 2017.

⁷⁷ ROMERO, Luis Alberto. Una empresa cultural: los libros baratos. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores Populares, Cultura y Política*. Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 47-69.

editorial do país platino.⁷⁸ Ainda que o Brasil tenha passado, ao longo das décadas que antecederam o evento dedicado aos livros argentinos, por um processo de profissionalização e expansão de seu mercado editorial,⁷⁹ a distância em relação ao país vizinho permanecia grande – em tamanho, vitalidade, qualidade, e mesmo no grau de instrução do público leitor.

Segundo Levi Carneiro, a exposição permitiria, ao mesmo tempo, fortificar os contatos intelectuais transfronteiriços. Para ele, eventos desse tipo eram particularmente valiosos porque incutiam em seus visitantes a “confiança na vinculação internacional pela inteligência e pela cultura”. Logo em seguida, ele afirmava que os livros em geral, e os livros de direito em especial, teriam um papel fundamental a cumprir em meio à busca por um ideal de convivência solidária entre as nações, particularmente no continente americano:

A Argentina dá-nos essa afirmação, reconfortante e oportuna. Muito, e muito merecidamente, se tem repetido a frase de Saenz Peña: tudo nos une... Contudo, precisamos não esquecer que *nada une tão profundamente como a inteligência*. [...] as obras intelectuais, os ideais, os pensamentos comuns, solidarizam indestrutivelmente. *Nosso eminente estadista, Sr. Melo Franco, há mais de 20 anos na Argentina, apontava a interpenetração das ideias como fator de solidariedade continental*.

Ora, quero crer que, *no sentido dessa aproximação, dessa compreensão mútua, dessa solidariedade, os livros de Direito são os que mais valem*. Está patente a todos os olhos, nestes conturbados dias da vida humana, quanto a analogia das instituições políticas internas, e das concepções jurídicas, de cada Nação, influi nas suas relações internacionais.

Por isso mesmo, tanto quanto pelos ensinamentos que nos proporciona, havemos de estudar com interesse o Direito argentino.⁸⁰

Essa associação com a construção da “solidariedade continental” se torna mais significativa quando se percebe que a Exposição do Livro Argentino na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro não foi uma iniciativa isolada. Um evento semelhante foi dedicado aos livros uruguaios na então capital do Brasil também em 1940 – ocasião em que Levi Carneiro voltou a discursar – e, no ano anterior, uma exposição de edições brasileiras de teor análogo ocorrera em Montevideú.⁸¹ Os livros estadunidenses e ingleses também foram celebrados em

⁷⁸ SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel dos espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. In: *Escrita e edição em fronteiras permeáveis*. Mediadores culturais na formação da nação e da modernidade na América Latina (Século XIX e primeiras décadas do XX). São Paulo: Intermeios, 2017, p. 173-186.

⁷⁹ Sobre as dinâmicas do mercado editorial no período, consultar, entre outros: SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010; DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

⁸⁰ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 503, grifos nossos.

⁸¹ Uma análise conjunta desses três eventos, particularmente preocupada em conectá-los ao papel estratégico que se atribuiu à cultura durante o Estado Novo, pode ser encontrada em: DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: *Actas*

território carioca. No caso argentino, os relatórios da biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires registram a incorporação de “obras jurídicas e de ciências afins” cuja doação havia sido solicitada após uma exposição do livro italiano realizada em 1927.⁸² Alguns anos mais tarde, já na conjuntura de reconstrução europeia ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Suíça faria um uso intenso das exposições do livro como instrumentos de diplomacia cultural. Entre 1945 e 1950, o país realizou cerca de duas dezenas de eventos desse tipo no exterior, sendo um deles em Buenos Aires (1946) e outro na China (1947).⁸³ Em todos esses casos, é possível perceber a coexistência entre interesses comerciais, a busca por novos públicos e disputas por posições cenário mundial. As funções simbólicas atribuídas aos livros, a capacidade destes de transcender fronteiras e sua ação como catalisadores de relações culturais de variadas naturezas ganharam, assim, especial força.⁸⁴

Ao mesmo tempo, a explosão de exposições do livro em variados territórios a partir de meados dos anos 1920 nada teve de casual. Como a própria fala de Carneiro sugere, ela se processou em um ambiente em que se atribuiu ao estreitamento dos laços culturais entre diferentes países um papel estratégico, até mesmo o poder de evitar a repetição da tragédia de 1914. O Instituto Internacional de Cooperação Intelectual esteve particularmente empenhado em fazer da cultura um meio “de favorecer o desenvolvimento de uma consciência internacional e pacifista que contrariasse as ideias nacionalistas” então em ascensão, na Europa como em outros territórios, inclusive na América Latina. Ainda que as realizações do IICI tenham ficado aquém da amplitude da tarefa que lhe foi conferida, ele funcionou como um ambiente de debates entre elites intelectuais preponderantemente europeias, mas que procuravam construir articulações com as mais variadas partes do mundo. A tónica do

del I Coloquio Argentino de Estudios Sobre el Libro y la Edición. La Plata: Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 1-21. Disponível em: <http://coloquiolibroedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>. Acesso em 17/09/2018. A informação sobre a realização de exposições do livro estadunidense e inglês foi igualmente retirada desse texto (p. 7).

⁸² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1927*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, p. 27.

⁸³ Ver VALLOTON, François. Les expositions du livre suisse à l'étranger comme vecteurs de la diplomatie culturelle helvétique, 1944-1949. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 221-235 (a exposição em Buenos Aires é mencionada na p. 228). Esse trabalho também traz interessantes ponderações sobre como, já no final dos anos 1940, o modelo das exposições de livros demonstrava sinais de esgotamento, sendo, sobretudo a partir dos anos 1970, suplantado pelas grandes feiras internacionais (p. 233-235).

⁸⁴ Seguimos, aqui, algumas das reflexões propostas na introdução de um volume que se ocupou do papel dos impressos nas relações diplomáticas: HAUSER, Claude; VALLOTON, François. Introduction. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 7-16.

“desarmamento moral” ganhou corpo e difusão, associando-se a uma insistência dos intelectuais “no papel da cultura na aproximação dos povos e no estabelecimento de um humanismo e de valores universais”. Nas ações do IICI, as culturas nacionais e os valores universais eram concebidos não em antagonismo, mas como complementares e mutuamente enriquecedores. Ao mesmo tempo, esses projetos estiveram pautados por visões excludentes. Incumbiria aos intelectuais a missão de difundir a cultura, trabalhando como “portadores do humanismo e dos valores universais junto às massas”, vistas como incapazes de, por si sós, chegarem a um grau elevado de esclarecimento.⁸⁵

A voga das exposições de livros pode ser lida, assim, em certa continuidade com os ideais ao mesmo tempo cosmopolitas e nacionalistas que haviam guiado as Exposições Universais, porém com significados renovados em função do trauma da Primeira Guerra e expressando maiores reticências perante narrativas triunfantes do progresso. A frequente existência de uma programação paralela às mostras remete igualmente a práticas iniciadas em meados do século XIX, e certamente contribuiu para a sua repercussão. Embora sejam inegavelmente tributárias desse quadro, as análises de Levi Carneiro também precisam ser associadas a especificidades dos debates jurídicos. Dito de outra maneira: o fato de uma Exposição do Livro Argentino ter acolhido uma conferência que destacava as obras de direito denota, no mínimo, certo prestígio desse campo do conhecimento, mesmo em um período de profusão de críticas ao bacharelismo. Se acreditarmos no que Carneiro afirma, a própria realização da exposição se devia à atividade de um jurista: o então ministro da justiça e instrução pública argentino, Jorge Eduardo Coll,⁸⁶ que havia visitado o Brasil em 1936 e participado do Congresso Nacional de Direito Judiciário, promovido pelo IAB.

Nesse sentido, é significativo que Carneiro evoque a defesa de uma aproximação entre argentinos e brasileiros por meio da inteligência feita por Afrânio de Melo Franco “há mais de 20 anos” – muito provavelmente, remetendo à conferência de 1917 no Colegio de Abogados de Buenos Aires. Essa preocupação em traçar determinada genealogia dos contatos entre bacharéis dos dois países se tornou ainda mais clara quando Carneiro se voltou para intelectuais argentinos que vinham visitando o Brasil. O primeiro nome que evocou foi o de Rodolfo Rivarola, escolha que considerou “de justiça numa comemoração da amizade argentino-brasileira”, já que o “criminalista e constitucionalista consagrado” não era “só um

⁸⁵ RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée*. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 297-319.

⁸⁶ Ao mencionar o projeto de código penal que Coll elaborara em conjunto com Eusebio Gómez, Carneiro diz sobre o primeiro deles: “o grande Ministro da Justiça e Instrução Pública, a quem devemos a realização desta mostra”. CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 504, grifos nossos.

jurista”, mas “também um educador, um pensador de largo descortínio”. Rivarola era, ainda, “o mais autêntico representante da intelectualidade argentina e de sua estreita afinidade com a brasileira”. Além de mencionar juristas que escreveram obras de destaque, ele ressaltou a qualidade da produção intelectual de alguns dos que haviam visitado o Brasil, como Enrique Martínez Paz, Victor Romero del Prado ou Juan Carlos Rébora. Disse saber que, ao evocar tais nomes, não supria “possíveis deficiências da Exposição”, talvez até mesmo as agravasse, “por alguma omissão imperdoável”. “Em todo o caso”, prosseguia ele, “fortaleço a convicção de que não seria preciso apresentar aqui toda a vastíssima obra jurídica argentina para dar a impressão exata do seu merecimento”.⁸⁷

O encerramento da conferência trouxe uma nova celebração da vida intelectual argentina, desta vez amplificada pelos argumentos apresentados ao longo de toda a fala, em especial os comentários dedicados às obras expostas, cuja veracidade o ouvinte poderia averiguar imediatamente. Carneiro elencou vários sinais do “vigor” da cultura do país vizinho, entre eles a “força de assimilação dos estrangeiros”, que fazia com que autores nascidos em outras terras, como Paul Groussac, José Ingenieros, e, no âmbito do direito, Antokoletz e Ladislau Thot, tornassem-se plenamente argentinos. A apreciação geral que dedicou à produção jurídica argentina destacava seu suposto caráter meditado, pautado por uma atividade intelectual de qualidade, e por isso mesmo capaz de perdurar:

*A obra jurídica, inclusive a legislativa, que a Argentina vai realizando, não é uma improvisação; não traduz sofreguidão, nem impaciência. Revela a formação de uma cultura, através do estudo sereno nas Universidades aparelhadas magnificamente, nos seus Institutos de altos estudos, nos seus seminários. É uma construção lenta, que se vai fazendo não para deslumbrar, mas para durar, para assegurar o desenvolvimento da riqueza e da pujança da nacionalidade.*⁸⁸

A impressão de que, ao traçar esse quadro elogioso, o intuito central de Carneiro era destacar possíveis exemplos para o Brasil se confirma em juízos comparativos que ele emitiu em outro momento. Ele afirmou que, a despeito dos sangrentos conflitos que enfrentara, “a Argentina apresenta uma evolução jurídica muito mais gradativa e suave que a nossa”. Cometendo uma pequena imprecisão factual que reforçava convenientemente o seu argumento, Carneiro sustentou que, para comprovar essa vantagem, bastava confrontar “o que se tem passado nos últimos anos, depois das revoluções que, *no mesmo mês de setembro de 1930*, ocorreram na Argentina e no Brasil. Ali, nem a Constituição federal foi modificada”. O

⁸⁷ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 503.

⁸⁸ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 504-505, grifos nossos.

jurista concluía afirmando uma marcha ascensional e plenamente bem-sucedida da Argentina – bem-sucedida justamente porque concedera um lugar de destaque para a vida intelectual:

Em 1810, quis ser independente e livre – e o foi, e ficou sendo. Em 50, quis ser rica – e o foi e ficou sendo. No entanto, *não se deixou avassalar pelas preocupações materiais da riqueza. Pôs a riqueza ao serviço da inteligência e da cultura*. O que ela afirma, aqui e agora, é a supremacia do espírito.⁸⁹

A conferência na Biblioteca Nacional não seria o único momento em que Levi Carneiro ou seus colegas de profissão expressariam o desejo de celebrar as publicações jurídicas. No Brasil, a estratégia de expor livros como uma via para intervir no espaço público há muito vinha sendo empregada pelos intelectuais em geral e pelos juristas em particular. Décadas antes, a exibição de impressos, e também de manuscritos, fora mobilizada em favor não de perspectivas internacionalistas, mas sim do fortalecimento de sentimentos nativistas. Em 1881, a mesma Biblioteca Nacional em que Carneiro discursou promovera, sob o comando de seu então diretor Ramiz Galvão, uma bem-sucedida Exposição de História do Brasil. Recheada de raridades e concebida como uma “vitrine da nação”, a mostra foi eternizada em um catálogo que continha nada menos que o levantamento bibliográfico mais completo sobre história e geografia brasileiras feito até então.⁹⁰

Um pouco mais de uma década mais tarde, seria a vez de o IAB patrocinar uma ambiciosa exposição de livros. Como parte das comemorações de seu quinquagésimo aniversário, o organismo convidou juristas de variados países a remeterem suas publicações, para que fossem exibidas no Rio de Janeiro. Diversas obras argentinas compuseram o conjunto, algumas delas obtidas na coleção particular de um jurista brasileiro.⁹¹ A relevância atribuída à exposição de 1894 pode ser atestada por sua recuperação posterior nos relatos memorialísticos do IAB. A monografia dedicada ao Instituto no *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos* destacou que, quando completou 50 anos, ele promoveu “uma original exposição de trabalhos jurídicos, à qual compareceram oficialmente o Chile, as Universidades de Granada, Montevideu e Coimbra e as Faculdades de Direito de S. Paulo [...] e a de Recife”. A acreditar na leitura elaborada por Armando Vidal mais de três décadas mais tarde, o evento

⁸⁹ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 505, grifos nossos.

⁹⁰ DUTRA, Eliana de Freitas. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 37, 2005, p. 159-179. Para uma perspectiva mais geral sobre a atuação de Ramiz Galvão à frente da Biblioteca Nacional, consultar: CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito*. O historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: Edipucrs, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

⁹¹ Ver SANTOS, Deodato C. Vilella dos. *Relatório da Exposição de trabalhos jurídicos*. Realizada a 7 de setembro de 1894 pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. Obra consultada na Library of Congress.

fora um sucesso total, inclusive (ou talvez sobretudo) por ter atraído a participação de associações estrangeiras:

Numerosos escritores nacionais e estrangeiros apresentaram seus trabalhos; sociedades científicas tais como a Sociedade de Legislação Comparada da França, a Academia Real de Jurisprudência e Legislação da Espanha; a Real Academia de Ciências e a Associação dos Advogados de Lisboa expuseram trabalhos, assim como vários editores enviaram trabalhos valiosos. A original exposição provocou interesses e aplausos.⁹²

Esse trecho sugere que, a despeito da importante participação dos países hispano-americanos na exposição de 1894, os meridianos intelectuais privilegiados permaneciam, naquele momento e ainda no de sua rememoração em 1927, situados na Europa. A exposição paralela ao cinquentenário do IAB foi igualmente retomada no discurso que Haroldo Valladão fez como orador oficial da instituição quando esta completou cem anos, em agosto de 1943. Na sessão conjunta que marcou a efeméride e abriu os trabalhos da Segunda Conferência Interamericana de Advogados, tendo como cenário o simbólico Palácio Tiradentes, a mostra de livros realizada meio século mais cedo assumiria um valor distinto, marcadamente americanista. Valladão comentou a participação de “juristas e publicistas americanos” na Exposição Internacional de Trabalhos Jurídicos. Oito Estados do continente haviam sido representados, “e pelos mais credenciados embaixadores, *pelos livros jurídicos de seus filhos ilustres*”. A essa visão das publicações de direito como epítomes da glória nacional, o orador do IAB logo acrescentou uma exaltada metáfora geográfica. Arrematando os comentários sobre a exposição de 1894, ele procurou sublinhar o potencial das edições para a união continental: “O *rio pan-americanista* que tinha as suas cabeceiras nas origens do Instituto, engrossava-se magnífico ao tempo do cinquentenário, para *avultar cada vez mais e se tornar hoje um Amazonas do direito das Américas*”.⁹³

Do outro lado do Prata, as associações de advogados tampouco permaneceriam alheias às movimentações para honrar as edições com eventos públicos. O resumo dos trabalhos de 1928, por exemplo, informava que a biblioteca do CABA participara da Primeira Exposição Nacional do Livro. Entre os itens de seu acervo que foram considerados dignos de exibição, estavam “uma extensa coleção de teses dos anos 1860 a 1880”, entre cujos autores figuravam “numerosas personalidades argentinas, que se destacaram em diversas ordens”, manuscritos e obras de direito em geral. Essa participação teria rendido ao Colegio comentários “sumamente

⁹² FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 395.

⁹³ VALLADÃO, Haroldo. *Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Discurso, como orador oficial do Instituto, na Sessão Magna realizada no Palácio Tiradentes, a 7 de Agosto de 1943. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943, p. 10-11, grifos nossos.

favoráveis” na imprensa de Buenos Aires.⁹⁴ Em 1929, o diretor da biblioteca da agremiação de advogados afirmava que considerara oportuno dar a conhecer, nas exposições de Sevilha e Barcelona, as publicações patrocinadas pelo CABA. Não bastaria estar presente na mostra realizada na Argentina no ano anterior nem ter nela obtido um diploma de honra: era preciso “exteriorizar sua existência” igualmente “no estrangeiro”. Sugerindo uma conexão entre construções identitárias e fluxos de impressos, a nota acrescentava: “o que se exhibe em Sevilha e em Barcelona será doado quando terminem as exposições a *instituições similares da mãe pátria*”.⁹⁵

O projeto de desenvolver a atividade cultural do IAB, capitaneado por Levi Carneiro no final dos anos 1920, levaria a uma revivescência dos empenhos em torno dos impressos. Uma nova exposição de trabalhos jurídicos fora projetada para dezembro de 1930, em comemoração ao centenário da promulgação do código criminal do Império. Justificada pelo “fim de promover, por todas as formas, o desenvolvimento da cultura do direito em nosso país”, a mostra seria fundada em bases muito próximas àquelas traçadas em 1894. Poderiam participar “escritores, bibliotecas, livrarias e editores, brasileiros e estrangeiros, sendo admitidos quaisquer trabalhos impressos sobre assuntos jurídicos – livros, monografias, memórias, teses, dissertações revistas”. Assim como ocorrera no cinquentenário do IAB, presumia-se que as obras seriam doadas à biblioteca da instituição, salvo menção em contrário do autor. Também foram previstos “diplomas ou medalhas aos escritores” e “menções honrosas aos editores”.⁹⁶ O relatório dos trabalhos do IAB no ano de 1930 justificou, porém, a necessidade de adiar os planos, em função da “anormalidade dos acontecimentos políticos”. Mesmo assim, prosseguia o informe, “já foram obtidos alguns elementos, entre os quais avulta a contribuição do editor Jacintho Ribeiro dos Santos, com quase 300 volumes, dos quais a maior parte [...] passará a pertencer ao Instituto, por não existirem ainda na Biblioteca”.⁹⁷ A mostra não se efetivaria, contudo, talvez pela forte concentração dos esforços do IAB na organização da Ordem dos Advogados nos anos que se seguiram ao movimento que pôs fim à Primeira República.

Ainda que a ascensão de Getúlio Vargas ao poder tenha impedido a realização da nova exposição idealizada pelo IAB, seu governo investiria fortemente nos usos simbólicos dos

⁹⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, p. 11; 23.

⁹⁵ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1929*. Informe de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Imp. Fermi, p. 27-28, grifos nossos.

⁹⁶ Exposição de trabalhos jurídicos. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 3-4, out-nov. 1930, p. 228.

⁹⁷ Exposição de trabalhos jurídicos. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 5, dez. 1930, p. 356.

impressos, projetando-os, inclusive, para além das fronteiras brasileiras. A criação do Instituto Nacional do Livro (INL), em 1937, do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), em 1939, e também de outros órgãos estatais que desenvolveram ambiciosas políticas editoriais, como o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), deu impulso a uma fortalecida diplomacia cultural, em que o livro assumiu um lugar de destaque. O INL rapidamente se preocupou em munir as bibliotecas de universidades, centros culturais e embaixadas de diferentes países, em especial os do continente americano, de publicações brasileiras. Com isso, procurava-se promover o conhecimento mútuo e a cooperação internacional, bem como fortalecer a posição do país no continente. Em muitos casos, as escolhas dos títulos recaíram sobre a Coleção Brasileira, lançada sob a direção de Fernando Azevedo em 1931, que carregava já em seu nome o intuito de promover um conhecimento enciclopédico sobre o Brasil.⁹⁸ O direito não estaria ausente desses esforços, a começar pelo fato de que a Brasileira dedicou uma rubrica à disciplina, além de ter recrutado em meio a juristas de formação autores de obras sobre os mais variados temas.

No começo da década de 1940, já na conjuntura do alinhamento brasileiro aos Estados Unidos e da entrada na guerra do lado dos Aliados, o DIP patrocinou a publicação, em castelhano, de um pequeno volume intitulado *El Brasil en América*. A obra era ilustrada com retratos de Vargas, do então Chanceler Osvaldo Aranha, mas também de Roosevelt e do subsecretário de Estado norte-americano, Sumner Welles, além de uma vista do Palácio Tiradentes, sede do DIP, um mapa do Brasil e um panorama da Baía de Guanabara. As pouco mais de 60 páginas compunham um quadro da economia, da geografia e da história brasileiras em que a reiterada exaltação da unidade nacional e dos feitos do governo Vargas convivia com a defesa da aproximação entre os países americanos, tornada premente pelos ataques de

⁹⁸ As considerações sobre o lugar dos livros na diplomacia cultural do Estado Novo se baseiam principalmente em: DUTRA, Eliana de Freitas. *Le Brésil au-delà des frontières: la « Collection Brésilienne » et l'Institut National du Livre dans les circuits diplomatiques du livre brésilien*. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours*. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 393-409. Uma análise das doações do DIP a instituições sediadas nos Estados Unidos pode ser encontrada em: LUCA, Tania Regina de. *A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso*. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011, p. 271-296. Sobre as políticas editoriais do SPHAN e do IBGE, consultar, respectivamente: LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010 (Dissertação de Mestrado em História); LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O projeto de Organização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas: segurança nacional e desenvolvimento nas décadas de 1930 e 1940*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016 (Tese de Doutorado em História). Para uma perspectiva geral sobre a Coleção Brasileira, consultar: DUTRA, Eliana de Freitas. *A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira*. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

Pearl Harbor. Na abertura da segunda seção da obra, intitulada “Getúlio Vargas, presidente de los Estados Unidos del Brasil”, a queda de Wall Street foi representada como o prenúncio do “fim de uma era de falsa tranquilidade, edificada sobre o lucro exagerado e a miséria exagerada”. A “onda de revoluções políticas” responsável por exteriorizar na América esse movimento teria contado, no Brasil, com um líder qualificado. Vargas era descrito como um verdadeiro prócer da unidade nacional, até mesmo em função de sua biografia. O texto exaltava o presidente por ter sido soldado no Mato Grosso, estudante em Minas e regressado ao Rio Grande do Sul, “sem sofrer a depressão moral das metrópoles, nem carregar os *preconceitos jurídicos das velhas faculdades do país, São Paulo e Recife*”. O teor de crítica ao bacharelismo se tornava mais claro logo em seguida, quando a publicação do DIP sustentava que Vargas se guiava por valores distintos, sendo capaz, “por seu senso da realidade”, de se adaptar “ao momento de transformação do mundo social e político, que se anunciava”.⁹⁹

Logo após uma seção dedicada à história do Brasil, com forte teor nacionalista e descrevendo 1930 como a culminação desejada e necessária das forças do país, encontrava-se uma divisão que parece curiosa à luz das censuras feitas pouco antes ao universo jurídico – mas que atesta, mais uma vez, a relevância que o direito assumiu naqueles anos. “La ley” apresentava um histórico das normas vigentes no território brasileiro, a começar pelas ordenações portuguesas. Em verdade, o texto traçava uma narrativa progressista em que a exaltação da nacionalidade e a do seu direito se confundiam. Já no período colonial, a publicação do DIP enfatizava como, mesmo sob o jugo formal da legislação portuguesa, “uma série de medidas especiais, decretos e ordens, foram criando para o nascente país uma tradição jurídica que dava ao mandatário uma importância excepcional”, o que teria produzido abusos sobretudo por parte dos “homens-leis” que foram os “titulares das Capitânias”. A primeira questão jurídica propriamente brasileira, não restrita às disputas internacionais ou canônicas, teria surgido “na expedição dos ‘bandeirantes’ que tentavam escravizar ao índio”, o que teria sido obstado pela ação da Igreja e pela “tenaz rebeldia” do “caráter nômade” dos indígenas. A escravidão africana era descrita como uma “aventura mercantil” que fora apoiada por todos, permitida e legislada nos “códigos da época”. A exploração das minas dera origem “a novas leis ligadas ao poder do Governo-Geral”, e a chegada de Dom João VI resultara, para o Brasil, em “um tratamento especial que melhorou suas condições jurídicas”.¹⁰⁰

A abolição era elogiada como uma “importante transformação legal concedida pela Princesa Regente”, que “causou a ruína do latifúndio e apressou a implantação da República”.

⁹⁹ *El Brasil en América*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1942?], p. 6, grifos nossos.

¹⁰⁰ *El Brasil en América*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1942?], p. 21-22.

A seção se voltou, então, para as mudanças jurídicas ocasionadas pelo novo regime político. Em consonância com o que intelectuais como Alberto Torres e Oliveira Vianna vinham sustentando nas décadas anteriores, a Constituição de 1891 foi ironicamente descrita como “uma joia de idealismo político”. O regime constitucional do Império fora, logo antes, criticado por ser de “tipo liberal-burguês”. Associado ao parlamentarismo e à escravidão, ele teria feito com que o Brasil “seguisse a lenta evolução dos países agrários de produção colonial”. Esses defeitos somente se teriam acentuado em 1891, com um conjunto normativo que, ao juntar “os princípios comtistas” aos “preconceitos europeus”, distanciara “o país de suas realidades imediatas durante decênios”. A Constituição de 1934, por sua vez, foi rapidamente censurada como “caótica e anacrônica”. Mais à frente, afirmou-se que essa norma “conservava ainda muitos fatores de desagregação nacional, estimulando os regionalismos” e “deixando em pé o problema latifundista”. A principal qualidade reivindicada para a “Carta de 10 de Novembro de 1937” era, em contraste, a de ser “de tipo nacionalista”. O texto destacava alguns de seus dispositivos, com preferência por aqueles que respaldavam o intervencionismo estatal, inclusive em campos como a família, a infância, a arte, a ciência e o ensino. “La ley” se encerrava com uma enumeração de parte da “obra legislativa de Vargas”, enfatizando que ela não se “deteve na Constituição”.¹⁰¹

O relato propagandístico promovido pelo DIP culminava com uma discussão da “posição americanista do Brasil”. A uma afirmação inicial de que, ao contrário da guerra anterior, aquela então em curso tivera grande impacto no continente, seguia-se o juízo de que o regime vigente no Brasil não apenas procurara uma maior aproximação com seus vizinhos, como tivera um papel no fortalecimento do “lugar que a América ocupa na política mundial”. Sustentava-se, em seguida, que a diplomacia do Brasil estava particularmente preocupada com seu pertencimento a uma “grande família americana”. Episódios como a mediação da paz entre o Peru e a Colômbia no conflito de Letícia e a solução da questão do Chaco eram invocados como sinais de que o compromisso de Vargas com a vinculação americana não se reduzia a declarações. A maior comprovação de suas tendências americanistas estaria na “visita do Presidente Vargas à Argentina em retribuição da visita que fizera ao Brasil o Presidente de dita nação General Agustín Justo”. As duas viagens teriam trazido “ao ambiente

¹⁰¹ *El Brasil en América*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1942?], p. 22-27; 55. As conexões entre a denúncia da “inadequação à realidade nacional”, as críticas ao liberalismo, a legitimação dos governos de Getúlio Vargas e os debates jurídicos no Brasil dos anos 1930 e 1940 constituíram um foco importante de nossa dissertação de mestrado. Ver SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 155-165; 195-201.

americano novas bases de confraternização continental”. Mencionando as então recentes visitas do chanceler Osvaldo Aranha ao Chile, à Argentina e ao Uruguai, o texto asseverava que os “últimos acontecimentos mundiais não puderam surpreender o Brasil longe dos princípios de defesa da Autonomia das Américas”. As páginas finais eram dedicadas à cidade do Rio de Janeiro, parecendo sugerir que o turismo poderia constituir uma maneira adicional de promover ideais continentais. Esse movimento também serviria à exaltação da nacionalidade, particularmente sublinhada pelo parágrafo final de *El Brasil en América*: “Pela elegância de seus morros, como por suas praias maravilhosas e a urbanização de suas avenidas, *é o Rio de Janeiro, não apenas a capital, mas também o coração do Brasil*”.¹⁰²

A preocupação dos poderes públicos com a aproximação entre os países das Américas em geral, e Argentina e Brasil em especial, já vinha motivando projetos editoriais bastante ambiciosos. Nesse sentido, o local em que consultamos a publicação do DIP talvez seja tão significativo quanto a inclusão de uma seção sobre o direito em *El Brasil en América*: a biblioteca pessoal de Ricardo Levene. Embora seja conhecido sobretudo por sua atuação como historiador, Levene era jurista de formação, lecionou em faculdades de direito e prestou uma contribuição decisiva ao desenvolvimento dos estudos de história do direito na Argentina.¹⁰³ Ele viajara ao Brasil como parte da delegação da UBA nas comemorações do centenário da Independência e, em 1936, retornou ao Rio de Janeiro com o objetivo de debater bases para intercâmbios culturais. Um dos resultados desses esforços foi a Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano, que lançaria seu primeiro volume no ano seguinte. A série de livros era um desdobramento das atividades da comissão que vinha revisando os textos de ensino de história e geografia, presidida por Levene, cuja criação havia sido determinada por um dos tratados assinados durante a visita do presidente Justo ao Brasil.¹⁰⁴ Respalda pelo Ministerio de Justicia e Instrucción Pública, a série tinha entre seus

¹⁰² *El Brasil en América*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1942?], p. 51-60, grifos nossos.

¹⁰³ Ver, entre outros trabalhos do mesmo autor: TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Ricardo Levene y su obra sobre historia del derecho indiano de 1924. In: DUVE, Thomas (coord.). *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Madrid: Dykinson, 2017, v. I, p. 181-197.

¹⁰⁴ Sobre as coleções e as comissões revisoras dos livros de história e geografia, consultar: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 247-335; SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropología de la circulación internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 118-139; SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho*. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954). Rio de Janeiro: Multifoco, 2012, p. 201-204. É interessante notar que a busca por atenuar as rivalidades entre diferentes nações por meio de mudanças nos manuais didáticos se inseria em um movimento mais amplo. Em 1925, a Comissão Internacional de Cooperação Intelectual da Liga das Nações havia aprovado uma resolução nesse sentido. No início dos anos 1930, a CICI procurou promover pesquisas sobre os livros escolares de história, geografia, literatura e instrução cívica e moral em uso nas escolas e, em

autores e prefaciadores diversos bacharéis em direito, muitos dos quais contavam com uma trajetória prévia de diálogo com o país vizinho. O mesmo ocorreria com a Coleção Brasileira de Autores Argentinos, iniciada em 1938 pela Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, como parte do mesmo esforço do estreitamento dos laços entre as duas nações.¹⁰⁵

Uma apreciação geral das coleções sugere certa diferença de estilo e também de prioridades. Mesmo que abarcasse autores então já falecidos, como Euclides da Cunha e Rui Barbosa, a Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano privilegiou nomes ainda em atividade e que se vinham empenhando pelo estabelecimento de estudos tidos como modernos e objetivos sobre a sociedade brasileira, como Oliveira Vianna e Gilberto Freyre. A Coleção Brasileira de Autores Argentinos, por sua vez, dedicou um espaço significativo a estadistas do século XIX: Bartolomé Mitre, Juan Bautista Alberdi e Domingo Faustino Sarmiento estiveram entre os escritores selecionados.¹⁰⁶ Em um ponto, contudo, houve um absoluto paralelismo entre a série patrocinada pelo governo argentino e aquela em que se empenhou o brasileiro. Ambas se abriram com um manual de história das respectivas “civilizações”, sugerindo uma preocupação em tornar acessível um panorama introdutório, completo e atualizado em relação às modernas pesquisas históricas. Mais do que isso, os dois volumes inaugurais foram redigidos por juristas de formação que se tornariam conhecidos como historiadores, mas que tiveram uma atuação propriamente jurídica mais relevante que se costuma supor, inclusive em seus centros de ensino e órgãos de representação profissional. Prova disso pode ser encontrada no fato de o argentino ter sido nomeado sócio correspondente do IAB, e o brasileiro ter recebido a mesma honraria do CABA.

Historia de la civilización brasileña, de Pedro Calmon, abriu a coleção publicada na Argentina. A obra foi acompanhada de um prólogo de Ricardo Levene, datado de abril de 1937, que funcionava também como uma apresentação da empreitada editorial como um todo.

1934, convidou o IICI a elaborar um projeto-tipo de acordo bilateral para atenuar as divergências a que tais obras poderiam dar ensejo. Ver RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée*. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 304-305. Cabe lembrar que o acordo sobre o tema entre Argentina e Brasil era anterior, e que os arquivos do serviço jurídico do IICI demonstram o interesse que tal tratado despertou nos organismos internacionais.

¹⁰⁵ Dados sobre os títulos traduzidos, os prefaciadores e as datas de edição dos volumes da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano e da Coleção Brasileira de Autores Argentinos foram consolidados, respectivamente, nos Anexos II e III. É interessante registrar que houve algumas diferenças entre os planos inicialmente traçados e os livros efetivamente publicados. A relação de obras a serem traduzidas aprovada durante a estadia de Levene no Brasil pode ser consultada em: SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 286-287.

¹⁰⁶ Um contraste semelhante foi identificado por SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011, p. 294.

De forma próxima a muitos dos discursos sobre o estreitamento dos laços entre os países do continente que vinham ganhando força nos anos anteriores, Levene reivindicou a necessidade de fazer da atividade intelectual o âmbito por excelência dessa aproximação: “Devemos superar a etapa romântica da amizade entre os povos da América, entrando na união das inteligências”. Para tanto, seria fundamental “a aplicação de uma organizada política cultural”. Após sustentar que a “revisão” era a tônica dos tempos então vividos, Levene esclareceu que o projeto da coleção era “difundir livros seletos nos núcleos docentes e no público”, privilegiando as obras “sintéticas”. No mundo moderno, sustentava o argentino, a “literatura e ainda a ciência devem adquirir caráter mais condensado, que permitirá conquistar o leitor comum, pois *não é o caso de nos limitarmos a difundir as obras unicamente entre profissionais*.” Citando uma comunicação de Paul Valéry ao IICI, em que o escritor francês lamentou a tendência ao desaparecimento da “leitura lenta e meditativa” e afirmou que a “educação do público” se efetuava “por meio de leituras apressadas ou incoerentes de efeitos brutais e imagens violentas”, Levene afirmou que os intelectuais deveriam “renovar suas armas”.¹⁰⁷

Para ele, a história certamente constituía uma importante “arma” dessa “renovação”, que se poderia tornar ainda mais potente a partir da consciência da “evolução fraterna” de Brasil e Argentina. Mais à frente, Levene mencionou o lamento feito quatro décadas mais cedo em *El Brasil Intelectual*, de Martín García Merou, sobre o desconhecimento da literatura brasileira na Argentina. Identificando tanto em García Merou quanto em Sarmiento pioneiros das indagações sobre “os problemas da cultura americana”, o argentino se empenhou em afirmar que muito havia mudado desde então, e que as coleções que se inauguravam alterariam esse quadro de forma ainda mais dramática:

Desde aquele momento do pouco ou nenhum conhecimento da literatura do Brasil, até hoje, a posição não é a mesma por certo, pois são diversos os esforços realizados, uns isoladamente e outros por organizações, como o importante labor do *Instituto Cultural Argentino Brasileño, que o Dr. Rodolfo Rivarola preside, em Buenos Aires e o que leva a cabo o Instituto Cultural Brasileiro-Argentino, que o Dr. Rodrigo Otávio preside no Rio de Janeiro*. Na Capital da Nação amiga, a Embaixada Argentina do Dr. Ramón J. Cárcano é centro principal de valorização e compreensão da inteligência brasileira.

A face deste assunto mudará fundamentalmente com a vasta e orgânica empresa puramente cultural que é a tradução das obras-mestras do

¹⁰⁷ LEVENE, Ricardo. Prologo. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 9-10, grifos nossos.

*pensamento do Brasil em castelhano e a tradução ao português das grandes obras argentinas.*¹⁰⁸

Após afirmar o “excepcional significado” da atividade intelectual do Brasil e o fato de ela ser “cultivada por valores representativos na América”, Levene justificou a escolha do primeiro tomo, qualificando a obra como uma “profunda e ágil síntese da evolução do grande povo amigo”. Comentando a trajetória intelectual de Pedro Calmon, destacou seu pertencimento ao IHGB e à ABL e elencou algumas de suas principais obras. Dedicou especial atenção ao fato de Calmon ser versado “em matéria de história argentina”, tendo domínio da bibliografia e experiência de pesquisa nos arquivos do país. A síntese que Calmon lograva alcançar resultaria de seu “espírito inquisitivo, dirigido à obtenção de dados e descrição de fatos e de sua vocação científica que lhe permite considerar os grandes feitos e seguir as constantes da história do Brasil”. “O leitor”, assegurou Levene ao concluir seu prólogo, “está diante de uma obra de qualidade por seu fundo e forma, admiravelmente traduzida por Julio E. Payró”.¹⁰⁹

Capas dos exemplares do volume inaugural de cada uma das coleções disponíveis na Biblioteca Ricardo Levene. CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali,

¹⁰⁸ LEVENE, Ricardo. Prologo. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 10-14, grifos nossos.

¹⁰⁹ LEVENE, Ricardo. Prologo. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 14-16.

1937; LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938.

O caráter concertado das iniciativas se reforça pela escolha do primeiro volume da Coleção Brasileira de Autores Argentinos: *Síntese da história da civilização argentina*, de Ricardo Levene. Num paralelismo que certamente contribuía para a imagem de harmonia entre os dois países que se pretendia construir, o prefácio ficou a cargo de Pedro Calmon e assumiu igualmente um tom de apresentação da coleção. As duas escolhas também se associaram a relações prévias entre os autores – que, por sua vez, passavam pelos laços entre os órgãos representativos da advocacia. Na biblioteca de Levene, está conservado um exemplar da 2ª edição da *História da Civilização Brasileira*, feita pela coleção Brasileira,¹¹⁰ com uma dedicatória de Calmon ao “querido mestre Ricardo Levene”, por quem expressou sua “irrestrita admiração”. Redigida “em Buenos Aires, em sua casa”, a dedicatória era datada de novembro de 1935 – ou seja, a oferta do livro se deu quando o brasileiro visitou o país como um dos representantes do IAB. O volume I da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano trazia, além disso, uma listagem de obras “do mesmo autor” praticamente idêntica à que constava da edição feita pela Companhia Editora Nacional, dividida em três seções: “história”, “literatura histórica” e “direito”.¹¹¹

O prefácio de Calmon à obra de Levene, datado de novembro de 1938, abria-se com a explicação de que o livro iniciava “a série de autores argentinos divulgados em língua portuguesa, segundo o espírito e os propósitos do intercâmbio cultural que, a partir de 1933, e cada vez mais, aproxima e fraterniza as nossas elites intelectuais”. “A Comissão Revisora dos Textos de História e Geografia”, prosseguia o brasileiro, “fez obra permanente realizando essa *recíproca tradução de livros-índices, ilustrativos, sadios e benéficos*”. O brasileiro também valorizava, portanto, o espírito de síntese, e a evocação da comissão se fortalecia pelo fato de ele ser descrito, junto à designação de autoria do prefácio, como seu relator, além de membro da ABL. De forma próxima ao que afirmara Levene ao defender a iniciativa equivalente na Argentina, Calmon asseverou que a “melhor política de concórdia intelectual é a que se orienta para o conhecimento íntimo e leal das literaturas, da alma popular, das realidades econômicas, dos fatos históricos”. Nessa obra, os povos americanos teriam uma

¹¹⁰ Sobre os vínculos entre Pedro Calmon e a Coleção Brasileira, consultar: VALE, Nayara Galeno do. “*Um retrato inteiriço e harmônico da nação*”: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018 (Tese de Doutorado em História), em especial p. 143-161. O mesmo trabalho traz considerações sobre o peso da formação jurídica na trajetória de Calmon, sobretudo no que diz respeito a sua atuação como historiador (ver p. 28-39; 75-87).

¹¹¹ Comparar: CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935; CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937.

vantagem, já que, ao “contrário do que se vê alhures, na América a história não separa, porém vincula as nações”. Os governos argentino e brasileiro estariam, assim, seguindo uma longa tradição continental, celebrando e cimentando a “amizade interamericana” com “uma biblioteca de escolhidos volumes, capazes de bem difundir verdades substanciais”.¹¹²

Essa confiança no poder instrumental do livro, ressaltou Calmon, havia guiado igualmente “os ilustres homens públicos da vizinha República” que criaram “a série de autores brasileiros traduzidos em castelhano”. Ressaltando que quem presidia “a esse magnífico labor” era justamente Ricardo Levene, afirmou o apreço com que ele contava entre os brasileiros. Levene seria, ao mesmo tempo, “um pioneiro da argentinidade” e líder “do movimento de interpretação amável do Brasil, a que procuramos corresponder, mostrando à nossa gente o exuberante retrato integral da República Argentina”. Discutindo a produção intelectual de Levene de maneira mais ampla, Calmon afirmou que ela se desenvolvia sob o predomínio das “diretivas do patriotismo fecundo e educativo, do pensamento de americanidade e da confiança na Universidade como equipamento moral e fonte de espiritualismo para os países novos, tão carecidos de minorias representativas”. Recuperando os dados de sua biografia que o prendiam ao Brasil – a viagem ao país em 1922, a condição de membro correspondente do IHGB –, Calmon teceu particulares elogios ao empenho do colega argentino a favor da educação, destacando sua participação em “generosas campanhas em prol da educação, da melhoria dos métodos de indagação da verdade histórica, da fraternidade continental, da boa política (Ricardo Levene é realmente um estadista universitário) do livro e do ensino”. Descrevendo, por fim, o que já havia sido feito na Argentina e o que se planejava fazer no Brasil, Calmon concluiu em um tom grandiloquente: “O serviço destarte prestado às letras sul-americanas e à ‘boa-vizinhança’ espiritual vale por uma sementeira em chão fértil. As palavras voam, os livros ficam”.¹¹³ Mais que uma intervenção no presente, portanto, as coleções eram uma aposta no futuro.

Diferentemente do que ocorrera com a publicação da obra de Calmon na Argentina, a síntese de Levene foi acompanhada de um prólogo do autor redigido especialmente para a edição brasileira. Nas palavras de Levene, seu livro expunha, “em forma esquemática, os resultados da investigação histórica e a moderna interpretação do passado argentino”. Levene afirmou, assim como fizera em sua introdução à obra de Calmon, sua preocupação em atingir públicos ampliados: “O conhecimento dela não é patrimônio exclusivo de profissionais. A

¹¹² CALMON, Pedro. Prefácio. In: LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938, p. 7-8, grifos nossos.

¹¹³ CALMON, Pedro. Prefácio. In: LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938, p. 8-11.

história é de todos; do contrário, não seria história”. Em sua visão, a “solidariedade da História do Brasil e da Argentina se baseia em fatos que assinalam a evolução fraternal de ambas as nações”, o que viria sendo comprovado pelas “novas investigações” feitas pelos membros do IHGB e da Academia Nacional de la Historia. Em meio a esses movimentos, as coleções teriam dois tipos de leitores preferenciais em seu horizonte, com papéis complementares, porém distintos. Segundo Levene, essas iniciativas tinham “por fim difundir as melhores obras entre os *mestres e professores, cinzeladores que modelam os corações da infância e da juventude, e entre os intelectuais, jornalistas e publicistas, que formam a alma coletiva*”. Ao encerrar, agradeceu sua escolha como autor do primeiro volume da coleção e expressou sua adesão à obra das instituições culturais do Brasil, sobretudo a do IHGB, cujo centenário, a ser comemorado no próprio ano de 1938, teria “significação americana”.¹¹⁴

Ao menos um dos livros subsequentemente editados na Coleção Brasileira de Autores Argentinos tinha conteúdo jurídico inegável: as *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*, de Alberdi. Publicada originalmente em 1852, esta que é considerada a obra-prima do autor continha circunstanciadas sugestões para a reorganização constitucional da Argentina após a queda de Rosas, muitas delas efetivamente incorporadas no texto promulgado em 1853.¹¹⁵ Esse dado torna mais significativa a escolha do prefaciador da edição brasileira de 1941. Afrânio de Melo Franco, que há muito discorrera sobre a “correlação do direito brasileiro e argentino”, começou destacando a qualidade da tradução, para logo esclarecer que seu texto consignaria “algumas considerações despretensiosas e singelas acerca do valor da famosa obra e de sua *influência na organização política da República Argentina e na difusão dos ideais democráticos pelo vasto território sul-americano*”. Mais à frente, ao elogiar os posicionamentos de Alberdi a favor da imigração, defendeu que papel análogo deveriam cumprir as legislações no incentivo ao desenvolvimento econômico: “tanto devem fazer as leis atuais, para dar pábulo ao desenvolvimento comercial e industrial, *prodigando favores às empresas industriais que levantem sua bandeira atrevida nos desertos de nosso Continente*”. Em sua leitura, as *Bases* “preconizam uma Constituição sob o modelo da dos Estados Unidos da América, sem ser cópia servil desta, mas feita com o pensamento voltado para as condições peculiares do país que iria reger”. Encaminhando-se para a conclusão, afirmou que a constituição elaborada sob a inspiração do livro teria

¹¹⁴ LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938, p. 13-16.

¹¹⁵ Sobre as obras jurídicas de Alberdi e seu papel na conformação das *Bases*, consultar: PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. *A terceira margem do Prata*. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de doutorado em História), em especial p. 241-252.

permitido que “tal população se decuplicasse em cinquenta anos e se transformasse em um grande povo, que tinha direito a ser considerado como uma das glórias da latinidade”.¹¹⁶

Franco não seria o único jurista brasileiro a expressar sua admiração por Alberdi na conjuntura do início da Segunda Guerra Mundial. No ano anterior, Levi Carneiro invocara as *Bases* em sua conferência sobre o livro jurídico argentino, para enfatizar a importância de as constituições não se circunscreverem aos direitos individuais. Em sua visão, a Argentina teria tido uma vantagem em relação a seu país natal por se ter ocupado, em sua organização constitucional e sob o impacto das ideias de Alberdi, das questões econômicas. No Brasil, esses temas somente viriam à tona “quase 20 anos mais tarde”, por meio da “palavra de um amanuense de Secretaria de Estado – Tavares Bastos”. Os posicionamentos de Alberdi teriam resultado, para a Argentina, em “certo espírito realista e conservador”, que dominaria “toda a sua obra jurídica”.¹¹⁷ Uma vez mais, o país vizinho era tomado como um ponto de referência para a solução dos problemas nacionais – neste caso, como um verdadeiro exemplo de uma organização institucional capaz de garantir o desenvolvimento.

Outras escolhas de autores e prefaciadores, assim como determinadas ideias expressas nos textos que procuravam apresentar os intelectuais estrangeiros ao público nacional, sugeriam conexões adicionais com os diálogos entre juristas dos dois países, bem como com os institutos culturais recíprocos que haviam sido fundados nas respectivas capitais. Rodolfo Rivarola, cuja obra sobre Mitre seria mais tarde publicada na Coleção Brasileira de Autores Argentinos, afirmava em sua apresentação à *Evolución del Pueblo Brasileño* de Oliveira Vianna a oportunidade do “estudo comparativo das instituições em países de condições se não iguais, de certa semelhança”. Comentava, também, como o Congresso argentino buscara recentemente estimular esse tipo de estudos, instituindo um prêmio “para a melhor obra sobre o Brasil escrita em nosso país”.¹¹⁸ Alguns anos mais tarde, o diplomata Octavio O. Amadeo se encarregaria do prólogo a *Mis memorias de los otros*, de Rodrigo Otávio. Logo de início, destacou a “longa e fraternal amizade” do autor “com nosso Rodolfo Rivarola”, que seria “um dos vínculos mais simpáticos que existem entre Brasil e Argentina”. Segundo Amadeo, muitos

¹¹⁶ FRANCO, Afrânio de Melo. Prefácio. In: ALBERDI, Juan B.. *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1941, p. 13-22, grifos nossos.

¹¹⁷ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 504.

¹¹⁸ RIVAROLA, Rodolfo. Prologo. In: VIANNA, Oliveira. *Evolución del pueblo brasileño*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 16. Logo em seguida, a edição reproduzia uma carta de Vianna a Levene, datada de 27 de julho de 1937, em que o brasileiro agradecia a escolha de sua obra para integrar a coleção, comunicada na dedicatória com que Levene lhe remetera a tradução do livro de Calmon. O brasileiro expressava, também, seu interesse em contribuir para “uma maior compreensão e um melhor e mais alto entendimento de nosso povo com seus irmãos latinos, especialmente com o grande e glorioso povo argentino” (p. 19-20).

“espíritos se aproximam ao Brasil ‘via Rodrigo-Otávio’”, “fortificando o ‘tratado sem cláusulas’ por esta telegrafia sem fios que nos aproxima cada vez mais a nossos amigos de lá”. Mais à frente, afirmou que Otávio constituía, juntamente com Pedro Calmon, “trilhos deste novo eixo espiritual Rio-Buenos Aires”. Próximo ao fim, traçou elogios à trajetória internacional e cosmopolita de Otávio, destacando sua atuação como “advogado exímio, poeta, diplomata, homem de letras, político, jornalista, juiz e homem de mundo”.¹¹⁹

Detalhe da dedicatória de Levene à Biblioteca da Faculdade de Direito de São Paulo. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937.

Do ponto de vista material, as coleções apresentam diferenças condizentes com o fascínio pelo mundo editorial argentino que Levi Carneiro expressaria mais ou menos nos mesmos anos. A Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano foi impressa em papel de melhor qualidade e circulou em duas versões, uma em brochura com capa cartonada, outra encadernada em capa dura com gravações dos títulos, autores e do pertencimento à série. A Coleção Brasileira de Autores Argentinos somente foi publicada em edição rústica, e boa parte dos exemplares que pudemos consultar continha um carimbo indicando se tratar de oferta da Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty. No caso argentino, o decreto que determinou a criação da coleção, datado de 16 de julho de 1936, previa que as obras fossem “distribuídas às Bibliotecas Públicas e entre mestres e professores de ensino primário e

¹¹⁹ AMADEO, Octavio R.. Prologo. In: OTÁVIO, Rodrigo. *Mis memorias de los otros*. Buenos Aires: Mercatali, 1940, p. 11-30. É interessante registrar que não se tratou de uma publicação integral, mas sim da seleção de alguns dos perfis apresentados nos três volumes das memórias de Otávio. Foram 9 as figuras contempladas: Dom Pedro II, Carlos de Carvalho, Prudente de Moraes, Joaquim Nabuco, Machado de Assis, Rio Branco, Rui Barbosa, Carlos Gomes e Miguel Couto.

secundário e universitários”.¹²⁰ Em meio a esses destinatários, encontrava-se a “biblioteca da prestigiosa Faculdade de Direito da Universidade de S. Paulo”, como a descreveu Ricardo Levene ao lhe endereçar um exemplar da *Historia de la Civilización Brasileña*. A biblioteca da instituição de ensino foi ainda mais privilegiada pela diplomacia de seu país. Praticamente todos os volumes da Coleção Brasileira de Autores Argentinos constam de seu acervo,¹²¹ sendo as *Bases* de Alberdi acompanhadas de uma dedicatória de seu prefaciador, Afrânio de Melo Franco.

Deve-se assinalar que, possivelmente em função das rupturas políticas por que Argentina e Brasil passaram em meados dos anos 1940 ou mesmo da escassez de papel ocasionada pela Segunda Guerra Mundial, os dois projetos sofreram descontinuidades importantes. À publicação da *Pequeña Historia de la Literatura Brasileña*, de Ronald de Carvalho, em 1943, como o tomo X de Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano, seguiram-se apenas dois derradeiros volumes: *San Pablo en el siglo XVI*, de Afonso E. Taunay (1947), e *La vida en la selva*, de Cândido de Mello Leitão (1949). No caso da Coleção Brasileira de Autores Argentinos, a dificuldade em executar com regularidade os planos traçados foi ainda mais evidente: houve um intervalo considerável entre as 5 obras publicadas, uma a cada ano, entre 1938 e 1942 e as 5 restantes, editadas entre 1946 e 1952. De toda maneira, seja pelo envolvimento dos governos, seja pelo investimento simbólico dos prefaciadores cuidadosamente escolhidos, seja pelos esforços em difundir os livros, as duas coleções constituem empreendimentos intelectuais de peso, que ainda merecem ser estudados com maior profundidade e para além do objetivo de perceber a presença de juristas em seu âmbito, que guiou a análise feita até este ponto.

É importante perceber, por outro lado, que alguns dos autores contemplados já haviam sido objeto de edições anteriores. Um exemplo interessante se encontra na publicação em Buenos Aires de *El contratador de diamantes*, de Rodrigo Otávio, uma biografia de Felisberto Caldeira, envolvido na exploração da região do Distrito Diamantino nas Minas coloniais. A folha de rosto informava se tratar de uma “versão autorizada” feita por Benjamín de Garay, responsável por diversas das traduções da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano e também empenhado em outros projetos de difusão de obras do país vizinho, constituindo um verdadeiro “importador” da cultura brasileira na Argentina das décadas de

¹²⁰ ARGENTINA. Creación de una biblioteca de autores selectos del Brasil traducidos al español. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 419-420.

¹²¹ Dos 10 volumes publicados, somente os de números 5, 9 e 10 não estão disponíveis no acervo da biblioteca. Já da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano, constam do acervo os volumes I, II, VI, XI e XII. Em ambos os casos, há mais de um exemplar de algumas das obras. Para a listagem completa dos títulos das coleções, ver Anexos II e III.

1930 e 1940.¹²² A publicação, feita em 1935 pela Editorial Tor, conhecida por seus livros baratos e com capas chamativas,¹²³ trazia um prólogo de Rodolfo Rivarola – que já fora objeto de uma homenagem do autor traduzido uma década mais cedo, quando se inaugurou o retrato do argentino na Escola Sarmiento do Rio de Janeiro, e logo seria mencionado como um grande amigo de Otávio no prefácio à obra deste publicada na Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano.

Após evocar em notas leves e simpáticas a figura e a obra literária de Otávio, Rivarola destacou como a bibliografia do colega brasileiro crescia na área de história e letras, “paralelamente com os trabalhos jurídicos”. Otávio já era, prosseguiu o argentino, “suficientemente conhecido por nossos estudiosos de ciências jurídicas e sociais; é um jurisconsulto, professor, agora aposentado, da Faculdade do Rio de Janeiro”. Rivarola também enfatizou que, no âmbito do direito internacional privado, Otávio “foi sempre uma das personalidades proeminentes nos Congressos científicos”. Além de exaltar a participação do brasileiro em âmbitos diplomáticos como a Conferência de Versalhes e a sua atuação como ministro do STF, Rivarola o elogiou por ser um “ator entusiasta da amizade internacional” e “o primeiro amigo dos argentinos que chegam ao Rio de Janeiro”. A conclusão do prefácio se preocupou em justificar a oportunidade da tradução:

Da rica literatura brasileira, pouco sabemos em Buenos Aires. O idioma português, que cremos de fácil compreensão, não parece tal quando se começa a ler. Esta tradução é um novo ensaio de colocar ao alcance de todos pensamentos e imaginação que induzam a *penetrar mais na floresta perfumada e rica que são as belas letras brasileiras*.

Que se me permita dizer que este é empenho declarado do “Instituto Argentino-Brasileño de Cultura”, que será correspondido pelo público do Brasil.¹²⁴

Apesar de seu tom amistoso, essa passagem deixa entrever certas assimetrias nos intercâmbios entre argentinos e brasileiros. Enquanto os juízos destes sobre aqueles tendiam a expressar um profundo deslumbramento pelos progressos do mundo intelectual e, em particular, do mercado editorial (como se vê na conferência de Levi Carneiro sobre o livro jurídico argentino), as representações inversas recorriam frequentemente a metáforas naturais,

¹²² A expressão é de SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropología de la circulación internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 114-120. Nessas mesmas páginas, encontra-se uma análise da trajetória de Garay.

¹²³ Ver ROMERO, Luis Alberto. Una empresa cultural: los libros baratos. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores Populares, Cultura y Política*. Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 52.

¹²⁴ RIVAROLA, Rodolfo. Prólogo. In: OTÁVIO, Rodrigo. *El contratador de diamantes*. (Crónica de los tiempos coloniales). Buenos Aires: Tor, 1935, p. 5-10, grifos nossos.

e mesmo à chave do exótico.¹²⁵ A capa de *El contratador de diamantes* contribuía para o reforço desse tipo de imagem, ao trazer, nas cores da bandeira brasileira, um confronto entre homens munidos de espadas e fidalgamente vestidos e um indivíduo de torso nu, tendo como pano de fundo uma densa floresta. A substituição do título original, *Felisberto Caldeira*, aponta no mesmo sentido – ainda que se trate de uma escolha compreensível tendo em vista que o personagem biografado era, quase certamente, desconhecido do público argentino. Embora não se possa estabelecer uma relação direta com a posterior tradução, é interessante destacar que consta do acervo pessoal de Ricardo Levene um exemplar da 2ª edição em português do livro. “Amigo Levene, ainda um pouco de história”: era o que dizia a dedicatória de Otávio, datada de setembro de 1922 – ou seja, o livro foi oferecido durante a participação de Levene no centenário da Independência brasileira.¹²⁶

Capa do exemplar da edição argentina e detalhe da dedicatória do autor na edição brasileira, ambos conservados na Biblioteca Ricardo Levene. OTÁVIO, Rodrigo. *El contratador de diamantes*. (Crónica de los tiempos coloniales). Buenos Aires: Tor, 1935; OTÁVIO, Rodrigo. *Felisberto Caldeira*. Crônica dos tempos coloniais. Paris: Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921.

¹²⁵ Além de outras passagens que exaltam a natureza do Brasil em geral e de sua então capital em particular, muitas já citadas ao longo deste trabalho, um bom exemplo se encontra no discurso “Cómo Dios hizo la Bahía de Guanabara”. J. Honório Silgueira o pronunciou no banquete que a delegação de advogados argentinos que participou do centenário dos cursos jurídicos brasileiros em agosto de 1927 ofereceu a seus colegas. Em dada altura, Silgueira chegou a afirmar, sobre a formação do cenário em que se instalou o Rio de Janeiro: “Aí está – disse – muito ufano o Grande Senhor, o selo final de minha vontade e inteligência. Estremeceu-se de emoção, rodaram suas lágrimas no espaço e se perdeu no infinito o eco de sua voz”. SILGUEIRA, J. Honório. *Cómo Dios hizo la Bahía de Guanabara*. In: COMISIÓN de Homenaje. *In Memoriam – Dr. J. Honório Silgueira*. Buenos Aires: Lombardi y Cía., 1952, p. 174.

¹²⁶ OTÁVIO, Rodrigo. *Felisberto Caldeira*. Crônica dos tempos coloniais. Paris: Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921. Trata-se da segunda edição da obra. A introdução de Otávio está datada de setembro de 1899.

A tradução da obra de Otávio sugere, assim, que nem todos os fluxos de impressos estiveram atados a iniciativas oficiais, ou melhor, que as ações governamentais se sustentavam ao menos parcialmente em práticas anteriores. Alguns anos mais cedo, os caminhos do relato de viagem *Na Argentina* já haviam demonstrado o impacto que os laços pessoais poderiam ter sobre as dinâmicas de circulação e, em especial, de tradução de livros. Em janeiro de 1920, Zeballos informava Oliveira Lima de que recebera de São Paulo uma cópia da obra com dedicatória do editor. O intelectual argentino descrevia a posse do volume como um sinal de distinção para si próprio, ao mesmo tempo em que expressava sua preocupação em preparar o terreno para uma próxima tradução: “*Não escutei dizer que haja aqui outros exemplares; e me alegro com isso. Há aqui ansiedade para ler seu livro e é preferível deixar o campo livre à edição castelhana e que o Brasil absorva a outra*”. Logo em seguida, Zeballos sinalizou que já preparava a recepção do livro no país de que ele tratava. Disse estar redigindo mentalmente uma nota para sua *Revista de Derecho, Historia y Letras*, e comunicou que encomendara uma resenha a um jornalista de *La Prensa*. Ainda na mesma carta, expressou o prazer e a honra de representar Oliveira Lima “no negócio da edição castelhana até o fim”.¹²⁷

Zeballos cumpriria a promessa e, assim como fizera com a estadia de Oliveira Lima na Argentina, atuou como um verdadeiro mediador da transposição do livro para o espanhol. Em dezembro de 1919, ele havia informado ao colega brasileiro de que estava de posse da tradução e que a edição estava contratada.¹²⁸ O fato de os originais do livro estarem no prelo foi qualificado pelo argentino como “a melhor notícia” de uma carta de fevereiro seguinte.¹²⁹ Quase um mês mais tarde, Zeballos afirmava: “A livraria de Barreiro está trabalhando em sua obra e eu o vigio como se fosse coisa minha”.¹³⁰ Em 21 de agosto de 1920, o argentino remeteu a Oliveira Lima uma carta que recebera do editor que, em Montevidéu, vinha cuidando da versão castelhana do relato de viagem. O editor comunicava que o livro já estava inteiramente composto e se estavam imprimindo provas para correções. Indagava se uma tiragem de 2 mil exemplares seria suficiente e se Zeballos desejava que o uruguaio fosse pessoalmente à Argentina para “preparar a aquisição de alguns exemplares por parte do governo”. Zeballos informou a Oliveira Lima que corrigiria as provas pessoalmente, “a fim de não atrasar a obra”. Solicitara, também, que se aumentasse a quantidade de cópias, para 3 mil,

¹²⁷ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 15 de janeiro de 1920, Oliveira Lima Library, grifos nossos.

¹²⁸ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 27 de maio de 1919, Oliveira Lima Library.

¹²⁹ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 28 de fevereiro de 1920, Oliveira Lima Library.

¹³⁰ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 24 de março de 1920, Oliveira Lima Library.

e que o editor tratasse da compra de mil delas para colégios e escolas.¹³¹ Em meados de outubro, Zeballos comunicava que tivera “a satisfação de receber os primeiros exemplares da edição castelhana de sua obra”, que considerou “muito bem-feita”. Disse, também, que o editor iria a Buenos Aires em breve para “colocar um exemplar encadernado luxuosamente nas mãos do Presidente”. Em seguida, solicitaria “que o governo tome um número de exemplares para distribuir entre as administrações públicas”. Junto com a mesma carta, ia o exemplar do livro destinado a seu autor.¹³²

Capas das edições da obra feitas no Brasil e no Uruguai. LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weiszlog Irmãos, 1920; LIMA, Oliveira. *En la Argentina (Impresiones de 1918-19)*. Montevideu: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920.

O confronto entre o original e a tradução permite realizar algumas inferências interessantes. O conteúdo do relato de viagem propriamente dito, incluindo o curto prefácio de Oliveira Lima, foi preservado. A tradução se encerrava, contudo, com o capítulo sobre as “personalidades representativas da cultura nacional”. Essa decisão possivelmente foi tomada tendo em vista a redução dos custos da edição, ou porque todas as conferências já haviam sido publicadas na Argentina. Uma hipótese mais sugestiva é a de que interessava mais ao público

¹³¹ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 21 de agosto de 1920, Oliveira Lima Library.

¹³² ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 14 de outubro de 1920, Oliveira Lima Library.

argentino – e aos mediadores da edição, sobretudo Zeballos – dar a conhecer as impressões sobre o país que as falas, quase todas de corte acadêmico, que Oliveira Lima havia realizado. Seja como for, o projeto gráfico apresenta também um contraste entre as duas publicações. A evocação das cores nacionais e da bandeira argentina da capa brasileira deu lugar a uma diagramação sóbria, com letras em vermelho e um pequeno sinal tipográfico que parece sugerir laços entre os dois países. A supressão da simbologia que remetia diretamente à Argentina talvez se tenha operado com o intuito de conferir ao livro ares de um juízo cosmopolita, universal, desinteressado – e, por isso mesmo, mais digno de credibilidade.

Os planos de acolhida junto aos poderes públicos argentinos tiveram, porém, um destino tortuoso. Em fevereiro de 1921, Zeballos afirmava, após expressar satisfação com o fato de que Oliveira Lima recebera o seu exemplar da versão espanhola, que os contatos com o governo haviam sido difíceis. O argentino relatou que “os editores de Montevideu”, cuja escolha tivera em vista “*evitar em Buenos Aires qualquer inconveniente político*”, sofreram certa decepção, porque até este momento não puderam obter uma audiência do Presidente, pedida por telégrafo há três meses”. Além de uma nova menção ao exemplar especial destinado a Yrigoyen – em relação a quem Zeballos se preocupou em demarcar suas distâncias –, o argentino expressou novamente o desejo de que a obra fosse, por intermédio do escritório de intercâmbio de publicações, adquirida para as bibliotecas públicas.¹³³

O percurso conturbado da edição em espanhol não deve, entretanto, ser tomado como um sinal de que o relato de Oliveira Lima não teve impacto no país platino. Ao menos se acreditarmos no que Zeballos escreveu a seu amigo, o brasileiro se tornara, antes mesmo que se publicasse a tradução, “uma parte ativa na campanha eleitoral em favor do partido Radical”. “Uma boa manhã”, prosseguia ele, “amanheceu a cidade empapelada com um grande cartaz, em que Oliveira Lima dava em grossas letras seu juízo desfavorável ao Regime, juízo tomado de sua obra”.¹³⁴ Um pouco mais tarde, porém, o argentino informou o colega de que seu livro vinha suscitando polêmicas, e aproveitou para criticar mais uma vez o então presidente de seu país:

Parece-me que *se está interpretando mal seu livro aqui e isso faz mal à venda*. Ao lhe atribuir a defesa do Presidente Yrigoyen, quando você expõe o pró e o contra, como ouvi de uns e outros, que é como eu o interpreto; mas *isso não teria importância se o Presidente houvesse adotado uma conduta mais correta em relação a você e ao editor Barreiro*.¹³⁵

¹³³ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 14 de outubro de 1920, Oliveira Lima Library.

¹³⁴ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 24 de março de 1920, Oliveira Lima Library.

¹³⁵ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 30 de abril de 1921, Oliveira Lima Library, grifos nossos.

Zeballos também aludiria às reverberações do livro entre os próprios compatriotas de Oliveira Lima. Ao comentar a chegada de Ciro de Azevedo a Buenos Aires, o argentino informou que o novo visitante “escreverá um livro para se ocupar dos personagens argentinos” não contemplados em *Na Argentina*. Expressando um juízo cáustico sobre Azevedo, Zeballos assegurou a Oliveira Lima que trataria de garantir a prevalência do seu relato de viagem sobre a obra concorrente que se anunciava: “Quando sair o livro de Azevedo, eu publicarei um juízo crítico, acrescentando algumas cartas muito interessantes desse Senhor, que se referem à origem de sua carreira diplomática, que a deve exclusivamente a mim”.¹³⁶

Para além do que expressam quanto às relações entre Zeballos e Oliveira Lima ou às inclinações políticas e intelectuais dos dois homens, essas trocas epistolares ilustram a circunstância, já repetidas vezes afirmada neste trabalho, de que ideias e livros não circulam em abstrato, mas sim a partir de relações sociais concretas. Tais cartas são, ao mesmo tempo, expressivas de certo estilo de interação entre os homens de letras – que, embora de forma alguma tenha desaparecido, tendeu a perder espaço, nas décadas seguintes, para iniciativas mais institucionalizadas, frequentemente respaldadas pelos poderes públicos, como a Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano e a Coleção Brasileira de Autores Argentinos.

A secular prática dos intelectuais de fazer de sua correspondência uma livraria ou mesmo um escritório de tradução informais, em que a divulgação e o prestígio funcionavam como moedas de troca recíprocas, adquiriria, no período entreguerras, os contornos de uma bem articulada, amplamente difundida e transfronteiriça política. Em meio a empenhos a favor seja da aproximação entre os países americanos, seja do “desarmamento moral”, não bastava editar (para) o conhecimento mútuo. Fazia-se necessário, também, constituir acervos, preferencialmente de livre acesso ao público, que permitissem o aprofundamento da “confiança na vinculação internacional pela inteligência e pela cultura”, para retomarmos uma sugestiva expressão de Levi Carneiro. Isso não se daria, contudo, sem obstáculos ou descontinuidades.

Acervos transnacionais: correspondências, bibliotecas, permutas

Em 24 de julho de 1918, ainda nas primeiras etapas da estadia de Oliveira Lima na Argentina e às vésperas de sua fala no Instituto Popular de Conferencias, Ernesto Quesada remeteu ao colega brasileiro uma carta quase inteiramente dedicada à troca de publicações. A

¹³⁶ ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 7 de maio de 1920, Oliveira Lima Library.

mensagem se abria com a afirmação de que ia acompanhada dos livros de sua própria autoria que Oliveira Lima havia separado no dia anterior, em visita à biblioteca do argentino. Ele também remetia alguns trabalhos de seu pai, o “ex-colega Vicente G. Quesada”,¹³⁷ e outras publicações que considerou interessantes. Mais à frente, pediu que Oliveira Lima retribuísse a gentileza: “O senhor teve a oportunidade ontem, ao revisar a seção brasileira de minha biblioteca americana, de ver que possuo vários livros seus. Desgraçadamente, são muito poucos e ambicionaria que, em seu regresso ao Brasil, recorde-se de me os enviar”. Após listar os livros do diplomata aposentado que já possuía, Quesada fez um verdadeiro apelo:

Quando o senhor voltar ao seu país – que, para mim, é tão querido e me traz constantemente à memória “laivos de mocidade” – não esqueça que *aqui é sumamente difícil obter livros brasileiros, de modo que, remetidos pelo senhor ou por seus autores, serão sempre recebidos como um dom do céu*. O senhor conhece todo mundo em sua pátria: *bastará uma insinuação de sua parte para que os autores brasileiros queiram entrar em relações de confraternidade literária comigo*, já tão ligado a seu país, por minha qualidade de *membro do Instituto Histórico e Geográfico e da ordem dos advogados*.¹³⁸

Essa mescla de súplica e lamento talvez soe tristemente familiar para aqueles que, no Brasil, interessam-se pela vida intelectual argentina, e vice-versa. É preciso, contudo, ir além do que a passagem sugere sobre os limites e os entraves aos trânsitos de publicações entre os dois países, ou mesmo sobre o alto valor simbólico que a troca de publicações frequentemente assume – algo de que a correspondência de Oliveira Lima com Estanislao Zeballos dá amplas provas adicionais.¹³⁹ A relação das obras que o brasileiro desejou retirar da biblioteca de Quesada, para que passassem a compor a sua própria, permite refletir sobre certa topografia compartilhada de interesses. Além de questões diplomáticas, também predominantes nas obras de Vicente que Ernesto enviou ao brasileiro, eram contempladas temáticas tidas como prementes nos anos 1910: o pan-americanismo, os congressos científicos, a formação histórica da nacionalidade, a chamada “questão social” – enfocada tanto do ponto de vista da atuação da Igreja quanto daquele do movimento operário. Alguns estudos tratavam de

¹³⁷ Uma análise conjunta da trajetória do pai e do filho, ambos intelectuais de destaque na Argentina da passagem do século XIX ao XX, pode ser encontrada em: BUCHBINDER, Pablo. *Los Quesada*. Letras, ciencias y política en la Argentina, 1850-1934. Buenos Aires: Edhasa, 2012. Sobre a importância de Ernesto Quesada no estabelecimento das ciências sociais na Argentina, consultar: ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995, p. 83-100.

¹³⁸ QUESADA, Ernesto. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 24 de julho de 1918, Oliveira Lima Library, grifos nossos.

¹³⁹ Um exemplo interessante se encontra em carta enviada pouco após o retorno de Oliveira Lima a Pernambuco, em que Zeballos faz um pedido semelhante ao de Quesada: “Mande-me todos os livros seus que me oferece, pois desejo ter a coleção completa, à qual acabo de acrescentar a caricatura e a silhueta do periódico ilustrado que recebi”. ZEBALLOS, Estanislao. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 22 de abril de 1919, Oliveira Lima Library.

pensadores europeus associados a perspectivas sociológicas e científicas, como Herbert Spencer, Enrico Ferri e Auguste Comte.¹⁴⁰

Algo mais se delineava no intercâmbio entre Oliveira Lima e Ernesto Quesada: a valorização dos acervos bibliográficos, documentais e museográficos. Essa questão esteve igualmente presente em *Na Argentina*. Em meio a seus comentários sobre as moradias da alta sociedade local, Oliveira Lima afirmou que algumas delas “constituem verdadeiros museus. Como os Estados Unidos, a Argentina está arrebatando à Europa muitos tesouros do passado”. Ao elencar as “residências credoras de uma visita”, destacou a de Ernesto Quesada, que se distinguia “por uma *admirável biblioteca disposta toda numa só galeria de dimensões pouco comuns, com um arquivo ao lado*, onde se acham classificados os papéis de Don Vicente Quesada, seu pai, político, diplomata e publicista cuja obra é tão copiosa quanto substancial”. Em meio a seus perfis da intelectualidade argentina, Lima voltaria a falar das relações de Ernesto Quesada com os livros, afirmando que, ao receber visitas, ele apontava “com legítimo e mal disfarçado orgulho [...] para os cento e tantos (eram 114 a última vez que lá estive) trabalhos da sua lavra, dispostos cronologicamente sobre uma das mesas da *biblioteca suntuosa onde se passa sua existência de beneditino*”. Sobre tais escritos, Oliveira Lima sustentou que derivavam todos de “puro e nobre labor, tão somente intelectual”, sendo “de agradável e proveitosa leitura”. Enumerou, em seguida, as temáticas dos trabalhos que possuía, amplamente coincidentes com a lista presente na carta do colega.¹⁴¹

O comentário elogioso de Oliveira Lima sobre a biblioteca de Quesada não parece ter sido uma releitura amabilidade de teor diplomático, nem uma expressão artificial de simpatia feita sob medida para seu livro. O brasileiro se admirou tão profundamente com o acervo reunido pelo argentino que tentou, ao que tudo indica com bastante empenho, fazer com que ele seguisse os seus próprios passos, instalando-se em Washington e transportando sua coleção de impressos e manuscritos para a Catholic University of America. Em uma extensa carta remetida de Buenos Aires em 21 de setembro de 1925, Quesada comentava que, com a aproximação de sua aposentadoria da magistratura, quando já se havia retirado das atividades de ensino, ele se encontrava em condições de responder à carta de Oliveira Lima “renovando o convite para seguir seu exemplo e aceitar os oferecimentos do reitor dessa Universidade, doando minha biblioteca”. Embora se dissesse “em absoluta liberdade para fixar [seu] domicílio”, o argentino justificou a sua hesitação em ceder ao convite recorrendo a uma

¹⁴⁰ QUESADA, Ernesto. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 24 de julho de 1918, Oliveira Lima Library.

¹⁴¹ LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920, p. 51; 169-170, grifos nossos.

circunstância de caráter pessoal. Ele vivia em um “matrimônio de consciência” com a escritora alemã Leonore Niessen Deiters, sem ser oficialmente divorciado de sua primeira esposa, o que lhe causava temor em aceitar um convite de uma universidade confessional. Afirmando-se, de toda maneira, tentado pela proposta, Quesada deu a entender que ainda em Buenos Aires ele e Oliveira Lima haviam discutido tal possibilidade: “Se soubera que isso não é o inconveniente que ambos imaginamos – minha senhora e eu – no ato, ao receber sua carta, ter-lhe-ia telegrafado meu aceite: já vê *quão próximo estivemos de realizar o sonho daquela nossa conversa na minha biblioteca*”.¹⁴²

Após expressar ressalvas adicionais, motivadas por seus problemas de saúde, Quesada passou a tratar de negócios intelectuais que os uniam. Felicitando Oliveira Lima por ter resolvido de forma completamente satisfatória o problema análogo da destinação de seu acervo, agradeceu a remessa de registros sobre sua acomodação em Washington: “As fotografias que me envia são simpatiquíssimas. O número do ‘University Bulletin’, que contém os discursos pronunciados no ato de instalação de sua biblioteca, é o mais interessante”. Ao comentar o temor de Oliveira Lima de que alguns dos exemplares que o argentino lhe enviara se houvessem perdido, Quesada redigiu uma cuidadosa lista das obras e das datas em que as presenteara a Lima. Falou que seria conveniente contrastar a relação “com o catálogo da *seção argentina de sua biblioteca*” – o que sugere um especial interesse do brasileiro pela produção intelectual do país platino, a ponto de constituir uma divisão específica em seu acervo. Mais à frente, Quesada afirmou seu desejo de “contribuir para que sua biblioteca seja a mais completa possível”. A pedido de Oliveira Lima, remeteu com a carta uma cópia da edição jubilar de seu *Epoca de Rosas*, numerada e em papel especial. Em um “P.S.”, informou que, caso não se lembrasse bem de sua biblioteca, o brasileiro poderia solicitar “ao nosso amigo Rowe¹⁴³ que lhe facilite a coleção de fotografias em grande formato”. As imagens, que cobriam toda a casa, “biblioteca, arquivo, coleções, etc.”,

¹⁴² QUESADA, Ernesto. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 21 de setembro de 1925, Oliveira Lima Library, grifos nossos. As negociações com a CUA fracassaram, e Quesada terminou doando seu acervo ao Estado da Prússia, o que constituiu, em 1930, o ponto de partida para a conformação do Ibero-Amerikanisches Institut, em Berlim. A maior parte do acervo do intelectual argentino se perdeu, contudo, durante a Segunda Guerra. Ver <https://www.iai.spk-berlin.de/bibliothek/nachlaesse/einzelnachlaesse/quesada-vicente-gaspar-1830-1913-quesada-ernesto-1858-1934.html>. Acesso em 29/09/18. Uma análise dos laços de Ernesto Quesada com a Alemanha, particularmente interessada em seu impacto sobre as concepções de direito do argentino, pode ser encontrada em: DUVE, Thomas. El contexto alemán del pensamiento de Ernesto Quesada. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 30, 2002, p. 173-199.

¹⁴³ Muito provavelmente, uma referência a Leo S. Rowe, diretor da União Pan-Americana entre 1920 e 1946, cujos laços com Oliveira Lima já haviam sido evocados por Zeballos na conjuntura da organização do congresso da ILA em Buenos Aires, em 1922. Sobre os vínculos de Rowe com a intelectualidade argentina, ver SALVATORE, Ricardo. Saber hemisférico y disonancias locales. Leo S. Rowe en Argentina, 1906-1919. In: SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007, p. 327-367.

poderiam ser utilizadas para mostrar ao reitor da CUA o material que se cogitava oferecer à instituição.¹⁴⁴

Na Argentina e no Brasil das primeiras décadas do século XX, a preocupação em estabelecer vastas e por vezes suntuosas bibliotecas esteve longe de se restringir às residências de seus intelectuais abastados. Houve, ao contrário, uma marcada e amplamente difundida preocupação em expandir os ambientes de leitura e os tornar acessíveis ao público em geral. No caso do país platino, esse movimento remontava à segunda metade do século XIX. Durante a presidência de Sarmiento, que se tornaria uma figura dominante do imaginário sobre educação e bibliotecas no país, o incentivo à leitura ganhou um impulso fundamental com a lei 419, de 1870, que fundou a Comisión Nacional de Bibliotecas Populares. Tratava-se de uma “instância específica e única”, que procurava unir iniciativas particulares e projetos de Estado para fomentar a multiplicação de espaços de leitura destinados às mais variadas camadas da população. Situada nessa articulação entre as instâncias governamentais e a sociedade civil, a comissão deu ensejo à produção de saberes especializados sobre as bibliotecas, que um *Boletín* lançado em 1872 procurava consolidar e difundir.¹⁴⁵ A Comisión foi suprimida em 1876, mas renasceu com vigor em 1908, durante a presidência de José Figueroa Alcorta.¹⁴⁶ Ao menos na cidade de Buenos Aires, a maior expansão se daria a partir da década de 1920: entre 1924 e 1930, havia 46 bibliotecas populares na capital argentina; entre 1930 e 1936 o número subiu para 90; entre 1937 e 1945, houve um pouco mais de 200, que cobriam praticamente todos os bairros da cidade. Muitas vezes, surgiam associadas a outras instituições, “que invariavelmente acreditavam ser útil e necessário ter uma biblioteca pública”. O Partido Socialista, por exemplo, esteve fortemente empenhado no incentivo às bibliotecas, que faziam parte da associação entre cultura e militância que a agremiação política procurava promover. Os salões de leitura também se prestavam a outros usos, que iam desde conferências e cursos de cultura geral, até atividades de capacitação profissional ou artísticas, passando por momentos recreativos.¹⁴⁷

Um sinal contundente do sucesso dessa política de expansão das bibliotecas populares talvez se encontre no fato de que até mesmo os círculos de elite se inseriram em tal movimento. Foi o caso do Colegio de Abogados de Buenos Aires, que se preocupou

¹⁴⁴ QUESADA, Ernesto. Carta a Manoel de Oliveira Lima, 21 de setembro de 1925, Oliveira Lima Library.

¹⁴⁵ Ver PLANAS, Javier. *Libros, lectores y sociabilidades de lectura*. Una historia de los orígenes de las bibliotecas populares en la Argentina. Buenos Aires: Ampersand, 2017, em especial p. 11-12 e 38-62.

¹⁴⁶ SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes*: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 42-43.

¹⁴⁷ GUTIÉRREZ, Leandro H.; ROMERO, Luis Alberto. Sociedades barriales y bibliotecas populares. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores Populares, Cultura y Política*. Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 71-107.

rapidamente em contar com um espaço dedicado à leitura e à guarda de livros. Já em seu primeiro relatório de atividades, o diretório da instituição informava a seus sócios que havia autorizado investimentos mensais para a “aquisição de Códigos, Leis orgânicas e obras mais indispensáveis”. A biblioteca, prosseguia o informe, vinha-se formando principalmente a partir de doações. O Colegio já teria assinado “as principais revistas europeias de caráter jurídico ou de ciências sociais”, planejando expandir a outros títulos “à medida que o permitam os recursos”. Registrou-se, porém, que a declaração de guerra vinha impedindo a chegada dos periódicos estrangeiros. Logo em seguida, pedia-se aos sócios que fizessem doações, de modo a auxiliar no cumprimento de “um dos fins da constituição do Colegio”: “chegar a formar uma Biblioteca jurídica de primeira ordem, *muito especialmente em matéria de jurisprudência nacional e estrangeira*”. Um pouco mais à frente, ao se mencionar que os sócios Ricardo Aldao e Oscar Rodríguez Saráchaga haviam representado o CABA junto a instituições semelhantes durante uma viagem pela Europa, destacou-se que o segundo deles trouxera como doações “várias obras especiais sobre os Colégios de Advogados, ou a profissão, e seus direitos e deveres nos foros de Paris, Madrid e Londres”.¹⁴⁸ Percebe-se, assim, como preocupações com a projeção para além das fronteiras e com o conhecimento da produção jurídica estrangeira pautaram o lugar concedido aos livros na instituição desde os seus primeiros passos. Os meridianos intelectuais privilegiados ainda estavam, porém, preponderantemente situados ao norte.

A biblioteca assumiria contornos sólidos e o caráter de um projeto cuidadosamente traçado com a entrega de sua direção, em maio de 1916, ao mesmo Rodríguez Saráchaga que trouxera ao acervo obras das instituições análogas europeias. No segundo relatório que apresentou aos sócios do CABA,¹⁴⁹ ele sustentou que o sucesso da empreitada já se delineava, propiciando algo mais que “um regular plantel de Biblioteca que, em dia não distante será uma verdadeira Biblioteca”. Por sua instalação no Palacio de Justicia, o espaço de leitura representava uma oferta feita com “liberalidade” pelo Colegio a “todos os que necessitam

¹⁴⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos presentados por el directorio*. Buenos Aires: [n. ed.], [1914], p. 6, grifos nossos.

¹⁴⁹ Infelizmente, a *Memoria* referente ao exercício 1915-1916, que continha o primeiro desses relatórios, foi uma das poucas de que não conseguimos localizar exemplares, juntamente com a de 1926. A partir de 1922, as *Memorias* se identificam simplesmente pelo ano em que foram apresentadas (ou seja, a *Memoria* de 1922 corresponde à que seria designada, no sistema anterior, como 1921-1922). Esses pequenos folhetos, distribuídos aos sócios do CABA como uma verdadeira (e também literal, já que também se publicavam balanços financeiros) prestação de contas, trazem, de forma condensada, as principais atividades desenvolvidas. Por permitirem vislumbrar hierarquias e ênfases relativas nas ações públicas da instituição, bem como algumas de suas aspirações futuras, serão fontes particularmente privilegiadas nesta etapa de nossa argumentação. Sempre que realizarmos afirmações gerais sobre a biblioteca e não citarmos fontes específicas, elas resultam da leitura conjunta das *Memorias*.

desse importante elemento de cultura jurídica”. A relevância da biblioteca se fortaleceria pelo fato de que até mesmo “Ministros do mais alto poder judicial do país a utilizaram, além de advogados, [...] funcionários e empregados da Administração de Justiça e ainda estudantes”. Rodríguez Saráchaga destacou, como sinal adicional desse sucesso, o grande aumento do acervo, feito com poucas despesas, o que foi possível em função de diversas doações, identificadas em uma lista anexa. O diretor relatou igualmente seu esforço para aumentar a coleção de “Revistas e jornais relacionados mais ou menos diretamente com o exercício de nossa profissão”, justificando tal empenho pelo argumento de que os periódicos constituíam o “meio de condensação mais generalizado do pensamento”. Aos 16 títulos de assinatura regular quando assumiu o cargo, acrescentaram-se mais 27, muitos deles recebidos de forma gratuita. Por fim, empenhou-se em demarcar um lugar para a biblioteca do CABA na “exteriorização do pensamento jurídico nacional”, oferecendo-se para mediar o envio de obras de autores argentinos a associações como a Real Academia de Legislación y Jurisprudencia de Madrid e a American Bar Association.¹⁵⁰

Por duas décadas praticamente ininterruptas,¹⁵¹ os relatórios de Rodríguez Saráchaga constituiriam fontes preciosas para recuperar o lugar que a biblioteca ocupou nos projetos institucionais do CABA, os caminhos da constituição de seu acervo e práticas de leitura que se desenvolviam em seu interior. Em 1917, a biblioteca do Colegio de Abogados foi declarada pública. Desde seus primeiros passos, ela contara com o auxílio da Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, que doara obras e folhetos, além de fundos para aquisição de mais impressos.¹⁵² Em 1929, o Colegio conseguiu junto ao órgão de fomento aos espaços de guarda de livros uma concessão especial para adquirir obras no exterior, o que lhe possibilitou suprimir intermediários e se atualizar com a bibliografia internacional com menores custos.¹⁵³ Em diferentes momentos, foram concedidos à biblioteca outros subsídios dos poderes públicos, obtidos junto a órgãos como o conselho deliberativo da capital argentina e o

¹⁵⁰ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Kidd & Cia., 1918, p. 13-17.

¹⁵¹ Ao menos desde a *Memoria* do exercício 1916-1917, os informes e relatórios de Rodríguez Saráchaga eram editados como anexos. Nos anos de 1932 e 1933, foram publicados apenas resumos do relatório do bibliotecário. Após sua morte, em 1936, os balanços anuais não contaram mais com um anexo dedicado à biblioteca, mas seguiram trazendo pequenos registros de suas atividades.

¹⁵² Em seu relatório de 1924, Rodríguez Saráchaga detalhou como funcionava a principal forma desse auxílio. Ele informou aos sócios do CABA que as compras feitas pela biblioteca eram quase sempre intermediadas pela Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, que financiava a metade do custo das obras, além de as adquirir por menores preços por meio de licitação entre os livreiros. Ver COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 30.

¹⁵³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1929*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1929, p. 26.

Congreso Nacional. Ela continuou, de toda forma, a depender decisivamente de doações de particulares, que chegavam inclusive na forma da cessão de honorários advocatícios.¹⁵⁴ Também no mundo empresarial, o Colegio procurou angariar fundos, valendo-se de relações profissionais de seus membros para levantar quantias junto a bancos, empresas ferroviárias, estabelecimentos comerciais.¹⁵⁵

Rodríguez Saráchaga empregaria uma variada gama de estratégias para expandir a coleção, que chegou a abarcar, sob seu comando, os mais variados domínios da cultura. Ainda em seus primeiros relatórios, ele registrava seus esforços para obter ofertas de livros junto a organismos e associações diversos, entre eles o governo do Brasil e o IAB – em 1917, afirmou esperar de ambos doações em um futuro próximo.¹⁵⁶ Já na passagem da década de 1910 à de 1920, foram incorporadas em depósito de uso as bibliotecas de importantes intelectuais argentinos, como a do jurista Antonio M. Malaver, que fora professor da Facultad de Derecho da UBA e procurador-geral da nação,¹⁵⁷ e a do médico, ensaísta e antigo diretor do Consejo Nacional de Educación José María Ramos Mejía.¹⁵⁸

Ao justificar o interesse na guarda da segunda delas, o chefe da biblioteca do CABA expressou a visão de que os juristas deveriam ter uma formação abrangente. Segundo o relato de Rodríguez Saráchaga, ele havia solicitado à família do “eminente compatriota” as obras de medicina legal para completar a divisão dedicada à matéria, até então pouco numerosa. Em resposta, os herdeiros haviam colocado à disposição do Colegio toda a biblioteca, com cerca de 4000 volumes, “quase todos perfeitamente encadernados, de matéria médico-legal, filosofia, sociologia, educação, história, literatura, não apenas nacional, mas também estrangeira, de todos os tempos, arte, etc., etc.”. Mais à frente, Rodríguez Saráchaga sustentou que o novo empréstimo permitiria “que nossa Biblioteca não seja daqui para a frente especial,

¹⁵⁴ Essa prática seria objeto de uma nota de louvor que era, ao mesmo tempo, um chamado a que outros colegas tomassem a mesma atitude, em um quadro publicado em distintas edições da revista do CABA. Ver, por exemplo: Biblioteca del Colegio de Abogados de Buenos Aires – Única Pública en el Palacio de Justicia. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. VIII, n. 3, mai-jun 1930, 3ª capa.

¹⁵⁵ Ver, por exemplo: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, p. 11.

¹⁵⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 14.

¹⁵⁷ Sobre a incorporação da biblioteca de Malaver, consultar: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918, p. 4, 15; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., p. 11, 15-20; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, p. 4-5, 10.

¹⁵⁸ Ramos Mejía foi, na Buenos Aires da passagem do século XIX ao XX, um dos principais proponentes de interpretações científicas, inspiradas em referenciais positivistas, a respeito da sociedade argentina. Sobre sua trajetória e suas ideias, consultar: TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas de la “cultura científica”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008, p. 83-133.

mas sim geral, *já que os conhecimentos dos magistrados, dos advogados que a aproveitarão, principalmente, devem ser gerais, porque ‘uma cultura geral devemos ter os homens do foro’*”.¹⁵⁹

Já no final da década de 1920, o CABA tentaria adquirir a biblioteca de Estanislao Zeballos. As negociações terminaram por fracassar, apesar de a organização de advogados ter dirigido notas solicitando auxílio ao Poder Executivo, ao Senado, à Câmara dos Deputados e mesmo ao Jockey Club.¹⁶⁰ Ainda que essa aquisição não tenha sido bem-sucedida, a tentativa de incorporar um acervo tão rico¹⁶¹ já demonstra o caráter ambicioso do projeto que o CABA teceu em torno de sua biblioteca.

No mesmo relatório em que assinalava o empréstimo dos livros que pertenceram a Ramos Mejía, Rodríguez Saráchaga destacava a necessidade de uma ação estratégica para a instituição: “Não é possível deixar ao acaso [...] o aporte de recursos que permitam à Biblioteca seguir sua marcha ascendente, porque, como se disse, estacionar-se é retroceder, sobretudo em matéria de Bibliotecas”.¹⁶² A acreditar em seu próprio relato, o empenho do diretor da biblioteca do CABA em expandir suas coleções fora tão exacerbado, que lhe rendera a antipatia de alguns colegas. Prestando contas após o exercício encerrado em outubro de 1921, Rodríguez Saráchaga se preocupou em afirmar que “não deixou de lhe chegar amável censura porque abusa dos pedidos de doações” para formar a biblioteca. O diretor fez da repreensão uma “oportunidade de fazer constar, uma vez mais, que obras desta natureza, neste país, nestas épocas e em todos os países e épocas, é assim como se levam a cabo”. Limitando-se a um exemplo próximo, afirmou que a “benemérita Biblioteca Popular del Municipio” se empenhava, naquele mesmo momento, em um grande movimento para que lhe

¹⁵⁹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 10-11, grifos nossos. No trecho final, entre aspas no original, Rodríguez Saráchaga se apropria de uma suposta fala do presidente da Suprema Corte de Justicia, que aprovou a incorporação da biblioteca de Ramos Mejía.

¹⁶⁰ Ver Colegio de Abogados de Buenos Aires – Información. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. VII, n. 3, mai-jun 1929, p. 326; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1929*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1929, p. 10-11; Colegio de Abogados de Buenos Aires – Información. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. VIII, n. 4, jul-ago 1930, p. 450-451. A última dessas notas registra a desistência em adquirir a biblioteca, sob o argumento de que, embora concordasse com a preocupação de que esse “caudal bibliográfico” não se dispersasse ou saísse do país, o Diretorio considerava que o resultado negativo das tentativas anteriores sugeria que a “sensível situação de fato que se criou” não se alteraria. Não se detalham os empecilhos que haviam sido encontrados.

¹⁶¹ Um sinal da riqueza do acervo de Zeballos pode ser encontrado na seção “Analecta” da *Revista de Derecho, Historia y Letras*. Nessa divisão do periódico que ele fundara e dirigia, Zeballos registrava minuciosamente os impressos que recebera, dividindo-os pelos países de que provinham. Em algumas ocasiões, também apresentava comentários sobre movimentações recentes da vida intelectual.

¹⁶² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 11

fosse doado um edifício. Arrematou com um chamado a seus colegas, sustentando que, se “o foro de Buenos Aires fizesse algo análogo por esta Biblioteca do Colegio de Abogados”, ela não seria simplesmente um “útil instrumento de trabalho”, como a qualificara um magistrado, “mas sim o que sonha seu Diretor que deve ser, e este não faria pedido de qualquer tipo”.¹⁶³

Passadas as tarefas mais urgentes do estabelecimento do salão de leitura e da reunião dos primeiros elementos do acervo, a instituição se preocuparia em o tornar acessível, da forma mais organizada e utilitária possível. No relatório de 1925, Rodríguez Saráchaga qualificava a formação e a publicação de um catálogo como “uma necessidade impostergável”. O interesse era em que a listagem sistemática de obras servisse “não apenas para o uso interno”, mas que fosse distribuída “nos escritórios dos colegas, sócios ou não do Colegio de Abogados, nas bibliotecas e instituições similares, repartições públicas, nos gabinetes dos magistrados”. Essa medida permitiria que qualquer pessoa se assegurasse da existência de uma obra antes de se deslocar até o Palacio de Justicia, e sua necessidade seria atestada pelo fato de que a Inspección de Justicia, órgão do Ministerio de Justicia e Instrucción Pública de la Nación, havia solicitado reiteradamente o catálogo da biblioteca, para que seus funcionários se pudessem valer do acervo no desempenho de suas funções profissionais. O trabalho de catalogação, prosseguira Rodríguez Saráchaga, ajudaria a demonstrar não apenas o “valor espiritual” da biblioteca, mas também seu “valor pecuniário, que não somente será *conveniente* conhecer, mas que devemos estabelecer para que se estime em seu justo valor o patrimônio da instituição”.¹⁶⁴

Outra preocupação de primeira hora de Rodríguez Saráchaga seria a de conhecer o perfil de seus leitores e traçar estatísticas a seu respeito. Procurava, dessa forma, justificar a permanência e a expansão da biblioteca a partir da afluência a ela. O diretor afirmou reiteradamente a importância de manter rigorosas fichas de movimento bibliográfico. Demonstrava, por vezes, impaciência com os frequentadores que não as preenchiam adequadamente, tornando deficientes os seus levantamentos. Na *Memoria* do exercício de 1918-1919, por exemplo, lia-se:

Não direi ao senhor Presidente quantos foram os leitores da Biblioteca, porque os números não revelam sempre o que eles significam, e porque todo leitor o foi de mais de um livro, e talvez mais tenham sido os leitores que

¹⁶³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 13.

¹⁶⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 30-31, grifos do autor.

não consignaram seus pedidos nas fichas, o que se pede como única obrigação para consultar algo, que os que os preencheram.¹⁶⁵

Logo em seguida, Rodríguez Saráchaga justificava a opção de não realizar empréstimos, recorrendo a uma máxima francesa segundo a qual o livro emprestado era frequentemente perdido e sempre danificado. Preocupou-se em reconhecer, contudo, a impossibilidade de levar esse princípio às últimas consequências, tendo em vista, particularmente, os usos do acervo por “certos membros da Administração de Justiça, a quem, pela natureza de suas ocupações, não se pode pedir que venham lê-los em nossa sala de leitura”.¹⁶⁶ Alguns anos mais tarde, no relatório de 1924, o diretor voltaria a comentar o “ato de deferência” de deixar que os magistrados retirassem obras da biblioteca, apesar de ela não ser circulante. Elogiou, mesmo assim, o fato de que, “apesar dessa facilidade [...], vários deles, democraticamente, não a utilizam, pois vêm, pessoalmente, a esta biblioteca, *confundindo-se nas filas dos estudantes e até operários que a frequentam*”.¹⁶⁷ Ainda que se possa suspeitar de exageros intencionais quanto à relevância da biblioteca, até mesmo de uma possível busca por justificar artificialmente a permanência do auxílio concedido pela Comisión Protectora de Bibliotecas Populares, é interessante perceber como Rodríguez Saráchaga se preocupou em afirmar que sua projeção pública não se restringia ao universo jurídico.

Em outros momentos, entretanto, o gestor da biblioteca do CABA expressaria uma visão um tanto mais elitista sobre aqueles que estavam habilitados a frequentar seus salões de leitura. Ao contrário do que fizera no ano anterior, no exercício de 1919 ele relatou que haviam sido registrados 1569 leitores, que teriam consultado 5783 volumes. Rodríguez Saráchaga estimou que essa cifra chegava, em verdade, ao triplo ou ao quádruplo, “porque, com maior razão, é materialmente impossível exigir àquele que por si mesmo extrai das estantes as obras de que necessita para consulta que as especifique”. Mesmo assim, ele considerava que a frequência ainda era insatisfatória. Aludindo às bibliotecas de outros órgãos do Estado, a do Congreso e a da Casa de Gobierno, ponderou que a instituição que dirigia era “uma biblioteca especial, de caráter puramente jurídico, *não ao alcance de todos os leitores de bibliotecas*”. Ela também se via obrigada, em função da rotina do tribunal, a funcionar com

¹⁶⁵ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920, p. 10.

¹⁶⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920, p. 10.

¹⁶⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 30, grifos nossos.

horário reduzido. Afirmando que a biblioteca já atendia bem “às necessidades mais imperiosas de imediata consulta cotidiana”, expressou a esperança de que, quando estivesse “mais completa”, a concorrência a seus salões aumentasse. Ressalvou, contudo, que não seria conveniente “que o trabalho de estudo se faça incômodo, pela aglomeração”.¹⁶⁸ Em 1924, utilizando novamente estatísticas de leitura, Rodríguez Saráchaga se regozijou com o fato de cerca de 18% dos pouco mais de 3000 leitores então atendidos serem estrangeiros. Reafirmando a seriedade da instituição, considerou que isso “já é algo para uma biblioteca que não é de caráter recreativo, pois não o é, para muitos, a ciência jurídica”.¹⁶⁹

Os relatórios de Rodríguez Saráchaga não deixam dúvidas de que, apesar dessas visões restritivas sobre seu público, ele concebia a biblioteca do CABA como uma instituição enciclopédica e como um espaço público, capaz de desempenhar funções culturais que iam muito além do universo do direito – embora de forma alguma se descuidasse de sua utilidade profissional. Em verdade, seus textos demonstram certa oscilação (que em alguns momentos parece ser deliberada e estratégica) entre as identidades de uma “biblioteca especial” e a de um “centro de cultura geral”. Talvez resida nessa tensão a especificidade de sua inserção na vida pública da Buenos Aires das primeiras décadas do século XX. Na busca por desempenhar funções que transcendiam o exercício da advocacia e de outras tarefas da administração da justiça, as obras raras e os itens não bibliográficos ocupariam um lugar de relevo.

No panorama que traçou do exercício de 1924, Rodríguez Saráchaga destacou a presença de incunábulo na coleção. Afirmou que o senador Leopoldo Melo se havia espantado com o fato de que tais raridades bibliográficas não eram expostas em vitrines, “para que *os que sabem apreciar o valor dessas obras raras* por seu valor científico e por sua antiguidade e escassez as apreciassem devidamente”. Melo resolveu doar a soma necessária para esse fim, e Rodríguez Saráchaga afirmou que não apenas exibiria as obras, mas que elaboraria, conforme o caso, notas bibliográficas para explicitar o mérito de cada item.¹⁷⁰ A incorporação de raridades era vista como uma forma de distinção da biblioteca, o que também se observa pelo empenho em adquirir manuscritos, sobretudo os associados à atividade intelectual daqueles que eram reconhecidos como grandes juristas. No balanço apresentado

¹⁶⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1919-1920. Buenos Aires: Escoffier, Caracciolo y Cia., 1921, p. 8-9, grifos nossos.

¹⁶⁹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 29.

¹⁷⁰ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 33, grifos nossos.

em 1927, o diretor reivindicou uma função memorial para a biblioteca, ao afirmar que prosseguia na “obra de *contribuir para que o passado forense argentino se salve no possível do esquecimento inerente à ação do tempo*”. O acervo de manuscritos seria, justamente, o maior sinal desse empenho em preservar os vestígios da atividade jurídica. Rodríguez Saráchaga descreveu brevemente as coleções desse tipo, explicitando que a biblioteca planejava publicar alguns trabalhos inéditos sob sua guarda.¹⁷¹

As preocupações memorialísticas já vinham ensejando uma iniciativa mais ambiciosa no âmbito da biblioteca do CABA – e, neste caso, em uma escolha particularmente reveladora das prioridades e das obsessões das elites argentinas, também associada a um projeto pedagógico. Em seu relatório apresentado em fins de 1924, Rodríguez Saráchaga propunha que se criasse um museu como forma de completar a “obra docente da biblioteca”. Para o diretor, embora a cidade de Buenos Aires fosse um “foco de alta cultura”, ela ainda carecia de “um Museu Arquivo criminológico médico-legal”. Existiria um enorme material de interesse para os saberes sobre o crime, que se perdia diariamente em espaços como a polícia da capital, as prisões, os manicômios e até mesmo a Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA. “Nós devemos”, prosseguia Rodríguez Saráchaga, “reuni-lo, classificá-lo, exhibi-lo para que seja *um laboratório mais de nossa grande urbe*”. Situado no Palacio de Justicia, o CABA contaria com a localização ideal para esse fim. Com a formação do museu, o Colegio poderia prestar “um serviço mais à ciência argentina”. No caso, um serviço “*cada dia mais necessário neste imenso crisol em que se fundem todas as raças e em que a vida febril leva ao delito, [...] ou à loucura, diariamente, a tantos, nacionais ou estrangeiros*”. Afirmou, concluindo suas considerações sobre o tema, que obtivera autorização do diretório e começara a trabalhar na formação do museu.¹⁷²

No ano seguinte, Rodríguez Saráchaga informava que o museu se estabelecia “como anexo, por ora, da Biblioteca” e que ele progredia, “não na forma que desejara esta Direção porque parece que não houvera ainda ambiente para iniciativas como estas, não obstante se haja pedido até a cooperação de autoridades, particulares e corporações técnicas, que poderiam e deveriam prestar eficaz colaboração”. Mostrou-se, de toda forma, confiante nas

¹⁷¹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1927*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1927], p. 28, grifos nossos.

¹⁷² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 34-35, grifos nossos.

perspectivas de mudança desse quadro.¹⁷³ Nos anos seguintes, ele veicularia reiteradas reclamações de que o museu não se vinha desenvolvendo adequadamente, sempre acompanhadas da reafirmação do interesse e da importância da iniciativa. O relatório presente na *Memoria* de 1928 registrava, contudo, que ao menos um órgão dos poderes públicos se dispusera a auxiliar a iniciativa. A polícia da capital havia doado para o museu “quatro vitrines” contendo “uma numerosa coleção de diapositivos policiais interessantíssimos”, que haviam sido originalmente apresentados na Exposição Policial de Berlim de 1925.¹⁷⁴ Além de sugerir o vigor com que as redes transfronteiriças operaram na conformação de saberes ligados ao crime,¹⁷⁵ o informe de Rodríguez Saráchaga destacava a instalação do museu em uma sala especial disponibilizada por meio de ações do Ministerio de Obras Públicas.

Desde seus primeiros momentos, e de forma semelhante ao que ocorria em inúmeras instituições análogas da Buenos Aires das primeiras décadas do século XX, a biblioteca se prestou a múltiplos usos. Para nos atermos a exemplos já discutidos anteriormente, recordemos que a conferência de Afrânio de Melo Franco em 1917, o congresso da International Law Association em 1922 e a recepção solene à delegação brasileira em 1927 tiveram seus salões como cenário. A biblioteca também servia como base para atividades permanentes. No relatório de 1925, por exemplo, Rodríguez Saráchaga destacou o uso dos espaços do CABA como “sede decorosa” para os trabalhos da divisão argentina da ILA, da FACA e do Instituto de Enseñanza Práctica da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA.¹⁷⁶ Atividade acadêmica especializada, representação profissional e formação prática de novos advogados coexistiam e se complementavam no projeto do Colegio de fazer de sua biblioteca um mecanismo central de sua inserção na vida pública.

¹⁷³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 30-31.

¹⁷⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, p. 11.

¹⁷⁵ Interessantes exemplos do potencial de um olhar não restrito ao enquadramento nacional para o estudo dos saberes ligados ao crime podem ser encontrados nos trabalhos de Mercedes García Ferrari. Essa autora dedicou particular atenção à figura de Juan Vucetich, oriundo da atual Croácia, radicado na Argentina e responsável pelo desenvolvimento de um sistema de identificação datiloscópica que foi amplamente reconhecido dos dois lados do Atlântico. Ver, por exemplo: GARCÍA FERRARI, Mercedes. Un saber “sudamericano”. La dactiloscopia en el Congreso Científico Latinoamericano, 1901-1909. *Historia Crítica*. Bogotá, n. 60, abr.-jun. 2016, p. 81-101. Consultar, também: GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Policía, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 171-194.

¹⁷⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 29.

Vista do museu. In: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1930*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1930 (encarte de imagens entre p. 38 e 39).

Isso se reforçava pelas iniciativas de divulgação do espaço dedicado aos livros e à leitura, dentro como fora do Palacio de Justicia. Em diferentes ocasiões, Rodríguez Saráchaga destacaria a publicidade no próprio prédio em que a biblioteca estava instalada, com “cartazes colocados em todas as secretarias – graças à deferência das autoridades da casa”,¹⁷⁷ bem como a instalação de uma “chapa ao lado do elevador que mais se utiliza indicando a existência da Biblioteca Pública do Colegio de Abogados no Palacio de Justicia”. Quanto à última medida, afirmou se tratar de “uma feliz ideia, porque exterioriza, por assim dizer, mais ainda a existência deste foco de cultura coletiva”.¹⁷⁸

Desde o final dos anos 1910, Rodríguez Saráchaga se empenhava para contar com o auxílio da imprensa, tendo conseguido espaço regular nas colunas de *La Nación*, bem como

¹⁷⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920, p. 9.

¹⁷⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 27.

que se veiculassem algumas notícias em *La Época*, *La Gaceta* e *La Vanguardia*.¹⁷⁹ No relatório de 1927, ele voltou a afirmar que vinha procurando a colaboração do “quarto poder do Estado”, dizendo-se movido não por um interesse de “publicidade ao redor de seu próprio nome, mas a procurando, sim, ampla, para a Biblioteca”. Na mesma nota, e também no ano seguinte, destacou o fato de os “órgãos mais importantes de publicidade do país” virem veiculando imagens da instituição. Em 1928, expressou satisfação com o fato de *La Prensa* estar prestes a publicar “uma página de rotogravado das togas forenses de outros países, que estão em nosso Museu, e de códigos de línguas exóticas, que hão de despertar interesse”.¹⁸⁰

Encarte de imagens com vistas da biblioteca. In: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, entre p. 24 e 25.

¹⁷⁹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920, p. 9.

¹⁸⁰ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1927*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1927], p. 27; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928, p. 24.

Mesmo expressando satisfação com essas repercussões, Rodríguez Saráchaga insistia nas avaliações modestas, possivelmente com o intuito de arregimentar apoios adicionais para a biblioteca, tarefa para a qual declarações sobre seus limites poderiam ser estratégicas. Na *Memoria* de 1924, ele invocou alguns juízos de colegas externos ao CABA para expor o que, em sua visão, ainda estava por fazer. Significativamente, a principal lacuna que identificou dizia respeito às coleções de impressos estrangeiros, em particular de revistas, que mais uma vez qualificava como principais centros dos debates jurídicos:

Nosso material bibliográfico satisfaz, ou pouco menos, a necessidade de uma consulta diária, ainda que nossa biblioteca não seja “um tesouro”, como a qualificou amavelmente o senhor senador doutor Mario Bravo, nem “soberba”, como a qualificou, gentilmente, o colega de Rosário, doutor J. M. González Sabathié: mas *a biblioteca deixará de ser sempre o que deve ser enquanto não possua – em dia – todas as revistas de caráter forense, etc., etc., em que se concentrou hoje, quase, o movimento jurídico universal*, enquanto o estudioso não encontre nas estantes de nossa biblioteca a jurisprudência judicial e administrativa das *principais nações que marcham na vanguarda da civilização contemporânea*, sobretudo neste período de evolução.¹⁸¹

No ano seguinte, Rodríguez Saráchaga alteraria levemente o tom de seu discurso. Ele pareceu suficientemente satisfeito com o trabalho desenvolvido até então, a ponto de preparar um texto que narrava a trajetória da biblioteca e procurava divulgar os serviços que ela prestava. No anexo à *Memoria*, e também como um pequeno panfleto de papel mais resistente que parece ter acompanhado o livreto distribuído aos sócios com o intuito de permitir uma difusão independente, informações práticas sobre o funcionamento conviviam com exaltações da expansão do acervo, que tivera um acréscimo de quase 30 mil itens entre novembro de 1916, quando lhe foi designado, pela primeira vez, um diretor, e outubro de 1925. A listagem das “dez grandes áreas” em que a biblioteca fora dividida demonstra a amplitude dos interesses que ela abarcava, mas também a hierarquia em que os temas eram colocados: “1, Direito; 2, Ciências sociais; 3, História; 4, Geografia e viagens; 5, Ciências; 6, Artes; 7, Indústrias; 8, Literatura; 9, Religião, e 10, Generalidades”. A distribuição desigual dos interesses era reforçada pela afirmação de que se privilegiavam os livros “de direito e ciências sociais, que se subdividiram de forma ampla para simplificar em tudo o possível as buscas”.

¹⁸¹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924], p. 32, grifos nossos. É interessante registrar que Bravo conquistara seu mandato pelo Partido Socialista, e que González Sabathié se empenharia nos debates sobre ética profissional. No início dos anos 1930, seria encarregado pela FACA da redação de um informe sobre o exercício da advocacia na Argentina, em resposta a uma pesquisa da UIA. Ver: GONZÁLEZ SABATHIÉ, J. M.. *Informe sobre la abogacía en la Argentina*. Redactado por encargo de la Federación Argentina de Colegios de Abogados y en contestación a la encuesta de la Union Internationale des Avocats. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1932.

O texto mencionava, além disso, as obras raras, os incunábulos, o fato de o acervo contar com “uma valiosa coleção dos jornais *La Nación* e *La Prensa*”, acomodada em “estantes especiais” doadas pelas direções dos jornais. Por fim, apontava para os planos para o futuro, destacando a formação então em curso do museu de criminologia e medicina legal e de “uma galeria iconográfica”.¹⁸²

Também o relatório do diretório de 1925 dedicou uma seção específica à exaltação da biblioteca e ao trabalho de Rodríguez Saráchaga. O órgão máximo do CABA expressou sua satisfação com o fato de a biblioteca ocupar, apesar de contar apenas com uma década de vida, “o terceiro lugar entre as de caráter jurídico na República, em que só é superada em riqueza bibliográfica pela Biblioteca Nacional e a da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales” da UBA. Esse fato seria ainda mais digno de nota tendo em vista que as duas outras eram mais antigas e contavam com com apoio oficial regular.¹⁸³

À medida que os espaços físicos e as coleções da biblioteca se consolidavam, Rodríguez Saráchaga fortalecia o empenho em afirmar seu papel público. Na *Memoria* de 1921, por exemplo, ele sustentou que o “salão de leitura e de conferências da Biblioteca obteve, há tempos, sua ‘carta de cidadania’”. Sua relevância seria reforçada com o “Congresso mundial de juristas” que a ILA realizaria no ano seguinte, bem como por uma “campanha de alta previsão e patriotismo” então em curso, a de “prestigiar a lei de proteção à infância abandonada, mediante um ciclo de conferências”, por iniciativa de uma câmara de apelações criminais. Afirmou, ainda, que tudo o que se fizesse para a melhoria da biblioteca seria “obra boa”.¹⁸⁴

No ano de 1925, a reivindicação dessa relevância pública seria respaldada pelo desempenho de uma tarefa específica na administração da justiça. Rodríguez Saráchaga relatou que uma “nova face da colaboração” da biblioteca com o Poder Judiciário vinha ganhando força, ao lado das vantagens para a consulta ao acervo que há muito concedia aos magistrados. As coleções do CABA passaram a ser utilizadas para a “prova da lei estrangeira”, que as normas argentinas exigiam. Essas novas ocorrências foram consideradas por seu diretor um sinal de honra, já que, até então, pedidos nesse sentido costumavam ser

¹⁸² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 33-34. A tradução integral de tal texto pode ser consultada no Anexo IV.

¹⁸³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 9.

¹⁸⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 14

feitos aos respectivos cônsules. Segundo Rodríguez Saráchaga, isso gerava controvérsias e levantava problemas práticos, pois havia, por vezes, instruções dos governos proibindo o corpo diplomático de expedir informes desse tipo, procurando evitar qualquer responsabilidade por eles. Nesse quadro, a transmissão da incumbência ao órgão representativo da advocacia trazia vantagens práticas, ao mesmo tempo em que constituía um reconhecimento da importância da profissão como um todo. Segundo Rodríguez Saráchaga, tal dato implicava

dar à Biblioteca do Colegio de Abogados uma função pública de colaboração, de auxiliar de administração de justiça, o que contrasta com a teoria, sem dúvida errônea, [...] usando a frase forense de que o advogado não é já “o ministro da lei”, que prevaleceu desde os tempos mais remotos. Para nossa Biblioteca, essa alta confiança que significa ser quem informe sobre o direito estrangeiro aos juízes e aos litigantes é timbre de honra que obriga a que nossa instituição se preocupe cada vez mais em aumentar o material informativo.¹⁸⁵

O interesse de Rodríguez Saráchaga em obras e, sobretudo, legislações estrangeiras ganha, à luz desse seu valor pragmático, novas camadas de significado. A atenção para esse fato permite compreender, por exemplo, seus esforços junto ao então ministro das relações exteriores, Angel Gallardo. Segundo a *Memoria* de 1927, as ações do ministro em outros territórios haviam rendido para a biblioteca do Colegio uma “coleção de códigos vigentes de mais de 20 países estrangeiros”. Em uma viagem que realizava no momento em que o diretor da biblioteca do CABA redigia tal relatório, Gallardo se teria comprometido a conseguir doações “de seções de especialização jurídica dos países que percorra, que serão, provavelmente, Itália (governos do Vaticano e do Quirinal) – França, Inglaterra, Suíça (sobretudo da Liga das Nações) e Espanha”.¹⁸⁶ Chama a atenção o interesse específico expresso na organização internacional sediada em Genebra, fazendo suspeitar de laços com as políticas de difusão internacional de impressos que ela promoveu, sobretudo a partir do IICI.

Um pouco mais tarde, Rodríguez Saráchaga se empenharia, juntamente com o bibliotecário León Canaveri, em organizar uma lista de constituições, códigos e coleções de leis presentes no acervo do CABA, abarcando leis nacionais e estrangeiras. Uma pequena nota do diretor esclarecia que a listagem fora elaborada com o intuito de que fosse distribuída entre

¹⁸⁵ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925], p. 28.

¹⁸⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1927*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1927], p. 25.

magistrados, funcionários públicos e diplomatas. Rodríguez Saráchaga também afirmou que sempre procurara deter os códigos em seus idiomas originais, já que a aplicação da lei estrangeira na Argentina dependia de uma tradução juramentada. A lista era organizada por países, começando pelos americanos. Na rubrica dedicada ao Brasil, havia uma dezena e meia de registros, quase todos códigos, inclusive uma edição francesa do código de menores de 1927, feita no próprio Rio de Janeiro. Ao lado de leis estaduais do Distrito Federal, de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul, estava uma edição da Constituição feita em 1926,¹⁸⁷ muito provavelmente abarcando a ampla reforma realizada em tal ano.

O golpe de Estado de setembro de 1930 representou dificuldades para a biblioteca do CABA, pois levou à suspensão do subsídio que recebia do governo federal. Já no mês seguinte, a direção procurou reagir à situação, remetendo uma circular a “magistrados e letrados da Capital”. Recorrendo já de partida a exemplos de advogados que haviam cedido seus honorários para a biblioteca, pedia-se aos colegas que se comprometessem a destinar uma pequena soma para a garantir a continuidade do serviço. O texto, assinado por Rodríguez Saráchaga, expressava a confiança de que a interpelação não era um incômodo, mas sim uma “oportunidade de participar em uma obra patriótica e de cultura jurídica”. Relatando a exiguidade de fundos com que contava, recusou a acusação que, segundo ele, já lhe havia sido feita, de que, se os advogados queriam uma biblioteca, eles a deveriam pagar por conta própria, argumentando que havia uma quantidade considerável de leitores que não eram advogados. Dispôs-se, também, a apresentar a biblioteca para aqueles que eventualmente não a conhecessem, mencionando dados sobre seu acervo e o número de leitores que recebia. Encaminhando-se para o final da mensagem, afirmou que também estava interessado em doações de “livros, folhetos jurídicos, estantes, etc.”. Prometeu publicar a lista de doadores, como forma de reconhecimento àqueles que atendessem ao seu chamado. Em março do ano seguinte, Rodríguez Saráchaga se dirigia ao então presidente do CABA, Héctor Lafaille, para relatar que, embora compreendesse “o dever, imperioso e patriótico, de fazer economias” que havia acompanhado o início do novo governo, procurara se precaver quanto ao financiamento da biblioteca. Justificou por essa busca por novos investimentos a decisão de realizar publicidade fotográfica das novas estantes e dos traslados de livros na *Memoria*. Seu tom sugeria, contudo, que a situação se mantinha precária.¹⁸⁸

¹⁸⁷ SARÁCHAGA, Oscar. Constituciones, códigos y colecciones de leyes existente en la Biblioteca del Colegio de Abogados de Buenos Aires. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. IX, n. 4, jul.-ago. 1931, p. 488-492.

¹⁸⁸ Biblioteca del Colegio de Abogados de Buenos Aires – Suscripción de fondos. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. IX, n. 2, mar.-abr. 1931, p. 194-197.

No começo de setembro, Lafaille se envolveria, possivelmente a pedido de Rodríguez Saráchaga, na mobilização em prol da biblioteca. Abriu uma nota dirigida ao então presidente da Corte Suprema de Justicia de la Nación, José Figueroa Alcorta, justificando-a por “circunstâncias de caráter excepcional, que *comprometem uma das principais obras realizadas pelo Colegio*”. Ressaltou que a biblioteca “nunca foi exclusivamente destinada aos membros” do CABA, tendo-se procurado, desde a instalação no Palacio de Justicia, “imprimir-lhe o carácter de um serviço público”, um traço que somente se teria acentuado com os anos, sobretudo por meio das ações de Rodríguez Saráchaga. A biblioteca, em suma, “representa um *elemento de progresso dentro do país*, contém uma *rica coleção de obras jurídicas nacionais e estrangeiras* – e é por excelência ‘a Biblioteca do Palacio’”. Numa manobra persuasiva, enfatizou que, segundo as estatísticas então disponíveis, havia mais de vinte consultas feitas por magistrados ou funcionários judiciais para cada pedido formulado por um sócio do CABA, “sem contar o numeroso público de leitores – advogados, cúrias, litigantes, estudiosos, etc. – que concorrem diariamente”. Sustentou, também, que a biblioteca não poupava esforços para suprir as demandas de “fontes da doutrina” dos tribunais. Solicitou, então, que Figueroa Alcorta interviesse junto ao Poder Executivo para afirmar “aquele caráter de nossa biblioteca que a converte em *um serviço público indispensável*, pelo menos até que o Palacio de Justicia tenha uma biblioteca oficial”. Esperava, com esse auxílio, garantir maior envergadura ao pedido de reconsideração da decisão que suprimiu o subsídio – e é particularmente estratégico que o pedido se tenha dirigido a um ex-presidente da República, cujo mandato havia dado ensejo a medidas de fomento a bibliotecas. Figueroa Alcorta respondeu rápida e favoravelmente ao pedido.¹⁸⁹

Outra estratégia empregada por Rodríguez Saráchaga na busca por angariar formas alternativas de apoio à biblioteca foi a realização de uma recepção do corpo diplomático então atuante em Buenos Aires, quase ao mesmo tempo em que Lafaille solicitava apoio ao presidente da Corte Suprema. José Figueroa Alcorta compareceu ao ato, assim como o ministro da Justiça, Guillermo Rothe, representando o presidente do governo provisório. Os visitantes percorreram as distintas seções da biblioteca, incluindo o museu de criminologia e medicina legal. Como recordação, todos os presentes assinaram um pergaminho. Compareceram ao ato representantes de 18 países, compreendendo a Europa ocidental como a

¹⁸⁹ Biblioteca – Nota del Directorio a la Corte Suprema; Nota del Señor Presidente de la Corte Suprema. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. IX, n. 5, set.-out. 1931, p. 634-636. Figueroa Alcorta presidiu a Argentina entre 1906 e 1910, e passara a integrar a mais alta corte da nação em 1915. Presidia esta instituição quando faleceu, em dezembro de 1931.

do leste, a América do Norte como a do Sul, e até mesmo a Ásia. Curiosamente, não havia um diplomata brasileiro no grupo.¹⁹⁰

O então presidente do CABA fez um discurso de saudação, em que assinalou o “conhecimento prévio da produção intelectual” como a forma por excelência de “penetrar na intimidade dos povos”. A Argentina teria particular interesse por essas questões, pois havia “assimilado grandes massas de imigrantes, sem perder nossa personalidade”. Lafaille afirmou que, sem renunciar “ao magnífico aporte das civilizações arraigadas”, o Colegio desejava exibir o acervo que reunira. O intercâmbio seria duplamente impositivo “na ordem jurídica”, tendo em vista que a Constituição proclamava “a igualdade civil para todos os habitantes e, por outra parte, a lei estrangeira aparece, com frequência, incorporada a nossos códigos”. Após mencionar utilidades práticas da biblioteca, como a prova da legislação vigente em outros países, defendeu que reunir “quarenta mil volumes de direito é fazer obra de utilidade coletiva”. A biblioteca, prosseguia Lafaille, não surgira “para monopólio de círculos estreitos, nem sequer em benefício de uma instituição gremial”, mas sim era movida por “um pensamento altruísta, para preencher uma lacuna no Palacio de Justicia, facilitar a tarefa da magistratura como a do foro e difundir dentro e fora da casa o estudo da lei, de suas fontes e de sua jurisprudência”. Ressaltou, também, que vários dos presentes haviam contribuído com doações, ampliando o escopo da biblioteca em direção às “investigações de direito comparado, que o progresso cotidiano torna cada vez mais indispensáveis”. Esses estudos levariam ao “aperfeiçoamento legislativo em cada Estado, a estreitar os vínculos internacionais e a reduzir as diferenças que dividem os seres humanos”. Expressando o interesse em se inserir na nova situação política, elogiou a presença do ministro da Justiça como um sinal do empenho do governo com as “obras do espírito”. Para encerrar, dirigiu-se aos diplomatas comunicando o desejo de que a biblioteca se convertesse “em foco de um ativo comércio intelectual” com outros povos.¹⁹¹

Esses empenhos parecem ter dado rápidos resultados, pois cerca de um ano mais tarde seria aprovada uma lei destinando fundos à biblioteca do CABA.¹⁹² Uma descontinuidade

¹⁹⁰ Biblioteca – Visita del cuerpo diplomático extranjero a la Biblioteca del Colegio; Discurso del Señor Presidente del Colegio, Doctor Hector Lafaille. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. IX, n. 5, set.-out. 1931, p. 636-638. Compareceram representantes dos seguintes países: Alemanha, Áustria, Bélgica, Bolívia, Tchecoslováquia, Chile, Dinamarca, Equador, Espanha, Estados Unidos, Grã-Bretanha, Hungria, Japão, México, Paraguai, Polônia, Iugoslávia, Itália.

¹⁹¹ Biblioteca – Visita del cuerpo diplomático extranjero a la Biblioteca del Colegio; Discurso del Señor Presidente del Colegio, Doctor Hector Lafaille. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. IX, n. 5, set.-out. 1931, p. 636-637.

¹⁹² Ver Colegio de Abogados de Buenos Aires – Información – Asamblea Extraordinaria de Socios. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. X, n. 5, set.-out. 1932, p. 435-436.

mais definitiva ocorreria, contudo, com o falecimento inesperado de Oscar Rodríguez Saráchaga, no retorno de Tucumán, cidade a que viajara para participar da Quarta Conferência Nacional de Advogados, em julho de 1936. O necrológio publicado pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*, assinado por Miguel G. Méndez, que esclareceu ser um amigo de longa data do homenageado, destacou, logo de início, o fato de Rodríguez Saráchaga ter atuado, nas conferências promovidas pela FACA, como representante do governo nacional. Segundo Méndez, o CABA tinha a obrigação de honrar sua memória, pois ele deixara “assegurada a estabilidade de um de seus organismos, talvez o mais importante, a biblioteca, a cujo crescimento e robusta cimentação ele consagrou com dedicação, desinteresse e abnegação os últimos vinte anos de sua virtuosa existência”.¹⁹³

Mais à frente, o autor da homenagem recorreu a relatos de León Canaveri – que, recomendado a Rodríguez Saráchaga pelo lendário diretor da Biblioteca Nacional Paul Groussac,¹⁹⁴ atuara a seu lado como bibliotecário – para exaltar a atuação do falecido diretor. Segundo Canaveri, seu antigo chefe empreendera esforços “tanto de organização bibliográfica como de obtenção de materiais”, procurando que contribuíssem “desde o associado do Colegio até as instituições de cultura nacionais e estrangeiras e desde as repartições públicas federais até os governos de província, sem esquecer os de nações estrangeiras, por solicitações diretas ou por intermédio dos representantes diplomáticos”. Até mesmo os relatórios elaborados por Rodríguez Saráchaga receberam os elogios de Méndez, que os descreveu como documentos que evidenciavam o cuidado e a eficiência do diretor, bem como sua disposição em cooperar com juízes e legisladores. Mais à frente, exaltou Rodríguez Saráchaga por ter trabalhado até o fim pela biblioteca. Merecera, assim, “o direito de estar gravado em bronze” nos salões que ajudara a construir. Méndez encerrou destacando que o empenho pela biblioteca o acompanhara até a véspera da morte. Durante a conferência em Tucumán,

o doutor Rodríguez Saráchaga não deixou de aproveitar a oportunidade de fazer visitas de especialista à Biblioteca da Legislatura e às demais bibliotecas da cidade, para procurar livros, publicações e permutas com que completar e enriquecer ainda mais a biblioteca de nosso Colegio de Abogados.¹⁹⁵

¹⁹³ MÉNDEZ, Miguel G. Dr. Oscar Rodríguez Saráchaga. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. XIV, n. 4, jul-ago 1936, p. 235.

¹⁹⁴ Francês que se radicou em Buenos Aires em 1866, Groussac é considerado um dos grandes responsáveis pela institucionalização e pela modernização da Biblioteca Nacional, que comandou de 1885 até seu falecimento, em 1929. Sobre sua trajetória, consultar: BRUNO, Paula. *Paul Groussac: un estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: Universidad de San Andrés, 2005.

¹⁹⁵ MÉNDEZ, Miguel G. Dr. Oscar Rodríguez Saráchaga. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. t. XIV, n. 4, jul-ago 1936, p. 235-242.

Não voltou a haver, no período contemplado por esta pesquisa, informes detalhados sobre as atividades da biblioteca, mas os relatórios gerais dos presidentes dão algumas pistas acerca das transformações que ocorreram. A *Memoria* de 1938, por exemplo, sugeria que a morte do primeiro diretor dera ensejo a esforços para tornar o acervo mais especializado. Afirmando que se havia dado início a “um intenso labor de reorganização que já se tornava impostergável”, o relatório sustentava que, a despeito do interesse inicial de Rodríguez Saráchaga em “aumentar o caudal bibliográfico”, já em sua vida se havia notado “a necessidade de a ir convertendo em biblioteca jurídica especializada, para adequá-la melhor à índole de nossa Instituição, como também em previsão do problema de falta de espaço”. Com isso, havia-se eliminado uma grande quantidade de volumes, permitindo “dar localização conveniente a numerosas obras e publicações de caráter jurídico”. Mesmo assim, o acervo continuou abrangendo quase 50 mil peças. A nota defendia que a composição da biblioteca era “uma das mais especializadas; sem que isso signifique que se a houvesse castigado com um critério estreito, pois *segue contando com as obras de história e de interesse geral que não devem faltar em nenhuma biblioteca bem organizada*”.¹⁹⁶ Percebe-se, mais uma vez, como a busca pela especialização não suplantava por completo o ideal de um jurista culto e erudito.

O segundo desses elementos apareceria sob outra roupagem três anos mais tarde, com a criação de uma sociedade de Amigos de la Biblioteca del Colegio de Abogados de Buenos Aires. Ao relatar tal fato, a *Memoria* de 1941 sublinhou sua semelhança com “as que existem em bibliotecas e museus dos grandes centros de cultura da Europa e da América”. A associação teria suscitado rapidamente “a adesão de um apreciável número de magistrados e advogados”.¹⁹⁷ Ao menos no período aqui contemplado, porém, a biblioteca aparentemente não voltou a se revestir da vitalidade que Rodríguez Saráchaga lhe imprimira.

A biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros, por sua vez, era mais antiga, mas parece ter encontrado maiores percalços no desenvolvimento de suas atividades e alcançado menor projeção pública – talvez por não ter podido contar com uma política oficial de fomento como a que muito cedo prestou auxílio à biblioteca do CABA, talvez por não ter tido de forma durável seu caráter simbólico e suas funções práticas amplificadas por uma localização estratégica como era o edifício da mais alta corte de justiça da nação.¹⁹⁸ O sucesso

¹⁹⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1938*. Buenos Aires: Belgrano, 1938, p. 13-14, grifos nossos.

¹⁹⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1941*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1941, p. 16.

¹⁹⁸ O IAB chegou a abrir um espaço de leitura no Palácio de Justiça, mas ele foi sempre pensado como subsidiário do acervo principal, que permaneceu na sede da instituição. Em nenhum momento, o Instituto pretendeu constituir a biblioteca da administração da justiça, nem reivindicou de forma enfática e insistente,

contrastante dos esforços de promoção da leitura e mesmo da busca pela melhoria dos índices de alfabetização, muito maior na Argentina,¹⁹⁹ certamente contribuiu para esses resultados comparativamente mais modestos no Brasil. Não dispomos, além disso, de uma documentação tão consistente a respeito do IAB quanto os informes de Oscar Rodríguez Saráchaga sobre o CABA.²⁰⁰ De toda forma, é inegável que a crença nas bibliotecas como partes fundamentais do desenvolvimento das atividades institucionais e, sobretudo, como mecanismos cruciais de intervenção na vida pública e desenvolvimento de projetos políticos foi partilhada pelas duas associações.

Fundada em meados da década de 1890, a biblioteca do IAB teve, ao menos se acreditarmos no relato memorialístico feito no *Livro do centenário dos cursos jurídicos*, Sá Vianna como um de seus principais promotores – um dado sugestivo tanto por sua atuação nas comemorações do quarto centenário da chegada da esquadra de Pedro Álvares Cabral ao futuro território brasileiro, juntamente com Ramiz Galvão, responsável pela modernização da Biblioteca Nacional,²⁰¹ quanto pelo fato de se tratar de um sócio do IAB que tecera importantes laços com a Argentina. Na avaliação proposta por Armando Vidal em 1927, Sá Vianna não poupou esforços para dotar o IAB de uma verdadeira biblioteca. Tendo recebido, ao assumir as funções de bibliotecário em março de 1892, um acervo de reles 89 volumes, ele possibilitou que, em 7 de setembro de 1895, ao se inaugurar a nova sede, a biblioteca se abrisse à frequência pública, “contando cerca de dois mil volumes”. Ainda segundo Vidal, Amaro Cavalcanti, ocupando o cargo de ministro da Justiça, havia colaborado decisivamente para a expansão do acervo, “cedendo 517 volumes de duplicatas do Ministério, e ordenando às Faculdades de Direito de S. Paulo e Recife que remetessem, para permutas, diversas coleções de suas revistas, teses e dissertações”.²⁰²

como fazia Rodríguez Saráchaga, a sua função pública.

¹⁹⁹ Ver a análise comparativa desenvolvida em: SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

²⁰⁰ Pudemos consultar alguns relatórios de atividades do IAB, próximos às *Memorias* do CABA na forma como no conteúdo, mas nem sempre contemplando de maneira circunstanciada a biblioteca. Eles eram, ao mesmo tempo, mais inconstantes em sua periodicidade e mesmo em seu modo de veiculação, sendo por vezes editados como livretos autônomos, por vezes integrados ao *Boletim* da instituição. Exemplos do primeiro e do segundo caso, contendo registros das atividades da biblioteca, encontram-se, respectivamente, em: INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório das Ocorrências e Principais Trabalhos no ano de 1925*. Apresentado em sessão de 22 de abril de 1926 pelo 1º Secretário, Advogado Arnaldo Medeiros da Fonseca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927, p. 20; TORRES, Antonio Magarinos. Relatório do bibliotecário reeleito, relativo ao ano de 1927. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 6, 1927 (2ª parte), p. 548-552.

²⁰¹ Ver CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito*. O historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: Edipucrs, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

²⁰² FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 397.

Nos anos 1930, o Instituto dos Advogados sediado no Rio de Janeiro se empenharia, em consonância com a expansão do mercado editorial e a consolidação de políticas de promoção da leitura no Brasil, em afirmar a vitalidade de sua biblioteca. No relatório das atividades desenvolvidas ao longo do ano de 1934, o secretário João Pedro dos Santos afirmava que os esforços do então diretor da biblioteca, Aquiles Beviláqua, vinham dando “os melhores resultados não só quanto à guarda e conservação desse grande patrimônio do Instituto, mas também quanto ao seu enriquecimento pela aquisição de novos e importantíssimos valores”. Santos chegou a afirmar que, a despeito de sua trajetória de quase quatro décadas, a biblioteca tivera naquele exercício “a sua fase de maior desenvolvimento”. Procurou comprovar esse juízo com dados numéricos: até 1933, a biblioteca não conseguira nem triplicar os 3400 volumes com que contava pouco após a inauguração, sendo que, no momento de redação do relatório, seu acervo abarcava cerca de 14 mil itens. Também teriam progredido “o fichário e o catálogo de todos os livros e papéis” e os trabalhos de encadernação. Graças ao “crescente aparelhamento da biblioteca, como centro de divulgação da cultura jurídica”, aumentou igualmente a afluência de leitores. Santos sublinhou que quase todos os acréscimos à coleção haviam resultado de doações, destacando a “cooperação elegante e amiga da ‘Livraria Freitas Bastos’”, então uma das principais casas de edições jurídicas da capital brasileira. Mais à frente, o secretário reconheceria a contribuição de alguns visitantes: “Veio mais tarde a visita da delegação de advogados argentinos, trazendo-nos, de presente, 306 exemplares de publicações editadas na República Argentina”.²⁰³

Essa doação tivera vários antecedentes, e atos similares se repetiriam nos anos seguintes. Não surpreende, dado o empenho do CABA e do IAB em organizar bibliotecas, ou melhor, dada a centralidade que esses espaços e serviços parecem ter assumido em seus projetos institucionais, que elas rapidamente tenham procurado estabelecer vínculos e intercâmbios. Como vimos, já nos primeiros anos de seu exercício como diretor, Oscar Rodríguez Saráchaga solicitava doações ao IAB. Visitas recíprocas como as de Afrânio de Melo Franco ou José León Suárez favoreceriam os fluxos de impressos entre as duas instituições. A nota com que o CABA designou o professor da Facultad de Derecho da UBA

²⁰³ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório do Primeiro Secretário, João Pedro dos Santos*. Administração de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1935, p. 23-24. O relatório informa que, nos 10 meses anteriores, a biblioteca havia sido utilizada por 806 leitores, que consultaram 1004 volumes. No exercício equivalente, o CABA registrou 14420 leitores presenciais, além de 1180 pedidos para que obras fossem levadas aos gabinetes de juízes e outros funcionários do Palacio de Justicia. Esses leitores consultaram 23941 obras, em 40834 volumes. Ver COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1934*. Buenos Aires: Belgrano, 1934, p. 17.

como seu representante junto à instituição sediada no Rio de Janeiro é particularmente expressiva quanto ao interesse de incorporar ao acervo publicações do país vizinho:

Preocupada a Instituição em formar uma seção brasileira, em sua sede do Palacio de Justicia desta Capital, ser-lhe-ia particularmente grata toda a contribuição que você lograsse lhe conseguir em matéria de direito público e privado, medicina legal, etc., etc., do país amigo, de que o Colegio logrou conseguir a valiosa coleção de obras que se enunciam no número da *Revista del Centro Jurídico y de Ciencias Sociales*, que me permito, em vários exemplares, anexar-lhe, com o objetivo de que ela seja ampliada o quanto seja possível e para que se enviem a esta Instituição as publicações ou obras brasileiras que em sequência apareçam.

Para o melhor conhecimento no Brasil da natureza do Colegio de Abogados e dos motivos que determinaram sua fundação, permito-me anexar-lhe vários exemplares de estatutos, memórias e outras publicações para que faça delas o uso que estime mais conveniente, aos fins acima indicados.

Seria particularmente grato ao Colegio, que já está, felizmente, em relação com o Instituto dos Advogados do Rio de Janeiro, que lhe fez a valiosa doação bibliográfica acima indicada, entrar em relações com os centros similares que em seu caminho encontre, ter seus estatutos, conhecer as regras de ética forense que neles se praticam, o que haja em matéria de ajuda para os colegas que não lograram uma situação confortável na vida ou para as famílias dos falecidos, [...] de consultórios jurídicos gratuitos, de organização judiciária, etc., etc.

Continuamente se nos solicitam as leis e códigos brasileiros, suas decisões judiciais (que a cada passo citam nossos tribunais) etc., etc., não temos a esse respeito más que o que consigna a lista acima mencionada; também nos seria particularmente grato ter os projetos de códigos civis brasileiros anteriores ao sancionado e todos os vigentes, menos o atual civil, que já possuímos, presenteado pelo eminente codificador Beviláqua, que legissem as disposições de forma e de fundo.²⁰⁴

O fato de nem a biblioteca do IAB nem a do CABA disporem, hoje, de catálogos completos impede uma avaliação sistemática das doações recíprocas entre as instituições que animaram, mas há suficientes indícios para realizar algumas inferências sobre as intenções atribuídas às ofertas de impressos, bem como sobre as escolhas temáticas. A extensa citação do mandato conferido a Suárez sugere uma mescla de curiosidade acadêmica, busca pela promoção institucional e preocupações práticas quanto à administração da justiça – dinâmica a que o IAB corresponderia. Ainda que as análises dos volumes remanescentes nas estantes das duas bibliotecas que pudemos realizar tenham sido meramente exploratórias, duas tendências parecem claras. As escolhas de livros doados às instituições estrangeiras estiveram empenhadas na construção de determinados cânones do pensamento jurídico, ou seja, enviavam-se ao exterior os autores considerados representativos da produção nacional, verdadeiros motivos de orgulho para o mundo jurídico local. Ao mesmo tempo, as ofertas se

²⁰⁴ In: SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918, p. 444.

empenhavam em documentar e difundir as últimas inovações legislativas do país de origem – o que, em tempos de valorização dos fluxos transfronteiriços e em meio à voga do direito comparado, certamente respondia também a expectativas daqueles que recebiam os livros.

Livros brasileiros que constam do acervo da biblioteca do CABA, ambos contendo o registro de que foram doadas pelo IAB em 14 de dezembro de 1917 e de que a oferta se dera por “gestão do Dr. H. Lobo” (muito provavelmente, Hélio Lobo, que também doou obras individualmente ao CABA).

Nas listas de doadores à biblioteca do CABA anexas aos relatórios da biblioteca, além do IAB, apareciam recorrentemente juristas que viajaram entre os dois países, como Afrânio de Melo Franco, Sá Vianna, Hélio Lobo e Oliveira Lima; autores que despertavam o interesse dos colegas do outro lado da fronteira, como Clóvis Beviláqua; professores universitários, como Brás de Sousa Arruda; e mesmo publicações periódicas, como a *Revista de Direito*. Com efeito, as fontes trazem reiterados registros de um interesse sustentado no tempo, que procurava dar a conhecer os clássicos do pensamento jurídico nacional, mas também sublinhar os meridianos da renovação e mesmo se articular a debates que ultrapassavam o universo jurídico. No registro de obras recebidas pela biblioteca feito na *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* de março-abril de 1931, por exemplo, figuravam conjuntamente uma obra de Rodrigo Otávio intitulada *Alexandre de Gusmão et le sentiment américain dans la politique internationale* e o livro de Xavier de Oliveira que reunira suas mobilizações em

favor de um *Intercâmbio intelectual americano*, incluindo seus debates com J. Honório Silgueira.²⁰⁵

Detalhe de exemplar de livro do argentino Raymundo M. Salvat que consta do acervo da biblioteca do IAB, contendo carimbo da FACA.

Ao menos ao que pudemos apurar, a viagem da delegação de advogados argentinos para o centenário dos cursos jurídicos brasileiros foi a primeira ocasião em que os diálogos entre as organizações representativas da advocacia do Brasil e da Argentina foram acompanhados de solenidades ligadas à doação de livros. O caráter institucional da oferta era reforçado pela identificação dos livros com um carimbo da FACA. Em seu relatório do ano de 1927, o bibliotecário do IAB, Antônio Magarinos Torres, registrou um agradecimento que era, simultaneamente, uma expressão de interesse pela produção acadêmica argentina e do desejo de expandir a coleção de livros desse país:

Na catalogação e sede, destaquei os livros da República Argentina, como homenagem especial ao Colegio de Abogados, pela extraordinária gentileza com que de nós se tem ocupado, para *formarmos a Seção Argentina desta*

²⁰⁵ Publicaciones recibidas por la Revista y Biblioteca del Colegio de Abogados. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 2, mar.-abr. 1931, p. 200.

Biblioteca, já constante de 95 obras, algumas das quais em muitos volumes, como a de Siburú, em cinco; a de Malagarriga, em nove; as de Calvo, em 31; a de Solerena, em sete, etc..²⁰⁶

Mais do que isso, a biblioteca do CABA aparecia como um exemplo para o desenvolvimento das atividades do IAB. Após criticar o exíguo horário de funcionamento com que o espaço contava então (das 11 às 15 horas) e propor como possível solução a transferência da biblioteca para o Fórum, Magarinos Torres afirmou:

Eis o remédio que me parece necessário *para que a Biblioteca do Instituto deixe de ser uma instituição inútil ou puramente decorativa. E não faltam exemplos de instalação semelhante, ao alcance dos intelectuais do foro: em Buenos Aires é no Tribunal que funciona, não somente a biblioteca, mas todo o Colegio de Abogados; em Nova York... em Paris...* Mas que nos importam os exemplos? As razões expendidas parecem bastantes para convencer de que a simples instalação da biblioteca na casa dos Juízes não nos pode trazer mal, senão apenas utilidade a nós e a eles, com *inevitável aproximação das duas classes servidoras do mesmo ideal de justiça e de verdade*.²⁰⁷

A viagem de uma nova delegação de argentinos ao Rio de Janeiro em julho de 1934 integraria outro elemento às dinâmicas de circulação de impressos entre os dois países. No ato de recepção aos advogados estrangeiros, Juan Agustín Moyano discursou em nome da revista *Jurisprudencia Argentina*, doando ao IAB uma coleção completa do periódico, além de 214 volumes de obras de direito.²⁰⁸ No último informe de Rodríguez Saráchaga sobre a biblioteca do CABA, datado de outubro de 1935, foi assinalada, “muito especialmente”, a doação de 549 volumes pela Câmara dos Deputados do Brasil, formando uma coleção dos anais, dos diários de sessões e das assembleias constituintes do país. O diretor da biblioteca do CABA esclareceu que a chegada desse material bibliográfico fora intermediada por Nilo de Alvarenga, deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, “a quem tive a honra de ser útil, aqui, para trabalhos legislativos em preparação”.²⁰⁹ Em novembro do mesmo ano, quando foi a vez de um grupo de juristas brasileiros se deslocar até Buenos Aires, o intercâmbio bibliográfico ganharia novamente o centro das atenções.

“Nossas bibliotecas e as vossas guardam a produção dos dois países como acervo comum”, sustentou o então presidente do CABA, Mariano G. Calvento, ao saudar os

²⁰⁶ TORRES, Antônio Magarinos. Relatório do bibliotecário reeleito, relativo ao ano de 1927. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 6, 1927 (2ª parte), p. 550, grifos nossos.

²⁰⁷ TORRES, Antônio Magarinos. Relatório do bibliotecário reeleito, relativo ao ano de 1927. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. III, n. 6, 1927 (2ª parte), p. 551-552, grifos nossos.

²⁰⁸ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Intercambio jurídico-cultural con el Brasil. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XII, n. 4, jul-ago 1934, p. 301.

²⁰⁹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1935*. Buenos Aires: Belgrano, 1935, p. 24.

brasileiros. Acrescentou que, ali mesmo no salão em que se dava a recepção, seria possível “ver vossas leis progressistas e modernas e a doutrina de seus inspiradores e intérpretes”. Mais à frente, Julio O. Ojea, respondendo em nome da FACA à saudação que fora feita pelos brasileiros, exaltou a importância da doação de livros que o Colegio recebia. Destacou, dentre os autores das obras ofertadas, aqueles que lhe pareceram mais importantes, compondo certo “panteão” de juristas brasileiros apreciados na Argentina:

José Tomás Nabuco de Araújo, Lafallete Rodríguez Pereira, Carvalho Moreira, Rui Barbosa, Andrade Figueira, Clovis Bevilacqua, Carneiro da Cunha e Teixeira de Freitas são nomes familiares nesta Biblioteca jurídica pública e gratuita do Colegio de Abogados da Capital [...].
Uma copiosa bibliografia, expoente da mui alta intelectualidade do Brasil, ocupa lugar privilegiado em suas prateleiras, para ilustração das gerações atuais da República.²¹⁰

A doação feita pelos brasileiros em novembro de 1935 foi a única de que conseguimos encontrar uma listagem que parece completa, publicada pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Convém, por isso, que nos detenhamos com mais vagar sobre as escolhas de títulos e seus prováveis significados. Lida em conjunto, a relação sugere uma preocupação em compor um panorama variado e atualizado do direito brasileiro. Havia lugar para “clássicos” como os evocados na fala de Ojea – quatro das quase 100 obras eram de autoria de Clóvis Beviláqua, por exemplo – e para questões polêmicas do momento que o Brasil atravessava. *O direito judiciário e a revolução*, de O. da Cunha, *Males do parlamentarismo e dos partidos*, de Moitinho Doria, *A nova constituição brasileira*, de Araújo Castro são alguns exemplos. Além de um nítido intuito em promover a produção de alguns dos mais atuantes membros do IAB, assim como as publicações institucionais, houve uma preocupação em incluir temas que poderiam ser de utilidade na Argentina, como trabalhos sobre a homologação de sentença estrangeira. Ao menos uma das obras tinha uma *autora*: o *Código dos Menores dos Estados Unidos do Brasil comentado*, que recebera as anotações de Beatriz Sofia Mineiro, descrita na capa da edição feita pela Companhia Editora Nacional em 1929 como “graduada em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Rio de Janeiro”.²¹¹ A temática, ligada à infância e a certa lógica de proteção, e mesmo o formato da obra – o comentário de código, ainda que de grande utilidade profissional, certamente constitui um escrito jurídico menos prestigioso que o tratado – sugere que, mesmo que comesçassem a

²¹⁰ Embajada intelectual brasileña. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 6, nov-dez 1935, p. 501-502. Transcrevemos os nomes exatamente como constam na revista, para ilustrar os espanholismos a que estiveram sujeitos. Não há como saber, contudo, se eles foram cometidos pelo orador ou no processo de composição da revista.

²¹¹ Ver o Anexo V. Como os primeiros nomes dos autores foram abreviados, não podemos afirmar com certeza se havia outras autoras no conjunto de obras doadas.

ganhar espaço na profissão, as mulheres ainda ocupavam um lugar marcado e demarcado pelas hierarquias de gênero.

Capa do exemplar do livro de Beatriz Sofia Mineiro pertencente ao acervo da biblioteca do CABA. No detalhe, primeira página do prefácio, em que consta o registro de que se tratou de uma doação do IAB feita em novembro de 1935.

Apesar da solenidade com que a doação foi recebida, a direção do Colegio alegaria não estar em condições de a retribuir. A ata da reunião do diretório realizada em 15 de novembro de 1935 registra uma nota de Oscar Rodríguez Saráchaga, que encaminhava uma cópia da comunicação que recebera do embaixador do Brasil a respeito da chegada da delegação e solicitava um investimento “em aquisições destinadas a retribuir as doações de livros feita à biblioteca pela Delegação Brasileira”. O diretório disse lamentar não poder atender ao pedido em função de seu “estado de finanças”. Esclareceu, ainda, que os fundos que obtivera em função da lei de 1932 não podiam “ter outro destino que o especificado” na norma. Na reunião de 11 de dezembro, debateu-se um pedido de reconsideração de Rodríguez Saráchaga, rechaçado sob a lacônica observação de que, “não obstante ter devidamente presentes as diversas indicações formuladas na nota do Sr. Director, o Directório crê que subsistem em sua totalidade as circunstâncias em que se fundou sua resolução anterior”. As mesmas atas traziam outras informações interessantes quanto às dinâmicas de circulação de impressos: a primeira delas mencionava trâmites para adquirir obras no exterior, enquanto a segunda registrava a doação, pela Sociedade Brasileira de Criminologia, de uma coleção da *Revista de Direito Penal*, lançada sob seu patrocínio em 1933. O então jovem periódico fora

presentado por Mário Bulhões Pedreira, membro da embaixada intelectual brasileira, em um ato especial.²¹²

Quanto às políticas de intercâmbio entre o CABA e o IAB, é importante ressaltar, por fim, que as doações recíprocas não se restringiam ao material bibliográfico. Como sugere a interação de Rodríguez Saráchaga com Getúlio Vargas, alguns meses antes da visita da delegação de juristas, também peças de caráter museográfico eram valorizadas. Se o diretor da biblioteca do Colegio doara um busto de Sarmiento ao presidente brasileiro, os advogados da embaixada brasileira seriam portadores de uma estátua de Teixeira de Freitas e uma bandeira de seu país. Outro exemplo interessante se encontra no relatório de Rodríguez Saráchaga referente ao ano de 1929. Além de comentar os acréscimos “por doações à seção iconográfica, a mais importante da biblioteca”, o texto dava conta do crescimento do acervo do museu. A descrição dos novos objetos incorporados deixava claro que um dos itens mais valorizados provinha de um brasileiro: “a coleção de togas que conta já com as de advogados alemães e franceses se aumentou com uma brasileira, a do eminente ex-colega Dr. Rodrigo Otávio, levado ao Supremo Tribunal do Brasil, e que a doou a esta Biblioteca ‘por conceituar que em nenhum lugar estará melhor’”.²¹³

Essas dinâmicas de doações também estiveram associadas, por outro lado, a movimentações internacionais que procuravam fazer da cultura em geral e da circulação de impressos em particular instrumentos de aproximação e sobretudo do “desarmamento moral”. Um sinal interessante da inserção do CABA nesses círculos pode ser encontrado nas mobilizações que levaram a biblioteca a receber uma doação de livros do Carnegie Endowment, ainda na virada da década de 1910 à de 1920.²¹⁴ Mais significativamente, a direção da biblioteca do Colegio tomaria a realização do encontro da ILA em seus salões como uma ocasião de contato com modelos de instituições análogas. Ao fim do evento, os delegados das 39 nações que se fizeram representar poderiam, na visão de Rodríguez Saráchaga, atuar como “porta-vozes de que o Colegio de Abogados de Buenos Aires possui uma biblioteca que cumpre bem as necessidades do grêmio, da magistratura e dos estudiosos em geral”. Após ressaltar seu caráter de “iniciativa puramente privada”, encerrou afirmando

²¹² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Actas del Directorio*. 2 – 1934-1938 (Manuscrito), p. 52-55 (atas das reuniões de 15 de novembro e 11 de dezembro de 1935).

²¹³ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1929*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1929, p. 27.

²¹⁴ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1919-1920. Buenos Aires: Escoffier, Caracciolo y Cia., 1921., p. 11; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 12-13.

que a biblioteca uma uma “obra de *alto nacionalismo e americanismo*, de respeito à nossa legislação e magistratura”.²¹⁵

Em sua *Memoria* relativa ao exercício 1940-1941, a FACA noticiou a participação de seus delegados na primeira conferência da FIA. Além da satisfação como o fato de Silgueira ter sido designado como novo presidente, a nota destacava que haviam sido aprovadas no encontro resoluções propostas pelos representantes da Federación “sobre bibliotecas de especialização jurídica, cátedras de ética e cultura forense, e condições de idoneidade moral para o ingresso às Faculdades de Direito e aspirar ao título de advogado e doutor em jurisprudência”.²¹⁶ Embora não tenhamos podido averiguar a quais resoluções precisamente a nota se referia, é fato que a conferência realizada em Havana elaborara interessantes recomendações sobre bibliotecas e circulação de impressos. Além da criação de acervos jurídicos especializados, recomendava-se o estabelecimento de “centros nacionais de documentação legal”. Aos órgãos representativos da advocacia, solicitava-se que organizassem, de acordo com um plano uniforme elaborado pelo Conselho da Federação, “Índices Bibliográficos e Jurídicos em seus respectivos países, com o fim de que este trabalho prepare a posterior criação e publicação do Índice Bibliográfico Americano”. Resolvía-se, ainda, solicitar o estudo sobre “a viabilidade e conveniência de publicar uma revista dedicada às atividades da Federação e à publicação de artigos de interesse para a profissão legal”.²¹⁷ A última dessas resoluções nos deve levar a perceber como, muito antes de ganhar os contornos de uma política continental, quando mais um sangrento conflito eclodia, os fluxos de impressos já vinham contando com instâncias que procuravam organizar e divulgar a produção bibliográfica. Nesses esforços, os periódicos especializados cumpriram um papel preponderante.

O país vizinho em resenha: registros bibliográficos e circulações de periódicos

Em 1942, em meio às transformações por que a biblioteca do CABA passava após o falecimento de Oscar Rodríguez Saráchaga, e em articulação com o intuito de atribuir a ela um caráter mais acadêmico e especializado, foi fundado o Instituto Bibliográfico. Segundo seu regulamento, a nova divisão teria como objetivo “examinar e fazer o comentário descritivo ou crítico de obras jurídicas incorporadas à Biblioteca do Colegio”. Em sessões

²¹⁵ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio de 1922. Buenos Aires: J. Bodner, 1922, p. 16-19, grifos nossos.

²¹⁶ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Memoria correspondiente al ejercicio 1930-1931. Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIX, n. 5, set.-out. 1941, p. 303.

²¹⁷ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 168; 170.

com periodicidade, no mínimo, mensal, um relator exporia seu comentário sobre a obra que lhe fora designada, com posterior abertura para debate.²¹⁸ Na *Memoria* do exercício encerrado no ano da criação do Instituto, afirmava-se que tais “reuniões suscitarão um interesse que excedeu as previsões mais otimistas, sobretudo se se tem em conta que se tratava de iniciação de trabalho coletivo nesta nova forma”. Nos debates, prosseguia o relato, “participaram numerosos colegas cujas opiniões, comentários ou observações evidenciaram o crescente afã de estudo e marcada tendência em direção à especialização em determinados ramos do direito, o que constitui um alto índice do nível da cultura jurídica alcançada por nosso foro”. Mais à frente, a divisão dedicada à nova empreitada do CABA afirmava a confiança em que sua importância somente aumentaria, a ponto de ela e o Instituto de Jurisprudencia, criado simultaneamente com o intuito de comentar decisões judiciais, converterem-se em “valiosos centros de autoridade científica”.²¹⁹

Na primeira sessão, realizada em 24 de junho de 1942, A. Walter Villegas, então presidente do Colegio, justificou a pertinência da iniciativa, ressaltando o seu valor acadêmico:

A análise crítica da produção jurídica é tarefa de suma importância, especialmente nesta época em que muito se escreve e é escasso o tempo para conhecer tudo isso de maneira direta. A simples nota bibliográfica pode orientar o estudioso, mas é insuficiente para lograr uma apreciação cabal do conteúdo da respectiva obra; em contrapartida, *a crítica, elaborada pelo entendido – e melhor pelo especialista –* deixa manifestas as bondades e os defeitos; e *resulta de mais amplo benefício se se produz com exame e discussão públicos*.²²⁰

Discursou logo em seguida Lázaro S. Trevisán, diretor do Instituto Bibliográfico. Reivindicando, igualmente, a relevância da nova instituição, Trevisán atribuiu a ela um papel em meio à “extraordinária preocupação por estar em dia com a informação mundial dos distintos ramos do direito” que os argentinos demonstrariam naquele momento. Poderia, assim, auxiliar na “renovação de nomes e de valores”, que todos os juristas ou “simples práticos do direito” tinham a obrigação de conhecer”. Além das reuniões para relatoria de obras, o Instituto também estaria encarregado de “um trabalho interno de grande utilidade, fichando as obras e os artigos das revistas de direito que recebe a biblioteca bem nutrida do Colegio”. Adotando critérios uniformes com o Seminario de Ciencias Jurídicas y Sociales da

²¹⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Instituto Bibliográfico*. Sesiones del año 1942. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943, p. 7.

²¹⁹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1943*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943, p. 19.

²²⁰ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Instituto Bibliográfico*. Sesiones del año 1942. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943, p. 9, grifos nossos.

Facultad de Derecho da UBA, o CABA se propunha a intercambiar fichas com a instituição de ensino, propiciando uma maior utilidade para os bacharéis em direito que frequentassem ambos os espaços. Encaminhando-se para o fim de sua fala, Trevisán defendeu que seus ouvintes cultivassem “a ciência do direito, livres de tendências, ligados indissolavelmente ao propósito patriótico de manter e de ser possível superar as nobilíssimas tradições de nossa augusta profissão: a advocacia”. Citando o então presidente da Universidad de La Plata, Alfredo Palacios, reforçou a importância da busca desinteressada pela verdade e afirmou que o Colegio procurava realizar uma “obra paralela e conconrente à das universidades”, já que as associações profissionais valeriam por suas “jornadas de beneficio coletivo, antes que por seus êxitos utilitários”.²²¹

Com relatoria a cargo do subdiretor do Instituto Bibliográfico, Enrique Díaz de Guijarro, as duas primeiras obras escolhidas para análise foram *El matrimonio: sus impedimientos y nulidades*, do argentino Jorge A. Frías, publicada em 1941, e *A eugenia no direito de família*, do brasileiro Teodolindo Castiglione, editada no próprio ano de 1942. Ambas as publicações tinham como tema central a adoção de medidas eugênicas no âmbito do direito civil, em especial no que diz respeito aos exames pré-nupciais e às causas que poderiam impedir o casamento. Mais que os juízos sobre as obras em si, interessa-nos perceber o que essas escolhas podem revelar sobre as dinâmicas de circulação de ideias e sobre o interesse de argentinos na produção acadêmica brasileira.

No começo de sua argumentação, quando procurou situar a trajetória geral do pensamento eugênico, Díaz de Guijarro elencou como importantes instâncias de sua formulação encontros como o Terceiro Congresso Internacional de Eugenia, reunido em Nova York em 1932, a Segunda Conferência de Eugenia e Homicultura, realizada em Buenos Aires em 1934, além do Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia e da Primeira Conferência Interamericana de Higiene Mental, reunidos, respectivamente, no Rio de Janeiro e em São Paulo em 1935. Ao fim, foram propostas algumas conclusões sobre as obras analisadas. No caso do livro de Castiglione, a primeira delas sublinhava a originalidade do trabalho, ao mesmo tempo em que identificava na inserção em debates internacionais uma de suas grandes qualidades:

É transcendental porque constitui a primeira obra integral e orgânica publicada no Brasil sobre as relações do código civil com a eugenia. Está reforçada por sua abundante informação nacional e estrangeira, tanto na

²²¹ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Instituto Bibliográfico*. Sesiones del año 1942. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943, p. 11-12.

*ordem doutrinária como na legislativa, que demonstram o desenvolvimento e a consolidação dos princípios eugênicos.*²²²

Chamam a atenção, por outro lado, a rápida recepção da obra de Castiglione, publicada poucos meses antes de ser comentada na Argentina, e o fato de ela ter como foco um decreto recente, expedido em abril de 1941.²²³ Isso sugere um forte interesse pelas inovações legislativas do Brasil e a existência de canais institucionais que permitiam a rápida circulação de impressos entre os dois países, ao mesmo tempo em que favoreciam algum nível de repercussão do outro lado da fronteira. Se tal interesse deve, certamente, ser situado em meio à crença na cooperação intelectual como mecanismo privilegiado de manutenção da paz que vigorava no entreguerras, ele também se associava a certa tradição prévia de registros e comentários recíprocos. Ao menos desde o final da década de 1910, as seções dedicadas ao movimento bibliográfico em periódicos especializados se vinham preocupando em organizar, analisar e trazer ao conhecimento de seus leitores as publicações congêneres dos países vizinhos.

As divisões das revistas jurídicas dedicadas ao movimento bibliográfico podem ser lidas, assim, como uma das diferentes instâncias de mediação que balizam a circulação de ideias, produzindo “discursos e estratégias que prescrevem práticas de apropriação, legitimam ou não repertórios e franqueiam caminhos para a difusão social de determinados conteúdos culturais”.²²⁴ No dizer de Mabel Moraña, “a revista é uma peça fundamental no processamento e na divulgação de mensagens, na interconexão de setores sociais e canalização de novos projetos que se veem obrigados a negociar constantemente seu lugar na esfera pública”. Dessa forma, as revistas desempenham papel de mediação entre o público e a produção cultural, ao mesmo tempo em que são espaços por onde a tradição circula e se recicla.²²⁵ É crucial pensar, ainda, tais periódicos como iniciativas coletivas, que se inscrevem no presente de sua edição, preocupam-se com uma “escuta contemporânea”, mas também

²²² COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Instituto Bibliográfico*. Sesiones del año 1942. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943, p. 12-32, grifos nossos.

²²³ O decreto que constitui o cerne da obra de Castiglione dispôs sobre a organização e proteção da família, tendo estabelecido a necessidade de um exame médico atestando não haver inconveniente entre o casamento de colaterais do terceiro grau. Ver BRASIL. *Decreto nº 3.200, de 19 de Abril de 1941*. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/De13200.htm. Acesso em 09/10/2018.

²²⁴ SOARES, Gabriela Pellegrino. História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: Humanitas, 2011, v. 2, p. 91.

²²⁵ MORANA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Otra Travesía*, nº 40/1, Ilha de Santa Catarina, 2º sem. 2003, p. 68.

buscam desenvolver projetos que apontam para o futuro e pretendem demarcar uma intervenção sobre a realidade.²²⁶

Partindo dessas preocupações teórico-metodológicas, proporemos algumas considerações centradas em uma das principais revistas jurídicas editadas em cada um dos países: *Jurisprudencia Argentina* e *Revista Forense*. A análise das resenhas e dos comentários bibliográficos por elas veiculados nos permitirão mostrar como os fluxos transfronteiriços de impressos entre Brasil e Argentina se associaram a um vigoroso intercâmbio, que se sustentou no tempo e de maneira alguma se restringiu às permutas entre as bibliotecas dos órgãos representativos da advocacia – nas quais, como vimos nos casos da doação da coleção de *Jurisprudencia Argentina* ao IAB e daquela da *Revista de Direito Penal* ao CABA, os periódicos não deixaram de se inserir. Demarcaremos uma inflexão em meados dos anos 1930, o que se justifica por uma série de razões. Além da importante repercussão que a constituição brasileira de 1934 teve na Argentina, as visitas presidenciais recíprocas de Justo e Vargas e, em especial, os acordos culturais então assinados estimularam uma atenção mais institucionalizada à produção acadêmica oriunda do outro lado do Prata. A *Revista Forense* também passou, como veremos, por uma reformulação crucial justamente nesse período.

Os primeiros exemplares de *Jurisprudencia Argentina* foram editados em Buenos Aires em fevereiro de 1918, por iniciativa de Tomás Jofré e Leónidas Anastasi.²²⁷ Apesar da significativa diferença de idade – Jofré nasceu em 1879; Anastasi, em 1890 –, ambos partilhavam a experiência no ensino superior, a defesa de um ideal de direito científico, a militância na Unión Cívica Radical, partido pelo qual os dois chegaram a exercer cargos legislativos. Os primeiros aspectos ajudam a compreender o tom sóbrio, informativo, pretensamente isento, que se buscou imprimir à publicação. Isso se expressa desde seu editorial de lançamento, que se abriu com os sucintos dizeres: “Não existe no país uma publicação eficiente que facilite o estudo da jurisprudência de seus diversos tribunais. Propomo-nos a preencher esse vazio”.²²⁸ Pode-se perceber nessa passagem como, desde o

²²⁶ SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una practica. *Américas – Cahiers du CRICCAL*. Paris, nº 9-10, mar. 1992, p. 9-12; ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanica*. v. XXXIII, n. 99, dez. 2004, p. 3-7.

²²⁷ Nas considerações acerca da trajetória dessa publicação, valemo-nos das informações factuais disponíveis em: PUGLIESE, Maria Rosa. La revista de *Jurisprudencia Argentina*: los orígenes de una larga empresa editorial. In: TÁU ANZOÁTEGUI, Víctor (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997, p. 199-241.

²²⁸ JOFRÉ, Tomás; ANASTASI, Leónidas. *Sus propósitos*, fragmentos, 1918. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor (coord.). *Antología del pensamiento jurídico argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2008, v. 2, p. 46, grifos nossos.

início, *Jurisprudencia Argentina* reivindicou para si própria um lugar de relevo – ou, ao menos, de “eficiência”, “utilidade” – na cena pública do país platino.

Se a neutralidade é impossível em qualquer projeto editorial, que é sempre pautado por intenções, ainda que estas não sejam explicitadas, ela foi, em *Jurisprudencia Argentina*, especialmente tensionada pela relação de seus animadores com um partido político – relação esta que deve ser levada em conta para compreendermos alguns posicionamentos e certas escolhas do periódico. O conflito entre um ideal metódico de direito isento, como que pairando acima dos conflitos sociais, e os direcionamentos políticos da publicação já se insinua no editorial de lançamento. Logo após o trecho acima citado, Jofré e Anastasi passam a discorrer sobre a necessária relação entre a opinião pública e o desenvolvimento das atividades estatais, bem como sobre a necessidade de traçar limitações ao poder: “A publicidade dos atos dos poderes do Estado é da essência do sistema republicano de governo e o meio pelo qual a opinião exerce seu controle sobre os mandatários”. As citações que se seguem, de José Manuel Estrada e Alberdi, deixam ainda mais clara a busca pela inscrição do lançamento editorial em certa tradição, a um só tempo intelectual e política.²²⁹

Em seus primeiros volumes, *Jurisprudencia Argentina* se limitou ao conteúdo para o qual apontava seu título, publicando decisões judiciais proferidas em diferentes instâncias e por todo o país. Em alguns casos, e em consonância com o ideal de contribuir para a sistematização do conhecimento jurídico expresso no editorial de lançamento, seus redatores teciam comentários críticos sobre as soluções adotadas pelos juízes em cada situação concreta. Eram, ainda, elaborados minuciosos índices temáticos, de legislação aplicada e mesmo de nomes das partes envolvidas nos processos. Conforme a publicação se foi consolidando, novas seções foram incorporadas, movimento que se acentua após o ano de 1926, quando a revista se torna uma sociedade anônima, adquirindo feições empresariais mais sólidas e maior caráter comercial. *Jurisprudencia Argentina* logo contemplaria, assim, os três grandes núcleos de conteúdos em torno dos quais se costumam organizar as revistas jurídicas de aspiração generalista: além das decisões judiciais, legislação e “doutrina”, significativo nome dado pelos juristas aos seus escritos teóricos.

Inicialmente esboçada, sob o título “Notas bibliográficas”, no interior da parte dedicada à “doutrina” do penúltimo tomo do ano de 1926, a seção “Bibliografia” apareceria como divisão fixa a partir do tomo XXX, o segundo a circular em 1929. Seguindo o perfil

²²⁹ JOFRÉ, Tomás; ANASTASI, Leónidas. *Sus propósitos*, fragmentos, 1918. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor (coord.). *Antología del pensamiento jurídico argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2008, v. 2, p. 46.

sóbrio e a pretensa neutralidade que marcavam a revista, a novidade editorial não foi acompanhada de qualquer nota explicativa. Em quase todos os exemplares publicados até 1935, essa seção seguiu uma mesma estrutura básica. Abria-se com comentários sobre livros e demais obras monográficas. Em seguida, inseria-se uma subseção intitulada “Revistas recebidas”. As primeiras apreciações eram mais extensas e de teor mais valorativo. Também quanto às publicações seriadas, porém, a regra era que fossem destacados alguns de seus principais artigos e descrita a estrutura geral do periódico, bem como elencados seus diretores. Com menor frequência, apareciam juízos substanciais sobre os artigos.

Em ambos os casos, a presença maior era de autores, obras e periódicos argentinos. Eles eram, porém, seguidos de perto pelas produções dos espanhóis e dos nativos dos demais países hispano-americanos. Mais escassas eram as referências a outras nações europeias – com a ressalva de que *Juristische Wochenschrift*, semanário jurídico publicado em Berlim como órgão oficial da União Nacional-Socialista de membros do Foro Alemão e da seção de direito do mesmo partido, era objeto de frequentes e extensas notas em *Jurisprudencia Argentina*. Pode-se supor que a força desse interesse se tenha, ao menos em parte, nutrido de um repúdio de natureza política à experiência nazista, na medida em que esta se confrontava com os ideais republicanos e democráticos respaldados pela revista sul-americana. Um indício nesse sentido pode ser encontrado na síntese do artigo “Esterilização e direito penal na Alemanha”, do italiano Giuseppe Bettoil, que aparecia em meio a uma nota sobre a edição da brasileira *Revista Forense* de junho de 1935. Embora mantendo o tom de suposta isenção reivindicado pelo periódico portenho, a pequena nota não deixa de expressar um posicionamento:

Ocupa-se da lei alemã de 14 de julho de 1933, pela qual se ordena a esterilização de pessoas que padecem de enfermidades transmissíveis hereditariamente. Expressa que a referida lei teve uma acolhida favorável na opinião pública alemã e em geral, nos países de estirpe germânica. Ao contrário, nos povos de origem latina, francamente adversa.²³⁰

O fato de *Jurisprudencia Argentina* ter emitido juízos sobre movimentações legislativas na Alemanha a partir de um periódico editado no Brasil constitui uma sugestiva ilustração da complexidade das dinâmicas de circulação de ideias, ao mesmo tempo em que aponta para a relevância dos diálogos com o mundo jurídico brasileiro. Entre as revistas de que se deu notícia entre o final da década de 1920 e meados da de 1930, estavam, além do periódico então editado em Belo Horizonte: *Justiça*, publicada em Porto Alegre; *Revista da*

²³⁰ Revistas Recibidas – Revista Forense. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LI, jul.-set. 1935, Bibliografía, p. 31, grifos nossos. Note-se que o periódico argentino reiniciava a numeração de suas páginas em cada uma das divisões, razão pela qual indicaremos sempre a seção em que se encontra o trecho citado.

Faculdade de Direito de São Paulo; Boletim Oficial da Seção de São Paulo da Ordem dos Advogados do Brasil. Todas elas foram objetos de registros reiterados no tempo, embora tenha havido algumas descontinuidades, possivelmente ocasionadas por vicissitudes como dificuldades na remessa dos exemplares para o outro lado da fronteira ou reestruturações de corpos editoriais. Deve-se assinalar que, em regra, as revistas da primeira metade do século XX somente davam notícia, em suas seções de “Bibliografia”, de publicações congêneres com as quais era mantida permuta. Isso aponta para o caráter sólido e institucionalizado desses contatos. Além de ter sido a *Forense* a revista brasileira mais frequentemente mencionada na seção de “Bibliografia” de *Jurisprudencia Argentina*, e vice-versa, ambos os periódicos serviram, um para o outro, como fontes para transcrição de decisões judiciais estrangeiras.

Entre 1929 e 1935, *Jurisprudencia Argentina* publicou sete resenhas de obras de autores brasileiros. A listagem completa revela certa topografia dos conteúdos privilegiados no periódico portenho: *Sociedades por quotas* (1925) e *Manual do Comerciante* (1929), ambos de autoria de Waldemar Martins Ferreira;²³¹ *Bens inalienáveis e impenhoráveis* (1933), de Haroldo Valladão;²³² *Curso de Direito Romano* (1931) de Abelardo Saraiva da Cunha Lobo;²³³ *Sociedades anônimas (Subsídios para a reforma da lei)* (1935), de Gudesteu Pires;²³⁴ *Consolidação das leis referentes à ordem dos advogados do Brasil* (1933), de José Galvão Álvares de Abreu;²³⁵ *Aplicação e retroatividade da lei* (1934), de Bento de Faria.²³⁶ As obras de Ferreira e de Valladão possivelmente chegaram até as páginas de *Jurisprudencia Argentina* a partir de ofertas pessoais dos autores.²³⁷ A maioria dos títulos contemplados toca, de alguma maneira, em temas prementes do debate jurídico argentino do período. Do comentário ao livro

²³¹ JUSTO DASSEN, Juan. *Sociedades por quotas*, de Waldemar Martins Ferreira. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. XLVI, abril-junio 1934, Bibliografía, p. 8-9; JUSTO DASSEN, Juan. *Manual do Comerciante*, de Waldemar Martins Ferreira. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. XLVI, abril-junio 1934, Bibliografía, p. 10.

²³² JUSTO DASSEN, Juan. *Bens inalienáveis e impenhoráveis*, por Haroldo Valladão. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. XLVI, abril-junio 1934, Bibliografía, p. 10.

²³³ JUSTO DASSEN, Juan. *Curso de direito romano*, por Abelardo Saraiva da Cunha Lobo. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. XLVII, julio-setiembre 1934, Bibliografía, p. 4-5.

²³⁴ ROSENBUSCH, Erwin O.. *Sociedades anônimas (subsídios para a reforma da lei)*, por Gudesteu Pires. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. L, abril-junio 1935, Bibliografía, p. 24.

²³⁵ GALLINAL, Gustavo. *Consolidação das leis referentes à Ordem dos Advogados do Brasil*, por José Galvão Álvares de Abreu. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LII, octubre-diciembre 1935, Bibliografía, p. 1-2.

²³⁶ VIOLA, Leonardo. *Aplicação e retroatividade da lei*, por Bento de Faria. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LII, octubre-diciembre 1935, Bibliografía, p. 6-7.

²³⁷ Realizamos essa inferência por um duplo motivo: o maior distanciamento temporal entre sua publicação e a veiculação da respectiva resenha na revista; a presença de indícios de que ambos os autores mantiveram relações importantes com o universo intelectual argentino. Na coleção de *La Ley*, revista fundada por Anastasi em 1935, após seu desligamento de *Jurisprudencia Argentina*, disponível na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP, encontra-se o *ex-libris* de Ferreira, que foi professor da casa. Valladão, por sua vez, manteve intensos vínculos com a FACA e o CABA. Ele fez parte, como vimos no capítulo anterior, da delegação do IAB que visitou a Argentina em março de 1927.

de Lobo, sobressai o ideal de um direito científico, estudado rigorosa e sistematicamente. O trabalho de Pires traz à tona as reivindicações pelas reformas das leis, que se fortaleciam, nos anos aqui estudados, tanto no Brasil quanto na Argentina. A *Consolidação* de Abreu, por sua vez, remete às iniciativas de organização profissional, bem como aos esforços para garantir a proeminência dos juristas na cena pública.

A nota sobre a obra de Bento de Faria, perpassada pelos debates relativos ao direito como forma de limitação do arbítrio estatal – um tema de nítido conteúdo político –, deixa entrever de forma ainda mais explícita como o olhar para fora constituía, muitas vezes, uma maneira de falar sobre o que se passava dentro das próprias fronteiras nacionais. A resenha se abria com os enfáticos dizeres:

A última produção jurídica do doutor Bento de Faria, eminente jurista – cujos trabalhos, por sua intrínseca bondade, são preferencialmente tidos em conta, tanto dentro como fora de sua pátria –, aborda um tema que, por sua própria índole, [...] deveria ser tomado em conta ininterruptamente pelo legislador e pelo juiz, em seu caráter de sancionador e intérprete da lei, respectivamente.²³⁸

Publicada essa resenha poucos anos após uma ruptura institucional que alijara do poder o partido a que se ligaram os fundadores da revista, o destaque dado ao debate sobre a possibilidade ou não de uma lei produzir efeitos quanto a momentos anteriores ao de sua edição ganha eloquentes ares de combate político – ainda mais se aliado à presença quase obsessiva das discussões sobre a legitimidade jurídica dos “governos de fato” nas páginas de *Jurisprudencia Argentina*.

Leonardo Viola, o colaborador responsável por assinar a nota, preocupou-se igualmente em exaltar a “contribuição argentina” à obra de Faria. Quando mencionou a discussão a respeito de direito adquirido, ele pôs em relevo o recurso a juristas argentinos na construção do argumento do brasileiro: “E nesta afirmação, até autores nacionais, como Salvat (‘Tratado de derecho civil argentino’, parte geral), são citados para fundamentá-la”. Além disso, a resenha é inteiramente permeada por elogios ao método empregado por Faria, como se observa na conclusão do texto, que destaca o fato de se tratar de “livro metódico e preciso, rico em citações jurídicas e em abundante fundamentação doutrinária”. Logo à frente, a nota elogiava o jurista brasileiro por ter elaborado seu trabalho “consultando e citando em apoio de suas ideias, centenas dos mais conspícuos e reputados tratadistas”.²³⁹ Cabe lembrar

²³⁸ VIOLA, Leonardo. *Aplicação e retroatividade da lei*, por Bento de Faria. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LII, outubro-diciembre 1935, Bibliografía, p. 6, grifos nossos.

²³⁹ VIOLA, Leonardo. *Aplicação e retroatividade da lei*, por Bento de Faria. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LII, outubro-diciembre 1935, Bibliografía, p. 6-7.

que um desses autores de tratados era, justamente, o argentino Salvat, e que tal obra fora doada pela FACA ao IAB em 1927. Se não temos como afirmar que foi esse o caminho para que Faria se apropriasse do trabalho do argentino, a conjugação de tais dados sugere, ao menos, um interesse compartilhado pelo tratado.

O Brasil também se fez presente na seção “Bibliografia” de *Jurisprudencia Argentina* não como local de edição de obras comentadas ou país natal de autores, mas sim como *objeto* de análise. Isso se deu por meio da resenha de *Reorganización del sistema constitucional del Brasil (Constitución del 16 de julio de 1934)*, obra lançada em 1935 por Faustino J. Legón, professor nas universidades de Buenos Aires e La Plata. Trata-se de uma tradução ao castelhano da Constituição Brasileira de 1934, precedida de uma introdução crítica de Légon. Mais do que aquilo que essa rápida elaboração de uma versão do texto constitucional – talvez motivada pela visita de Vargas ao país – e a preocupação em comentá-lo expressam quanto aos intercâmbios intelectuais entre Brasil e Argentina, interessa-nos ressaltar como a análise sinaliza para a defesa de certo ideal americanista. Também presente em reiterados elogios à produção de juristas brasileiros como motivos de “orgulho para a América”, esse ideal expressa certas imbricações entre o nacional e aspectos que o ultrapassam:

Dignas também de assinalar-se para maior comentário são as *cláusulas de conteúdo humano e supranacional* estampadas nesta constituição e com honrosos precedentes na anterior. [...] Se se assinala como fim da educação a formação do espírito nacional para o fortalecimento da vida econômica e moral da Nação, ele *tem como natural coroação e complemento o desenvolvimento concêntrico da “consciência da solidariedade humana”*. Não será tolerada a propaganda de guerra.²⁴⁰

É importante registrar que o interesse pela constituição brasileira promulgada em 1934 de forma alguma se restringiu às páginas de *Jurisprudencia Argentina*, encontrando numerosas outras expressões no mundo intelectual do país platino. Já vimos como a nova carta constitucional seria mobilizada em meio à visita de Vargas, inclusive durante a passagem de Alzira Vargas pela Facultad de Derecho da UBA. O Instituto Popular de Conferencias, por sua vez, convidaria um antigo promotor da aproximação com o Brasil para discursar a seu respeito: Rodolfo Rivarola. Ele abriu sua fala afirmando que o ato era de homenagem, e que sua dissertação respeitaria tais limites, não se atrevendo a tentar explicar “a magna obra de ciência política, que é a Constituição do Brasil”, então com apenas 10 meses de vigência. Para Rivarola, também não “habilitaria para explicá-la o interesse que suscita a analogia de

²⁴⁰ GALLINAL, Gustavo. *Reorganización del sistema constitucional del Brasil (Constitución del 16 de julio de 1934)*, por Faustino J. Legón. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. L, abril-junio 1935, Bibliografía, p. 2-3, grifos nossos.

aspectos e problemas políticos e sociais, que se diria comuns dos nossos”. Reconhece, contudo, que uma análise comparativa poderia ser útil para “certa colaboração de brasileiros e argentinos, no estudo da posição que cada um dos dois países ocupa frente aos extremismos europeus, e a necessária consciência de seu particular destino que ainda os assinala como povoadores de um Novo Mundo”. De forma semelhante ao que fizera o resenhista de *Jurisprudencia Argentina*, Rivarola associaria essa preocupação americanista, ou melhor, essa verdadeira defesa da liderança da Argentina e do Brasil no continente ao conteúdo social de algumas das disposições do texto aprovado em 1934. O foco de sua fala seria, assim, explorar “como a Constituição do Brasil deixou à parte os moldes da anterior e da nossa, simples organização do governo para administrar o Estado, e assegurar direitos para todos os habitantes: ela é, ademais, *um código de organização da sociedade*”.²⁴¹ Essas apreciações do novo texto fundamental brasileiro se inscreviam em um movimento de profundos questionamentos aos pressupostos jurídicos que prevaleceram no século XIX, dando ensejo a amplas lutas pela reformulação do direito, como discutiremos mais à frente.

Do outro lado do Rio da Prata, a fundação da *Revista Forense* se dera alguns anos mais cedo que a de *Jurisprudencia Argentina*, em 1904. Seus primeiros diretores foram Estevão Pinto e Francisco Mendes Pimentel, ambos então professores da Faculdade de Direito de Minas Gerais. Desde os primeiros fascículos, a revista seguia, em sua organização básica, a já mencionada divisão em doutrina, jurisprudência e legislação (nesta ordem), adicionando a essas seções um espaço dedicado a “pareceres e razões”. Não contemplados com uma divisão específica em *Jurisprudencia Argentina*, tais textos emanavam, na maior parte das vezes, de consultas a juristas sobre temas controversos, sobretudo no curso de litígios, e podem ser vistos – inclusive por sua colocação no interior dos volumes – como uma espécie de meio-termo entre a abstração dos trabalhos teóricos e a concretude das decisões judiciais.

Embora seu lançamento tenha sido precedido pela publicação de um prospecto,²⁴² a *Forense* não trazia, em seu primeiro número, qualquer texto programático. A revista procurava, entretanto, estabelecer um diálogo com os leitores na seção “Notas e notícias”, inserida ao final de cada fascículo, o que permite perceber certos traços de sua linha editorial.

²⁴¹ RIVAROLA, Rodolfo. *La Constitución del Brasil en 1934*. Algunos aspectos políticos y sociales. Conferencia pronunciada en el Instituto Popular de Conferencias de Buenos Aires, el 17 de Mayo de 1935. Buenos Aires: L. López y Cia., 1935, p. 3 grifos nossos.

²⁴² Não conseguimos localizar cópias desse impresso, mas algumas menções a ele são feitas nos primeiros fascículos da *Forense*. Ver *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. I, n. 1, jan. 1904, p. 90. Para uma análise mais detalhada da trajetória desse periódico, remetemos, novamente, à nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 80-104.

É interessante notar como essa divisão se abre, no exemplar inaugural, com uma busca por tecer relações com outros títulos similares: “A *Revista Forense* saúda a imprensa brasileira, e dirige especiais cumprimentos às publicações congêneres da Capital Federal e dos Estados”.²⁴³ Somente alguns anos mais tarde, porém, essa busca pelo relacionamento com outros periódicos do gênero se voltaria de maneira decisiva para fora das fronteiras nacionais, observando o movimento geral de aproximação por meio da cultura que ganhou força no entreguerras.

Ao contrário do que ocorreu em *Jurisprudencia Argentina*, o estabelecimento de uma seção voltada especificamente ao registro do movimento bibliográfico foi objeto de uma nota explicativa. Junto à seção de “Crônica” – nome com que fora rebatizada a divisão de notas diversas – de fevereiro de 1931, lê-se, sob o subtítulo “Bibliografia”:

Iniciamos, neste número, a seção de bibliografia, que será um registro dos livros que nos forem enviados, com ligeira apreciação sobre o seu valor jurídico ou prático.

À guisa de crítica, iremos registrando o movimento mensal de livros que vão surgindo na nossa escassa produção jurídica. Esperamos que esta seção preencha os seus fins, que são: *estimular, com os aplausos, os que estudam e produzem; concorrer para que o leitor tenha bons livros na sua biblioteca.*²⁴⁴

Duas constatações curiosas emergem da leitura de tal trecho. A primeira delas é a de que aquilo que era apresentado como uma novidade na revista não o constituía propriamente: embora isso não se tenha dado de maneira sistemática, há diversos registros de movimento bibliográfico em momentos anteriores da trajetória da *Forense*. O que mais chama a atenção, porém, é que o anúncio da seção de “Bibliografia” não acarretou seu efetivo estabelecimento. Em muitos números, ela apareceu como uma subdivisão de “Crônica”; em outros, sequer foi publicada.

Até 1935, comentários substanciais sobre a produção jurídica argentina são raros, embora haja muitos registros de revistas editadas no país vizinho. Como já sugerimos, o título listado com maior constância era *Jurisprudencia Argentina*, mas também foram contempladas diversas outras revistas, compondo um rol mais extenso que o de publicações brasileiras presentes naquele periódico. Isso talvez se explique pelo maior grau de desenvolvimento do mercado editorial argentino, fato que, como temos visto em diversos outros âmbitos, não raro rendia a admiração dos intelectuais brasileiros. As próprias revistas *Forense* e *Jurisprudencia Argentina* exemplificam a assimetria existente entre os dois universos editoriais: a segunda era publicada em formato maior, contava com paginação muito mais extensa e trazia um

²⁴³ *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. I, n. 1, janeiro de 1904, p. 89.

²⁴⁴ Bibliografia. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. LVI, nº 332, fevereiro de 1931, p. 207, grifos nossos.

trabalho gráfico de mais alta qualidade que a primeira. Não surpreende, assim, que certo assombro diante do desenvolvimento do país vizinho transpareça em nota publicada em 1919 sobre a então recém-lançada *Revista de Economía Argentina*:

começou a ser editada em Buenos Aires esta magnífica publicação que, além de registrar dados estatísticos sobre o formidável surto econômico da grande República Platina, traz em cada fascículo notáveis artigos sobre os problemas sociais, que os cientistas e estadistas argentinos estudam com larga visão crítica e com a confiança que lhes dá a predestinação gloriosa de sua formosa pátria.²⁴⁵

Também com ares de reverência, expressava-se um forte interesse pela célebre *Revista de Derecho, Historia y Letras*, dirigida por Estanislao Zeballos. Em nota publicada em 1918 pela *Forense*, podem-se perceber tanto um sutil “orgulho americanista” pela qualidade da publicação, quanto a busca por exaltar a presença de nacionais em meio à imprensa especializada estrangeira. Afirma-se que a revista “faz honra à cultura da grande República Platina, que tem no ilustre professor [Zeballos] um dos seus tipos mais representativos. A competência do diretor, especialmente em assunto de Direito Internacional, fazem [sic] desta revista um apreciado órgão de consulta, citado a miúdo pelos publicistas estrangeiros”. Logo em seguida, ressalta-se a participação brasileira na revista – e não de um brasileiro qualquer, mas de alguém que começava, naquele mesmo ano, a tecer fortes laços tanto com a Argentina quanto com Zeballos: “No fascículo de dezembro colabora o nosso patricio dr. Oliveira Lima, que no artigo ‘Necessidade faz lei’ comenta a orientação norte-americana, a qual, parece-lhe, não é tão desinteressada, como fazem supor as palavras do Presidente Wilson”.²⁴⁶

Um outro tipo de registro bibliográfico chama a atenção, na medida em que permite entrever intercessões adicionais da circulação de impressos entre Brasil e Argentina com a atuação de órgãos representativos da advocacia. Trata-se do registro, no volume correspondente ao segundo semestre de 1919, de dois folhetos remetidos pelo Colegio de Abogados de Buenos Aires à redação da *Forense*: um exemplar da *Memoria, balance y cuentas*, acerca do qual a *Forense* destaca o dado de que os volumes catalogados na biblioteca excediam 11 mil, e *Reglas de ética*, adotadas pela associação do foro de Nova York em 1909 e traduzidas para o castelhano por iniciativa também do CABA.²⁴⁷ Quanto a livros, encontramos apenas 2 registros, sobre os quais não foram tecidos comentários: *La función*

²⁴⁵ Revista de Economía Argentina. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXI, 1919, p. 387.

²⁴⁶ Revista de Derecho Historia y Letras. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXIX, 1918, p. 129.

²⁴⁷ Memoriais e outras publicações. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. XXXII, 1919, p. 203

notarial en las relaciones jurídicas, de José Maximo Paz, e *La nouva [sic] ley de Propiedad Intelectual*, de Lucila de Gregorio Lavie, ambos citados no fascículo de outubro de 1935.²⁴⁸

Em janeiro de 1936, a *Revista Forense* transferiu sua redação para o Rio de Janeiro. Tal fato foi descrito, no editorial de lançamento do novo formato, como um movimento de “nacionalização” da revista.²⁴⁹ Esse momento marca, efetivamente, uma ruptura na trajetória do periódico. A partir de então, a revista ingressa em uma fase bastante distinta, tanto no que tange a seu conteúdo, quanto em relação a sua difusão e a sua importância nos debates públicos. Passam a ser mais substanciais, também, seus esforços de diálogo com países estrangeiros. Já em 1935 encontram-se sinais nesse sentido. Isso porque, embora tenha continuado, em tal ano, a ser editada em Belo Horizonte, a revista passou a ser controlada por Pedro Aleixo e Bilac Pinto – ambos então juristas bastante jovens, que desenvolveriam, mais tarde, extensa carreira política, sobretudo junto à União Democrática Nacional –, os responsáveis por seu estabelecimento na capital da República. No primeiro fascículo publicado sob o comando de Aleixo e Bilac Pinto, que cobriu os meses de janeiro a março de 1935, possivelmente em função de atrasos editoriais ocasionados pela transferência de comando do periódico, os novos diretores afirmavam, após uma breve descrição das novas seções que traziam para a revista, o compromisso em veicular “não só a colaboração de nomes consagrados no país, como também de juristas estrangeiros”.²⁵⁰

Em momento bastante próximo, a seção bibliográfica de *Jurisprudencia Argentina* sofreu significativas alterações. A partir do tomo referente aos meses de julho, agosto e setembro de 1936, muito provavelmente em função da presença de um novo redator da subseção de revistas – que passou a ser assinada por Gilberto Cuestas, quando, anteriormente, era apócrifa –, os comentários sobre artigos de periódicos se tornam mais extensos e substanciais. Tanto nas resenhas de revistas quanto nas de livros, observa-se um aumento no interesse pelo Brasil.

Uma irônica e ácida crítica a um folheto publicado em língua espanhola no Rio de Janeiro em 1937 por Argentino B. Rossani dá uma boa medida da relevância que foi atribuída ao país:

Tanto por seu fundo como pela forma, este fascículo constitui uma *mostra insuperável de candor infantil*. Se tivesse sido escrito por um estudante da escola primária, o teríamos lido integralmente com a curiosidade de inteirarmo-nos sobre como um menino de pouca idade vê os fenômenos sociais que o circundam. *Um cartão colocado entre a capa e a primeira*

²⁴⁸ Livros e memoriais recebidos. *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. LXV, n. 388, 1935, p.1 426

²⁴⁹ *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXVI, n. 391, jan. de 1936, p. 3.

²⁵⁰ *Revista Forense*. Belo Horizonte, v. LXIV, n. 379-381, jan.-mar. 1935, p. 207.

*página diz, debaixo do nome do autor: “Cônsul da Argentina”, “Rio de Janeiro”. Parece, pois, que se trata de um adulto e, adicionalmente, de um membro de nosso corpo consular. Como agravante, escreve em um país onde qualquer pessoa medianamente culta entende o espanhol. Por nosso país e pelo autor, teríamos preferido que o senhor Rossani estivesse destacado em Tóquio ou Calcutá.*²⁵¹

Na virada da década de 1930 à de 1940, são abundantes os comentários sobre livros e artigos brasileiros, com especial atenção para os amplos projetos de reformas legislativas desenvolvidos pelo governo Vargas e para os novos códigos então elaborados. O número de setembro de 1941 é particularmente ilustrativo das dinâmicas de circulação de impressos e ideias entre Brasil e Argentina. A seção dedicada ao comentário de artigos selecionados de revistas trazia, em sequência, uma nota sucinta e informativa sobre um texto do argentino Mauricio Yadarola que a *Revista de Direito Comercial*, editada no Rio de Janeiro, publicara com o intuito de noticiar um congresso nacional dedicado ao tema em que o periódico se especializava, e outro sobre uma conferência do brasileiro Pedro Batista Martins. Ao ser transcrita pela *Forense*, tal conferência recebera o sugestivo título “Getúlio Vargas e a renovação do direito nacional”. O registro de *Jurisprudencia Argentina* se abria com dizeres que denotavam atenção cuidadosa aos movimentos de transformação legislativa e teórica em curso do outro lado da fronteira:

*É um interessante artigo de política jurídica em que o autor trata principalmente de demonstrar que o direito não é produto da razão, no sentido de que as teorias são a parte mais relativa e passageira na realização dos princípios do direito, que se baseia em primeiro lugar na bondade de sua aplicação e se justifica por ela. Com este pensamento fundamental desenvolve seu trabalho para dar ideia da natureza das transformações jurídicas alcançadas em seu país, sobretudo no que diz respeito à socialização do direito.*²⁵²

Exemplos nessa linha poderiam ser multiplicados, mas nos deteremos sobre resenhas de registro levemente diverso, que permitem perceber a centralidade que os periódicos adquiriram em meio aos fluxos intelectuais entre os dois países. Além das constantes notas sobre a *Revista Forense*, *Jurisprudencia Argentina* publicou resenhas de diversas obras de seu diretor, Bilac Pinto. É bastante provável que tais obras tenham sido remetidas ao país vizinho juntamente com o periódico que ele comandava, numa política de promoção concomitante de seu trabalho individual e da produção coletiva que são inevitavelmente as revistas. Entre as

²⁵¹ CUESTAS, Gilberto. *Clasismo*, por Argentino B. Rossani. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. LIX, jul.-set. 1937, Bibliografía, p. 9, grifos nossos.

²⁵² RODRÍGUEZ ARIAS, Julio C.. Revistas. *Jurisprudencia Argentina*. t. LXXV, jul.-set. 1941, Bibliografía, p. 34, grifos nossos. Analisaremos essa conferência de Batista Martins, que fora o autor do projeto que resultou no código de processo civil promulgado em 1939, no próximo capítulo.

obras resenhadas, estava *Reglamentação efetiva dos serviços de utilidade pública*, publicada por Bilac Pinto por meio da casa editorial associada à *Forense* em 1941 e discutida não apenas uma, mas *duas* vezes por *Jurisprudencia Argentina*. A primeira resenha, veiculada no mesmo número que comentou a conferência de Pedro Batista Martins, tinha um tom descritivo e sóbrio, abrindo-se com a afirmação de que a obra era “corretamente editada”.²⁵³

A segunda, por sua vez, assumia um teor mais valorativo. Logo de partida, o autor brasileiro era descrito como um “jurista de maturidade e de personalidade”. Afirmava-se que a discussão central da obra girava em torno da possibilidade de intervenção estatal para conter abusos do poder econômico. Certo teor de crítica política aparece sutilmente quando a apreciação comenta que, segundo Bilac Pinto, a constituição brasileira de 1937 havia “rompido com o princípio de Montesquieu”. A resenha se encerrava com um juízo profundamente elogioso ao autor:

a obra do prestigioso professor Bilac Pinto é de sumo interesse, pois à importância da matéria e à sua crescente atualidade, agrega-se o amplo conhecimento de seu autor, seu espírito de iniciativa e de independência em suas concepções, sempre dentro de um ponderado equilíbrio, como convém a sua reconhecida autoridade científica.²⁵⁴

Ambos os comentários sobre a obra de Bilac Pinto foram reproduzidos poucos meses depois, na língua original, com referência completa da fonte e sem quaisquer alterações do texto, na *Revista Forense*. Isso expressa o empenho do autor na promoção tanto de seu próprio trabalho quanto dos interesses empresariais do grupo editorial que comandava – as notas de *Jurisprudencia Argentina* foram apenas duas entre as nada menos que *onze* resenhas de *Reglamentação efetiva*... reproduzidas na *Forense*. Entre elas, duas foram extraídas de periódicos uruguaios e mais três de revistas argentinas: uma assinada por Julio A. Decoud, extraída de *La Ley*, concorrente de *Jurisprudencia Argentina* lançada em 1936 e que também tivera Leonidas Anastasi como um de seus idealizadores; outra originalmente veiculada no *Anuario del Instituto de Derecho Público*, de autoria do conhecido administrativista Rafael Bielsa, que tinha uma circulação importante no Brasil; a última reproduzida da *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Assinada por Julio N. San Millán Almagro, esta nota se abria citando uma afirmação de Bilac Pinto sobre como a intervenção estatal era um traço característico da época, à qual o resenhista acrescentava, sempre tomando como base a obra do brasileiro: “Todos os valores políticos essenciais na concepção liberal-individualista do

²⁵³ RODRÍGUEZ ARIAS, Julio C.. *Reglamentação efetiva dos serviços de utilidade pública*, por Bilac Pinto. *Jurisprudencia Argentina*. t. LXXV, 1941, jul.-set. 1941, Bibliografía, p. 30-31.

²⁵⁴ *Reglamentação efetiva dos serviços de utilidade pública*, por el Dr. Bilac Pinto. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. II, abr.-jun. 1942, Bibliografía, p. 20-21.

Estado e da vida sofrem um processo de substancial modificação”. Depois de expor brevemente os principais argumentos do livro, San Millán Almagro afirmou que se tratava de uma obra sumamente interessante, escrita com clareza sobre um tema que, como indubitavelmente ocorre com o dos serviços públicos, reveste enorme importância e transcendência nos Estados Modernos”. Encerrou asseverando que a “competência do autor – professor especializado na matéria” – era um fator que contribuía para valorizar realmente o livro”.²⁵⁵

Além de denotar um interesse compartilhado em teorias e inovações jurídicas, particularmente aquelas que eram críticas ao individualismo e ao liberalismo, a presença da resenha da obra de Bilac Pinto na *Revista del Colegio de Abogados* nos remete a uma dimensão dos usos dos impressos que falta explorar: o seu emprego em favor de projetos institucionais. Tanto o CABA quanto o IAB se preocuparam em fazer de publicações regulares parte de sua atividade intelectual e associativa, empregando-as simultaneamente como mecanismos de intervenção na vida pública e instâncias de divulgação das ações que promoviam. Nos momentos em que não contava com uma publicação autônoma, as notas sobre as atividades do Colegio encontraram acolhida em empreendimentos editoriais comandados por dois de seus sócios de primeira hora de maior projeção: a *Revista de Derecho, Historia y Letras* de Estanislao Zeballos, e a *Revista Argentina de Ciencias Políticas* de Rodolfo Rivarola. A cooperação da segunda delas era mencionada já na primeira *Memoria* que o CABA dirigiu a seus sócios, com um agradecimento pelo “desinteressado e importante concurso” que Rivarola prestava à nova organização ao lhe disponibilizar suas colunas, também abertas a trabalhos de seus sócios.²⁵⁶

Meia década mais tarde, o relatório da presidência registrava que o CABA havia criado um *Boletín*, em que se publicavam resumos de suas atas, notas sobre suas gestões administrativas e outras informações de possível interesse para seu membro.²⁵⁷ Esse mecanismo de publicidade logo seria considerado insuficiente. “Dada a importância do Colegio de Abogados de Buenos Aires”, dizia a *Memoria* do exercício encerrado em outubro de 1921, “não se concebia sua existência sem que um órgão de imprensa refletisse suas ideias, difundisse e estudasse a doutrina, a legislação e a jurisprudência em sua evolução atual”. Tomara-se, assim, a decisão de substituir o boletim por uma revista bimestral. No relatório

²⁵⁵ SAN MILLÁN ALMAGRO, Julio N.. *Reglamentación efetiva dos serviços de utilidade pública*, por Bilac Pinto. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XX, n, 1, jan.-fev. 1942, p. 101-103.

²⁵⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos presentados por el directorio*. Buenos Aires: [n. ed.], [1914], p. 8.

²⁵⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920, p. 7.

anexo ao mesmo folheto, Rodríguez Saráchaga registrou sua satisfação com o fato de que a biblioteca que comandava passaria a ser empregada também para a confecção da *Revista*. Expressou, também, o desejo de que esse periódico logo se ocupasse de publicar o catálogo da biblioteca, permitindo que todos os seus leitores soubessem, “em seu domicílio, se está naquela a obra de que necessitem”.²⁵⁸

O primeiro exemplar da *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* foi editado em novembro de 1921. Trazia já em sua contracapa um ambicioso projeto, comprometendo-se a aparecer bimestralmente em volumes de 128 páginas, publicar “artigos originais sobre questões jurídicas e forenses”, informar “acerca do movimento legislativo nacional e estrangeiro”, comentar “a jurisprudência dos tribunais nacionais e provinciais”, além de trazer “a relação das iniciativas mais importantes” do CABA e análises das “obras de direito que se lhe enviem por duplicado e os artigos que apareçam em jornais e revistas, sobre temas relacionados com a índole das questões que constituem sua especialidade”. Distribuída gratuitamente para os sócios, a revista também anunciava outros serviços que o Colegio disponibilizava, incluindo a biblioteca e um consultório jurídico gratuito.²⁵⁹

Esse programa, próximo ao dos periódicos jurídicos de ambições generalistas, seria efetivamente executado ao longo dos anos seguintes, o que provavelmente explica como a revista conseguiu alcançar uma longevidade e uma estabilidade raras em publicações institucionais. Ela chegou a ser interrompida em função de dificuldades financeiras após o número relativo a agosto e outubro de 1923. Retomada em julho de 1925, ela não sofreria qualquer outra descontinuidade no período desta pesquisa, embora a edição de alguns números duplos ou mesmo triplos, bem como outros com quantidade de páginas inferior à usual, sugiram dificuldades materiais. A fase em que a *Revista* apresentou um projeto intelectual mais sólido, e também esteve bastante empenhada na promoção de ideais americanistas, foi aquela em que seu comando foi entregue a Enrique Gil, entre 1928 e 1941.²⁶⁰ Em 1942, a direção foi transmitida a Alberto G. Spota. O novo projeto gráfico reforçava o caráter institucional ao incorporar à capa o símbolo da instituição, e também se valia de inovações do mercado gráfico, empregando mais cores.

²⁵⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921, p. 6; 14.

²⁵⁹ *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, v. I, n. 1, nov. 1921, 2ª capa.

²⁶⁰ Realizamos uma análise mais extensa da revista do CABA, centrada na direção de Enrique Gil e na questão do pan-americanismo, no artigo: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *A Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires: um projeto (pan)americanista? (1928-1941)*. *e-Hum*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan.-jul. 2014, p. 59-70.

Capas do primeiro número da revista e de um dos primeiros exemplares editados sob o comando de Alberto G. Spota. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 1, nov. 1921; t. XX, n. 5, set.-out. 1942.

A *Revista del Colegio de Abogados* teve circulação considerável no Brasil, sendo citada nas seções de registro bibliográfico de uma dezena de títulos congêneres editados nesse país e até mesmo tendo seus textos reproduzidos nas páginas de algumas das mais prestigiosas publicações da área, como a *Revista Forense*. A trajetória muito mais tortuosa das publicações do IAB certamente constituiu parte da motivação para que elas não contassem com uma repercussão equiparável na Argentina. Embora previsse, já em seu regulamento, aprovado em 1844, a publicação de uma revista, o Instituto raramente o conseguiu fazer de forma regular.²⁶¹ A monografia de Armando Vidal que tratou da história do IAB no *Livro do centenário dos cursos jurídicos* trouxe inúmeras menções às tentativas de fundar e refundar sua *Revista*, “que, suspensa em 1888, seria publicada em fascículos mensais, em 1893, para

²⁶¹ Ver GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 250. Uma criteriosa análise do período em que a revista se desenvolveu com maior vigor, as décadas de 1860 a 1880, foi feita em: SOUZA, Marjorie Carvalho de. *Periodismo jurídico oitocentista: a Revista do IAB na cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX (1862-1888)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito). Deve-se registrar, contudo, que, mesmo em tais anos, a publicação não seguiu uma periodicidade regular.

ser em 1894 novamente suspensa, como o foi também, em 1908, a nova fase de 1906”. Em 1925, dizia ele mais à frente, o Instituto reiniciaria a publicação periódica, “que a reforma dos estatutos de 1917 denominou *Boletim* e cuja direção me foi confiada”.²⁶²

Exemplos de atrasos no processo de editoração do *Boletim* do IAB. À esquerda, capa do número relativo a abril-dezembro de 1928, contendo o registro de que ele somente foi publicado em março de 1931. À direita, informe encartado em uma das edições, informando que o volume anterior ainda não fora publicado. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, abr.-dez. 1928; v. X, n. 1, set. 1932.

Essa fase logo se mostraria, contudo, instável. Parte da dificuldade em manter a regularidade e a periodicidade do *Boletim* parece ter resultado de atrasos da Imprensa Nacional. Se o emprego dos parques gráficos sugeria um prestígio do Instituto, ele também o sujeitava às vicissitudes da vida política. Foi também Armando Vidal quem expressou sua insatisfação com os atrasos dos serviços de impressão, ao elaborar como secretário do IAB o relatório de suas atividades no ano de 1927: “Não conseguiu esta secretaria obter a impressão de números do ‘Boletim’, apesar de já terem sido entregues os originais de quatro números à Imprensa Nacional. É de lamentar a dificuldade com que luta a Imprensa Nacional para a

²⁶² FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928, p. 396; 409; 428.

entrega do ‘Boletim’.”²⁶³ Ao contrário do que ocorria com a *Revista* do CABA, que manteve um formato relativamente estável durante praticamente todo o período, houve muitas oscilações no formato e no conteúdo do *Boletim* do IAB. Seus fascículos ora privilegiavam trabalhos acadêmicos elaborados pelos sócios, ora se centravam na transcrição das atas de suas sessões, ora mesclavam textos de fundo a material institucional.

De forma condizente com sua condição de “homem de revista”, Enrique Gil dedicaria um lugar ao estímulo à difusão de impressos em meio à “opinião sobre solidariedade continental” que expôs ao primeiro encontro da Federação Interamericana de Advogados em Havana, em março de 1941. Gil defendeu, assim, a necessidade de dar “ao livro jurídico, científico” a difusão e a circulação devidas, recorrendo, inclusive, a traduções quando necessário. Também seria conveniente criar, em cada país, um instituto bibliográfico responsável por publicar um boletim que “circule em todo o continente nas três línguas principais”. Seria necessário, ainda,

robustecer o fator disciplinar, educativo e forense da Federação Interamericana e dos Congressos Internacionais, para chegar, sem prejuízo de sua feição jurídica e com ela mesma como instrumento, ao ideal perseguido na atualidade por todas as instituições culturais do Continente, para realizar, conquistar e estreitar em prestigiosa conjunção, coordenação e harmonia a unidade espiritual da América.²⁶⁴

A FIA parece ter partilhado, ao menos parcialmente, o apreço pelos impressos que Gil expressaria. Além das já discutidas resoluções sobre a circulação internacional de livros e a formação de centros de documentação jurídica aprovadas na conferência de Havana, a Federação discutiu, já em seus primeiros momentos, a possibilidade de contar com um periódico. Chegou a consultar a Rockefeller Foundation e o Coordinator of Inter-American Affairs sobre a possibilidade de que auxiliassem a financiar a empreitada editorial. A ideia original era que se tratasse de uma publicação bilíngue, editada em inglês e em espanhol. Ao menos no período contemplado nesta pesquisa, contudo, a publicação não chegou a se concretizar, muito possivelmente em função da entrada dos Estados Unidos na guerra, que chegou a ser mencionada como um empecilho ao periódico em uma das reuniões do conselho diretivo da Federação.²⁶⁵

²⁶³ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório das Ocorrências e Principais Trabalhos no ano de 1927*. Apresentado em sessão de 18 de outubro de 1928 pelo 1º Secretário, Advogado Armando Vidal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931, p. 20.

²⁶⁴ GIL, Enrique. Una opinión sobre solidaridad continental. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIX, n. 2-3, mar.-jun. 1941, p. 49-50.

²⁶⁵ Ver INTER-AMERICAN Bar Association. Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Indianapolis, September 30, 1941; Minutes of a Meeting of the Executive Committee of the Inter-American Bar Association held at Washington, DC, January 31, 1942, Manuscritos,

Por fim, é importante registrar que, mesmo em momentos em que contavam com órgãos de publicidade própria, as associações da advocacia buscariam garantir sua inserção em outros setores do universo dos impressos. O IAB tinha uma longa e constante relação com o *Jornal do Comércio*, a ponto de guardar em seus arquivos, como substitutos de originais manuscritos ou datilografados, publicações de discursos feitos em seu âmbito e mesmo das atas de suas sessões. Manuel B. Gonnet, no relatório do exercício de 1922 que apresentou como presidente do CABA, deixou claro que os dois tipos de publicação cumpriam funções distintas. Se a revista se direcionava ao público especializado, os jornais supostamente permitiriam dialogar com a sociedade em geral, e mesmo cumprir um papel pedagógico. Ele expressou sua satisfação em comunicar que, “cedendo a legítimas solicitações do Colegio, os importantes órgãos da imprensa da Capital: ‘La Nación’, ‘La Prensa’ e ‘La Razón’ abriram seções de crítica forense”. Segundo Gonnet, essas publicações eram marcadas por

um espírito sereno e elevado sobre questões de interesse geral, que há de contribuir, com sua continuidade, para a educação do povo, no conhecimento e interpretação das leis, para que compreenda até onde chegam seus direitos e quais são seus deveres. Esta colaboração da imprensa ajudará eficazmente à ação do Colegio, singularmente naqueles casos em que estão envolvidos o interesse da justiça e o estímulo aos severos preceitos da ética.²⁶⁶

Lidos em conjunto, os empenhos para perpetuar conferências, congressos e viagens, celebrar publicações, consolidar o conhecimento mútuo em coleções e traduções, fazer de bibliotecas e periódicos mecanismos de fortalecimento institucional, em suma, os distintos usos dos impressos pelos juristas apontam para uma busca por ocupar de formas diferenciadas o espaço público. Esse movimento certamente se associou a reconfigurações suscitadas por um mundo intelectual que, cada vez mais, questionava as credenciais dos bacharéis em direito como interlocutores privilegiados do Estado. É crucial perceber que esses homens não permaneceriam inertes diante de tais censuras – em alguns sentidos, haviam-se antecipado a elas; em outros, foram capazes de reconstruir criativamente seus modos de agir e mesmo seus mecanismos de comunicação. A partir de meados dos anos 1920, a difusão do rádio possibilitaria apostas ainda mais ambiciosas em uma projeção para além dos muros das faculdades de direito, dos tribunais, das instâncias de representação profissional. Com a difusão por ondas sonoras, o critério do letramento se tornava, se não supérfluo, ao menos dispensável na busca por atingir camadas amplas da população. A orientação em direção à sociedade não se limitou, contudo, a uma questão de audiência. Ela se erigiu em um

IABA Library.

²⁶⁶ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio de 1922. Buenos Aires: J. Bodner, 1922, p. 13.

ambicioso, profundo e geograficamente disperso projeto teórico, a partir do qual os juristas reivindicaram para si próprios um conjunto de “missões”. Esperavam fazer de um direito pensado em novos termos a engrenagem central da gestão de conflitos sociais vistos como crescentemente ameaçadores. A operação desse complexo maquinário deveria, naturalmente, ficar a cargo dos detentores do conhecimento especializado, dos “técnicos” habilitados à tarefa em função de anos de estudos e de longas tradições, que supostamente lhes asseguravam uma visão superior à do cidadão comum, uma autoridade autoevidente, inquestionável.

PARTE II

MISSÕES

Capítulo 3

“Técnicos da legalidade”: a “socialização do direito” e a escrita das leis

Entre 1919 e 1920, uma década e meia após ser eleito como o primeiro deputado do Partido Socialista Argentino e na conjuntura de seu envolvimento com a Reforma Universitária, Alfredo Palacios proferiu um curso livre de legislação do trabalho na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires. Nessa série de conferências, realizadas sempre aos sábados, em um provável esforço para integrar um público externo à instituição de ensino, Palacios enfatizava a urgência de elaborar leis de proteção aos operários, às mulheres e à infância, temas pelos quais vinha combatendo no âmbito parlamentar. Ele sustentava, ainda, a necessidade de repensar o direito, seja como campo do conhecimento, seja como prática. Diante das novas circunstâncias da vida moderna, argumentava Palacios, o universo jurídico não poderia mais se sustentar nas concepções individualistas e liberais que haviam prevalecido durante o século XIX. Ele deveria, em substituição, pautar-se pela solidariedade, pela consciência da interdependência mútua e por um senso de “socialidade”.¹

Sob o sugestivo título de *El nuevo derecho*, que denotava desejos de inovação e modernização, parte das conferências foi rapidamente publicada nos *Anales* da faculdade que as abrigara e em separata, cuja folha de rosto indicava se tratar de uma versão parcial de um livro de mesmo nome que se encontrava no prelo.² O volume foi efetivamente editado pouco depois, acompanhado de um prefácio de Manuel B. Gonnet, então vice-reitor em exercício na UBA e que logo se tornaria o primeiro presidente da Federación Argentina de Colegios de Abogados. Além da busca por legitimação sugerida pela escolha do prefaciador, há indícios de que *El nuevo derecho* foi objeto de uma cuidadosa política de difusão por parte de seu autor, que enviou cópias do trabalho a alguns dos intelectuais argentinos mais proeminentes do período, como José Ingenieros e Juan P. Ramos, e também à Biblioteca Nacional. Seus

¹ PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920. Agradecemos ao professor Eduardo Zimmermann por nos ter, pela primeira vez, chamado a atenção para essa fonte fundamental.

² A faculdade reformara seus planos de estudo em março de 1919. A legislação do trabalho foi uma das cátedras expandidas nesse processo, passando a contar com “cursos [...] livres, abertos igualmente aos alunos e ao público, colocando assim a obra dirigente universitária em contato direto com a sociedade e a serviço de suas aspirações”. Memoria Correspondiente a 1918. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 628. Palacios abriu a conferência introdutória (não publicada nos *Anales* nem na separata, que transcreveram as três falas seguintes) reivindicando a Reforma Universitária: “Estamos em plena revisão. Este despertar de entusiasmos, esta criação de atividades que renovam os métodos, que democratizam os estudos, mister será reconhecê-lo, é a consequência da reforma universitária que veio de Córdoba, impulsionada por uma nobre e valente juventude, que eu saúdo aqui da minha cátedra”. PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. 7. Para uma visão geral da Reforma Universitária no curso de direito da UBA, consultar: BUSTELO, Natalia. Derecho, extensión universitaria y revolución social. La Reforma Universitaria en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (1918-1930). *Revista Conflicto Social*. v. 9, n. 16, jul-dez 2016, p. 60-90.

esforços de divulgação da obra chegariam, igualmente, aos meios universitários brasileiros. Nos anos seguintes, *El nuevo derecho* contaria com ao menos mais duas edições, sempre com novas notas do autor. A segunda delas, de 1928, ganhou um prólogo adicional, redigido por Carlos Sánchez Viamonte, que partilhava com Palacios as simpatias pelo socialismo e a atuação junto à Universidad de La Plata. A Editorial Claridad, igualmente ligada às esquerdas e também ao antifascismo, chegou a anunciar uma versão “popular”, “econômica” e “ao alcance de todos” da série de conferências.³

Essa mobilização de redes intelectuais, de mecanismos institucionais e de procedimentos editoriais permitiu uma ampla difusão da obra de Palacios. *El nuevo derecho* se consolidou, assim, como uma das referências centrais nos debates argentinos sobre a necessidade de se promover uma “socialização do direito”, e teve importantes ressonâncias para além das fronteiras do país platino. Um sinal contundente do sucesso dos empenhos de Palacios pode ser encontrado na conferência proferida por Levi Carneiro durante a Exposição do Livro Argentino na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Ao exaltar, em meados de 1940, a produção jurídica argentina, o brasileiro dedicou um lugar especial a *El nuevo derecho*, identificando no curso livre de Palacios e em sua publicação um salutar espírito pioneiro:

Há vinte anos, aparecia na Argentina o livro marcante do fulgurante leader [sic] socialista, Alfredo Palacios – “El nuevo Derecho”. *Renovador de ideias no campo da organização universitária*, Alfredo Palacios foi, talvez, um dos primeiros reveladores do Direito Social na América do Sul, através daquelas páginas ainda hoje cheias de atualidade.

A esse mesmo tempo, o exímio advogado de um operário de poderosa empresa industrial – Carlos Sánchez Viamonte – conseguia o

³ A Biblioteca Nacional argentina dispõe, em seu acervo, de diversos exemplares das distintas edições da obra. Uma das cópias da separata contém dedicatória do autor à *Revista de Filosofía*. Em um dos exemplares da primeira edição em livro, lê-se: “A José Ingenieros, Diretor da *Revista de Filosofía*”. Outro exemplar foi incorporado ao acervo por doação de Juan P. Ramos e, embora não tenha dedicatória, traz o nome “Ramos” manuscrito por Palacios na capa. Um terceiro conta com dedicatória à própria Biblioteca Nacional. A Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP possui várias obras de Palacios, algumas delas com dedicatória do autor, como uma cópia da 3ª edição de *El nuevo derecho* endereçada à própria biblioteca. Na Biblioteca Departamental de Direito do Trabalho, há também uma cópia da 2ª edição, sem dedicatórias ou anotações. A descrição citada está em um anúncio encontrado ao fim de outra obra de Palacios publicada pela Editorial Claridad em 1936. Ao que pudemos apurar, a edição econômica acabou por não se concretizar. O exemplar que carrega o selo de Claridad que consultamos, da 3ª edição, de 1934, certamente não corresponde ao anúncio, pois é anterior à publicação da obra em que este foi veiculado e não se apresenta materialmente como um impresso de baixo custo. De toda maneira, o fato de se haver cogitado essa “edição popular” de uma obra que traz discussões relativamente densas de teoria jurídica já é bastante significativo, e reforça o tom de intervenção pública da argumentação de Palacios. Ver: PALACIOS, Alfredo. *El nuevo derecho. Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 215-280; PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Coni, 1920; PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920; PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: El Ateneo, 1928; PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Claridad, 1934; PALACIOS, Alfredo. *El socialismo argentino y las reformas penales*. Buenos Aires: Claridad, 1936. A respeito da orientação socialista e do engajamento antifascista do grupo de Claridad, sobretudo da revista de mesmo nome (1926-1941), fundada pelo militante espanhol Antonio Zamorra, ver OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas*. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939). São Paulo: Alameda, 2016.

*pronunciamento judicial da irrevogabilidade, por convenção das partes, dos dispositivos da legislação social. Proferiu a decisão o juiz Clodomiro Zavalía, outro autor que se encontra nessa mesma estante, provector decano da Faculdade de Buenos Aires. Pois bem: vinte anos decorreram dessas primeiras afirmações do novo Direito...*⁴

A referência a Sánchez Viamonte pode ser lida como um sinal adicional da circulação de *El nuevo derecho* em meio aos juristas brasileiros: o seu prólogo à segunda edição do livro de Palacios se abria com uma narrativa do processo evocado por Carneiro, incluindo comentários sobre o fato de ter sido Zavalía o autor da sentença.⁵ O sucesso das conferências e do livro também precisa ser entendido à luz do fato de que as preocupações de Palacios não se restringiram aos partidários de suas convicções políticas – e, como a preocupação de difundi-lo internacionalmente e a recepção favorável com que parece ter contado no Brasil sugerem, nem a seus compatriotas. Ao longo das primeiras décadas do século XX, juristas de variadas partes do globo propuseram novas bases para sua disciplina, buscando constituir perspectivas capazes de trazer respostas jurídicas a conflitos sociais percebidos como crescentemente ameaçadores. Ainda que essa busca pela “socialização do direito” tenha assumido distintos matizes ideológicos, tais propostas quase sempre convergiam na recusa de duas posições que, mesmo sendo antagônicas, eram vistas como igualmente capazes de levar ao caos e à desagregação social.⁶ Em um extremo, o liberalismo clássico (uma “liberdade liberticida”, nos termos de Palacios);⁷ no outro, o comunismo (que, com suas pretensões de mudança revolucionária, colocava em questão a própria existência do direito).⁸

A “concepção social do direito” se cruzou frequentemente com esforços para promover estudos sistemáticos sobre as leis e diálogos com as nascentes ciências sociais. Dedicando um lugar central a tais confluências, este capítulo demonstrará como a busca por novos rumos para as disciplinas jurídicas se articulou a uma reconfiguração da figura do jurista. Foram muitos aqueles que se empenharam em estabelecer as bases que permitiriam

⁴ CARNEIRO, Levi. O livro jurídico argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 504, grifos nossos.

⁵ Ver SÁNCHEZ VIAMONTE, Carlos. Prólogo de la 2ª edición. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Claridad, 1934, p. 15-17.

⁶ Seguimos, neste ponto como em outros argumentos do capítulo, a análise de: KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 19-73.

⁷ Palacios emprega a expressão repetidas vezes ao longo das conferências. Ver, em especial, a seção que a carrega como título: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. 75-77.

⁸ Um bom exemplo da recusa desses dois extremos, que eram representados como equivalentes em seu potencial nocivo para a vida em sociedade, pode ser encontrado no prólogo de Manuel B. Gonnet ao livro de Palacios. Gonnet acusa as “forças conservadoras” e os “extremistas” de atuarem igualmente contra as necessárias reformas ao direito. Ver GONNET, Manuel B.. Prólogo. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. VII-VIII.

substituir o bacharel erudito pluripotente pelo “técnico da legalidade”,⁹ tido como mais moderno e adaptado às circunstâncias do século XX. Os debates sobre o que se chamou – por vezes de maneira intercambiável, em outras com deslizamentos relevantes de sentido – de “concepção social do direito”, “socialização do direito”, “humanização do direito”, “novo direito” desempenharam, assim, um papel central na construção de projetos de intervenção sobre a vida pública.

Ainda que os propositores da “socialização do direito” tenham assumido as mais diversas orientações políticas, seus argumentos normalmente convergiam em uma aposta no direito como uma espécie de engenharia aplicável à sociedade. Os juristas reivindicavam para si próprios, dessa maneira, o papel de portadores de um saber “técnico”, capaz de conter os conflitos e promover a melhoria das condições da vida em sociedade. Trabalhava-se, para tanto, com uma noção vaga de “social”, que organizava as discussões e ajudava a estabelecer uma comunidade interpretativa, ao mesmo tempo em que encontrava em sua polissemia e sua ambivalência política fontes de seu poder de mobilização.

Tais reconceptualizações do direito e de seu papel serviram de fundamentos para esforços por fazer da escrita de leis uma tarefa eminentemente intelectual, da qual se deveriam encarregar os detentores do conhecimento especializado. Em nome da “técnica”, os juristas se empenharam em subtrair a atividade legislativa do âmbito parlamentar e inseri-la nos círculos letrados – ou, ao menos, em fazer dos bacharéis em direito colaboradores privilegiados dos deputados e senadores, já não mais como conselheiros eventuais do poder, mas como os portadores de um saber rigoroso e moderno, que não deveria ser ignorado.

Pouco a pouco, e por caminhos distintos na Argentina e no Brasil, essas ideias se concretizaram em mecanismos institucionais – que contavam, por sua vez, com importantes antecedentes no cenário internacional. A partir da conjugação entre o intuito de guiar a escrita das normas, os debates teóricos em torno da “socialização do direito” e as reivindicações mais amplas quanto ao papel dos juristas na vida pública, puderam ser formuladas vastas e ambiciosas propostas de mudanças nas leis. Tais propostas somente puderam existir e contar com repercussão pública significativa a partir do emprego de mecanismos como esforços associativos, publicações, congressos acadêmicos, redes transnacionais, bem como de uma concepção específica sobre o conhecimento jurídico.

⁹ A reivindicação da “técnica” aparece de forma recorrente nas fontes mobilizadas, mas a expressão “técnico da legalidade” é uma construção nossa. Optamos por utilizá-la sempre entre aspas para reforçar o nosso juízo crítico em relação à suposta neutralidade dessa “técnica” e à sua pretensa superioridade sobre a política. Cabe esclarecer, também, que o vocábulo “técnica” designa, aqui, não um uso instrumental do direito, associado a um grau menor de formação ou a profissões “paralegais”, mas sim, e seguindo a linguagem das fontes, uma reivindicação do emprego do conhecimento especializado na tomada de decisões na vida pública.

Tendo em vista a variedade e a complexidade dos temas contemplados, a atenção a dinâmicas que não se restringem aos dois países aqui centralmente analisados e o fato de já existirem alguns estudos importantes sobre parte dos problemas que enfrentaremos, cada uma das seções trabalhará com recortes específicos, que de forma alguma pretendem ser exaustivos. Dito de outra maneira, o argumento se construirá mais procurando explicitar as articulações entre elementos que raramente foram tratados de forma conjunta que explorando a fundo cada um deles. Sempre que possível, privilegiamos fontes ligadas às ações do IAB, do CABA, da FACA ou da FIA. Mesmo trabalhando com debates teóricos bastante complexos e sofisticados, mantivemos a opção de centrar a análise em produções intelectuais efêmeras, em especial conferências e artigos publicados em periódicos. Acreditamos que tais materiais são úteis para percebermos de forma dinâmica as interações entre diferentes latitudes e o desenvolvimento de projetos partilhados. Essa escolha nos pareceu particularmente pertinente porque não nos interessa discutir detalhadamente institutos jurídicos particulares, mas sim apreender a direção geral dos debates. Todo esse percurso será movido pela seguinte indagação: que questões, projetos e resultados especificamente jurídicos pautaram os diálogos entre bacharéis em direito argentinos e brasileiros?

Procuraremos demonstrar, particularmente, que a preocupação com o social esteve longe de se restringir aos domínios jurídicos em que é mais frequentemente analisada, como a legislação do trabalho. Ela se ligou, ao contrário, a um abrangente projeto de reformulação do direito, frequentemente mobilizado para propor inovações legislativas das mais variadas naturezas,¹⁰ ainda que os resultados concretos tenham variado muito entre distintas áreas, e tenham sido sintomaticamente tímidos no âmbito do direito civil. Mais do que isso, tratou-se de um projeto que se desenvolveu e se consolidou a partir de redes reformistas que, a um só tempo, forjaram e propagaram uma determinada maneira de conceber as relações do direito com a vida social e o papel daquele em relação a esta. A França da passagem do século XIX ao XX foi um dos epicentros desse movimento – e há fortes indícios de que o grupo de pensadores que alguns chamaram de “juristas inquietos”¹¹ constituiu um dos principais referenciais que se insinuavam no horizonte tanto de argentinos quanto de brasileiros.

¹⁰ Essa perspectiva nos permite entender como se encontram padrões semelhantes em distintos ramos jurídicos e em diversos países, superando limitações tanto de estudos focados em casos nacionais, quanto daqueles que atribuem a causas internas de determinada especialidade do direito transformações que, na verdade, estavam inseridas em um importante debate de fundo. Em sentido semelhante, ver: KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 25.

¹¹ BELLEAU, Marie-Claire. Les juristes inquiets: clacissime juridique et critique du droit au début du XXe siècle en France. *Les Cahiers de Droit*. Québec, v. 40, n. 3, 1999, p. 507-544.

Projetos globais

Em agosto de 1940, Pedro Batista Martins realizou, no auditório do jornal *A Gazeta*, em São Paulo, uma conferência intitulada “Getúlio Vargas e a renovação do direito nacional”. Martins havia redigido o projeto que se transformou no primeiro código de processo civil cuja abrangência contemplava todo o território brasileiro,¹² promulgado em 1939, e era um homem próximo a Francisco Campos, ministro da Justiça durante boa parte da ditadura do Estado Novo. Quase todas as seções em que o texto foi dividido na publicação feita pela *Revista Forense* remetiam a intuítos de superar as concepções jurídicas do século XIX: “O direito não é produto da razão”, “A democratização do direito”, “Igualdade puramente teórica”, “A autonomia contratual e o direito operário”, “Humanizando o direito”, “Uma nova concepção da propriedade”, “Salvando o Brasil da desagregação e da anarquia”. Avaliando as reformas legislativas promovidas pelo presidente Vargas, Martins sustentou que elas tinham “obedecido a um só sistema e objetivado o mesmo fim”: “a *socialização do direito*, o qual *se vai tornando mais amplo e compreensivo*, porque vai envolvendo, na sua tutela, o interesse do pobre e do rico, do salariado e do proprietário, do homem e da mulher, *sem admitir as excomunhões tão frequentes no direito anterior*”.¹³

Embora não haja qualquer esclarecimento de que se trata de uma apropriação, a forma como Pedro Batista Martins define a “socialização do direito” é praticamente idêntica à conceituação desenvolvida pelo jurista católico francês Joseph Charmont quase quatro décadas mais cedo.¹⁴ Em uma conferência proferida em 1902 como introdução a um curso de direito civil e publicada no ano seguinte pela *Revue de Métaphysique et de Morale*, Charmont fez um dos primeiros usos documentados de uma expressão que era, por si só, um projeto, e que logo contaria com ampla difusão. “La socialisation du droit”, título dado à publicação, foi uma locução reiteradas vezes retomada ao longo da conferência. Sob diferentes roupagens e

¹² Sob a primeira constituição republicana brasileira (1891), os estados tinham autonomia para elaborar suas leis processuais. A constituição de 1934 determinou a unidade do direito processual, que se concretizou, no âmbito cível, em 1939, e no penal em 1941. A elaboração de um código de processo penal de abrangência nacional foi recentemente analisada em detalhes em: VALLE, Gabrielle Stricker do. *Uma história da cultura jurídica processual penal brasileira (1930-1945)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018 (Dissertação de mestrado em Direito). Também tratamos brevemente da unificação das leis processuais em nossa dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 260-268.

¹³ MARTINS, Pedro Batista. Getúlio Vargas e a Renovação do Direito Nacional. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, novembro de 1940, p. 260, grifos nossos.

¹⁴ No texto de Charmont, a definição era feita nos seguintes termos: “Socializar o direito é torná-lo mais compreensivo, mais amplo que ele era, estendê-lo do rico ao pobre, do proprietário ao assalariado, – do homem à mulher, – do pai ao filho, para dizer tudo, é o reconhecer em benefício de todos os membros da sociedade”. CHARMONT, J.. La socialisation du droit (Leçon d'introduction d'un cours de droit civil). *Revue de Métaphysique et de morale*. Paris, 1903, p. 380.

obedecendo a ritmos distintos, ela suscitaria, nos anos que separam as falas públicas do francês e do brasileiro, acalorados debates, bem como transformações fundamentais não apenas nas concepções de direito, mas também nas normas jurídicas. O interesse com que a conferência sobre a “renovação do direito” brasileiro sob Vargas foi rapidamente recebida na revista *Jurisprudencia Argentina*¹⁵ pode ser lido como um sinal da ampla difusão territorial de tais debates.

A apropriação de Charmont por Batista Martins sugere, assim, que a “socialização do direito” constituiu um projeto global, em um duplo sentido. Primeiramente, porque ela se voltou não apenas à criação de um novo ramo do direito, especializado na regulação das relações de trabalho e pautado por princípios distintos dos que regiam outras de suas divisões, em especial o direito civil, mas sim a um projeto abrangente de transformação. “Socializar o direito” não era apenas expandi-lo a domínios que antes não tocava – e, com isso, ampliar também o âmbito de atuação estatal. Tratava-se de reconstruir em profundidade os próprios fundamentos da disciplina. Ao mesmo tempo, uma preocupação vaga, não raro ambivalente, e constantemente polissêmica, com “o social” teve uma ampla difusão territorial, a ponto de Duncan Kennedy identificar nela a segunda grande “globalização do direito e do pensamento jurídico”.¹⁶ Na busca por situar nossa análise em um cenário mais amplo, privilegiaremos o teóricos franceses da “socialização do direito”, que constituíram referenciais importantes para ambos os países contemplados nesta pesquisa. A França pode, ao mesmo tempo, ser colocada em uma posição relativamente “equidistante” do Brasil e da Argentina – o que não seria o caso, por exemplo, de Espanha ou Portugal.¹⁷ As fontes mobilizadas nos deram amplos indícios de que nomes como Raymond Saleilles, François Géný, Léon Duguit, Édouard

¹⁵ Ver, novamente: RODRÍGUEZ ARIAS, Julio C.. Revistas. *Jurisprudencia Argentina*. t. LXXV, jul.-set. 1941, Bibliografía, p. 34.

¹⁶ Ver KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 19-73.

¹⁷ Nosso contato com as fontes francesas desses debates se deu sobretudo na biblioteca do Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte (Frankfurt am Main, Alemanha). Deve-se registrar que, embora não tenhamos realizado um levantamento sistemático a esse respeito, as fontes sugerem que a Espanha constituiu um referencial muito mais relevante para a Argentina que Portugal para o Brasil. Não estiveram, contudo, completamente ausentes diálogos até mesmo com ideólogos do Estado Novo português, como Marcello Caetano, que publicou artigos em periódicos jurídicos brasileiros ainda nos anos 1930. Ver, por exemplo: CAETANO, Marcello. A analogia em Direito Penal. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXIX, n. 433, jul. 1939, p. 41-48. Sobre as relações da Argentina com defensores espanhóis da “concepção social do direito”, consultar LLOREDO ALIX, Luis M.. Rafael Altamira y Adolfo Posada: dos aportaciones a la socialización del derecho y su proyección en Latinoamérica. *Rechtsgeschichte*. Frankfurt am Main, n.20, 2012, p. 209-233.

Lambert, Louis Josserand e Georges Gurvitch¹⁸ eram incorporados a acervos, lidos, citados e efetivamente apropriados nas duas margens do Prata.

Um pouco mais à frente na conferência, Pedro Batista Martins assegurou sua audiência de que Vargas não realizou “reformas de vulto [...] senão quando lhe é possível imprimir nelas a sua personalidade, isto é, *senão quando elas possam transubstanciar a sua concepção solidarista do direito*”.¹⁹ Essa alusão à noção de solidariedade social se articulava a um conjunto de ideias que ganhava força no Brasil da primeira metade do século XX, inclusive entre ideólogos do Estado Novo,²⁰ mas que remontava à França das últimas décadas do século XIX. Em uma conjuntura em que buscar respostas à chamada “questão social” se tornou uma obsessão nas mais variadas latitudes, dando ensejo à produção e à circulação de uma série de novos saberes, “a doutrina ‘solidarista’ oferecia uma filosofia que se postulava como a superação das duas doutrinas enfrentadas – a individualista e a coletivista –, e um método para chegar a ela: o mutualismo”. A ideia de solidariedade aparecera já nos anos 1880 na obra de filósofos como Alfred Fouillée, mas ganharia força sobretudo com a sociologia de Émile Durkheim. Colocando grande ênfase na noção de interdependência entre os diferentes membros da sociedade, o solidarismo fundamentou propostas que procuravam estabelecer reparações para grupos vulneráveis, como leis sobre acidentes de trabalho.²¹

Léon Duguit, professor da Université de Bordeaux, constituiria um importante referencial teórico tanto do solidarismo quanto da “concepção social do direito”. Sua obra foi profundamente marcada pelo diálogo com Durkheim, que foi seu colega de trabalho, e ele se empenhou particularmente em superar visões abstratas, “metafísicas” do direito. Em substituição, o direito se deveria aproximar dos métodos históricos e sociológicos e, no limite, da própria vida social. Para Duguit, a solidariedade deveria ser o fundamento da elaboração das normas, sendo a função social sua noção estruturante. Opunha-se, com isso, às visões que prevaleceram no século XIX, centradas no sujeito de direito e nas expressões supostamente

¹⁸ Ver a listagem e a síntese de algumas das principais ideias em: KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 37-46.

¹⁹ MARTINS, Pedro Batista. Getúlio Vargas e a Renovação do Direito Nacional. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, nov. 1940, p. 260, grifos nossos.

²⁰ Ver, por exemplo, o emprego do solidarismo como chave de interpretação do pensamento de Oliveira Vianna em: BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007, em especial p. 367-408.

²¹ GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. El “momento mutualista” en la formulación de un sistema de protección social en Argentina: socorro mutuo y prevención subsidiada a comienzos del siglo XX. *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 170-172 (citação textual na p. 171). É interessante registrar que a Biblioteca do IAB conserva uma cópia de uma obra de Fouillée que pertenceu a Armando Vidal, que mais tarde escreveria a monografia sobre o instituto no Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos. Ver: FOUILLÉE, Alfred. *L'idée moderne du droit*. Paris: Pierre Lafitte, 1913.

autônomas da vontade. Duguit foi um dos mais representativos expoentes do que alguns autores chamaram de “momento 1900” do pensamento jurídico francês, desempenhando um papel central nos debates sobre a “socialização do direito”.²²

Duguit foi, também, um dos juristas de sua geração com maior projeção no exterior. A forte ressonância com que suas propostas contariam nos países sul-americanos também se associou à sua presença física no continente. Por dois dias do mês de setembro de 1911, Léon Duguit e o líder socialista Jean Jaurès estiveram ao mesmo tempo em Buenos Aires. O professor de direito em Bordeaux viajou à capital argentina para realizar uma série de seis conferências na Facultad de Derecho da UBA, publicadas em livro ainda em 1911 sob o título *Les transformations générales du droit privé depuis le code Napoléon*. Assistiram a suas exposições homens que compartilhavam, em alguma medida, seus ideais reformistas, como Alfredo Palacios, Ernesto Quesada e José León Suárez. O jurista francês se preocupou em atacar “quatro princípios constitutivos do sistema civilista clássico, a saber: a liberdade individual baseada na ideia de autonomia individual; a inviolabilidade do direito de propriedade; o contrato como ato jurídico por excelência; e a responsabilidade individual por culpa”. Sua proposta de substituir uma “liberdade-direito” por uma “liberdade-função” se tornou particularmente clara – e também se mostrou em toda a sua força polêmica – quando ele tratou, na última conferência, da função social da propriedade. Embora se tenha preocupado em afirmar um afastamento das “doutrinas coletivistas”, Duguit defendeu que “as necessidades econômicas da comunidade prevaleciam sobre a antiga concepção individualista do direito de propriedade”.²³

Nos anos seguintes, as intervenções do visitante seguiriam suscitando polêmicas e ensejando apropriações no mundo intelectual argentino. Alfredo Palacios faria numerosas referências tanto a Duguit quanto a Jaurès ao longo de *El nuevo derecho*, embora tenha sido, muito possivelmente por motivações políticas, mais elogioso ao segundo deles. Em meio a uma argumentação sobre a consciência de que a “a liberdade individual não basta para a

²² Uma boa síntese sobre a trajetória e a produção acadêmica de Duguit, que enfatiza os últimos e menos conhecidos anos de sua vida, pode ser encontrada em: PICCHIA, Lucia Barbosa del. *Estado, democracia e direitos na crise do constitucionalismo liberal: uma comparação entre o pensamento jurídico francês e o brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012 (Tese de Doutorado em Direito), p. 68-85. Para uma análise geral, sucinta e esclarecedora, do “momento 1900” no pensamento jurídico francês, consultar: JAMIN, Christophe. Dix-Neuf Cent: crise et renouveau de la culture juridique. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane (dirs.). *Dictionnaire de la culture juridique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 380-384.

²³ As informações sobre a estadia de Duguit na Argentina foram consultadas em: ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 88-95 (citações textuais na p. 90); HERRERA, Carlos Miguel. Jean Jaurès y Léon Duguit en Buenos Aires: el político, el científico, lo social. In: BRUNO, Paula. *Visitas culturales en la Argentina (1898-1936)*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 97-119.

realização automática da justiça”, sendo necessário também “afirmar a solidariedade”, Palacios recorreu ao docente de Bordeaux e à sua passagem por Buenos Aires. Afirmou que, na “mesma casa” e “na mesma sala de aula”, Duguit havia sustentado que as normas jurídicas elaboradas ao longo do século XIX “repousam em uma concepção individualista do direito, enquanto no momento atual se levanta um sistema que tem por base uma concepção eminentemente socialista”. Palacios preocupou-se, contudo, em demarcar certo distanciamento ideológico em relação ao colega: “Cumpre à minha lealdade expressar que quando o professor Duguit diz socialista, refere-se simplesmente a uma concepção contrária ao individualismo, mas de nenhuma maneira quer dizer que ele adira à doutrina coletivista”. Logo em seguida, sustentou que, embora não o dissesse explicitamente, Duguit se filiava ao positivismo comtiano. O argentino endossou, de toda forma, as preocupações do colega francês em superar a “concepção metafísica do direito subjetivo”, construindo um “sistema moderno” baseado no “fato das funções sociais”.²⁴

Também no Rio de Janeiro, a obra e a figura de Léon Duguit encontrariam audiências atentas. Na conferência feita por Levi Carneiro ao tomar posse como presidente do IAB em 1928, o jurista francês seria invocado em meio a uma análise das transformações por que passara o direito após a primeira guerra. Carneiro se preocupou em afirmar o ineditismo do momento, destacando suas consequências jurídicas: “Nunca foram os *problemas técnicos do Direito* tão difíceis, tão graves, tão *entrosados uns nos outros*, e na *própria vida dos povos*. Nunca recaíram sobre os *estudiosos do Direito responsabilidades tamanhas*, encargos maiores”. Percebe-se como, na argumentação do presidente do IAB, as transformações por que passava o direito se relacionavam a “problemas técnicos”, forçavam-no a se articular mais diretamente com a vida social e demandavam que os juristas assumissem um papel ativo. Ainda segundo Carneiro, ao fim da guerra, “estavam solapados os fundamentos de toda a organização política e social do mundo”, que haviam sido estabelecidos “em fins do século XVIII”. Para identificar na “soberania nacional” e na “liberdade individual” tais fundamentos então em via de dissolução, recorreu a Duguit.²⁵

O brasileiro prosseguiu argumentando que a guerra levava a transformações fundamentais, que haviam tido, no âmbito da soberania, repercussões sobre o regime representativo, tais como “ampliação do sufrágio, inclusive o voto feminino; representação proporcional, representação por profissões ou classes; voto secreto e obrigatório”. Após

²⁴ PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, 1920, p. 35-36, grifos nossos.

²⁵ CARNEIRO, Levi. Discurso de posse do novo presidente. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 68, grifos nossos.

menção brevemente alguns exemplos de transformações políticas recentes, inclusive o fascismo italiano, Carneiro se voltou à liberdade individual. Neste ponto da argumentação, Duguit e os fundamentos teóricos de suas ideias assumiram um lugar ainda mais central:

Duguit falara antes da guerra, delineando uma *nova concepção socialista do Direito na solidariedade social, ou melhor, na interdependência social, como fato fundamental da sociedade*, resultante da semelhança das necessidades e da diversidade das necessidades e das aptidões dos indivíduos de um mesmo grupo social. Daí decorria o seu *conceito de liberdade-função social, de liberdade-dever*.

Os fatos de dezessete anos, decorridos após a exposição do eminente professor da Faculdade de Bordéus, *deram-lhe razão*.²⁶

Na sessão do IAB realizada em 16 de maio de 1929, Haroldo Valladão solicitou que se consignasse um voto de pesar pelo falecimento de Duguit. O brasileiro enfatizou os trabalhos “de crítica e de combate aos conceitos clássicos sobre a teoria do Estado” escritos pelo francês, afirmando que suas ideias “se expandiram rapidamente, criando uma verdadeira escola, com fórmulas novas de técnica jurídica, com a revisão das existentes, *orientando o Direito para Horizontes de maior solidariedade humana, buscando sempre a sua socialização e aproximação da vida real*”. Valladão lembrou, ainda, que Gaston Jèze era um dos continuadores da obra de Duguit e fez menção ao volume que reuniu as conferências deste em Buenos Aires.²⁷ O interesse pelos juristas reformistas franceses parece ter sido forte até, no mínimo, a década de 1940. Da relação de obras doadas pelo IAB ao CABA em novembro de 1935, constava *Teoria do direito objetivo de Duguit*, publicada por Benjamim de Oliveira Filho nos anos 1930.²⁸ Em 1942, Carlos de Oliveira Coutinho apresentou à Faculdade de Direito da USP uma tese de livre-docência intitulada *Considerações sobre a doutrina de Léon Duguit*.²⁹

Por outro lado, é importante perceber que a menção ao profundo traumatismo da Primeira Guerra como motor de transformações jurídicas que aparece na conferência de Levi Carneiro nada tem de fortuito. Uma das consequências do Tratado de Versalhes foi a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT). A partir de sua primeira conferência, reunida em Washington ainda em 1919, a OIT constituiria um âmbito crucial de formulação de princípios gerais para a legislação do trabalho, bem como de compartilhamento e debate de

²⁶ CARNEIRO, Levi. Discurso de posse do novo presidente. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. IV, n. 7, abr-dez 1928, p. 68-69, grifos nossos.

²⁷ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 5ª sessão ordinária, realizada em 16 de maio de 1929. Biblioteca IAB, grifos nossos.

²⁸ Ver o Anexo V.

²⁹ COUTINHO, Carlos de Oliveira. *Considerações sobre a doutrina de Léon Duguit*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

experiências de diferentes terras.³⁰ Manuel B. Gonnet, em seu prefácio a *El Nuevo Derecho*, qualificou o interesse em estabelecer acordos sobre “direito internacional operário”³¹ como “uma pequena dose de bom-senso” que decorreu da guerra e se revelou em meio às tratativas de paz. Elogiou, assim, o fato de os homens reunidos em Versalhes terem considerado necessário organizar “uma legislação internacional do trabalho, com alcance jurídico universal”, preocupada, em especial, em estabelecer que o trabalho não era uma mercadoria sujeita às regras do comércio. Essas ações internacionais revelavam, para Gonnet, a profundidade das reformas necessárias, e também como “um *dereito novo* se incubia nesses momentos para substituir as *vetustas disposiciones de nossos códigos*”.³²

A conexão entre a retórica do novo – presente já no título da obra prefaciada – e as consequências da guerra apareceria em diferentes momentos da argumentação de Palacios. Ainda em uma das primeiras conferências de *El nuevo derecho*, ele sustentara que, após a guerra, a “consciência pública” aprendera que não se poderia fazer “obra de paz e justiça” se “se descuidava dos trabalhadores”. Teria sido essa, na visão do socialista argentino, a motivação para que a conferência de paz se preocupasse com o reconhecimento internacional dos sindicatos e em projetar uma “legislação comum a todos os povos”. Mais à frente, e evocando o manifesto “Clarté (“redigido por Henri Barbusse e assinado por Anatole France”), Palacios associaria o conflito, as lutas sociais e transformações jurídicas: “A guerra, que comoveu tão profundamente os povos, avivou o espírito revolucionário dos trabalhadores que lutam por uma transformação social que haverá de se cristalizar em um novo direito”. Em outra sessão, Palacios afirmaria que os trabalhadores, por terem estado, durante a guerra, “nas trincheiras e nas fábricas”, haviam sido “o fator decisivo da vitória”. Dessa forma, era um imperativo, “ao término da grande contenda humana”, criar “um novo regime baseado na justiça, uma ordem jurídica distinta e superior”. Mais ainda: os governos e os organismos internacionais haviam compreendido “que era indispensável tratar de imediato a questão da legislação internacional que garantisse a dignidade do trabalho humano”. Exigia-se, assim, “imperiosamente uma magna carta que contivesse os princípios fundamentais da legislação operária internacional, para ser incorporada ao convênio da Liga das Nações”.³³

Em dissertação apresentada à divisão argentina da International Law Association e publicada pela *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* em sua edição de novembro

³⁰ Ver PALACIO, Juan Manuel. *La justicia peronista*. La construcción de un nuevo orden legal en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018, p. 37-42.

³¹ No original, “derecho internacional obrero”.

³² GONNET, Manuel B.. Prólogo. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. XVIII-XIX, grifos nossos.

³³ PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. 30; 153-154; 277.

e dezembro de 1931, Carlos Alberto Acevedo seria ainda mais enfático quanto à necessidade de incorporar uma perspectiva internacional ao direito do trabalho. Qualificando o combate pelo estabelecimento desse novo ramo jurídico como a grande questão do direito de seu tempo, Acevedo ironizou os “juristas que não se renovam”. Opondo-se àqueles que rechaçavam o novo ramo sob o argumento de que seria prejudicialmente “político”, identificou no mundo contemporâneo uma “imensa massa de trabalhadores, com consciência de seu direito e vontade de exercitá-la; mais ou menos culta segundo os distintos países”. Essa pressão constituiria “um fato que os juristas não podem ignorar ainda que não sejam ‘políticos’, o que equivaleria a ‘ignorar a vida’”. Justamente por isso, os juristas teriam “a obrigação de *empregar a técnica e o método* em aperfeiçoar as construções novas e lhes dar *disciplina científica*”. Acevedo se voltou, logo em seguida, para as “características essenciais do direito do trabalho”, entre as quais destacou a necessidade de “uniformizar-se no mundo inteiro”, internacionalizando-se por meio de tratados. A justificativa para esse traço decorria da própria organização das forças produtivas: “Não era possível economicamente que um Estado industrial protegesse aos trabalhadores se os demais Estados não concediam idêntica proteção”.³⁴

Em uma recente obra dedicada à justiça peronista, Juan Manuel Palacio propôs uma esclarecedora síntese sobre a busca por construir um direito de orientação social que se desenvolveu entre fins do século XIX e o começo do século XX, particularmente atenta às dimensões transnacionais de tais debates. Após mencionar exemplos que sugerem uma cronologia semelhante em diferentes espaços – ou mesmo que mostram como houve iniciativas latino-americanas *anteriores* a algumas de suas equivalentes europeias, como o projeto de código do trabalho proposto na Argentina em 1904 e a Constituição mexicana de 1917, considerada um marco no reconhecimento de direitos sociais³⁵ –, o historiador argentino afirmou:

³⁴ ACEVEDO, Carlos Alberto. El derecho del trabajo y las sanciones internacionales. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XVI, n. 3, mai-jun. 1938, p. 693-695, grifos nossos.

³⁵ O recente centenário dessa carta constitucional, conhecida como Constituição de Querétaro, em referência à cidade mexicana em que foi assinada, deu ensejo a uma série de publicações que analisam seu processo de escrita e o seu impacto. Entre elas, destacamos: ANDREWS, Catherine. *De Cádiz a Querétaro*. Historiografía y bibliografía del constitucionalismo mexicano. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017; MARVÁN LABORDE, Ignacio. *Cómo hicieron la Constitución de 1917*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017; RABASA ESTEBANELL, Emilio. *El derecho de propiedad en la Constitución mexicana de 1917*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017. A última dessas obras é uma edição comentada de um estudo redigido ainda em 1917 e que havia permanecido inédito. Ver, também: RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana: o direito em tempos de transformação social*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016 (Tese de Doutorado em Direito), em especial p. 456-462, em que a autora se debruça sobre o art. 123 de tal constituição, justamente o que previu a garantia de direitos sociais e estabeleceu bases para o direito do trabalho.

Esses desenvolvimentos paralelos falam às claras da efetividade e da velocidade com que circulavam as ideias sobre o direito social através do Atlântico entre o fim do século XIX e as primeiras décadas do XX. Plasmadas em livros, projetos de lei, jurisprudência, assim como na voz de acadêmicos, especialistas,³⁶ políticos e diplomatas de diferentes países, essas ideias viajavam de um lado ao outro, o que fazia com que muitas leis e instituições semelhantes se estivessem construindo, ensaiando e aprendendo a partir de tentativas e erros quase ao mesmo tempo em ambos os mundos. Na base desses intercâmbios, havia uma série de redes internacionais de que participavam ditos atores de cada país.³⁷

O fato de o estudo de Palacio não se restringir ao direito do trabalho, mas incorporar também as intervenções do peronismo sobre o mundo rural, constitui uma ilustração contundente de como é importante pensar de maneira abrangente as propostas jurídicas reformistas que ganharam força na virada do século XIX ao XX. Partindo dessa preocupação, é crucial perceber como houve um terceiro sentido em que a “socialização do direito” representou um projeto global, neste caso particularmente associado à circulação de desenhos institucionais, formas de intervenção na vida pública e discursos em defesa da “técnica”. Esse sentido estava sugerido sutilmente na referência de Carlos Alberto Acevedo à necessidade de recorrer a estudos sistemáticos na elaboração do direito do trabalho. Uma conferência feita por Gaston Morin perante a Société Française de Philosophie em 1924 constitui um bom ponto de partida para nos aprofundarmos nessa faceta da “segunda globalização do direito e do pensamento jurídico”.

A fala de Morin, que recebeu na publicação feita no boletim da associação que a promoveu o sugestivo título “La crise de la loi et du contrat – Ses manifestations – Ses remèdes”, é particularmente reveladora quanto à aproximação entre as doutrinas antiformalistas, os esforços para incorporar estudos sistemáticos ao processo legislativo e a busca por construir um direito mais científico e vinculado às circunstâncias sociais. Logo no início da conferência, Morin afirmou que “o legislador se deveria tornar mais realista”. Para tanto, seria conveniente “organizar a *colaboração dos competentes na obra até aqui soberana do parlamento*”. Haveria, ao mesmo tempo, uma reforma ainda mais importante, que convinha “levar ao *tribunal dos filósofos, dos sociólogos e dos historiadores*: é a reforma da formação intelectual do juiz, até aqui preparado sobretudo para a arte da dialética e que é

³⁶ No original, “expertos”.

³⁷ PALACIO, Juan Manuel. *La justicia peronista. La construcción de un nuevo orden legal en la Argentina*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018, p. 40.

preciso agora *submeter à disciplina científica da observação direta das coisas e dos homens*”.³⁸

Ao concluir sua fala, Gaston Morin dirigiu um juízo particularmente crítico às concepções do contrato como a forma por excelência da organização das relações sociais. “Uma técnica tão simples”, sustentou ele, “estava em harmonia com o pequeno comércio que constituía a regra em 1804, com a pequena mão-de-obra em presença do pequeno patronato”. As mudanças nas circunstâncias sociais haviam tornando prementes novos conceitos e novas práticas jurídicas:

Mas chegam o maquinismo e a grande revolução industrial de meados do século XIX. Desigualdades econômicas profundas aparecem. Depois os agrupamentos vão se constituir e tomar lugar ao lado e acima dos indivíduos. As relações entre os homens se tornam diversas e complexas.

Ora, entretanto, as ferramentas³⁹ jurídicas não se aperfeiçoam: os intercâmbios entre desiguais permanecem no direito dos contratos, e se pressupõe que a parte mais fraca consentiu com as cláusulas que lhe são impostas.

[...] Na presença de uma *tal discordância entre o direito e a verdade*, convém *retirar as máscaras que escondem a realidade*.

Os jurisconsultos têm, na hora presente, uma alta e grave missão: em vez de conservar ciosamente os conceitos e o vocabulário técnicos do Código para reduzir à sua medida a realidade, eles devem *forjar conceitos e um vocabulário novo à medida da realidade*. Em outros termos, eles devem estabelecer para o uso de todos os interessados [...] *uma carta jurídica exata da vida social*.⁴⁰

Quando Morin discursou, esse empenho em fazer com que os bacharéis em direito atuassem na produção de “uma carta jurídica exata da vida social” já contava com ao menos um antecedente de relevo, voltado à escrita das leis. A Société d’Études Législatives (SEL) fora fundada na França em 1901, em uma conjuntura em que muitos bacharéis em direito adotaram posturas de hostilidade ao sufrágio universal e aos legisladores.⁴¹ A instituição reunia juristas preocupados em influir sobre os rumos das atividades do parlamento, por meio de estudos sistemáticos. Seu fim mais geral foi expresso nos seguintes termos: “dar um desenvolvimento novo aos estudos de legislação, em todos os ramos do direito [...] *visando*

³⁸ MORIN, Gaston. La crise de la loi et du contrat – Ses manifestations – Ses remèdes. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Paris, 24e année, n. 4, dez. 1924, p. 108-109, grifos nossos.

³⁹ No original, “outillage”.

⁴⁰ MORIN, Gaston. La crise de la loi et du contrat – Ses manifestations – Ses remèdes. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Paris, 24e année, n. 4, dez. 1924, p. 115-116, grifos nossos.

⁴¹ Ver REDOR, Marie-Joëlle. “C’est la faute à Rousseau”. Les juristes contre les parlementaires sous la IIIe République. *Politix*. v. 8, n° 32, quatrième trimestre 1995, p. 89-96. Aragoneses sustenta que, na Paris *fin de siècle*, até mesmo “Léon Duguit, jurista republicano e democrata, afirmava que o sufrágio universal estava justificando que o legislador seguisse sempre as paixões da massa, desprotegendo o indivíduo do despotismo estatal”. ARAGONESES, Alfons. *Un jurista del Modernismo*. Raymond Saleilles y los orígenes del derecho comparado. Madrid: Dykinson, 2009, p. 121-122.

sobretudo a facilitar a reforma dos Códigos e das Leis”. Em seus estatutos, definiam-se como objetivos específicos:

- 1º Estabelecer uma aproximação e uma colaboração mais estreita entre aqueles que se consagram ao estudo teórico do direito e aqueles que participam da sua aplicação;
- 2º Suscitar, pela via da iniciativa privada, levantamentos⁴² e pesquisas concernentes à aplicação das leis, e centralizar as *informações úteis ao estudo das reformas legislativas*;
- 3º *Organizar congressos*, destinados a submeter a uma discussão mais alargada as questões jurídicas que forem de atualidade;
- 4º Favorecer o *desenvolvimento do progresso jurídico*, tanto pela extensão dada às *pesquisas científicas*, quanto pela vulgarização dos conhecimentos de direito positivo.⁴³

A apresentação do boletim que a SEL lançou ainda em seus primeiros momentos e editou até meados dos anos 1940 expressou um intuito da organização de “se informar, o máximo possível, junto aos homens de negócios, aos homens de prática e aos profissionais, sobre as consequências experimentais das instituições, sobre o estado dos fatos, sobre a apreciação que se tem, nos meios competentes, das reformas desejadas ou projetadas”. A nota descrevia, também, um sistema de numeração dos temas discutidos, pensado para propiciar a participação efetiva dos membros residentes no interior e em outros países e auxiliar na rápida recuperação de distintas intervenções em um mesmo debate.⁴⁴ Lidos em conjunto, todos esses esclarecimentos apontam para um esforço muito articulado em fazer das leis o objeto de um estudo sistemático, “científico” – o que se torna mais significativo quando se atenta para o fato de que tal estrutura seria seguida à risca nos volumes subsequentemente editados.

Os boletins traziam, ainda, listas dos membros da sociedade, num claro movimento de busca por fortalecimento institucional e por promover o contato entre distintos juristas – os nomes apareciam, via de regra, acompanhados dos respectivos endereços. Embora não de forma muito numerosa, argentinos e brasileiros fariam parte da rede transfronteiriça que a SEL procurou estabelecer. Entre os “membros associados”, única categoria em que estrangeiros eram admitidos, encontrava-se, a partir de 1907, Ernesto Quesada. A Biblioteca da Facultad de Derecho de Buenos Aires começa a ser listada na mesma condição em 1912. Desde o primeiro número, também eram mencionados os brasileiros Mac Dowell, descrito como “professor de direito comercial na Faculdade de direito do Recife”, e o “doutor dos Passos Miranda Filho”, “professor de filosofia do direito na Faculdade Livre de Direito do

⁴² No original, “enquêtes”.

⁴³ Société d’Études Législatives – Statuts. *Bulletin de la Société d’Études Législatives*. Paris, v. I, 1902, p. 5, grifos nossos.

⁴⁴ Note de la rédaction. *Bulletin de la Société d’Études Législatives*. Paris, v. I, 1902, p. 19-20.

Pará”.⁴⁵ A projeção para além das fronteiras francesas foi uma preocupação constante da associação. Raymond Saleilles, um de seus idealizadores e também um dos grandes propositores de uma ciência do direito comparado na virada do século XIX ao XX, esteve particularmente empenhado em arregimentar o apoio de colegas estrangeiros para suas propostas reformistas, adotando estratégias como a publicação de cartas de professores reconhecidos que apoiavam suas ideias.⁴⁶

Duas décadas após o estabelecimento da SEL, uma instituição parcialmente análoga surgiria em um país regido por um sistema jurídico bastante distinto. O American Law Institute (ALI) foi criado em fevereiro de 1923, como decorrência dos trabalhos de um grupo de juízes, advogados e professores que ficou conhecido como “The Committee on the Establishment of a Permanent Organization for the Improvement of the Law”. Como o próprio nome de tal comissão sugere, essa mobilização se deu a partir de inquietações crescentes com a “qualidade” do direito, fundadas na crença de que o esforço intelectual articulado de grupos de juristas seria a melhor maneira de garantir seu “aprimoramento”. Essa reunião preliminar se deu sob o comando do antigo secretário de Estado norte-americano, Elihu Root, cuja visita a países do sul do continente na primeira década do século XX havia constituído um marco nas relações continentais.⁴⁷ Nos termos do seu estatuto, o objetivo do ALI era “promover o esclarecimento e a simplificação do direito e sua melhor adaptação às necessidades sociais, para assegurar a melhor administração da justiça, e desenvolver trabalho jurídico acadêmico e científico”. Desde o início, o órgão parece ter contado com bastante prestígio público.⁴⁸ Seus arquivos demonstram que o ALI procurou, já em seus primeiros

⁴⁵ Não podemos afirmar de maneira taxativa que esses eram todos os membros dos dois países admitidos na SEL, porque somente pudemos consultar os volumes disponíveis na plataforma Gallica da Bibliothèque Nationale de France (<http://gallica.bnf.fr/>), que cobrem os seguintes anos: 1901-1913, 1922, 1923, 1925-1928, 1931-1933 e 1936. De toda forma, a presença desses (ainda que poucos) membros é um indicativo do conhecimento das atividades da associação no Brasil e na Argentina. Devemos registrar, também, que há diversos comentários sobre normas dos dois países nos debates do órgão. Ver, por exemplo, a seguinte tradução de uma lei argentina: *Projet comportant diverses reformes relatives à la législation des sociétés – Texte de la loi n° 8875 du Ministère des Finances de la République Argentine sur l’émission d’Obligations. Bulletin de la Société d’Études Législatives*. Paris, v. XII, 1913, p. 342-347.

⁴⁶ ARAGONESES, Alfons. *Un jurista del Modernismo*. Raymond Saleilles y los orígenes del derecho comparado. Madrid: Dykinson, 2009, p. 44-46.

⁴⁷ A liderança de Root nessa reunião é mencionada no discurso feito pelo diretor do ALI, William Draper Lewis, durante a primeira conferência da FIA, publicado em: FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 109. Sobre a visita de Root à América Latina, consultar: SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017, p. 19-26.

⁴⁸ À sua reunião inaugural, compareceram o presidente da Suprema Corte de Justiça, diversos membros desse mesmo tribunal, além de representantes de outras instâncias do Judiciário, de faculdades de direito e de órgãos representativos da advocacia, sobretudo a American Bar Association. AMERICAN LAW INSTITUTE. *Restatement of the Law of Contracts*. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1932, v. 1, p. vii-ix (citação textual na p. viii).

momentos, contar com o financiamento de instituições filantrópicas como a Carnegie Corporation e a Rockefeller Foundation, tendo obtido a maior parte das somas necessárias junto à primeira delas.⁴⁹

Em diferentes ocasiões, o ALI se preocupou em expandir suas atividades para a América Latina e influenciar os rumos jurídicos dos países da região. Para compreender as potencialidades e os limites dessas pretensões, que se desenvolviam em uma consonância ao menos parcial com a política externa norte-americana e certamente em proximidade com iniciativas oficiais, é preciso levar em conta o fato de que os Estados Unidos adotam o sistema jurídico do *common law*. Também chamado de sistema anglo-saxão, o *common law* se baseia preponderantemente nos precedentes judiciais para encontrar a norma aplicável a cada caso. Já o sistema romano-germânico, chamado igualmente de continental ou de *civil law*, dá maior importância à lei como fonte do direito e, desde a passagem do século XVIII ao XIX, tem nos códigos alguns de seus pontos estruturantes. É esta última a orientação adotada na maior parte da Europa, com a notável exceção da Inglaterra, e em toda a América Latina.⁵⁰

A principal ação a que se dedicou o ALI – até hoje desenvolvida pelo órgão, com sucessivas reedições e a incorporação de novos temas – foi um vasto empreendimento de sistematização do direito dos Estados Unidos, ao qual foi dado o nome de *Restatement of the Law*. O órgão também publicou “códigos-modelo”, buscando facilitar a aplicação do direito em temas como as provas judiciais.⁵¹ Na introdução de um dos volumes dedicados ao primeiro desses esforços, afirmava-se o propósito de “apresentar uma enunciação ordenada” do direito norte-americano, o que seria fundamental tendo em vista o incremento no volume e

O texto citado constituía uma curta introdução geral à série *Restatement of the Law*, que será discutida a seguir. Em cada volume, havia comentários específicos sobre o tema discutido e a elaboração do livro, mas a apresentação das atividades do instituto e dos propósitos da coleção era quase idêntica, por vezes com pequenas atualizações. Com o tempo, passou a aparecer uma versão mais sintética, mas de conteúdo semelhante. Optamos por utilizar, em regra, o primeiro volume dedicado aos contratos, por ter sido o título inaugural da série.

⁴⁹ Ver, por exemplo, as seguintes pastas do arquivo: ALI Archives, Executive Office, Box 2, folders 45 (Fundraising – Carnegie Corporation – 1923); 46 (1st restatement Fundraising – Carnegie Corporation – 1929, 43); 47 (Fundraising – Carnegie Corp – Feb 17, 1930); 48 (Fundraising – General material – 1940-1941); Box 4, folder 29 (John Rockefeller). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School. Assim como ocorre com os arquivos do IICI, a documentação não está numerada individualmente dentro de cada pasta.

⁵⁰ Uma introdução clássica ao tema se encontra em: DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002. Para uma discussão mais sucinta, ver: FRIEDMAN, Lawrence M.. *Breve Historia del Derecho Estadunidense*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2007, p. 6-11. É interessante registrar a nota explicativa do tradutor da segunda dessas obras, que esclarece dois sentidos distintos da expressão *common law*. O primeiro, mais amplo, designa o sistema jurídico. O segundo, mais restrito, refere-se ao método de resolução de conflitos por meio do recurso ao precedente judicial, sendo sinônimo de *case law* e o contrário de *statutory law*, direito legislado (p. 6). Na mesma linha, deve-se esclarecer que não se trata de uma oposição absoluta, mas sim do traço predominante em cada um dos sistemas. Há, porém, um espaço importante para as decisões judiciais no sistema romano-germânico, bem como para as normas legais no *common law*.

⁵¹ AMERICAN Law Institute. *Model Code of Evidence*. Philadelphia: American Law Institute, 1942.

a falta de sistematização das decisões judiciais. Aliados à “crescente complicação” das “condições da vida moderna”, esses fatos estariam “aumentando de tal maneira a incerteza do direito e a falta de clareza” que o sistema de *common law* corria o risco de ter que ser abandonado em favor da adoção de rígidos códigos legislados, “a não ser que um novo fator promovendo a clareza e a certeza pudesse ser encontrado”.⁵² Nada econômica quanto a suas ambições, a série *Restatement of the Law* se propunha a constituir esse fator.

O investimento em torno da série de livros foi igualmente impressionante. Uma sociedade foi organizada com o fim específico de publicar os distintos tomos dessa obra e garantir sua distribuição, com o concurso de casas editoriais e de livreiros de diversas partes dos Estados Unidos. Enfatizando, a um só tempo, a utilidade prática de que se almejava dotar o empreendimento e o caráter sistemático e metucioso das discussões que a feitura de cada volume envolvia, o instituto editava sucessivos esboços preliminares, antes que viesse a público a versão definitiva – sempre, por sua vez, passível de revisões futuras.⁵³ Os volumes desta última eram luxuosos, com capas duras seguindo sempre um mesmo padrão e contendo o emblema do instituto em iluminuras douradas. Respalado por esses investimentos, o *Restatement of the Law* foi exaltado reiteradamente como uma obra intelectual “elevada”, fruto de toda uma profissão. Esta reivindicação se fortalecia pela busca em congregar, na escolha dos conselheiros, “representantes das três classes” de bacharéis em direito: “o juiz, o professor e o prático”.⁵⁴

Os diversos volumes dos *Restatements* foram explicitamente pensados como uma maneira de promover um diálogo com os países da tradição continental. Um primeiro livro de sistematização das atividades do ALI foi publicado em 1945, acompanhado de um relato memorialístico com fortes notas de exaltação de um pretenso caráter “heroico” dos primeiros anos da organização. William Draper Lewis, envolvido com o instituto desde os primeiros esforços para o seu estabelecimento e então atuando como seu diretor, identificou na tradução das obras para outras línguas um dos planos para o futuro. Após lamentar o atraso nessas atividades, ocasionado pela guerra, ele afirmou:

O valor dessa tradução foi reconhecido por acadêmicos do direito em muitos países. Na França, na Itália, na Espanha e na América do Sul, há o que chamamos de sistema dos códigos. Um dos grandes obstáculos ao estudo e

⁵² AMERICAN Law Institute. *Restatement of the Law of Conflict of Laws*. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1934, p. vii-ix.

⁵³ AMERICAN Law Institute. *Restatement of the Law of Contracts*. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1932, v. 1, p. x-xi e xv.

⁵⁴ LEWIS, William Draper. History of the American Law Institute and the First Restatement of the Law – “How we did it”. In: AMERICAN Law Institute. *Restatement in the Courts*. Permanent edition – 1932-1944. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1945, p. 16.

ao uso do direito dos povos que falam inglês em países de *civil law* tem sido a ausência de qualquer enunciação do nosso direito numa maneira compreensível e utilizável por advogados de tal sistema. O *Restatement* se apresenta em forma de código, uma forma à qual eles estão acostumados.⁵⁵

Embora as primeiras iniciativas se tenham voltado ao francês, a tradução para o espanhol foi considerada particularmente estratégica, dado o interesse dos Estados Unidos na intensificação do comércio com a América Latina, bem como na garantia de sua hegemonia sobre a região. A versão castelhana dos *Restatements* vinha sendo minuciosamente arquitetada e debatida com interesse por círculos que ultrapassavam o ALI desde, ao menos, o início dos anos 1940. Em trabalho apresentado à Primeira Conferência da Federação Interamericana de Advogados, Lewis assegurou que a então recente filiação do instituto que dirigia à instância continental de representação da advocacia se movera pelo anseio de promover o “mútuo entendimento” entre os países das Américas. Felicitou-se, nesse sentido, com o ambiente de maior aproximação entre os Estados Unidos e seus vizinhos do sul. Especificamente quanto à FIA, expressou o desejo de que ela se tornasse um mecanismo para o conhecimento recíproco entre as legislações de diversos países, assim como do “processo fundamental de seu pensamento legal”. As reuniões da Federação deveriam, assim, dar ensejo a “projetos que desenvolvam uma cooperação inteligente de benefício comum para todas as nações do hemisfério Ocidental”, que tanto poderiam ser realizados diretamente pela associação internacional, quanto depender da cooperação de seus filiados.⁵⁶

Lewis parece ter-se dirigido aos advogados reunidos em Havana⁵⁷ com o particular intuito de promover o projeto de tradução dos *Restatements*, para o qual esperava contar com “opinião e conselho” de seus colegas. Em meio a explicações sobre o *common law* e à forma como o ALI vinha trabalhando, afirmou querer saber “se as citadas traduções haverão de contribuir ao conhecimento de nosso direito por parte dos advogados dos países hispano-americanos e se isso compensará o esforço que se faça para levar a cabo tal tarefa”. Asseverou que os volumes estavam organizados em uma forma familiar para os provenientes do sistema baseado nos códigos, sendo o nível de detalhamento, maior nas obras organizadas pelo ALI, a

⁵⁵ LEWIS, William Draper. History of the American Law Institute and the First Restatement of the Law – “How we did it”. In: AMERICAN Law Institute. *Restatement in the Courts*. Permanent edition – 1932-1944. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1945, p. 22.

⁵⁶ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 107-108.

⁵⁷ Há indícios de que Lewis não compareceu à conferência, sendo provável que outro representante tenha lido seu trabalho. Em uma carta datada de 31 de maio de 1941, William Roy Vallance comunicava a Lewis sua eleição para o conselho da FIA. ALI Archives, Executive Office, Box 8, folder 31 (Inter-American Bar Association). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School. Como veremos a seguir, Enrique Martínez Paz agradecerá ao norte-americano pela hospitalidade com que o recebera na Filadélfia em data muito próxima ao encontro em Havana.

única diferença relevante. Ressaltando que cada volume partia da “seleção de um grupo de peritos na matéria de que se trata”, comparou o empreendimento a algumas das mais celebradas obras de sistematização da história do direito, como os códigos de Justiniano e Napoleão, com a diferença de que, “sem depender de édito imperial para sua aceitação como autoridade, somente poderia ter êxito se se preparava perfeitamente bem com o concurso das personalidades principais de nossa profissão”. Preocupou-se em destacar, também, que os volumes do *Restatement*, embora não tivessem força formal de lei, vinham sendo reconhecidos oficialmente e empregados pelos tribunais.⁵⁸

Por fim, o diretor do ALI ponderou algumas questões práticas, sobre o financiamento, a opção por uma tradução integral ou de temas selecionados, a forma como os trabalhos deveriam funcionar. Quanto ao último aspecto, sugeriu, com base na experiência da tradução ao francês do volume dedicado ao direito internacional privado, que se designassem dois encarregados da tarefa, um deles um civilista falante nativo de espanhol com bom conhecimento do *common law*, e outro um advogado norte-americano familiarizado com o direito dos países latino-americanos, e posteriormente submetido à crítica de um grupo de “advogados competentes” representando diferentes países. A intenção original, rapidamente abandonada na prática, era que as obras do ALI fossem transpostas ao espanhol e ao português. Encerrou afirmando que o momento pedia que somente objetivos de “vital importância” fossem levados a cabo, e que o aumento das relações culturais entre os países do hemisfério constituía, em sua visão, um fim dessa natureza. Indagou a seus colegas, então, se a tradução sugerida poderia ser considerada importante para a consecução de tais fins.⁵⁹

A argumentação de Lewis parece ter sido suficientemente persuasiva. Em meio às resoluções aprovadas no encontro realizado em Havana em março de 1941, muitas delas voltadas à aproximação entre as leis de diferentes países e mesmo à formação de “comitês de técnicos para o estudo geral comparado da documentação legal”, a reunião de advogados do continente resolveu se unir a uma recomendação do Oitavo Congresso Científico Americano – que também determinara a criação da FIA – para que se “traduzam aos outros idiomas das Repúblicas Americanas” os livros publicados pelo ALI. A recomendação ia ainda mais longe, sugerindo que a tradução contivesse, “além de extensos comentários e notas, uma breve introdução histórica e analítica sobre a origem e a natureza dos conceitos, princípios e

⁵⁸ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 108-112.

⁵⁹ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 112-113. O comentário sobre a desistência da tradução para o português se baseia em documentos conservados no arquivo do ALI, nas pastas dedicadas a tal projeto.

instituições jurídicas latino-americanas e anglo-americanas correspondentes”. Na visão dos participantes do encontro, “o resultado desse trabalho sem dúvida alguma adiantaria e facilitaria, de modo notável, a obra importante de unificação das leis comerciais e civis”. Seria recomendável, ainda, que, após a tradução do tomo dedicado ao tema “conflict of law”, próximo ao direito internacional privado da sistemática continental, “os organismos e institutos oficiais e privados cooperem em um estudo detalhado comparado” com o Código Bustamante, aprovado na Conferência Pan-Americana de Havana em 1928, “com o objetivo de examinar até que ponto ambos os sistemas se podem harmonizar.”⁶⁰

Menos de um mês após o encontro em Havana, Enrique Martínez Paz se mostrava empenhado em ajudar a promover a iniciativa de tradução. Em carta remetida a William Draper Lewis em 14 de abril de 1941, muito provavelmente durante a mesma viagem em que discursou na União Pan-Americana, o argentino, além de agradecer ao colega por o ter recebido na Filadélfia, afirmou já ter “exposto a um jornalista de Washington” e seguir “pensando que seria uma obra patriótica a tradução ao castelhano da notável obra que realiza o American Law Institute: o ‘Restatement of the Law’”. No restante da mensagem, justificou essa opinião, explicando, também, que seu empenho em auxiliar no desenvolvimento de tal tarefa não se restringira ao contato com jornalistas:

O direito norte-americano, pela variedade das leis e pela diversidade da jurisprudência, é inacessível para o jurista sul-americano; o “restatement” salva esta primeira dificuldade ao apresentar unificados os princípios fundamentais comuns do direito e da jurisprudência americana; faltaria ainda, para uma exata compreensão, *fazer desaparecer a barreira que levanta o idioma, ao que tenderia a tradução projetada.*

A vida jurídica americana, em seu aspecto de direito privado, é para a América do Sul um espetáculo remoto. *Nenhum sólido vínculo de união poderá criar-se enquanto não se aproximem espiritualmente por um conhecimento recíproco e neste propósito nenhum caminho pode ser mais eficaz que o das obras como à que me refiro.*

Quis lhe ratificar estas afirmações como um estímulo à obra em que vocês estão empenhados e para lhe fazer saber que tive a ocasião de *expô-las [sic] ante algumas pessoas representativas da Instituição Rockefeller, que os [sic] acolheram com visível interesse.*⁶¹

Nos anos seguintes, o American Law Institute estabeleceria diálogos com a FIA em meio aos esforços para assegurar o desenvolvimento da obra de tradução do *Restatement*. Em carta a William Roy Vallance datada de 2 de junho de 1941, William Draper Lewis relatava o

⁶⁰ FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-], p. 171. A expressão “comissão de técnicos” está em uma resolução que recomenda o estudo do “estado civil das pessoas e outras questões afins com o objetivo de obter a unificação da legislação interamericana” (p. 169).

⁶¹ ALI Archives, Executive Office, Box 3, folder 53 (Correspondence, Director, “M”, 1940-44). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School, grifos nossos.

fracasso de suas tentativas de arrecadar fundos junto ao Council of National Defense dos Estados Unidos. Embora expressasse seu desapontamento, Lewis assegurou que se interessara profundamente pelo projeto e que não pretendia desistir dele até ser “convencido de que nenhuma fundação ou outra possível combinação de recursos financeiros” estivesse interessada. Pediu ao interlocutor que auxiliasse na viabilização da empreitada e estimou que a versão completa da obra do ALI, “com um volume preliminar sobre o sistema de *common law* apropriado para leitores hispano-americanos”, demandaria quatro anos de trabalho e custaria um pouco menos de 200 mil dólares. Nova comunicação feita em 21 de janeiro do ano seguinte informava que ainda não havia sido sanada a questão do financiamento da tradução, mas que ele seguia ocupando-se do tema e procurando assegurar que o projeto se desenvolveria, ainda que com atrasos.⁶²

Dificuldades financeiras, agravadas pela entrada dos Estados Unidos na guerra, possivelmente constituem parte da razão para que – apesar do empenho de Lewis, demonstrado também por uma vasta documentação sobre o tema conservada nos arquivos do ALI – a tradução não tenha chegado, ao que pudemos apurar, a se concretizar. Um memorando não datado, mas provavelmente redigido em 1946, presente em mais de uma versão em tal acervo, dá uma boa medida tanto de como a empreitada enfrentou dificuldades para avançar, quanto de como certos ideais de hegemonia o moveram. Era conveniente, contudo, matizar tais pretensões imperialistas em público, revesti-las de um discurso de promoção da cultura e da aproximação entre os povos. Mais de meia década após sua formulação original, a tradução ainda era descrita como um projeto. Caso concretizado, ele

propiciaria uma oportunidade para que juristas, legisladores, juízes, professores e estudantes de direito da América Latina estabeleçam contato, até agora inexistente, *com o direito privado dos Estados Unidos, que reflete em alguns aspectos uma experiência social mais ampla que aquele de outros países do Continente*.⁶³

Em um rascunho aparentemente anterior, a afirmação da superioridade norte-americana presente no trecho destacado era ainda mais incisiva: “com o direito mais moderno e avançado dos nossos tempos”. Ressaltava-se, ao mesmo tempo, a potencial utilidade prática da iniciativa, que “seria um fator decisivo na projetada unificação ou coordenação do direito privado no Hemisfério Ocidental, por meio do estímulo aos estudos de direito comparado”. A nota também destacava os potenciais resultados benéficos para os Estados Unidos, “já que o

⁶² ALI Archives, Executive Office, Box 8, folders 31, 36 (Inter-American Bar Association). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School.

⁶³ ALI Archives, Executive Office, Box 8, folder 36 (Spanish Translation – Conflict of Laws – García Amador – Work from Dec. 1, 1941-46). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School, grifos nossos.

exemplo estabelecido pela tradução do *Restatement* provavelmente estimulará outras Repúblicas Americanas a traduzirem para o Inglês suas mais representativas declarações, seja de seus códigos, seja de seus comentários de leis”.⁶⁴ A tradução valeria, assim, não apenas por seu mérito intrínseco, mas por seu possível caráter exemplar.

As experiências da SEL e do ALI – bem como outras especificamente sul-americanas, que discutiremos mais à frente – ilustram a valorização da *expertise* e dos estudos que Duncan Kennedy identificou nos defensores da “socialização do direito”. Segundo o autor norte-americano, a produção acadêmica dessas vertentes reformistas se ligou a um novo tipo de jurista. Eles procuravam ser não mais “os autores magistrais de códigos e expositores de sua lógica interna”, mas sim “reformadores do direito, escrevendo teoria, realizando estudos, rascunhando legislação, supervisionando, na literatura doutrinal, sua implementação e eventual emenda à luz da experiência prática”. Para tanto, pretendiam fazer do direito uma verdadeira ciência do social, justificando suas ações por meio de uma disciplina que se procurava refundar a partir de estudos sistemáticos.⁶⁵ Há, pois, um último sentido em que a busca por orientar o direito para o social assumiu os contornos de um projeto globalizado e globalizante: a preocupação em promover uma aproximação com as nascentes ciências sociais, frequentemente empregada como uma arma de combate contra as acusações de que o direito constituía um saber retórico, abstrato, descolado da realidade.

Mais uma vez, o caso francês pode representar um paralelo esclarecedor. Discutindo a situação das faculdades de direito de tal país na passagem do século XIX para o XX, Frédéric Audren ressaltou como, diante da institucionalização da sociologia, os professores de direito se esforçaram para manter sua posição dominante. Fizeram, assim, da ideia de que “o direito era a ciência social por excelência” uma verdadeira arma de combate. Ao mesmo tempo, esses “saberes sociais concorrentes” foram ganhando espaço dentro da formação jurídica, numa provável tentativa de revigorá-la e “atualizá-la”. Procurava-se, assim, adequar o direito às novas necessidades de uma sociedade que era percebida como cada vez mais complexa.⁶⁶

Processos semelhantes se observam nos dois países aqui analisados, embora seguindo ritmos um tanto distintos. A fundação da Facultad de Filosofía y Letras da Universidad de Buenos Aires e a criação do primeiro curso de sociologia na Argentina datam ambas da

⁶⁴ ALI Archives, Executive Office, Box 8, folder 36 (Spanish Translation – Conflict of Laws – García Amador – Work from Dec. 1, 1941-46). Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School.

⁶⁵ Ver KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 43.

⁶⁶ AUDREN, Frédéric. Les professeurs de droit, la République et le nouvel esprit juridique – Introduction. *Mil neuf cent. Revue d’histoire intellectuelle*. Paris, n. 29, 2011, p. 13-18.

década de 1890, enquanto as formações especializadas em humanidades somente começam a consolidar-se no Brasil ao longo dos anos 1930. Mesmo no interior das universidades argentinas, entretanto, a intenção inicial não era “formar sociólogos, mas oferecer a estudantes de outras carreiras uma espécie de complemento cultural relativo ao conhecimento dos fenômenos sociais”. Muitos dos professores desses novos cursos eram formados em direito, e algumas trajetórias apontam para concepções do trabalho intelectual como algo indissociável da política.⁶⁷

Dentro do marco da relação tensa com as nascentes ciências sociais e das indefinições quanto à postura diante da política, podem ser compreendidas algumas mudanças nas denominações das faculdades de direito e dos próprios graus por elas concedidos. Entre a segunda metade do século XIX e as primeiras décadas do XX, o nome “Faculdade de Direito e de ciências sociais” foi frequentemente mobilizado – sem que isso representasse necessariamente uma incorporação efetiva dos novos saberes sobre a sociedade. No caso do Brasil, por exemplo, a chamada “reforma do ensino livre”, de 1879, introduziu a separação das faculdades de direito em uma seção de “ciências jurídicas”, e outra de “ciências sociais”. Os distintos diplomas que poderiam ser concedidos no interior de cada uma dessas seções habilitariam, respectivamente, para a advocacia e a magistratura, ou para o exercício de funções burocráticas como a de amanuense.⁶⁸ Ainda se tratava, portanto, mais de uma diferenciação quanto à abertura de caminhos profissionais que de um diálogo voltado ao questionamento de alguns dos pressupostos do saber jurídico e à renovação dessa disciplina.

Na Argentina, as faculdades de direito passaram a incorporar as ciências sociais a suas denominações nas últimas décadas do século XIX. Somente a conjuntura de profundas reavaliações dos rumos da nacionalidade suscitadas pelas comemorações do centenário das revoluções de Independência (1910 e 1916) e o fortalecimento dos intuitos de solucionar a “questão social” propiciariam, porém, um diálogo efetivo entre esses campos. O recurso às formas de conhecimento que se começavam a estabelecer foi crucial para o desenvolvimento de um programa que buscava superar os métodos fundados na exegese legal e na centralidade dos códigos. Os novos saberes a respeito da sociedade foram postos a favor de um direito

⁶⁷ JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no Espelho*. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Editora 34, 2014, p. 19-21 (citação textual na p. 20).

⁶⁸ VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004, p. 87.

“científico”, estudado dentro dos marcos social e nacional, além de voltado à propositura de reformas nas leis.⁶⁹

No caso brasileiro, a aproximação entre o direito e as ciências sociais ganha força um pouco mais tarde. Ela esteve estreitamente ligada a uma busca por revigorar a primeira dessas disciplinas em face das críticas ao bacharelismo, movimento que se fortalece em definitivo por volta das efemérides do centenário da Independência (1922) e dos 35 anos da República (1924).⁷⁰ A partir dos anos 1930, justamente quando distintos campos das humanidades se demarcavam, a busca por fazer do direito uma “ciência do social”, por vezes o pensando até mesmo como um “saber experimental”,⁷¹ foi potencializada pelo papel de destaque atribuído aos intelectuais durante o governo Vargas. Melhor dizendo: houve uma verdadeira convergência entre projetos de intervenção sobre a vida pública que se vinham construindo no âmbito de distintos saberes e o lugar que os “homens de pensamento” foram chamados a ocupar na construção de um Estado que se pretendia “moderno”, “intervencionista” e “eficiente”.⁷² Compreende-se, assim, como a convicção de que “a objetividade do método sociológico estaria invadindo cada vez mais o campo dos estudos jurídicos”, identificada por Maria Stella Martins Bresciani em um jurista comumente apontado como um dos grandes ideólogos do Estado Novo, Oliveira Vianna,⁷³ pôde ser partilhada por muitos de seus colegas de formação – mesmo alguns daqueles com orientações políticas absolutamente distintas.

⁶⁹ TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Introducción – Peculiaridad del pensamiento jurídico argentino. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor (coord.). *Antología del Pensamiento Jurídico Argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2007, v. 1, p. 17-23.

⁷⁰ A conhecida coletânea *À margem da história da República*, editada por Vicente Licínio Cardoso no segundo desses marcos, é emblemática quanto ao clima de decepção com as “promessas não cumpridas” do regime político. Ela também traz uma boa expressão de como a percepção de que havia um abismo entre as expectativas e as realizações da República motivou projetos de intervenção dos intelectuais na vida social. Há dois textos de explícito conteúdo jurídico no volume: “O idealismo da Constituição”, de Oliveira Vianna (p. 121-141; editado como obra autônoma em 1927 e, posteriormente, republicado em versão muito ampliada como parte da Coleção Brasileira, em 1939) e “Preliminares para a revisão constitucional”, de Pontes de Miranda (p. 143-177). CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990 [1924].

⁷¹ A curiosa obra *A paisagem legal do Estado Novo*, publicada pelo advogado pernambucano Gil Duarte em 1941, contendo um panorama das leis elaboradas durante o governo Vargas voltado à divulgação para grande público, traz uma explícita reivindicação desse caráter “experimental” do direito: “Foi nessa novidade científica de experimentar as leis, antes de usá-las definitivamente, que a nova época se revelou, totalmente, na culminância de sua perfeição. [...] A introdução desse método científico da experimentação, no corpo técnico da legislação nova do Brasil, foi uma das maiores conquistas que a atual civilização e cultura legal puderam obter da transformação social do país”. DUARTE, Gil. *A Paisagem legal do Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 43.

⁷² PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990; GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996; BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema*: Intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001, p. 11-35.

⁷³ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade*: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil. São Paulo: Unesp, 2007, p. 319.

El nuevo derecho constitui, uma vez mais, um observatório interessante, neste caso para avaliarmos as maneiras com que o projeto da socialização do direito e a busca pela aproximação com as nascentes ciências sociais se imbricaram. Em seu prefácio à obra, Gonnet afirmou que Palacios desenvolvia um trabalho complementar nas duas cátedras que então ocupava. Como docente da Facultad de Ciencias Económicas, assentava “as bases fundamentais e históricas das escolas”, além de analisar “a obra realizada”, com especial interesse pelas leis trabalhistas que ajudara a forjar. Já na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, ele observaria “com valentia a tarefa de reformar as leis de fundo na parte construtiva da sociedade, associando felizmente os princípios econômicos que devem reger no mundo com o espírito que deve predominar na legislação”.⁷⁴

A própria forma com que Palacios construía sua argumentação apontava em sentido semelhante. Embora se apresentasse como um “curso livre de legislação do trabalho”, *El nuevo derecho* trazia abundantes considerações históricas, sociológicas, filosóficas, econômicas. Logo na primeira conferência, em meio a acenos aos ideais da Reforma Universitária, Palacios reivindicou um espírito científico, afirmando estarem “proscritos das universidades os puros raciocínios dedutivos que levam às construções subjetivas”. Em substituição, vinham prevalecendo “a observação direta, a experimentação, a comparação e os métodos lógicos, que se complementam no método histórico”. Em sua visão, somente haveria ciência a partir do “estudo dos fatos”, da “pesquisa como método”, e por isso seria fundamental integrar “laboratórios” e “seminários” às faculdades de direito. Seria possível, assim, recolher “o fato social, com uma disciplina científica que evite as afirmações absurdas lançadas no país, em razão dos mais graves problemas sociais”.⁷⁵

Essa preocupação em promover estudos sobre a sociedade para nela melhor intervir já vinha sendo reivindicada em outros círculos, como o Museo Social Argentino (MSA). Fundada em 1911 pelo jurista e agrônomo Tomás Amadeo, essa instituição, inspirada no Musée Social de Paris, foi um importante centro de articulação de projetos de reforma social, de caráter preponderantemente liberal.⁷⁶ A recepção dedicada ao grupo de juristas brasileiros que visitou a Argentina em novembro de 1935 constitui um interessante exemplo da confluência entre o direito, a busca por aprofundar o conhecimento sobre a sociedade e as vinculações transfronteiriças. No ato, Rodrigo Otávio foi designado sócio honorário, sendo os

⁷⁴ GONNET, Manuel B.. Prólogo. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. XXI.

⁷⁵ PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. 8.

⁷⁶ Ver ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995, p. 74-78.

demais visitantes incorporados como correspondentes. Estiveram presentes nomes que já se vinham envolvendo nos intercâmbios entre bacharéis dos dois países, como Rodolfo Rivarola, que comparecia em sua condição de presidente do Instituto Argentino-Brasileño de Cultura, mas também fora um dos fundadores e era então vice-presidente do MSA, J. Honório Silgueira, Oscar Rodríguez Saráchaga e o embaixador brasileiro José Bonifácio de Andrada e Silva.⁷⁷

Discursando como presidente do Museo, Amadeo adotou um tom cerimonioso, evocando os debates sobre misturas raciais e se detendo sobre os problemas que os argentinos precisaram enfrentar para “obter o triunfo definitivo da democracia”. Após elogiar a presença do lema “ordem e progresso” na bandeira brasileira, Amadeo justificou a relevância da instituição que fundara: “Não podíamos nos resignar exclusivamente a desfrutar dos dons de nossa Natureza magnífica, nem acrescer com nosso esforço esses dons, nem adotar as instituições políticas e a ciências jurídicas de outros povos”. Em sua visão, era justo que a Argentina aspirasse “a fundamentar com firmeza todos esses dons, sobre a base da educação social e a compreensão do povo e do ajustamento de nosso regime político, administrativo e jurídico à realidade palpitante da vida coletiva e das necessidades da Economia nacional”. A criação do MSA, na conjuntura de revisões impulsionadas pelo centenário da Revolução de Maio, tinha em vista realizar “pesquisa e propaganda sociais”, de modo a “fixar a vida do povo em elementos concretos, recolhendo e aproveitando os fatos que interessam à vida social e econômica”. Numa argumentação que se aproximava do ideário do solidarismo, afirmou: “em nossa obra há um conteúdo de paz, de conciliação, de fraternidade sociais”. Sustentou, assim, que o museu ocupava um papel peculiar em meio às instituições intelectuais e da sociedade argentina pelas quais os brasileiros vinham passando: “Haveis visitado nesses dias o templo da justiça, o templo da ciência, o templo da cultura, o templo de Deus e *estais agora, neste refúgio da alma de Buenos Aires, da alma argentina, tão parecida com a vossa, impregnada de um fundo e amplo sentimento de humanidade*”.⁷⁸

Amadeo também reivindicou para a instituição que comandava um pioneirismo nas vinculações internacionais. Segundo ele, o “Museo Social Argentino foi o iniciador na República, do intercâmbio de visitas de homens eminentes por sua ciência e suas virtudes públicas”. Ele teria sido responsável, ainda, por iniciar a permuta sistemática de documentos relativos à vida social. O próprio Instituto Argentino-Brasileño de Cultura se teria originado

⁷⁷ Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 321.

⁷⁸ Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 322-324, grifos nossos.

no âmbito do MSA, e o mesmo poderia ser dito de organizações que procuravam estreitar os laços com outras nações. O Brasil fora, além disso, o primeiro país estrangeiro cuja documentação ingressou de “forma maciça” na biblioteca da instituição, sobretudo pela ação de Carlos Lix Kiett, que fora cônsul-geral argentino no Rio de Janeiro.⁷⁹

Após breves palavras de agradecimento de Rodrigo Otávio, Orlando Ribeiro de Castro discursou em nome dos homenageados. O brasileiro retomou a fundação do MSA em 1911 e os inícios modestos da instituição para estabelecer um contraste com a obra que tinha diante dos olhos, que qualificou como “um mundo”. Esse juízo se devia sobretudo à biblioteca, que contava “35000 volumes dos quais nos coube aos brasileiros a sorte de haver oferecido os primeiros desse imenso repertório de estudo dos problemas políticos e sociais”. Após recuperar alguns congressos que o Museo havia promovido entre o final da década de 1910 e meados da de 1920, Castro elogiou o empenho da instituição em patrocinar estudos sistemáticos sobre a sociedade, o que seria um sinal do “elevado sentido prático de vossa orientação e [dos] proveitosos resultados que se podem esperar dessas investigações”. Mais à frente, voltou seus elogios para o Instituto Argentino-Brasileño de Cultura e a figura de Rivarola. Após estender a saudação ao “seu brilhante vice-presidente, o insigne Araoz Alfaro, tão conhecido e estimado no Brasil, onde é comparado, para honra nossa, ao grande intelectual brasileiro Miguel Couto”, recorreu a uma exaltada metáfora geográfica para sustentar que a Argentina deveria constituir um exemplo para seu próprio país:

Vossa obra frutificou e o intercâmbio argentino-brasileiro a que hoje assistimos é como uma *fonte de água sã e limpa* que, nascendo nas Pampas argentinas, viesse, *contrariamente a todas as leis da Natureza*, a se derramar líquida e pura do vale para a montanha de nossa Serra do Mar, *fertilizando a selva de amizade da terra brasileira*.⁸⁰

Castro se preocupou igualmente em estabelecer uma confluência entre a valorização dos estudos sobre a sociedade e a vinculação internacional. Sublinhou o fato de se viver “em um século em que o aeroplano, o rádio, etc., uniformizam de certo modo os ambientes, já que o homem em qualquer grau de cultura é sempre o homem”, para sustentar que seria possível produzir “obra científica, duradoura e segura” procurando a harmonia entre os interesses de Brasil e Argentina. Para tanto, seria “preciso prevenir, orientar e conduzir a evolução de um Estado”, o que demandaria que os estudiosos se colocassem “em um campo neutro”. Na visão do jurista brasileiro, os intelectuais atuantes no MSA poderiam, em seus “gabinetes de estudo,

⁷⁹ Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 324-325.

⁸⁰ Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 325-327, grifos nossos.

examinando as estatísticas, entre um volume de História e outro de Sociologia, [...] produzir obra de pura investigação, alheios a todo interesse”. Com isso, exerceriam uma função análoga à do médico, de modo a “examinar o organismo social, diagnosticar suas doenças e lhe assinalar seu tratamento”.⁸¹

Mais à frente, Castro se voltou especificamente para o direito, afirmando que ele e a economia “marcham unidos”, já que o primeiro deles seria responsável por concretizar “as relações necessárias para manter o equilíbrio social”. Seria justamente por isso que, em sua concepção, “a lei que não se traduz em uma necessidade do meio social é repelida pela consciência coletiva” – o que justificava, mais uma vez, a necessidade de aproximar os estudos jurídicos das ciências sociais. Traçando um curioso panteão de idealizadores da civilização americana, que igualava sujeitos de trajetórias muito díspares, o brasileiro afirmou um lugar de proeminência pública tanto para o grupo que representava quanto para sua audiência. Lugar este que seria legitimado, precisamente, pelo empenho partilhado em estudar a sociedade, principal justificativa para a aproximação entre argentinos e brasileiros:

Sóis vós então os *construtores de vossa nacionalidade, como o somos nós da nossa*, e por isso deve haver entre nós *colaboração constante para o estudo desses problemas, para que a Argentina e o Brasil se manifestem no mundo cada vez mais fortes e progressistas*, realizando assim na América Latina a *civilização que desejaram San Martín, Bolívar, Rui Barbosa e Alberto Torres* e que nós estamos chamados a consolidar com vontade inquebrantável e idealismo puríssimo.⁸²

Mesmo que tenha tido muito do tom laudatório e festivo que costuma marcar esse tipo de ocasião, a recepção do grupo de juristas brasileiros no Museo Social Argentino é ilustrativa da preocupação dos bacharéis em direito em se articularem às nascentes ciências sociais, bem como de seus esforços por ocupar novos espaços no mundo intelectual. Ela também pode ser lida como parte de um deslocamento de outra natureza, para o qual a referência de Castro ao rádio aponta. Os intuitos reformistas que ganharam força no âmbito do pensamento jurídico nos albores do século XX fizeram com que também as *formas* de comunicação se renovassem. Vimos como, na Argentina, uma das referências centrais das reivindicações por um “novo direito” foi, originalmente, um curso livre de legislação do trabalho, aparentemente pensado para atrair um público composto ao menos parcialmente por operários.

O sentido pedagógico das conferências de Alfredo Palacios se evidenciava não apenas por sua preocupação recorrente em reafirmar argumentos e explicitar os caminhos de sua

⁸¹ Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 327-328.

⁸² Recepción de los juristas brasileños. *Boletín del Museo Social Argentino*. Buenos Aires, v. XXIII, nov.-dez. 1935, p. 328-329, grifos nossos.

análise, mas também em uma firme crítica à regra, cujas origens remontam ao direito romano, de que ninguém se pode escusar de cumprir a lei alegando sua ignorância. Para Palacios, isso era “pueril”, constituía uma “ficção”. Prosseguiu ele: “Todo mundo sabe que as leis não são conhecidas senão de uma ínfima parte da sociedade, mas se afirma não obstante que tal ficção é indispensável para conservar a ordem social”. Mais à frente, sustentou que as “leis contêm fórmulas esotéricas para o povo”, que necessitaria de intérpretes cujos serviços custavam caro. O Estado estaria, em sua visão, obrigado a “oferecer ao proletariado a possibilidade de conseguir com facilidade e de um modo seguro o conhecimento das leis”.⁸³

Ainda que a maioria dos colegas de profissão contemporâneos de Palacios tenha endossado visões sobre o direito e a sociedade situadas, no espectro político, à direita daquelas que ele professara, essa preocupação com o “esclarecimento jurídico” das populações teria diversas outras manifestações. Pensar o direito na sociedade, direcioná-lo à sociedade, era também fazer dele parte de uma pedagogia tanto da nacionalidade quanto dos sentimentos internacionalistas.⁸⁴ No caso brasileiro, os juristas não demorariam a se apropriar dos novos meios de comunicação que as inovações tecnológicas, por vezes encaradas com uma mescla de deslumbramento e temor, tornavam disponíveis. No horizonte de todas essas movimentações, estavam preocupações com a modernização tanto das sociedades quanto do direito – com enorme frequência, até mesmo de uma modernização das sociedades *por meio* do direito.

“Socializar” não apenas a mensagem, mas também o meio: o uso do rádio

Quando se encaminhava para a conclusão do discurso que proferiu na sessão comemorativa do décimo aniversário da FACA, Mario A. Rivarola expressou espanto e fascinação perante os avanços tecnológicos que se difundiam no início dos anos 1930. Em meio a seu diagnóstico de um vertiginoso progresso, o então presidente da Federación reivindicou um lugar especial para os juristas, em uma sociedade que deveria, diante das novas circunstâncias da modernidade, ser concebida antes de tudo em termos mecânicos:

Quando nos detemos perante uma vitrine para admirar a primorosa joia que se oferece; quando observamos estupefatos a complicada máquina que substituiu o trabalho de muitos homens e superou em perfeição o que eles podiam antes fazer; quando vemos passar a grande altura o homem que agora voa, ou *quando escutamos em nosso lar, ao calor da luz, a voz que surge do pequeno aparelho que, por meio invisível e quase sobrenatural nos*

⁸³ PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. 40-42.

⁸⁴ Temos em mente, aqui, a noção de “pedagogia da nacionalidade” como trabalhada em: DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República: História e identidade nacional no Almanaque Brasileiro Garnier (1903-1914)*. Belo Horizonte: UFMG, 2005.

reproduz o som que vem de mil quilômetros de distância, raramente ou nunca pensamos no operário que com a delicada ferramenta trabalha cada peça dessas coisas que são, algumas vezes, parte da vida, e outras vezes o complemento da própria vida. Gozamos do benefício do progresso, que não estaria a nosso alcance se faltasse aquele operário que ignoramos.

[...] Somos os operários ignorados dessa maquinaria complicada que é o direito como realização do sentimento de justiça. Tudo que façamos será para o bem da humanidade a que pertencemos. Não nos preocupemos porque nossa obra pareça ou não tão brilhante quanto deveria parecer; preocupemo-nos tão somente que o mecanismo funcione bem, e nosso prêmio consistirá em conseguir, – dentro do curto prazo de nossa vida, – gozar sequer em parte dos benefícios que preparamos, não para nós, mas sim para nossa posteridade, seguindo assim uma lei biológica bem conhecida.⁸⁵

A presença do rádio na trajetória da instituição não se restringiu a essa expressão de fascínio pela inovação tecnológica, próxima ao registro do fantástico. No ano anterior, a FACA havia resolvido, em reunião semestral de sua Junta de Gobierno, solicitar “à Mesa Directiva que efetue as gestões para organizar conferências radiotelefônicas sobre temas científicos de índole jurídica a cargo de professores e especialistas na matéria”. Os “letrados dos foros do interior” seriam o público preferencial, por estarem “privados do contato contínuo com as faculdades, centros de estudo, etc.”. Uma comissão para organizar tais conferências, composta por Miguel Méndez e Oscar Rodríguez Saráchaga, foi rapidamente nomeada.⁸⁶ Não encontramos, porém, menções posteriores à iniciativa, sendo provável que ela tenha sido obstada pela instabilidade política e econômica em que o país mergulhou após o golpe de 1930.

Mais tarde, o Colegio de Abogados de Buenos Aires receberia diferentes propostas para que se valesse dos meios radiofônicos de comunicação. A ata da sessão do diretório de 4 de dezembro 1936 registra um convite feito ao Colegio por Carlos Raúl Quaranta para participação em uma “campanha pró-difusão da cultura jurídica do país mediante conferências” pelo rádio. O diretório resolveu, porém, postergar sua decisão a respeito para o início do ano seguinte, “dado o acúmulo de tarefas profissionais próprias do fim de ano”. O tema voltaria a ser discutido na reunião de 30 de setembro de 1938, em resposta a ofertas das emissoras La Voz de Buenos Aires e Radio del Estado para que a agremiação se utilizasse dos microfones dos respectivos estúdios quando julgasse necessário. Nessa ocasião, determinou-se a preparação de uma lista de advogados a quem se deveriam solicitar conferências sobre “grandes juristas argentinos”. Já em 10 de setembro de 1943, noticiava-se uma oferta da

⁸⁵ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información – Décimo aniversario de la Federación. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 4, jul.-ago. 1931, p. 475-476, grifos nossos.

⁸⁶ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Información. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VIII, n. 3, mai.-jun. 1930, p. 285-287.

Radio Libertad para transmitir, sem custos, os “atos culturais ou científicos de ordem jurídica organizados pelo Colegio e que tenham interesse geral”.⁸⁷ Tampouco encontramos indícios de que qualquer dessas iniciativas tenha dado resultados concretos, mas é importante registrar que o Instituto Popular de Conferencias do jornal *La Prensa* contava com um serviço de transmissão radiofônica,⁸⁸ e que muitas das palestras realizadas em seu âmbito se articulavam a temas jurídicos.

O próprio fato de o uso do rádio ter sido cogitado aponta, por um lado, para o empenho dos juristas (ou mesmo de outros setores, como sugerem as ofertas que partiram das emissoras para o CABA) em expandirem seus mecanismos de penetração na sociedade. Por outro, ele sinaliza para o fascínio e o valor pedagógico que foram atribuídos ao novo meio de difusão. Na Argentina, a primeira emissão radiofônica se deu em 1920, enquanto no Brasil o equivalente ocorreria dois anos mais tarde, em um momento altamente simbólico: durante a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência. Em ambos os casos, a explosão mais significativa do número de aparelhos que equipavam as casas e também de emissoras se daria a partir dos anos 1930. As novas tecnologias logo foram encaradas como um meio hábil a vencer distâncias, constituindo uma espécie de cátedra imaterial, capaz de atingir os mais variados pontos do território – visão que o projeto da FACA, preocupado com os advogados atuantes longe dos principais centros de cultura, exemplifica. A Academia Brasileira de Ciências, que se havia organizado em 1916 no Rio de Janeiro, começou já em 1923 a investir no novo meio de comunicação, criando a Rádio Sociedade. O antropólogo Edgard Roquette Pinto, que também vinha atuando junto ao Museu Nacional, desempenhou um papel de pioneiro nesses esforços, atuando de maneira criativa para fazer das emissões uma instância pedagógica.⁸⁹ Pouco a pouco, o rádio foi assumindo uma grande variedade de funções educativas, sendo empregado para popularizar a história ou mesmo para alfabetizar.⁹⁰ Não deixou, contudo, de suscitar inquietudes, por exemplo entre aqueles que buscavam promover

⁸⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Actas del Directorio*. 2 – 1934-1938 (Manuscrito), p. 95 e 187-188; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Actas del Directorio*. 3 – 1938-1944 (Manuscrito), p. 240.

⁸⁸ GÓMEZ, Hernán E.. Los diarios como espacios públicos. *La Prensa* en la vida social de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Intersecciones en Antropología*. Tandil, v. 9, 2008, p. 267.

⁸⁹ DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante*. O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 16; 75-85. Sobre a introdução do rádio na Argentina, consultar CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009, p. 88-89.

⁹⁰ Embora se concentrem em um período posterior ao aqui contemplado, temos em mente quanto a esses dois casos: GOMES, Angela de Castro. *História de chinelo: o ensino da história através do rádio no Brasil dos anos 1950*. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. (Org.). *O ensino de História em questão: cultura histórica, usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 243-260; HURTADO ARIAS, Aura Esnelia. *Cartas, rádios e impressos: cultura escrita camponesa na Colômbia (1953-1974)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016 (Dissertação de Mestrado em História Social).

a leitura e a literatura infantil, que enxergavam nele e no cinema sedutores e por vezes perigosos concorrentes.⁹¹

No entreguerras, o rádio também seria valorizado como um instrumento do “desarmamento moral”. Em 1931 e 1933, a Liga das Nações solicitou ao Instituto Internacional de Cooperação Intelectual que estudasse as possibilidades de emprego do rádio e do cinema na promoção da paz e da aproximação entre os povos. O IICI endossou uma crença no potencial desses dois meios modernos para a difusão de mensagens, mas também esteve atento ao seu emprego por regimes autoritários, como o fascismo italiano. Em pesquisas que promoveu em colaboração com centros nacionais e outros organismos internacionais, o IICI formou uma visão do rádio como um meio eficaz para elevar o nível cultural em geral e contribuir para a formação intelectual, artística e moral do grande público. O Instituto também se interessou em formar um centro de documentação encarregado de transmitir informações sobre os mais variados temas culturais às rádios nacionais, bem como de promover a cooperação entre empresas de radiofonia de diferentes países.⁹²

Nesse quadro, não surpreende que o rádio tenha sido empregado recorrentemente em meio aos diálogos entre Brasil e Argentina, como na conferência que J. Honorio Silgueira fez ao se despedir do Rio de Janeiro em agosto de 1943. A publicação feita no *Boletim* do IAB registrava que a fala sobre “como nasceu e se desenvolveu o intercâmbio jurídico-cultural entre os advogados brasileiros e argentinos” fora irradiada “para o Brasil e para a Argentina, em ondas curtas, por intermédio do Departamento de Imprensa e Propaganda”, tendo sido, na “vizinha nação amiga [...] retransmitida para todo o território pelas rádios ‘El Mundo’ e do Estado”.⁹³ Também durante a visita de Getúlio Vargas à Argentina em 1935 se fez um intenso uso do rádio. Durante o mês que antecedeu sua chegada, pequenas inserções em variadas estações foram patrocinadas pela comissão encarregada de recepcionar o presidente brasileiro. Buscava-se, com isso, incutir nos ouvintes a consciência da importância da aproximação americana, bem como do relevo da visita que se aproximava. Em sua condição de presidente do Instituto Argentino-Brasileño de Cultura, Rodolfo Rivarola foi encarregado de saudar os brasileiros pelo rádio durante a estadia de seu governante em território argentino. Encerrando tal transmissão, esse veterano da vinculação entre os dois países destacou sua “correspondência fraterna” com os colegas do Brasil e os “livros e dedicatórias de

⁹¹ Ver SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 234.

⁹² RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée*. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999, p. 298-306.

⁹³ SILGUEIRA, J. Honorio. Conferência, em 17 de Agosto de 1943, no IAB. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jul-ago-set. 1943, p. 209-210.

fotografias” que estes lhe haviam presenteado. Ressaltou, em particular, a existência em sua casa de “uma árvore transplantada, quando era muito pequena, do parque que circunda a morada que foi do grande homem de toda sabedoria chamado Rui Barbosa”.⁹⁴ Em julho de 1941, o IAB fez com que constasse em anexo à ata de uma de suas sessões a transcrição de uma mensagem que Vargas difundira em saudação ao aniversário da Independência argentina.⁹⁵

Quase ao mesmo tempo em que o então presidente da FACA expressava, na comemoração dos dez anos da associação, seu fascínio pelo rádio e as instâncias diretivas da organização argentina traçavam planos para utilizar o novo meio de comunicação, o IAB tinha mais sucesso em propagar suas mensagens empregando tal inovação tecnológica. Como vimos, em 1928 o Instituto havia inserido em seus estatutos o objetivo de promover a “difusão da cultura jurídica no país”. Sobretudo após o plano de atividades culturais e cívicas apresentado por Levi Carneiro ao assumir a presidência do IAB, em fins do mesmo ano, essa disposição estatutária seria utilizada para legitimar diversas intervenções na vida pública. Já no relatório das atividades do ano de 1928, mencionava-se a proposta de um “acordo com as sociedades de rádio para transmissão de pequenas palestras de direito usual”.⁹⁶

Na sessão do IAB realizada em 22 de maio de 1930, Carneiro comunicou que já se havia entendido “com a Rádio Sociedade, que concedeu às quartas-feiras, 10 minutos de palestra, tendo designado vinte um sócios para fazerem sucessivamente as respectivas palestras sobre os característicos do atual direito positivo brasileiro”. A lista de temas projetados foi anexada à ata, e coincidiu quase completamente com o programa que efetivamente se desenvolveu, entre junho e dezembro de 1930, com algumas pequenas interrupções, possivelmente ocasionadas por feriados e também pela eclosão do movimento que levou Getúlio Vargas ao poder. Com exceção da primeira conferência, introdutória e a cargo do presidente do Instituto, cada uma das inserções radiofônicas procurava traçar um panorama introdutório sobre um diferente ramo jurídico, do direito civil ao sistema penitenciário, do direito marítimo ao administrativo, do direito militar ao constitucional, das falências à organização judiciária.⁹⁷

⁹⁴ COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935, p. 28-38 (transcrição das inserções de rádio); 236-237.

⁹⁵ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 13ª sessão ordinária, 10/07/1941. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, n. 2, jun.-jul. 1941, p. 85

⁹⁶ AZEVEDO, Filadelfo. Relatório dos trabalhos do ano de 1928. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, abr. 1929, p. 10-11.

⁹⁷ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 5ª sessão ordinária, 22/05/1930. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 1-2, abr.-mai. 1930, p. 43-44. As transcrições das conferências foram publicadas de forma

Em sua conferência inaugural, Levi Carneiro sustentou, logo de partida, que o IAB iniciava, “graças à benemérita Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, uma nova e larga obra de vulgarização de conhecimentos jurídicos”. Chamando atenção para como a empreitada se inseria em um conjunto de iniciativas para “promover a difusão da cultura jurídica no Brasil”, explicitou a extensão exata da tarefa, que concebia a um só tempo como uma obra pedagógica e de patriotismo: “Não sonhamos formar uma nação de juristas, ou legisperitos; todavia, *nenhum cidadão, digno dessa qualidade, pode prescindir do conhecimento, sumário e exato, do regime sob que vive*”. Mais à frente, reiterou a necessidade de conhecer o sistema político e legal para desenvolver “o sentimento da Pátria”. Afirmou, ainda, tanto o ineditismo da iniciativa do IAB, quanto o “êxito magnífico” que a “congênere americana” American Bar Association vinha obtendo com o uso do rádio. Logo recorreu a uma metáfora aeronáutica que procurava explicitar os resultados esperados da série de conferência e delimitar o papel daqueles que as profeririam:

Aqui, será *como se os nossos ouvintes ascendessem em uma aeronave* – é a comparação banalíssima, inevitável, nos dias que passem [sic] – e percebessem *rapidamente, num lance de vista, as culminâncias da cidade das nossas leis*. [...] Especialistas provectoros *encaminharão vosso olhar*, explicarão o que desvendarem.

Ficareis conhecendo, os que a não conheçam, *não toda a imensa cidade, mas os seus aspectos peculiares, os seus pontos cardeais, pelos quais vos orientareis e rumareis, com segurança, através de todos os seus recantos*. Em anos subsequentes, querendo Deus, outras séries destas pequenas conferências minudearão o exame dos pontos já vistos de relance.⁹⁸

Embora somente se propusesse a traçar um panorama muito geral do conjunto de conferências, a fala de Levi Carneiro trazia uma série de alusões aos debates sobre a “socialização do direito” – o que talvez se possa interpretar como mais um sinal da ampla difusão com que tais ideias contaram ao longo daqueles anos. Ainda no início da inserção radiofônica, o presidente do IAB conjecturou que as leis poderiam ser todas agrupadas em torno de “três institutos fundamentais, ligados a instintos congênitos do homem”: “liberdade, família, propriedade”. Alertou, porém, que “cada um deles suporta restrições, *ditadas pelo*

seriada no *Boletim* do Instituto ao longo dos meses seguintes, e também em um pequeno livro: INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Características atuais do Direito Positivo Brasileiro*. Série de conferências pelo rádio. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1931. Consolidamos os temas das conferências, seus autores e a data em que foram difundidas no Anexo VI. Não tivemos acesso às gravações dos programas, o que certamente compromete as análises aqui propostas. De toda forma, como o centro de nossa atenção se coloca não nos programas de rádio em si, mas nos projetos intelectuais desenvolvidos pelo IAB, pensamos que valeria a pena tecer algumas considerações sobre os ciclos de conferências, mesmo cientes de que há dimensões fundamentais das fontes em questão que nos escapam.

⁹⁸ Características atuais do direito positivo brasileiro – Série de conferências pelo rádio. I – Conferência inaugural pelo presidente Dr. Levi Carneiro (4 de junho). *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3-4, jun.-jul. 1930, p. 144, grifos nossos.

interesse social, e consagradas nas leis”. Sobretudo a liberdade e a propriedade, prosseguia ele, vinham sofrendo limitações crescentes: “Uma e outra consideram-se, *na lição dos maiores juristas, meras – funções sociais – não mais simples direitos individuais*”. Mesmo que Carneiro não o cite (o que é compreensível dada a natureza do meio em que se expressava), o emprego da expressão “funções sociais” deixa claro que um dos “maiores juristas” que ele tinha em mente era Léon Duguit. Mais à frente, o então presidente do IAB recorreu a uma mescla de tradição e inovação para, por um lado, mostrar algumas transformações então em curso e, por outro, exaltar um dos grandes juristas brasileiros por sua inserção internacional:

*Fixaremos as novas tendências que se revelam. Assim, no domínio do Direito Civil – onde as modificações são sempre mais lentas, e onde, já há mais de meio século, Teixeira de Freitas dava às nações desta parte do mundo o molde para os seus Códigos – a evolução operada nos direitos dos pais, cada vez mais condicionados pelos interesses dos filhos; e na condição da mulher, cada vez mais fortalecida no seio da sociedade conjugal; e na legalização do domínio, cada vez mais dependente apenas do registro especial respectivo; e na herança forçada, cada vez mais atenuada pelo aumento da quota disponível e pela admissibilidade das cláusulas restritivas.*⁹⁹

Procurando tornar mais leves temáticas que poderiam parecer inacessíveis para o público em geral, e também reforçando o sentido pedagógico das falas, algumas das conferências faziam acenos para a audiência. Essas ocasiões deixavam entrever certas meditações sobre o meio em que se desenvolviam. E. Ribas Carneiro, por exemplo, iniciou sua pequena conferência sobre “Direito do comércio e da indústria em geral” afirmando: “A esse auditório, que não tenho a honra de ver, iniciando minha palestra, devo dirigir algumas palavras, que *valerão como solene compromisso de ser o menos fastidioso possível*”. Mais à frente, estabeleceu uma diferenciação entre componentes de seu auditório pressuposto, afirmando que, “declarando o assunto da palestra adivinho da parte, pelo menos, das senhoras, um gesto de enfado”.¹⁰⁰ O direito, o comércio e a indústria não eram, em sua visão, assuntos para as “senhoras”.

Algumas semanas mais tarde, quando dissertou sobre direito processual penal, Augusto Pinto Lima fez uma defesa dos bacharéis que faz suspeitar que um dos intuitos da série de emissões era, justamente, combater as censuras dirigidas aos juristas. Renovar os

⁹⁹ Características atuais do direito positivo brasileiro – Série de conferências pelo rádio. I – Conferência inaugural pelo presidente Dr. Levi Carneiro (4 de junho). *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3-4, jun.-jul. 1930, p. 144-145.

¹⁰⁰ Características atuais do direito positivo brasileiro – Série de conferências pelo rádio. VII – Direito do comércio e da indústria em geral, pelo Dr. E. Ribas Carneiro (23 de julho). *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3-4, jun.-jul. 1930, p. 214.

meios de comunicação era, assim, também reconstruir um lugar de relevância para sua categoria profissional. Em um tom irônico, Lima rebateu as críticas ao bacharelismo, sublinhando logo em seguida o papel do direito nas democracias:

Bem sei, e isso me foi recomendado que essas lições de direito usual, não são mais que palestras sobre ramos da difícil ciência jurídica. *Há por aí muito quem desfaça do bacharelismo atribuindo a essa praga nacional todas as calamidades públicas.* Somos os bacharéis em direito, como uma espécie de erva daninha, a matar o capim viçoso.

*Esquecem-se porém, os críticos que a força das instituições democráticas e liberais está no Direito – essa força imanente dos povos civilizados.*¹⁰¹

Esse intuito de renovação das práticas intelectuais se torna ainda mais claro quando se atenta para como, na execução da série sobre “Características atuais do direito positivo brasileiro”, o IAB dialogou com transformações mais amplas por que passava o mundo intelectual brasileiro do período. Quando o ciclo se encerrou, em dezembro de 1930, Levi Carneiro dirigiu uma carta a Roquette Pinto, agradecendo o apoio que a Rádio Sociedade, então presidida pelo antropólogo, prestara à iniciativa. Na visão de Carneiro, as conferências haviam levado “a todos os cantos do Brasil os lineamentos principais de cada um dos ramos do nosso direito”. O Presidente do IAB se preocupou, em seguida, em exaltar a grandiosidade da iniciativa, lançando, também, o desejo de que ela se repetisse no futuro:

Suponho que *talvez se não tivesse ainda realizado entre nós, aproveitando as nossas estações de radiofonia, empreendimento de tão largas proporções, com tantos colaboradores de renome, tão sistematicamente organizado, e de tão alto alcance educativo.*

Minha esperança é que, em breve, outros o excedam, e que a nossa realização deste ano assinale o *início de outras séries de conferências anuais, com que as nossas duas associações cooperem regularmente para a difusão da cultura jurídica no País, servindo à grande causa da educação nacional.*¹⁰²

No curto prazo, o desejo de Carneiro seria atendido. Sob o título “Lições práticas de direito” e comandadas pelo novo presidente do IAB, Astolfo Rezende, as conferências radiofônicas se repetiriam em 1931. Por razões que as fontes que pudemos consultar não esclareceram, a iniciativa se deslocou da Rádio Sociedade para outra estação, Mayrink e Veiga. A série foi bem mais curta, e também mais focada em temas polêmicos do momento. A uma fala introdutória a cargo de Rezende, que procurou justificar o interesse de uma série de conferências sobre direito a partir do papel deste na “disciplina da vida social”, seguiram-se

¹⁰¹ Características atuais do direito positivo brasileiro – Série de conferências pelo rádio. XVI – Processo penal, pelo Dr. Augusto Pinto Lima (8 de outubro). *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 3-4, out.-nov. 1930, p. 212, grifos nossos.

¹⁰² INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 34ª sessão ordinária, 18/12/1930. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VIII, n. 5, dez. 1930, p. 314, grifos nossos.

uma inserção de Zeferino de Faria sobre o “Pátrio poder”, outra de Aquiles Beviláqua sobre “Atos do Comércio” e uma última intitulada “Legislação trabalhista”, proferida por Guilherme Gomes de Matos. Além de recuperar a conjuntura internacional em que se inseria a “criação nova” que o Governo Provisório vinha desenvolvendo, mencionando o Tratado de Versalhes e a OIT, Matos também se dirigiria aos ouvintes. Neste caso, esse endereçamento esteve ligado a temores que o assunto em questão suscitava, e apontava, mais uma vez, para a centralidade das reflexões sobre o lugar do direito na sociedade:

Eu antevejo, através das ondas artesianas, o receio com que os ouvintes da *Mayrink Veiga* estão recebendo as minhas palavras. A sociologia, apesar de estar na moda, causa receios a uns e pavor a muitos. A simples referência sociais [sic], o simples abordar da questão social desperta, desde logo, a muitos [sic] ideias agitadoras. Tranquilizem-se os honestos e conservadores lares dos ouvintes da *Mayrink Veiga*. Nestas ligeiras palestras de “direito prático”, feitas ao alcance de todos no curto espaço de tempo de 10 minutos concedidos aos membros designados do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros, não seria tolerável e nem possível que me estendesse em considerações acerca das escolas sociais e da momentosa questão social.¹⁰³

O IAB não se valeria do rádio em 1932, talvez em função dos conflitos suscitados pela luta pela reconstitucionalização do país. No ano seguinte, porém, ele promoveu um novo (e, ao menos ao que pudemos apurar, derradeiro nos anos aqui contemplados) conjunto de conferências. Adotou, desta vez, um formato distinto e mais tradicionalista, próximo a uma possibilidade que o CABA aventaria um pouco mais tarde: a biografia de “grandes juristas”. A “Semana Jurídica”, como o evento se denominou, tinha seu valor celebratório amplificado pelo fato de ter sido realizada nas proximidades do 11 de agosto, data da fundação dos cursos jurídicos no Brasil. A série de emissões demonstra, por outro lado, como o rádio se expandia rapidamente no país, já que, desta vez, não uma, mas *seis* emissoras veicularam as falas. Curiosamente, a nota que acompanhou a transcrição das conferências em livro afirmou que a iniciativa partira “imaginação fértil e brilhante de Augusto Pinto Lima, o atual presidente do Instituto”, sem qualquer referência às séries anteriores, embora adotasse exatamente o mesmo formato de pequenas locuções de dez minutos. O curto texto explicativo sugeria, além disso, uma coexistência entre o rádio e o impresso, delineando um papel específico para cada uma dessas instâncias: “Foram todas [as conferências] ouvidas nas paragens mais longínquas; mas, porque *verba volant, scripta manent*, elas aqui ficam”.¹⁰⁴ Esse intuito de fazer com que a

¹⁰³ Série de conferências pelo rádio – Lições práticas de direito. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. 9, 1931-1932, p. 275-288 (citações textuais nas p. 275; 285-286), grifos do autor.

¹⁰⁴ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Semana Jurídica*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Coelho, 1934, p. 7. As emissoras que propagaram os programas foram: Radio Club, Radio Educadora, Radio Guanabara, Radio Mayrink Veiga, Radio Philips e Radio Sociedade. A associação entre projetos editoriais e usos do rádio foi discutida, no caso de Roquette Pinto, que presidiu a Rádio Sociedade e também criou periódicos dedicados à

imaterialidade das emissões de rádio se perpetuasse em um volume concreto torna mais significativo o fato de, em 1935, o livreto ter sido uma das obras que o IAB escolheu doar à biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires.¹⁰⁵ O uso do rádio parece, assim, ter sido uma parte de suas atividades de que o Instituto se orgulhou, a ponto de se ter preocupado em o divulgar no exterior.

Nas conferências da “Semana Jurídica”, houve duas curiosas e reveladoras exceções à celebração dos juristas do passado. A nota de apresentação do volume não trazia maiores explicações sobre esse fato, limitando-se a registrar que seus autores “preferiram assuntos diferentes”. Eurico de Sá Pereira dissertou sobre “O projeto de divórcio do Instituto”, trazendo à tona uma temática que vinha suscitando polêmicas no âmbito do IAB nas décadas anteriores. Elogiando a iniciativa de fazer uso “desse invento maravilhoso da civilização que é o rádio”, apresentou um posicionamento moderado, mas progressista e laico. Defendeu, assim, que se adotasse o divórcio – como, em suas palavras, já faziam os “países mais cultos, mais progressistas e mais moralmente organizados” – sob o argumento de que, ao contrário do que muitas vezes se argumentava, ele poderia servir ao prestígio da “constituição legal da família”, valorizando sua finalidade social. Verdadeiramente prejudicial seria não o instituto do divórcio, mas sim o do desquite, qualificado por Pereira como uma “medida anacrônica, ilógica e imoral”.¹⁰⁶

A outra exceção nos interessa mais de perto, já que carregou o título de “A humanização do direito” e trazia ressonâncias de propostas como as de Duguit e Palacios. A cargo de Alencar Piedade, a contribuição esclarecia, logo de início, que procurava, com o título escolhido, aludir à “justa subordinação das suas normas aos interesses sociais, que devem vincular entre si os indivíduos numa obra de vasto amparo e solidariedade humanas [sic]”. As leis então vigentes, prosseguia Piedade, seriam incapazes de desempenhar essa tarefa, porque foram formuladas “sob o influxo de um individualismo egoísta”. “O Estado”, prosseguia o autor, “não intervém nas relações dos indivíduos, mas por amor a um liberalismo mal compreendido, permite que à sombra da proteção dita legal, se consumem, muitas vezes, as maiores extorsões ou iniquidades”. De forma próxima ao que fizera Palacios uma década e meia mais cedo, Piedade atribuiu à Primeira Guerra um papel fundamental no paulatino

difusão radiofônica, em: DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante*. O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2010, p. 81-83.

¹⁰⁵ Consultar a lista disponível no Anexo V.

¹⁰⁶ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Semana Jurídica*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Coelho, 1934, p. 7; 121-124.

questionamento desse quadro. Mais à frente, criticou a desigualdade nas possibilidades de acesso ao sistema de ensino para defender medidas que facilitassem o acesso à justiça:

Por outro lado, a viciosa organização jurídica do Estado, só permite a educação aos filhos de indivíduos abastados, formando-se na sociedade uma classe, à parte, dos que podem estudar e comprar livros, quando a maioria nem sequer encontra escolas primárias para aprender a ler e escrever. De sorte que, *o direito, na sociedade hodierna, é a garantia do plutocrata, do potentado, que só ele pode ter ingresso nos tribunais onde o regime do papelório e das custas, afasta os menos favorecidos da sorte. Humanizar o direito é, pois, humanizar a própria vida*; é torná-la mais digna de ser vivida, numa colaboração e solidariedade sincera entre os indivíduos, que todos são filhos da mesma grande humanidade sofredora.¹⁰⁷

A recorrência de terminologias e temáticas ligadas à “socialização do direito” em todas essas séries de conferências faz suspeitar de que o uso das inovações tecnológicas se associou a algo mais que a busca por públicos ampliados. A espécie de “pedagogia do direito” veiculada pelo rádio representava uma movimentação em direção à sociedade, num intuito não apenas de comunicação, mas sobretudo de transformação. Para muito além de chegar aos lares brasileiros e argentinos por meio das ondas do rádio, a busca por construir uma “concepção social do direito” adquiriu o caráter de uma verdadeira missão, que legitimava deslocamentos nas concepções da disciplina, transformações no papel dos juristas, ao mesmo tempo em que se delineava um lugar renovado para o Estado na regulação de sociedades vistas como crescentemente conflituosas. Nesse quadro, não bastava falar a mais e diversificados indivíduos: era preciso traduzir as reivindicações por um “novo direito” em atos, idealmente revestidos da força coercitiva das leis. Para tanto, fazia-se urgente reconstruir também a figura do jurista. Ele deveria ser não mais um erudito livresco, mas um verdadeiro “operário”, capaz de, em consonância com as circunstâncias da vida moderna, manejar da forma “tecnicamente correta” maquinarias sociais vistas como crescentemente complexas.

Novos juristas para um novo direito: a emergência do “técnico da legalidade”

Em sua conferência sobre as inovações jurídicas do governo Vargas, Pedro Batista Martins ironizou os juristas que, segundo ele, viviam “a queixar-se de que o direito está morto”. Segundo o artífice do código de processo penal de 1939, os bacharéis em direito se viam “perplexos” perante as circunstâncias da vida moderna porque se haviam habituado “a tratar como definitivas e absolutas certas categorias jurídicas, geradas à sombra do individualismo político e do liberalismo econômico”. A seguir, identificou nessa postura um

¹⁰⁷ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Semana Jurídica*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Coelho, 1934, p. 21-22, grifos nossos.

maléfico conservadorismo: “A cada golpe da evolução jurídica sobre as velhas instituições, levanta-se, em clamor, o espírito do passado, que não pode conceber o direito como expressão de circunstâncias econômicas, políticas e sociais, senão como um produto espontâneo da razão natural”. Mais à frente, sustentou que o legislador e o estadista se deveriam pautar pela convicção de que “a realidade tem sempre razão, porque *as leis são feitas para a sociedade e não a sociedade para as leis*”.¹⁰⁸ Implícita à argumentação de Batista Martins estava a ideia de que a construção de um direito adequado aos tempos em que discursava demandava um novo tipo de jurista.

Outros esforços de legitimação do Estado Novo já haviam deixado claro que essa nova figura deveria ser, eminentemente, um “técnico da legalidade”. Ainda em fins de 1937, Francisco Campos foi à imprensa defender o regime de que pode ser considerado um dos principais artífices. Em um desses pronunciamentos, republicado pouco depois pela *Revista Forense*, o novo ministro da justiça afirmou à exaustão a necessidade de integrar uma dimensão “técnica” à administração pública. Pensada em uma oposição dicotômica com a “política”, essa “tecnicidade” era vista como especialmente necessária para a escrita de novas leis. Buscando justificar as “delegações legislativas” da Constituição de 1937 (na prática, uma plena concessão para que o Executivo legislasse), Campos afirmou:

A legislação é hoje uma imensa *técnica* de controle da vida nacional em todas as suas manifestações. A legislação perdeu o seu caráter exclusivamente *político*, quando se cingia apenas às questões gerais ou de princípios, para assumir um caráter eminentemente *técnico*.
[...] *Capacidade política não importa capacidade técnica, e a legislação é hoje uma técnica que exige o concurso de vários conhecimentos e de várias técnicas.*¹⁰⁹

Essa reivindicação quase obsessiva da “técnica” nos mostra que é preciso ir além do que a fala de Campos representa em termos da legitimação ideológica da ditadura que se acabara de estabelecer para perceber como ela também se articula a importantes debates do universo do direito e, sobretudo, a mobilizações dos juristas para garantir um lugar de destaque para si próprios no espaço público. Esses movimentos não estavam desconectados de

¹⁰⁸ MARTINS, Pedro Batista. Getúlio Vargas e a Renovação do Direito Nacional. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, novembro de 1940, p. 259-260, grifos do autor.

¹⁰⁹ CAMPOS, Francisco. Diretrizes constitucionais do novo Estado Brasileiro. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIII, n. 415, jan. 1938, p. 13, grifos nossos. O mesmo texto foi editado como um livreto pela Imprensa Nacional, ainda em 1937, sob o título “O Estado Nacional e suas diretrizes”, além de ter integrado aquela que talvez seja a mais importante coletânea de textos políticos do autor, desta vez intitulado “Diretrizes do Estado Nacional”. Ver: CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional e suas diretrizes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937; CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: Sua Estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940, p. 33-68.

reflexões mais amplas sobre o papel social dos intelectuais e de buscas pela “racionalização” do aparelho estatal.

Desde meados dos anos 1910, e com maior força na década de 1930, a dicotomia entre a “política” e a “técnica”, com clara valorização da segunda, teve ampla difusão na Argentina e no Brasil. Nos dois países, o recurso aos detentores do conhecimento especializado era visto como o meio por excelência para a modernização do Estado, na medida em que permitiria uma atuação pretensamente “neutra” em busca da atenuação dos conflitos sociais. Na precisa síntese de Angela de Castro Gomes:

Pouco a pouco, e não sem enfrentamentos, o “bacharelismo” e a “política” vão sendo compreendidos como sinônimos e identificados como atividades retrógradas e geradores de um discurso retórico distante da “realidade nacional” e afastado da moderna ação intervencionista do Estado. A figura oposta, empreendedora e salvadora, era a do “técnico”, cujos contornos não estavam perfeitamente definidos, mas que basicamente devia se afastar da “política” e possuir conhecimentos “especializados”, vale dizer, distantes da tradição humanista da Ilustração.¹¹⁰

A referência às críticas ao “bacharelismo” remete às tensões e às disputas que a reivindicação da “técnica” em detrimento da “política” ocasionou em meio aos juristas. Em primeiro lugar, deve-se levar em conta que tais debates foram marcados por uma forte contradição de fundo, uma vez que havia sentidos políticos evidentes na busca pela afirmação da “neutra” competência especializada e de seu papel na vida pública. Reiteramos, assim, o argumento de que é preciso problematizar a polarização entre a “política” e a “técnica”, entre o “intelectual” e o “especialista”, sob pena de atualizar em chave analítica os debates do período estudado ou de incorrer desavisadamente em determinadas orientações ideológicas. Além disso, a oscilação entre defesas de um ensino de caráter humanista, capaz de prover uma formação ampla e potencialmente voltada à vida pública, e concepções mais pautadas pela transmissão de conhecimentos estritamente jurídicos e pela capacitação para a vida profissional vinha sendo uma constante nas faculdades de direito desde a segunda metade do século XIX, sem que qualquer dessas soluções alcançasse uma vitória definitiva.¹¹¹

¹¹⁰ GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas: novas elites burocráticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 5. Sobre a Argentina, e em sentido bastante semelhante, ver: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina*. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. *Intelectuales y expertos. La constitución del conocimiento social en la Argentina*. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 15-30; PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción. *Saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX*. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 9-28.

¹¹¹ A esse respeito, ver: ZIMMERMANN, Eduardo. The education of Lawyers and Judges in Argentina's *Organización Nacional* (1860-1880). In: ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth*

Por volta da passagem da década de 1910 à de 1920, esses impasses se tornaram especialmente prementes, à medida que ganhavam força visões do direito como um instrumento de reforma social e de progresso nacional. Uma das manifestações centrais de tais concepções jurídicas foi a afirmação da necessidade de promover profundas mudanças nas leis, que teve como corolário a reivindicação de um lugar central para os juristas nesse processo. Dito de outra maneira, continuava-se a atribuir aos bacharéis em direito um papel crucial na direção da vida pública, mas agora não mais (ou não apenas) como os homens da política em sentido estrito. Eles deveriam, isso sim, atuar como “técnicos da legalidade”, uma vez que representavam a si próprios como os detentores do conhecimento necessário à feitura de leis “adequadas às realidades nacionais”, “adaptadas às circunstâncias da vida moderna” e capazes de incorporar o rigor das ciências sociais.

Outra fala de Francisco Campos, feita muitos anos antes, quando ele era um jovem estudante de direito e não havia ainda abraçado o “antiliberalismo como convicção”,¹¹² exemplifica como esses debates foram complexos e sofreram importantes deslizamentos ao longo do tempo. Durante uma solenidade realizada na Faculdade de Direito de Minas Gerais nos anos 1910, o futuro ministro da justiça refletiu sobre o papel dos bacharéis em direito na vida pública:

A vocação específica da República é a lei, o seu governo nato é o governo dos leigos. Os homens de lei têm na democracia uma função pública: a de criar no povo uma sensibilidade para o direito, e a de *direção legal dos conflitos entre os interesses*. O seu papel jurídico-político é de adaptar constantemente a construção legal dos textos às variações e às transformações de estrutura do organismo político, de sorte a satisfazer às verdadeiras necessidades e corrigir os vícios e os excessos do temperamento democrático. À educação profissional dos homens de lei deve, pois, acrescentar-se a educação pública e nacional de seu espírito.¹¹³

Se a defesa de uma educação preocupada com a atuação “pública e nacional” remete a certa tradição humanista e voltada à ascensão a cargos estatais, um tanto distante da “técnica”

Century Latin America. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999, p. 104-123; POLOTTO, María Rosario. Hacia una nueva experiencia del derecho. El debate en torno a la enseñanza práctica del derecho en la Universidad de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 34, 2006, p. 213-239; LEIVA, Alberto David. La enseñanza del derecho y la formación de los juristas en la primera mitad del siglo XX. *Academia: Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires*. Buenos Aires, n. 10, 2007, p. 101-115. Sobre o Brasil, ver VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004, em especial p. 271-296.

¹¹² BOMENY, Helena. Antiliberalismo como convicção: teoria e ação política em Francisco Campos. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *Os intelectuais do antiliberalismo*. Projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 263-315.

¹¹³ O discurso foi republicado em 1940 como texto de abertura da coletânea *Antecipações à reforma política*, o que nos permite conjecturar que ele tenha sido considerado útil à propaganda política do Estado Novo. Foi essa a edição que pudemos consultar. CAMPOS, Francisco. *Democracia e unidade nacional*. In: CAMPOS, Francisco. *Antecipações à reforma política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 9-10, grifos nossos.

que Campos reivindicaria como condição imprescindível da legislação alguns anos mais tarde, os intuitos de garantir um lugar para os “homens da lei” na resolução dos conflitos e na “adaptação” das leis às mutáveis circunstâncias sociais se aproximam de suas medidas à frente do ministério da justiça. Acontecimentos e processos como as ações do movimento operário, a fundação do Partido Comunista Brasileiro, a emergência do movimento tenentista, as comemorações do centenário da Independência, a difusão de diversas correntes de pensamento preocupadas em “conhecer a realidade nacional” e propor soluções para a superação do seu “atraso” abririam o caminho para que, nas mais de duas décadas que separam os dois pronunciamentos, a busca por um “governo dos legistas” entendido em chave “técnica” passasse a prevalecer sobre o “bacharelismo”. No âmbito mais propriamente jurídico, essas transformações se fizeram sentir na lenta emergência de normas voltadas à regulação das relações de trabalho e na reforma constitucional de 1926.¹¹⁴

Na Argentina, Eduardo Zimmermann ressaltou, ao analisar um discurso proferido por Carlos Octavio Bunge em 1913, como se observaram, em princípio, “sinais de temor pela orientação que o direito começava a tomar como instrumento de ação estatal sobre a sociedade”. Foi recebida com bastante resistência a possibilidade de que as novas gerações de advogados atuassem como uma “vanguarda na reconfiguração dos limites à ação estatal, inaugurando uma nova era de reformas legislativas ou interpretações judiciais que pareciam dar por terminado o predomínio do liberalismo clássico no pensamento jurídico argentino”. Segundo o mesmo autor, porém, o impacto da Primeira Guerra Mundial, os primeiros traços da polarização ideológica que se aprofundaria nos anos 1920, a crise econômica que afetou o país entre 1913 e 1917 e os conflitos entre operários, Estado e setores das direitas durante a chamada “Semana Trágica” de 1919 permitiram que, uma década depois da fala de Bunge, avançassem significativamente as defesas tanto de um “novo direito” pensado em termos “socializantes”, quanto de uma ingerência central dos juristas na escrita das leis.¹¹⁵

¹¹⁴ Considerada por muitos um marco no processo de desagregação da Primeira República, bem como da ascensão do pensamento antiliberal no Brasil, a reforma constitucional teve como seu efeito mais debatido a restrição das hipóteses em que se admitia a impetração de *habeas-corpus*, limitando-as àquelas que afetavam diretamente o direito de ir e vir. Sobre suas conexões com as críticas ao liberalismo, ver: GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *Os intelectuais do antiliberalismo: Projetos e políticas para outras modernidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 205. O papel do IAB em meio a essa reforma é discutido em: GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 113-118. Sobre as leis trabalhistas, consultar, entre outros: GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014; GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

¹¹⁵ ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 94-95.

Em relação ao segundo desses aspectos, é esclarecedor retomar a discussão feita por Marie-Joëlle Redor a respeito da hostilidade de certos juristas franceses da Terceira República contra o parlamento. Segundo essa autora, por volta da virada do século XIX ao XX, tais teóricos passaram a enxergar o Legislativo como uma instituição que estaria, desde o estabelecimento do sufrágio universal, levando o país à beira da guerra social e do “despotismo democrático”. Contrapunham ao falho parlamento uma visão idealizada do direito, fundada em duas crenças básicas: a de que as garantias jurídicas eram mais eficazes que as políticas e a ideia de “excelência” do direito, tomado como um “verdadeiro soberano” que se impunha ao Estado. Consolidou-se, assim, uma descrição do “campo político como um mundo de conflitos, uma espécie de estado de natureza caótico”. Ao direito, em contrapartida, seriam atribuídas todas as virtudes, afirmando-o como um “lugar pretensamente neutro de resolução dos conflitos pelo recurso à lógica interna de uma ordem jurídica coerente”.¹¹⁶

As intensas disputas em torno da cidadania vividas pelo Brasil e pela Argentina na primeira metade do século XX tornam essa aproximação especialmente sugestiva. Isso é ainda mais forte no caso do segundo desses países, tendo em vista a lei que estabeleceu o voto universal, secreto e obrigatório, sancionada por iniciativa do então presidente Roque Sáenz Peña em 1912, e os governos da União Cívica Radical que se sucederam a partir de 1916, marcados por um reformismo moderado. Quanto ao Brasil, não se deve esquecer o papel que as críticas às práticas relativas ao sufrágio desempenharam no processo de desagregação da Primeira República. Nada casualmente, o código eleitoral, aprovado em 1932, chegou a ser chamado por um de seus artífices de “primeira expressão legal da mais importante obra que se espera da Revolução Brasileira de 1930”.¹¹⁷

A experiência desses dois países ao longo da primeira metade do século XX constitui, portanto, um âmbito privilegiado para que nos interroguemos sobre um tema que tem ganhado força na historiografia: “a relação entre a construção histórica do Estado e a consolidação de determinadas lógicas profissionais e intelectuais”. Introduzindo um dossiê dedicado a essas questões, Ricardo González-Leandri e Pilar González Bernaldo de Quirós ressaltaram como os trânsitos entre âmbitos acadêmicos, circuitos internacionais e Estado serviram a um

¹¹⁶ REDOR, Marie-Joëlle. “C’est la faute à Rousseau”. Les juristes contre les parlementaires sous la IIIe République. *Politix*. v. 8, n° 32, quatrième trimestre 1995, p. 89-96.

¹¹⁷ CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil – 1932*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2004, p. 9. Versão eletrônica preparada a partir de edição fac-similar, disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/771>. Acesso em 15/10/2018. Cabral integrara o grupo de juristas que elaborou tal código. Ainda no ano de edição da lei, publicou esse livro de comentários, com o intuito expresso de promover a rápida vulgarização da nova regulamentação eleitoral.

processo de legitimação recíproca.¹¹⁸ Nesses percursos, foram conformando-se grupos de especialistas cujos saberes eram crescentemente considerados imprescindíveis à ação estatal. Dotaram-se, assim, de uma autoridade específica e frequentemente vista como inquestionável.

A tópica da “técnica”, por vezes empregada como sinônima da ciência, em outros momentos pensada como uma espécie de aplicação prática dos saberes acadêmicos, cumpriu um papel fundamental na legitimação desses projetos. No caso dos juristas, isso significava refazer em novos termos o lugar de destaque com que há muito contavam. Cada vez mais, eles se inseriam na vida pública reivindicando não a posse da alta cultura erudita, mas sim uma condição de “técnicos da legalidade”, cuja autoridade não poderia ser ignorada na escrita das leis.

O congresso realizado pelo Instituto dos Advogados Brasileiros para marcar sua participação nos festejos do centenário da Independência, no convulsionado ano de 1922, dá uma boa medida da força que foi assumindo a confluência entre a afirmação da política como o território de todos os males e a reivindicação de que as leis deveriam ser escritas de forma “técnica”. Eugênio de Barros, orador oficial do encontro, recorreu a esses argumentos para justificar a importância da realização do congresso:

O terreno político é uma região vulcânica, sujeita a explosões cujas lavas são alimentadas pelas paixões humanas, individuais e coletivas. Só as decisões dos Congressos propriamente científicos são profícuas, porque elas se geram da atmosfera serena e calma do pensamento [...]. O Congresso Jurídico, ora instalado, é um congresso científico, e o que ele afirmar como verdade será certamente aproveitado pelos legisladores da República para o aperfeiçoamento de nossas leis.¹¹⁹

Alguns anos mais tarde, a associação entre a retórica da “técnica” e a reivindicação de um lugar central para os juristas na escrita das leis apareceria de forma ainda mais clara no discurso que Hugo Magalhães fez ao tomar posse como membro do IAB, em maio de 1929. Sua fala se abriu com os contundentes dizeres: “o Congresso brasileiro, em que pese a cultura e o talento da maioria de seus membros, não pode prescindir da orientação, da colaboração do advogado – o *técnico por excelência em matéria jurídica*”. Para Magalhães, naquela “fase crítica da nossa democracia, o advogado brasileiro” não se poderia “conservar na doce, cômoda e peculiar atitude de mero intérprete e comentador da lei existente”. Intervir no “combate em favor do direito por vir, pondo em relevo o verdadeiro fim social, o interesse

¹¹⁸ GONZÁLEZ-LEANDRI, Ricardo; GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. Introducción. *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, p. 14.

¹¹⁹ Citado em GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3-O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 96-97.

coletivo no assunto que se precisa ou se pretende disciplinar”, seria uma obrigação, um verdadeiro imperativo para os bacharéis em direito.¹²⁰

Mais à frente, Magalhães se preocupou em qualificar a intervenção que defendia. Recorrendo a posicionamentos que o presidente do IAB, Levi Carneiro, viria defendendo, afirmou ser “imprescindível” que os advogados “intervenham mais assiduamente na vida política, *não na vida da politicalha, não na luta dos cargos e das posições políticas*”. A colaboração qualificada dos detentores do conhecimento “técnico” se deveria operar, isso sim, “para inspirar as soluções jurídicas, para defender os princípios legais e a organização constitucional, para promover ou orientar o aperfeiçoamento da legislação, para defender e cultivar na massa dos cidadãos o sentimento jurídico”. Encaminhando-se para a sua conclusão, afirmou serem muitos os “Institutos Jurídicos que necessitam de retoques, substituições, acréscimos, restaurações ou revogações”, assim como “as reformas que se esboçam e se anunciam”. Clamou, assim, para que sua audiência velasse pela legislação futura.¹²¹ O fato de o discurso ter sido transcrito nas atas, algo incomum quando se tratava de falas de ingresso de novos membros, sugere que o Instituto devotou um particular interesse aos posicionamentos defendidos por Magalhães.

Esses exemplos se inseriam em um movimento mais amplo na trajetória do IAB. Na reconstrução de seu lugar na vida pública em decorrência da mudança do regime político em 1889, a reivindicação de seu papel de instância “técnica” na escrita das leis foi um mecanismo crucial. Na “memória” que apresentou em meio às comemorações do centenário do IAB, Alfredo Balthazar da Silveira se referiu a tais congressos como momentos de gestação de reformas legislativas, o que seria um motivo de orgulho para a nacionalidade:

os congressos jurídicos, que reúnem advogados, juízes e professores, *para discutirem teses de direito e proporem, outrossim, modificações nas leis e medidas conducentes a estabelecer uma melhor administração da justiça, são um meio seguro de fixar o grau de adiantamento jurídico de uma nação.*¹²²

Em verdade, a atuação como uma espécie de “consultoria autorizada” já vinha sendo retomada de forma decidida desde os anos anteriores. No ano de 1893, o IAB organizou uma comissão para examinar a proposta de novo código penal que havia sido apresentada à Câmara. Um pouco mais tarde, atuou para garantir a declaração da inconstitucionalidade da obrigação de apresentar selos em uma série de documentos, estabelecida pela lei orçamentária

¹²⁰ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 3ª sessão ordinária, realizada em 2 de maio de 1929. Biblioteca IAB, grifos nossos.

¹²¹ INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. Ata da 3ª sessão ordinária, realizada em 2 de maio de 1929. Biblioteca IAB, grifos nossos.

¹²² SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Instituto dos Advogados Brasileiros*. Memória histórica da sua fundação e da sua vida. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944, p. 135, grifos nossos.

para o ano de 1899. O governo, em contrapartida, solicitou a opinião do Instituto em questões como um projeto de reforma da Guarda Nacional apresentado em 1898. Em muitos casos, trabalhos realizados no IAB foram transcritos nos relatórios do Ministério da Justiça, a despeito de seu caráter formal de órgão particular.¹²³

Nos esforços memorialísticos do IAB, a reivindicação da necessidade de contar com o respaldo “técnico” dos juristas na escrita das leis e, mais, a denúncia dos males gerados quando isso não ocorria ganhavam destaque explícito. No trabalho que preparou para as comemorações do cinquentenário do órgão, por exemplo, seu então primeiro secretário Manoel Álvaro de Souza Sá Vianna lamentou o “estado apático” em que estivera o IAB no pós-1889. Segundo Sá Vianna, a ruptura institucional fizera com que o órgão se deixasse “ficar no olvido”, o que teria tido graves resultados:

Fizeram-se importantíssimas reformas *sem que a palavra dos homens do Direito fosse ouvida* e foi assim que bebericando aqui, saltitando ali, *colheu-se o que havia de mais sedutor nos códigos das nações cultas, mas sem sistema, sem unidade no todo, inviável na prática, confuso, ilógico, perturbador enfim.*¹²⁴

Meio século mais tarde, a já mencionada “memória histórica” escrita por Alfredo Balthazar da Silveira seria ainda mais enfática na exaltação do papel do Instituto na elaboração das leis. Logo no início, ao dissertar sobre a importância da fundação dos cursos de direito no Brasil imperial, Silveira afirmou que as “melhores ideias” não se formavam na “massa popular”, mas sim como “um resultado verdadeiro da atuação dos que se aparelharam para propugnar as reformas capazes de beneficiar a coletividade”. Dentro dessa concepção elitista, caberia “aos juristas um papel relevante, qual o de preparar o ambiente social para o recebimento de umas tantas modificações nos seus códigos”.¹²⁵

Mais à frente, tratou da criação do IAB como um modo de executar tal ideal, afirmando que “seus pareceres têm de influir, na formação da jurisprudência, bem como *na elaboração das leis e regulamentos, uma vez que se alicerçam em meditações e pesquisas, empreendidas com a louvável preocupação de acertar*”. Silveira buscou exemplificar e comprovar esse fato destacando uma série de momentos da “atuação do Instituto na vida nacional”, muitos deles ligados à elaboração de algum importante diploma legislativo:

¹²³ GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. História da Ordem dos Advogados do Brasil. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003, p. 36-38.

¹²⁴ VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto dos Advogados Brasileiros – Cinquenta anos de existência*. Memória lida na sessão solene comemorativa do 50º aniversário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894, p. 62-63, grifos nossos.

¹²⁵ SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Instituto dos Advogados Brasileiros*. Memória histórica da sua fundação e da sua vida. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944, p. 21.

“campanha abolicionista”, “Ordem dos Advogados”, “casamento civil”, “assistência judiciária”, “código civil”, “código comercial”, “função cultural”.¹²⁶

O desejo de impactar a atividade legislativa também marcou a trajetória do Colegio de Abogados de Buenos Aires desde sua fundação em 1913. Já no primeiro relatório de suas atividades, apresentado em dezembro de 1914, a gestão inaugural do órgão sustentava que suas ações estavam plenamente justificadas pela necessidade de promover “o *estudo do progresso do direito*, as publicações de jurisprudência e revistas; as conferências; [...] *as reformas das leis positivas de fundo e de procedimento*”.¹²⁷ Em uma reforma estatutária aprovada em 1926, a busca por influir sobre os rumos da escrita das leis apareceria com absoluto destaque. O primeiro objetivo expresso nessa nova redação era “propender ao melhoramento da administração de justiça e *ao progresso da legislação*”.¹²⁸

Alguns anos mais cedo, o intuito de impulsionar o estudo sistemático das leis já havia sido reivindicado no lançamento da *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*, cujo exemplar inicial circulou, como vimos, em novembro de 1921. O editorial de apresentação¹²⁹ trazia uma interessante evocação dos debates sobre as leis. Jogando com os sentidos da palavra e com notas filosóficas, o texto contrapunha a busca pelas “leis que regem o ordenamento da natureza” às “leis sociais e comuns, que deveriam reger as relações dos homens entre si”. Após afirmar que ambas as modalidades de leis “foram mil vezes retificadas, porque mil vezes foram a expressão do erro”, o editorial sustentava a impossibilidade de chegar a normas de direito definitivas, na medida em que as relações sociais às quais estas se dirigiam “nada [tinham] de comum com a inteligência ou com a razão”, mas sim lidavam com a “vontade dos homens”. A revista exprimia, a despeito desse

¹²⁶ SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Instituto dos Advogados Brasileiros*. Memória histórica da sua fundação e da sua vida. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944, p. 32 (citações textuais); 39-114, grifos nossos. O último item, muito mais extenso que os demais (ocupa da página 65 à 114), traz uma listagem minuciosa de atividades promovidas pelo IAB, em especial conferências pronunciadas em seu âmbito – muitas delas voltadas a propostas de alteração nas leis, e também abarcando uma quantidade considerável de juristas argentinos.

¹²⁷ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y anexos presentados por el directorio*. Buenos Aires: [s.ed.], 1914, p. 9, grifos nossos.

¹²⁸ COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. (Aprobado por Decreto del Poder Ejecutivo de 28 de julio de 1926). Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926, p. 3, grifos nossos. A disposição permaneceria inalterada na reforma estatutária seguinte, realizada em 1939. COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. (Aprobado por Decreto del Poder Ejecutivo de 1º de febrero de 1939). Buenos Aires: [s.ed.], 1939, p. 3. Ver, também: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatutos del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1919; COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imp. J. Bodner, 1922.

¹²⁹ O texto não é assinado, mas provavelmente foi redigido pelo primeiro diretor da publicação, Eusebio Gómez, já então um criminalista consagrado, bastante conhecido no Brasil e que, mais tarde, redigiria com Jorge Eduardo Coll um projeto de código penal (1937).

fato, seu programa em torno de um propósito pretensamente científico de estudar as leis como fatos sociais:

Enquanto chega do infinito o momento em que as leis positivas não sejam necessárias, o Colegio de Abogados de Buenos Aires, *tomando as leis e os fatos como são, em harmonia com o presente, oferece uma tribuna aos homens do pensamento que queiram analisar as coisas úteis que se relacionam com o indivíduo e com a sociedade*. A informação de nosso meio judicial, a legislação e a jurisprudência, terão ampla acolhida em nossa Revista; o estudo e a análise da doutrina será seu complemento.¹³⁰

Em sua edição de maio-junho de 1938, a *Revista del Colegio de Abogados* publicaria uma reivindicação muito explícita do papel dos juristas na escrita das leis, que deixa entrever como o argumento da “técnica” ganhara força nos anos que separavam tal fascículo do número inicial do periódico. Sob o expressivo título “La redacción de los códigos – Necesidad de la indicación de la fuente de sus artículos”, Carlos J. Rodríguez preocupou-se em afirmar, já no primeiro item em que dividiu seu argumento: “o redator de um código deve ser jurisconsulto”. Após defender enfaticamente a necessidade de que a redação de uma lei deixasse claro “seu propósito, seu espírito”, ele afirmou:

O jurisconsulto redator de um código é um *homem profundamente versado na ciência do direito, e na sociologia de um povo em certa época*. Sua missão é construir uma ordem jurídica, para regular a vida social. Para isso, o direito, como ciência e como arte, lhe dá seus materiais; os princípios gerais, que são verdades jurídicas para todos os povos dessa época; e as aplicações concretas desses princípios nas leis e códigos de algumas nações.¹³¹

Essa passagem demonstra de maneira contundente como a busca por um lugar de preeminência para os juristas convergiu com o diálogo com as então nascentes ciências sociais para justificar a ingerência desses homens na escrita das leis. A indispensabilidade dos “versados na ciência do direito” para garantir a “qualidade científica” dos diplomas legislativos encontraria, assim, seu fundamento no papel das leis na regulação da vida social.

Durante todo o período contemplado nesta pesquisa, a maneira mais notável e articulada com que tanto o Instituto dos Advogados Brasileiros quanto o Colegio de Abogados de Buenos Aires buscariam intervir sobre a escrita das leis seria a formação de comissões especiais voltadas ao estudo de temas específicos. Esses trabalhos se debruçavam seja sobre questões polêmicas cuja regulamentação tais agremiações consideravam relevante promover,

¹³⁰ Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. I, n. 1, nov. 1921, p. 1-3, grifos nossos.

¹³¹ RODRÍGUEZ, Carlos J.. La Redacción de los Códigos – Necesidad de la Indicación de la Fuente de sus artículos. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XVI, n. 3, mai-jun. 1938, p. 187-188, grifos nossos.

seja sobre debates em torno de mudanças nas leis já impulsionados em outras instâncias. Com frequência, resultavam em pareceres e representações enviadas aos respectivos governos. As publicações patrocinadas por ambos os órgãos nos trazem exemplos abundantes dessas atividades – e também de como intercâmbios entre o Brasil e a Argentina se fizeram notar em seu desenvolvimento.

Em junho e julho de 1920, a comissão estabelecida para estudar a “condenação condicional” – instituto hoje mais conhecido como *sursis* ou suspensão condicional da pena¹³² – apresentava ao IAB seu parecer. Subscrito por Evaristo de Moraes,¹³³ o parecer era acompanhado de um “anteprojeto de lei”, bem como da anuência de outro dos seus membros, Esmeraldino Bandeira, que apresentou um segundo esboço legislativo. O último desses juristas justificou sua decisão de elaborar um “substitutivo” nos seguintes termos: “aproveitando todas as ideias formuladas em artigos pelo Sr. Evaristo de Moraes, as amplio e desenvolvo, aditando outras que me parecem necessárias a uma lei moderna sobre o instituto da *condenação condicional*”.¹³⁴

Embora não se possa afirmar peremptoriamente que isso ocorreu sob o impulso dos estudos promovidos pelo IAB, o tema logo viria a ser regulamentado, por um decreto de setembro de 1924, e com participação de ao menos um dos membros da comissão do Instituto. Bandeira já havia, como deputado federal por Pernambuco, apresentado um projeto sobre a adoção do *sursis* em julho de 1906. Nos anos seguintes, publicou artigos a respeito do tema, sobretudo no *Jornal do Comércio*, e integrou o grupo que redigiu o projeto

¹³² Curiosamente, tais trabalhos foram publicados no *Boletim do IAB* com o título de “livramento condicional”, mas o teor dos debates e a própria terminologia empregada pelos autores deixam claro que se trata, efetivamente, de uma proposta a respeito da “condenação condicional” ou *sursis*. Ver: MORAES, Evaristo de; BANDEIRA, Esmeraldino. Livramento condicional – Parecer da comissão do Instituto da Ordem dos Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. I, n. 1, jan. 1925, p. 70-97. O livramento condicional consiste em uma libertação antecipada do indivíduo condenado à pena privativa de liberdade, após cumprimento de um período de encarceramento, como etapa final da progressão de regimes no cumprimento da pena. O *sursis*, por sua vez, implica a completa suspensão da execução da pena por um prazo determinado, ao fim do qual, se a suspensão não houver sido revogada em função de alguma infração do condenado, extingue-se a pena. Para ambos os casos, há requisitos específicos e obrigações a cumprir. Os dois institutos são considerados medidas de política criminal, uma vez que evitam, total ou parcialmente, a permanência em custódia de indivíduos que não são considerados “ameaças” à sociedade. Ver ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. v. 1 – Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006, p. 686-691 e 725-728.

¹³³ Sobre a interessante trajetória de Evaristo de Moraes, homem negro e de origens humildes que, após muitos anos de atuação como “rábula” (figura admitida a representar partes em processos, mesmo sem ter seguido estudos jurídicos formais), formou-se em direito, tendo atuado como advogado de sindicatos e também como consultor do Ministério do Trabalho nos anos 1930, ver: MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007.

¹³⁴ MORAES, Evaristo de; BANDEIRA, Esmeraldino. Livramento condicional – Parecer da comissão do Instituto da Ordem dos Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. I, n. 1, jan. 1925, p. 94, grifos do autor.

posteriormente transformado no decreto que introduziu tal instituto no direito penal brasileiro.¹³⁵

Em seu parecer, Evaristo de Moraes se pôs a analisar alguns dos antecedentes do sistema cuja adoção propunha. Destacando, inicialmente, o caso belga, o autor invocou o voto em favor da adoção do *sursis* pelos “legisladores de todos os países” emitido durante congresso realizado em 1889, em Bruxelas, pela União Internacional de Direito Penal (UIDP).¹³⁶ Recorreu, também, às opiniões unanimemente manifestadas no ano seguinte em favor da condenação condicional durante o Congresso Penitenciário Internacional, reunido em São Petersburgo. Prosseguiu na análise das leis francesa, italiana e espanhola sobre o tema, até chegar à proposta brasileira de 1906 e à presença do tema no projeto de código penal apresentado por Galdino Siqueira em 1913. Mais à frente, voltou a invocar um congresso de juristas, promovido igualmente pela UIDP, desta vez em Rennes (1910), para trazer à tona as cautelas com supostos “abusos” na concessão do *sursis*.¹³⁷

Encaminhando-se para a conclusão de seu parecer, Evaristo de Moraes sustentou que o Brasil poderia “aproveitar muitíssimo da experiência legislativa e jurisprudencial dos países mais cultos, forrando-nos a incertezas, de que eles não puderam escapar”. Em uma manobra muito corrente entre seus colegas do período, fez a ressalva de que o “defeituoso sistema penal do código de 1890” tornava difícil a adoção do *sursis* no Brasil, mas afirmou que, apesar disso, havia organizado “um anteprojeto, que *representa, no seu ecletismo, o que nos pareceu mais adaptável ao Brasil*”.¹³⁸ Percebe-se, nessa passagem, como as preocupações com a “adequação à realidade nacional” nem sempre representaram rechaços veementes da tradição europeia.

Na minuciosa explicação que passou a traçar a respeito das escolhas que realizara na escrita do projeto, é interessante perceber os diálogos com colegas argentinos. Discutindo a questão dos prazos que deveriam ser estabelecidos para a condenação condicional, afirmou ter

¹³⁵ QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A modernização do direito penal brasileiro. Sursis*, livramento condicional e outras reformas do sistema de penas clássico no Brasil, 1924-1940. São Paulo: Quartier Latin, 2007, p. 239-243.

¹³⁶ Estabelecida também em 1889, em Viena, por iniciativa dos penalistas Franz von Liszt, Gérard van Hamel e Adolphe Prins, a UIDP foi extinta como resultado da eclosão da Primeira Guerra. Em 1924, foi sucedida pela Associação Internacional de Direito Penal, que segue atuando e promovendo congressos. Ver: INTERNATIONAL Association of Penal Law. History of the International Association of Penal Law. Disponível em: <http://www.penal.org/en/node/168>. Acesso em 15/05/18.

¹³⁷ MORAES, Evaristo de; BANDEIRA, Esmeraldino. Livramento condicional – Parecer da comissão do Instituto da Ordem dos Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v, I, n. 1, jan. 1925, p. 73-80.

¹³⁸ MORAES, Evaristo de; BANDEIRA, Esmeraldino. Livramento condicional – Parecer da comissão do Instituto da Ordem dos Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v, I, n. 1, jan. 1925, p. 80-81, grifos nossos. As severas críticas ao código penal de 1890 eram recorrentes nos meios jurídicos brasileiros, desde praticamente a edição dessa lei, tendo dado origem a intensos debates, somente arrefecidos com a edição de um novo código em 1940.

optado pelo “mesmo prazo da prescrição, estabelecido pelo código penal para a pena imposta, seguindo neste ponto os conselhos do criminalista argentino Dr. Julio Herrera e o parecer do Dr. González Roura, apoiado pelo Congresso Penitenciário reunido em Buenos Aires, no ano de 1914”. Mais à frente, Evaristo de Moraes invocou em favor de seu argumento “um dos críticos e reformadores do código penal argentino, o professor Rodolfo Rivarola”.¹³⁹ Como vimos em inúmeros momentos, Rivarola era membro honorário do IAB e um personagem recorrente dos intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos.

A acreditar no relato de Alberto David Leiva,¹⁴⁰ o surgimento de comissões voltadas a propostas específicas de reformas nas leis foi praticamente concomitante à organização do Colegio de Abogados de Buenos Aires. Assim como Silgueira sugeriria ao falar sobre os primeiros grupos formados pela Federación Argentina de Colegios de Abogados, os estudos iniciais se voltaram para temas ligados ao exercício da advocacia e à administração da justiça. Ainda em 1913, um sócio apresentou um projeto sobre notificações judiciais pelo correio. Em 1916, o Colegio peticionou ao Congresso demandando a sanção de uma lei sobre justiça de paz e de reformas ao código penal. Dois anos mais tarde, seria o momento de responder a uma consulta da Câmara dos Deputados sobre o código comercial. Também em 1918, o Colegio patrocinou uma pesquisa sobre um projeto de lei de divórcio então debatido pelo Legislativo.

Em começos dos anos 1920, várias novas propostas relacionadas ao exercício profissional se encontravam em debate. Às vésperas do golpe de 1930, o Colegio enviou uma representação aos poderes públicos expondo os problemas que o aumento vertiginoso da população de Buenos Aires havia ocasionado para o exercício da função jurisdicional. Ao longo dos anos 1930, houve representantes do órgão em diversas comissões que debatiam reformas aos códigos de processo, e ele também foi consultado pelo governo em meio à redação de uma nova lei de selos. Essas mobilizações foram especialmente fortes em torno da nomeação pelo Congresso de uma comissão para propor reformas ao código civil, em 1926. Como veremos mais à frente, solicitou-se ao Colegio de Abogados que elegeisse um membro para integrar tal grupo, escolha que recaiu no veterano Rodolfo Rivarola.

De volta ao Brasil, outro exemplo muito expressivo pode ser encontrado no folheto *Pela ordem jurídico-política*. Resultado dos trabalhos de uma comissão estabelecida pelo IAB para estudar temas ligados à reorganização constitucional do país, o conjunto de textos logrou,

¹³⁹ MORAES, Evaristo de; BANDEIRA, Esmeraldino. Livramento condicional – Parecer da comissão do Instituto da Ordem dos Advogados. *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. I, n. 1, jan. 1925, p. 80; 90. É interessante registrar que Evaristo de Moraes faz referência aos debates argentinos a partir da edição oficial do projeto de código penal do país vizinho, publicada em 1917 e transformada em lei em 1921.

¹⁴⁰ LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005, p. 110-115. Também no próximo parágrafo, baseamo-nos nos dados contidos nessa obra.

a pedido da agremiação de juristas, ser transcrito nos anais da Assembleia Constituinte de 1934. Dessa cópia, extraiu-se, ainda no mesmo ano, uma separata, cuja edição ficou a cargo da Imprensa Nacional. Após afirmar o lugar do IAB em meio às “primícias do movimento em prol da reconstitucionalização do país”, João Pedro dos Santos, então secretário do Instituto e responsável pela apresentação da separata, exaltou o papel do órgão na escrita das leis, visto como um sinal de distinção para o país. Disse ele:

esforçando-se para que a nossa situação jurídica nos elevasse no conceito dos povos civilizados, o Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros não desertou à missão, que lhe é inerente pela sua própria razão de ser, de defender, corajosa e pertinazmente, a obra dos nossos antepassados, que se dedicaram a educar; juridicamente, a nossa nacionalidade, a fim de que a sua organização política fosse consequência fatal dessa educação.

Depois de pugnar pelo imediato regresso do Brasil à ordem política, o Instituto não esmoreceu nessa campanha de patriotismo, de civilização e de cultura. E, *acompanhando, dia a dia, a direção dos públicos negócios do Brasil, a cada momento advertia, abnegada e decididamente, o respeito às nossas ricas e gloriosas tradições de sadio liberalismo jurídico. Tudo o que se desviou dessas tradições mereceu a sua crítica, veemente, talvez, mas honesta e desapaixonada, despida de interesse político-partidário e inspirada, tão somente, pelo objetivo do não desmerecimento do direito.*¹⁴¹

Como se sabe, a Assembleia Constituinte de 1934 foi marcada por acirrados debates, certamente muito mais complexos e multifatoriais que os comentários de um grupo de juristas consagrados. Uma análise minuciosa de em que medida as sugestões elaboradas pelo IAB foram ou não contempladas no texto final da Constituição escapa aos objetivos da discussão aqui realizada. Independente de seus resultados concretos, dão uma boa medida da solidez que haviam alcançado os esforços de juristas para influir na escrita das leis a formação da Comissão de Estudos Constitucionais, o pedido – efetivamente atendido – de que se transcrevessem os trabalhos do Instituto nos Anais da Constituinte e a publicação em separata nas oficinas da Imprensa Nacional.

Essas dinâmicas de edição e circulação sugerem, por outro lado, como a forte reivindicação do caráter “científico” dos estudos jurídicos se associaria estreitamente ao diálogo com as nascentes ciências sociais. É, mais uma vez, Francisco Campos quem nos traz uma boa ilustração desse fato. Então à frente da secretaria de educação do Distrito Federal, Campos proferiu um discurso de saudação aos participantes do Congresso Nacional de Direito Judiciário. Realizado em julho de 1936, por iniciativa do IAB, o encontro tinha como intuito central debater a unificação do direito processual, que vinha sendo discutida nos meios

¹⁴¹ SANTOS, João Pedro dos. Pela ordem jurídico-política. In: INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Pela ordem jurídico-política*. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e a reconstitucionalização nacional. Separata dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934, p. 5, grifos nossos.

jurídicos há alguns anos e havia sido determinada pela Constituição de 1934. Comentando as medidas necessárias para “manter o sistema legal em consonância com os demais sistemas da vida coletiva”, Campos defendeu a necessidade de promover a “organização racional do serviço legislativo”. Isso poderia ser feito

*criando um centro de estudos, de informações e de investigações com a função de verificar as lacunas e defeitos do sistema jurídico, os vícios do seu funcionamento ou as inadequações ou incompatibilidades do direito com as legítimas exigências nascidas da modificação das circunstâncias da vida ou das transformações operadas nos hábitos ou nos sentimentos públicos.*¹⁴²

Ainda que esse centro de estudos não tenha sido efetivamente criado (ao menos não com os contornos delineados na fala de Campos), os paralelos com iniciativas que remontavam ao início do século, como a francesa Société d’Études Législatives e o estadunidense American Law Institute, são evidentes. No caso argentino, a busca por fazer da tarefa legislativa uma operação eminentemente acadêmica se traduziria, pouco depois de promulgada a Constituição brasileira, em um ambicioso esforço institucional.

“Um gabinete elaborador da lei”: o Instituto Argentino de Estudios Legislativos¹⁴³

Em julho de 1926, ao conceder a entrevista ao *Jornal do Comércio* em que expôs o que chamaria posteriormente de um “plano de aproximação jurídico-cultural”, J. Honório Silgueira assumiu a postura de um verdadeiro “embaixador institucional”. Antes de se dedicar aos “conceitos e sugestões” para “cimentar a obra de aproximação intelectual” entre o Brasil e a Argentina, como anunciava o subtítulo da matéria do diário carioca, Silgueira expôs minuciosamente e exaltou as atividades da jovem Federación Argentina de Colegios de Abogados. Na narrativa do então presidente de tal órgão, “contribuir para o aprimoramento das leis” aparecia como um dos objetivos centrais da Federación.¹⁴⁴

Essa questão ganhou mais destaque quando Silgueira discutiu os resultados da Primeira Conferência Nacional de Advogados, realizada em Buenos Aires em novembro de 1924. Um dos pontos ressaltados por ele foi a nomeação de uma “comissão permanente” para discutir alterações nas leis argentinas, com ênfase inicial em temas ligados a normas processuais e à administração da justiça. Silgueira logo deixou claro, entretanto, que o órgão que presidia tinha pretensões muito mais profundas de influir na tarefa legislativa:

¹⁴² CAMPOS, Francisco. Congresso Nacional de Direito Judiciário – Discurso do Dr. Francisco Campos. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXVII, n. 398, agosto de 1936, p. 810, grifos nossos.

¹⁴³ Versões parciais e preliminares das análises propostas nesta e nas próximas seções foram publicadas no artigo: SILVEIRA, Mariana de Moraes. Técnicos da Legalidade – juristas e escrita das leis: Argentina e Brasil, primeira metade do século XX. *Estudios Sociales Contemporáneos*. Mendoza, n. 17, dez. 2017, p. 86-102.

¹⁴⁴ Argentina-Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1926, p. 3.

A primeira comissão de 1924, que é de caráter provisório, desaparecerá logo que haja cumprido os fins de sua criação. A segunda, a criar-se, será estável, como a que há muitos anos atrás existe em França e, desde 1923, nos Estados Unidos da América do Norte. *Sua função será muito importante: a de um verdadeiro instituto de direito, encarregado de examinar a legislação, corrigi-la, substituí-la, criá-la, asseverar os corpos oficiais e privados, como sejam governos, associações, corporações de interesse público, redigindo e apresentando opiniões, conclusões e anteprojetos.*¹⁴⁵

A “comissão estável” a que Silgueira aludiu somente seria concretizada vários anos mais tarde. O Instituto Argentino de Estudios Legislativos (IAEL) foi fundado como uma seção autônoma da FACA no segundo semestre de 1935. Julio Oscar Ojea, no comando de tal Instituto desde sua criação, trasladou-se até Santiago em abril de 1942 para pronunciar uma conferência com o significativo título “La misión del jurista en la elaboración de la ley – Los institutos de estudios legislativos”. Encaminhando-se para o fim de sua fala, Ojea expressou satisfação com o surgimento de um equivalente chileno para o órgão que presidia, responsável pela realização do evento em que discursava, e com mobilizações para que algo semelhante ocorresse no Brasil. Em uma passagem especialmente expressiva dado o contexto de guerra, Ojea afirmou sua crença na potencial contribuição de atividades de institutos desse tipo e dos contatos entre juristas de diversos países:

*desta obra positiva de aperfeiçoamento das legislações nacionais, de conhecimento das normas codificadas americanas, seus usos e costumes, sua jurisprudência e seus textos de doutrina, há de resultar a América que concebemos em nossas exaltações e sonhos: exuberante em unidade espiritual e respeitosa das concepções do Direito, uniformizada nas bases de sua legislação, livre de inquietudes que a perturbem e com exata consciência de seus atos, trabalhando pelo progresso com plenitude de paz.*¹⁴⁶

O IAEL procurou estar à altura de tão ambiciosos objetivos já em suas primeiras atividades. O órgão traçou, pouco depois de fundado, um abrangente plano de temas a respeito dos quais deveria assessorar os poderes públicos, contemplando praticamente todos os grandes ramos do direito então estabelecidos. Para a composição de cada um desses grupos, foram mobilizados juristas de renome.¹⁴⁷ Em um procedimento aproximável ao

¹⁴⁵ Argentina-Brasil. *Jornal do Comércio*. Rio de Janeiro, 15 de julho de 1926, p. 3, grifos nossos.

¹⁴⁶ OJEA, Julio O.. *La misión del jurista en la elaboración de la ley*. Los institutos de estudios legislativos. Buenos Aires: [s.ed.], 1942, p. 34. Agradecemos à professora María Rosario Polotto por haver disponibilizado essa fonte.

¹⁴⁷ Em um pequeno impresso de 4 páginas, não datado, mas sobre o qual se encontra, no exemplar que pudemos consultar, um carimbo da Biblioteca Nacional Argentina onde se lê “1938”, apresentou-se uma listagem das distintas seções que o compunham. Sobre tudo para a presidência de cada um desses grupos, foram escolhidos juristas consagrados, num provável esforço de legitimação do órgão: direito administrativo – Benjamín Villegas Basavilbaso; direito civil – Héctor Lafaille; direito comercial – Leopoldo Melo; direito constitucional – Rodolfo Rivarola; direito penal – Jorge Eduardo Coll; direito processual – J. Honorio Silgueira; economia, finanças e estatística – Alejandro Ruzo; legislação do trabalho – Leonidas Anastasi; legislação de menores – Jorge Eduardo Coll. FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Instituto de Estudios Legislativos*. [s.l.]: [s.ed.],

adotado pelo American Law Institute, ainda que com meios materiais mais modestos, o Instituto passou a publicar uma série de livros, numerados e organizados tematicamente, em que apresentava sugestões ou mesmo projetos completos de lei.¹⁴⁸

Como a própria argumentação de Silgueira sugere, desde novembro de 1924, quando se reuniu em Buenos Aires a Primeira Conferência Nacional de Advogados, os esforços para garantir que os trabalhos dos juristas fossem levados em conta na escrita das leis vinham passando por uma notável expansão. O estudo de temas ligados a mudanças nas leis constituía um dos propósitos centrais do congresso. Seu programa se estruturava em torno de dois pontos: “organização judiciária” e “legislação processual”. Em ambos os casos, propunham-se debates sobre a “necessidade ou conveniência” de estabelecer normas únicas para todo o país, em lugar da competência provincial para legislar sobre essas questões que prevalecera até aquele momento.¹⁴⁹

O encontro parece ter tido boa acolhida, tanto nos círculos jurídicos quanto no âmbito dos poderes públicos. No volume que reuniu seu programa, alguns “antecedentes” e versões taquigráficas das sessões, foram transcritos diversos “decretos do governo da Nação e dos das províncias designando delegados à conferência”. Em muitos deles, transparece um aplauso ao “alto interesse legislativo” dos temas trazidos a debate. Como representantes do governo federal, por exemplo, foram nomeados Mariano G. Calvento, que futuramente seria deputado pela Unión Cívica Radical e presidente do CABA, e Leonidas Anastasi, fundador de *Jurisprudencia Argentina* que concluía em 1924 um mandato na Câmara pelo mesmo partido.

[193?]. Muitos desses nomes, como Rivarola e Silgueira, estiveram profundamente envolvidos nos intercâmbios com o Brasil. Outros, como Coll (que também visitou o Brasil), participariam da elaboração de projetos de novos códigos. Anastasi, por sua vez, era um dos fundadores e diretores da revista *Jurisprudencia Argentina*.

¹⁴⁸ Consolidamos dados sobre as 20 primeiras dessas publicações, editadas entre 1938 e 1958, no Anexo VII. Estendemos esse levantamento para além do recorte temporal da pesquisa porque, em função dos confrontos entre a FACA e os governos que se estabeleceram após o golpe de junho de 1943, em especial o de Juan Domingo Perón, muitas atividades desenvolvidas ainda em nossos marcos somente deram origem a publicações muitos anos mais tarde. De um ponto de vista prático, a retirada do CABA do Palacio de Justicia, sede em que também funcionava naquele momento a Federación, contribuiu para a instabilidade das ações de ambas as agremiações em meados dos anos 1940. A atitude foi tomada em protesto contra interferências na composição da Corte Suprema de Justicia em abril de 1946. O tom invariavelmente negativo com que o relato memorialístico de Leiva se refere ao Justicialismo dá uma boa medida da extensão desses confrontos. Ver: LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005, em especial p. 76 e seguintes.

¹⁴⁹ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 7. Como já sugerimos em outros momentos, a unidade das leis processuais também foi profundamente debatida no Brasil das primeiras décadas do século XX. A Constituição de 1934 a determinaria em caráter definitivo. Parece-nos, entretanto, que não se cogitou fazer da organização judiciária competência da União. Na Argentina, a acreditar nos “antecedentes” reunidos no mesmo volume acima citado (p. 26-27), esses temas vinham suscitando atenção desde, ao menos, 1904, quando se nomeou junto ao Ministério da Justiça uma comissão para estudá-los. Esses debates não prosperaram, e o país é regido, ainda hoje, por códigos de processo e por leis de organização judiciária provinciais.

A escolha desses nomes foi acompanhada de uma sugestiva justificação. Afirmando que se agia a partir de um convite do presidente da FACA, o decreto sustentou terem sido feitas as escolhas considerando:

Que as soluções a que possa chegar a Conferência nos pontos que serão objeto de suas deliberações se relacionam com *o alto interesse nacional representado pela unificação do processo e de organização judicial em todo o país*;

[...] Que em tal virtude *o Governo não pode permanecer estranho e ausente do seio de uma Conferência onde vão a tratar-se questões tão interessantes de Direito Público e de cujos debates podem surgir de evidente conveniência e eficácia para os interesses e relações que afetam*.¹⁵⁰

Uma das resoluções aprovadas ao fim dos trabalhos determinou que se criasse uma comissão permanente para estudar a unificação das leis de organização judiciária e de processo da Argentina, a que Silgueira aludiria em sua exposição ao *Jornal do Comércio*. Comandada pelo presidente da Federación de Colegios de Abogados e composta por membros da conferência, essa comissão ficaria encarregada de elaborar projetos de códigos e de demais leis relativas aos dois temas do encontro, sempre atendendo aos parâmetros discutidos, votados e aprovados em seu âmbito. Ao fim, esses trabalhos seriam enviados para apreciação dos poderes Executivos provinciais e nacional.¹⁵¹

Em uma das sessões da conferência, debateu-se a possibilidade de formar um grupo de estudos mais ambicioso. A Comisión Permanente de Estudios Legislativos teria o ministro da Justiça e da Instrução Pública como seu presidente honorário e reuniria “professores titulares e suplentes de Direito Civil e Processual de todas as Faculdades de Direito da República”, além de membros designados pelo Congresso. Seu objeto seria o “estudo daquelas questões legais que considere de interesse geral, dando forma de lei às conclusões a que chegue”. Também se cogitava a publicação de um boletim para veicular suas discussões.¹⁵² Essa proposta, porém, não chegou a ser convertida em resolução oficial.

Apesar de não ter prosperado, tal sugestão contou com o enfático respaldo de um dos estudos acadêmicos publicados nos anais do encontro. Sob o título “Unificación y mejoramiento de las leyes en Estados Unidos”, Víctor Daniel Goytía comparou as iniciativas que começavam a ser analisadas na Conferencia Nacional de Abogados àquelas que se vinham consolidando entre os vizinhos do Norte desde a década de 1890. Concedeu, em tal

¹⁵⁰ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 17, grifos nossos.

¹⁵¹ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 204.

¹⁵² FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 140.

exposição, grande espaço ao American Law Institute, sustentando que os “males” que motivavam sua atuação, a “incerteza” e “a complexidade da lei”, afligiam igualmente a Argentina. Listando as razões de tais “males” nos Estados Unidos, apontou invariavelmente para a insuficiência de estudos, de sistematização ou de acordos entre diferentes juristas. Depois de analisar minuciosamente em que medida cada uma dessas causas se aplicava a seu próprio país, Goytía constatou existir naquele momento “um movimento geral tendente a melhorar e revisar a legislação”. Reafirmando a analogia de circunstâncias entre os Estados Unidos e a Argentina, concluiu ser o “remédio mais apropriado” a criação de uma “Comissão Permanente de Legislação”. Tal órgão “faria pesar uma nova e importante força nas futuras leis do país: *a opinião pública e eficaz de Juízes, Advogados e Professores de Direito*”.¹⁵³

Na Segunda Conferencia Nacional de Abogados, reunida em Córdoba em outubro de 1926, a “criação da Comisión Permanente de Estudios Legislativos” apareceu como o primeiro ponto do programa. Os demais tópicos também se ligavam a intuítos de promover “melhorias” na legislação argentina, ocupando-se da “correlação dos direitos civil e comercial em matéria de obrigações”¹⁵⁴ – um tema que, como veremos, seria intensamente debatido no Brasil da passagem da década de 1930 à de 1940 – e das “lacunas da legislação comercial”.¹⁵⁵

¹⁵³ GOYTÍA, Víctor Daniel. Unificación y mejoramiento de las leyes en Estados Unidos. In: FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 229-242, grifos nossos. É interessante registrar que, no exemplar dos anais da conferência conservado na Arthur W. Diamond Law Library da Columbia University, o artigo de Goytía está assinalado, denotando um interesse dos norte-americanos pela maneira com que suas iniciativas acadêmicas eram recebidas em meio a seus vizinhos do sul.

¹⁵⁴ Na terminologia especializada, a ideia de “obrigações” refere-se às distintas modalidades de relações jurídicas que fazem com que um sujeito tenha direitos em relação a outro, que, por sua vez, deve-lhe uma prestação. Trata-se de uma noção mais ampla, mas que tem nos contratos seu exemplo mais significativo. Na primeira metade do século XX, foi profundamente debatida a possibilidade de promover uma unificação entre as regulamentações das áreas do direito civil e do direito comercial a respeito, sob a justificativa de que não era razoável que dois ramos jurídicos distintos regulassem matérias muito semelhantes de maneira diversa. Também se buscou uma aproximação entre as leis de países diferentes, tendo em vista a intensificação do comércio internacional. Um dos pontos mais marcantes de ambos os debates foi o malogrado projeto franco-italiano de código das obrigações e dos contratos, editado em 1927, sob o impulso de ideias que o professor italiano Vittorio Scialoja vinha defendendo desde 1916. A esse respeito, ver: DEROUSSIN, David. Le Projet de Code des obligations et des contrats franco-italien de 1927: chant du cygne de la culture juridique latine? *Clio@Thémis*. Révue Électronique d'Histoire du Droit. n. II, nov. 2009. Disponível em: <http://www.cliothemis.com/Le-Projet-de-Code-des-obligations>. Acesso em 10/10/2018. O tema apareceria com destaque em meio aos intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos, sobretudo nas ações da FIA. Ver, por exemplo, o seguinte trabalho, apresentado por um dos delegados argentinos à conferência realizada no Rio de Janeiro em 1943: BARCIA LOPEZ, Arturo. El estudio comparativo del derecho privado americano para su unificación internacional. In: FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da Segunda Conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. V, p. 16-22. A Quarta Conferência Nacional de Advogados, reunida em Tucumán em julho de 1936, já havia aprovado uma resolução afirmando ter “visto com simpatia a iniciativa do professor de direito civil da Universidad de Asunción do Paraguai, doutor Luis de Gásperi, tendente a estimular a unificação das leis fundamentais de direito privado dos povos irmão da América”. FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Cuarta Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1937, p. 432. No caso brasileiro, o projeto de código das

Nos debates em torno da formação do grupo de estudos das leis, Goytía foi o primeiro a pedir a palavra. Justificou a conveniência da medida afirmando que as leis argentinas “distam muito de ser perfeitas”, uma vez que “a obra dos parlamentos, se magnífica como expressão do sentir e das necessidades coletivas, *não é, nem poderá ser nunca a obra esmerada e polida, que dê a norma jurídica, clara e simples*, que deslinde os direitos do indivíduo e cumpra o fim a que se propôs”. No argumento de Goytía, o caráter fugaz da composição dos corpos legislativos e as distintas atuações prévias de seus membros “condenam fatalmente a norma jurídica a nascer com vícios e defeitos rapidamente revelados”. Logo em seguida, asseverou que “mal se conciliam a pressa e o tumulto na tarefa legislativa com a exposição do conhecimento científico e o estudo meditado que devem mediar para a sanção de uma lei”.¹⁵⁶

O autor rememorou, então, sua fala na conferência anterior para ironizar a escrita das leis sem prévia consulta aos detentores do conhecimento especializado. Como consequência, afirmou categoricamente o caráter imprescindível da atuação dos juristas:

é curioso observar que, quando um particular requer um quadro, uma escultura, ou um objeto de secundária importância, solicita os serviços de um pintor, escultor *ou um técnico na modelação do objeto desejado*. E, em vez disso, quando a Nação requer uma nova lei, ou a modificação de uma antiga, chama pelo voto popular aos representantes do povo, *sem exigir-lhes previamente os conhecimentos especiais* que no caso do quadro ou da escultura exigem-se ao artista.

A aberração salta mais aos olhos¹⁵⁷ se consideramos que, enquanto o quadro e a escultura, feitas por especialistas, interessam a um curto grupo de pessoas, no exemplo da lei afeta a todo o país e é obrigatória para todos os seus habitantes.

Os parlamentos poderão dar a sanção, a força do consenso popular à lei, mas *sua redação, sua forma jurídica e a previsão dos problemas econômicos ou sociais que suscitará a vigência da mesma deve permanecer reservada e se confiar a juristas especializados, que tenham essa missão técnica de estudo*.¹⁵⁸

obrigações editado em 1941, que será analisado mais à frente, tinha como pressuposto a unificação dos dispositivos cíveis e comerciais sobre a matéria.

¹⁵⁵ O programa elencava alguns desses tópicos. Em sua maioria, eram temas relacionados ao comércio internacional: “cláusulas CIF e FOB; sociedades de responsabilidade limitada; crédito documentário; transportes marítimos e fluviais; transportes ferroviários, de gado, cereais, etc.”. FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 5.

¹⁵⁶ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 47-48.

¹⁵⁷ No original, “es más resaltante”.

¹⁵⁸ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 47-48, grifos nossos.

Após intensos debates, a Segunda Conferência Nacional de Advogados aprovou uma resolução autorizando a formação de um grupo encarregado de organizar a Comisión Permanente de Estudios Legislativos, bem como de interceder junto ao Congresso Nacional e aos demais poderes públicos para garantir o financiamento do órgão. A resolução também apresentava “bases” para a estrutura definitiva. Da lista de objetivos, destacam-se o de “promover as reformas necessárias para melhorar a legislação e dar maior unidade e clareza às leis” e o de “assessorar como corpo técnico aos poderes públicos nacionais, provinciais e municipais e associações privadas em questões jurídicas de interesse geral ou público”.¹⁵⁹

Mesmo com todas essas mobilizações, o órgão somente seria concretizado em fins de 1935, com o nome levemente alterado. A lista de objetivos do Instituto Argentino de Estudios Legislativos era nitidamente mais ambiciosa que as “bases” assentadas durante a Segunda Conferencia Nacional de Abogados. O que mais chama a atenção nos atos constitutivos do Instituto é como a reescrita desses propósitos teve como principal efeito dar-lhes um ar mais “científico”, mais voltado aos estudos sistemáticos, mais evocativo dos termos em que se justificara a criação da Société d’Études Législatives algumas décadas mais cedo:

- a) avocar-se o *estudo e a discussão* de todas as questões de ordem jurídica que sejam de *atualidade e de interesse geral*;
- b) propender ao melhoramento da legislação, *a fim de que responda às necessidades sociais do país*;
- c) promover as *reformas das leis com o propósito de coordená-las, simplificá-las e lhes dar clareza*;
- d) contribuir à *difusão da cultura jurídica*, estimulando o *estudo permanente do Direito*;
- e) *investigar* a jurisprudência dos tribunais, usos, costumes e práticas jurídicas do país, a fim de *imprimir à sua legislação características próprias*;
- f) *colaborar com os poderes públicos na preparação das leis e decretos*;
- g) *assessorar em matéria jurídica, como corpo técnico*, aos poderes nacionais, provinciais e municipais e associações que apenas persigam fins de interesse público.¹⁶⁰

A disposição seguinte se propunha a detalhar os meios que poderiam ser empregados na busca por alcançar esses objetivos, sempre facultando o recurso a outras “iniciativas e medidas” consideradas “convenientes”. Em primeiro lugar, aparecia a possibilidade de “peticionar aos poderes públicos”. Esforços coletivos vinham em seguida: “criar seções de estudo e especialização; organizar reuniões; conferências e pesquisas; responder a

¹⁵⁹ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927, p. 231.

¹⁶⁰ Instituto Argentino de Estudios Legislativos. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 5, set-out. 1935, p. 425-426, grifos nossos.

consultas”.¹⁶¹ Mais à frente, a inserção em redes transnacionais era posta em destaque, a partir das possibilidades de “documentar a atividade jurídica do país e do exterior; promover sua vinculação com associações de análogos fins; nomear membros correspondentes”. Por fim, eram invocadas medidas voltadas à circulação de impressos e à constituição de repositórios de referência: “formar bibliotecas e arquivos; publicar boletins e revistas”.¹⁶²

As determinações sobre os membros do Instituto atestam igualmente o intuito de imprimir ao órgão uma feição acadêmica. A exemplo do que haviam estabelecido a proposta original de 1924 e as “bases” aprovadas em 1926, ao lado de representantes da FACA e dos órgãos locais que a compunham, apareciam professores universitários, recrutados não apenas nas faculdades de direito e ciências sociais, mas também nas de economia. Uma primeira inovação era a possibilidade de a Mesa Diretora admitir como sócias pessoas “*que possuam título ou antecedentes de competência para os fins do Instituto* e abonem uma contribuição anual de ao menos \$20”. Visando também ao financiamento dos trabalhos, foi criada a categoria de “membros benfeitores”, que teriam “apenas direito a receber as publicações da entidade, assistir a Assembleias e propor à Mesa Diretora o estudo de temas ou matérias dentro dos propósitos do Instituto”, mediante uma doação mínima de \$100 anuais. O ministro da Justiça não mais aparecia como “presidente honorário”, mas se facultava aos poderes públicos designar delegados ao Instituto, que seriam considerados integrantes de pleno direito.¹⁶³

Buscando garantir a legitimação e a projeção pública da recém-fundada associação, seu presidente, Julio O. Ojea, recorreu às colunas de um dos mais tradicionais órgãos da imprensa portenha. Sob o revelador título “El asesoramiento técnico en la formación de la ley”, a edição de 13 de janeiro de 1936 de *La Nación* veiculou uma apresentação do empreendimento da FACA. Expondo as deficiências da antiga Comisión Permanente de Estudios Legislativos, Ojea afirmou que até mesmo o nome do novo instituto se voltava à “alta função pública” que desempenharia: “A qualificação de ‘Argentino’ já acusa uma orientação no sentido de *dar ao estudo dos problemas jurídicos e de legislação mundial um critério de adaptação nacional dentro das modalidades sociais ambientes*”. Em seguida, preocupou-se em esclarecer os propósitos do órgão e seu modo de ação:

Concebida como uma entidade privada para obter exclusivos propósitos de interesse geral, busca *depurar e disciplinar o processo de elaboração da lei*,

¹⁶¹ No original, “evacuar consultas”.

¹⁶² Instituto Argentino de Estudios Legislativos. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 5, set-out. 1935, p. 426.

¹⁶³ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. Memoria del Ejercicio 1935/36. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIV, n. 6, nov.-dic. 1936, p. 500.

*subtraindo-lhe a improvisação que subverte sua finalidade e sua essência, porque constitui verdade irrefutável que o labor dos nossos parlamentares acusa sérias deficiências no que tange à técnica legislativa.*¹⁶⁴

Recorrendo a argumentos como o de que o “bom senso” indicaria não ser conveniente que pessoas sem uma “dedicação diária ao estudo de determinadas matérias” opinassem a seu respeito, “sobretudo na complexidade da vida moderna”, Ojea afirmou o lugar do Instituto Argentino de Estudios Legislativos como um “gabinete elaborador da lei”. A utilidade e a eficácia das ações de tal “gabinete” seriam asseguradas pelo valor intelectual de seus membros, pelo comprometimento “científico” com que se levariam a cabo suas atividades, e também pelo contato com colegas de outras terras:

*Integrado por destacados*¹⁶⁵ *juristas e economistas, dotados de relatores especializados, com seções permanentes ou acidentais [...] e correspondentes no exterior, que lhe trarão a informação diária da doutrina e da legislação. Seus ditames ou conclusões, fundados em estatísticas, legislação comparada, necessidades sociais do país, serão discutidos em assembleias acadêmicas de jurisconsultos, representantes do governo, professores de direito, ex-magistrados.*¹⁶⁶

Afirmou, logo em seguida, que o modelo do Instituto poderia ser “a Société d’Études Législatives francesa, prestando serviços patrióticos ao país e aos próprios poderes públicos”. Poucos parágrafos acima, Ojea havia invocado uma miríade de outras iniciativas semelhantes, abarcando, além da França, a Alemanha, os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a Bélgica e a Itália.¹⁶⁷ Pode-se entrever, assim, a inserção do Instituto em um vasto e complexo movimento dos debates jurídicos. O recurso às experiências estrangeiras anteriores, sobretudo àquelas dos países considerados mais “civilizados”, constituía, ao mesmo tempo, um importante argumento legitimador na cena pública local. A preocupação em afirmar a presença de representantes de distintas profissões jurídicas, muito semelhante à que pode ser encontrada nas publicações do American Law Institute, mostra como houve algo mais que pura retórica nessa invocação das experiências desenvolvidas em meridianos distantes.

Apesar de todas essas mobilizações, as atividades do Instituto Argentino de Estudios Legislativos somente ganhariam impulso efetivo por volta de 1938. Ao menos em parte, isso parece ter acontecido pela concentração dos esforços da Federación na Quarta Conferência

¹⁶⁴ Em 1940, esse texto foi republicado como o primeiro trabalho da divisão “El Instituto Argentino de Estudios Legislativos” de um volume de escritos diversos compilado, ao que tudo indica, por iniciativa do próprio Ojea. Foi essa a versão que pudemos consultar. Ver: OJEA, Julio O.. El asesoramiento técnico en la formación de la ley. In: OJEA, Julio O.. *Problemas Forenses*. Buenos Aires: [s.ed.], 1940, p. 131, grifos nossos.

¹⁶⁵ “Sobresalientes”, no original.

¹⁶⁶ OJEA, Julio O.. El asesoramiento técnico en la formación de la ley. In: OJEA, Julio O.. *Problemas Forenses*. Buenos Aires: [s.ed.], 1940, p. 133-134, grifos nossos.

¹⁶⁷ OJEA, Julio O.. El asesoramiento técnico en la formación de la ley. In: OJEA, Julio O.. *Problemas Forenses*. Buenos Aires: [s.ed.], 1940, p. 133-135.

Nacional de Advogados, reunida em Tucumán em julho de 1936. No relatório para o exercício de 1935-1936, a direção do órgão afirmava que o “assunto de maior transcendência” nas suas atividades, após concluídos os trabalhos em torno do encontro, seria organizar em definitivo o Instituto. Expressou-se o intuito de que “esse organismo [começasse] a dar os frutos que se esperam dele, no estudo e na solução de graves problemas de ordem institucional e jurídica”. Reafirmou-se a necessidade da “colaboração de assessores e auxiliares competentes, e, dentro do possível, especializados nos distintos ramos do direito”. A partir de uma referência aos gastos que “a publicação dos antecedentes reunidos e das deliberações de sua assembleia acadêmica” supunha, mencionou-se um projeto apresentado em setembro de 1936 estabelecendo uma subvenção de \$100 mil para a Federación, dos quais ao menos 80% deveriam ser destinados ao Instituto. Esse investimento era visto como justo, “dado o caráter do organismo, que possui como única finalidade cooperar com os poderes públicos na elaboração da lei”, e também era respaldado por experiências semelhantes de outros países.¹⁶⁸

Em 1938, o IAEL começou a publicar livros e livretos resultantes de suas atividades. Todos eles foram cuidadosamente ordenados, contendo uma numeração geral e outra específica do subgrupo a que se ligavam os trabalhos.¹⁶⁹ Nos 20 primeiros volumes, quase todas as seções esboçadas no folheto de apresentação¹⁷⁰ foram efetivamente contempladas. As únicas exceções seriam os grupos dedicados ao direito processual, ao direito do trabalho e à legislação de menores – talvez em função de dificuldades, polêmicas e resistências específicas que circundavam cada um desses temas.¹⁷¹ Os volumes seguiam um mesmo padrão gráfico, extremamente sóbrio e trazendo um brasão do Instituto em alto-relevo, numa possível busca por afirmar a sistematicidade e o caráter institucional dos trabalhos. Uma boa parte deles foi, além disso, impressa nas oficinas do Congreso Nacional, sinalizando para certa receptividade em meio aos círculos do poder.

¹⁶⁸ Instituto Argentino de Estudios Legislativos. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 5, set-out. 1935, p. 426. Não conseguimos apurar se esse projeto de financiamento se concretizou. Fato é que, como discutiremos logo a seguir, as publicações do Instituto começariam a aparecer em 1938, e seguiriam com certa regularidade até meados dos anos 1940.

¹⁶⁹ Ver, novamente, o Anexo VII. Em alguns poucos casos, a numeração não foi atribuída de forma cronológica, possivelmente por atrasos editoriais ou para incluir na série impressos não pensados inicialmente em seu âmbito. As publicações foram completamente interrompidas entre 1946 e 1957, o que reforça a leitura anteriormente esboçada de que as atividades do Instituto foram profundamente afetadas pela oposição ao peronismo.

¹⁷⁰ FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Instituto de Estudios Legislativos*. [s.l.]: [s.ed.], [193-].

¹⁷¹ Na nota de apresentação do primeiro volume publicado pelo Instituto, são mencionados trabalhos em curso sobre direito processual e leis do trabalho, o que leva a crer que somente o tema da legislação de menores foi efetivamente abandonado. As razões para que não tenham aparecido os trabalhos projetados em relação aos dois outros ramos não ficam claras. Ver: INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Ciudadanía y Naturalización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1938, p. 5.

De forma nada surpreendente à luz dos enormes contingentes imigratórios que a Argentina vinha recebendo desde as últimas décadas do século XIX, a publicação inicial tratava de “cidadania e naturalização”.¹⁷² A cargo da seção de direito constitucional, o volume se abria com uma nota de apresentação da mesa diretora. Afirmava-se que o livro inaugurava “a série de publicações correspondentes às matérias tratadas” pelas seções especializadas do Instituto, cumprindo, com isso, “a missão prevista no Regulamento, como corpo técnico projetador da lei, coadjuvando na tarefa do legislador e realizando uma contribuição efetiva no estudo da ciência jurídica do país”. O desempenho dessa “missão” se podia dar de forma satisfatória porque chegava, de “todas as regiões da República”, “pela voz autorizada de seus membros especializados”, “*a contribuição da ciência e da experiência jurídicas*, que resumem o conhecimento adquirido na cátedra, na magistratura e no foro; *valiosos elementos para adequar a aplicação exata e moderna do direito à necessidade que deve prevenir a lei*”. Também contribuiria para que o Instituto desenvolvesse suas ações com “independência de juízo” a posse de “material de consulta, não apenas do país, mas também estrangeiro”.¹⁷³

Os demais volumes se ocupariam de distintos temas, desde o viés institucional que se percebia na publicação dos estatutos ou dos debates das assembleias gerais, até a profilaxia antivenérea. Um olhar especial parece ter sido dedicado a uma pretensa racionalização da administração pública e à eficiência do Estado. Esse tema apareceria sob distintos matizes: nas análises sobre “expropriação por utilidade pública”, em um anteprojeto de lei orçamentária, nos debates a respeito do “enriquecimento ilícito dos funcionários públicos” ou do “imposto de renda”.

A despeito da afirmação de Ojea de que um instituto de características semelhantes ao que comandava estava prestes a ser criado no Brasil,¹⁷⁴ tudo indica que esse projeto não chegou a ser concretizado. Tampouco conseguimos estabelecer com clareza a que mobilizações precisamente o jurista argentino se referia. Um texto publicado pela *Revista Forense* alguns anos mais cedo nos traz, contudo, uma interessante pista de que ao menos uma iniciativa equiparável foi cogitada. Em outubro de 1937, o então ministro da justiça José Carlos de Macedo Soares – nome de certa difusão na Argentina, até mesmo por ter

¹⁷² Um exemplar desse volume se encontra na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP. Outras publicações do Instituto Argentino de Estudios Legislativos disponíveis nesse acervo são: *Expropiación por causa de utilidad pública* (n. 5, 1939), *El derecho cambiario argentino y la legislación uniforme* (n. 6, 1940) e *Proyecto de Reforma del Código Civil* (n. 8, 1940). Ainda que de maneira puramente indiciária, esse conjunto sinaliza para alguns dos temas considerados mais prementes, ao menos nos diálogos com o Brasil.

¹⁷³ INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Ciudadanía y Naturalización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1938, p. 5-6, grifos nossos.

¹⁷⁴ OJEA, Julio O.. *La misión del jurista en la elaboración de la ley*. Los institutos de estudios legislativos. Buenos Aires: [s.ed.], 1942, p. 34.

anteriormente ocupado a pasta das Relações Exteriores¹⁷⁵ – apresentou ao governo uma exposição de motivos¹⁷⁶ defendendo a criação de uma Comissão de Estudo para o Progresso do Direito. Em uma sugestiva coincidência, a nota que se seguia imediatamente à proposta do ministro na *Forense* era um registro da presença no Rio de Janeiro de uma delegação do Instituto Argentino de Derecho Internacional (IADI), que se deslocara até o Brasil para entregar títulos de membros correspondentes a alguns juristas, bem como para promover “o intercâmbio de ideias com os cultores do direito do país irmão”.¹⁷⁷

A importância do diálogo com os colegas estrangeiros, as preocupações com a “adequação à realidade nacional” e, sobretudo, o intuito de fazer da escrita das leis um objeto de estudos sistemáticos estariam fortemente presentes em toda a argumentação de Macedo Soares. A partir de constatações da “rapidez da evolução científica” e de que os “dogmas científicos” do século XIX “ruíram como castelos de cartas”, o ministro passou a afirmar a necessidade de o direito

acompanhar, constantemente, o progresso dos conhecimentos para manter contato com a vida que pretende reger. Do contrário, estacionaria por obra da resistência conservadora do espírito legal, da *durabilidade natural dos códigos, cuja elaboração depende forçosamente das inteligências maduras cheias de experiência e sabedoria*, e, por isso, mesmo, vindas do passado. Torna-se mister, portanto, pôr *a serviço do Estado um órgão plástico, sensível, de receptividade profunda e geral que registre, selecione, aproveite as conquistas do progresso humano em todos os setores do pensamento e da ação*.¹⁷⁸

Citando o teórico político britânico Harold Laski, José Carlos de Macedo Soares enfatizou como “o concurso do Estado” constituía uma das “condições necessárias ao progresso contínuo do direito”, cabendo-lhe o papel de “atualizar a informação sobre a legislação mundial”. Essa participação dos poderes públicos seria fundamental, assim, para “tornar sempre possível a endosmose de ideias capazes de melhorar os institutos nacionais, trocando os juristas opiniões necessárias ao aperfeiçoamento da lei”. Percebe-se, nessa

¹⁷⁵ Na biblioteca de Ricardo Levene, encontramos duas obras de Macedo Soares, com dedicatórias do autor e em luxuosas encadernações contendo monograma com suas iniciais: SOARES, José Carlos de Macedo. *O art. 183, nº IV do Código Civil Brasileiro e a sua modificação*. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp., 1919; SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça. A revolta militar em São Paulo*. Paris: Paul Dupont, 1925. A segunda dessas obras, ligada ao envolvimento do autor nas negociações de paz subsequentes à revolta tenentista de São Paulo de julho de 1924, trazia uma dedicatória datada de Buenos Aires em 23 de maio de 1935, período em que ele era ministro das Relações Exteriores.

¹⁷⁶ Na técnica jurídica, as exposições de motivos são textos que apresentam e justificam as opções teóricas adotadas em determinada lei. São especialmente comuns em diplomas mais complexos, como os códigos. A preocupação em elaborar exposições de motivos minuciosas pode ser lida, por si só, como um sinal da busca por integrar uma dimensão intelectual à escrita das leis.

¹⁷⁷ Delegação de Juristas Argentinos. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXII, n. 412, out. 1937, p. 203.

¹⁷⁸ SOARES, José Carlos de Macedo. Comissão de Estudo para o Progresso do Direito – A exposição de motivos do senhor Ministro da Justiça. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXII, n. 412, out. 1937, p. 202, grifos nossos.

passagem, como o intuito de promover um estudo “técnico” e sistemático das normas foi um dos fatores que impulsionaram a intensificação dos fluxos de ideias jurídicas através das fronteiras. Isso se torna ainda mais significativo à luz da afirmação imediatamente seguinte, de que era “indispensável penetrar todas as províncias do saber humano *plasmando-se o Direito sobre as conquistas da técnica de modo que nada lhe escape na realidade social*”. Seria, assim, impositiva “a cooperação dedicada dos homens que se apaixonam generosamente pelos problemas de seu tempo com os órgãos governamentais do Estado”.¹⁷⁹

A congruência desejada entre a ação do governo, a colaboração dos detentores do conhecimento especializado e o contato com outras terras se torna ainda mais nítida quando Macedo Soares passa a detalhar como pretendia organizar o funcionamento da Comissão de Estudo Para o Progresso do Direito. Ela “discutiria os problemas de doutrina e administração jurídica, as questões atinentes aos ramos especiais do Direito, *em face das mutações da técnica econômica e dos outros fenômenos sociais modernos*”. Além disso, a comissão “reuniria os elementos das reformas estrangeiras, melhorando por todos os modos o funcionamento do nosso sistema legal”. A sua composição, essencialmente “de juristas especializados”, mas comportando também “*homens de reconhecido espírito público e técnicos adequados às suas consultas*”, permitiria que ela desse “ao ministério da justiça as antenas que lhe faltam, para colher, na complexidade da vida nacional, as vibrações da ânsia de justiça que existe no fundo do coração humano”. Esse argumento era arrematado com a afirmação de que era

cada vez mais estreita a interdependência dos povos, empenhados, angustiosamente, na preservação de conquistas comuns e no exame de reformas indispensáveis, todos sujeitos às contingências e fenômenos que assumem, nesta hora, extrema culminância. Impõem-se, portanto, *a utilização imediata, atendidas as peculiaridades nacionais, da experiência dos que melhor resolveram os mesmos problemas*.¹⁸⁰

Mesmo aprovada pelo presidente Vargas, fundamentada de maneira muito semelhante ao Instituto Argentino de Estudios Legislativos e apresentando ecos das propostas da Societé d’Études Législatives e do American Law Institute, a iniciativa de Macedo Soares parece não ter prosperado. Ela foi, muito possivelmente, obstada pelo golpe de Estado que ocorreria no mês seguinte à sua propositura. Em verdade, talvez a iniciativa do ministro da justiça

¹⁷⁹ SOARES, José Carlos de Macedo. Comissão de Estudo para o Progresso do Direito – A exposição de motivos do senhor Ministro da Justiça. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXII, n. 412, out. 1937, p. 202, grifos nossos.

¹⁸⁰ SOARES, José Carlos de Macedo. Comissão de Estudo para o Progresso do Direito – A exposição de motivos do senhor Ministro da Justiça. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXII, n. 412, out. 1937, p. 202-203, grifos nossos.

estivesse, de partida, fadada ao fracasso. De certa maneira, e ainda que com importantes descontinuidades e traços específicos, um “instituto de estudos legislativos” tinha funcionado dentro do próprio Estado varguista desde os momentos imediatamente posteriores à tomada do poder em 1930.

“Refundar o direito nacional”: as reformas das leis no Brasil pós-1930¹⁸¹

Ainda em dezembro de 1930, o governo provisório de Getúlio Vargas procurou dotar o novo regime – cujos contornos eram, naquele momento, bastante imprecisos – de um mecanismo para a elaboração das leis. Não o fez em forma evocadora de um parlamento tradicional, mas sim buscando constituir uma espécie de “corpo técnico”, ao qual se delegou um amplo mandato, uma verdadeira “missão” de “refundar o direito nacional”. Baseado em norma anterior que havia estabelecido a competência do Executivo para legislar até que uma nova Constituição fosse elaborada,¹⁸² o decreto nº 19.459 determinou a criação da Comissão Legislativa, “sob presidência de honra do ministro de Estado da justiça”, à qual incumbiria “elaborar os projetos de revisão ou reforma da legislação civil, comercial, penal, processual da justiça federal e do Distrito Federal, de organização judiciária do Distrito Federal, e de outras matérias indicadas pelo mesmo ministro”.¹⁸³

As atividades do órgão se estruturariam em torno de subcomissões “de três membros, incumbida cada uma de determinado projeto de lei”. Segundo o texto do decreto, os membros seriam escolhidos pelo Ministro da justiça, “*devendo recair as nomeações em juristas de reconhecido saber e reputação*, podendo também, relativamente a certas especialidades, recair em *outros técnicos que tenham os mesmos merecimentos*”. A norma se preocupou igualmente em garantir uma discussão pública prévia à promulgação com força de lei:

As subcomissões e os relatores individuais receberão e apreciarão todas as sugestões que lhe forem enviadas, e, logo que concluídos, *farão publicar os*

¹⁸¹ Nesta seção, retomamos de forma resumida e com propósitos parcialmente distintos algumas discussões feitas em nossa dissertação de mestrado. Ver SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), em especial p. 233-267.

¹⁸² “Art. 1º O Governo Provisório exercerá discricionariamente, em toda sua plenitude, as funções e atribuições, não só do Poder Executivo, como também do Poder Legislativo, até que, eleita a Assembleia Constituinte, estabeleça esta a reorganização constitucional do país”. BRASIL. *Decreto nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018.

¹⁸³ BRASIL. *Decreto nº 19.459, de 6 de Dezembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018. Sucessivos decretos se ocupariam da regulamentação das atividades do órgão, da nomeação e da substituição de seus membros, bem como da criação de novos grupos. A última norma a respeito da comissão que conseguimos encontrar foi o decreto nº 21.894, de 30 de setembro de 1932. Foram poucos os casos em que se nomearam homens com atuação em outras áreas, como voltaremos a ressaltar mais à frente. Consolidamos dados sobre as distintas subcomissões e seus membros no Anexo VIII.

*anteprojetos elaborados, a fim de sofrerem críticas e observações, que serão apreciadas fundamentalmente e atendidas, como merecem, nos projetos definitivos.*¹⁸⁴

O decreto nº 19.684, de 10 de fevereiro de 1931, detalhou o funcionamento dos trabalhos da Comissão Legislativa brasileira, estabelecendo hipóteses adicionais de divulgação. Poderiam ser realizadas “reuniões públicas” para debater os projetos. Dispunha-se, também, que as publicações seriam acompanhadas de “relatório que assinale, destacadamente, as inovações introduzidas na legislação anterior, a fim de serem apresentadas observações e emendas”. A mesma norma estabeleceu 19 pequenos grupos de trabalho, aos quais se acrescentariam mais 4, por força de diferentes decretos editados entre 1931 e 1932.¹⁸⁵

As leis cujas reformas se estudavam abrangiam as mais variadas especialidades do direito, do código civil à propriedade intelectual, do código penal aos estatutos dos funcionários públicos, das normas processuais à legislação eleitoral. Segundo um relato propagandístico sobre as “realizações do governo Getúlio Vargas no campo do direito”, essa Comissão teria sido fundada em atendimento ao fato de que a “revolução vitoriosa não poderia contentar-se em destruir a ordem política existente, *cabendo-lhe, ao lado da liquidação do passado, lançar os alicerces da construção futura*”.¹⁸⁶

Uma análise cuidadosa dos nomes que integraram as distintas subcomissões deixa claro que, ao menos em alguma medida, as intenções de contar com homens de “reconhecido saber” e de “fundar um direito novo” seriam mais retóricas que efetivas. Quanto ao segundo desses aspectos, destaquemos que Clóvis Beviláqua, autor do projeto de 1899 que, após extensas discussões, seria transformado no código civil de 1916, foi chamado a projetar um substituto para essa lei. Por outro lado, muitos dos nomeados eram políticos de extensa trajetória, a maioria deles antigos parlamentares oriundos de diferentes estados que haviam aderido à Aliança Liberal e participado da articulação do movimento de 1930.¹⁸⁷ Até mesmo um antigo presidente da República foi acolhido: Epitácio Pessoa passou a integrar a comissão do código civil em 1932. Tudo isso faz suspeitar que, apesar do propósito declarado de contar

¹⁸⁴ BRASIL. *Decreto nº 19.459, de 6 de Dezembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018, grifos nossos.

¹⁸⁵ BRASIL. *Decreto nº 19.459, de 6 de Dezembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018, grifos nossos. Ver o Anexo VIII.

¹⁸⁶ CARVALHO, Luiz Antônio da Costa. *As realizações do Governo Getúlio Vargas no Campo do Direito*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942, p. 38, grifos nossos.

¹⁸⁷ Era o caso, entre outros, de Assis Brasil (legislação eleitoral), líder gaúcho de militância republicana, envolvido em levantes nos anos 1920 e ministro da Agricultura entre 1930 e 1932, e de Odilon Braga (código rural), muito atuante na articulação do movimento de tomada do poder, enquanto ocupava o cargo de secretário de segurança de Minas Gerais. Consultar o Anexo VIII.

com os detentores do conhecimento “técnico”, a comissão serviu para acomodar determinados interesses políticos e buscou favorecer a legitimação do regime que se começava a construir.

Em outras escolhas, entretanto, a lista de membros explicita diálogos com os esforços dos juristas para garantir que eles guiassem a elaboração das leis. Boa parte dos nomes mobilizados pertencia a corpos docentes de faculdades de direito. O fato mais expressivo talvez seja a presença de praticamente todos os ex-presidentes do IAB ainda vivos: João Martins de Carvalho Mourão (código penal), Alfredo Bernardes da Silva (código civil), Milcíades Mario de Sá Freire (processo penal do distrito federal e da justiça federal) e Levi Carneiro.¹⁸⁸ O último era, como consultor-geral da República, um “delegado especial do governo”, responsável por organizar e acompanhar os trabalhos da Comissão,

provendo-lhes à eficiência, *solicitando a colaboração dos competentes, especialmente das Faculdades de Direito, Tribunais e Juízes, e Institutos de Advogados*, coordenando os estudos das várias subcomissões e relatores individuais e comunicando ao Governo as observações que lhe ocorrerem sobre os serviços em andamento e os anteprojetos elaborados.¹⁸⁹

Em março de 1932, Carneiro seria oficialmente designado presidente do órgão.

O início dos trabalhos da Comissão Legislativa foi marcado com uma sessão solene, em maio de 1931. Getúlio Vargas abriu seu discurso nessa cerimônia ressaltando a heterogeneidade do grupo formado. Disse ele: “Ao primeiro contato com esta notável Assembleia, experimenta-se o receio de que o número tão elevado de jurisconsultos eminentes, com variável temperamento e cultura dissemelhante, não possa coordenar as suas tendências pessoais em uma vasta obra orgânica de conjunto”. O presidente logo afastou essa inquietude, argumentando que as ações da comissão se tornariam viáveis e frutíferas, apesar dos diferentes perfis, em função das altas qualidades intelectuais dos seus membros:

Esta impressão, porém, desaparece se levarmos em conta que o campo atual das ideias e sentimentos se alonga por largos e claros horizontes e que *todos os presentes se compenetraram do espírito moderno, não no que possa ter de anárquico ou destruidor, mas no que há nele de poder sistemático de reconstrução*, através do renovamento moral, político e econômico, aspiração generalizada a quase todos os países.

Referindo-se ao direito como “a sistematização do bom senso”, expressou a sua fé em que “todos, ao fim acordarão, porque, entre os membros deste corpo coletivo, existe um ponto

¹⁸⁸ A notável exceção é Rodrigo Octávio, mas deve-se registrar que seu filho foi nomeado para a subcomissão de direito aéreo em julho de 1931. Ver o Anexo VIII.

¹⁸⁹ BRASIL. *Decreto nº 19.459, de 6 de Dezembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018, grifos nossos.

comum de contato – o espírito e o coração dominados pelo amor ao Brasil – impulsionando-os para realizar as aspirações e resolver as dificuldades nacionais”.¹⁹⁰

Vargas passou, então, a afirmar que o momento era “propício à execução de *vasta reforma na ordem jurídica e, portanto, social*, dados os poderes extraordinários do Governo e a liberdade de ação que ele vos outorga”. Reformar as leis era, pois, reformar *também* a sociedade – ou melhor, a promoção de profundas mudanças legislativas era vista como um *meio* crucial de chegar às transformações mais amplas desejadas. Nesse sentido, é muito expressiva a afirmação do presidente de que, libertos dos “empecilhos” do parlamento, os “novos legisladores” estariam “apenas sujeitos à crítica direta da Nação, pelo povo, *através da Imprensa*”.¹⁹¹ Percebe-se, assim, a inserção das projetadas mudanças nas leis em certa concepção da imprensa, amplamente mobilizada na propaganda política varguista, como um meio para estabelecer um contato direto com as massas, realizar consultas aos anseios populares, bem como divulgar a atividade governamental.¹⁹² Ao mesmo tempo, a argumentação guardava proximidades com as censuras ao parlamento, a defesa de uma concepção do processo legislativo como uma tarefa eminentemente intelectual e a crença no papel do direito como uma espécie de “engenharia social” que juristas de diferentes nacionalidades, distintas inclinações políticas e diversas filiações teóricas vinham reivindicando desde a virada do século XIX ao XX.

Essa aproximação se reforça pelo elogio que Vargas fez, logo em seguida, à obra legislativa do governo provisório do imediato pós-Proclamação da República, processada em condições semelhantes. Elogio este que teve como reverso a crítica à “quase esterilidade dos 40 anos de poder legislativo exercido pelo congresso”. Para se legislar “com segurança e previsão”, seria, segundo o presidente, “indispensável investigar e compreender as modificações sociais do mundo moderno”. Tais modificações fariam “surgir novos institutos, criando direitos e obrigações que *à ciência jurídica incumbe dar forma e sanção legais*”.¹⁹³ Percebe-se, assim, como um discurso ideológico de hostilidade ao parlamento se entrelaçava

¹⁹⁰ VARGAS, Getúlio. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, p. 109, grifos nossos.

¹⁹¹ VARGAS, Getúlio. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, p. 110, grifos nossos.

¹⁹² Essa concepção da imprensa seria especialmente mobilizada durante o Estado Novo. Ver: CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009, p. 86.

¹⁹³ VARGAS, Getúlio. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, p. 111-114, grifos nossos.

com uma defesa pretensamente “técnica” do recurso aos detentores do conhecimento especializado em direito para a escrita das leis.

Encaminhando-se para o fim de sua fala, o presidente se dirigiu diretamente aos membros da Comissão Legislativa para afirmar que o trabalho que eles foram “convocados a realizar [seria] um dos mais notáveis, que à Nação pode ser prestado”. Afirmou, logo em seguida: “*Em todo jurista oculta-se um pensador e um sociólogo*. As instituições que ides renovar, dadas as vossas luzes e patriotismo deverão caracterizar-se como *obra perdurável, de segura previsão social*”. De forma muito significativa, Vargas fechou o discurso dizendo que os membros da comissão passavam a “cumprir a alevantada missão de objetivar em *textos de leis, claras e sensíveis*, as aspirações de uma nacionalidade redimida pelo próprio esforço”.¹⁹⁴

As transformações legislativas brasileiras – tanto as já concretizadas quanto aquelas tão somente projetadas – logo ressoaram na Argentina. Esse interesse talvez se tenha amplificado pelas quase concomitantes rupturas institucionais por que passaram os dois países. Em seu fascículo correspondente aos meses de novembro e dezembro de 1931, a *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires* decidiu interromper a publicação seriada da lei sobre o exercício da advocacia aprovada em 1929 no Reino dos Sérvios, Croatas e Eslovenos, iniciada no fascículo anterior e cuja versão espanhola fora especialmente encomendada pela biblioteca do CABA. Em substituição, a seção de legislação se abria com um comentário, certamente considerado mais urgente pelo corpo editorial, sobre o decreto aprovado pelo Governo Provisório brasileiro em 19 de março de 1931, estabelecendo direitos e deveres dos sindicatos e associações patronais. Além de citar um discurso de Lindolfo Collor, então ministro do Trabalho e responsável direto pela medida, que qualificou a nova norma como a primeira iniciativa sistemática voltada à organização racional do trabalho no Brasil, o texto detalhava algumas das determinações do decreto, em tom sóbrio e informativo.¹⁹⁵

Mais significativamente, a nota sobre o Brasil, que recebeu o título geral de “*Legislación social*”, tinha uma subdivisão intitulada “*Comisión Legislativa*”. O relato, centrado no decreto de fevereiro de 1931 que regulamentou os distintos grupos de trabalho, destacou, logo de partida, a amplitude da tarefa projetada. A Comissão estaria “encarregada de formular uma nova legislação penal, civil e comercial, inclusive uma nova lei eleitoral”.

¹⁹⁴ VARGAS, Getúlio. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, p. 128, grifos nossos.

¹⁹⁵ Brasil – *Legislación Social*. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 6, nov.-dez. 1931, p. 715-716.

Comentaram-se, em seguida, as disposições sobre a composição dos comitês, a forma de desenvolvimento de seu trabalho, a maneira como seriam utilizados a legislação existente, as leis em estudo no Congresso no momento em que este fora fechado e os projetos formulados por seus próprios participantes. Também se atentou para o fato de que as “atas completas das seções de cada comitê se darão à publicidade, de maneira que todos os informes, resoluções e emendas se possam utilizar no estudo e na interpretação das leis formuladas”. A valorização da convergência entre o desenvolvimento da tarefa legislativa e procedimentos próprios à atividade intelectual transparecia mais claramente na nota do CABA quando ela destacava a previsão de que cada projeto de lei fosse publicado com um informe explicativo das transformações propostas em relação à legislação vigente, e ainda pela possibilidade de receber “indicações e recomendações” por sessenta dias. Somente depois de “fazer um estudo completo” de tais sugestões, poderia ser publicada a versão definitiva.¹⁹⁶

Apesar do forte empenho em constituí-la, fazer com que ela contasse com o trabalho dos detentores do conhecimento especializado e garantir projeção pública para suas atividades; a despeito também do interesse que despertou além das fronteiras brasileiras, a Comissão Legislativa enfrentaria sérios percalços no desenrolar de suas atividades. Um editorial profundamente crítico, publicado pela *Revista de Direito Comercial* em fins de 1932, dá uma boa medida disso. A nota se iniciava com a invocação de uma reportagem de “um jornal diário” feita para ““verificar o estado real em que se encontram’ os serviços da Comissão Legislativa Revolucionária”. Segundo o texto, o trabalho jornalístico teria chegado às conclusões de que “o entusiasmo do primeiro instante foi arrefecendo pouco a pouco” e de que apenas três subcomissões se reuniam com regularidade. A revista traçou, então, uma avaliação devastadora dos trabalhos da Comissão: “Infelizmente, essa numerosa Assembleia falhou por completo. E falhou por ter sido formada sem as cautelas devidas e com o grande erro de um programa a executar que não era [...] o reclamado pelas necessidades da Nação”. Os redatores buscaram, porém, resguardar as ações do presidente Levi Carneiro e do secretário José Vieira, exaltando seus esforços “a fim de que se colham alguns benefícios daquele aparelho criado pela Revolução de Outubro”. Para a revista, sem “a dedicação de ambos”, a Comissão “já estaria sepultada no esquecimento”.¹⁹⁷

É verdade que os resultados dos trabalhos da Comissão foram um tanto tímidos, sobretudo se contrastados com a amplitude das ambições que justificaram sua organização.

¹⁹⁶ Brasil – Legislación Social. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. IX, n. 6, nov.-dez. 1931, p. 716-717.

¹⁹⁷ Comissão Legislativa Revolucionária. *Revista de Direito Comercial*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 4º tri. 1932, p. CXLIX-CL.

Como a data em que se veiculou a crítica da *Revista de Direito Comercial* sugere, as ações do grupo foram, muito possivelmente, impactadas pelo recrudescimento das reivindicações em torno do restabelecimento da ordem constitucional do país. Decretar uma “falência completa” parece-nos, entretanto, um exagero, se não uma distorção. Leis e projetos significativos se ligaram aos trabalhos dos distintos grupos que compunham a Comissão. Um exemplo importante, sobretudo por seus laços com debates sobre os “vícios” no exercício do sufrágio que haviam fundamentado a derrubada da Primeira República, encontra-se no código eleitoral, promulgado em 24 de fevereiro de 1932. Nos momentos finais do governo provisório, em julho de 1934, foram editados os códigos de minas e das águas. Além disso, alguns projetos oriundos das subcomissões continuariam sendo debatidos por muitos anos. Isso ocorreu, por exemplo, com o código penal proposto por Evaristo de Moraes, Virgílio de Sá Pereira e Mário Bulhões Pedreira, objeto central das atividades da Conferência Brasileira de Criminologia, reunida em 1936.

De toda forma, deve-se registrar que a própria ação governamental parece trazer indícios de que os trabalhos da comissão esbarraram em alguns limites. Em 1932, uma obra acadêmica publicada pelo desembargador paulista Vicente Piragibe, *Código Penal Brasileiro, completado com as leis modificadoras em vigor*, foi alçada à condição de lei, passando a constituir a “consolidação das leis penais”. O texto que introduziu esse decreto, ao justificar a curiosa medida, colocou em certo descrédito os debates que o governo vinha promovendo: “Considerando que, malogradas as várias tentativas de reforma do código penal brasileiro, *a que ora se empreende ainda tardará em ser convertida em lei*, não obstante a dedicação da respectiva Subcomissão Legislativa”.¹⁹⁸ Essa atitude teria, porém, sido recomendada pela própria subcomissão,¹⁹⁹ talvez buscando estabelecer uma “solução provisória”, enquanto o novo código penal não era editado. Ela é bastante expressiva, além disso, do lugar crescente que se vinha concedendo aos círculos letrados na elaboração das normas jurídicas.

Sob a vigência da Constituição de 1934, os principais debates ligados às reformas das leis se voltaram aos códigos de processo. Buscando atender ao dispositivo constitucional que determinara a unificação das leis processuais, foram logo elaboradas novas propostas de leis, em estreita conexão com as reflexões sobre a unidade nacional.²⁰⁰ Já em 1935, uma comissão

¹⁹⁸ BRASIL. *Decreto nº 22.213, de 14 de Dezembro de 1932*. Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22213.htm. Acesso em 15/05/2018, grifos nossos.

¹⁹⁹ MENDONÇA, Joseli Maria Nunes de Mendonça. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007, p. 440.

²⁰⁰ Ilustrações contundentes desses laços são encontradas nas analogias entre a unificação processual e o altamente simbólico episódio da queima das bandeiras estaduais. Na já mencionada *Paisagem Legal do Estado Novo* traçada por Gil Duarte, lê-se: “Agora, da mesma forma que a bandeira, é uma só a lei do processo, em

liderada pelo então ministro da justiça Vicente Ráo entregava ao governo um projeto de código de processo penal. Quanto ao seu equivalente na área cível, encontravam-se em análise, ao mesmo tempo, um texto de Levi Carneiro e outro de autoria de Filadelfo Azevedo e Antônio Pereira Braga. Este último resultava das atividades da subcomissão encarregada, ainda sob o sistema das legislações estaduais para a área, da norma processual para o Distrito Federal. Em 1936, ambos foram objeto de minucioso exame no já mencionado Congresso Nacional de Direito Judiciário, promovido pelo IAB.²⁰¹

A profundidade da inserção das reformas legislativas no projeto de poder de Getúlio Vargas se torna explícita no discurso transmitido pelo rádio para anunciar o golpe do Estado Novo. Em meio a uma série de justificativas para a medida, o presidente denunciou a “ineficiência” dos parlamentares cuja deposição acabara de promover. Recorreu, para tanto, à dificuldade em aprovar uma série de códigos:

Transformada a Assembleia Nacional Constituinte em Câmara dos Deputados, para elaborar, nos precisos termos do dispositivo constitucional, as leis complementares [...], *não se conseguiu, até agora, que qualquer delas fosse ultimada*, malgrado o funcionamento quase ininterrupto das respectivas sessões. *Nas suas pastas e comissões se encontram, aguardando deliberação, numerosas iniciativas de inadiável necessidade nacional*, como sejam: o Código do Ar, o Código das Águas, o Código de Minas, o Código Penal, o Código do Processo, os projetos da Justiça do Trabalho, da criação dos Institutos do Mate e do Trigo, etc. etc. Não deixaram, entretanto, de ter andamento e aprovação as medidas destinadas a favorecer interesses particulares, algumas, evidentemente, contrárias aos interesses nacionais e que, por isso mesmo, receberam veto do Poder Executivo.²⁰²

Tal emprego da lentidão em promover a reforma das leis para justificar a nova ruptura institucional expressa tanto a alta importância atribuída a esse processo no discurso oficial, quanto proximidades com a oposição dicotômica entre a “maléfica e atrasada política” e a “moderna técnica”. Exatamente um ano mais tarde, no discurso comemorativo do primeiro aniversário do Estado Novo, Vargas buscou demonstrar que, ao contrário do que fizera o

todas as vertentes do país. Mas, o Estado Novo não ficou, apenas, nessa sabedoria da unificação; foi mais além e organizou um código moderníssimo, igual aos mais adiantados do mundo”. O próprio Vargas, em discurso irradiado para todo o país “no limiar do ano de 1938”, dissera: “criou-se a justiça nacional, fazendo desaparecer as contradições e anomalias da organização em que tínhamos tantas justiças quantas as unidades federativas existentes. A codificação do direito nacional, já iniciada, virá completar essa medida de notável alcance para o fortalecimento dos vínculos de coesão nacional. Assim como uma bandeira única protege, soberanamente, todos os brasileiros, também a lei deve assegurar, de modo uniforme, os direitos do cidadão em todo o território nacional”. DUARTE, Gil. A paisagem legal do Estado Novo. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941, p. 102-103; VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [s.d.], v. V – O Estado Novo, p. 123.

²⁰¹ Congresso Nacional de Direito Judiciário. *Revista dos Tribunais*. São Paulo, v. CII, n. 435, ago. 1936, 756-870.

²⁰² VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, [s.d.], v. V – O Estado Novo, p. 24-25, grifos nossos.

parlamento entre 1934 e 1937, o novo regime estava promovendo importantes avanços quanto à renovação do ordenamento jurídico brasileiro. Explicitando que o novo regime já vinha impulsionando debates sobre os códigos, tomou a participação dos detentores do conhecimento jurídico nesse processo como algo “natural” e mesmo imprescindível:

O Ministério da Justiça, cumprindo determinações do Governo, *incumbiu alguns juristas de nomeada e conhecidos professores da revisão e atualização dos nossos corpos de lei.*

Três deles [...] já saíram das mãos de seus autores e estão passando por uma revisão final. *Depois de sujeitos, como é natural, ao reparo crítico dos entendidos e técnicos, magistrados e advogados, serão postos em vigor.*²⁰³

Esse recurso aos “entendidos e técnicos” ganhara impulso, justamente, às vésperas do golpe de novembro de 1937. A ascensão de Francisco Campos ao Ministério da Justiça representa um nítido momento de inflexão nas reformas das leis. Embora não tenha estabelecido uma ruptura radical com as obras realizadas desde 1930, Campos convocou novas comissões e ordenou a escrita de outros projetos de códigos. Mais do que isso, ele se tornou uma espécie de “diretor” do processo. O período em que o mineiro comandou a pasta da Justiça correspondeu ao momento em que boa parte dos propósitos reformistas expressos no amplo rol das subcomissões legislativas finalmente se concretizaria.

Em 1939, era apresentado o código de processo civil. A versão acabada do código penal apareceria em 1940, seguida de perto pela respectiva legislação processual, em 1941. Ainda no âmbito criminal, merecem menção a nova lei do júri (1938) e a lei de contravenções penais (1941). Também se destacam diversas normas de caráter empresarial, como a nova lei de sociedades por ações, de 1940. Outra inovação de bastante impacto foi a lei de proteção à família, editada em 1941. Um projeto de código das obrigações, pensado como a primeira parte de um novo código civil e abarcando também algumas disposições de direito comercial, veio a público em 1941, mas não chegou a ser concretizado. Já não mais sob a liderança de Campos, foi instituída, em 1942, uma nova lei de introdução ao código civil, e inúmeras outras reformas pontuais foram feitas na área. Em 1943, por fim, seria concretizado aquele que talvez seja o corpo de normas mais conhecido dos anos em que Vargas permaneceu no poder: a consolidação das leis do trabalho.

De maneira muito expressiva, e em coerência com as ideias que, como vimos, ele vinha defendendo nos anos anteriores, Campos pareceu imprimir um teor mais propriamente “intelectual” e “acadêmico” aos debates sobre as novas leis. As inovações normativas editadas durante sua permanência no ministério da justiça foram, quase sempre, acompanhadas de

²⁰³ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. VI – Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, [s.d.], p. 105, grifos nossos.

minuciosas e eruditas exposições de motivos de sua autoria. A escolha dos nomes convocados para a elaboração dos novos projetos aponta, igualmente, para uma preocupação mais profunda em fazer da escrita das leis uma atividade reservada aos detentores do conhecimento especializado.

Embora persistam, bem ao estilo varguista, tentativas de congregar homens de tendências diversas, a heterogeneidade da Comissão Legislativa foi indubitavelmente atenuada. Passam a prevalecer, com isso, juristas de perfil pretensamente “técnico”, não mais associados a carreiras parlamentares. Além de recaírem, com maior frequência, sobre ocupantes de postos no ensino superior, as escolhas expressam, à semelhança do que haviam reivindicado o American Law Institute e o Instituto Argentino de Estudios Legislativos, tentativas de congregar representantes de setores diversos da atividade jurídica. Quase sempre, recorria-se a membros da magistratura, da advocacia e do Ministério Público, num intuito de reforçar a coesão interna das profissões jurídicas. Possivelmente, buscava-se, além disso, imprimir às novas leis as contribuições de experiências diversas da prática do direito.

No caso da comissão convocada para propor reformas ao código civil, nenhum dos membros tinha passagem prévia pela política partidária. Orozimbo Nonato, Hahnemann Guimarães e Filadelfo Azevedo eram, todos, professores universitários de direito. Quando nomeado, em 1939, Azevedo estava concluindo um mandato como presidente do IAB. A aparente exceção apenas confirma a regra: Alcântara Machado, autor do projeto de código penal divulgado em 1938, tinha uma longa carreira parlamentar, estando em pleno exercício do mandato de senador quando se instaurou o Estado Novo. Ele talvez fosse, entretanto, mais reconhecido por sua atuação intelectual, como autor de *Vida e Morte do Bandeirante* (1929), “imortal” da Academia Brasileira de Letras e pelo seu magistério na cátedra de medicina legal na Faculdade de Direito de São Paulo. Em função de seus laços profundos com esse estado e, mais, de seu envolvimento no movimento constitucionalista, Machado é, ainda, um exemplo da presença de intelectuais não necessariamente alinhados ao regime junto às atividades do Estado.

Em conjunto, as ações dos membros das subcomissões legislativas, dos parlamentares que exerceram seus mandatos na curta experiência sob a Constituição de 1934 e dos homens que gravitaram em torno do ministério de Francisco Campos fizeram com que, ao fim do Estado Novo, estivessem quase integralmente concluídas – com as importantes exceções dos códigos civil e comercial – as ambiciosas reformas delineadas logo depois que o movimento de 1930 pôs fim à Primeira República. Embora a ausência de empecilhos para que o Executivo legislasse entre 1930 e 1934 e, de maneira mais decisiva, entre 1937 e 1945

certamente não seja um fator desprezível, ela não é suficiente para explicar a amplitude do corpo legislativo elaborado durante a permanência de Vargas no poder. Essa vasta reforma precisa ser entendida não apenas como uma iniciativa governamental, mas também no interior de certo projeto intelectual (e também político), há muito reivindicado pelos juristas. Abraçando, em consonância com outros de seus traços ideológicos, a reivindicação da “técnica” na escrita das leis, os sucessivos governos de Getúlio Vargas acabaram por consagrar para a posteridade, na forma impositiva das normas jurídicas, muitos de seus princípios. E, mais: fizeram-no com o respaldo ao menos parcial de inúmeros bacharéis em direito – muitos, inclusive, daqueles que, por volta do início da década de 1940, estariam empenhados em denunciar as violações aos direitos e garantias fundamentais perpetradas durante o Estado Novo.²⁰⁴

Os sentidos políticos da atuação dos juristas brasileiros e argentinos na busca por guiar a escrita das leis poderão ser melhor esclarecidos a partir da análise de um insucesso que os dois países compartilharam: a reforma do código civil. A coincidência desse fracasso se torna ainda mais significativa quando se atenta para o fato de que a recepção do “moderno código brasileiro” fora um fator crucial para impulsionar os esforços de reforma na Argentina.

Sobre os limites da “técnica” e da “socialização do direito”: reflexões sobre o fracasso partilhado em reformar o direito civil

No mesmo editorial em que elogiou a iniciativa da delegação de argentinos que viajou ao Brasil para o centenário dos cursos jurídicos de doar livros à biblioteca do IAB, *La Prensa* defendeu a necessidade de desenvolver estudos de direito comparado entre os dois países. Essa afirmação era respaldada por um juízo laudatório do código civil brasileiro, promulgado uma década mais cedo:

*A legislação brasileira é das mais adiantadas com que conta o continente. Seu código civil data de 1917. Tanto por seu método quanto pela clareza e pela precisão com que está redigido, assim como também pelos princípios que consagra, mereceu unânime aplauso. E em certos pontos é vantajoso de tal forma em relação ao argentino, que deveria ser tomado, se não como modelo, porque toda cópia costuma ser prejudicial, ao menos como um ponto de orientação muito conveniente.*²⁰⁵

²⁰⁴ Para uma discussão de certo deslizamento dos juristas brasileiros em direção a posições críticas ao governo Vargas, que se tornou perceptível ao redor da passagem da década de 1930 à de 1940 e se articulou a uma paulatina revalidação do ideário liberal, ver: SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil nos anos 1930 e 1940. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai.-ago. 2016, p. 454-456.

²⁰⁵ El intercambio jurídico e intelectual. *La Prensa*. Buenos Aires, 03/08/1927, p. 15, grifos nossos.

Essa afirmação da qualidade da codificação brasileira e, mais, de sua superioridade em relação à sua equivalente argentina esteve longe de ser uma opinião isolada. A lei aprovada após extensos debates e inúmeras alterações a um projeto elaborado por Clóvis Beviláqua em 1899 foi, de maneira imediata, objeto de forte atenção nos meios jurídicos argentinos. Em agosto de 1916, por exemplo, o Centro Estudiantes de Derecho da Universidad de Córdoba promoveu uma conferência sobre o então recentemente promulgado código civil brasileiro. A fala ficou a cargo de Enrique Martínez Paz. O professor da casa se preocupou em afirmar, logo de início, que o dia 1º de janeiro de 1917 seria “uma data auspiciosa para a história da vida jurídica americana”, porque começaria a vigorar no Brasil o “código civil que nessa grande nação acaba de ditar-se”. Para ele, tal lei se oferecia como “a expressão do vivo anseio, que se sente nas nações americanas, de *reforma e revisão de suas leis para amoldá-las às novas tendências da vida jurídica*, traduzidas na Europa na sanção dos célebres códigos da Suíça e da Alemanha”. Continuou argumentando que toda a América seguia “com interesse essas transformações”, invocando estudos e intuits “modernizadores” dos códigos civis então em curso em Cuba, no Chile, no Uruguai e no Peru.²⁰⁶

Após uma breve recuperação da tramitação parlamentar do projeto, Martínez Paz exaltou o fato de que “todo o Brasil intelectual, jurídico e político, a partir de todos os campos, havia contribuído à sanção” do código civil. A nação agira, assim, como “o lapidador”, “polindo as facetas da enorme gema” que era a obra de Beviláqua. Ele passou, então, a analisar o conteúdo do código, começando por seu método. Depois de apresentar quadros sintéticos das matérias contidas nas leis civis brasileira e argentina, o docente da Universidad de Córdoba enfatizou que “o método de nosso código padece de muitos defeitos”. Afirmou, em torno dessa questão, uma enorme superioridade comparativa do equivalente recém-promulgado no Brasil. Embora se tenha preocupado em matizar a crítica ao código argentino recordando que ele já contava com cerca de meio século de existência, Martínez Paz foi categórico em afirmar: “Bastam estas simples observações para compreender as deficiências do nosso método e as vantagens do método brasileiro”. Mais à frente, o professor cordobês buscava resumir sua apreciação profundamente positiva da nova lei brasileira, repisando a exaltação a seu caráter “científico”, mas também tecendo elogios fato de o código ser “acessível” e, por isso, “moderno”.²⁰⁷

²⁰⁶ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El Código Civil Brasileño*. Córdoba: Imprenta Cubas, 1916, p. 3-4, grifos nossos. O exemplar desse folheto que consta do acervo da Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP traz, na folha de rosto, carimbo datado de 8 de outubro de 1916, sugerindo uma circulação surpreendentemente rápida do impresso: tratava-se de uma versão revista de conferência pronunciada em 25 de agosto do mesmo ano.

²⁰⁷ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El Código Civil Brasileño*. Córdoba: Imprenta Cubas, 1916, p. 9-13; 28.

Encaminhando-se para o fim de sua fala, Martínez Paz enfatizou um “duplo interesse” no “estudo das legislações dos povos da América”. Além de “colher os ensinamentos que a experiência e a sabedoria colocam na organização das instituições jurídicas fundamentais”, podia-se realizar “uma obra de solidariedade, porque nada separa tanto aos povos, como a mútua ignorância dos traços da personalidade moral e das virtudes coletivas”. Afirmou, assim, que acreditava “realizar uma obra patriótica e de solidariedade americana ao aproximar a juventude argentina a uma obra mestra da ciência de um povo irmão”.²⁰⁸

A conferência feita por Afrânio de Melo Franco no Colegio de Abogados de Buenos Aires em setembro de 1917 demonstra, por outro viés, a rápida e profícua recepção do código brasileiro no país vizinho. Ela trazia, por trás do expressivo enunciado da “Correlação do direito brasileiro e argentino”, o subtítulo “Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil”. Ao que tudo indica, o interesse dos bacharéis argentinos em ouvir o diplomata brasileiro se fundava, ao menos em alguma medida, em sua atuação parlamentar como um dos responsáveis pela redação final do código.²⁰⁹ A “resenha” de Franco se iniciava com um tom de alívio por ter o Brasil, mais de nove décadas após sua independência, finalmente promulgado uma codificação civil própria, ressaltando que a substituição das leis vigentes durante o período colonial “se impunha como um dever de patriotismo, como um alto preito à justiça e como recurso eficaz contra a violação dos direitos individuais”. Expressando seu compromisso com uma visão do direito fundada em bases tidas como racionais, formando um sistema lógico e coerente, ele denunciou a “construção labirintiforme” e uma suposta fragmentação das leis que prevaleceram até então. O diplomata brasileiro reivindicou a necessidade de levar o “caráter nacional” em conta na elaboração das leis, mas buscou conciliar essa preocupação com o respeito aos “ideais uma justiça natural acima da justiça positiva, a *lex aeterna* como ideal supremo a que tendem as aspirações da *lex humana*”. Após afirmar a importância do direito como fator de “unidade nacional”, Afrânio de Melo Franco realizou um enfático elogio da codificação:

A experiência dos povos demonstrou assim que a codificação é uma obra de fortalecimento dos laços de formação nacional; que ela não constitui um mal

²⁰⁸ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El Código Civil Brasileño*. Córdoba: Imprenta Cubas, 1916, p. 28-29.

²⁰⁹ Na extensa e quase hagiográfica nota de apresentação de Afrânio de Melo Franco aposta às publicações da conferência feitas na Argentina, Oscar Rodríguez Saráchaga afirmou que o brasileiro, “em uma idade ainda tenra, chegou a altas culminações em seu país, onde, além de ser um advogado dos mais distintos do foro carioca, é, há doze anos, membro da câmara dos deputados do Brasil, na qual desempenhou e desempenha hoje mesmo os cargos de membro informante das comissões de direito internacional, legislação e justiça, sendo também o membro informante da comissão geral parlamentar que examinou o projeto de código civil brasileiro de Clóvis Beviláqua, no qual colaboraram, igualmente, Rui Barbosa e outros vários eminentes juristas do país amigo”. FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant, 1917, p. 3-4, grifos nossos.

e que não petrifica o direito, mas sim o sistematiza em um organismo harmônico, tornando mais fácil e acessível o conhecimento das regras objetivas, que devem regular as relações entre os indivíduos²¹⁰.

Franco encerrou suas reflexões gerais sobre a codificação afirmando que o código civil brasileiro não era “obra de um homem, nem produto de uma escola, nem cristalização de qualquer direito costumeiro indígena, que, em estado embrionário, existisse, porventura, no Brasil”. Ele era, isso sim “o resultado da colaboração de muitos espíritos”, tendo “como raízes os institutos jurídicos alienígenas”. O tom de uma exaltação nacional que não ignora os contatos com outros países – contatos estes que constituem, inclusive, importantes mecanismos de legitimação – seguiu permeando a sua narrativa da tramitação parlamentar do projeto apresentado por Beviláqua. De maneira aproximável ao que fizera Martínez Paz, Franco recuperou elogiosamente o exame do projeto no Instituto dos Advogados, nas faculdades de direito, nos tribunais e “por numerosos advogados, médicos e homens de ciência”, passando “o trabalho pelo crisol da crítica geral e da opinião de todos os competentes”. Quase ao fim da “conversa jurídica”, o diplomata brasileiro deixou claro que a ênfase de sua fala na escrita do código civil de seu país não havia sido uma escolha livre, mas sim resultado de um pedido dos colegas argentinos.²¹¹

O conhecimento do então jovem código civil brasileiro também foi atestado na sessão comemorativa do centenário da independência do Brasil que a Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires promoveu. O discurso realizado por Pablo Calatayud, professor de direito civil, construiu-se em torno de uma elogiosa recuperação da figura de Teixeira de Freitas, renomado jurista brasileiro do século XIX que, como vimos em outros momentos, era recorrentemente invocado nos contatos com a Argentina. Após afirmar reiteradamente a importância de Freitas para a codificação argentina da segunda metade do século XIX, Calatayud encerrou sua fala dirigindo-se ao então embaixador brasileiro nesse país, Pedro de Toledo, presente à sessão, para afirmar “que a vinculação de nossos direitos privados não é menos íntima que a de nossos sentimentos”.²¹² O direito era, assim, reivindicado como um mecanismo crucial dos contatos entre os dois países, movimento do

²¹⁰ FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragent, 1917, p. 14.

²¹¹ “Não me proponho a fazer-lhe a crítica neste centro de alta cultura, onde a obra legislativa citada já estará conhecida, em seu texto e em seu espírito. Limito-me a traçar as linhas gerais do histórico da recente construção jurídica de minha pátria, consoante o desejo manifestado no ato do vosso honroso convite”. FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragent, 1917, p. 16-22, grifos nossos.

²¹² FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923, p. 35.

qual os debates em torno da escrita dos códigos civis eram considerados uma das melhores expressões.

Feitos no início da década de 1920 e no âmbito de uma evocação de Augusto Teixeira de Freitas, esses elogios ao código civil brasileiro remetem à maneira como as comemorações do cinquentenário de seu equivalente argentino, entre 1919 e 1921,²¹³ estimularam os intercâmbios entre os dois países. Um dos tópicos cujo estudo a Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires buscou promover em meio às comemorações do cinquentenário do código civil argentino foi “Freitas como fonte do código”.²¹⁴

Para além das relações com o Brasil, as comemorações do cinquentenário do código civil argentino representaram um momento de inflexão importante nas avaliações a respeito de sua “adequação às circunstâncias da vida moderna”. Desempenharam, conseqüentemente, papel crucial no fortalecimento das reivindicações quanto à necessidade de sua reforma. A conferência “El código civil en su cincuentenario”, realizada por Alfredo Colmo na abertura dos cursos da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires em 1921, é uma boa expressão de como a efeméride se articulou a tais questionamentos. Colmo foi um crítico frequente do código de 1871.²¹⁵ Desde os anos anteriores, ele vinha realizando intervenções públicas debatendo a necessidade de promover alterações na lei arquitetada por Vélez Sársfield. Ele sempre resistiu, porém, à perspectiva de que a reforma total seria a solução mais adequada.

Respalado pela posição que detinha como professor titular de direito civil na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires, Colmo havia ocupado, em setembro de 1917, a tribuna do Instituto Popular de Conferencias do jornal *La Prensa* para dissertar sobre “La reforma del código civil”. Logo de início, Colmo afirmou que tal problema podia ser “encarado em dois sentidos fundamentais”: primeiro, se a reforma era procedente ou não e, em caso afirmativo, quais seriam os meios para realizá-la. Sustentou que, quanto às reformas parciais, era pouco provável que houvesse discordâncias: “Todos estamos de acordo, em

²¹³ A primeira data corresponde à sanção do código (29 de setembro), enquanto a segunda diz respeito à sua entrada em vigor (1º de janeiro).

²¹⁴ Celebración del Cincuentenario del Código Civil. *Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. XX, 1919, p. 719.

²¹⁵ DÍAZ COUSELO, José María. El código civil y su reforma – Presentación. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Antología del Pensamiento Jurídico Argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2007, v. 1, p. 224-225.

princípio, que o código está *muito atrasado* em certas coisas, é omissa a respeito de outras e tem uma multidão de erros e inconseqüências que é necessário corrigir”.²¹⁶

Em relação à reforma integral do código, expressou uma postura bem mais reticente. Referiu-se às opiniões segundo as quais

é tal a soma de deficiências que nele se contém [...] que essa revisão se impõe de imediato, não apenas a fim de que se ponha o código à *altura dos mais recentemente* ditados, como são os da Alemanha, da Suíça e do Brasil [...], mas também para que *resulte achar-se em congruência com as demandas da civilização atual*, que tem exigências muito distintas [...] das que correspondiam à época de meio século atrás em que o código viera à luz.

Mais à frente, conjecturou sobre os possíveis “atrativos” da reforma do código. Entre eles, estavam “depurar-lhe de suas imperfeições”, “imprimir-lhe moldes mais técnicos”, “fazer realçar sua coordenação e unidade científicas”, “em uma palavra, colocá-lo em dia e à altura dos melhores códigos do mundo”. Apesar de tudo isso, Colmo preocupou-se em afirmar, desde o início, sua oposição à “reforma total ou geral do código”, sustentando que ela “não apenas não é necessária, mas tampouco é conveniente ou oportuna”. Para ele, as deficiências seriam melhor sanadas a partir de reformas parciais.²¹⁷

O restante da fala buscou traçar razões para esse posicionamento. No expressivo título de uma das divisões da publicação da conferência, Alfredo Colmo afirmou: “Não há entre nós fatores sociais que reclamem a reforma geral”. Reiterando sua preferência pela “reforma parcial e progressiva”, afirmou que “a reforma total seria perigosa”, porque se atravessava uma “época de transição sociológica e filosófica, na qual não há valores que não estejam sujeitos a revisão”. A “luta inconclusa” entre distintas correntes políticas e filosóficas, que Colmo via como agravada pela “conflagração quase mundial que hoje enluta a causa da humanidade”, tornaria “pouco sensata” a adoção de quaisquer dos pontos de vista em disputa. Deixando especialmente nítidas as notas conservadoras de sua argumentação, o professor da Universidad de Buenos Aires afirmou não “haver título” para, “em direito”, “tomar partido em favor do economicismo ou do idealismo, ou bem *da emancipação feminina ou do privilégio da classe dos operários*, etc.”, pois “ninguém poderia afirmar que amanhã o curso da evolução não pudera desvirtuar essas modalidades, fazendo surgir em sua substituição outras bem distintas”.²¹⁸

²¹⁶ COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918, p. 5. O exemplar que pudemos consultar, pertencente à Biblioteca Nacional Argentina, contém dedicatória do autor “a seu amigo José Ingenieros”, datada de 20 de maio de 1918.

²¹⁷ COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918, p. 5-9.

²¹⁸ COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918, p. 22-24, grifos nossos.

Em uma passagem anterior, Colmo havia desdenhado daqueles que afirmavam – a exemplo do que faria Palacios – ser o código argentino “antiquado” e “velho”. Para ele, essa afirmação “[carecia] de sentido sério”, pois não se podia afirmar o que era “velho em relação a um povo”. Tratava-se, em sua concepção, de um “antropomorfismo nas coisas sociais, como são estas dos códigos, que é sob todos os pontos improcedente”. Em seguida, afirmou de maneira categórica: “Os códigos e leis não são novos nem velhos. São bons ou maus. Isso é tudo”. Em uma nota dissonante da boa recepção com que contara essa lei na Argentina, afirmou que havia “direitos astronomicamente jovens, como o do divórcio não absoluto do muito recente código brasileiro, que para muitos, eu entre eles, parece bastante ‘velho’”.²¹⁹

Ao fim da conferência, defendeu que a reforma do código civil argentino se deveria processar de forma “natural”, quase “orgânica”:

Deixemo-nos de reformismos tão tentadores como falazes. Tenhamos alguma constância. Pensemos que é o tempo e que são as circunstâncias ambientes o capital nestas coisas: *a reforma deve vir por si só, fora de toda preconceção, longe do direito mais ou menos livresco ou doutrinário dos autores ou professores e contra os impressionismos anticientíficos dos legisladores, e resultar simplesmente imposta pelos fatores ambientes.*

Reivindicando a durabilidade como um sinal da boa qualidade de uma lei, sustentou que o código civil figurava entre “os grandes princípios básicos da sociedade”. Não poderia, dessa forma, ser tratado como “uma transição de interesses ocasionais nem da vida de uma ou duas gerações”. Deveria, isso sim, decorrer da “sedimentação do passado ligado ao presente e pai fecundo do porvir”.²²⁰

Alguns anos mais tarde, ao dissertar sobre o cinquentenário do código civil na Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires, Alfredo Colmo começou por lamentar o fato de que as comemorações não haviam alcançado o relevo desejado. Em sua conferência de abertura do ano escolar de 1921, explicitou que as portarias que ele projetara visando à realização de solenidades nesse sentido não se haviam cumprido. Tais cerimônias, que mereciam “ser um feito, algo de estável e durador”, somente haviam alcançado a “fugacidade de um conjunto de palavras”. Seguindo nesse lamento, Colmo preocupou-se em enfatizar o que se perdia em termos do debate sobre os rumos futuros do código:

Algo mais, muito mais que um discurso era mister no caso. Aí estão, no mero papel e totalmente irrealizadas, as portarias que a Faculdade votara para celebrar a comemoração: *um livro de estudos diversos acerca de cada uma das principais ordens institucionais do código; uma edição modelo do mesmo código...* Isso teria permanecido. Isso teria mostrado o jogo do código

²¹⁹ COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918, p. 10-11.

²²⁰ COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918, p. 52-53, grifos nossos.

em nossa vida. *Isso teria sido o ponto de partida para as reformas e melhorias que o código exige em sentidos bem plurais e fortes.*²²¹

Depois de relatar, com tons de autocongratulação, seus fracassados empreendimentos junto a juristas e autoridades para tentar “salvar” as comemorações, Colmo afirmou que não tinha como intuito realizar o elogio nem do código nem de Vélez. Ponderou, contudo, que, como já havia “dito mais de uma vez”, “com relação a sua época e às restantes circunstâncias – sobretudo, a de ser fruto de poucos anos de trabalho e de ser obra exclusiva de um único homem, foi um bom código e até um grande código”. “Hoje mesmo, pode-se contar nos dedos de uma única mão os códigos que lhe sejam superiores em todo o mundo civilizado”, sustentou. Propôs-se, então, a fazer um “balanço” dos resultados da aplicação do código nos cinquenta anos de sua vigência, indagando-se, em especial, sobre “que sorte” o esperava após a passagem dessa data.²²²

Boa parte da conferência é uma enumeração de falhas e inconsistências do código, feita a partir de suas relações com outros ramos jurídicos e com alguns de seus institutos específicos. Em meio a esses comentários, Colmo se mostrou um pouco mais aberto a perspectivas “socializantes” a respeito do direito. Em lugar da resistência à possibilidade de consagrar conquistas dos trabalhadores que expressara na tribuna de *La Prensa* em 1917, o professor de direito civil fez fortes críticas à ausência no código civil de disposições sobre as relações laborais. Ainda que reconheça que essa não era uma preocupação presente entre os juristas da década de 1860, Colmo condena Vélez Sársfield por se ter esquecido de que “em qualquer país, sobretudo em um país novo, o trabalho é um elemento vital de desenvolvimento e apogeu”. Em outra passagem, censurou o “individualismo levado ao pináculo” do código.²²³ Essa mudança de perspectiva talvez se tenha dado sob o impacto do recrudescimento dos conflitos relacionados ao movimento operário que se observou, justamente, entre uma conferência e outra. Uma das principais expressões desse fato foi a chamada “Semana Trágica”, uma série de confrontos entre metalúrgicos em greve e a polícia, ajudada por setores nacionalistas, que fez centenas de vítimas em janeiro de 1919.

²²¹ Publicada originalmente no fascículo de maio de 1921 da *Revista de Filosofía*, dirigida por José Ingenieros, a transcrição dessa conferência foi reproduzida em 1959 por uma revista discente da Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires, recordando o 25º aniversário da morte de Colmo e os 90 aos da sanção do código civil argentino. COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 59-61, grifos nossos.

²²² COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 59-61.

²²³ COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 66; 73.

Após afirmar que iria “prescindir” da análise “de suas falhas técnicas e metodológicas”, por serem “demasiado numerosas”, Colmo passou a censurar o que via como uma influência excessiva do direito romano sobre a codificação projetada por Vélez Sársfield. Afirmou, a partir desse ponto, sua incompatibilidade com os tempos modernos, censurando a “manutenção de termos de ausência e de prescrição, *em época de caminhos de ferro, vapores e telégrafos*, tão longos quanto os da época romana de guerras frequentes e de comunicações em barquinhos a vela ou sobre o lombo de um cavalo”.²²⁴

Em um movimento bastante revelador de suas concepções sobre a reforma do código, Alfredo Colmo destacou a *maneira* de aplicação dessa lei, muito mais que a redação de seus dispositivos, como uma das principais fontes de suas imperfeições. Disse ele:

Nossos juízes, em geral, quando sabem direito, interpretam a lei com critério exegetico, fechado e da mais elementar literalidade. Uma palavra, ainda que incidental, ata-os e os escraviza: em vão se lhes argumentará com os princípios de fundo do Código, com a multidão de preceitos análogos que resolvem em outro sentido e que mostram o propósito do legislador. [...] Em verdade, *muitas das inculpações que se formulam contra o código seriam mais procedentes contra a jurisprudência, que poderia ser mais progressista e até criadora, dentro das linhas de fundo do código, que, seguramente, não quer o estancamento nem o retrocesso do país, mas sim seu desenvolvimento e seu progresso.*

Desse juízo implacável sobre os magistrados, derivou a conclusão de que, se a Argentina contasse “com uma jurisprudência capaz de traduzir o direito vivo e de responder às exigências ambientes, a questão da reforma do código passaria muito a segundo plano”.²²⁵

À luz das falhas que apontou nas decisões judiciais, Alfredo Colmo enfatizou que se faziam mais e mais necessárias alterações à lei idealizada por Vélez Sársfield. O professor de direito civil permaneceu, entretanto, irredutível em sua recusa à reforma total do código. Desta vez, descartou-a afirmando ser ela “tão complexa e extensa que não se faria nunca”. Apresentou resistências ainda maiores à ideia de uma revisão que buscasse a concordância entre os distintos códigos nacionais. Para Colmo, “harmonizar o código civil com os restantes equivale a mudar estes últimos; e modificar nossa legislação implica reformar uma série de instituições, mudar a organização e o regime de não poucas coisas, e até orientar a educação em novos sentidos”.²²⁶

²²⁴ COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 73, grifos nossos.

²²⁵ COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 75-76, grifos nossos.

²²⁶ COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 76.

Propunha, em substituição a uma reforma total, alterações “dentro do limitado e mais prático das leis soltas”. Nesse sentido, afirmou que “cabia reclamar não poucas coisas”. Muito significativamente, a longa enumeração de possíveis temas de reforma que passou a fazer iniciou-se com uma espécie de enunciado geral de um sentido “socializante” que deveria ser imposto a elas: “a sociabilidade, em vez do individualismo, para que os direitos sejam uma função antes que um poder”.²²⁷ Após uma lista de propostas que iam do divórcio absoluto à concepção do pátrio poder como uma função e um dever (e não como um direito), da responsabilidade civil objetiva a uma acepção “social” dos contratos, Colmo concluiu sustentando serem essas “atualizações” do código civil essenciais para acompanhar a vida moderna e garantir a liderança Argentina na América:

Somente dessa maneira se marchará com a corrente da cultura. *Só assim se acomodarão as leis às condições ambientes.* Somente dessa maneira se poderá fazer que as leis não traiam as exigências da vida que devem interpretar. *E somente então se poderá dizer que o código civil não é, como hoje se diz e se repete, uma coisa arqueológica.*

[...] o código é omissivo e atrasado em assuntos de toda importância, e *se faz indispensável que responda já a necessidades muito sentidas e muito profundas.* Essa é a tarefa do bom direito. Essa é a obra do único direito concebível em qualquer sociedade culta, como é a nossa, que, além disso, tem o dever assinalado por sua própria posição, de ser como a *diretriz das orientações culturais no continente.*²²⁸

Ainda que muitos discursos buscassem disfarçá-lo sob o argumento pretensamente “técnico” da necessidade de um estudo “meditado”, congruente com a maior “estabilidade” do direito civil, as resistências à reforma total da codificação dessa área seriam marcadas por fortes motivações políticas. De maneira muito reveladora, um dos mais enfáticos defensores da necessidade de promover uma substituição completa do código argentino de 1871 foi um homem de certa proximidade com ideais progressistas. Enrique Martínez Paz publicara, pouco antes de realizar sua já discutida conferência sobre o código civil brasileiro de 1916, uma extensa obra sobre *Dalmácio Vélez Sársfield y el derecho civil argentino*. Quase ao fim do livro, o professor cordobês dedicou algumas páginas à análise da “influência” do código civil sobre a “vida do país”, bem como da necessidade da revisão de tal lei. Afirmou, de partida, que a “unidade política, alcançada pouco antes [da promulgação do código] com a incorporação de Buenos Aires à confederação, encontrou na legislação civil uniforme uma

²²⁷ Embora Colmo não faça qualquer citação textual, essa noção do direito como uma função social, e não como um poder, estava, como vimos, no centro da teoria de León Duguit.

²²⁸ COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 77, grifos nossos.

poderosa aliada”, pois “implantar uma lei comum é dar um regime de assimilação e de conquista”.²²⁹

Passando a examinar a influência do mesmo código sobre a ciência e o ensino jurídicos, Martínez Paz traçou um juízo bem mais negativo. Acusando, como faria Colmo, o código de Vélez de excessivo “romanismo”, sustentou que tal lei estimulou um método “que afasta o direito da vida social”, influido “perniciosamente na ciência”. O código seria, para ele, um dos motivos pelos quais, “quarenta e cinco anos depois” de sua sanção, “o direito civil não existe no país como disciplina independente porque foi afogado pelo comentário da cláusula legal”. Criticou, nesse sentido, a pouca atenção dispensada aos elementos “histórico”, “comparativo” e “dogmático” no “estudo dessas supostas realidades imutáveis presas no articulado de uma lei”. Apesar disso, afirmou a crença em que o “desdém pela ciência jurídica” não constituía “obstáculo para que os cultores das disciplinas sociais analisem as instituições civis e *peçam suas reformas em nome de ideias e princípios mais elevados*”.²³⁰

É, justamente, essa reflexão que Martínez Paz buscou impulsionar no restante de sua argumentação, fazendo dela a conclusão lógica de sua obra. Apesar de a reforma do código civil ter sido alentada “desde o dia seguinte à sua sanção”, os posicionamentos favoráveis a ela teriam “encontrado entre nós uma tenaz resistência de parte de elementos autorizados”, que sempre haviam tido “um eco nas discussões do parlamento”. Para o professor da Universidad de Cordoba, esse fato teria levado a uma situação impraticável, pois “cinquenta anos depois da redação do código, não se pode sustentar friamente que suas disposições não tenham envelhecido, *que as novas necessidades encontrem entre suas cláusulas meios de desenvolver-se*, que seu texto não haja revelado contradições”.²³¹

Tomando as imperfeições e as lacunas do código como um dado, Martínez Paz indaga: “Como devemos proceder à sua correção?”. De imediato, ele afirma ser o caminho das leis especiais de iniciativa parlamentar “o mais defeituoso”. Remetendo às reivindicações sobre o concurso indispensável da “técnica” na escrita das leis, o autor afirmou que o “legislador não é, em regra geral, nem um jurista, nem um jurisconsulto; se algum o fora, por exceção, a

²²⁹ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 349. Embora um pouco anterior às comemorações do cinquentenário do código civil, o livro claramente se insere no ambiente intelectual de questionamentos a tal lei que marcaria a efeméride. O exemplar da Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP traz uma dedicatória ao professor da casa Spencer Vampré. Também conta com um registro datado de 7 de setembro de 1931 de que a obra foi doada por Vampré à Associação Bibliotecas Circulantes e uma cópia dos “deveres do sócio” da mesma instituição.

²³⁰ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 350, grifos nossos.

²³¹ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 351-352, grifos nossos.

maioria, forçosamente, nem estará ao seu nível, nem saberá compreendê-lo”. “Uma lei projetada e discutida nesse *ambiente de incompetência agitado pelas rajadas políticas* e destinada a ser enxertada em um código que não conhecem”, prosseguiu ele, “implica o mais grave e perigoso atentado”.²³²

Após essa defesa de que o código civil deveria ser arquitetado por “jurisconsultos”, Martínez Paz passou, assim como faria Colmo no ano seguinte, a discutir se seria mais conveniente realizar uma revisão total ou parcial do código civil. Ao contrário de seu colega portenho, entretanto, ele se posicionou em favor da primeira dessas opções. Afirmou que as alterações por leis especiais “comprometem o espírito geral dos códigos, sem que cheguem nunca a dar satisfação plena às exigências que se têm em vista ao ditá-las, porque o resto da legislação antiga conspira sempre contra as reformas”. O jurista cordobês sustentou que a necessidade de atender às mudanças fundamentais nos “princípios gerais das legislações modernas” tornava impossível “render culto a ídolos ou a doutrinas envelhecidas”. De maneira um tanto ambígua, Martínez Paz preocupou-se em ponderar que não pretendia fazer terra arrasada da obra de Vélez Sársfield, mas sim promover uma espécie de “renascimento” do código, “restaurando-o das injúrias do tempo e preparando-o com alta visão patriótica para cumprir no futuro a missão tutelar de nosso engrandecimento”.²³³

Para além dessa ressalva, chama atenção a *forma* com que o professor da Facultad de Derecho da Universidad de Córdoba propôs que se desenvolvessem as revisões ao código civil. A fim de “evitar todo perigo” nessas alterações, seria necessário “criar um órgão autorizado que assessorasse ao P. Legislativo, *composto pelos juízes da mais alta magistratura, pelos professores de maior prestígio, e pelos publicistas mais autorizados*”. Respaladas por “todo o prestígio de sua origem”, as conclusões desse “corpo permanente [...] ofereceriam maiores garantias, imporiam um respeito indiscutível e manteriam a legislação em um grau de harmonia perfeita entre si e com as necessidades dos tempos”.²³⁴ Possivelmente em função desse empenho intelectual prévio, Enrique Martínez Paz seria, uma década mais tarde, chamado a compor um grupo de “técnicos” incumbido oficialmente de estudar a reforma do código civil.

O jornal *La Prensa* publicou, em sua edição de 4 de julho de 1926, um editorial sobre a iniciativa do Poder Executivo de nomear uma comissão para promover a reforma do código

²³² MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 352, grifos nossos.

²³³ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 353-355.

²³⁴ MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916, p. 353-354, grifos nossos.

civil.²³⁵ Por força do decreto nº 12.542, publicado dois dias mais cedo, o presidente Alvear havia, levando em conta “as reformas introduzidas no código civil desde sua vigência”, os projetos que tramitavam no Congresso e “a *conveniência de uma revisão ilustrada e serena* de nossa grande lei civil para sua *melhor harmonia com as novas condições da vida argentina*”, determinado a formação de uma “comissão composta de sete jurisconsultos, encarregada do estudo de nosso código civil e de aconselhar as reformas e a coordenação com outras leis que se julguem pertinentes”.²³⁶

Uma das primeiras preocupações do editorial de *La Prensa* foi comentar como seria composto o grupo:

Não quis [o Poder Executivo] designar os membros dessa comissão, mas sim *preferiu delegar a nomeação dos mesmos às Cortes de justiça mais importantes desta cidade, às autoridades universitárias de Buenos Aires e La Plata e às corporações profissionais da capital federal*, entidades estas que designarão, cada uma, um delegado.

Os redatores do jornal não demonstraram maiores inquietações com a “exclusão de universidades, tribunais e corporações do resto do país”. Embora tenham reconhecido tratar-se de questão “muito sensível”, afirmaram não haver dúvidas de que a escolha se devia “exclusivamente aos obstáculos resultantes da distância”.²³⁷

Essa visão benigna da centralidade da região de Buenos Aires na composição do órgão não parece, todavia, ter sido partilhada por todos. Exatas duas semanas após a publicação da medida, um novo decreto ampliou a abrangência do grupo, incorporando também professores de direito civil das Universidades de Córdoba e do Litoral. Essa norma foi acompanhada de uma extensa apresentação, que deixava entrever uma série de tensões suscitadas pela formação da comissão. Logo no início, os “considerandos” mencionavam observações sobre o decreto de 2 de julho que haviam chegado até o Executivo, “com as maiores precauções possíveis para a eficácia do trabalho, observações referentes à representação de outras Universidades, à forma do trabalho da Comissão e à existência de outras iniciativas semelhantes anteriores”. Após uma enfática defesa de que o decreto de 16 do mesmo mês

²³⁵ Revisión del código civil. *La Prensa*. Buenos Aires, 4 de julho de 1926, p. 12.

²³⁶ REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. IX, grifos nossos. Nessa obra, o projeto definitivo apresentado pela comissão em 1936 foi editado juntamente com o informe dirigido por ela ao Poder Executivo e com os “antecedentes” da proposta. Foram publicadas duas versões de conteúdo idêntico, uma em dois tomos, outra em volume único. A Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP conta com duas coleções da primeira dessas versões, uma assinada pelo professor de direito comercial Waldemar Ferreira, com a data de 25 de dezembro de 1936, e o outra com registro de que foi adquirida mediante permuta com a Biblioteca del Ministerio de Gobierno de la Provincia de Buenos Aires (La Plata). Na Biblioteca Nacional Argentina, consultamos um exemplar da versão em tomo único que pertenceu à biblioteca de Arturo Frondizi.

²³⁷ Revisión del código civil. *La Prensa*. Buenos Aires, 4 de julho de 1926, p. 12, grifos nossos.

buscara atender a tais críticas, o fim da introdução à nova medida era quase um apelo à cooperação: “é possível salvar as dificuldades ou prevenções apontadas fazendo concorrer o maior número de esforços ilustrados à solução de um problema que desperta grande interesse e preocupação e tem verdadeira importância e transcendência”.²³⁸

O editorial de *La Prensa* sobre a criação da comissão se encerrava em um tom de dúvida. Após fazer algumas ponderações mais sérias à iniciativa do Poder Executivo, às quais retornaremos mais à frente, o jornal chamou atenção para “as vantagens e inconvenientes que tem a nomeação de uma comissão numerosa para preparar uma reforma legislativa que, *para ser boa, deve antes de tudo ser harmônica e dar a sensação da unidade*”. Apesar disso, o jornal expressava a esperança de “que os jurisconsultos chamados a preparar a transcendental obra legislativa” soubessem superar os males do sistema de comissões “mediante a adoção de *sábios métodos de pesquisa e trabalho*”.²³⁹

Mesmo com todas essas resistências, em agosto de 1926, foram apresentados os nomes que comporiam a comissão. Nítido reconhecimento da busca dos juristas por ditar os rumos da escrita das leis, a lista dos órgãos encarregados de nomear esses membros traça uma espécie de cartografia simbólica das instâncias consideradas importantes na expressão do pensamento jurídico argentino. A composição da comissão também aponta para os intuitos de congregar nesse empreendimento homens com experiência em distintas áreas do direito. O representante Suprema Corte de Justicia, Roberto Repetto, seria o presidente da comissão. Pelas câmaras de apelação cíveis de Buenos Aires, foram nomeados Julián V. Pera e Raymundo M. Salvat, ambos substituídos posteriormente, por Gastón Federico Tobal e César de Tezanos Pinto. Héctor Lafaille foi designado em nome da Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires, sendo Juan Carlos Rébora o professor escolhido pela Universidad de La Plata. Pela Academia de Ciencias Jurídicas de Buenos Aires, foi nomeado Juan Antonio Bibiloni. Rodolfo Rivarola foi designado pelo Colegio de Abogados de Buenos Aires²⁴⁰. Por fim, para as vagas criadas posteriormente, seriam nomeados Enrique

²³⁸ REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. X-XI.

²³⁹ Revisión del código civil. *La Prensa*. Buenos Aires, 4 de julho de 1926, p. 12, grifos nossos.

²⁴⁰ É bastante expressivo que, em meio aos órgãos representativos da advocacia, tenha sido o Colegio de Abogados de Buenos Aires o escolhido, em um período em que já existia a Federación Argentina de Colegios de Abogados – agremiação à qual, dada a abrangência nacional da lei a ser elaborada, seria, em princípio, mais lógico atribuir a nomeação. Acreditamos que isso se explique ou pelo caráter mais consolidado do Colegio de Abogados, que existia desde 1913, enquanto a Federación datava de 1921, ou pelo forte empenho dessa instituição em promover atividades acadêmicas, contando, inclusive, com uma das principais bibliotecas jurídicas da capital argentina no período.

Martínez Paz, pela Universidad de Córdoba, e José A. Gervasoni, pela Facultad de Ciencias Jurídicas da Universidad del Litoral.²⁴¹

Nos termos do decreto que a criou, a comissão poderia atuar da forma que considerasse mais adequada, tendo a faculdade, inclusive, de “solicitar o concurso daquelas pessoas de competência na matéria”. Estabelecia-se, igualmente, a obrigatoriedade de os órgãos e funcionários públicos colaborarem com “os comissionados em cumprimento de sua missão, provendo dados e informes que não contrariem a reserva peculiar a determinados assuntos”.²⁴² No exercício de suas competências, a comissão determinou que Bibiloni, um dos mais veteranos entre seus componentes e antigo ministro da justiça,²⁴³ elaborasse um projeto inicial, para o qual os demais membros deveriam indicar pontos cuja reforma consideravam fundamental.²⁴⁴

Uma inquietude expressa pelos editores de *La Prensa*, relativa aos gastos que as atividades da comissão implicariam,²⁴⁵ parece ter tido, de fato, algum impacto no desenrolar de seus trabalhos. A versão definitiva do anteprojeto de Bibiloni somente seria publicada, em três volumes minuciosamente anotados, na passagem da década de 1930 à de 1940 – *depois* que a comissão havia entregado os resultados finais dos seus trabalhos.²⁴⁶ Isso ocorreu, muito possivelmente, porque o financiamento necessário para tal publicação somente foi garantido por uma lei de agosto de 1935.²⁴⁷ A morte de Bibiloni, em maio de 1933, quando se ocupava

²⁴¹ REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. IX-XIII.

²⁴² REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. IX-XIII.

²⁴³ Por um curto período, entre julho de 1907 e janeiro de 1908, durante a presidência de José Figueroa Alcorta.

²⁴⁴ REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XVI-XVII.

²⁴⁵ É interessante notar que essa ressalva se liga não apenas à preocupação com as despesas públicas, mas também com a divisão de poderes: “A outra razão [pela qual o jornal preferia que o Congresso tivesse criado o grupo de trabalho] refere-se ao gasto que demandará a iniciativa. É um labor pesado o que se encarrega à comissão e seria injusto não remunerá-la. Não abrigamos a menor dúvida a respeito do patriotismo e do desinteresse das pessoas que em definitivo resultem designadas para realizar o estudo projetado; mas, apesar disso, estimamos ser conveniente [...] que suas funções não sejam honorárias. [...] chegará um momento em que será necessário retribuir aos membros da comissão, de onde resultará que o Poder Ejecutivo haverá comprometido o tesouro nacional em um gasto não autorizado pelo Congresso”. Revisión del código civil. *La Prensa*. Buenos Aires, 4 de julho de 1926, p. 12, grifos nossos.

²⁴⁶ Uma primeira versão do projeto circulou em 1927, mas não pudemos consultar qualquer exemplar dessa edição. Conseguimos localizar um volume de 1932, e a edição definitiva, cujos dois primeiros tomos apareceram em 1939 e o terceiro, em 1940. BIBILONI, Juan Antonio. *Anteproyecto de reformas al Código Civil argentino*. Presentado a la comisión encargada de redactarlo. Obligaciones – Parte especial. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1932; BIBILONI, Juan Antonio. *Reforma del Código Civil*. Anteproyecto. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1939-1940, 3v.

²⁴⁷ A lei nº 12.183 concedia à Comisión Reformadora del Código Civil a soma de \$50 mil, “com destino à publicação das atas, notas e trabalhos de dita comissão”, incluindo “o anteprojeto do doutor Juan Antonio Bibiloni em sua forma definitiva”. A lei dispunha, ainda, que incumbiria à comissão determinar o número de exemplares que seriam distribuídos gratuitamente, “assim como as pessoas entre as quais se deve fazer a distribuição. Os exemplares restantes serão oferecidos à venda pelo preço de custo”. REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XIII-XIV.

da revisão de sua proposta legislativa, também afetou o desenvolvimento das atividades da comissão. Apesar dessas dificuldades, é importante destacar que todas as obras oriundas dos trabalhos da comissão foram estruturadas de forma sistemática e em nítida preocupação com os aspectos “acadêmicos” da escrita das leis.

O projeto definitivo foi apresentado pela Comisión Revisora del Código Civil em 1º de outubro de 1936. Endereçado ao ministro da justiça Jorge de la Torre, o relatório final dos trabalhos foi acompanhado de uma interessante “apresentação ao poder executivo”. Logo de início, a comissão preocupou-se em ressaltar como havia investido “dez anos de labor delicado e paciente” no estudo do código civil, “sem ter esquecido em nenhum momento sua transcendência para a vida jurídica nacional”. Depois de um protocolar elogio ao código de Vélez Sársfield como “um expoente de altíssimo valor jurídico para sua época”, o grupo de juristas preocupou-se em ponderar que “os códigos não são monumentos eternos”, já que seus preceitos “estão destinados a reger uma sociedade que muda sem cessar”.²⁴⁸

Recorreram, então, às profundas transformações por que passava o mundo para justificar a necessidade da reforma:

se, em começos deste século, as correntes da doutrina e uma distinta maneira de conceber as coisas já indicaram a necessidade de harmonizá-lo com as novas condições da existência, *os efeitos da guerra europeia, as profundas mudanças na economia e no trabalho* tornaram logo indispensável a reforma.

Decretaram, em seguida, a impossibilidade de que perdurasse a vigência do código de 1871, alegando como motivos principais “o individualismo que o inspirou e o respeito excessivo às convenções”. Esses fatores teriam impedido “que se infiltrasse o espírito novo”²⁴⁹ na antiga codificação argentina.

A exposição se preocupou, em seguida, em afirmar o caráter metódico dos trabalhos da comissão. Além do já comentado procedimento que dera origem ao anteprojeto de Bibiloni, o grupo de juristas enfatizou que os trabalhos contaram com uma segunda etapa, em que se deu o “exame do anteprojeto em seu conteúdo jurídico”. O passo final teria sido dado por meio da busca por “ordenar e redigir com simplicidade e clareza o conteúdo do projeto”. Como respaldo da qualidade dos debates travados, foram mencionadas as atas, que, “não obstante sua forma sintética, instruem da importância de que se revestiu essa tarefa e da

²⁴⁸ REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XV-XVI.

²⁴⁹ REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XVI, grifos nossos.

prudência com que se procedeu”. Ainda segundo a exposição, “as atas dão conta, igualmente, de como foram postos a contribuição a doutrina, a jurisprudência e o direito comparado, para aceitar ou rejeitar os critérios ou as figuras que recomendam os autores ou introduzem as leis mais modernas”. A preocupação com a “adequação à realidade nacional” não deixaria, porém, de se fazer presente, por meio da afirmação de que, se os trabalhos “levaram em conta a experiência de outros países”, a comissão se inspirou “preferentemente nas exigências do nosso, seguindo para isso a obra da jurisprudência nacional, os trabalhos dos nossos comentaristas e as numerosas iniciativas parlamentares”.²⁵⁰

Antes de proceder à explicação sucinta das orientações adotadas e da estrutura geral do código, a comissão preocupou-se em destacar “as modificações de maior transcendência” que havia proposto. A primeira delas foi a adoção de uma “parte geral”, “segundo o fazem *com critério lógico* os códigos alemão e do Brasil”. No entender do grupo de juristas, a “sistematização produz vantagens manifestas”, na medida em que permitia estabelecer princípios gerais para o código. Outra transformação que os projetistas da nova lei buscaram enfatizar foi a inclusão de certas diretrizes processuais mínimas, que, a seu ver, deveriam ter abrangência nacional.²⁵¹

Ao fim, a comissão ressaltou o fato de que o projeto, embora abarcasse mais matérias que o código de Vélez Sársfield, tinha menos artigos que este. Sustentou não ser o desejo, porém, que a “concisão fosse sua única característica”. Seus membros quiseram, isto sim, “fazer um corpo harmônico de lei, onde os direitos obtenham sempre a maior segurança e cujos princípios respondam ao ritmo das necessidades atuais, para coordená-las com espírito flexível e lograr, assim, uma convivência mais justa”. O encerramento da exposição deixa ainda mais claro como os debates sobre a “socialização do direito” constituíram alguns dos principais móveis dos intuitos de reforma do código civil: “*Sobretudo, e em detrimento, às vezes, da autonomia da vontade e da soberania dos contratos, desejamos que nosso código respire um ambiente de menos individualismo, de maior ética e solidariedade coletiva*”. A própria comissão, entretanto, talvez prevendo potenciais críticas, preocupou-se em afirmar

²⁵⁰ REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XVII; XXI. A publicação das mencionadas atas foi prevista, como vimos, pela lei nº 12.183. Ao que pudemos apurar, entretanto, somente o primeiro volume, que trata dos títulos preliminares, do livro primeiro (parte geral) e do livro segundo (obrigações), foi publicado. Ver: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Observaciones y actas de la Comisión. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1937, t. 1.

²⁵¹ REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XVIII, grifos nossos.

que abraçara tais orientações com cautelas: “se, com compreensível prudência, não chegamos a formular definitivamente as teorias mais inovadoras, isso não nos impediu de recolher as aplicações particulares, ampliando as que acháramos no Código, para completá-las com aquelas que nos pareceram mais justificadas”.²⁵²

Os debates em torno da substituição da lei projetada por Vélez Sársfield tiveram bastante ressonância nos meios letrados argentinos. Imediatamente após a publicação do projeto definitivo, *Jurisprudencia Argentina* dedicou praticamente toda a divisão de “Doctrina” de sua edição de agosto de 1936 à reforma do código civil. Mais precisamente, a revista veiculou dois trabalhos de Gastón Federico Tobal e dois de Héctor Lafaille, ambos membros da comissão. O primeiro texto de Tobal, publicado originalmente em *La Prensa* em novembro de 1934, quando o grupo revisor debatia o projeto de Bibiloni, trazia, quase ao fim, um forte elogio à forma do código brasileiro de 1916: “Nosso comitê aspira a que o novo texto possa ostentar uma forma acessível [...]. O do Brasil importa um belo exemplo de como pode um código oferecer um espécime de literatura jurídica”.²⁵³

O Instituto Argentino de Estudios Legislativos dedicaria um enorme esforço à análise sistemática do projeto. Sua terceira publicação, a primeira da seção de direito civil, era um folheto que debatia a extensão que deveriam ter essas modificações. Mais significativamente, o impresso trazia o esclarecimento que se tratava da resposta a uma pesquisa realizada pela comissão parlamentar encarregada do estudo do projeto de código civil.²⁵⁴ Em 1940, começaram a ser publicadas as atas da seção de direito civil, que se estenderiam por vários tomos.²⁵⁵ Acompanhadas de rubricas laterais voltadas à rápida recuperação de cada um dos tópicos, as discussões demonstram um esforço minucioso em analisar o projeto que havia sido apresentado definitivamente em 1936.

²⁵² REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XXXIV, grifos nossos.

²⁵³ Logo em seguida, Tobal atribui esse fato “à revisão que do projeto fizera Rui Barbosa”. TOBAL, Gastón Federico. La tarea de la comisión revisora del código civil. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. 55, ago. 1936, p. 1-4 (Doctrina). O outro trabalho de Tobal discutia o direito de família no projeto, enquanto os de Lafaille buscavam, ambos, explicitar orientações teóricas da reforma. TOBAL, Gastón Federico. La familia en el proyecto de la comisión revisora del código civil. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. 55, ago. 1936, p. 5-12 (Doctrina); LAFAILLE, Héctor. El libro general en la reforma del código civil. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. 55, ago. 1936, p. 12-15 (Doctrina); LAFAILLE, Héctor. Orientación y técnica de la reforma del código civil. *Jurisprudencia Argentina*. Buenos Aires, t. 55, ago. 1936, p. 15-19 (Doctrina).

²⁵⁴ INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Reforma del Código Civil*. Su extensión. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1938, p. 3.

²⁵⁵ Ver: INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro I – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1940; INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro II – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: [s.ed.], 1946.

Nas faculdades de direito, a reforma se tornaria igualmente objeto de minucioso estudo. Em dezembro de 1928, a Universidad Nacional de La Plata determinou que se organizasse o Instituto de Altos Estudios de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales, com o intuito de “contribuir para a solução prática dos problemas jurídicos e sociais de interesse para o país”. Dirigido por Juan Carlos Rébora, delegado de tal universidade na comissão da reforma do código civil, esse Instituto publicaria, na primeira metade da década, de 1930 dois tomos pensados como “contribuições à obra preparatória do código civil”.²⁵⁶ Em um folheto publicado pelo Seminario de Ciencias Jurídicas e Sociales da Universidad de Buenos Aires em 1940, um esforço de síntese bibliográfica sobre a reforma estendeu-se por 20 páginas.²⁵⁷ Ao menos dois grandes eventos acadêmicos se inseriram, igualmente, nesses debates. Com dez anos de intervalo, em maio de 1927 e novembro de 1937, realizaram-se em Córdoba os Congresos Nacionales de Derecho Civil.²⁵⁸ A despeito de todos esses esforços, e também da década de trabalho da comissão, o projeto apresentado em definitivo em 1936 jamais alcançaria o estatuto de lei.

Uma primeira explicação para esse fato pode ser buscada na aceitação bastante restrita do antiparlamentarismo nos meios intelectuais argentinos aproximados do universo jurídico. Havia sido essa, em verdade, a principal censura do editorial que *La Prensa* dedicou à comissão reformadora. Após afirmar ser “indiscutível a razão que assiste ao Executivo” em promover a revisão da lei civil, os redatores do jornal afirmaram:

Sem embargo, e isso seja dito sem prejuízo de reconhecer como é plausível a iniciativa, parece-nos que *tería sido melhor propor ao Congreso que a sancionasse*.

[...] corresponde ao Poder Legislativo da Nação ditar todos os códigos chamados de fundo, e mesmo que isso não obste para que o Executivo encomende um estudo acerca das reformas que seria conveniente introducir em um deles, parece-nos que *uma empresa de tanta magnitude não deveria ter começo de execução sem notícia do ramo do governo federal ao qual os constituintes encomendaram de uma maneira expressa a tarefa de que se*

²⁵⁶ INSTITUTO de Altos Estudios de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata. *Contribución a la obra preparatoria de la reforma del Código Civil*. Metodización y consolidación de leyes. La Plata: [s.ed.], 1930 (citação textual na p. 19); INSTITUTO de Altos Estudios de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata. *Contribución a la obra preparatoria de la reforma del Código Civil*. Estudio crítico y proyectos. La Plata: [s.ed.], 1935. A Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP possui duas coleções desses impressos, uma com dedicatória “do Instituto e de seu diretor” ao professor Waldemar Ferreira, outra endereçada à faculdade.

²⁵⁷ RISOLIA, Marco Aurelio. *El Espíritu de la Legislación Civil y su Reforma*. Buenos Aires: Sección Publicaciones del Seminario de Ciencias Jurídicas y Sociales, 1940, p. 43-63.

²⁵⁸ UNIVERSIDAD Nacional de Córdoba. *Primer Congreso Nacional de Derecho Civil*. Organizado por la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Córdoba. Córdoba: Imprenta de la Universidad de Córdoba, 1928; UNIVERSIDAD Nacional de Córdoba. *Segundo Congreso Nacional de Derecho Civil*. Córdoba: Imprenta de la Universidad de Córdoba, 1939.

trata. A exclusão do Congresso oferece o perigo de que este poder não se interesse oportunamente pela reforma.²⁵⁹

É preciso, porém, aprofundar a reflexão sobre esse fracasso. A nosso ver, a dificuldade em promover reformas aos códigos civis se ligou a divergências mais profundas, de natureza eminentemente política. Essa possibilidade ganha corpo quando tomamos consciência de que um movimento muito semelhante ocorreu no Brasil, ainda que a dinâmica dos debates tenha sido inteiramente distinta e que este país tenha contado com desembaraços para que o Executivo legislasse por boa parte dos anos 1930 e 1940.

A reforma do código civil não mobilizaria os juristas brasileiros da mesma maneira em que o fez na Argentina, até mesmo por ser o seu código muito mais recente – e, a acreditar na apreciação corrente em meio aos colegas do país vizinho, bastante “moderno”. Também parece ter pesado nesse sentido o grande respeito devotado ao autor do projeto, Clóvis Beviláqua. O código civil não deixaria de constar do rol das reformas legislativas projetadas no governo provisório de Getúlio Vargas, mas sua alteração somente passaria a ser discutida com afincos (e, mesmo assim, com muitos limites) no limiar da década de 1940.

Em sua edição de novembro de 1938, a *Revista Forense* veiculou um artigo de Arnaldo Medeiros da Fonseca sobre a reforma do código civil argentino. Embora o periódico não o informasse, tratava-se da transcrição de uma conferência realizada no Instituto dos Advogados Brasileiros.²⁶⁰ Logo de partida, o professor da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil afirmou estar “bem viva na nossa memória a lembrança da conferência que fez recentemente, entre nós, o eminente civilista argentino, Professor Enrique Martínez Paz”. O tema da fala do professor da Universidad de Córdoba fora, justamente, “as principais diretrizes orientadoras da reforma do código civil de seu país”. Fonseca afirma que lera o projeto “ainda sob essa grata impressão” e que, por isso, não resistira “ao desejo de contribuir para divulgar entre os juristas brasileiros, em alguns dos seus detalhes, essa obra verdadeiramente notável, por meio de uma despretensiosa apreciação crítica”. Assim como fizera Martínez Paz mais de duas décadas mais cedo, ao dissertar sobre o código civil brasileiro para estudantes de direito, Fonseca afirmou inspirar-se, “sobretudo, na preocupação

²⁵⁹ Revisión del código civil. *La Prensa*. Buenos Aires, 4 de julho de 1926, p. 12, grifos nossos.

²⁶⁰ A conferência é mencionada em meio às atividades do biênio 1936-1938 em: SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Instituto dos Advogados Brasileiros*. Memória histórica da sua fundação e da sua vida. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944, p. 95.

de colaborar, modestamente embora, na cruzada, que é preciso manter e intensificar, de aproximação e intercâmbio intelectual entre os países da América”.²⁶¹

Afirmando que a atenção às circunstâncias locais não fizera com que desaparecesse o “subsídio da legislação comparada”, identificou o código civil brasileiro como uma das principais “fontes de que se utilizou a douta comissão”, ao lado de seus equivalentes alemão e suíço. Para Fonseca, esse fato trazia para os juristas brasileiros a obrigação de “procurar conhecer e aproveitar tais estudos”. Em uma interessante metáfora, o professor afirmou que se poderia estabelecer, dessa maneira, “no campo jurídico, entre os nossos países, alguma coisa de análogo ao fenômeno físico do equilíbrio dos líquidos em vasos comunicantes, para uniformização, quanto possível, do direito americano”.²⁶² Esse trecho final remete aos debates que então se desenvolviam em âmbitos como congressos internacionais a respeito da aproximação entre as legislações dos distintos países.²⁶³

Embora praticamente não haja citações textuais ao longo de todo o trabalho, diversos trechos permitem perceber como muito da argumentação de Fonseca beira a paráfrase da “apresentação ao Poder Executivo” do projeto argentino definitivo. Ao longo do texto, o jurista faz uma descrição panorâmica, porém bastante detalhada, de muitas das disposições do projeto, expressando concordância com algumas, reservas em relação a outras. Ao “método adotado”, porém, Fonseca somente dedica elogios. Vê com muito bons olhos o “propósito de manter a unidade doutrinária”, ressaltando como a comissão argentina redigira “os textos com clareza, em linguagem acessível, mas precisa, de modo que cada palavra traduza uma ideia, fugindo a confusões que, em nosso código, não pudemos por vezes, evitar”.²⁶⁴

Ao fim, Fonseca procurou sintetizar sua apreciação do projeto argentino afirmando que, “encarado em seu conjunto, além de revelar a influência natural e preponderante dos costumes e das tradições nacionais, [...] evidencia, quanto às inovações adotadas, que duas grandes ideias orientaram a sua douta comissão elaboradora”. A segunda delas, o “respeito à boa fé”, foi descrita como algo “que se procura proteger e amparar como um princípio fundamental e indispensável nas relações humanas”. É a primeira, “a ideia de segurança”, que

²⁶¹ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. A Reforma do Código Civil Argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXVI, n. 425, nov. 1938, p. 228.

²⁶² FONSECA, Arnaldo Medeiros da. A Reforma do Código Civil Argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXVI, n. 425, nov. 1938, p. 228.

²⁶³ Mencionemos, novamente, o trabalho apresentado por um delegado argentino na Segunda Conferência Interamericana de Advogados, reunida no Rio de Janeiro em agosto de 1943: BARCIA LOPEZ, Arturo. El estudio comparativo del derecho privado americano para su unificación internacional. In: FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da Segunda Conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. V, p. 16-22.

²⁶⁴ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. A Reforma do Código Civil Argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXVI, n. 425, nov. 1938, p. 228.

nos interessa mais de perto, uma vez que, ao comentá-la, o professor brasileiro enfatizou como ela se fez notar “no princípio da obrigatoriedade das convenções, *sem que tivessem grande acolhida das tendências novas para atenuar a sorte do devedor*”.²⁶⁵

Logo antes, o autor destacara que a comissão não julgara “conveniente acolher a *teoria de imprevisão*, a possibilidade da revisão dos contratos pelo juiz” Mais cedo, o autor havia feito referência à teoria do abuso do direito:

Ao tratar do *exercício dos direitos*, a comissão não incluiu nenhum texto dirimindo o *problema de sua relatividade*, tendo, entretanto, suprimido o dispositivo pelo qual Bibiloni se inclinava decididamente no sentido contrário ao acolhimento da *teoria do abuso do direito*. Parece, assim, ter querido deixar tal matéria à elaboração científica, assegurando uma certa liberdade de ação à jurisprudência, embora possa isso dar lugar a controvérsias que teria sido talvez mais acertado evitar, dada a relevância da matéria.²⁶⁶

A acreditar nos comentários de Arnaldo Medeiros da Fonseca, a comissão reformadora argentina havia adotado, efetivamente, uma posição bastante ponderada quanto à incorporação das novas doutrinas que então se debatiam, uma vez que as teorias do abuso do direito e da imprevisão foram algumas das manifestações centrais dos debates em torno da “concepção social do direito” no âmbito das leis civis.

Quando se tratou dos debates em torno das alterações ao código civil brasileiro, a *Forense* logo noticiou a convocação de uma comissão para estudar reformas a esse ramo da legislação, feita pelo ministro da justiça Francisco Campos em meados de 1939. Como vimos, foram escolhidos para compô-la Orozimbo Nonato, Hahnemann Guimarães e Filadelfo Azevedo, todos eles professores universitários de direito, o primeiro na faculdade de Minas Gerais, os demais na Universidade do Brasil. As nomeações foram acompanhadas de entrevistas à imprensa, reproduzidas parcialmente na nota da *Forense*. Francisco Campos afirmou que Getúlio Vargas sustentara a necessidade dessa reforma “desde quando, em 1931, constituiu as comissões legislativas, cujo trabalho se interrompeu infelizmente, em parte pela dispersão do método adotado, em parte pela superveniência da Constituição de 1934”.²⁶⁷

Ainda nessa mesma entrevista, Francisco Campos se preocupou em justificar a necessidade da reforma. Recorreu, para tanto, a argumentos de ordem “técnica”, mas também, e com maior preponderância, a motivações políticas:

²⁶⁵ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. A Reforma do Código Civil Argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXVI, n. 425, nov. 1938, p. 238, grifos nossos.

²⁶⁶ FONSECA, Arnaldo Medeiros da. A Reforma do Código Civil Argentino. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXVI, n. 425, nov. 1938, p. 235; 238, grifos do autor.

²⁶⁷ Revisão dos Códigos Civil e Comercial. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIX, n. 434, agosto de 1939, p. 355.

Apesar de ser uma grande obra, *o código civil ressen-te-se de numerosos defeitos técnicos*, que, certamente, não se encontravam no projeto de Clóvis Beviláqua e vieram prejudicar o sistema construído com mão segura pelo eminente jurista pátrio. Copiosa legislação posterior e paralela mostra, além disso, *que as disposições do código não atendem satisfatoriamente às necessidades da hora presente*. O que impõe com maior urgência a revisão, é, porém, *a necessidade de termos um código inspirado nos princípios de ordem jurídica que a Constituição de 10 de Novembro estabeleceu*. A feição *acentuadamente individualista do Código não se amolda aos interesses da família e da ordem econômica protegidos pelo Estado*.²⁶⁸

Superar o individualismo, promovendo a “socialização do direito”, era, portanto, o principal sentido que se buscava atribuir à reforma planejada. Campos elenca, em seguida, alguns dos temas concretos de que seria necessário tratar para alcançar essa finalidade: “Na ordem econômica, *a liberdade contratual precisa harmonizar-se com o princípio de solidariedade social*, com a proteção devida ao trabalhador, com os interesses da economia popular, com a preocupação de reprimir a usura”.²⁶⁹

Apesar de suas amplas pretensões, os trabalhos da comissão do código civil enfrentaram, desde o início, nítidos percalços e muitos limites. O caráter fragmentário do plano de trabalhos traçado dá uma boa medida disso. Em nenhum momento a comissão se propôs a apresentar, de uma só vez, um projeto organizado correspondente à totalidade da codificação civil. Hahnemann Guimarães, em uma de suas declarações à imprensa, procurou explicitar uma “ordem para os trabalhos”. Primeiro, seria elaborado um projeto de lei de introdução ao código civil.²⁷⁰

Foi também ele que, pouco mais de um ano mais tarde, em entrevista a *O Diário de São Paulo* reproduzida pela *Revista Forense*, buscou noticiar o andamento dos trabalhos:

A comissão já terminou a parte geral deste possível Código das Obrigações, o qual tratará de matérias que não haviam sido consideradas no Código vigente, desenvolvendo assuntos que estavam insuficientemente regulados, como, por exemplo, o enriquecimento indevido. Procuramos, ainda, estabelecer o conceito da cláusula *rebus sic stantibus* – o que permitirá ao juiz, em caso de profundas alterações das condições nas quais foi celebrado o contrato, revê-lo para realizar melhor a justiça.²⁷¹

²⁶⁸ Revisão dos Códigos Civil e Comercial. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIX, n. 434, agosto de 1939, p. 359, grifos nossos.

²⁶⁹ Revisão dos Códigos Civil e Comercial. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIX, n. 434, agosto de 1939, p. 359, grifos nossos.

²⁷⁰ Revisão dos Códigos Civil e Comercial. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIX, n. 434, agosto de 1939, p. 361.

²⁷¹ O futuro Código Civil. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXIV, n. 449, novembro de 1940, p. 498.

A lei de introdução ao código civil seria a única inovação na área a se concretizar, em setembro de 1942. Seu estabelecimento como uma prioridade esteve explícito desde as primeiras palavras de apresentação da comissão do Código Civil por Francisco Campos:

A comissão revisora dedica-se presentemente à reforma da introdução do Código Civil, preparando um projeto em que serão coordenadas as normas sobre a obrigatoriedade e a aplicação da lei. Serão aí resolvidos com maior desenvolvimento que no direito em vigor os problemas suscitados em torno da interpretação e da irretroatividade, que não só deixou de ser um limite legislativo, como também precisa ser considerada à luz de critério mais amplo que o dos direitos adquiridos ou dos fatos jurídicos perfeitos.²⁷²

A inovação mais importante dessa lei talvez resida em seu art. 5º, que dispôs: “Na aplicação da lei, o juiz atenderá aos *fins sociais a que ela se dirige*, bem como às *exigências do bem comum*”.²⁷³ Esse dispositivo deixa especialmente claro como a “socialização do direito” foi o direcionamento geral que se buscou dar ao processo de reformas. O fato de ele ter sido enunciado tão somente como um princípio geral de interpretação nos leva, entretanto, a questionar a real extensão de seus efeitos práticos.

O anteprojeto do código das obrigações, por sua vez, foi entregue a Francisco Campos no fim de janeiro de 1941, sendo publicado já no mês seguinte, no Diário Oficial, para receber sugestões pelo prazo de 120 dias. Ele apareceu, também, sob a forma de livro, e a *Revista Forense* publicou, como texto de abertura de seu fascículo de março de 1941, a exposição de motivos de tal proposta, seguida do índice de matérias do anteprojeto.²⁷⁴ Logo de início, Nonato, Azevedo e Guimarães preocuparam-se em explicitar o sentido mais geral da reforma que propunham:

tendo em mira a conveniência de atender às modificações operadas por leis posteriores, *seguir as modernas tendências do direito, mitigar os excessos do individualismo, incompatíveis com a ordem jurídica dos tempos que correm*, e reduzir a dualidade de princípios aplicáveis aos negócios civis e mercantis, em prol da unificação de preceitos, que devam reger todas as relações de ordem privada, a Comissão considerou que mais urgente seria a execução do trabalho no que tocasse ao problema obrigacional.²⁷⁵

Mais à frente, discute-se a adoção que havia sido proposta da cláusula *rebus sic stantibus*, mas sempre com a preocupação em afirmar que isso somente se dava “em casos

²⁷² Revisão dos Códigos Civil e Comercial. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIX, n. 434, agosto de 1939, p. 359.

²⁷³ BRASIL. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm. Acesso em 15/10/2018, grifos nossos.

²⁷⁴ NONATO, Orozimbo; AZEVEDO, Filadelfo; GUIMARÃES, Hahnemann. A reforma do Código Civil – Justificação do anteprojeto do Código de Obrigações. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXV, n. 453, março de 1941, p. 567-580.

²⁷⁵ NONATO, Orozimbo; AZEVEDO, Filadelfo; GUIMARÃES, Hahnemann. *Anteprojeto de Código de Obrigações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 5, grifos nossos.

excepcionais e com as cautelas necessárias, aderindo-se assim ao que já é considerado uma conquista definitiva do direito moderno”. Percebe-se, dessa maneira, e em especial no âmbito do direito civil, como o processo da “socialização do direito” teve que lidar com limites. A justificação teórica para a adoção de tal medida é, contudo, bastante incisiva:

Constituem sem dúvida esses preceitos violação da teórica liberdade de contratar, com o inelutável de suas consequências posteriores, mas envolvem, antes, uma homenagem à boa fé, que deve sobrepassar nos negócios, e *asseguram a verdadeira liberdade de vontade*, como foi manifestada, ao tempo da formação do vínculo.²⁷⁶

Talvez em função do caráter mais limitado, desde o projeto, da reforma proposta, o debate público em torno do código das obrigações esboçado por Azevedo, Guimarães e Nonato foi infinitamente menor que aquele suscitado pelas atividades da comissão reformadora argentina. A *Revista Forense* trouxe em suas páginas aquele que talvez tenha sido o esforço mais profundo de debater o projeto brasileiro. Na edição de janeiro de 1944, todos os artigos da seção de “Doutrina” foram dedicados à proposta do código de obrigações. À exceção do comentário a respeito da teoria do abuso do direito no anteprojeto brasileiro, feito pelo professor germano-suíço Roberto Goldschmidt, que então trabalhava no Instituto de Derecho Comparado da Universidad de Córdoba,²⁷⁷ todas as contribuições haviam sido conferências no Instituto dos Advogados de São Paulo, fazendo suspeitar que se deram no âmbito de um ciclo especial de debates.

Num possível sinal de resistência às propostas da “socialização do direito”, as contribuições se centrariam, em regra, em aspectos mais “clássicos” da legislação civil. O trabalho de Alvino Lima, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, tratava da reparação civil do dano.²⁷⁸ Já J. G. de Andrade Figueira, advogado na mesma cidade, discutiu a disciplina da responsabilidade civil e do contrato de seguros no anteprojeto.²⁷⁹ Numa P. do Vale, igualmente advogado em São Paulo, realizou uma apreciação geral da mesma proposta de inovação legislativa, enfatizando noções há muito estabelecidas no direito civil, como o caso fortuito, a força maior e os fatos geradores de obrigação.²⁸⁰

²⁷⁶ NONATO, Orozimbo; AZEVEDO, Filadelfo; GUIMARÃES, Hahnemann. *Anteprojeto de Código de Obrigações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941, p. 19, grifos nossos.

²⁷⁷ GOLDSCHMIDT, Roberto. A Teoria do Abuso de Direito e o Anteprojeto Brasileiro de um Código das Obrigações. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 22-30.

²⁷⁸ LIMA, Alvino. A Reparação Civil do Dano no Anteprojeto do Código das Obrigações. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 13-21.

²⁷⁹ FIGUEIRA, J. G. de Andrade. A Responsabilidade Civil e o Contrato de Seguros no Anteprojeto do Código das Obrigações. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 38-42.

²⁸⁰ VALE, Numa P.. Sobre o Anteprojeto do Código das Obrigações. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 31-37.

A contribuição mais reveladora é, sem dúvidas, a de Filadelfo Azevedo, membro da comissão que elaborara o anteprojeto e já então alçado à condição de ministro do Supremo Tribunal Federal. Sob o título “A unidade do direito obrigacional”, Azevedo preocupou-se em demarcar, de início, uma contribuição dos debates em que estava inserido para o pensamento jurídico mundial: “Em nenhum outro país, afora o Brasil, se teria verificado um tão completo e brilhante debate sobre a unidade do direito privado; nem mesmo na Itália, onde, na Europa, mais se aprofundou o exame da controvérsia, teria esta tão profundamente apaixonado o meio jurídico”.²⁸¹

A porção final da fala de Azevedo foi dedicada ao comentário do código de cuja elaboração participara. Depois de apontar algumas de suas vantagens, o magistrado afirmou:

As regras sobre a interpretação dos contratos e a boa fé na sua execução darão, ainda, um sentido *harmônico à codificação*, se o projeto, que oferecemos, vier a ser adotado; a unidade simplesmente obrigacional, menos pelos bons exemplos alienígenas, que poderiam ser invocados, ou pelo ressaibo patriótico, que pudesse ter a realização do sonho original de Freitas, *teria um sentido de realismo que atenderia, ademais, ao verdadeiro interesse social*.²⁸²

A conturbada recepção com que, antes mesmo que fosse trazido à luz, o anteprojeto do código das obrigações contara não deixa dúvidas de que essa defesa era imprescindível caso se quisesse dar à proposta de inovação legislativa qualquer sorte futura.

No momento em que o ministro da justiça Francisco Campos convocava uma comissão de “jurisconsultos” para esse fim, um combativo periódico jurídico brasileiro denunciava a inconveniência de se realizar a reforma do código civil. A *Revista de Crítica Judiciária* buscava impor freios aos intuitos reformistas do governo:

Vivemos uma época excepcional, quando o fenômeno sócio-jurídico-político assume aspectos diversos, obrigando o gestor da coisa pública a tomar também atitudes rápidas e defensivas da coletividade. Nisso está a maior recomendação do regime, ainda mesmo para os que se habituaram ao império da lei e do direito.

Há, porém, o que distinguir. As codificações, que são destinadas à longevidade, devem ser poupadas. *O código civil, v.g., que representa o esforço de várias décadas, em que cooperaram espíritos de eleição, representa um monumento de saber jurídico e de vernaculidade, orgulho de gerações animadas do desejo de servir aos mais legítimos interesses da nossa sociedade que não mudou*.²⁸³

²⁸¹ AZEVEDO, Filadelfo. A Unidade do Direito Obrigacional. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 5.

²⁸² AZEVEDO, Filadelfo. A Unidade do Direito Obrigacional. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. XCVII, n. 487, jan. 1944, p. 12.

²⁸³ Resenha do mês. *Revista de Crítica Judiciária*. Rio de Janeiro, v. XXX, n. 1, julho de 1939, p. 51, grifos nossos.

Em sentido semelhante, a revista *Fórum*, editada pelo Instituto dos Advogados da Bahia, indagava em seu fascículo de fevereiro-março de 1940: “Mas nessa ânsia remodeladora, onde irão parar as atividades e pruridos reformistas do legislador contemporâneo?”.²⁸⁴ No editorial de março-abril do ano seguinte, seria veiculada uma crítica direta código das obrigações:

A inoportunidade da reforma do código civil, que se anuncia, fragmentária e desconexa, salta aos olhos, como um *sintoma alarmante da febre de reformas legislativas que empolga o país*.

Não se pode contestar a necessidade de reajustamento da lei civil pátria às novas condições da nossa vida política e social. Mas, o momento internacional não recomenda a revisão ampla que se quer proceder.²⁸⁵

Essas citações remetem à ideia de que é preciso ir além de uma “natural” e “técnica” relação do direito civil com o tempo longo para compreender o fracasso das reformas das leis nessa área. Para entender, em especial, por que foi tão difícil avançar em medidas “socializantes” no âmbito do direito civil, é preciso levar em conta as motivações políticas desse fato. Sintomaticamente, o direito civil foi um âmbito em que foram especialmente limitados os resultados dos esforços voltados solucionar a “questão social” a partir da busca por um “caminho intermediário entre o *laissez faire* ortodoxo e o socialismo de Estado” empreendidos por aqueles a quem Zimmermann chamou “liberais reformistas”, que tinham entre os juristas alguns de seus principais espaços de recrutamento.²⁸⁶ Esses sentidos poderão ser melhor esclarecidos a partir de um esforço comparativo dos caminhos das reformas das leis no Brasil e na Argentina da primeira metade do século XX.

Projetos convergentes, resultados distintos: um balanço

Ao longo de todo este capítulo, temos buscado compreender como, no Brasil e na Argentina da primeira metade do século XX, construíram-se e se traduziram em medidas práticas reivindicações de um papel de “técnicos da legalidade” para os juristas. Em meio a uma amplamente difundida busca por um “aperfeiçoamento científico” das leis, o conhecimento das normas e dos debates que as circundavam nas mais variadas latitudes foi visto como um elemento crucial. Esses movimentos foram, igualmente, potencializados pela profunda revisão do pensamento jurídico que se “globalizava” a partir de uma preocupação abstrata com “o social” e da busca pela superação do que era visto como o “individualismo

²⁸⁴ *Fórum*. Salvador, v. XII, n. 2, fevereiro-março de 1940, p. 145.

²⁸⁵ *Fórum*. Salvador, v. XIV, n. 8, março-abril de 1941, p. III.

²⁸⁶ ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995, p. 15.

excessivo” do direito do século XIX.²⁸⁷ Carregaram a marca, ainda, das preocupações com a “adequação das leis à realidade nacional”. Apesar dessa nítida convergência de projetos e da relevância dos diálogos travados, os resultados obtidos nos dois países aqui analisados foram bastante distintos. Por uma série de razões, as alterações legislativas operadas no Brasil foram mais amplas, mais concentradas e menos contestadas que aquelas esboçadas na Argentina.

É preciso levar em conta, em primeiro lugar, como se estabeleceu, no primeiro desses países, um governo que fez da reforma (se não total, ao menos extremamente abrangente) das leis um verdadeiro projeto de Estado. Como vimos, uma Comissão Legislativa a quem foi atribuída nada menos que a tarefa de “refundar o direito nacional” foi criada no imediato pós-1930. Seus resultados foram, em um primeiro momento, bastante tímidos, tanto por uma série de indefinições que ainda marcavam os anos iniciais do governo de Vargas, quanto por algumas resistências que a iniciativa encontrou.

Após o golpe do Estado Novo, muitas alterações que não haviam prosperado até então se concretizaram. Esse foi o caso, sobretudo, de grandes códigos que há muito se debatiam. Em boa medida, tal fato pode ser atribuído às ações de Francisco Campos à frente do ministério da justiça. Sua trajetória de defesa de um “governo dos letrados” e de busca pela “organização racional do serviço legislativo” muito possivelmente auxiliou na mobilização de juristas em torno da escrita dos códigos. Ele conseguiu contar até mesmo com a colaboração (ainda que não sem tensões) de homens no mínimo reticentes ao regime varguista, como o autor do projeto de código penal publicado em 1938, Alcântara Machado. A liderança de Campos, o recurso a juristas consagrados para a escrita dos projetos e a preocupação em impulsionar os debates públicos propiciaram uma apreciação, em média, favorável das novas normas que foram elaboradas. O fator mais crucial desse sucesso foi, certamente, a presença de reivindicações anteriores em meio aos juristas para que o conhecimento acadêmico fosse levado em conta na escrita das leis, como se pode perceber em congressos que o IAB vinha organizando desde os primeiros anos do século XX.

Tampouco se deve negligenciar o fato de que, à exceção do breve período entre julho de 1934 e novembro de 1937, o Brasil não contou com um parlamento durante os anos em que Getúlio Vargas permaneceu no poder. Isso certamente facilitou uma rápida profusão legislativa. É importante, porém, enfatizar que não deixaram de existir debates públicos sobre as novas leis, mesmo que com limites impostos pela condução ditatorial do regime e pela

²⁸⁷ KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 37.

censura prévia à imprensa. Na Argentina, as rupturas institucionais de 1930 e de 1943 não representaram interrupções tão extensas na atividade parlamentar. Ainda que não se devam negligenciar as restrições ao exercício democrático (o caráter golpista e ditatorial do governo do general Uriburu, as recorrentes fraudes eleitorais, o fato de a Unión Cívica Radical ter permanecido proscrita até 1935 etc.),²⁸⁸ as instituições legislativas conservaram um funcionamento ao menos formal pela maior parte do período aqui contemplado.

Por outro lado, em momento algum as reivindicações pela atribuição de um lugar central à “técnica” na escrita das leis lograram traduzir-se em um projeto governamental abrangente e articulado na Argentina. A presidência de Marcelo T. Alvear talvez tenha sido aquela que mais se aproximou de abraçar projetos desse tipo. Jurista que não se furtava a reivindicar a formação em direito como origem de certa “vocação” para a vida pública,²⁸⁹ Alvear comandava a Argentina quando o Executivo determinou a formação de uma comissão para estudar a reforma do código civil, em julho de 1926. Ainda que o preâmbulo do decreto que estabeleceu esse grupo de trabalho buscasse justificar o ato com um expressivo recurso à “conveniência de uma *revisão ilustrada e serena* de nossa grande lei civil para sua melhor harmonia com as novas condições da vida argentina”,²⁹⁰ tratou-se de um caso pontual, não de um projeto sistemático de reforma das leis.

As resistências a essa iniciativa foram muito mais severas que aquelas enfrentadas pelas reformas legislativas impulsadas pelo governo Vargas no Brasil. É sugestivo, assim, ler a posterior dificuldade do IAEL em consagrar na letra da lei seus posicionamentos, a despeito da ampla mobilização intelectual e de recursos materiais que se nota no desenvolvimento de suas atividades, em certa continuidade com o clima de disputas partidárias acirradas que tinha levado a uma “paralisia legislativa”²⁹¹ nos governos radicais nas décadas anteriores.

Para além do respaldo governamental aos intuitos de mudança nas leis e da questão prática do funcionamento da Câmara e do Senado, é preciso perceber como houve, na Argentina e no Brasil, percepções um tanto distintas quanto à qualidade dos trabalhos e ao

²⁸⁸ Para um panorama do período, consultar: CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina – 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009, em especial p. 115-134.

²⁸⁹ Em cerimônia de colação de graus realizada na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da Universidad de Buenos Aires em outubro de 1926, Alvear discursou aos formandos. Reivindicando, sempre, seu lugar de ex-aluno da casa, o então presidente enfatizou que o grau em direito os habilitava “a fazer obra de governo no amplo sentido do vocábulo” e que os novos bacharéis deveriam “aproveitar a oportunidade que lhes brindam as reformas institucionais”. ALVEAR, Marcelo Torcuato de. Discurso del Presidente de la República. *Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales*. Buenos Aires, t. V, n. 17, nov.-dic. 1926, p. 1217-1218.

²⁹⁰ REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. IX. Grifos nossos.

²⁹¹ Ver HALPERIN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República Verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Emecé, 2007, p. 183-196.

papel dos parlamentos. O antiparlamentarismo parece ter encontrado acolhida muito menor em meio aos juristas argentinos que entre seus colegas brasileiros. Até mesmo um dos homens mais empenhados em promover a preponderância da “técnica” na escrita das leis se preocuparia em afirmar que a ação dos bacharéis em direito nesse sentido deveria ser *complementar*, e não *sobreposta*, à dos deputados e senadores.

Discursando na primeira assembleia acadêmica do Instituto Argentino de Estudios Legislativos, em abril de 1939, o presidente do órgão, Julio O. Ojea, afirmou que “o concurso desinteressado de ponderados juristas argentinos” não pretendia “influir na obra legislativa *a não ser na medida em que seus anteprojetos ou pareceres – essencialmente objetivos – se imponham em razão de seu valor intrínseco*”. Dado o seu caráter privado, Ojea sustentou que o órgão “tampouco procura converter-se em um corpo técnico oficial, encarregado de assessorar ao legislador”. Mais à frente, seu presidente se preocupou em afirmar a “posição do Instituto como órgão independente que condensa, sistematiza e difunde o aporte do saber dos juristas argentinos”. Em conformidade com esse propósito, ele reivindicou “a legítima aspiração do Instituto de *gravitar sobre o movimento legislativo do país, em mérito e na medida da eficiência com que, consultando a realidade social, desenvolve suas atividades e cumpre seu propósito estatutário*”.²⁹² Percebe-se, assim, como o papel dos juristas na reformulação das leis não foi visto como incompatível com a soberania popular consagrada nos parlamentos.

No Brasil, ao contrário, e sobretudo no período em que Francisco Campos ocupou a pasta da justiça, muitos juristas quiseram ser não consultores na escrita das leis, mas sim seus artífices por excelência, quiçá seus *únicos* artífices. Na mesma fala de legitimação do Estado Novo em que reivindicara a “técnica” de maneira quase pleonástica, Campos se preocupou em afirmar a “incapacidade do Poder Legislativo para legislar”. Esse fato era visto por ele como “um dado definitivamente adquirido não só pela ciência política como pela experiência das instituições representativas, em quase todos os países do mundo, inclusive nos de tradição parlamentar”. Ele afirma que, dadas as feições mais amplas e intervencionistas que o Estado havia assumido, sobretudo após a eclosão da crise econômica de 1929, a atividade legislativa se tornara eminentemente “técnica”, o que o levou ao diagnóstico de um suposto divórcio entre parlamento e opinião pública:

²⁹² INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Primera Asamblea Académica*. 20 de abril de 1939. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1939, p. 6-7, grifos nossos. Boa parte desse trecho foi retomada em seu discurso realizado no Chile em 1942. Ver: OJEÁ, Julio O.. *La misión del jurista en la elaboración de la ley*. Los institutos de estudios legislativos. Buenos Aires: [s.ed.], 1942, p. 26.

A opinião desertou os parlamentos, encontrando novos modos de expressão. Ela não só deixou de exprimir-se pelos parlamentos, como *os colocou sob o controle dos meios de formação e de expressão da opinião pública. As salas das assembleias legislativas não comportam a opinião pública de hoje, cujo volume exige espaços mais amplos.*²⁹³

Ainda que se deva reconhecer que Campos é um exemplo extremado tanto no espectro político quanto na forma de encarar a escrita das leis, o contraste com a fala de Ojea subsiste. Mais do que isso, a afirmação da necessidade de “espaços mais amplos” para a opinião pública remete à reivindicação de um papel de destaque para os intelectuais na vida pública, em uma visão elitista e excludente da sociedade. Esse ideal parece ter sido abraçado com mais desenvoltura pelos juristas brasileiros que por seus colegas argentinos. Houve, é verdade, resistências importantes à ruptura do regular processo legislativo, inclusive no interior do Instituto dos Advogados Brasileiros e sobretudo a partir dos primeiros anos da década de 1940. Não se deve esquecer, porém, que quase todos os presidentes do IAB ainda vivos atenderam ao chamado para que integrassem os quadros da comissão legislativa durante o governo provisório de Getúlio Vargas. Mesmo no Estado Novo, o órgão teria contatos importantes com a execução das reformas das leis. O exemplo mais expressivo talvez se encontre em Filadelfo Azevedo, que ocupara cargos de direção no Instituto desde os anos 1920, compusera a subcomissão do código de processo civil para o distrito federal no começo dos anos 1930 e acabara de presidir o IAB quando foi nomeado para o grupo encarregado da reforma do código civil, em meados de 1939.

Essa diferença no agir público dos juristas se relacionou, ainda, à existência de um ambiente intelectual mais complexo e diferenciado na Argentina. Contribuíram para essa distinção os projetos de educação obrigatória, laica e gratuita que se vinham consolidando desde o século XIX, os índices ascendentes alfabetização, uma imprensa com tiragens que cresciam ao mesmo tempo em que se expandia a presença dos jornais na vida pública e o mercado editorial extremamente dinâmico com que contava o país platino nas primeiras décadas do século de XX.²⁹⁴

Por outro lado, é essencial levar em conta como diversos saberes a respeito do social se demarcaram na Argentina antes que o mesmo ocorresse no Brasil. A ênfase na cooperação com os economistas, muito mais marcada nas reivindicações argentinas de estudos sistemáticos para garantir a qualidade “técnica” das leis, é uma importante demonstração de

²⁹³ CAMPOS, Francisco. Diretrizes constitucionais do novo Estado Brasileiro. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXIII, n. 415, jan. 1938, p. 9-13, grifos nossos.

²⁹⁴ A esse respeito, consultar: SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear Horizontes*. Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 31-50.

que detentores de outros conhecimentos foram considerados relevantes nesses debates. A existência de uma seção de “economia, finanças e estatística” no IAEL é prova disso. Embora não esteja ausente, essa dimensão ganha destaque mais restrito no Brasil. Para nos atermos à comissão legislativa, recordemos que a faculdade de contar com a colaboração de homens sem formação em direito somente foi posta em prática em poucos casos.²⁹⁵

Além disso, os mesmos fatores que propiciaram a existência desse universo intelectual comparativamente mais pujante na Argentina, aliados ao exercício regular do sufrágio universal entre 1916 e 1930, engendraram uma relação de outro tipo do Estado com os juristas. A despeito de reivindicações semelhantes quanto ao seu papel na vida pública, o direito constituía, na Argentina, apenas um dentre os diversos “saberes de Estado”. No Brasil, os juristas ainda contavam com amplo reconhecimento como *os* homens de governo por excelência, mesmo que comesçassem a contar com a concorrência de outros “técnicos”, em especial os economistas.²⁹⁶

Não nos parece razoável, contudo, interpretar essa ascensão de outros saberes como sinal de um declínio absoluto ou definitivo da presença dos juristas na vida pública. Essa dimensão remete a uma consideração comparativa que sugere proximidades mais que distanciamentos entre Argentina e Brasil: o papel de proeminência dos bacharéis em direito se transforma, mas de maneira alguma se dissolve. Em certa medida, esse movimento se ligou a revisões que os próprios sujeitos atuantes no universo jurídico vinham promovendo. Afastando-se da figura do letrado pluripotente – ora funcionando como um assessor estatal erudito, ora ocupando os cargos políticos diretamente – que prevalecera nos processos de construção nacional ao longo do século XIX, esses homens passaram a reivindicar a “técnica”, a aplicação de um conhecimento sistemático e pretensamente objetivo como único meio adequado para atuar sobre sociedades percebidas como crescentemente complexas e conflituosas.

Podemos, à luz dessa transformação, esboçar uma resposta ao seguinte questionamento: afinal, os juristas não desempenhavam um papel na escrita das leis em

²⁹⁵ Por exemplo, o engenheiro João Pandiá Calógeras, deputado federal e ocupante de diversos ministérios durante a Primeira República, membro da subcomissão do código de minas, e o psiquiatra Heitor Carrilho, chamado para estudar o regime penitenciário. Ver o Anexo VIII.

²⁹⁶ Ver, a esse respeito: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012; LESSA, Carlos. A preeminência profissional e o Estado brasileiro: dos juristas aos economistas. In: PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do Paraíso*. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000, pp. 303-352. O Chile foi outro país da região em que o acesso privilegiado ao Estado foi pujante e longo, em uma dinâmica mais próxima ao caso brasileiro que ao argentino. Ver a análise feita em GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. *The rule of lawyers: the politics of the legal profession and legal aid in Chile, 1915 to 1964*. New York: Columbia University, 2018 (Tese de doutorado em História).

momentos anteriores? Certamente, mas as iniciativas e os processos aqui reconstituídos sugerem sensíveis mudanças na *forma* e no *título* com que esses homens se colocavam na cena pública. Em consonância com debates mais amplos sobre a atuação dos intelectuais, eles se empenharam em fundar sua legitimidade em estudos rigorosos, em uma condição de “técnicos da legalidade” – a ponto de sentirem a necessidade de criar institutos específicos para o estudo da legislação e a propositura de inovações legislativas.

Alguns dos *mecanismos* empregados na busca por fazer dos bacharéis em direito “técnicos da legalidade” foram, nesse sentido, semelhantes. Mais do que isso, eles circularam e renderam comentários recíprocos nos dois países. Um exemplo significativo pode ser encontrado no anteriormente discutido parecer a respeito da adoção do *sursis* apresentado por Evaristo de Moraes ao IAB. Em uma de suas menções a debates argentinos sobre o tema, Moraes tomou como referência a publicação oficial do projeto de código penal que era então debatido na Argentina, transformado em lei em 1921. Essa edição parece ter contado com circulação considerável no Brasil, e pode ser vista como uma interessante expressão da busca por fazer da escrita das leis uma tarefa intelectual. Ela trazia, junto a uma minuciosa exposição de motivos, uma longa apresentação sobre o “sistema penal do projeto”, a transcrição de uma pesquisa realizada pela comissão, uma lista dos antecedentes parlamentares e a bibliografia empregada no volume.²⁹⁷ Investimentos acadêmicos comparáveis podem ser encontrados em diversas outras instâncias das reformas das leis, tanto entre aquelas concretizadas quanto em meio às que foram apenas projetadas. Foi o caso, entre outros impressos, dos livros que concretizaram os debates da seção de direito civil do IAEL.²⁹⁸

Outro ponto relevante de comparação reside no interesse comum em “nacionalizar” o direito processual. As defesas da elaboração de códigos de processo únicos para toda a Argentina, que remontavam ao começo do século XX e ganhariam maior destaque depois de tomadas como tema central de debates da Primera Conferencia Nacional de Abogados em novembro de 1924, não se concretizaram na letra da lei. A unidade processual talvez tenha sido obstada por um federalismo menos centralizador e mais marcado por conflitos entre a província e a capital. No Brasil, ao contrário, a unificação das leis processuais foi

²⁹⁷ CÁMARA de Diputados de la Nación. *Proyecto de Código Penal para la Nación Argentina*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1917. O exemplar que consultamos, pertencente à Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP, traz um carimbo com os dizeres: “Asociación Bernardino Rivadavia – Biblioteca Popular del Municipio – Cordoba 1558” – o que sugere uma doação por meio de contatos institucionais.

²⁹⁸ INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro I – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1940; INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro II – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: [s.ed.], 1946.

impulsionada na década de 1930 por reivindicações crescentes do direito como um fator de unidade nacional.²⁹⁹ A escrita de códigos de processo únicos para todo o país foi, assim, amplamente aceita, ainda que temas específicos dessas reformas tenham sido objeto de acalorados debates.

De qualquer maneira, é importante assinalar como o direito processual esteve repetidas vezes presente nos diálogos entre juristas dos dois países. A conferência que Haroldo Valladão fez em Córdoba, como parte da delegação do IAB que visitou a Argentina em março de 1927, discutiu “aspectos do moderno processo civil brasileiro”.³⁰⁰ Após a promulgação do código de processo civil brasileiro de 1939, diversos juristas argentinos elaborariam comentários a seu respeito. Alguns desses textos foram publicados pela *Revista Forense*, em sua edição de fevereiro de 1940, quase inteiramente dedicada ao novo diploma legislativo. Das seis contribuições sobre o código de processo civil, três eram de autores argentinos. A primeira delas, de Hugo Alsina, abria-se com um forte elogio à nova lei brasileira. O então professor titular de direito processual da Facultad de Derecho da Universidad de Buenos Aires enfatizou o interesse que o código recém-promulgado poderia apresentar para as reformas em debate na Argentina, o que seria reforçado por sua alta qualidade “técnica” e pela nova função pública que o direito processual seria chamado a desempenhar:

Por diversas circunstâncias, este acontecimento deve chamar nossa atenção, já que *no processo também de reformar nossas leis processuais, acharemos em seus institutos valiosas sugestões para essa empresa*. Com efeito, não se trata de um remendo, mas sim de *um sistema novo, inspirado nos princípios da ciência moderna*, que descartando os cânones do processo clássico como instrumento do direito privado para a satisfação de interesses individuais, e em que corresponde às partes a função de litigantes enquanto o juiz se mantém na expectativa, atribui-lhe, ao invés disso, um *conteúdo de direito público* e como objeto o restabelecimento da ordem jurídica, conferindo para isso ao juiz faculdades discricionárias.³⁰¹

²⁹⁹ Sobre a correlação entre o tema da unidade nacional e os debates em torno da elaboração de códigos de processo com vigência em todo o Brasil, ver: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 262-268.

³⁰⁰ Ao menos em meio aos comentários que pudemos consultar, não há menções ao tema da unidade das leis processuais. Valladão referiu-se, porém, às conclusões da Segunda Conferência Nacional de Advogados e a projetos de códigos elaborados por juristas argentinos, em especial os de Tomás Jofré e J. Honório Silgueira. Ver Discorrendo sobre os aspectos do moderno processo civil no Brasil – Interessante conferência do Dr. Haroldo Valladão na Universidade de Córdoba. *O Globo*. Rio de Janeiro, 18 de março de 1927, 2ª edição, p. 2.

³⁰¹ ALSINA, Hugo. El nuevo régimen procesal en el Brasil. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXI, n. 440, fev. 1940, p. 308-314 (citação textual na p. 308; grifos nossos); GARCÍA, Eduardo Augusto. El nuevo Código de Procedimiento Civil del Brasil. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXI, n. 440, fev. 1940, p. 315-320; LOZANO, Juan E.. Código de Procedimiento Civil del Brasil. *Revista Forense*. Rio de Janeiro, v. LXXXI, n. 440, fev. 1940, p. 321. É interessante registrar que, à exceção de Lozano, os autores argentinos atribuem preponderância a Francisco Campos na escrita do código, enquanto no Brasil ele foi mais comumente associado à ação de Pedro Batista Martins, autor do respectivo projeto.

O paralelo mais expressivo no que diz respeito aos sucessos e aos fracassos dos juristas argentinos em consagrar na letra da lei suas reivindicações de um papel de “técnicos” certamente se encontra nos debates sobre a reforma do código civil. Nesse sentido, pode ser esclarecedor recuperar as constatações feitas por Jean-Louis Halpérin ao fim do que chamou de escrita do “impossível código civil” na França pós-revolucionária. Após estudar minuciosamente os debates parlamentares que levaram à aprovação do código de 1804 e constatar que esse celebrado diploma praticamente não apresentou inovações ao direito então vigente na França, esse autor foi categórico ao afirmar que se tratou de um “fracasso para os reformadores que, durante a Revolução, haviam fundado suas esperanças na elaboração rápida de um código simples e profundamente inovador”. Ao cabo de um processo de elaboração de mais de dez anos, prevaleceu, segundo Halpérin, um texto “ao mesmo tempo mais longo e menos revolucionário que todos aqueles que foram propostos”. A “unidade jurídica” se fez, assim, “ao preço da renúncia a certas audácias do direito revolucionário”.³⁰²

Guardadas as devidas distâncias temporais, acreditamos que a aproximação com o argumento de Halpérin pode auxiliar na compreensão dos “fracassos compartilhados” da “socialização do direito” na Argentina e no Brasil das primeiras décadas do século XX, sobretudo na medida em que a análise de tal autor traz à tona as implicações políticas da dificuldade da escrita do código francês. Se não por qualquer outra razão, ao menos porque, ainda que se tentem invocar motivações “técnicas”, nada há de natural nesses processos. A prioridade dada a determinado ramo jurídico sobre outro expressa, por si só, escolhas políticas, sociais, econômicas. Mais do que isso, a dinâmica lenta e enfrentada a fortes resistências que marcou a reescrita dos códigos civis deixa entrever, no limite, a resistência em fazer da “socialização do direito” – da busca por superar o individualismo, o formalismo e o liberalismo identificados no direito do século XIX – um projeto efetivamente igualitário. Resistência esta que se colocava em perfeita consonância com o papel de destaque na condução da vida pública que, sob o pretexto de uma “técnica” que permitiria superar os males da política, alegando trabalharem de forma “desinteressada”, supostamente guiados pelo puro compromisso com um “elevado” saber especializado, os juristas construíram, reconstruíram e, ao que tudo indica, seguem reconstruindo para si próprios.

³⁰² HALPÉRIN, Jean-Louis. *L'impossible Code Civil*. Paris: PUF, 1992, p. 287.

Conclusão

Só estou insistindo no argumento óbvio, que alguns Marxistas modernos negligenciaram, de que há uma diferença entre o poder arbitrário e o Estado de direito [rule of law]. Devemos expor as fraudes e desigualdades que podem estar escondidas por baixo desse direito. Mas o Estado de direito [rule of law] em si, a imposição de inibições efetivas sobre o poder e a defesa do cidadão contra as pretensões excessivamente intrusivas do poder, parece-me um bem humano incondicional. Negar ou diminuir esse bem é, neste século perigoso em que os recursos e as pretensões do poder continuam a aumentar, um erro desesperado de abstração intelectual. Mais que isso, é um erro autorrealizável, que nos estimula a desistir da luta contra más leis e procedimentos atados à classe, e nos desarmar perante o poder. É jogar fora toda uma herança de lutas sobre o direito, e dentro das formas do direito, cuja continuidade nunca pode ser fraturada sem colocar homens e mulheres em perigo imediato.¹

Partindo de vagas pistas que nos haviam instigado ainda durante a escrita da dissertação de mestrado – a enorme e recorrente quantidade de revistas jurídicas editadas nos mais variados países hispano-americanos com que deparamos nas seções de registro bibliográfico de suas homólogas brasileiras – esta tese buscou mapear, reconstituir e avaliar um conjunto bastante amplo de deslocamentos de juristas entre a Argentina e o Brasil, passando também por outras terras, em especial a França e os Estados Unidos. Para tanto, escolheu como ângulos privilegiados de observação as instâncias de representação da advocacia e os múltiplos usos dos impressos. No entrecruzamento dessas duas dimensões, tomou os esforços de juristas para intervir na vida pública como eixo central da argumentação. O intuito principal foi demonstrar que os contatos transfronteiriços desempenharam um papel fundamental em projetos intelectuais com fortes implicações políticas. Esse movimento se potencializou por profundas reconceptualizações acerca do direito e da figura do bacharel, associadas a transformações sociais mais amplas, mas também a processos peculiares ao pensamento jurídico. Nesse cenário, dinâmicas locais e supranacionais, longe de se excluírem, interagem e se conformavam mutuamente.

Trabalhando com uma convicção de que ideias não circulam em abstrato, mas sempre articuladas a circunstâncias sociais concretas e a intenções específicas, a pesquisa esteve atenta à multiplicidade de vias adotadas por tais intercâmbios, mas também aos caminhos abortados, a seus limites e insucessos. Sem pressupor, de antemão, qualquer hierarquia entre sujeitos ou formas de produção intelectual, deixamos que os momentos de interação nos guiassem, desdobrando-se sempre em novos e por vezes inesperados contatos. Se essa opção

¹ THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990, p. 266, grifos do autor.

nos expôs ao risco de nos perdermos em rota, ela ao menos permitiu investir a fundo na busca pela historicidade da construção de âmbitos transnacionais de debates.

Tal perspectiva propiciou, em especial, a descoberta de autores que, em estudos sobre intelectuais pautados por critérios mais “canônicos”, poderiam ter permanecido ocultos. Para nos atermos a um exemplo particularmente significativo e recorrentemente invocado ao longo deste trabalho: J. Honório Silgueira, um jurista hoje praticamente ignorado, autor de uma obra acadêmica sem maiores repercussões, foi um artífice fundamental de laços entre a Argentina e o Brasil (e também com outros países, como o Chile e o Uruguai), o que deve ter constituído ao menos parte do motivo para que lhe fosse concedida, durante a estadia de Getúlio Vargas na Argentina, uma das maiores honrarias do governo brasileiro. Esse fato demonstra, mais uma vez, a importância que a análise de materiais muitas vezes tidos como “menores” – folhetos, artigos em periódicos, discursos, etc. – pode assumir para a história intelectual, sobretudo se ela estiver preocupada com as dimensões sociais da construção do conhecimento. Se nos tivéssemos limitado aos “grandes juristas” (uma categoria, por sua vez, forjada historicamente e nada inocente), Silgueira jamais teria constituído um de nossas personagens centrais. O advogado argentino, tendo presidido a FACA por quase todo o recorte temporal desta pesquisa, ilustra, igualmente, a importância dos aspectos institucionais na conformação de debates acadêmicos. O papel das instituições tende a se amplificar em meio a esforços para transcender fronteiras, já que eles frequentemente demandam altos graus de investimentos materiais e simbólicos.

Cada uma das etapas de nossa argumentação se construiu em torno de um tipo distinto de deslocamento. O “Preâmbulo” deslocou os próprios marcos estabelecidos para a pesquisa. Procuramos, com isso, atender à consciência de que qualquer tentativa de compreender os diálogos entre juristas argentinos e brasileiros da primeira metade do século XX precisaria transitar por outros tempos e espaços, integrando à análise antecedentes como as Exposições Universais, os projetos americanistas e os debates sobre o direito internacional. No primeiro capítulo, partimos de um sentido um tanto literal dos deslocamentos para chegar a uma movimentação mais profunda. Viagens, conferências e congressos nos permitiram desvendar um paulatino deslizamento nos temas de diálogo, associado a uma crescente especialização dos juristas e a transformações na topografia de interesses compartilhados. As interrogações sobre usos dos impressos feitas ao longo do segundo capítulo permitiram associar esses movimentos a um deslocamento da figura do intelectual, marcado por um esforço para ocupar de formas renovadas o espaço público, e também para se dirigir a setores ampliados da população. Voltando-se para as “missões” que os bacharéis em direito invocaram para si

próprios, o terceiro capítulo aprofundou a análise desse direcionamento à sociedade, associando-o a um deslocamento nas concepções do direito, estrategicamente mobilizado para propor, por vezes com sucesso, transformações legislativas.

A segunda possibilidade de leitura do jogo de palavras que dá título a esta tese se mostrou, na prática, muito mais elusiva. Se o esforço para deslocalizar o direito era uma constante do discurso dos bacharéis que transitaram entre a Argentina e o Brasil, suas ações públicas e, sobretudo, os resultados que lograram alcançar foram contrastantes e obedeceram a inúmeros condicionamentos locais. Estiveram igualmente presentes rusgas, tensões, incompreensões, reivindicações nacionalistas e modulações interessadas dos discursos – como aquelas feitas por Enrique Martínez Paz, que exaltava o influxo de Teixeira de Freitas sobre Vélez Sarsfield em uma homenagem a Getúlio Vargas, enquanto retomava as apropriações de norte-americanos pelo mesmo jurista argentino do século XIX ao discursar perante a União Pan-Americana. Isso não significa, contudo, que possamos ignorar a busca por transcender o local, até mesmo porque ela deu ensejo a iniciativas que contaram com forte repercussão. Nesse quadro, é impossível compreender satisfatoriamente os rumos do pensamento jurídico no âmbito de uma só escala geográfica. Talvez residam nessa tensão produtiva entre o enraizamento local de saberes e os fluxos transfronteiriços² os problemas historiográficos mais interessantes que abordagens que fogem ao enquadramento nacional podem suscitar. No caso aqui analisado, mesmo que permanecessem sempre incompletos, os esforços para deslocalizar o direito terminavam, com enorme frequência, por deslocá-lo.

Em certo sentido, algo análogo pode ser dito sobre este trabalho. Até mesmo por ter partido de uma grande – mas inevitável em qualquer estudo que procure romper com as amarras da nação – desigualdade no conhecimento da bibliografia e mesmo dos processos históricos pertinentes, devemos reconhecer que ele provavelmente representou contribuições historiográficas um tanto díspares em relação a cada um dos países aqui centralmente contemplados. Essa foi, inclusive, uma das principais razões para que, embora se propusesse a ser sobretudo um trabalho de história transnacional, esta tese se tenha valido de certas contribuições da história comparada e procurado apresentar contrastes entre a Argentina e o Brasil.

² Ver, novamente, as seguintes coletâneas, que tomaram tal tensão como um eixo central de análise: CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*. Frankfurt am Main: Campus, 2004; SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno*. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007.

No caso brasileiro, o olhar para um período anterior àquele que havíamos estudado até então nos permitiu revisitar e aprofundar algo que afirmáramos em nossa dissertação de forma alusiva mais que plenamente demonstrada: no âmbito do direito, o governo Vargas encampou e pôs em prática propostas que se vinham construindo anteriormente, e não lançou algo completamente novo, como muitos de seus discursos de legitimação procuraram sustentar. Lendo as atas das reuniões do IAB e folheando seu descontinuo *Boletim*, não restaram dúvidas de que um consenso sobre a necessidade de “refundar o direito nacional” estava consolidado muito antes de 1930. Essa consciência permite adensar a análise dos vínculos entre intelectuais e varguismo, ao mesmo tempo em que reforça o empenho em questionar as narrativas cuidadosamente construídas e reconstruídas pelo IAB e pela OAB, segundo as quais essas associações se empenharam sempre na defesa da democracia e no combate a regimes autoritários. Basta lembrar que Vargas foi eleito como membro honorário do Instituto em pleno Estado Novo e que a Ordem prestou um decisivo apoio ao golpe de 1964.

Quanto à Argentina, as possíveis contribuições são aproximáveis, mas obedecem a uma cronologia parcialmente distinta. Por uma opção deliberada, justificada sobretudo pela forte descontinuidade que a ascensão de Perón ao poder ocasionou nas atividades tanto do CABA quanto da FACA, este estudo não quis ultrapassar os limites do golpe de 1943 – mesmo tendo encontrado, desde o início, indicações de que autores brasileiros constituíram referências importantes nos debates da reforma constitucional argentina de 1949. Alguns argumentos acabaram convergindo, contudo, com recentes trabalhos de historiadores argentinos que vêm revisitando o peronismo a partir da consciência de que muitas das condições de possibilidade dos projetos implementados em tal período se conformaram a partir de debates travados nas décadas anteriores. As análises propostas sobretudo na segunda parte desta tese podem ser lidas, nesse sentido, como ilustrações de uma hipótese geral que Eduardo Zimmermann lançou ao tratar da busca por construir um “novo direito”, de sentido “socializante”: “as fronteiras do campo de ação do Estado que definem a interseção entre o público e o privado se constituem e redefinem não somente a partir de grandes mudanças ideológico-políticas, mas também a partir de sucessivas mudanças originadas no seio de disciplinas e práticas específicas”.³

Tanto na Argentina quanto no Brasil, embora em graus diferentes e com resultados contrastantes, a “socialização do direito” funcionou como uma dessas “mudanças disciplinares” que redefiniram a atuação estatal e o lugar dos detentores de determinados

³ ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 99.

saberes em seu interior. Não por acaso, o recente livro de Juan Manuel Palacio sobre a construção de uma nova ordem legal na Argentina peronista se abriu com um capítulo dedicado aos caminhos transnacionais da construção de direitos sociais desde fins do século XIX. Contrariando uma vasta literatura que enxerga no chamado primeiro peronismo (1946-1955) uma completa ruptura com a institucionalidade e a ordem jurídica, Palacio enfatizou como se tratou de um momento em que muito se legislou, um regime que se construiu também por meio do direito e que se articulava a debates anteriores da disciplina.⁴ Essa leitura se aproxima de argumentos que, desde o mestrado, temos defendido a respeito dos governos de Getúlio Vargas, mas também remete a desdobramentos dos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial.

A tese de Júlio Barnez Pignata Cattai, que se ocupa do período imediatamente posterior ao contemplado nesta pesquisa, analisou os modos como, no direito brasileiro e sob o impacto de projetos de hegemonia norte-americana, construíram-se medidas modernizantes de sentido intervencionista. Se há uma continuidade na aposta no direito como um mecanismo de solução dos conflitos sociais e na denúncia do descompasso entre lei e realidade, o grande conceito organizador dos discursos, no novo cenário da Guerra Fria, já não era “a sociedade”, mas sim a “luta contra o totalitarismo”.⁵ A transição entre a segunda e a terceira “globalizações do direito e do pensamento jurídico” sugerida por Duncan Kennedy aponta em sentido semelhante. Embora identifique certa vigência do “social” até 1968, esse autor demarca em 1945 a emergência de novas preocupações, como a defesa dos direitos humanos, a busca por identidades plurais, além de projetos de reconstrução normativa respaldados por organismos internacionais e por certo retorno ao formalismo.⁶

Ao mesmo tempo, a perspectiva transnacional adotada nesta pesquisa permitiu enxergar processos que, de outra maneira, teriam permanecido ocultos, levando a tomar como exceções ou casos peculiares desdobramentos que guardavam semelhanças em variadas latitudes. Isso se tornou particularmente claro na interpretação das “missões” que os bacharéis em direito procuraram desempenhar. De um ponto de vista mais próximo às preocupações dos juristas que às dos historiadores, algumas das análises aqui propostas, sobretudo aquelas que se voltaram aos debates sobre a reforma dos códigos civis, podem sugerir caminhos ainda

⁴ PALACIO, Juan Manuel. *La justicia peronista*. La construcción de un nuevo orden legal en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018, em especial p. 24 e 33-55.

⁵ CATTAI, Júlio Barnez Pignata. *A revolta dos fatos contra a lei: antitotalitarismo e modernização jurídica no Brasil da Guerra Fria*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018 (Tese de Doutorado em História Social).

⁶ KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, em especial p. 63-71.

pouco explorados. Muitos dos estudos que se voltaram ao que chamamos, em consonância com a terminologia das fontes, de “socialização do direito” se detiveram ora sobre o direito do trabalho, ora sobre processos de questionamento da lei escrita, de valorização da jurisprudência, de busca por superar as pretensões de sistematicidade e completude dos códigos oitocentistas.

A experiência das associações acadêmicas voltadas ao estudo das leis demonstra, contudo, que a codificação continuava exercendo forte apelo mesmo entre aqueles que se insurgiram contra as bases disciplinares estabelecidas no século XIX. Esse formato de maneira alguma foi suplantado em meio a um esforço de *fazer* conjuntamente um novo direito, de orientação social, processo em que tanto as vinculações transfronteiriças quanto o diálogo com as ciências sociais adquiriram lugares de destaque. Pelo contrário: os esforços do American Law Institute sugerem que até mesmo os juristas do *common law* enxergaram nos códigos a forma por excelência de expressão do direito, e também aquela que mais facilitava os intercâmbios entre diferentes sistemas normativos. Isso nos remete a uma especificidade fundamental dos debates jurídicos. Talvez mais, ou ao menos de forma mais palpável, que em outras instâncias de diálogo intelectual, as trocas entre juristas se associavam a fins práticos. A eficácia “imediatamente operatória” das formas jurídicas, para retomarmos as reflexões de Yan Thomas,⁷ deve, assim, estar no horizonte de qualquer história intelectual do direito. Diante dessa força (lembremos, ainda, com Thompson, que o direito é responsável por definir o que é propriedade e o que é crime⁸), e também à luz de certas inquietações motivadas pelo presente da escrita desta tese, vemo-nos obrigados a revisitar o lugar da “técnica”, para lhe atribuir um olhar talvez mais generoso que aquele que lhe temos dedicado até este ponto.

“A política por outros meios”: revisitando o lugar da “técnica”

O jurista e filósofo do direito estadunidense Duncan Kennedy, na conclusão de sua análise sobre as “três globalizações do direito e do pensamento jurídico”, que nos tem acompanhado em diferentes momentos deste trabalho, expressou seu desconforto em relação à “tendência a enxergar uma discussão da política do direito [...] como uma redução do direito à política”. Kennedy recorre a controversos clássicos da teoria política para fundamentar esse posicionamento:

Mesmo na famosa formulação de Clausewitz, a guerra é a política *por outros meios*, não “apenas” a política. No giro que Carl Schmitt faz de Clausewitz, a política é a guerra por outros meios, mas não redutível à guerra. A guerra

⁷ THOMAS, Yan. Présentation. *Annales*. Paris, n. 6, nov.-déc. 2002, p. 1426.

⁸ THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990, p. 259.

como um “meio” pode ser um fim, ou um meio para fins outros que a política. Se o direito é política, ele o é, novamente, por outros meios, e há muito a se dizer, de forma não redutiva, sobre esses meios. Por analogia com Schmitt, parece-me também verdadeiro que a política é o direito por outros meios, no sentido de que a política flui tanto da demanda inatingível por racionalidade ética no mundo quanto dos interesses econômicos ou da pura vontade de poder com que ela é tão frequentemente associada discursivamente.⁹

Ainda que três décadas separem a redação dos dois textos, parece-nos que Thompson chama a atenção para algo semelhante, ao nos alertar para os perigos de equiparar a dominação por meio do direito à dominação pela força pura e simples. Tanto Kennedy quanto Thompson estão preocupados em não dissolver a especificidade do direito, embora tenham exposto e analisado criticamente diversos dos laços entre o direito e a política. Pareceu-nos particularmente pertinente recuperar essas ponderações em uma conjuntura em que se observa certa oscilação entre a busca por legitimar rupturas institucionais por meio da “técnica” e o desrespeito puro e simples, ou ao menos o emprego casuístico, de preceitos “técnicos”, como as garantias processuais.

Por um lado, o fato de tais usos políticos do direito serem possíveis ou mesmo tão fáceis aponta para a importância de não sacralizar a “técnica”, nem a encarar em termos excessivamente dogmáticos. Mais ainda, ficam assim expostos os sentidos políticos da retórica da “técnica”, o fato de ela se prestar a um discurso legitimador que, com grande frequência, procura acobertar o conteúdo e os comprometimentos de determinadas decisões sob um suposto manto da isenção ou mesmo do interesse científico. Alfons Aragonese expressou preocupações semelhantes em seu estudo sobre o jurista francês Raymond Saleilles, chamando atenção para o caráter falho da “reflexão que parte da suposta neutralidade dos projetos legislativos ou doutrinários e que nega que, sob cada proposta de reforma do direito privado ou de unificação de regras jurídicas, subjaz um projeto de sociedade, de economia e de relações desta com o poder público”.¹⁰

Não se deve esquecer, contudo, que a construção da “diferença de meios” entre o direito e a política não se esgota em uma retórica vazia, nem em lógicas que servem para ocultar intenções inconfessadas. Ainda que este trabalho a tenha analisado sobretudo do ponto de vista da consolidação de um discurso da *expertise* que operava em sentido elitista e

⁹ KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development. A critical Appraisal*. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 72, grifos do autor. As reflexões propostas nesta seção devem muito a diálogos com Marianne González Le Saux.

¹⁰ ARAGONESES, Alfons. *Un jurista del Modernismo*. Raymond Saleilles y los orígenes del derecho comparado. Madrid: Dykinson, 2009, p. 18.

auxiliava a obstar transformações sociais mais profundas, a “técnica” tem uma outra face, pela qual talvez não seja tão despropositado lutar. Ela se associa, como nos lembra Thompson, ao estabelecimento de limitações ao poder. Ao fazê-lo, por vezes abre espaço para a resistência, para a disputa, até mesmo para a proteção de interesses que não necessariamente são os dos dominantes.¹¹

Em suma, se devemos duvidar daqueles que se apresentam como “técnicos da legalidade” quando com isso pretendem, como fizeram inúmeros juristas brasileiros e argentinos da primeira metade do século XX, demarcar um lugar de autoridade inquestionável para si próprios, isso não nos pode levar a descartar por completo a “técnica” jurídica. A “diferença de meios”, para falarmos como Kennedy, entre o direito e a política importa. Ela não pode ser deixada de lado sem com isso “jogar fora toda uma herança de lutas” ou “colocar homens e mulheres em perigo imediato”, para nos apropriarmos de Thompson. A convergência entre a preocupação com o lugar da política no universo do direito e os debates jurídicos transfronteiriços nos poderá auxiliar, ainda, a refletir sobre as assimetrias de poder no cenário internacional e, com isso, trazer algumas ponderações sobre o impacto que tiveram os diálogos entre juristas brasileiros e argentinos.

Sobre os limites do intercâmbio entre Argentina e Brasil e a persistente narrativa da ignorância mútua: um esforço final de avaliação

Alguns anos antes de Afrânio de Melo Franco discursar sobre a “correlação entre o direito brasileiro e argentino”, outro polígrafo, também um diplomata e político que havia estudado direito, o argentino Martín García Mérou, redigiu uma extensa avaliação da vida intelectual no Brasil. A frase que abria seu livro publicado em 1900 era contundente: “De todas as literaturas sul-americanas, nenhuma é tão pouco conhecida entre nós quanto a do Brasil”.¹² Impulsionado por suas intenções de construir laços mais fortes entre os países vizinhos, o autor argentino parece não ter percebido que o próprio fato de que ele escrevia um livro daquela natureza negava, ao menos em alguma medida, essa afirmação – ou talvez ele tenha deliberadamente escolhido a frase de impacto para reforçar seus argumentos. De qualquer maneira, os exemplos de diálogo, seja pessoal, seja por meio da palavra escrita, que

¹¹ THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990, p. 258-269.

¹² GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual*. Impresiones y notas literarias. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1900, p. 1. Os textos haviam sido originalmente publicados na revista *La Biblioteca* no final da década de 1890, após uma temporada de García Mérou como ministro plenipotenciário da Argentina no Rio de Janeiro, sendo reunidos em livro na conjuntura da visita do presidente Campos Sales à Argentina. Ver RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, set.-dez. 2017, p. 543-556.

acompanhamos ao longo de toda esta tese contrastam claramente com o diagnóstico de García Mérou. Poder-se-ia argumentar que quase duas décadas separam a publicação de *El Brasil Intelectual* e a conferência de Afrânio de Melo Franco no CABA, mas, como o percurso que fizemos no “Preâmbulo” e as constantes referências aos laços entre Vélez Sarsfield e Teixeira de Freitas sugerem, tais diálogos não foram de forma alguma uma invenção do começo do século XX.

Os caminhos que trilhamos e reconstituímos nos parecem suficientes para demonstrar que, mesmo que tenham sido descontínuos e que se tenham frequentemente apoiado em eventos que tinham pouco a ver com o direito em princípio, os intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos – ou, ficaríamos tentados a afirmar, bacharéis em direito latino-americanos de forma mais ampla – não foram negligenciáveis. A narrativa dominante sobre as relações culturais entre esses países segue, contudo, negando ou ao menos minimizando esse fato. Até mesmo um dos mais aguerridos defensores do “intercâmbio jurídico-cultural” entre argentinos e brasileiros lamentou, em uma ocasião de homenagem ao Brasil em Buenos Aires, a insuficiência do conhecimento recíproco. Ao discursar no Ateneo Ibero-Americano em setembro de 1927, quando acabara de retornar das comemorações do centenário dos cursos jurídicos brasileiros, J. Honório Silgueira lamentou:

Dentro do movimento intelectual moderno, *conhecemos mais a produção e a bibliografia europeias que a americana, que a sul-americana*, não obstante se trate de povos fronteiriços, entre rios ou montanhas, quando o natural é que no intercâmbio frequente afirmemos nossa comunidade de origem, de raça, enriquecendo assim o caudal de nosso acervo científico, literário ou artístico.¹³

A atenção às assimetrias de poder constitui um passo crucial para o entendimento da intrigante permanência da narrativa da ignorância mútua, que acreditamos ter negado ou, ao menos, abalado significativamente ao longo deste trabalho. A própria inserção dos juristas em círculos que em muito ultrapassavam o direito sugere que o mesmo poderia ser dito sobre outros âmbitos da cultura, intuição que outros trabalhos recentes tendem a confirmar. A “fórmula Mérou”, como Gustavo Sorá chamou a persistente coexistência entre esforços por aproximar argentinos e brasileiros e a interpretação segundo a qual eles têm um interesse quase nulo na vida intelectual uns dos outros, é tão potente não porque se baseia em fatos, mas porque corresponde a certas (pré-)concepções e aspirações dos letrados desses países. Nas palavras do próprio Sorá: “A negação dos intercâmbios culturais entre Argentina e Brasil não é mais que a verificação de sua presença na constituição relacional de ambas as culturas

¹³ SILGUEIRA, J. Honório. Intercambio jurídico-cultural argentino-brasileño. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. V, ns. 3-4, mai.-ago. 1927, p. 377, grifos nossos.

nacionais, é uma manifestação do caráter internacional da formação das mesmas e das estruturas de dominação que as opõem”.¹⁴ Nesse quadro, tanto argentinos quanto brasileiros se mostram dispostos a favorecer suas conexões com nações que tomam como mais “civilizadas” ou “desenvolvidas”, em detrimento dos intercâmbios que estabeleceram entre si. Esse certamente foi o caso de ao menos alguns dos juristas do começo do século XX, que nunca deixaram de tomar autores europeus (ou, cada vez mais ao longo do período, norte-americanos) como pontos de referência ideais, ao mesmo tempo em que o reconhecimento do outro lado do Atlântico constituía a forma de reconhecimento última que almejavam alcançar.

Todavia, percepções de proximidade geográfica e cultural trariam à tona questionamentos à “fórmula Mérou” em certas circunstâncias. Em seus estudos sobre narrativas de viagem de intelectuais brasileiros que visitaram países hispano-americanos e daqueles que, originários das antigas colônias espanholas, tomaram o caminho inverso, Kátia Baggio¹⁵ chamou a atenção para como esses indivíduos procuravam fazer do conhecimento sobre seus vizinhos um meio útil para desenvolver soluções para os problemas de sua própria nação – um movimento que encontramos sob diversas formas nos diálogos entre juristas. Baggio também mostrou que os olhares recíprocos que tais intelectuais trocaram carregavam um misto de proximidade e distância, identidade e diferença, familiaridade e estranhamento. Para alguns dos brasileiros que foram à Argentina no começo do século XX, a viagem era frequentemente interpretada como uma espécie de *Bildungsreise*, uma jornada formativa comparável àquelas que faziam à Europa ou aos Estados Unidos. Buenos Aires aparecia como símbolo de modernidade e progresso, quase uma Paris sul-americana, e os intelectuais brasileiros frequentemente se mostravam fascinados com os elevados níveis de alfabetização e o desenvolvimento do mercado editorial argentino.

Esse fascínio se torna mais revelador quando contrastado com a insistência de argentinos em elaborar representações do Brasil que exaltavam sua natureza exuberante, frequentemente inscritas na chave do exótico. Nesse sentido, parece-nos fundamental ressaltar como *toda* relação cultural é marcada, ao menos em algum nível, por assimetrias, por disputas, por tensões.¹⁶ Outra de nossas fontes nos traz uma divertida e sugestiva imagem, que

¹⁴ SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropología de la circulación internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, p. 29.

¹⁵ Ver, por exemplo: BAGGIO, Kátia Gerab. Brasil e Hispano-América: representações e trocas intelectuais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 167-171.

¹⁶ Discordamos, neste ponto, da dicotomia entre processos de circulação de ideias “verticais” e “horizontais” estabelecida em: ABÁSOLO, Ezequiel. Aportes del comparatismo jurídico al estudio de la circulación ABÁSOLO, Ezequiel (dir.). *La cultura jurídica latinoamericana y la circulación de ideas durante la primera mitad del siglo XX*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2014, p. 11-21. Como

pode servir como provocação para pensar a especificidade das assimetrias nos contatos entre as duas margens do Prata. José León Suárez, ao defender, em 1929, a incorporação do português como uma das possíveis línguas para os exames de ingresso na Facultad de Derecho y Ciencias Sociales da UBA, afirmou: “Argentina e Brasil, além de vizinhos e irmãos, estão destinados por suas possibilidades ilimitadas, a serem legítimos rivais amistosos, ou êmulos proveitosos reciprocamente no Novo Mundo”.¹⁷

“Vizinhos”, “irmãos”, “amistosos”, “êmulos proveitosos reciprocamente”, mas ainda assim “legítimos rivais”. Diante desse conjunto de imagens, parece-nos particularmente pertinente o alerta feito na introdução de uma coletânea sobre direito privado e modernização organizada por María Rosario Polotto, Thorsten Keiser e Thomas Duve. Esses autores sustentaram que a “necessidade de superar certas visões que fazem dos processos modernizadores latino-americanos uma versão deficiente de seus modelos europeus” não pode resultar em exaltações acríticas e simplistas da “originalidade dessas culturas”.¹⁸ A imprescindível tarefa de questionar os modelos “difusionistas” da história intelectual¹⁹ não deve, no limite, redundar no extremo oposto, que levaria a atribuir a atores e espaços que ocuparam lugares desiguais no cenário mundial papéis similares. Se as relações entre a Europa e a América Latina, por exemplo, não foram e não são, certamente, unilaterais, encará-las como equivalentes ou igualitárias levaria a distorções inaceitáveis. Afinal, como há muito estabeleceram estudos de variadas áreas, nada é mais internacional que os processos de construção de identidades nacionais, o que não significa dizer, sobretudo no estudo dos séculos XIX e XX, que as nações possam ser ignoradas. Tampouco as assimetrias de poder e de ressonância devem ser deixadas de lado, mesmo em estudos comprometidos com a permeabilidade das fronteiras, como este procurou ser. Há sempre algo que resiste à travessia, que se transforma ou mesmo se perde nesse processo.

procuramos argumentar ao longo do trabalho e também nesta conclusão, embora certamente haja *graus* distintos de assimetrias nos intercâmbios internacionais – maior entre Brasil e França ou entre Argentina e Estados Unidos que entre Brasil e Argentina, por exemplo –, haverá sempre estranhamentos, distanciamentos, tensões. Em sentido semelhante, ver SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil*. Una antropología de la circulación internacional de ideas. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003, em especial p. 28-43.

¹⁷ Exámenes de ingreso en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales – Nota del Doctor José León Suárez, sobre examen de idiomas. *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. VI, n. 2, mar.abr. 1929, p. 201.

¹⁸ POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas. Introducción. In: POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für europäische Rechtsgeschichte, 2015, p. 3.

¹⁹ ZIMMERMANN, Eduardo. Intellectual elites. In: IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Ives (eds.). *The Palgrave Dictionary of Transnational History*. London: Palgrave/Macmillan, 2009, p. 547.

Caminhos de uma história intelectual transfronteiriça

Na apresentação de um dossiê recente dedicado às relações entre imprensa e mediadores culturais, Angela de Castro Gomes, Kaori Kodama e Maria Rachel Fróes da Fonseca chamaram atenção para determinada forma de refletir historicamente sobre os intelectuais. Propuseram uma abordagem em que tais sujeitos se encontram “sempre imersos em redes de sociabilidade que os situam, inspiram, demarcam e *deslocam através do tempo/espço*”.²⁰ A dimensão dos deslocamentos talvez seja, entretanto, a mais rara e insatisfatoriamente contemplada em estudos sobre intelectuais, ainda que venha ganhando força a partir das distintas abordagens que buscam romper com os enquadramentos nacionais nas pesquisas históricas – o que não deixa de suscitar problemas metodológicos para uma área de estudos tão acostumada a trabalhar com noções um tanto estanques de contexto.

Indagando-se sobre as transformações e os desafios que a crescente voga da história transnacional traz para a história intelectual, Edward Baring propôs que deixemos de conceber o contexto como um *lugar*, por definição fixo e estático, para pensá-lo como um *arquivo*. Entendida nessa segunda chave, a noção ganharia em maleabilidade, mobilidade e profundidade diacrônica. Interpretado como um arquivo, o contexto não estaria simplesmente dado, mas seria um conjunto de recursos disponíveis, que cada intérprete poderia mobilizar de acordo com as circunstâncias e os interesses. Mais que ancorar inextricavelmente ideias em um lugar e uma temporalidade, a visão arquivística do contexto estaria preocupada com “as maneiras com que textos podem atravessar divisões temporais, especialmente aquela entre o autor e o historiador”.²¹ Essa nos parece uma chave interessante para aprofundarmos as reflexões sobre algo para o qual Gomes, Kodama e Fonseca também apontam: a pertinência de pensar o intelectual não apenas como quem produz bens simbólicos, mas também como alguém que faz circular significados,²² seja entre grupos diversos, seja entre espaços distantes, e mesmo entre distintas temporalidades.

Embora a preocupação central desta tese tenha estado no eixo geográfico dos deslocamentos, as dimensões temporais se insinuavam recorrentemente no horizonte, e não apenas pelo dado trivial de sua inserção em um programa de pós-graduação em história. Também, por exemplo, pela insistente recuperação de momentos anteriores de intercâmbio

²⁰ GOMES, Angela de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Apresentação: Imprensa e mediadores culturais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, set-dez. 2018, p. 594, grifos nossos.

²¹ BARING, Edward. Ideas on the move: context in transnational intellectual history. *Journal of the History of Ideas*. Philadelphia, v. 77, n. 44, out. 2016, p. 567-587 (citação textual na p. 586). A principal inspiração teórica da concepção de arquivo desenvolvida por Baring é a filosofia de Jacques Derrida.

²² GOMES, Angela de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Apresentação: Imprensa e mediadores culturais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, set-dez. 2018, p. 594.

por aqueles que se empenhavam em fortalecer interações análogas, ao mesmo tempo em que afirmavam, paradoxalmente, sua inexistência. Como vimos em diferentes etapas deste percurso, os supostos vínculos entre Augusto Teixeira de Freitas e Dalmacio Vélez Sarsfield foram afirmados à exaustão e transformados em armas de combate por aqueles que procuravam estreitar os laços entre o Brasil e a Argentina. Vimos, por outro lado, como os juristas, sobretudo no caso brasileiro, empenharam-se em organizar grandes eventos públicos coincidentes com as efemérides da vida nacional. Quando nos detivemos sobre as iniciativas de organizar uma Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano e uma Coleção Brasileira de Autores Argentinos, pudemos identificar uma grande coincidência entre as redes de sociabilidade tecidas em torno das associações de advogados e os sujeitos envolvidos na conformação desses esforços para corporificar o conhecimento mútuo, particularmente clara nas escolhas de prefaciadores das obras traduzidas.

Todos esses dados se tornam mais significativos quando colocados ao lado do fato de que a formação jurídica de muitos daqueles que, sobretudo até as décadas de 1930 e 1940, reconhecemos como historiadores é mais mencionada que plenamente analisada na maior parte dos estudos existentes. Fica aberta, assim, a possibilidade de investir em diálogos entre uma história intelectual do direito e a história da historiografia.²³ A frequente busca pela inserção no tempo longo, que alguns identificam como uma especificidade do direito tanto como área do conhecimento quanto como instância da vida social,²⁴ torna igualmente instigante uma aproximação aos juristas a partir da noção de usos do passado, que, em estreita conexão com as reflexões sobre a memória, e mais particularmente em meio às disputas sobre a memória de eventos traumáticos, vem ganhando força na historiografia.²⁵

²³ Em sua pesquisa de doutorado, em curso na UNESP-Assis, Aline Michelini Menoncello vem estudando os ministros do STF atuantes no IHGB entre a década de 1870 e a primeira metade do século XX. Rodrigo Otávio está entre os contemplados, e tal trabalho certamente constituirá uma contribuição importante para a aproximação aqui sugerida. Sobre a figura de Pedro Lessa, foco da dissertação de mestrado da mesma autora, consultar: MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamentos a serviço da história. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 22, dez. 2016, p. 238-257. A atuação historiográfica do jurista Lessa também foi discutida em: GOMES, Angela de Castro. “É a história uma ciência?”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21-52. Um exemplo de trabalho que levou em conta a formação em direito do autor em questão é a análise da trajetória de Pedro Calmon feita em: VALE, Nayara Galeno do. “Um retrato inteiriço e harmônico da nação”: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018 (Tese de Doutorado em História), em especial p. 28-39; 75-87.

²⁴ Ver, novamente: KOSELLECK, Reinhart. Histoire, droit et justice. In: *L'expérience de l'histoire*. Paris: Seuil, Gallimard, 1997, p. 180; ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 89-90.

²⁵ Ver GARCIA, Patrick. Usages publics de l'histoire. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). *Historiographies*. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, v. 2, 912-926; HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001; BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O

Esperamos, por fim, que a insistência em desafiar a visão de Osman Lins de que somente apreendemos “as coisas, não a soma de seus deslocamentos”, tenha trazido ao menos algumas recompensas e haja podido iluminar processos inscritos em diferentes escalas geográficas. Ou melhor, que o trânsito por diversas escalas de análise tenha constituído um dos ganhos cognitivos deste percurso. Se terminamos muito longe de uma resposta definitiva sobre quais foram, afinal, os resultados e o impacto do “intercâmbio jurídico-cultural” entre argentinos e brasileiros, esperamos, ao menos, ter acrescentado algumas camadas de densidade à análise crítica da “fórmula Mérou”. Talvez por certa dimensão aporética que estava dada, desde o início, pensamos que este longo e tortuoso percurso não se poderia encerrar de forma satisfatória sem uma reflexão – ainda que um tanto precária e distante (de uma certa concepção) do rigor acadêmico – sobre seu próprio trajeto, sobre os deslocamentos e os sentimentos de que algo ou alguém estava fora do lugar, que o compuseram e recompuseram. Ainda se faz necessário, assim, indagar mais a fundo os limites e as potencialidades de uma operação talvez fadada desde o nascimento ao fracasso, ou ao menos à insuficiência, à provisoriedade (mas não seria esse o caso de qualquer forma de conhecimento histórico?). Escrever esta tese foi um enorme e frequentemente incômodo exercício tanto de deslocamento quanto de um sempre inatingível e incompleto “deslocalizamento”. O que há de mais bonito e também de mais difícil em se “desloca(liza)r” é, afinal, a impossibilidade de verdadeiramente voltar ao ponto de partida – e isso vale tanto para os atores quanto para a autora desta tese.

Epílogo

Algo restou de todo esse “intercâmbio jurídico-cultural”?

A uma ex-namorada com quem planejava passar o restante da vida, disse: quando eu morrer, se alguém perguntar, diga que eu era alegre escrevendo. Sou feliz escrevendo, assim como só sou feliz em viagem, em trânsito. Deslocável. A alegria de encontrar um novo modo de dizer, um novo processo textual ou um novo personagem é a mesma de descobrir uma mesquita num beco impronunciável, um amigo de albergue ou uma trilha de montanha onde torcer o tornozelo. Eu tinha certeza de que morreria antes dela. Estamos vivos.¹

Pedirei agora licença à leitora ou ao leitor para me despir brevemente do cerimonial acadêmico e falar em primeira pessoa. Nada me pareceu mais apropriado para encerrar esta tentativa de calcular a soma de uma infinidade de deslocamentos – cujo resultado foi algo muito distante das linhas retas e encurtadas que solucionavam exercícios análogos nas aulas de física do Ensino Médio – que uma reflexão sobre os deslocamentos que eu própria tive que realizar ao longo do desenvolvimento desta pesquisa. Mais especificamente, gostaria de relatar episódios, alguns curiosos, outros um pouco trágicos, que marcaram a minha deambulação por acervos diversos, sobretudo por certos ambientes que talvez me sejam tão familiares quanto pouco acolhedores: os salões dos institutos representativos da advocacia. Não tanto por uma convicção, partilhada com Arlette Farge² e tantos outros, sobre a importância de integrar a dimensão sensível do contato com a documentação à escrita da história (embora talvez um pouco para exumar e acertar as contas com a jurista que acabei decidindo não me tornar), mas sobretudo porque essa me pareceu uma via frutífera para pensar a dimensão da memória e, com ela, tentar extrair algum sentido final de todo este percurso.

Desde as etapas iniciais do projeto de pesquisa, fui recorrentemente confrontada com indagações como: “intercâmbios entre juristas brasileiros e argentinos? Isso existiu? Isso teve alguma relevância?”. Eu própria, confesso, cheguei a duvidar da viabilidade ou mesmo da

¹ HERINGER, Victor. Sobre escrever, segundo métodos diversos. Disponível em: <http://www.enfermaria6.com/blog/2018/3/8/victor-heringer-1988-2018>, grifos do autor. Acesso em 10/10/18.

² Refiro-me à conhecida obra em que a historiadora francesa mescla relatos em primeira pessoa sobre a experiência de consultar documentos judiciais na parisiense Bibliothèque de l’Arsenal a reflexões teóricas sobre a pesquisa histórica. Já havia feito um aceno indireto a esse livro em uma das epígrafes dos agradecimentos desta tese, ao me apropriar do título de uma entrevista do historiador indiano Sanjay Subrahmanyam. Ele parafraseia a fórmula de Farge para defender uma história não restrita ao enquadramento nacional. Ver FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009; ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. Le goût de l’archive est polyglotte – Entretien avec Sanjay Subrahmanyam. *La Vie des Idées*, 27 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://laviedesidees.fr/Le-gout-de-l-archive-est-polyglotte.html>. Acesso em 10/10/18.

pertinência da empreitada a que me havia proposto. Desencontros e descompassos da ida aos arquivos reforçaram essa desconfiança.

* * *

O mais engraçado deles foi, certamente, ouvir de um representante do Colegio de Abogados de Buenos Aires que havia, ali na sede da instituição, um busto de dimensões grotescas e muito feio, supostamente doado por brasileiros, cuja identidade os atuais membros desconheciam. A ida até o lugar confirmou o que eu já suspeitava (além de que realmente as qualidades artísticas da escultura eram duvidosas): o retratado era ninguém menos que o tantas vezes glorificado Teixeira de Freitas. Quase com certeza, tratava-se da escultura presenteada com toda pompa pela delegação do Instituto dos Advogados Brasileiros que visitou a Argentina em novembro de 1935.

O busto de Teixeira de Freitas, displicentemente acomodado junto a uma das escadas da sede do CABA, sem qualquer informação que o identifique, em um registro também pouco cuidadoso que fiz em novembro de 2015 – se minha suspeita estiver correta, exatos 80 anos após sua oferta.

Mais próximo ao fim desta pesquisa, ao tentar recuperar em uma rápida visita à biblioteca do IAB parte do que se havia perdido com o furto do meu computador, ocorrido pouco após minha passagem anterior pela instituição e antes que eu pudesse fazer cópias de

segurança das fotografias digitais, encontrei por acaso um livro de “Cadastro dos Bens móveis que integram o patrimônio do Instituto dos Advogados Brasileiros”, organizado entre 1978 e 1979. Constavam da listagem dos quadros e placas expostos no local das reuniões plenárias dois itens “de bronze com dizeres alusivos a Teixeira de Freitas”. Diferiam apenas quanto às medidas, e não havia maiores descrições nem qualquer registro de sua proveniência. Fotografias que compunham o volume confirmaram mais uma suspeita: a de que uma delas era a placa com dizeres em latim, emulando um estilo epigráfico romano, doada pelos representantes da Facultad de Derecho da UBA em meio às comemorações do centenário da Independência brasileira.

Detalhe de vista parcial do salão nobre do IAB que consta do álbum de tombamento, datada de maio de 1979. Na imagem, pode-se ver, ao centro, logo acima do assento mais honroso, a placa doada pelos argentinos em 1922. À leitora ou ao leitor que duvidar da identificação, sugiro que confronte a imagem com a reprodução da placa disponível no Capítulo 1. Se persistir a dúvida, eu atesto que há, no registro de patrimônio feito no final dos anos 1970, uma fotografia inteiramente ocupada pelo artefato de bronze. Nem tudo resistiu, porém, à passagem dos anos: os pregos quadrados originais, que ajudavam a compor o ar de antiguidade do presente, cederam lugar a redondos e mais prosaicos mecanismos de afiação. Os responsáveis pela manutenção da sede do IAB não parecem ter tido a evocação de Roma em tão alta conta quanto o professor Ricardo Cranwell, especialista nesse período da história do direito e responsável por assegurar a fidedignidade do estilo adotado na homenagem.

Esses esquecimentos talvez sugeriram respostas negativas para as indagações sobre a pertinência desta pesquisa. O fato de a placa em homenagem a Teixeira de Freitas ter

permanecido no principal salão do IAB por mais de meio século abre espaço, contudo, para um juízo mais generoso. Essa possibilidade se reforça por outras imagens presentes no mesmo livro de levantamento do acervo. Em meio ao registro de uma vitrine dedicada igualmente a Teixeira de Freitas, vislumbrei outra placa, de que não tivera qualquer notícia até então. Fora oferecida ao IAB em julho de 1938, pelos estudantes de direito da Universidad de Cordoba, cujo grito inconformista, lançado duas décadas mais cedo, ressoara por todo o continente.

Fotografias da vitrine dedicada a Teixeira de Freitas e da placa presenteada pelos estudantes cordobeses, ambas disponíveis no mesmo livro de registro patrimonial e datadas de maio de 1979.

Mesmo que tenha perseguido muitas trilhas (talvez muitas mais do que seria razoável ou desejável), estava claro que este estudo deixara de explorar tantos outros caminhos possíveis, deixara de contemplar tantos outros sujeitos potencialmente relevantes. Os estudantes, reconheço com certo pesar, figuraram apenas muito lateralmente no trabalho. Sobre as mulheres, registrarei logo um discreto lamento.

A Reforma Universitária completa, neste ano, um século. Foi muito lembrada na Argentina e em outros países hispano-americanos, mas segue praticamente ignorada no Brasil. Suspeito que uma pesquisa criteriosa poderia revelar ressonâncias e ecos contemporâneos até aqui desconhecidos, muito mais volumosos que se costuma supor. Não tenho, todavia, indícios empíricos suficientes para confirmar essa intuição.

* * *

E, afinal de contas, o que é um “efetivo intercâmbio intelectual”? Como mensurá-lo? Como avaliar suas consequências? O próprio fato de que homens e mulheres (quase nenhuma mulher neste trabalho, é verdade, é sintomático) se tenham empenhado, em algum momento, em promovê-lo – ainda que com descontinuidades, mesmo enfrentando entraves de distintas

naturezas, possivelmente inflando retoricamente a relevância desses atos – já não é digno de nota? Não constitui justificativa suficiente para o esforço de seguir seus passos?

Mais do que isso: não estaria qualquer projeto de aproximação por meio da cultura fadado a sofrer, ao menos em alguma medida, a ação destrutiva do tempo?

Por que, então, insistimos em afirmar a ignorância recíproca entre brasileiros e hispano-americanos? Por que reproduzimos cotidianamente a “fórmula Mérou”, mesmo diante de tantas evidências em sentido contrário, mesmo quando nos empenhamos em tornar menos significativas as distâncias e os distanciamentos entre as margens do Prata?

Suspeito, e tentei demonstrar nas mais de 400 páginas que nos trouxeram até aqui, que as assimetrias no cenário internacional constituem uma chave fundamental de resposta. Reafirmo a convicção de que essa distribuição desigual do poder precisa – também e talvez sobretudo no âmbito da história intelectual – ser analisada, questionada e desnaturalizada com cuidado, para muito além do que esta investigação sobre os juristas foi capaz de fazer. É fundamental não perder de vista as tensões, as falhas de comunicação, as modulações interessadas dos discursos, a distribuição desigual das oportunidades de fala, escrita, edição, escuta, circulação, apropriação.

Deixando de fazê-lo, qualquer abordagem historiográfica que queira transcender as fronteiras correrá o risco de glorificar determinados processos, em especial a globalização econômica, tão acriticamente quanto as histórias que se escreveram a serviço da nação. Em ambos os casos, abre-se espaço para raciocínios superlativos, em muitos casos paradoxalmente atemporais, ou no mínimo teleológicos.

Parafraseando as reflexões de Thompson sobre o direito,³ penso, no limite, que não podemos afirmar categoricamente a irrelevância dos diálogos entre intelectuais brasileiros e argentinos sem jogar fora “toda uma herança de lutas” pela aproximação, sem cometer “um erro autorrealizável” que nos estimula a desistir de qualquer possibilidade de diálogo, sem “colocar homens e mulheres” no “perigo imediato” do ensimesmamento, se não do chauvinismo. Atitudes particularmente nocivas em um cenário de fortalecimento de argumentos anti-intelectualistas e de ascensão de nacionalismos raivosos.

O “século perigoso” de que falava Thompson era o XX, mas não poderia muito bem ser este começo do XXI?

* * *

³ Aproprio-me novamente, aqui, do trecho que serviu de epígrafe à conclusão da tese: THOMPSON, E. P. *Whigs and hunters. The origin of the Black Act*. London: Penguin Books, 1990, p. 266.

A biblioteca da Corte Suprema de Justicia de la Nación Argentina, que serviu de pano de fundo para a consulta de algumas das fontes deste trabalho, está hoje situada exatamente no mesmo espaço onde funcionou, a partir de meados da década de 1910, a biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires. Suspeito que conserve parte do mobiliário – mas não encontrei, em meio à escrita apressada destas páginas finais e um tanto inconclusivas, a fotografia que estava certa de haver tirado quando ali estive. Fiquei impossibilitada de conferir a essa impressão um grau um pouco maior de certeza, a partir do confronto com as imagens editadas nas *Memorias* do CABA nos anos 1920. De qualquer forma, minhas recordações insistem em afirmar que a semelhança entre os salões de leitura é significativa. Posso estar equivocada.

Ninguém ali se parece recordar de Oscar Rodríguez Saráchaga, de seu aguerrido empenho para angariar doações, da tentativa de fundar um museu de medicina legal e criminologia, de congressos como o da International Law Association, de falas como a de Afrânio de Melo Franco, de recepções como aquelas dedicadas às delegações de brasileiros em 1927 e 1935. Todavia, na entrada da atual sede do CABA, situada na Calle Montevideo, a cerca de três quarteirões do Palacio de Justicia, uma placa exalta o antigo diretor da biblioteca como um “operário incansável da cultura jurídica do país”.

A despeito dessa homenagem, algumas conversas informais me haviam sugerido que a coleção sofrera perdas significativas em seu traslado forçado para fora do Palacio de Justicia, em meio aos confrontos que se estabeleceram entre o CABA e o governo peronista. O que restou do acervo não se encontra disponível para livre consulta, nem catalogado, nem criteriosamente ordenado (aparentemente, nem mesmo adequadamente higienizado). “A biblioteca é um serviço exclusivo para os sócios do Colegio, ela não é pública”, escutei repetidas vezes enquanto tentava ter acesso aos livros sob sua guarda. Com muitas restrições e cercada por alguns cenhos franzidos, terminei por conseguir ingressar e trabalhar por momentos não suficientemente duradouros com o acervo. Desconfio que esse sucesso parcial se deva a um uso a princípio inconsciente, mas certamente estratégico, da minha condição de estrangeira, do meu domínio imperfeito do castelhano e do tempo limitado de que dispunha em Buenos Aires. Estar fora do lugar traz, afinal, certas vantagens.

Meia década atrás, o escritor espanhol Jorge Carrión publicou um ensaio sobre as livrarias que é também, como esclarece seu subtítulo, “uma história da leitura e de leitores”. Eu acrescentaria que se trata sobretudo de um relato de viagem, tendo como guias os livros e os espaços em que tais objetos são postos à venda. Ou melhor: Carrión compõe uma narrativa

em que visitar livrarias é um pretexto para viajar, e não o contrário, como poderia parecer mais evidente.

Em um capítulo particularmente tocante, dedicado ao papel político dos livros e às recorrentes (mas sempre insuficientes e incompletas) medidas de censura, o autor lamentou: “Posso pensar em poucas imagens mais tristes do que uma livraria quase vazia ou do que os restos de uma fogueira em que os livros queimaram”.⁴

Registro da placa em homenagem a Rodríguez Saráchaga na sede do CABA, feito na mesma visita em que fotografei o busto de Teixeira de Freitas, quando também busquei nas estantes os vestígios remanescentes das doações do IAB.

Refletir sobre os destinos daquela que Rodríguez Saráchaga qualificava insistentemente como “única biblioteca pública” do Palacio de Justicia me traz à mente imagens tão tristes quanto as evocadas por Carrión: valiosos acervos que se desfazem, pilhas e pilhas de obras que acumulam poeira e bolor sem que possam ser tocadas pelo público, sem que possam reviver cotidianamente por meio do ato de leitura, sem que possam constituir material de trabalho para historiadoras e historiadores.

* * *

Há cinco anos, encerrei minha dissertação de mestrado com um chamado à defesa da democracia que, um golpe de Estado, muitos cortes de direitos, infundáveis manobras

⁴ CARRIÓN, Jorge. *Livrarias*. Uma história da leitura e de leitores. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018, p. 102. A edição original é de 2013.

questionáveis (para usar um eufemismo bem eufemístico) do Judiciário, uma brutal execução de uma vereadora regularmente eleita (seguida por uma investigação duvidosa e um deserto de respostas) e tantas hostilidades diárias depois, soa-me de uma inocência que beira o absurdo:

Se este texto puder servir, enfim, ainda que de maneira forçosamente tímida, como provocação para que os juristas examinem suas próprias práticas e se posicionem, de maneira mais decisiva, ao lado não da defesa de seus privilégios corporativos, mas sim da denúncia de violações de direitos humanos, da defesa das garantias e das liberdades públicas, da censura ao arbítrio e, em especial, aos abusos da força estatal – do aprofundamento da experiência democrática brasileira, em suma – todo o esforço já terá valido a pena. Nessa esperança, fica, aqui, mais uma vez, o convite para aprofundar os diálogos entre historiadores e juristas. Diálogos estes que, por nossa própria experiência de pesquisa, sabemos não serem fáceis, mas que, queremos acreditar, podem ser muito esclarecedores para ambas as áreas do conhecimento.⁵

Relendo essas linhas enquanto notícias de um cenário eleitoral cada vez mais assustador invadem a tranquilidade que tento, inutilmente, construir por trás desta tela de computador (no exato momento em que escrevo este trecho, surge à minha frente o relato de danos a livros sobre direitos humanos na biblioteca da UnB; logo chegarão notícias de agressões em série e até mesmo de assassinatos com motivações políticas), a vontade que fica é de reescrever radicalmente aquelas considerações finais, talvez até mesmo de as suprimir.

Mas é preciso, mais uma vez, lembrar-me de Thompson, acreditar que as imposturas que se revestem de formas jurídicas não são todo o direito, não nos devem fazer desistir das lutas *no e pelo* direito.

* * *

Antes mesmo de concluir o meu mestrado, divertia-me dizendo que a primeira frase da dissertação reproduzia uma fala do senador Magno Malta. “Essa proposta deve ser jogada no lixo. Não é um grupo de intelectuais que vai dizer do que o Brasil precisa”,⁶ declarara ele ao avaliar um projeto de código penal então em debate – e esse me pareceu o mote perfeito para um estudo que se debruçava sobre um momento em que a intelectualidade assumiu um forte protagonismo, as décadas de 1930 e 1940. Ponderei que o juízo de Malta provavelmente se devia mais a convicções religiosas que a uma hostilidade propriamente dita aos intelectuais.

Errei. Mas talvez tenha sido um erro justificável. Em 2013, eu não tinha como saber que Magno Malta seria, no Senado, o propositor do projeto que procurava tornar obrigatórios

⁵ SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 337.

⁶ *Folha de São Paulo*. São Paulo, 1º de julho de 2012, p. C14.

os princípios defendidos pelo movimento “Escola sem Partido” – que não representam outra coisa senão um ataque à autonomia intelectual e ao pensamento crítico.

Errei. Mas foi um erro produtivo, que servirá sempre para me lembrar da provisoriidade e da incompletude do conhecimento histórico. Não penso, como tantas vezes se alegou, que isso constitua uma fragilidade de nossa disciplina. Bem ao contrário: talvez resida nessa “abertura da história” o seu potencial para fazer frente a “momentos de perigo”, como nos lembrava Walter Benjamin, logo antes de sucumbir à barbárie nazista.⁷

Magno Malta não se reelegeu em 2018.

* * *

Victor Heringer já não está vivo. Foi embora no começo deste ano, um pouco mais jovem que eu, levando com ele seu domínio tão deslumbrante quanto invejável da linguagem. Não sei se morreu antes de sua ex-namorada, nem sei se essa ex-namorada de fato existiu. Sei que é difícil não sentir um desconforto ao ler, hoje, o último de seus pequenos ensaios “Sobre escrever, segundo métodos diversos”, que serve de epígrafe a estas reflexões e carrega em seu título justamente aquilo que parece ter faltado ao escritor carioca: “Método alegre”.

Diante desse incômodo, eu me pergunto: estará viva a democracia brasileira, daqui a pouco mais de um mês, quando esta tese será defendida?

Seja qual for a resposta, deve permanecer sempre a esperança de que outros tempos possam trazer outras – e quem sabe até mais otimistas – histórias.

Que elas ainda possam ser escritas por métodos alegres.

Que ainda seja possível ser feliz *deslocável*.

São Paulo, outubro de 2018.

⁷ Refiro-me, naturalmente, às célebres teses sobre o conceito de história, que constituíram um verdadeiro testamento intelectual do filósofo alemão e foram apropriadas de inúmeras maneiras desde os anos 1940. Tenho em mente, também, as interpretações desse texto propostas em: LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005 (edição que comenta, tese a tese, as reflexões de Benjamin, e contém sua melhor tradução para o português); GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 7-19.

Referências

1. Fontes

a) Acervos documentais e bibliográficos¹

Acervo DEIP, E6709 – Pautas de serviço da agência nacional, 10 a 17 de agosto de 1943, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

American Law Institute Archives, Biddle Law Library, University of Pennsylvania Law School, Philadelphia (Executive Office).

Archives de l'IICI, UNESCO, Paris (série Service Juridique, 1926-1943).

Arthur W. Diamond Law Library, Columbia University, New York (impressos selecionados).

Biblioteca y Archivo Ricardo Levene, Biblioteca Nacional de Maestros, Buenos Aires (impressos selecionados).

Biblioteca CABA, Buenos Aires (atas das sessões do diretório, 1932-1944; impressos selecionados).

Biblioteca Central, Faculdade de Direito da USP, São Paulo (impressos selecionados).

Biblioteca IAB, Rio de Janeiro (atas das reuniões, 1916-1944; impressos selecionados).

Biblioteca Nacional Argentina, Buenos Aires (impressos selecionados).

IABA Library, Organização dos Estados Americanos, Washington (atas das reuniões, 1941-1943; versões manuscritas da constituição da associação, 1940; obras selecionadas).

Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo – Coleção Plínio Barreto – Série Correspondência Passiva.

Library of Congress, Washington (impressos selecionados).

New York Public Library (impressos selecionados).

Oliveira Lima Library, Catholic University of America, Washington (correspondência com alguns intelectuais; impressos).

b) Periódicos

Anales de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Buenos Aires, 1918-1919.

Anales de La Sociedad Científica Argentina. Buenos Aires, 1910.

¹ Como nos valem, em muitos casos, de dedicatórias e outros paratextos, bem como realizamos inferências baseadas na presença de determinadas obras em certas coleções, optamos por incluir nesta listagem não apenas acervos documentais, mas as bibliotecas cujos livros foram submetidos a tal tratamento.

Anales del Instituto Popular de Conferencias. Buenos Aires, 1924.

Boletim do IAB. Rio de Janeiro, 1918; 1925-1935; 1937-1938; 1941-1943.

Boletín del Museo Social Argentino. Buenos Aires, 1935.

Bulletin de la Société d'Études Législatives. Paris, 1902-1913; 1922-1923; 1925-1928; 1931-1933; 1936.

Bulletin de la Société Française de Philosophie. Paris, 1924.

Bulletin de la Société de Législation Comparée. Paris, 1869.

Bulletin of the Pan American Union. Washington, 1917-1943.

Caras y Caretas. Buenos Aires, 1927.

Fórum. Salvador, 1940-1941.

Gazeta de Notícias. Rio de Janeiro, 1916.

O Globo. Rio de Janeiro, 1927.

O Jornal. Rio de Janeiro, 1927.

Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 1914-1943.

Jurisprudencia Argentina. Buenos Aires, 1918-1943.

La Ley. Buenos Aires, 1936-1943.

O Malho. Rio de Janeiro, 1927.

A Manhã. Rio de Janeiro, 1943.

La Nación. Buenos Aires, 1917-1943.

La Prensa. Buenos Aires, 1917-1943.

Revista Americana. Rio de Janeiro, 1918.

Revista Argentina de Ciencias Políticas. Buenos Aires, 1910-1928.

Revista de Crítica Judiciária. Rio de Janeiro, 1924-1943.

Revista de Derecho, Historia y Letras. Buenos Aires, 1916-1923.

Revista de Direito Comercial. Rio de Janeiro, 1932.

Revista de Direito Público e de Administração Federal, Estadual e Municipal. Rio de Janeiro, 1921-1930.

Revista de la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Buenos Aires, 1922-1928.

Revista de la Universidad Nacional de Córdoba. Córdoba, 1914-1943.

Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires. Buenos Aires, 1921-1923; 1925-1943.

Revista Forense. Belo Horizonte, 1904, 1917-1935; Rio de Janeiro, 1936-1943.

Revista dos Tribunais. São Paulo, 1917-1943.

The Rotarian. Chicago, 1941.

c) Livros, folhetos, anais de congressos e outros

Actas de las sesiones del Congreso Sud-Americano de Derecho Internacional Privado. Buenos Aires: Juan A. Alsina, 1889.

AMADEO, Octavio R.. Prologo. In: OTÁVIO, Rodrigo. *Mis memorias de los otros*. Buenos Aires: Mercatali, 1940, p. 11-30.

AMERICAN Law Institute. *Model Code of Evidence*. Philadelphia: American Law Institute, 1942.

AMERICAN Law Institute. *Restatement of the Law of Conflict of Laws*. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1934.

AMERICAN Law Institute. *Restatement of the Law of Contracts*. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1932, v. 1.

AMERICAN Social Science Association. *Constitution, address and list of members of the American Association for the Promotion of Social Science*. Boston: Wright & Potter, 1866.

ARGENTINA. Creación de una biblioteca de autores selectos del Brasil traducidos al español. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 419-420.

BÄCHTOLD, Felipe. Saída para crise deve vir de fora da política, diz Modesto Carvalhosa. *Folha de São Paulo*. São Paulo, 19 de julho de 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2017/07/1902330-saida-para-crise-deve-vir-de-fora-da-politica-diz-modesto-carvalhosa.shtml> . Acesso em 30/08/17.

BARBOSA, Rui. *Conceptos modernos del derecho internacional*. Buenos Aires: [n.ed.], 1916.

BARBOSA, Rui. *Conceptos modernos del derecho internacional*. Londres: Jas. Truscott & Son, 1916.

BARBOSA, Rui. *Le Devoir des Neutres*. Paris: Félix Alcan, 1917.

BARBOSA, Rui. *Embaixada a Buenos Aires*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1981 (v. XLIII, t. 43 das obras completas).

BARBOSA, Rui. *Problemas de Direito Internacional*. Conferência realizada na Faculdade de Direito de Buenos Aires. Londres: Jas. Truscott & Son, 1916.

BARCIA LOPEZ, Arturo. El estudio comparativo del derecho privado americano para su unificación internacional. In: FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da Segunda Conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948, v. V, p. 16-22.

BARRETO, Plínio. *A cultura jurídica no Brasil (1822-1922)*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922.

BARRETO, Plínio. *Vida Forense*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 1922.

BARROS, Enrique F. *et. al.* Manifiesto liminar. Disponível em: <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/manifiesto-liminar>. Acesso em 17/02/2018.

BIBILONI, Juan Antonio. *Anteproyecto de reformas al Código Civil argentino*. Presentado a la comisión encargada de redactarlo. Obligaciones – Parte especial. Buenos Aires: Valerio Abeledo, 1932.

BIBILONI, Juan Antonio. *Reforma del Código Civil*. Anteproyecto. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1939-1940, 3v.

BRASIL. *Decreto nº 19.398, de 11 de Novembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19398-11-novembro-1930-517605-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018.

BRASIL. *Decreto nº 19.459, de 6 de Dezembro de 1930*. Rio de Janeiro, 1930. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19459-6-dezembro-1930-510461-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 10/10/2018.

BRASIL. *Decreto nº 22.213, de 14 de Dezembro de 1932*. Rio de Janeiro, 1932. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D22213.htm. Acesso em 15/05/2018.

BRASIL. *Decreto n. 24.394, de 13 de junho de 1934*. Rio de Janeiro, 1934. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoSigen.action?norma=446663&id=14406354&idBinario=15616672&mime=application/rtf>. Acesso em 21/05/2018.

BRASIL. *Decreto nº 3.200, de 19 de Abril de 1941*. Rio de Janeiro, 1941. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Decreto-Lei/Del3200.htm. Acesso em 09/10/2018.

BRASIL. *Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro*. Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. Rio de Janeiro, 1942. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657.htm. Acesso em 15/10/2018.

El Brasil en América. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, [1942?].

CABRAL, João C. da Rocha. *Código Eleitoral da República dos Estados Unidos do Brasil – 1932*. Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2004, p. 9. Versão eletrônica preparada a partir de edição fac-similar, disponível em: <http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/771>. Acesso em 15/10/2018.

CALMON, Pedro. *História da civilização brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937.

CALMON, Pedro. Prefácio. In: LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938, p. 7-11.

CÁMARA de Diputados de la Nación. *Proyecto de Código Penal para la Nación Argentina*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1917.

CAMPOS, Francisco. Democracia e unidade nacional. In: CAMPOS, Francisco. *Antecipações à reforma política*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940, p. 9-10.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional e suas diretrizes*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1937.

CAMPOS, Francisco. *O Estado Nacional: Sua Estrutura, Seu conteúdo ideológico*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1940

CARDOSO, Vicente Licínio (org.). *À margem da história da República*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1990 [1924].

CARVALHO, Luiz Antônio da Costa. *As realizações do Governo Getúlio Vargas no Campo do Direito*. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda, 1942.

CARVALHOSA, Modesto; BIERRENBACH, Flávio; DIAS, José Carlos. Manifesto à nação. *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 9 de abril de 2017. Disponível em: <http://opinioao.estadao.com.br/noticias/geral,manifesto-a-nacao,70001732061>. Acesso em 30/08/17.

CENTRO Acadêmico XI de Agosto. *Caravana Acadêmica do Centenário*. Contribuição para os Festejos do Centenário da Fundação dos Cursos Jurídicos no Brasil. São Paulo: Centro Acadêmico XI de Agosto, 1928.

CHEDIAK, Natalio. *En la Primera Conferencia Interamericana de Abogados*. Havana, [n. ed.], 1941. Ambos os impressos foram consultados na Library of Congress.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatutos del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imp. Busnelli, Caldelas y Cia., 1914.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatutos del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1919.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Imp. J. Bodner, 1922.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. (Aprobado por Decreto del Poder Ejecutivo de 28 de julio de 1926). Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Estatuto del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. (Aprobado por Decreto del Poder Ejecutivo de 1º de febrero de 1939). Buenos Aires: [s.ed.], 1939.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Instituto Bibliográfico*. Sesiones del año 1942. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos presentados por el directorio*. Buenos Aires: [n. ed.], [1914].

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Anexos*. Correspondientes al ejercicio 1914-1915. Buenos Aires: Busnelli & Caldelas, 1915.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1916-1917. Buenos Aires: Imp. Kidd & Cia., 1918.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1917-1918. Buenos Aires: Monreal y Merediz, 1919.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1918-1919. Buenos Aires: F. C. Monreal, 1920.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondiente al ejercicio 1919-1920. Buenos Aires: Escoffier, Caracciolo y Cia., 1921.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, Balance y Cuentas e informe del Director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio 1920-21. Buenos Aires: Caracciolo y Plantié, 1921.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y cuentas e informe del director de la Biblioteca*. Correspondientes al ejercicio de 1922. Buenos Aires: J. Bodner, 1922.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria, balance y cuentas*. Anexo a la memoria e informe del director de la Biblioteca. Correspondientes al ejercicio de 1923. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1923.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1924*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1924].

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del Director de la Biblioteca, de la Comisión de Consultorio y Patrocinio y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925].

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1927*. Informes del Director de la Biblioteca y del Director del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1927].

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1928*. Informe del Director de la Biblioteca. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1928.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1929*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1929.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1930*. Informes de los Directores de la Biblioteca, de la Revista y del Repertorio Jurídico. Buenos Aires: Fermi, 1930.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1931*. Informes de los Directores de la Biblioteca y de la Revista del Colegio. Buenos Aires: Fermi, 1931.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1932*. Buenos Aires: [n.ed.], 1932.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1933*. Buenos Aires: [n.ed.], 1933.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1934*. Buenos Aires: Belgrano, 1934.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1935*. Buenos Aires: Belgrano, 1935.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado el 31 de octubre de 1936*. Buenos Aires: [n. ed.], 1936.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado el 31 de octubre de 1937*. Buenos Aires: [n. ed.], 1937.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1938*. Buenos Aires: Belgrano, 1938.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1939*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1939.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1940*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1940.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1941*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1941.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1942*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1942.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del ejercicio terminado en 31 de octubre de 1943*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1943.

COLMO, Alfredo. El Código Civil en su cincuentenario. *Lecciones y Ensayos*. Buenos Aires, n. 12, 1959, p. 59-61.

COLMO, Alfredo. *La Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: L. J. Rosso y Cía., 1918.

COMISIÓN Organizadora. *Actas del Congreso Jurídico de Barcelona*. Septiembre de 1888. Barcelona: Imprenta de Jaime Jepús y Roviralta, 1889.

COMISIÓN de recepción. *Visita a la Argentina del Excmo. Sr. Presidente de los EE. UU. Del Brasil Dr. Getulio D. Vargas*. Reseña de los actos realizados y recopilación de documentos. Buenos Aires: Talleres Gráficos de Araujo Hnos., 1935.

CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux des séances et documents*. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905.

DUARTE, Gil. *A Paisagem legal do Estado Novo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1941.

FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928.

FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. II – Trabalhos do Congresso de Ensino Superior, realizado de 11 a 20 de Agosto de 1927. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1929.

FACULTAD de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires. *Homenaje al Brasil con motivo del centenario de su emancipación (1822-1922)*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Caracciolo y Plantié, 1923.

FAUCHILLE, Paul; ALVAREZ, Alejandro; LAPRADELLE, Albert de. Note sur la création à Paris d'une École de droit international et de droit comparé. In: UNION Juridique Internationale. *Séances et travaux de l'Union Juridique Internationale – Session de juin 1920 (3e session)*. Paris: [n.e.], 1920, p. 201.

FEDERAÇÃO Interamericana de Advogados. *Anais da segunda conferência*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1948-1951, 6v.

FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Instituto de Estudios Legislativos*. [s.l.]: [s.ed.], [193-].

FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Memoria Correspondiente al Primer Ejercicio*. Buenos Aires: [s.ed.], 1923.

FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Cuarta Conferencia Nacional de Abogados*. Tucumán Julio 13-18 de 1936. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1937.

FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Quinta Conferencia Nacional de Abogados*. Santa Fe Septiembre 1-8 de 1940. Antecedentes, programa, reglamento, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1941.

FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Tercera Conferencia Nacional de Abogados*. Mendoza 6-11 de noviembre de 1933. Programa, reglamento, versión taquigráfica y resoluciones. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1935.

FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Conferencia Nacional de Abogados*. Noviembre 17-22 de 1924. Antecedentes y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925.

FEDERACIÓN de Colegios de Abogados de la República Argentina. *Segunda Conferencia Nacional de Abogados*. Córdoba, octubre 26-29 de 1926. Programa, antecedentes, versión taquigráfica y anexos. Buenos Aires: Imprenta y Encuadernación de la Cámara de Diputados, 1927.

FEDERACIÓN Interamericana de Abogados. *Organización de la asociación y memoria de la Primera Conferencia*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-].

Fines del Instituto Popular de Conferencias. Buenos Aires: G. Kraft, 1917.

FOUILLÉE, Alfred. *L'idée moderne du droit*. Paris: Pierre Lafitte, 1913.

FRANCO, Afrânio de Melo. *Correlação do direito brasileiro e argentino*. Breve resenha sobre a elaboração do Código Civil do Brasil. Buenos Aires: Imprenta de José Tragant, 1917.

FRANCO, Afrânio de Melo. *Pela fraternidade continental americana*. (Discursos e entrevista a "La Nación", de BUENOS AIRES). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1924.

FRANCO, Afrânio de Melo. Prefácio. In: ALBERDI, Juan B.. *Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1941, p. 13-22.

GABAGLIA, Julio de Barros Raja. Ciências jurídicas e sociais no Brasil (1500-1900). In: ASSOCIAÇÃO do Quarto Centenário do Descobrimento do Brasil. *Livro do Centenário (1500-1900)*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, v. 3, p. ???.

GARCÍA MÉROU, Martín. *El Brasil intelectual*. Impresiones y notas literarias. Buenos Aires: Félix Lajouane, 1900.

GIL, Enrique. *Evolución del panamericanismo*. El credo de Wilson y el panamericanismo. Buenos Aires: Jesús Menendez, 1933.

GIL, Enrique. *Importance of the study of Argentine and Brazilian Civil Law*. New York: Columbia University, 1921.

GONNET, Manuel B.. Prólogo. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920, p. VII-XXII.

GONZÁLEZ SABATHIÉ, J. M.. *Informe sobre la abogacía en la Argentina*. Redactado por encargo de la *Federación Argentina de Colegios de Abogados* y en contestación a la encuesta de la *Union Internationale des Avocats*. Buenos Aires: Compañía Impresora Argentina, 1932.

GOYTÍA, Víctor Daniel. Unificación y mejoramiento de las leyes en Estados Unidos. In: FEDERACIÓN Argentina de Colegios de Abogados. *Conferencia Nacional de Abogados*. Programa, antecedentes, y versión taquigráfica. Buenos Aires: Talleres Gráficos de la Penitenciaría Nacional, 1925, p. 229-242.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Características atuais do Direito Positivo Brasileiro*. Série de conferências pelo rádio. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1931.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Livro do Centenário*. Páginas jurídicas de jurisconsultos, professores, magistrados e advogados. 1843-1943. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1943.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Pela ordem jurídico-política*. O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros e a reconstitucionalização nacional. Separata dos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1934. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1934.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório das Ocorrências e Principais Trabalhos no ano de 1925*. Apresentado em sessão de 22 de abril de 1926 pelo 1º Secretário, Advogado Arnaldo Medeiros da Fonseca. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1927.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório das Ocorrências e Principais Trabalhos no ano de 1927*. Apresentado em sessão de 18 de outubro de 1928 pelo 1º Secretário, Advogado Armando Vidal. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1931.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório do Primeiro Secretário Dr. João Pedro dos Santos*. Administração de 1934. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1935.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Relatório geral dos trabalhos do Primeiro Congresso Jurídico Brasileiro – 1908*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1909.

INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Semana Jurídica*. Rio de Janeiro: Papelaria e Tipografia Coelho, 1934.

INSTITUTO de Altos Estudios de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata. *Contribución a la obra preparatoria de la reforma del Código Civil*. Metodización y consolidación de leyes. La Plata: [s.ed.], 1930.

INSTITUTO de Altos Estudios de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales de la Universidad Nacional de La Plata. *Contribución a la obra preparatoria de la reforma del Código Civil*. Estudio crítico y proyectos. La Plata: [s.ed.], 1935.

INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Ciudadanía y Naturalización*. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1938.

INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Primera Asamblea Académica*. 20 de abril de 1939. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1939.

INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro I – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1940.

INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Proyecto de Reforma del Código Civil*. Libro II – Actas de la Sección de Derecho Civil. Buenos Aires: [s.ed.], 1946.

INSTITUTO Argentino de Estudios Legislativos. *Reforma del Código Civil*. Su extensión. Buenos Aires: Imprenta del Congreso Nacional, 1938.

INTER-AMERICAN Bar Association. *Organization of the Association and proceedings of the First Conference*. Baltimore: The Lord Baltimore Press, [194-].

INTER-AMERICAN Bar Association. *Resoluções da II conferência. Resolutions of the II conference. Resoluciones de la II conferencia. Résolutions de la II conférence*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

JACKSON, Robert H.. *El derecho por encima de las naciones*. Washington: [1942].

JOFRÉ, Tomás; ANASTASI, Leónidas. *Sus propósitos*, fragmentos, 1918. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor (coord.). *Antología del pensamiento jurídico argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2008, v. 2, p. 46-47.

LEVENE, Ricardo. *Síntese da História da Civilização Argentina*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1938.

LEVENE, Ricardo. Prologo. In: CALMON, Pedro. *Historia de la civilización brasileña*. Buenos Aires: Mercatali, 1937, p. 9-10.

LEWIS, William Draper. History of the American Law Institute and the First Restatement of the Law – “How we did it”. In: AMERICAN Law Institute. *Restatement in the Courts*. Permanent edition – 1932-1944. St. Paul: American Law Institute Publishers, 1945, p. 16.

LIMA, Oliveira. *En la Argentina (Impresiones de 1918-19)*. Montevideú: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1920.

LIMA, Oliveira. *Na Argentina (Impressões 1918-19)*. São Paulo: Rio de Janeiro: Weisflog Irmãos, 1920.

LOBO, Hélio. *Aos estudantes do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1918.

MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El Código Civil Brasileño*. Córdoba: Imprenta Cubas, 1916.

MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *Dalmácio Vélez Sársfield y el Código Civil Argentino*. Córdoba: Bautista Cubas, 1916.

MARTÍNEZ PAZ, Enrique. *El proceso de las ideas jurídicas del Brasil a través de sus jurisconsultos*. Córdoba: Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1935.

Memoria del Congreso Americano de Ciencias Sociales. Reunido en Tucumán durante los días comprendidos entre el 5 y 10 de julio de 1916 con motivo del primer centenario de la Independencia Argentina. Buenos Aires: José Tragant, 1917.

MILES, James B.. *Association for the Reform Codification of the Law of Nations*. A brief sketch of its formation. Paris: E. Brière, 1875.

MORIN, Gaston. La crise de la loi et du contrat – Ses manifestations – Ses remèdes. *Bulletin de la Société Française de Philosophie*. Paris, 24e année, n. 4, dez. 1924, p. 107-133.

LA NACIÓN. *Un Homenaje al Brasil en la fecha de su primer centenario*. 1822 – 7 de Septiembre – 1922. Buenos Aires: La Nación, 1922.

NONATO, Orozimbo; AZEVEDO, Filadelfo; GUIMARÃES, Hahnemann. *Anteprojeto de Código de Obrigações*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1941.

OJEA, Julio O.. El asesoramiento técnico en la formación de la ley. In: OJEA, Julio O.. *Problemas Forenses*. Buenos Aires: [s.ed.], 1940, p. 131-134.

OJEA, Julio O.. *La misión del jurista en la elaboración de la ley*. Los institutos de estudios legislativos. Buenos Aires: [s.ed.], 1942.

OLIVEIRA, Xavier de. *Intercâmbio intelectual americano: contribuição brasileira à criação do Instituto Interamericano de Cooperação Intelectual*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.

OTÁVIO, Rodrigo. *L'Amérique et la codification du droit international privé*. Paris: Librairie du Recueil Sirey, 1930.

OTÁVIO, Rodrigo. *Brasil y Argentina*. Alejandro de Guzmán en la historia colonial. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926.

OTÁVIO, Rodrigo. *El contratador de diamantes*. (Crónica de los tiempos coloniales). Buenos Aires: Tor, 1935.

OTÁVIO, Rodrigo. *Felisberto Caldeira*. Crônica dos tempos coloniais. Paris: Lisboa: Livrarias Aillaud e Bertrand, 1921.

OTÁVIO, Rodrigo. *A renovação do direito internacional*. Duas conferências realizadas em junho de 1928. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1928.

- PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Imprenta y Casa Editora Coni, 1920.
- PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: J. Lajouane & Cia., 1920.
- PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: El Ateneo, 1928.
- PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Claridad, 1934.
- PALACIOS, Alfredo. *El socialismo argentino y las reformas penales*. Buenos Aires: Claridad, 1936.
- PORTER, V. Mott (ed.). *Official report of the Universal Congress of Lawyers and Jurists*. St. Louis: [n.ed.], 1905.
- REAL Academia de Jurisprudencia y Legislación. *Congreso Jurídico Ibero-Americano*. Madrid: [n.ed.], 1893.
- REPETTO, Roberto; RIVAROLA, Rodolfo; MARTÍNEZ PAZ, Enrique; LAFAILLE, Héctor; TOBAL, Gastón Federico. Presentación al poder ejecutivo. In: REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I, p. XII-XXIV.
- REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1936, t. I.
- REY, Ricardo E. (org.). *Reforma del Código Civil*. Observaciones y actas de la Comisión. Buenos Aires: Gmo. Kraft Ltda., 1937, t. 1.
- RIVAROLA, Rodolfo. *La Constitución del Brasil en 1934*. Algunos aspectos políticos y sociales. Conferencia pronunciada en el Instituto Popular de Conferencias de Buenos Aires, el 17 de Mayo de 1935. Buenos Aires: L. López y Cia., 1935.
- RIVAROLA, Rodolfo. Prólogo. In: OTÁVIO, Rodrigo. *El contratador de diamantes*. (Crónica de los tiempos coloniales). Buenos Aires: Tor, 1935, p. 5-10.
- RIVAROLA, Rodolfo. Prologo. In: VIANNA, Oliveira. *Evolución del pueblo brasileño*. Buenos Aires: Mercatali, 1937.
- ROLIN-JAEQUEMYS, Gustave. De l'étude de la législation comparée et du droit international. *Revue de Droit International et de Législation Comparée*. Ghent, t. 1, n. 1, 1869, p. 1-17.
- RISOLIA, Marco Aurelio. *El Espíritu de la Legislación Civil y su Reforma*. Buenos Aires: Sección Publicaciones del Seminario de Ciencias Jurídicas y Sociales, 1940.
- RIVAROLA, Rodolfo. El porqué de esta publicación. In: OTÁVIO, Rodrigo. *Brasil y Argentina*. Alejandro de Guzmán en la historia colonial. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, 1926, p. 3.
- SALEILLES, Raymond. Rapport présenté à la commission d'organisation sur l'utilité, le but et le programme du congrès. In: CONGRÈS International de Droit Comparé. *Procès-verbaux*

des séances et documents. Paris: Librairie Générale de Droit et de Jurisprudence, 1905, p. 9-11.

SÁNCHEZ VIAMONTE, Carlos. Prólogo de la 2ª edición. In: PALACIOS, Alfredo. *El Nuevo Derecho*. Buenos Aires: Claridad, 1934, p. 15-17.

SANTOS, Deodato C. Vilella dos. *Relatório da Exposição de trabalhos jurídicos*. Realizada a 7 de setembro de 1894 pelo Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895.

SILGUEIRA, J. Honorio. Cómo Dios hizo la Bahía de Guanabara. In: COMISIÓN de Homenaje. *In Memoriam – Dr. J. Honorio Silgueira*. Buenos Aires: Lombardi y Cía., 1952, p. 174.

SILGUEIRA, J. Honorio. *Conferencias en Río de Janeiro*. Julio de 1934. Buenos Aires: [n. ed.], [1934].

SILVEIRA, Alfredo Balthazar da. *Instituto dos Advogados Brasileiros*. Memória histórica da sua fundação e da sua vida. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1944.

SOARES, José Carlos de Macedo. *O art. 183, nº IV do Código Civil Brasileiro e a sua modificação*. São Paulo: Augusto Siqueira & Comp., 1919.

SOARES, José Carlos de Macedo. *Justiça*. A revolta militar em São Paulo. Paris: Paul Dupont, 1925.

SOCIEDAD Científica Argentina. *Primera reunión del Congreso Científico Latino Americano*. Buenos Aires: Compañía Sudamericana de Billetes de Banco, 1898, v. 1.

SWIGGETT, Glen Levin (ed.). *Proceedings of the Second Pan American Scientific Congress*. Washington: Government Printing Office, 1917, v. VII (Section VI: International Law, Public Law and Jurisprudence).

SUÁREZ, José León. *Diplomacia Universitaria Americana*. Argentina en el Brasil. Buenos Aires: Imprenta Escoffier, Caracciolo y Cia., 1918.

UNIVERSIDAD Nacional de Córdoba. *Homenaje de la Universidad Nacional de Córdoba a los Estados Unidos del Brasil*. Mayo 28 de 1935. Córdoba: Imprenta de la Universidad Nacional de Córdoba, 1935.

UNIVERSIDAD Nacional de Córdoba. *Primer Congreso Nacional de Derecho Civil*. Organizado por la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Córdoba. Córdoba: Imprenta de la Universidad de Córdoba, 1928.

UNIVERSIDAD Nacional de Córdoba. *Segundo Congreso Nacional de Derecho Civil*. Córdoba: Imprenta de la Universidad de Córdoba, 1939.

VALLADÃO, Haroldo. *Centenário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros*. Discurso, como orador oficial do Instituto, na Sessão Magna realizada no Palácio Tiradentes, a 7 de Agosto de 1943. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1943.

VALLADÃO, Haroldo. *O ensino e o estudo do Direito especialmente do Direito Internacional Privado no Velho e no Novo Mundo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1940.

VALLANCE, William Roy. *Some outstanding events at the first conference of the Inter-American Bar Association*. March 24-28, 1941, Havana, Cuba. [Washington], [n. ed.], [1941] (separata do *Journal of the Bar Association of the District of Columbia*).

VARGAS, Getúlio. No limiar do ano de 1938. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. V – O Estado Novo, p. 123-

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. VI – Realizações do Estado Novo – 1 de agosto de 1938 a 7 de setembro de 1939. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, s/d.

VARGAS, Getúlio. Proclamação ao povo brasileiro. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. V – O Estado Novo, p. 24-25

VARGAS, Getúlio. A reforma das leis vigentes e a elaboração de novos códigos. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, s/d, v. I – Da Aliança Liberal às realizações do 1º ano de Governo, p. 109-128.

VIANNA, Manoel Álvaro de Sá. *Arbitragem internacional*. Rio de Janeiro: Aldina, 1901.

VIANNA, Manoel Álvaro de Sá (org.). *Congresso Jurídico Americano*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902, 3v.

VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Instituto dos Advogados Brasileiros – Cinquenta anos de existência*. Memória lida na sessão solene comemorativa do 50º aniversário do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1894.

VIANNA, Manoel Álvaro de Souza Sá. *Relatório dos trabalhos e ocorrências do Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros nos anos de 1904 e 1905*. Rio de Janeiro: Tipografia Hildebrandt, 1906.

ZEBALLOS, Estanislao S.. *La conquista de quince mil leguas*. Ensayo para la ocupación definitiva de la Patagonia (1878). Buenos Aires: Continente, 2008.

2. Bibliografia

ABÁSOLO, Ezequiel. Aportes del comparatismo jurídico al estudio de la circulación ABÁSOLO, Ezequiel (dir.). *La cultura jurídica latinoamericana y la circulación de ideas durante la primera mitad del siglo XX*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2014, p. 11-21.

ABÁSOLO, Ezequiel. La Argentina y lo argentino en los primeros debates constituyentes del Brasil republicano (1891-1946). *Em tempo*. Marília, v. 14, mar. 2016, p. 332-341.

ABÁSOLO, Ezequiel. Caracterización de los juristas argentinos de la primera mitad del siglo XX – La obra de Carlos Risso Domínguez y la validación de un modelo de análisis. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 36, 2008, p. 455-465.

ABÁSOLO, Ezequiel. Los Comentarios a la Constitución de Carlos Maximiliano Pereira dos Santos y la repercusión de la cultura jurídica argentina en Brasil durante la primera mitad del siglo XX. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 47, jan.-jun. 2014, p. 1-12.

ABÁSOLO, Ezequiel (dir.). *La cultura jurídica latinoamericana y la circulación de ideas durante la primera mitad del siglo XX*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2014.

ABÁSOLO, Ezequiel. O direito argentino nos debates constitucionais brasileiros de 1946. *Direito & Praxis*. Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, 2015, p. 254-271.

ABÁSOLO, Ezequiel. Interés argentino en la cultura jurídica brasileña a mediados del siglo XX: el caso de la revista *La Ley* durante el quinquenio 1941-1945. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 172, n. 452, jul.-set. 2011, p. 415-427.

ABÁSOLO, Ezequiel. El pensamiento de Clóvis Beviláqua y su impacto en los debates jurídicos argentinos de la primera mitad del siglo XX. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 178, n. 473, jan.-mar. 2017, p. 425-442.

ABÁSOLO, Ezequiel. Rui Barbosa y la cultura jurídica argentina: su percepción sobre los productos normativos y las reflexiones doctrinarias nacionales, y su papel en la construcción del prestigio asignado al derecho argentino en el Brasil. *Escritos*. Rio de Janeiro, v. 8, n. 8, 2014, p. 183-197.

ACHUGAR, Hugo. Quem é Enjolras? *Ariel* preso entre Vitor Hugo e *Jornada Nas Estrelas*. In: *Planetas sem boca*. Escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 101-119.

ADELMAN, Jeremy. What is global history now? *Aeon*. 2 mar. 2017. Disponível em: <https://aeon.co/essays/is-global-history-still-possible-or-has-it-had-its-moment>. Acesso em 27/03/18.

ADORNO, Sérgio. *Os aprendizes do poder*. O bacharelismo liberal na política brasileira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988; VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. *A nobreza togada*: as elites jurídicas e a política da justiça no Brasil. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2010 (Tese de doutorado em Ciência Política).

ALMEIDA, Marta de. Congressos e exposições científicas: tema e fontes para a história. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 197-208.

ALMEIDA, Marta de. Circuito aberto: ideias e intercâmbios médico-científicos na América Latina nos primórdios do século XX. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 13, n. 3, jul.-set. 2006, p. 746-747.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción al volumen II – Élités culturales en el siglo XX latinoamericano. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 9.

ALTAMIRANO, Carlos. Introducción general. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo*. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 9.

ALTAMIRANO, Carlos. *Para un programa de historia intelectual y otros ensayos*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2005.

AMERICAN Bar Association. History of the American Bar Association. Disponible em: https://www.americanbar.org/about_the_aba/history.html. Acesso em 06/12/2017.

ANCEAU, Éric; BOUDON, Jacques-Olivier; DARD, Olivier (dir.). *Histoire des internationales*. Europe, XIXe -XXe siècles. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2017.

ANDREWS, Catherine. *De Cádiz a Querétaro*. Historiografía y bibliografía del constitucionalismo mexicano. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

ARAGONESES, Alfons. Crisis del derecho privado y legislación especial en Francia y en Argentina. In: POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015, p. 119-151.

ARAGONESES, Alfons. *Un jurista del Modernismo*. Raymond Saleilles y los orígenes del derecho comparado. Madrid: Dykinson, 2009.

ARDAO, Arturo. Panamericanismo y latinoamericanismo. In: ZEA, Leopoldo (coord.). *América Latina en sus ideas*. México: Siglo XXI: UNESCO, 1986, p. 157-171.

ATKINS, G. Pope. *Encyclopedia of the Inter-American System*. Westport: Greenwood, 1997.

AUDREN, Frédéric. Introduction: l’histoire intellectuelle du droit ou la fin du “Grand Partage”. *Clio@Thémis*. Révue Électronique d’Histoire du Droit. n. IX, dez. 2015, p. 1-4. Disponible em: <http://www.cliothemis.com/Introduction-l-histoire,112>. Acesso em 10/02/2016.

AUDREN, Frédéric. Les professeurs de droit, la République et le nouvel esprit juridique – Introduction. *Mil neuf cent*. Revue d’histoire intellectuelle. Paris, n. 29, 2011, p. 13-18.

AVILA, Arthur Lima de. Indisciplinando a historiografia: do passado histórico ao passado prático, da crise à crítica. *Revista Maracanan*. Rio de Janeiro, n. 18, jan.-jun. 2018, p. 35-49.

BAGGIO, Kátia Gerab. La Argentina según Oliveira Lima. Impresiones de viaje, vida política y sociabilidad intelectual (1918-1919). In: MAILHE, Alejandra (org.). *Pensar al outro / pensar la nación*. Intelectuales y cultura popular en Argentina y América Latina. La Plata: Al Margen, 2010, p. 96-138.

BAGGIO, Kátia Gerab. Brasil e Hispano-América: representações e trocas intelectuais. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013, p. 167-183.

BAGGIO, Kátia Gerab. *A “outra” América: a América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1998 (Tese de doutorado em história social).

BAGGIO, Kátia Gerab. Dos trópicos ao Prata: viajantes brasileiros pela Argentina nas primeiras décadas do século XX. *História Revista*. Goiânia, v. 13, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 425-445.

BARING, Edward. Ideas on the move: context in transnational intellectual history. *Journal of the History of Ideas*. Philadelphia, v. 77, n. 44, out. 2016, p. 567-587.

BASTOS, Aurélio Wander. *A Ordem dos Advogados e o Estado democrático no Brasil*. Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisas do Estado do Rio de Janeiro, 2007 (Tese de doutorado em Ciência Política).

BAUER, Caroline Silveira. *Como será o passado*. História, Historiadores e a Comissão Nacional da Verdade. São Paulo: Paco Editorial, 2017.

BAUER, Caroline Silveira; NICOLAZZI, Fernando Felizardo. O historiador e o falsário. Usos públicos do passado e alguns Marcos da cultura histórica contemporânea. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 32, n. 60, set.-dez. 2016, p. 807-835.

BAYLY, C. A. et al.. AHR Conversation: On transnational history. *American Historical Review*. v. 111, n. 5, dez. 2006, p. 1440-1464.

BECKER LORCA, Arnulfo. *Mestizo International Law. A Global Intellectual History, 1842–1933*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014.

BÉGUEC, Gilles Le. *La République des Avocats*. Paris: Armand Colin, 2003.

BEIRED, José Luís Bendicho. *Sob o signo da nova ordem: intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: Loyola, 1999.

BELLEAU, Marie-Claire. Les juristes inquiets: clacissime juridique et critique du droit au début du XXe siècle en France. *Les Cahiers de Droit*. Québec, v. 40, n. 3, 1999, p. 507-544.

BERGEL, Martín; MARTÍNEZ MAZZOLA, Ricardo. América Latina como practica. Modos de sociabilidad intelectual de los reformistas universitarios (1918-1930). In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina: Los avatares de la “ciudad letrada” en el siglo XX*. Buenos Aires: Katz, 2010, p. 120-141.

BETHELL, Leslie. O Brasil e a ideia de “América Latina” em perspectiva histórica. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, 2009, p. 289-321.

BETHELL, Leslie. Conferências Pan-Americanas. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em:

<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CONFER%C3%84NCIAS%20PAN-AMERICANAS.pdf>. Acesso em 15/01/2018.

BIANCO, Giuseppe. Le long et monotone chapelet de l'Esprit universel. Courte histoire des premiers congrès de philosophie. *Revue de métaphysique et de morale*. Paris, n. 84, 2014/4, p. 483-497.

BLOCH, Marc. Pour une histoire comparée des sociétés européennes. *Revue de Synthèse Historique*. Paris, n. 46, 1928, p. 16-20.

BOMENY, Helena. Antiliberalismo como convicção: teoria e ação política em Francisco Campos. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). Os intelectuais do antiliberalismo. Projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 263-315.

BOMENY, Helena. Infidelidades eletivas: intelectuais e política. In: BOMENY, Helena (org.). *Constelação Capanema: Intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas; Bragança Paulista: Universidade de São Francisco, 2001, p. 11-35.

BONELLI, Maria da Gloria. O instituto da Ordem dos Advogados e o Estado: a profissionalização no Brasil e os limites dos modelos centrados no mercado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. São Paulo, v. 14, nº 39, fev. 1999, p. 61-81.

BONELLI, Maria da Gloria. *Profissionalismo e política no mundo do direito*. As relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado. São Carlos: EdUFSCar: Sumaré, 2002.

BOUCHERON, Patrick; DELALANDE, Nicolas. *Por uma história-mundo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

BOURDIEU, Pierre. A força do direito. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. In: *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007, p. 209-254.

BRANDI, Paulo. Franco, Afrânio de Melo. In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* (coords.). *Dicionário histórico-biográfico brasileiro: pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 2001. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/franco-afranio-de-melo>. Acesso em 08/03/2018.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2007.

BRUNO, Paula. *Paul Groussac: um estratega intelectual*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica: Universidad de San Andrés, 2005.

BRUNO, Paula. Presentación. Libro de visitas. In: BRUNO, Paula (coord.). *Visitas culturales en la Argentina (1898-1936)*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 9-21.

BRUNO, Paula (coord.). *Visitas culturales en la Argentina (1898-1936)*. Buenos Aires: Biblos, 2014.

BUCHBINDER, Pablo. *Los Quesada*. Letras, ciencias y política en la Argentina, 1850-1934. Buenos Aires: Edhasa, 2012.

BUCHBINDER, Pablo. *¿Revolución en los claustros?* La Reforma Universitaria de 1918. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BUSTELO, Natalia. Derecho, extensión universitaria y revolución social. La Reforma Universitaria en la Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires (1918-1930). *Revista Conflicto Social*. v. 9, n. 16, jul-dez 2016, p. 60-90.

BUSTELO, Natalia. *La Reforma Universitaria desde sus grupos y revistas: una reconstrucción de los proyectos y las disputas del movimiento estudiantil porteño de las primeras décadas del siglo XX (1914-1928)*. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2015 (Tese de doutorado em História).

CABRAL, André Costa. *Escritores brasileiros na correspondência passiva do Crítico Literário Plínio Barreto*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2009 (Dissertação de mestrado em Literatura Brasileira).

CAIMARI, Lila. *Mientras la ciudad duerme*. Pistoleros, policías y periodistas en Buenos Aires, 1920-1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2012.

CALDEIRA, Ana Paula Sampaio. *O bibliotecário perfeito*. O historiador Ramiz Galvão na Biblioteca Nacional. Porto Alegre: Edipucrs, Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2017.

CANTISANO, Pedro Jimenez. Direito, propriedade e reformas urbanas: Rio de Janeiro, 1903-1906. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai-ago 2016, p. 401-420.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. 2 – O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 107-143.

CAPELATO, Maria Helena. O “gigante brasileiro” na América Latina: ser ou não ser latino-americano. In: MOTA, Carlos Guilherme (org). *Viagem Incompleta*. A experiência brasileira (1500-2000): A grande transação. São Paulo: Senac, 2000, p. 285-316.

CAPELATO, Maria Helena. *Multidões em cena*. Propaganda política no varguismo e no peronismo. São Paulo: Unesp, 2009.

CARRIÓN, Jorge. *Livrarias*. Uma história da leitura e de leitores. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2018.

CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem: a elite política imperial*. *Teatro de Sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, jan.-dez. 2000, p. 123-152.

CASTRO, Fernando Vale. América em Revista: uma análise da *Revista de Derecho Historia y Letras*. In: MAIA, Andréa Casa Nova; MORAES, Marieta de (orgs.). *Outras histórias. Ensaios em História Social*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2012, p. 73-92.

CASTRO, Fernando Vale. *Pensando um continente: A Revista Americana e a criação de um projeto cultural para a América do Sul*. Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2012.

CATTAI, Júlio Barnez Pignata. *A revolta dos fatos contra a lei: antitotalitarismo e modernização jurídica no Brasil da Guerra Fria*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2018 (Tese de Doutorado em História Social).

CATTARUZZA, Alejandro. *Historia de la Argentina 1916-1955*. Buenos Aires: Siglo XXI, 2009.

CAVAROZZI, Marcelo. Sufragio universal y poder militar. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). *Historia mínima de Argentina*. Madrid: Turner; Cidade do México: El Colegio de México, 2014, p. 233-271.

CERUTTI, Simona. *Who is below?* E. P. Thompson, historien des sociétés modernes: une relecture. *Annales*. Paris, out.-dez. 2015, n. 4, p. 950-951.

CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter. Editors' preface. In: CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*. Frankfurt am Main: Campus, 2004, p. 13.

CHARLE, Christophe; SCHRIEWER, Jürgen; WAGNER, Peter (eds.). *Transnational intellectual networks. Forms of Academic Knowledge and the Search for Cultural Identities*. Frankfurt am Main: Campus, 2004.

CHIARAMONTE, José Carlos. Províncias ou Estados? As origens do federalismo platino. *Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Direito – UFRGS*. Porto Alegre, v. XII, n. 1, 2017, p. 73-114.

COELHO, Edmundo Campos. *As profissões imperiais. Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro, 1822-1930*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

COHEN, Deborah; O'CONNOR, Maura (eds.). *Comparison and History. Europe in cross-national perspective*. New York: Routledge, 2004.

COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. 94 años defendiendo la justicia, la ética y la libertad. Disponível em: <http://www.colabogados.org.ar/institucional/historia.php>. Acesso em 18/01/18.

COMPAGNON, Olivier. *O adeus à Europa. A América Latina e a Grande Guerra (Argentina e Brasil, 1914-1939)*. Rio de Janeiro: Rocco, 2014.

CRESPO, Regina Aída. Cultura e política: José Vasconcelos e Alfonso Reyes no Brasil (1922-1938). *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 23, n. 45, jul. 2003, p. 187-208.

DAVID, René. *Os grandes sistemas do direito contemporâneo*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

DEROUSSIN, David. Le Projet de Code des obligations et des contrats franco-italien de 1927: chant du cygne de la culture juridique latine? *Clio@Thémis*. Révue Électronique d'Histoire du Droit. n. II, nov. 2009. Disponível em: <http://www.cliothemis.com/Le-Projet-de-Code-des-obligations>. Acesso em 10/10/2018.

DEZALAY, Yves; GARTH, Bryant G. *The internationalization of Palace Wars*. Lawyers, Economists and the Contest to Transform Latin American States. Chicago: The University of Chicago Press, 2002.

DÍAZ COUSELO, José María. El código civil y su reforma – Presentación. In: TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. *Antología del Pensamiento Jurídico Argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2007, v. 1, p. 223-227.

DOSSE, François. Histoire intellectuelle. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). *Historiographies, I*. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, p. 378-390.

DOUKI, Caroline; MINARD, Philippe. Histoire globale, histoires connectées: un changement d'échelle historiographique?. *Revue d'histoire moderne et contemporaine*. 2007/5, n° 54-4bis, p. 7-21.

DUARTE, Regina Horta. *A biologia militante*. O Museu Nacional, especialização científica, divulgação do conhecimento e práticas políticas no Brasil. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

DULCI, Tereza Maria Spyer. *As Conferências Pan-Americanas (1889 a 1928)*. Identidades, união aduaneira e arbitragem. São Paulo: Alameda, 2013.

DUMONT, Juliette. *De la coopération intellectuelle à la diplomatie culturelle*. Les voies/x de l'Argentine, du Brésil et du Chili (1919-1946). Paris: Université Sorbonne Nouvelle – Paris 3, 2013 (Tese de doutorado em História).

DUMONT, Juliette. *L'Institut International de Coopération Intellectuelle et le Brésil*. Paris: IHEAL, 2008.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador*. Da cátedra ao tribunal. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas. *O ardil totalitário*. Imaginário político no Brasil dos anos 1930. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

DUTRA, Eliana de Freitas. Le Brésil au-delà des frontières: la « Collection Brésilienne » et l'Institut National du Livre dans les circuits diplomatiques du livre brésilien. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 393-409.

DUTRA, Eliana de Freitas. A nação nos livros: a biblioteca ideal na coleção Brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, Nação e Edição: O lugar dos impressos na construção da vida política*. São Paulo: Annablume, 2006, p. 299-314.

DUTRA, Eliana de Freitas. Projetos editoriais e exposições do livro no espaço latino-americano: intelectuais e trocas culturais. 1930-1940. In: *Actas del I Coloquio Argentino de Estudios Sobre el Libro y la Edición*. La Plata: Instituto de Investigaciones en Humanidades y Ciencias Sociales, Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 8. Disponível em: <http://coloquiolibroyedicion.fahce.unlp.edu.ar/actas>. Acesso em 13/01/2016.

DUTRA, Eliana de Freitas. *Rebeldes literários da República*. História e identidade nacional no *Almanaque Brasileiro Garnier* (1903-1914). Belo Horizonte: UFMG, 2005.

DUTRA, Eliana de Freitas. A tela imortal: o catálogo da Exposição de História do Brasil de 1881. *Anais do Museu Histórico Nacional*. Rio de Janeiro, n. 37, 2005, p. 159-179.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (orgs.). *Política, nação e edição*. O lugar dos impressos na construção da vida política. São Paulo: Annablume, 2006.

DUVE, Thomas. El contexto alemán del pensamiento de Ernesto Quesada. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 30, 2002, p. 173-199.

DUVE, Thomas. Global legal history – A methodological approach. *Max Planck Institute for European Legal History Research Paper Series No. 2016-04*. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=2781104>. Acesso em 13/05/17.

ESQUIROL, Jorge L.. Latin America. In: FASSBENDER, Bardo; PETERS, Anne (eds.). *The Oxford Handbook of the History of International Law*. Oxford: Oxford University Press, 2012, p. 570-572.

ESPAGNE, Michel. Sur les limites du comparatisme en histoire culturelle. *Genèses*. n. 17, 1994, p. 112-121.

ESPAGNE, Michel. Transferts culturels et histoire du livre. *Histoire et Civilisation du Livre – Revue internationale*. Genebra, v. 5, 2009, p. 201-218.

ETTER, Anne-Julie; GRILLOT, Thomas. Le goût de l'archive est polyglotte – Entretien avec Sanjay Subrahmanyam. *La Vie des Idées*, 27 de janeiro de 2012. Disponível em: <https://laviedesidees.fr/Le-gout-de-l-archive-est-polyglotte.html>. Acesso em 10/10/18.

FAGUNDES, Luciana. Participação brasileira na Primeira Guerra Mundial. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em 18/02/2018.

FARGE, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2009.

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? *Educação e Sociedade*. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002, p. 34.

FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um Estadista da República: Afrânio de Melo Franco e seu tempo*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1955, v. 2.

FRIEDMAN, Lawrence M.. *Breve Historia del Derecho Estadunidense*. Ciudad de México: Universidad Autónoma de México, 2007.

FUNES, Patricia. *Salvar la nación*. Intelectuales, cultura y política en los años veinte latinoamericanos. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2006.

GAGNEBIN, Jeanne-Marie. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: Magia e Técnica, Arte e Política*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 7-19.

GALEANO, Diego. *Criminosos viajantes*. Circulações transnacionais entre Rio de Janeiro e Buenos Aires, 1890-1930. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2016.

GALVÃO, Laila Maia. Espaços de construção da interpretação constitucional: análise dos congressos jurídicos da Primeira República. *Revista Jurídica da Presidência*. Brasília, v. 19, n. 118, jun-set. 2017, p. 377-401.

GALVÃO, Laila Maia. *História constitucional brasileira na Primeira República: um estudo da intervenção federal no Estado do Rio de Janeiro de 1923*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado em Direito).

GARCIA, Patrick. Usages publics de l’histoire. In: DELACROIX, Christian; DOSSE, François; GARCIA, Patrick; OFFENSTADT, Nicolas (dir.). *Historiographies*. Concepts et débats. Paris: Gallimard, 2010, v. 2, 912-926.

GARCÍA FERRARI, Mercedes. Un saber “sudamericano”. La dactiloscopia en el Congreso Científico Latinoamericano, 1901-1909. *Historia Crítica*. Bogotá, n. 60, abr.-jun. 2016, p. 81-101.

GARCÍA FERRARI, Mercedes; GALEANO, Diego. Polícia, antropometria e datiloscopia: história transnacional dos sistemas de identificação, do rio da Prata ao Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 23, supl., dez. 2016, p. 171-194.

GINZBURG, Carlo. Controlando a Evidência: O Juiz e o Historiador. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogério F. da (orgs.). *Nova História em Perspectiva*. v. 1 – Propostas e Desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011, p. 341-358.

GINZBURG, Carlo. *Le juge et l’historien*. Considérations en marge du procès Sofri. Lagrasse: Verdier, 2007.

GOMES, Angela de Castro. *Burguesia e trabalho*. Política e legislação social no Brasil (1917-1937). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2014.

GOMES, Angela de Castro. “É a história uma ciência?”: o IHGB e os historiadores da Primeira República. In: *A República, a História e o IHGB*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009, p. 21-52.

GOMES, Angela de Castro. Estado Novo: ambiguidades e heranças do autoritarismo no Brasil. In: ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários*. Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. v. 2, Brasil e América Latina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 35-70.

GOMES, Angela de Castro. *História de chinelo*: o ensino da história através do rádio no Brasil dos anos 1950. In: ROCHA, Helenice Aparecida Bastos; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; GONTIJO, Rebeca. (Org.). *O ensino de História em questão*: cultura histórica, usos do passado. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p. 243-260.

GOMES, Angela de Castro. *História e historiadores*. A política cultural do Estado Novo. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

GOMES, Angela de Castro. Novas elites burocráticas. In: GOMES, Angela de Castro (coord.); DIAS, José Luciano de Mattos; MOTTA, Marly da Silva. *Engenheiros e economistas*: novas elites burocráticas. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, p. 1-12.

GOMES, Angela de Castro. Oliveira Vianna: o Brasil do insolidarismo ao corporativismo. In: LIMONCIC, Flávio; MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes (orgs.). *Os intelectuais do antiliberalismo*: Projetos e políticas para outras modernidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 205.

GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos. Apresentação – Intelectuais, mediação cultural e projetos políticos: uma introdução para a delimitação do objeto de estudo. In: GOMES, Angela de Castro; HANSEN, Patricia Santos (orgs.). *Intelectuais mediadores*. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 10.

GOMES, Angela de Castro; KODAMA, Kaori; FONSECA, Maria Rachel Fróes da. Apresentação: Imprensa e mediadores culturais. *Varia Historia*. Belo Horizonte, v. 34, n. 66, set-dez. 2018, p. 593-600.

GÓMEZ, Hernán E.. Los diarios como espacios públicos. *La Prensa* en la vida social de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Intersecciones en Antropología*. Tandil, v. 9, 2008, p. 265.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. El “momento mutualista” en la formulación de un sistema de protección social en Argentina: socorro mutuo y prevención subsidiada a comienzos del siglo XX. *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 157-192.

GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar; HILAIRE-PERÉZ, Liliane (dirs.). *Les Savoirs-Mondes*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

GONZÁLEZ-LEANDRI, Ricardo. Campos e imaginarios profesionales en América Latina. Renovación y estudios de caso. *Anuario IEHS*. Tandil, v. 21, 2006, p. 333-344.

GONZÁLEZ LEANDRI, Ricardo; GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. Introducción. *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, p. 11-22.

GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. Legal aid, social workers and the redefinition of the legal profession in Chile, 1925-1960. *Law & Social Inquiry*. v. 42, n. 2, spring 2017, p. 347-397.

GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne. *The rule of lawyers: the politics of the legal profession and legal aid in Chile, 1915 to 1964*. New York: Columbia University, 2018 (Tese de doutorado em História).

GRAFTON, Anthony. The history of ideas: precept and practice, 1950-2000. *Journal for the History of Ideas*. Philadelphia, v. 76, n. 1, jan. 2006, p. 1-32.

GREJO, Camila Bueno. *Escrita em ação: intelectuais e nação na Revista de Derecho, Historia y Letras (1898-1916)*. Assis: Universidade Estadual Paulista, 2016 (Tese de doutorado em História).

GRUZINSKI, Serge. Les mondes mêlés de la Monarchie catholique et autres “connected histories”. *Annales. Histoire, Sciences Sociales*. Paris, 56e année, n. 1, jan-fév. 2001, p. 85-117.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares; MOTTA, Marly Silva. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 3 – O IOAB na Primeira República. Brasília: OAB, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares. *História da Ordem dos Advogados do Brasil*. 4 – Criação, primeiros percursos e desafios. Brasília: OAB, 2003.

GUIMARÃES, Lúcia Maria Paschoal; BESSONE, Tânia Maria Tavares. Myrthes Gomes de Campos (1875-?): pioneirismo na luta pelo exercício da advocacia e defesa da emancipação feminina. *Gênero*. Niterói, v. 9, n. 2, 1º sem. 2009, p. 135-151.

GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. La construcción de la ciudadanía, 1912-1955. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores populares, cultura y política*. Buenos Aires: Siglo XXI, p. 155-174.

GUTIÉRREZ, Leandro H.; ROMERO, Luis Alberto. Sociedades barriales y bibliotecas populares. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores Populares, Cultura y Política*. Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 71-107.

HAKIM, Nader; MALHERBE, Marc (eds.). *Thémis dans la Cité*. Contribution à l’histoire contemporaine des facultés de droit et des juristes. Bordeaux: Presses Universitaires de Bordeaux, 2010.

HALLIDAY, Terence C.. The politics of lawyers: an emerging agenda. *Law and social inquiry*. V. 24, 1999, p. 1007-1011.

HALPÉRIN, Jean-Louis. *L’impossible Code Civil*. Paris: PUF, 1992.

HALPÉRIN, Jean-Louis. Laboulaye, historien du droit et/ou comparatiste. *Revue internationale de droit comparé*. Paris, v. 63, n. 3, 2011, p. 517-525.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *La Argentina y la tormenta del mundo*. Ideas e ideologías entre 1930 y 1945. Buenos Aires: Siglo XXI, 2013.

HALPERIN DONGHI, Tulio. *Vida y muerte de la República Verdadera (1910-1930)*. Buenos Aires: Emecé, 2007.

HARTOG, François. *Croire en l'histoire*. Paris: Flammarion, 2013.

HARTOG, François; BARUCH, Marc Olivier; THOMAS, Yan; GAUDARD, Pierre-Yves; AZÉMA, Jean-Pierre; KIEJMAN, Georges. Dossier: Vérité Judiciaire, vérité historique. *Le Débat*, n. 102, nov-déc. 1998, p. 3-51.

HARTOG, François; REVEL, Jacques (dir.). *Les usages politiques du passé*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 2001.

HAUSER, Claude; VALLOTON, François. Introduction. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIÉ, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 7-16.

HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIÉ, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde, 2011.

HEREDIA, Mariana. *Cuando los economistas alcanzaron el poder*. (o cómo se gestó la confianza en los expertos). Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2015.

HERRERA, Carlos Miguel. Doctrine juridique et politique: à la recherche du regard interne. In: DOAT, Mathieu; LE GOFF, Jacques; PÉDROT, Philippe (org.). *Droit et complexité*. Pour une nouvelle intelligence du droit vivant. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2007, p. 83-92.

HERRERA, Carlos Miguel. Jean Jaurès y León Duguit en Buenos Aires: el político, el científico, lo social. In: BRUNO, Paula. *Visitas culturales en la Argentina (1898-1936)*. Buenos Aires: Biblos, 2014, p. 97-119.

HERINGER, Victor. Sobre escrever, segundo métodos diversos. Disponível em: <http://www.enfermaria6.com/blog/2018/3/8/victor-heringer-1988-2018>. Acesso em 10/10/18.

HESPANHA, António Manuel. *Cultura Jurídica Europeia: síntese de um milênio*. Coimbra: Almedina, 2012.

HESPANHA, António Manuel. Form and content in early modern legal books. Bridging the gap between material bibliography and the history of legal thought. *Rechtsgeschichte*. Frankfurt am Main, n. 12, 2008, p. 12-50.

HUNT, Lynn. *Writing History in the global era*. New York: W. W. Norton & Company, 2014.

HURTADO ARIAS, Aura Esnelia. *Cartas, rádios e impressos: cultura escrita camponesa na Colômbia (1953-1974)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016 (Dissertação de Mestrado em História Social).

INTERNATIONAL Association of Penal Law. History of the International Association of Penal Law. Disponível em: <http://www.penal.org/en/node/168>. Acesso em 15/05/18.

INTERNATIONAL Bar Association. About the IBA. Disponível em: https://www.ibanet.org/About_the_IBA/About_the_IBA.aspx. Acesso em 06/12/2017.

JACKSON, Luiz Carlos; BLANCO, Alejandro. *Sociologia no Espelho*. Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários no Brasil e na Argentina. São Paulo: Editora 34, 2014.

JAMIN, Christophe. Dix-Neuf Cent: crise et renouveau de la culture juridique. In: ALLAND, Denis; RIALS, Stéphane (dirs.). *Dictionnaire de la culture juridique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2003, p. 380-384.

JAMIN, Christophe. Le vieux rêve de Saleilles et Lambert revisité. À propos du centenaire du Congrès international de droit comparé de Paris. *Revue internationale de droit comparé*. v. 52, n. 4, oct.-déc. 2000, p. 733-751.

JELIN, Elizabeth. *Los trabajos de la memoria*. Madri: Siglo XXI, 2002.

KENNEDY, Duncan. Three Globalizations of Law and Legal Thought: 1850-2000. In: TRUBEK, David; SANTOS, Álvaro (eds.). *The New Law and Economic Development*. A critical Appraisal. New York: Cambridge University Press, 2006, p. 19-73.

KIRKENDALL, Andrew J.. *Class mates*. Male student culture and the making of a political class in Nineteenth-Century Brazil. Lincoln: University of Nebraska Press, 2002.

KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Palo Alto: Stanford University Press, 2017.

KOCKA, Jürgen. Para além da comparação. *Esboços*. Florianópolis, v. 21, n. 31, ago. 2014, p. 279-286.

KOSELLECK, Reinhart. Histoire, droit et justice. In: *L'expérience de l'histoire*. Paris: Seuil, Gallimard, 1997, p. 161-180.

KOSKENNIEMI, Martti. *The gentle civilizer of nations*. The rise and fall of International Law 1870-1960. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

KUHLMANN JR., Moysés. Congressos Profissionais no final do século XIX e início do século XX: ciência e política. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos (orgs.). *Ciência, civilização e república nos trópicos*. Rio de Janeiro: Mauad X: Faperj, 2010, p. 179-195.

LACAPRA, Dominick. Rhetoric and history. In: *History & Criticism*. Ithaca: Cornell University Press, 1985, p. 15-44.

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O patrimônio por escrito: a política editorial do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional durante o Estado Novo (1937-1946)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2010 (Dissertação de Mestrado em História).

LANARI, Raul Amaro de Oliveira. *O projeto de Organização Nacional de Mário Augusto Teixeira de Freitas: segurança nacional e desenvolvimento nas décadas de 1930 e 1940*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2016 (Tese de Doutorado em História).

LANG, Alice Beatriz da Silva Gordo. Gordo, Adolfo. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/PARTICIPA%C3%87%C3%83O%20BRASILEIRA%20NA%20PRIMEIRA%20GUERRA%20MUNDIAL.pdf>. Acesso em 20/05/2018.

LEIVA, Alberto David. La enseñanza del derecho y la formación de los juristas en la primera mitad del siglo XX. *Academia: Revista sobre enseñanza del derecho de Buenos Aires*. Buenos Aires, n. 10, 2007, p. 101-115.

LEIVA, Alberto David. *Historia del Colegio de Abogados de la Ciudad de Buenos Aires*. Buenos Aires: Ad-Hoc, 2005.

LEONARDS, Chris. Visitors to the International Penitentiary Congress. A transnational platform dealing with penitentiary care. *Österreichische Zeitschrift für Geschichtswissenschaften*. Viena, v. 26, n. 3, 2015, p. 80-101.

LESSA, Carlos. A preeminência profissional e o Estado brasileiro: dos juristas aos economistas. In: PRIORE, Mary del (org.). *Revisão do Paraíso*. Os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000, p. 303-352.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LLOREDO ALIX, Luis M.. Rafael Altamira y Adolfo Posada: dos aportaciones a la socialización del derecho y su proyección en Latinoamérica. *Rechtsgeschichte*. Frankfurt am Main, n.20, 2012, p. 209-233.

Lobo, Hélio. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LOBO,%20H%C3%A9lio.pdf>. Acesso em 18/02/2018.

LÖWY, Michel. *Walter Benjamin: aviso de incêndio*. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”. São Paulo: Boitempo, 2005.

LUCA, Tania Regina de. *Leituras, projetos e (Re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Unesp, 2011.

LUCA, Tania Regina de. A produção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) em acervos norte-americanos: estudo de caso. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 31, nº 61, 2011, p. 271-296.

LUCA, Tania Regina de. *A Revista do Brasil: Um diagnóstico para a (N)ação*. São Paulo: Unesp, 1999.

LYONS, Martyn; MOLLIER, Jean-Yves. L'histoire du livre dans une perspective transnationale. *Histoire et civilisation du livre*. Genebra, v. 8, 2012, p. 9-20.

Malho, O. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/MALHO,%20O.pdf>. Acesso em 15/09/2018.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. Tradições de história global na América Latina e no Caribe. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abr. 2015, p. 30-49.

MARVÁN LABORDE, Ignacio. *Cómo hicieron la Constitución de 1917*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme de. *Os cruzados da ordem jurídica*. A atuação da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), 1945-1964. São Paulo: Alameda, 2013.

MAUREL, Chloé. *Manuel d'histoire globale*. Comprendre le « global turn » des sciences humaines. Paris: Armand Colin, 2014.

MCMAHON, Darrin M.; MOYN, Samuel (ed.). *Rethinking modern European intellectual history*. New York: Oxford University Press, 2014.

MECCARELLI, Massimo; PALCHETTI, Paolo (eds.). *Derecho en movimiento*. Personas, derechos y derecho en la dinámica global. Madrid: Dykinson, 2015.

MECCARELLI, Massimo; SOLLA SASTRE, María Julia (eds.). *Spatial and Temporal Dimensions for Legal History: Research Experiences and Itineraries*. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2016.

MELLOT, Jean-Dominique. Avant-propos. *Histoire et civilisation du livre*. Genebra, nº 1, 2005, p. 5-10.

MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. *Evaristo de Moraes, tribuno da República*. Campinas: Unicamp, 2007.

MENONCELLO, Aline Michelini. Julgamentos a serviço da história. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 22, dez. 2016, p. 238-257.

MICELI, Sergio. Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945). In: MICELI, Sergio. *Intelectuais à Brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 69-291.

MORAÑA, Mabel. Revistas culturales y mediación letrada en América Latina. *Outra Travessia*, nº 40/1, Ilha de Santa Catarina, 2º sem. 2003, p. 67-74.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos*. A questão nacional no centenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV: CPDOC, 1992.

MOYN, Samuel; SARTORI, Andrew. Approaches to global intellectual history. In: MOYN, Samuel; SARTORI, Andrew (eds.). *Global intellectual history*. New York: Columbia University Press, 2013, p. 4-30.

MÜLLER, Christian. The politics of expertise. The Association Internationale pour le Progrès des Sciences Sociales, democratic peace movements and international law networks in Europe, 1850-1875. In: RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere*. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s. New York: Berghahn, 2015, p. 131-151.

NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano. Intelectuales y expertos. Hacia una sociología histórica de la producción del conocimiento sobre la sociedad en la Argentina. In: NEIBURG, Federico; PLOTKIN, Mariano (comp.). *Intelectuales y expertos*. La constitución del conocimiento social en la Argentina. Buenos Aires: Paidós, 2004, p. 15-30.

NEPOMUCENO, Maria Margarida Cintra. *A missão cultural brasileira no Uruguai: a construção de um modelo de diplomacia cultural do Brasil na América Latina (1930-1945)*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de Doutorado em Integração da América Latina).

NERHOT, Patrick. No princípio era o direito... In: BOUTIER, Jean; JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*. Campos e canteiros da história. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, p. 91-103.

NEVES, Livia Lopes. *Pensamento da América: intelectualidade e Estado Novo em um projeto comungado (1941-1945)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).

NUÑEZ, Jorge Alberto. *Fernando Cadalso y la reforma penitenciaria en España*. Madrid: Universidad Carlos III, 2014.

OLIVEIRA, Ângela Meirelles de. *Palavras como balas*. Imprensa e intelectuais antifascistas no Cone Sul (1933-1939). São Paulo: Alameda, 2016.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense; Brasília: CNPq, 1990.

PACHÁ, Sergio. Introdução. In: BARBOSA, Rui. *Os conceitos modernos do direito internacional*. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 1982, p. 1.

PAGANO, Nora. Una conmemoración de la declaración de la independencia argentina: el Congreso Americano de Ciencias Sociales (1916). *Pasado Abierto*. Mar del Plata, nº4, jul.-dez. 2016, p. 6-22.

PALACIO, Juan Manuel. *La justicia peronista*. La construcción de un nuevo orden legal en la Argentina. Buenos Aires: Siglo XXI, 2018.

PANTOJA, Sílvia. Otávio, Rodrigo. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: [http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20\(2\).pdf](http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/OT%C3%81VIO,%20Rodrigo%20(2).pdf). Acesso em 06/02/2018.

PÉCAUT, Daniel. *Os intelectuais e a política no Brasil*. Entre o povo e a nação. São Paulo: Ática, 1990.

PENA, Eduardo Spiller. *Pajens da casa imperial*. Jurisconsultos, escravidão e a Lei de 1871. Campinas: Unicamp, 2001.

PEREIRA, Affonso Celso Thomaz. *A terceira margem do Prata*. Alberdi, Sarmiento e a conformação do discurso republicano na imprensa chilena, 1841-1852. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2015 (Tese de doutorado em História).

PÉREZ PERDOMO, Rogelio. Los juristas como intelectuales y el nacimiento de los estados naciones en América Latina. In: ALTAMIRANO, Carlos (org.). *Historia de los intelectuales en América Latina*: La ciudad letrada, de la conquista al modernismo. Buenos Aires: Katz, 2008, p. 168-183.

PÉREZ PERDOMO, Rogelio. *Latin American Lawyers*. A historical introduction. Stanford: Stanford University Press, 2006.

PETIT, Carlos. Lambert en la Tour Eiffel, o el derecho comparado de la Belle Époque. In: PADOA-SCHIOPPA, Antonio (ed.). *La comparazione giuridica tra Otto e Novecento*. Milão: Instituto Lombardo di Scienze e Lettere, 2001, p. 53-98.

PICCHIA, Lucia Barbosa del. *Estado, democracia e direitos na crise do constitucionalismo liberal*: uma comparação entre o pensamento jurídico francês e o brasileiro. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012 (Tese de Doutorado em Direito).

PIHLAJAMÄKI, Heikki. Comparative contexts in legal history. Are we all comparatists now? *Sequência*. Florianópolis, n. 70, jun. 2015, p. 57-75.

PLANAS, Javier. *Libros, lectores y sociabilidades de lectura*. Una historia de los orígenes de las bibliotecas populares en la Argentina. Buenos Aires: Ampersand, 2017.

PLOTKIN, Mariano Ben. Notas para un análisis comparativo de la constitución del campo de los economistas en Argentina y Brasil. *Anuario IEHS*. Tandil, v. 21, 2006, p. 467-494.

PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo. Introducción. Saberes de Estado en la Argentina, siglos XIX y XX. In: PLOTKIN, Mariano Ben; ZIMMERMANN, Eduardo (comp.). *Los Saberes del Estado*. Buenos Aires: Edhasa, 2012, p. 9-28.

POLOTTO, María Rosario. Hacia una nueva experiencia del derecho. El debate en torno a la enseñanza práctica del derecho en la Universidad de Buenos Aires a comienzos del siglo XX. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 34, 2006, p. 213-239.

POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas. Introducción. In: POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y*

modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX. Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015, p. 1-10.

POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX.* Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015.

PRIVITELLIO, Luciano de; LÓPEZ, Ignacio. La década del treinta. *Dossiers por historiapolitica.com*. Buenos Aires, n. 53, jul 2015. Disponível em: <http://historiapolitica.com/dossiers/dossier-la-decada-del-treinta/>. Acesso em 24/08/18.

PUGLIESE, Maria Rosa. La denominada “crisis del derecho” desde la perspectiva argentina durante el período de entre guerras mundiales (1920-1940). In: POLOTTO, María Rosario; KEISER, Thorsten; DUVE, Thomas (eds.). *Derecho privado y modernización: América Latina y Europa en la primera mitad del siglo XX.* Frankfurt am Main: Max-Planck-Institut für Europäische Rechtsgeschichte, 2015, p. 83-118.

PRADO, Maria Ligia Coelho. O Brasil e a distante América do Sul. *Revista de História*. São Paulo, n. 145, 2001, p. 127-149.

PRADO, Maria Ligia Coelho. Repensando a História Comparada da América Latina. *Revista de História*. São Paulo, n. 153, 2005, p. 11-33.

PREUSS, Ori. *Bridging the Island*. Brazilians’ views of Spanish America and themselves, 1865-1912. Frankfurt: Madrid: Iberoamericana-Verveurt, 2011.

PREUSS, Ori. *Transnational South America: experiences, ideas, and identities, 1860s-1900s*. New York: Routledge, 2015.

PUGLIESE, Maria Rosa. La revista de *Jurisprudencia Argentina*: los orígenes de una larga empresa editorial. In: TÁU ANZOÁTEGUI, Victor (org.). *La revista jurídica en la cultura contemporánea*. Buenos Aires: Ciudad Argentina, 1997, p. 199-241.

PUTNAM, Lara. The transnational and the text-searchable: digitized sources and the shadows they cast. *American Historical Review*. v. 121, n. 2, abr. 2016, p. 377-402.

QUEIROZ, Rafael Mafei Rabelo. *A modernização do direito penal brasileiro. Sursis*, livramento condicional e outras reformas do sistema de penas clássico no Brasil, 1924-1940. São Paulo: Quartier Latin, 2007.

RABASA ESTEBANELL, Emilio. *El derecho de propiedad en la Constitución mexicana de 1917*. Cidade do México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

RAMA, Ángel. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RAMOS, Julio. *Desencontros da modernidade na América Latina*. Literatura e política no século XIX. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 17, abr. 2015, p. 318-332.

RASMUSSEN, Anne. L'arène internationale de la science (1860-1914). In: CHARLE, Christophe; JEANPIERRE, Laurent (dirs.). *La vie intellectuelle en France*. Paris: Seuil, 2017, v. 1, p. 599-604.

REAL, Regina Monteiro. *Rui Barbosa em Buenos Aires*. Cinquentenário da Embaixada a Buenos Aires. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1969.

REDOR, Marie-Joëlle. "C'est la faute à Rousseau". Les juristes contre les parlementaires sous la IIIe République. *Politix*. v. 8, n° 32, quatrième trimestre 1995, p. 89-96.

RENOLIET, Jean-Jacques. *L'UNESCO oubliée*. La Société des Nations et la coopération intellectuelle (1919-1946). Paris: Publications de la Sorbonne, 1999.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In: REVEL, Jacques (org.). *Jogo de escalas*. A experiência da microanálise. Rio de Janeiro: FGV, 1998, p. 15-38.

RINKE, Stefan; KRIEGESMANN, Karina. Latin America. In: DANIEL, Ute *et. al.* (eds.). *1914-1918-online*. International Encyclopedia of the First World War. Berlin: Freie Universität, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.15463/ie1418.10760>. Acesso em 18/02/2018.

RIZZI, Ester Gammardella. *Revolução Mexicana: o direito em tempos de transformação social*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2016 (Tese de Doutorado em Direito).

ROCCA, Pablo. Por qué, para qué una revista (Sobre su naturaleza y su función en el campo cultural latinoamericano). *Hispanamerica*. v. XXXIII, n. 99, dez. 2004, p. 3-19.

RODGERS, Daniel. *Atlantic Crossings*. Social politics in a progressive age. Cambridge: Belknap Press, 1998.

RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob. Introduction. In: RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere*. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s. New York: Berghahn, 2015, p. 1-20.

RODOGNO, Davide; STRUCK, Bernhard; VOGEL, Jakob (eds.). *Shaping the transnational sphere*. Experts, networks and issues from the 1840s to the 1930s. New York: Berghahn, 2015.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. Embaixadas originais: diplomacia, jornalismo e as relações Argentina-Brasil (1888-1935). *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 18, n. 36, set.-dez. 2017, p. 537-562.

ROLDÁN, Darío (comp.) *Crear la democracia*. La Revista Argentina de Ciencias Políticas y el debate en torno de la República Verdadera. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006.

ROMERO, Luis Alberto. La Argentina entre sus centenarios. *Pilquen*. v. XII, n. 12, p. 2-5.

ROMERO, Luis Alberto. Una empresa cultural: los libros baratos. In: GUTIÉRREZ, Leandro; ROMERO, Luis Alberto. *Sectores Populares, Cultura y Política*. Buenos Aires en la entreguerra. Buenos Aires: Siglo XXI, 2007, p. 47-69.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma história do político*. São Paulo: Alameda, 2010.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A ciência como profissão*. Médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935). Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

SÁBATO, Hilda. Historia latinoamericana, historia de América Latina, Latinoamérica en la historia. *Prismas*. Revista de historia intelectual. Buenos Aires, nº 19, 2015, p. 135-145.

SACRISTE, Guillaume. *La République des constitutionnalistes*. Professeurs de droit et légitimation de l'État en France (1870-1914). Paris: Presses de Sciences-Po, 2011.

SAIANI, Renato Cesar Santejo; GREJO, Camila Bueno. O despertar da rivalidade: Os debates entre o Barão do Rio Branco e Estanislao Zeballos por meio da imprensa (1904-1908). *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. n. 22, jan.-jun. 2017, p. 182-201.

SALVATORE, Ricardo. Saber hemisférico y disonancias locales. Leo S. Rowe en Argentina, 1906-1919. In: SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007, p. 327-367.

SALVATORE, Ricardo D. (comp.). *Los lugares del saber*. Contextos locales y redes transnacionales en la formación del conocimiento moderno. Rosario: Beatriz Viterbo, 2007.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. *A América do Sul no discurso diplomático brasileiro*. Brasília: FUNAG, 2014.

SANTOS, Raquel Paz dos. *Um novo olhar sobre o país vizinho*. A cooperação cultural como crítica ao paradigma da rivalidade no contexto das relações Brasil-Argentina (1930-1954). Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

SAPIRO, Gisèle. L'internationalisation des champs intellectuels dans l'entre-deux-guerres: facteurs professionnels et politiques. In: SAPIRO, Gisèle (dir.). *L'espace intellectuel en Europe*. De la formation des États-nations à la mondialisation – XXIe-XXIe siècle. Paris: La Découverte, 2009, p. 111-146.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una practica. *Américas – Cahiers du CRICCAL*. Paris, nº 9-10, 1992, p. 9-16.

SCARFI, Juan Pablo. La emergencia de un imaginario latinoamericanista y antiestadunidense del orden hemisférico: de la Unión Panamericana a la Unión Latinoamericana (1880-1913). *Revista Complutense de História de América*. Madrid, v. 39, 2013, p. 81-104.

SCARFI, Juan Pablo. *The hidden history of international law in the Americas*. Empire and legal networks. New York: Oxford University Press, 2017.

SCARFI, Juan Pablo. *El imperio de la ley*. James Brown Scott y la construcción de un orden jurídico interamericano. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014.

SCHEINGOLD, Stuart A.. Taking Weber seriously: lawyers, politics, and the Liberal State. *Law and social inquiry*. V. 24, 1999, p. 1061-1081.

SCHETTINI, Cristiana. Hacia la historia social de los abogados: una visión del caso brasileño. *Anuario IEHS*. Tandil, v. 21, 2006, p. 345-358.

SCHROEDER-GUDEHAUS, Brigitte; RASMUSSEN, Anne. *Les fastes du progrès*. Le guide des Expositions universelles 1851-1992. Paris: Flammarion, 1992.

SETEMY, Adrianna. Sousa, Inglês de. In: ABREU, Alzira Alves (coord.). *Dicionário da Elite Política Republicana*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20Ingl%C3%AAs%20de.pdf>. Acesso em 05/02/2018.

SHAFIR, Nir. The international congress as scientific and diplomatic technology: global intellectual exchange in the International Prison Congress, 1860-90. *Journal of Global History*. v. 9, n. 1, mar. 2014, p. 72-93.

SILVA, Ana Paula Barcelos Ribeiro da. *Diálogos sobre a Escrita da História: Brasil e Argentina (1910-1940)*. Ibero-americanismo, catolicismo, cooperação intelectual, (des)qualificação e alteridade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. Rio de Janeiro: Forense, 2006.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Direito, ciência do social: o lugar dos juristas nos debates do Brasil nos anos 1930 e 1940. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 29, n. 58, mai.-ago. 2016, p. 441-460.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. A *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*: um projeto (pan)americanista? (1928-1941). *e-Hum*. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, jan.-jul. 2014, p. 59-70.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História).

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Técnicos da Legalidade – juristas e escrita das leis: Argentina e Brasil, primeira metade do século XX. *Estudios Sociales Contemporáneos*. Mendoza, n. 17, dez. 2017, p. 86-102.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Transferências Culturais. *Livro*. São Paulo, v. 4, 2014, p. 371-377.

SILVEIRA, Mariana de Moraes. Um jurista em tempos de guerras: a atuação intelectual de Haroldo Valladão nos anos 1930 e 1940, entre o “Velho” e o “Novo Mundo”. *Temporalidades*. Belo Horizonte, v. 4, n. 2, ago-dez 2012, p. 278-298.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ: FGV, 1996, p. 231-262.

SKINNER, Quentin. Meaning and understanding in the history of ideas. In: *Visions of politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001, v. I, p. 57-89.

SLUGA, Glenda. *Internationalism in the age of nationalism*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2013.

SLUGA, Glenda; CLAVIN, Patricia (eds.). *Internationalisms. A Twentieth-Century History*. Cambridge: Cambridge University Press, 2017.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Diálogos culturais latino-americanos na primeira metade do século XX. *Projeto História*. São Paulo, v. 32, jun. 2006, p. 241-256.

SOARES, Gabriela Pellegrino. História das ideias e mediações culturais: breves apontamentos. In: JUNQUEIRA, Mary Anne; FRANCO, Stella Maris Scatena (orgs.). *Cadernos de Seminários de Pesquisa*. São Paulo: Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo: Humanitas, 2011, v. 2, p. 87-97.

SOARES, Gabriela Pellegrino. Novos meridianos da produção editorial em castelhano: o papel dos espanhóis exilados pela Guerra Civil na Argentina e no México. In: *Escrita e edição em fronteiras permeáveis*. Mediadores culturais na formação da nação e da modernidade na América Latina (Século XIX e primeiras décadas do XX). São Paulo: Intermeios, 2017, p. 173-186.

SOARES, Gabriela Pellegrino. *Semear horizontes: Uma história da formação de leitores na Argentina e no Brasil, 1915-1954*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

SONTAG, Ricardo. *Triatoma baccalaureatus*: sobre a crise do bacharelismo na Primeira República. *Espaço Jurídico*. Joaçaba, v. 9, n. 1, jan.-jun. 2008, p. 67-78.

SORÁ, Gustavo. *Brasilianas*. José Olympio e a gênese do mercado editorial brasileiro. São Paulo: Edusp: Com-Arte, 2010.

SOUZA, Marjorie Carvalho de. *Periodismo jurídico oitocentista: a Revista do IAB na cultura das revistas jurídicas brasileiras do século XIX (1862-1888)*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018 (Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação em Direito).

SORÁ, Gustavo. *Traducir el Brasil: Una antropología de la circulación internacional de ideas*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2003.

STRUCK, Bernhard; FERRIS, Kate; REVEL, Jacques. Introduction: Space and Scale in Transnational History. *The International History Review*. v. 33, n. 4, 2011, p. 573-584.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. Connected histories: notes towards a reconfiguration of Early Modern Eurasia. In: LIEBERMAN, Victor. *Beyond Binary Histories*. Re-imagining Eurasia to c. 1830. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999, p. 289-316.

SUPPO, Hugo Rogélio. Ciência e relações internacionais. O congresso de 1905. *Revista da SBHC*. São Paulo, v. 1, n. 1, 2003, p. 6-20.

SURIANO, Juan. La Primera Guerra Mundial, crisis económica y agudización del conflicto obrero en Argentina. *Estudios Históricos*. Rio de Janeiro, v. 30, n. 60, jan-abr 2017, p. 93-114.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Introducción – Peculiaridad del pensamiento jurídico argentino. In: TAU ANZOÁTEGUI, Victor (coord.). *Antología del pensamiento jurídico argentino (1901-1945)*. Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 2007, t. 1, p. 11-35.

TAU ANZOÁTEGUI, Víctor. Los juristas argentinos de la generación de 1910. *Revista de Historia del Derecho*. Buenos Aires, n. 2, 1974, p. 225-283.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor. Ricardo Levene y su obra sobre historia del derecho indiano de 1924. In: DUVE, Thomas (coord.). *Actas del XIX Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*. Madrid: Dykinson, 2017, v. I, p. 181-197.

TERÁN, Oscar. Ideas e intelectuales en la Argentina. In: TERÁN, Oscar (org.). *Ideas en el siglo*. Intelectuales y cultura en el siglo XX latinoamericano. Buenos Aires, Siglo XXI, 2008, p. 13-95.

TERÁN, Oscar. *Vida intelectual en el Buenos Aires fin-de-siglo (1880-1910)*. Derivas de la “cultura científica”. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

THOMAS, Yan. Présentation. *Annales*. Paris, n° 6, nov.-déc. 2002, p. 1425-1428.

THOMAS, Yan. La vérité, le temps, le juge et l'historien. *Le Débat*. Paris, n. 102, nov-dez 1998, p. 17-36

THOMPSON, E. P. *Senhores e caçadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, E. P.. *Whigs and hunters*. The origin of the Black Act. London: Penguin Books, 1990.

TREBITSCH, Michel; GRANJON, Marie-Christine (dir.). *Pour une histoire comparée des intellectuels*. Bruxelles: Complexe, 1998.

VALE, Nayara Galeno do. “Um retrato inteiriço e harmônico da nação”: identidade do historiador e escrita da história do Brasil na obra de Pedro Calmon. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2018 (Tese de Doutorado em História).

VALLE, Gabrielle Stricker do. *Uma história da cultura jurídica processual penal brasileira (1930-1945)*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2018 (Dissertação de mestrado em Direito).

VALLOTON, François. Les expositions du livre suisse à l'étranger comme vecteurs de la diplomatie culturelle helvétique, 1944-1949. In: HAUSER, Claude; LOUÉ, Thomas; MOLLIER, Jean-Yves; VALLOTON, François (dirs.). *La diplomatie par le livre*. Réseaux et circulation internationale de l'imprimé de 1880 à nos jours. Paris: Nouveau Monde Éditions, 2011, p. 221-235.

VENANCIO FILHO, Alberto. *Das arcadas ao bacharelismo*. 150 anos de ensino jurídico no Brasil. São Paulo: Perspectiva, 2004.

VIANNA, Luiz Werneck. Os intelectuais da tradição e a modernidade: os juristas-políticos da OAB. In: VIANNA, Luiz Werneck. *Travessia: da abertura à Constituinte*. Rio de Janeiro: Livraria Taurus Editora, 1986, p. 79-131.

WALDRON, Jeremy. The Rule of Law. In: ZALTA, Edward N. (ed.). *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*. Disponível em: <https://plato.stanford.edu/archives/fall2016/entries/rule-of-law/>. Acesso em 23/11/17.

WEINSTEIN, Barbara. Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional. *Revista Eletrônica da ANPHLAC*. São Paulo, n.14, jan-jun. 2013, p. 13-29.

WEINSTEIN, Barbara. The world is your archive? The challenges of World History as a field of research. In: NORTHROP, Douglas (ed.). *A companion to World History*. Hoboken: Wiley-Blackwell, 2012, p. 63-78.

WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte. Penser l'histoire croisée: entre empirie et réflexivité. In: WERNER, Michael; ZIMMERMANN, Bénédicte (orgs.). *De la comparaison à l'histoire croisée*. Paris: Seuil, 2004, p. 15-49.

YANKELEVICH, Pablo. En la retaguardia de la revolución mexicana. Propaganda y propagandistas mexicanos en América Latina. 1914-1920. *Boletín americanista*, n° 49, 1999, p. 245-278.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro*. v. 1 – Parte Geral. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006.

ZANATTA, Loris. El peronismo. In: YANKELEVICH, Pablo (coord.). *Historia mínima de Argentina*. Madrid: Turner; Cidade do México: El Colegio de México, 2014, p. 273-302.

ZIMMERMANN, Eduardo. Circulation des savoirs juridiques: le droit administratif et l'état en Argentine. In: GONZÁLEZ BERNALDO, Pilar; HILAIRE-PERÉZ, Liliane (dirs.). *Les Savoirs-Mondes*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 421-438.

ZIMMERMANN, Eduardo. The education of Lawyers and Judges in Argentina's *Organización Nacional* (1860-1880). In: ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999, p. 104-123.

ZIMMERMANN, Eduardo. Elites técnicas estatales: abogados y juristas. *Boletín Bibliográfico Electrónico del Programa Buenos Aires de Historia Política*. Buenos Aires, n. 6, 2010, p. 10-11.

ZIMMERMANN, Eduardo. “Un espíritu nuevo”: la cuestión social y el derecho en la Argentina (1890-1930). *Revista de Indias*. Madrid, v. LXXIII, n. 257, 2013, p. 81-106.

ZIMMERMANN, Eduardo. Intellectual elites. In: IRIYE, Akira; SAUNIER, Pierre-Ives (eds.). *The Palgrave Dictionary of Transnational History*. London: Palgrave/Macmillan, 2009, p. 547-551.

ZIMMERMANN, Eduardo. Law, Justice and State-Building in Nineteenth-Century Latin America. In: ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999, p. 1-7.

ZIMMERMANN, Eduardo (ed.). *Judicial institutions in Nineteenth Century Latin America*. Londres: Institute of Latin American Studies, 1999.

ZIMMERMANN, Eduardo. *Los liberales reformistas*. La cuestión social en la Argentina – 1890-1916. Buenos Aires: Sudamericana: Universidad de San Andrés, 1995.

Anexos

Anexo I – Monografias reunidas no Livro dos Centenários dos Cursos Jurídicos (1927)

	Título / Temática	Autor	Páginas
I	Organização política do Brasil. A Constituinte de 1823. A Carta Constitucional de 1824. O Ato Adicional e a Lei de Interpretação. A Constituição republicana e a sua revisão	E. V. Catta-Preta	5-16
II	Organização administrativa do Brasil sob o regime colonial, monárquico e republicano	Augusto Olímpio Viveiros de Castro O autor faleceu antes de concluir o trabalho, que foi publicado graças a gestões de A. Tavares de Lira e Alfredo Valladão junto a sua família	19-77
III	Organização judiciária: a) na colônia; b) no Império; c) na República	Pedro Calmon	81-98
IV	O Direito Penal e sua codificação	Galdino Siqueira	101-121
V	O Direito Comercial e sua codificação	Alfredo Russell	125-156
VI	O Direito Civil e sua codificação	F. P. Lacerda de Almeida	159-186
VII	O Direito Processual	L. F. Sauerbronn Carpentier	189-227
VIII	A unidade do Direito e a dualidade do Processo sob a República	Clodomir Cardoso	231-255
IX	A Fundação dos cursos jurídicos e sua influência na Sociedade Brasileira	Marcilio Teixeira de Lacerda	259-277
X	Evolução do estudo do Direito Internacional Privado	Rodrigo Otávio	281-323
XI	Evolução da Ciência das Finanças	Didimo A. da Veiga	327-346
XII	Legislação social	Afrânio Peixoto Professor de Medicina Pública na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro	349-357
XIII	Evolução do estudo da Medicina Pública	Alcântara Machado Professor de Medicina Pública na Faculdade de Direito de São Paulo	361-374
XIV	O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros	Armando Vidal	377-430
XV	Os cursos jurídicos de S. Paulo e Olinda	A. Tavares de Lira	433-469

Fonte: FACULDADE de Direito da Universidade do Rio de Janeiro. *Livro do Centenário dos Cursos Jurídicos (1827-1927)*. I – Evolução histórica do Direito brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1928. Foi registrada a numeração das páginas efetivamente ocupadas pela monografia, descartando-se a folha de rosto que antecedia cada uma delas, bem como eventuais páginas em branco.

Anexo II – Obras da Biblioteca de Autores Brasileños Traducidos al Castellano (1937-1949)

Nº	Título	Autor	Prefaciador	Outras informações	Data
I	Historia de la Civilización Brasileña	Pedro Calmon	Ricardo Levene	Inclui um apêndice contendo transcrições do convênio para revisão dos textos de ensino de história e geografia, das propostas sobre o tema elaboradas pelas comissões argentina e brasileira e do decreto que determinou a criação da coleção	1937
II	Evolución del Pueblo Brasileño	Oliveira Vianna	Rodolfo Rivarola	Inclui uma carta de Oliveira Vianna a Ricardo Levene, mapas das sucessivas divisões territoriais do Brasil e um vocabulário de termos brasileiros conservados no idioma original	1937
III	Los Sertones (v. 1)	Euclides da Cunha	Mariano de Vedia		1938
IV	Los Sertones (v. 2)	Euclides da Cunha	Mariano de Vedia		1938
V	El Emperador D. Pedro II	Afonso Celso	Max Fleuiss	Inclui palavras de Ricardo Levene sobre a homenagem ao IHGB em seu 1º centenário	1938
VI	Conferencias y discursos	Rui Barbosa	Emilio Ravignani		1939
VII	Mis memorias de los otros	Rodrigo Otávio	Octavio R. Amadeo		1940
VIII	Casa-Grande y Senzala (v. 1)	Gilberto Freyre	Ricardo Sáenz Hayes	Inclui cartas trocadas entre Levene e Freyre discutindo a tradução	1942
IX	Casa-Grande y Senzala (v. 2)	Gilberto Freyre	Ricardo Sáenz Hayes		1942
X	Pequeña Historia de la Literatura Brasileña	Ronald de Carvalho	Rómulo Zabala		1943
XI	San Pablo en el siglo XVI	Afonso de E. Taunay	Rubén Franklin Máyer		1947
XII	La vida en la selva	Cândido de Mello Leitão	Federico A. Daus		1949

Fontes: Obras listadas, consultadas na Biblioteca Ricardo Levene e na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP.

Anexo III – Obras da Coleção Brasileira de Autores Argentinos (1938-1952)

Nº	Título	Autor	Prefaciador	Outras informações	Data
1	Síntese da História da Civilização Argentina	Ricardo Levene	Pedro Calmon	Inclui um prólogo do autor à edição brasileira	1938
2	De Caseros ao XI de Setembro	Ramón J. Cárcano	João Neves	Inclui um índice de nomes próprios	1939
3	Orações Seletas	Bartolomé Mitre	Osvaldo Aranha	Inclui um prefácio assinado por Alberto Palcos, e um ensaio intitulado “Mitre Orador”, de autoria de Ernesto J. Weigel Muñoz, ambos extraídos da edição argentina	1940
4	Bases e pontos de partida para a organização política da República Argentina	Juan B. Alberdi	Afrânio de Melo Franco	Inclui uma nota biográfica sobre o autor, um prefácio de autoria de Francisco Cruz, extraído da edição argentina de 1914 e cópias de cartas de Alberdi, Urquiza, Sarmiento e Duval	1941
5	Vidas Argentinas	Octavio R. Amadeo	Otávio Tarquínio de Sousa		1942
6	Seis figuras do Prata	Juan Pablo Echagüe	Eduardo Tourinho	Na folha de rosto, abaixo do nome do autor, lê-se “Jean Paul” e “Da Academia Argentina de Letras”	1946
7	O Santo da Espada (San Martín)	Ricardo Rojas	Augusto Frederico Schmidt		1948
8	Mitre: uma década de sua vida política (1852-1862)	Rodolfo Rivarola	Álvaro Lins		1950
9	Recordações da província	Domingo Faustino Sarmiento	Acácio França		1952
10	Dom Segundo Sombra	Ricardo Güiraldes			1952

Fonte: Obras listadas, consultadas na Biblioteca Ricardo Levene e na Biblioteca Central da Faculdade de Direito da USP.

Anexo IV – Texto de divulgação da biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires (1925)

A fundação desta Biblioteca se pode dizer que data do início do Colegio de Abogados em dezembro de 1913; mas, na realidade, é de 30 de maio de 1916, quando o Diretório, vendo a necessidade de que ela tivesse uma organização adequada à importância da instituição e prevendo seu futuro desenvolvimento, designou um Diretor *ad-honorem*, que com toda dedicação continuou nesse cargo até o presente.

Encontra-se localizada no Palacio de Justicia da Capital – 7º e 8º andares – na parte que dá frente à praça Lavalle.

Deu-se a ela o caráter de Biblioteca Pública por expressa disposição do Diretório do Colegio, e o horário estabelecido para o público é das 13 às 18 horas, durante todos os dias úteis do ano, com exceção dos sábados, em que é das 9 às 12. Nas férias de janeiro, permanece fechada para o público, com o fim de proceder à limpeza e à desinfecção de livros.

Seu crescimento nestes últimos dez anos ultrapassou todo cálculo, o que se demonstra com as seguintes cifras:

Em 31 de outubro de 1914, seu número de itens era de 485; na igual data de 1915: 1191; em 1916, seis meses depois de o seu atual Diretor assumir sua direção, seu número duplica: 2454 itens. Em 1917, aumenta para 4952; em 1918, para 7554; em 1919 ascende seu número a 12.662 itens. Neste período, foi incorporada na condição de empréstimo a Biblioteca do Dr. Antonio E. Malaver, cujo número ascende a 3715 itens. Em 1920, ascendem a 14.755 itens, aos quais, acrescentados os da Biblioteca Malaver, formam um total de 18.470. Em 1921: 19429, a que há de se acrescentar 3460 itens da Biblioteca do Dr. J. M. Ramos Mejía, cedida em empréstimo, também. Total: 22.889. Em 1922, chegam a 23.602; em 1923, a 26.198; em 1924, a 27.729; e até 31 de junho [passado], 28.595 itens. O aumento de maio de 1916 a junho de 1925 é de 28.110 itens.

No número de frequentadores, há uma média mensal de 400, com 775 obras consultadas, sem contar os pedidos que continuamente efetuam de seus gabinetes os senhores Juízes, Fiscais, Secretários, etc. do Tribunal. Essas cifras, na realidade, não de ser maiores; pois, em muitos casos, não se pode evitar que os frequentadores saiam sem preencher as fichas de consulta, devido ao pessoal reduzido, que tem que atender inúmeras tarefas.

O caudal bibliográfico da Biblioteca se encontra atualmente cerca de 75% catalogado. A classificação se dividiu em dez grandes áreas, a saber: 1, Direito; 2, Ciências sociais; 3, História; 4, Geografia e viagens; 5, Ciências; 6, Artes; 7, Indústrias; 8, Literatura; 9, Religião,

e 10, Generalidades. Cada uma dessas áreas está subdividida em diversas seções, destacando-se entre elas as de direito e ciências sociais, que se subdividiram de forma ampla para simplificar em tudo o possível as buscas. Além disso, tem-se um repertório geral de autores, e outro analítico ou de títulos, que complementam a catalogação e que tem cerca de 45.000 fichas.

Conta a Biblioteca com várias obras raras de direito, incunábulo, e uma valiosa coleção dos jornais *La Nación* e *La Prensa*. Estas últimas se encontram em estantes especiais, que foram doadas pelas respectivas direções desses jornais. Atualmente, está em formação uma galeria iconográfica, que já conta com um bom número de exemplares, e igualmente se está formando, como um anexo a ela, um Museu de Criminologia e Medicina Legal.

Fonte: COLEGIO de Abogados de Buenos Aires. *Memoria y Balance del Ejercicio terminado en 31 de octubre de 1925*. Informes del director de la biblioteca, de la comisión de consultorio y patrocinio y del director del repertorio jurídico. Buenos Aires: Editorial Argentina de Ciencias Políticas, [1925] p. 33-34. Em um dos exemplares da *Memoria* que pudemos consultar, o mesmo texto aparece também em uma folha solta, de papel um pouco mais grosso que o do corpo do folheto, sugerindo que foi pensado como uma espécie de panfleto que poderia auxiliar na divulgação da biblioteca.

Anexo V – Obras doadas pela delegação do Instituto dos Advogados Brasileiros à biblioteca do Colegio de Abogados de Buenos Aires em novembro de 1935

A. Diniz – Do depósito

A. Diniz – Das ações sumárias especiais e do direito ao emprego [ao emprego?]

L. Carneiro – Federalismo e judiciarismo

L. Carneiro – Problemas municipais

A. Magarinos Torres – Teses seletas de direito cambial

J. Inojosa – Aval e fiança

J. Americano – Aplicações do direito

M. da Gama – Imposto sobre a renda

A. C. Ribeiro de Andrada – Bancos de emissão

Revista de direito industrial

J. da Silva Costa – Direito comercial marítimo, fluvial e aéreo

C. Gusmão – Dos crimes sexuais

Lacerda de Almeida – Dos efeitos das obrigações

J. C. da Rocha Cabral – Código eleitoral

Pontes de Miranda – Os fundamentos atuais do direito constitucional

E. de Moraes – A campanha abolicionista

A. Beviláqua – Falências

A. Beviláqua – Código comercial brasileiro

A. Beviláqua – Código civil brasileiro

C. X. Paes Barreto – Indelinquentes

H. Gusmão – Código de processo penal

J. J. Soares – Sociedades cooperativas

O. da Cunha – Breves considerações sobre código do processo civil

J. Severiano – Curso de crítica penal

Brasil – Imposto do consumo

Alvarenga Netto – Código penal brasileiro anotado

C. Macedo – Direito comercial terrestre

Th. Cavalcante Brandão – Do mandado de segurança

Viveiros de Castro – Atentados ao pudor

A. C. L. Vasconcellos – Pareceres administrativos e judiciais

J. X. Carvalho de Mendonça – Pareceres, falências, sociedades

Araújo Castro – Acidentes do trabalho
 Araújo Castro – A nova constituição brasileira
 V. Piragibe – Consolidação das leis penais
 E. Pereira Lins – Estudos jurídicos
 Alvarenga Netto – Código de Menores
 Vieira Ferreira – O código civil anotado
 R. Braga – CIF, Custo, seguro, frete
 Moitinho Doria – Males do parlamentarismo e dos partidos
 B. S. Mineiro – Códigos dos menores do Brasil
 Anais da Assembleia Nacional Constituinte
 C. Beviláqua – Linhas e perfis jurídicos
 C. Beviláqua – Direito da Família
 C. Beviláqua – Direito internacional privado
 C. Beviláqua – Soluções práticas de direito
 J. C. Matos de Peixoto – Recursos extraordinários
 A. Rezende – Do direito das coisas
 A. Rezende – Do direito das sucessões
 J. Serpa – Questões de direito e legislação
 G. Romagnoli – Il Brasile contemporaneo
 B. Oliveira – A lei natural fundamento do direito
 S. Leite – Desapropriação por utilidade pública
 O Instituto da Ordem dos Advogados Brasileiros
 M. Accioly – Execuções fiscais
 B. Carmo Braga – Regime das marcas de fábrica
 R. Gomes de Matos – Trabalhos forenses
 P. M. de Lacerda – Direito Constitucional
 Revista de Direito Comercial
 Semana Jurídica
 T. Leonardo – Origem, evolução e nome comercial
 A. J. Ribas – Curso de direito civil brasileiro
 M. Garcez – Direito de família
 Aberlardo Lobo, “In memoriam”
 H. Valladão – Escritos jurídicos
 Pandectas Brasileiras

F. Whitaker – Terras (Divisões e demarcações)
 A. D. Gama – Tratado de Direito Civil
 A. D. Gama – Ações executivas
 A. D. Gama – Teorias dos contratos por instrumento particular
 A. O. Gamas de Castro – Direito interno privado
 E. Queiroz Lima – Princípios de sociologia jurídica
 A. Costa – Livramento condicional
 Brasil – Acórdãos, repertório de Jurisprudência
 L. Garcia – Registros públicos e registro de imóveis
 B. Carmi [Carmo?] Braga – Patentes de invenção
 B. Oliveira – Direito Penal
 B. Oliveira – Teoria do direito objetivo de Duguit
 Brasil – Congresso constituinte da República
 E. Miranda Jordão – Trabalhos forenses
 Brasil – Estado de sítio (Documentos parlamentares)
 J. Vieira de Araújo – Código penal comentado
 O. da Cunha – O direito judiciário e a revolução
 O. da Cunha – A homologação da sentença estrangeira
 A. Russell – Curso de Direito comercial
 C. M. da C. Lobo – Sentenças e despachos
 Castro Nunes – As constituições estaduais do Brasil
 Castro Nunes – A jornada revisionista
 Castro Nunes – Do estado federado e sua organização municipal
 A. S. da C. Lobo – Curso de direito romano
 Lemos Brito – Psicologia do adultério
 Brasil – Vendas mercantis (Lei e regulamento)
 Brasil – Caixas de aposentadoria em pensões
 Brasil – Profissão farmacêutica (Lei e regulamento)
 M. Picanço – O direito das coisas
 C. Oliveira – Lei do inquilinato
 T. A. Leonardos – A marca de indústria e comércio

Fonte: *Revista del Colegio de Abogados de Buenos Aires*. Buenos Aires, t. XIII, n. 6, nov-dez 1935, p. 506-507. Os títulos foram transcritos na ordem e na forma em que foram publicados na revista. Atualizamos a grafia do português e corrigimos eventuais espanholismos.

Anexo VI – “Características atuais do Direito Positivo Brasileiro” – Série de conferências pelo rádio, promovida pelo IAB em 1930

Título / Temática	Autor	Data
Conferência inaugural pelo Presidente do Instituto	Levi Carneiro	04/06
Direito civil em geral	Astolfo Rezende	11/06
Direito de Família	Armando Vidal	18/06
Direito das Coisas	Filadelfo Azevedo	25/06
Direito das Obrigações	Targino Ribeiro	02/07
Direito das Sucessões	Jorge Fontenelle	09/07
Direito do Comércio e da Indústria em Geral	E. Ribas Carneiro	23/07
Direito comercial terrestre	Salvador Pinto Junior	30/07
Falências	Moitinho Dória	06/08
Direito Marítimo	Hugo Simas	13/08
Direito Industrial	Arnoldo Medeiros	20/08
Direito Internacional Privado	Haroldo Valladão	27/08
Processo Civil	Pereira Braga	03/09
Direito Militar	Otávio Murgel de Rezende	24/09
Sistema Penitenciário	Henrique Castrioto	01/10
Processo Penal	Augusto Pinto Lima	08/10
Organização Judiciária	Nilo C. L. de Vasconcellos	29/10
Direito Internacional Público	Virgílio Barbosa	28/11
Direito Penal	Mário de Bulhões Pedreira	03/12
Direito Administrativo	F. A. Figueira de Mello	10/12
Direito Constitucional	José Castro Nunes/Junior?	17/12

Fonte: *Boletim do IAB*. Rio de Janeiro, v. VII, n. 3-4, jun-jul. 1930, p. 144-151 e 208-223, v. VIII, n. 1-2, ago-set. 1930, p. 42-53 e 119-125, n. 3-4, out-nov. 1930, p. 208-217 e 269-271, n. 5, dez. 1930, p. 381-390; INSTITUTO dos Advogados Brasileiros. *Características atuais do Direito Positivo Brasileiro*. Série de conferências pelo rádio. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, 1931.

Anexo VII – Publicações do Instituto Argentino de Estudios Legislativos (1938-1958)

Nº	Título	Seção	Data
1	Ciudadanía y Naturalización	Derecho Constitucional	1938
2	Moratoria hipotecaria	Comisión Especial Mixta	1938
3	Reforma del Código Civil. Su extensión	Derecho Civil	1938
4	Primera Asamblea Académica	Mesa directiva	1939
5	Expropiación por causa de utilidad pública	Derecho Constitucional	1939
6	El derecho cambiario argentino y la legislación uniforme. Proyecto de reforma	Derecho Comercial	1940
7	Anteproyecto de ley orgánica de presupuesto	Economía, Finanzas y Estadística	1940
8	Proyecto de reforma del Código Civil. Libro Iº	Derecho Civil	1940
9	Enriquecimiento ilícito de los funcionarios públicos	Derecho Penal	1941
10	Impuesto a los réditos. Observaciones al proyecto de ley	Economía, Finanzas y Estadística	1942
11	Entidades autárquicas institucionales. Bases para una ley orgánica	Derecho Administrativo	1942
12	Funcionamiento del Instituto durante el año 1942. Informe de la Presidencia	Mesa Directiva	1942
13	Ley Complementaria del Código Penal. Proyecto	Derecho Penal	1943
14	Contrato de seguros. Proyecto	Derecho Comercial	1943
15	Metodología de la prejudicialidad en la Argentina	Derecho Penal	1944
16	Proyecto de reforma del Código Civil. Libro IIº	Derecho Civil	1946
17	Ley Núm. 12.331 de Profilaxis antivenérea	Derecho Penal	1945
18	Reglamento del Instituto	Mesa Directiva	1939
19	Segunda Asamblea Académica. En memoria del Doctor Héctor Lafaille	Mesa Directiva	1957
20	Tercera Asamblea Académica. 20 de noviembre de 1957	Mesa Directiva	1958

Fuente: Folheto encartado no exemplar consultado na Biblioteca de la Corte Suprema de Justicia de la Nación (Buenos Aires)

Anexo VIII – Subcomissões legislativas e seus membros (1930-1932)

Subcomissão	Membros
PRESIDÊNCIA	Levi Carneiro
1ª – Código Civil	Clóvis Beviláqua
	Alfredo Bernardes da Silva*
	Eduardo Espinola
	* <i>Exonerado a pedido e substituído, em setembro de 1932, por Eptácio da Silva Pessoa</i>
2ª – Código Penal	João Martins de Carvalho Mourão*
	Antônio Evaristo de Moraes
	Mario Bulhões Pedreira
	* <i>Substituído, em julho de 1931, por Virgílio de Sá Pereira</i>
3ª – Código Comercial (parte terrestre, excluídas as matérias atribuídas a outras subcomissões)	Waldemar Ferreira*
	Raul Fernandes*
	Targino Ribeiro**
	* <i>Substituídos, em julho de 1931, por: Gudesteu de Sá Pires**</i>
	Edgard de Castro Rabello
	<i>Em setembro de 1932, foram nomeados:</i> Alfredo de Almeida Russel
	Affonso Penna Junior
	Carlos Maximiliano Pereira dos Santos
	Justo Rangel Mendes de Moraes
	** <i>Nomeados, em setembro de 1932, para a subcomissão de Sociedades Comerciais</i>
4ª – Propriedade Industrial	Descartes Drummond de Magalhães*
	Edgard Ribas Carneiro
	Arnoldo Medeiros da Fonseca
	* <i>Exonerado, a pedido, e substituído, em setembro de 1932, por Carlos da Silva Costa</i>
5ª – Debêntures. Cambiais. Cheques. Contas assinadas. Títulos ao portador	Paulo Maria de Lacerda
	Francisco Barbosa de Rezende
	Sizínio Rodrigues
6ª – Falências	Antonio Moutinho Doria*
	Francisco Carneiro Monteiro de Salles
	Jorge Dyott Fontenelle
	* <i>Exonerado, a pedido, e substituído, em setembro de 1932, por Augusto Saboia da Silva Lima</i>
7ª – Direito Marítimo	Edgard de Castro Rebello*
	Hugo Gutierrez Simas**
	José Figueira de Almeida

	<p><i>* Nomeado, em julho de 1931, para a subcomissão do Código Comercial; substituído por José Domingos Rache</i></p> <p><i>** Exonerado, a pedido, e substituído, em setembro de 1932, por Carlos Saboia Bandeira de Mello</i></p>
8ª – Direito Aéreo	<p>Carlos da Silva Costa**</p> <p>Almachio Diniz*</p> <p>Deodato Maia</p> <p><i>* Não aceitou o encargo; substituído, em abril de 1931, por Trajano Medeiros do Paço</i></p> <p><i>** Nomeado, em julho de 1931, para a subcomissão de Propriedade Intelectual; substituído por Rodrigo Octavio Filho</i></p>
9ª – Lei de Minas	<p>João Pandiá Calógeras</p> <p>Augusto de Lima</p> <p>Luiz Frederico Sauerbronn Carpenter</p> <p><i>Nomeados, em setembro de 1932:</i> Spencer Vampré</p> <p>Daniel de Carvalho</p>
10ª – Código de Águas	<p>Alfredo Valladão</p> <p>José de Castro Nunes</p> <p>Ignacio Verissimo de Mello</p>
11ª – Organização Judiciária do Distrito Federal. Registros públicos. Ofícios de Justiça. Regimento de Custas e Assistência Judiciária	<p>Armando Vidal Leite Ribeiro</p> <p>José Saboia Viriato de Medeiros</p> <p>Olympio de Carvalho Araújo Silva</p>
12ª – Código de Processo Civil do Distrito Federal e da Justiça Federal	<p>Abelardo Saraiva da Cunha Lobo</p> <p>Antonio Pereira Braga</p> <p>José Philadelpho de Barros e Azevedo</p>
13ª – Processo Penal do Distrito Federal e da Justiça Federal, inclusive processo policial	<p>Melchiades Mario de Sá Freire</p> <p>Astolpho Vieira de Rezende</p> <p>Candido Luiz Maria de Oliveira Filho</p> <p><i>Nomeados, em setembro de 1932:</i> Vicente Piragibe</p> <p>Edgard Costa</p> <p>Nelson Hungria Hoffbauer</p>
14ª – Regime penitenciário (inclusive manicômio judiciário)	<p>Candido Mendes de Almeida</p> <p>José Gabriel de Lemos Britto</p> <p>Heitor Pereira Carrilho</p>
15ª – Naturalização, entrada e expulsão de estrangeiros Extradição (matéria acrescentada pelo Decreto 19.829)	<p>Francisco de Paula Lacerda de Almeida</p> <p>João Chrisostomo da Rocha Cabral</p> <p>Haroldo Teixeira Valladão</p>
16ª – Código de Menores e Conselho de Menores	<p>Zeferino de Faria</p> <p>Arthur Cumplido de Sant'Anna</p> <p>Nilo Carneiro Leão de Vasconcellos</p>

17ª – Estatutos dos Funcionários Públicos	Francisco de Avelar Figueira de Mello
	Euzebio de Queiroz Lima
	José Miranda Valleverde
18ª – Seguros	José Augusto Barreto de Mello Rocha
	Decio Coutinho
19ª – Legislação eleitoral (lei e processo)	J. F. Assis Brasil
	João Chrysostomo da Rocha Cabral
	Mario Pinto Serva
20ª – Código Rural (acrescentada pelo Dec. 20.264)	Ariosto Pinto*
	Odilon Braga
	Arthur Torres Filho
	* <i>Exonerado, a pedido, e substituído, em setembro de 1932, por Gomercindo Ribas</i>
21ª – Código Florestal (acrescentada pelo Dec. 20.264)	Augusto de Lima
	Luciano Pereira da Silva
	José Mariano Filho
22ª – Código Administrativo (acrescentada pelo Dec. 21.211)	O Dec. 21.211 afirma que ela seria “composta, no máximo, de 12 membros”, mas não os nomeia
23ª – Sociedades Comerciais (matéria emancipada da comissão do Código Comercial pelo Dec. 21.894)	Gudesteu Pires
	Targino Ribeiro
	Arthur Collares Moreira

Fonte: Decretos nº 19.459 (06/12/1930), 19.684 (10/02/1931), 19.829 (06/04/1931), 20.264 (30/07/1931), 21.211 (28/03/1932), 21.894 (30/09/1932). Originalmente elaborado para a dissertação de mestrado: SILVEIRA, Mariana de Moraes. *Revistas em tempos de reformas: pensamento jurídico, legislação e política nas páginas dos periódicos de direito (1936-1943)*. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2013 (Dissertação de Mestrado em História), p. 383-385.